

Angela de Castro Gomes
(org.)

ESCRITA de Si
ESCRITA da História

ESCRITA de Si
ESCRITA da História



Angela de Castro Gomes
(org.)



ESCRITA de Si
ESCRITA da História

ISBN 978-85-225-1108-2

Copyright © Angela de Castro Gomes

Direitos desta edição reservados à

EDITORA FGV

Rua Jornalista Orlando Dantas, 37

22231-010 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil

Tels.: 0800-021-7777 — 21-3799-4437

Fax: 21-3799-4430

e-mail: editora@fgv.br — pedidoseditora@fgv.br

web site: www.editora.fgv.br

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 5.988).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

1ª edição — 2004

Revisão de originais: Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães

Revisão: Aleidis de Beltran e Marco Antônio Corrêa

Capa: Studio Creamcrackers

Fotos: Diário da Viscondessa do Arcozelo (Biblioteca Nacional)



Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
Mario Henrique Simonsen/FGV

Escrita de si, escrita da história / Organizadora Angela de Castro
Gomes. — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.
380p.

Inclui bibliografia.

1. Cartas brasileiras. 2. Intelectuais — Brasil — Correspondência.
3. Políticos — Brasil — Correspondência. 4. Brasil — História. I. Go-
mes, Angela Maria de Castro, 1948- . II. Fundação Getulio Vargas.

CDD — 981

Sumário

Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo	7
<i>Angela de Castro Gomes</i>	

Parte I

1. Lapidário de si: Antonio Pereira Rebouças e a escrita de si	27
<i>Hebe Maria Mattos e Keila Grinberg</i>	
2. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre	51
<i>Angela de Castro Gomes</i>	
3. Freyre: as travessias de um diário e as expectativas da volta	77
<i>Antonio Paulo Rezende</i>	
4. O sistema intelectual brasileiro na correspondência passiva de John Casper Branner	93
<i>Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Valdei Lopes de Araújo</i>	
5. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história	111
<i>Giselle Martins Venancio</i>	
6. Monteiro Lobato: estratégias de poder e auto-representação n' <i>A barca de Gleyre</i>	139
<i>Tania Regina de Luca</i>	
7. "Paulo amigo": amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu	163
<i>Rebeca Gontijo</i>	

Parte II

8. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo 197
Ana Maria Mauad e Mariana Muaze
9. O diário da Bernardina 229
Celso Castro
10. Correspondência familiar e rede de sociabilidade 241
Marieta de Moraes Ferreira
11. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-38) 257
Lídia M. Vianna Possas
12. Ao mestre com carinho, ao discípulo com carisma: as cartas de Jango a Getúlio 279
Jorge Ferreira
13. Getúlio Vargas: cartas-testamento como testemunhos do poder 295
Maria Celina D'Araújo
14. Arquiteto da memória: nas trilhas dos sertões de Crateús 309
Antonio Torres Montenegro
15. Cartas do Chile: os encantos revolucionários e a luta armada no tempo de Jane Vanini 335
Regina Beatriz Guimarães Neto e Maria do Socorro de Souza Araújo
16. De ordem superior... Os bilhetinhos da censura e os rostos das vozes 357
Beatriz Kushnir

Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo

ANGELA DE CASTRO GOMES*

Um breve passar de olhos em catálogos de editoras, estantes de livrarias ou suplementos literários de jornais leva qualquer observador, ainda que descuidado, a constatar que, nos últimos 10 anos, o país vive uma espécie de *boom* de publicações de caráter biográfico e autobiográfico. É cada vez maior o interesse dos leitores por um certo gênero de escritos — uma escrita de si —, que abarca diários, correspondência, biografias e autobiografias, independentemente de serem memórias ou entrevistas de história de vida, por exemplo. Apenas para ilustrar tal constatação e evidenciar que o fenômeno tem dimensões quantitativas e qualitativas, vale registrar alguns exemplos do ano de 2002.

Anunciada como “um clássico de todos os tempos”, foi lançada a segunda edição de *A vida de Lima Barreto*, de autoria de Francisco de Assis Barbosa (1914-91), intelectual respeitado e pioneiro nesse tipo de escrita, já que seu estudo data de 1952. Trata-se de uma biografia que manteve e consolidou seu apelo de público e seu conjunto de informações sobre um personagem trágico e grandioso da literatura brasileira.¹ Além deste, foram muitos os lançamentos de textos que se baseavam em um tipo específico de escrita de si: a correspondência. Ainda no campo da literatura, grande e justificado destaque foi dado a *Carlos e Mário*, uma aguardada e comentada reunião das cartas trocadas pelos dois Andrades durante cerca de 20 anos. Como as matérias de jornal salientam, o diálogo entre os dois constitui uma oportunidade para se “ler e sentir” o movimento modernista sob outros ângulos, para acompanhar de perto o aprendizado de Drummond com o mestre de *Macunaíma* e para repensar o lugar político e

* Professora titular de história do Brasil da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisadora do Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas e doutora em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj).

¹ Barbosa (2002).

intelectual dos próprios modernistas.² Algo semelhante pode ser dito de *Cartas*, de Caio Fernando de Abreu, outro literato festejado e também missivista apaixonado, que traçaria o “romance de sua vida” em cartas que cobrem o longo período que se estende dos anos 1960 aos 90.³ Um rico percurso, iniciado na virada do século XIX com Lima Barreto e transcorrido sobre os ombros de correspondentes, amigos sensíveis, que nos trazem até os dias de hoje. Tudo isso com o reforço de um diário, outra igualmente atraente escrita de si, desta feita de um cronista e compositor carioca dos anos 1950: o *Diário de Antônio Maria*.⁴

Como é óbvio, nem só literatos escrevem, sobretudo uma escrita de si. Comercialmente, políticos têm atrativo equiparável, especialmente quando alcançam lugar de mito na história de seu país. As cerca de 900 cartas de Luís Carlos Prestes, reunidas em três volumes, escritas enquanto ele era prisioneiro do Estado Novo foram por muito tempo mantidas escondidas por sua família e só agora editadas. *Anos tormentosos: correspondência da prisão (1936-1945)* reúne ingredientes de atração infalível, pois é a correspondência familiar e amorosa de um prisioneiro político já reconhecido na ocasião como um grande líder da esquerda do país.⁵ Finalmente, cabe registrar um pequeno e lindo livro, sobretudo pelo cuidado gráfico, contendo as cartas endereçadas pelo pintor impressionista Edouard Manet a seus familiares: *Viagem ao Rio, cartas de juventude (1848-1849)*.⁶

Cartas, diários íntimos e memórias, entre outros, sempre tiveram autores e leitores, mas na última década, no Brasil e no mundo, ganharam um reconhecimento e uma visibilidade bem maior, tanto no mercado editorial, quanto na academia. A despeito disso, não são ainda muito numerosos os estudos que se dedicam a uma reflexão sistemática sobre esse tipo de escritos na área da história no Brasil. As iniciativas que constituem exceções provêm muito mais do campo da literatura e, recentemente, de estudos de história da educação.

No campo da literatura, como os exemplos anteriores claramente ilustram, são bem mais freqüentes a publicação, anotada e comentada, de correspondência e diários, assim como de trabalhos que têm na escrita autobiográfica seu objeto de investigação. Nada surpreendente, considerando-se que o texto é o centro da produção literária e suas características semânticas e culturais são fundamentais à atividade de pesquisa e ensino nessa área do saber. Os trabalhos de Walnice Nogueira Galvão são paradigmáticos desse esforço, quer no que diz respeito à publicação da valiosa correspondência de Euclides da

² Frota (2002). Ver *O Globo*, 14 dez. 2002. (Prosa e Verso.); *Jornal do Brasil*, 11 jan. 2003. (Idéias e Livros.); e *IstoÉ*, 22 jan. 2003. p. 82.

³ Abreu (2002). Ver *Jornal do Brasil*, 4 jan. 2003. (Idéias e Livros.) Vale registrar também o interesse suscitado pela publicação da correspondência de Clarice Lispector.

⁴ Maria (2002). Ver *Jornal do Brasil*, 16 jan. 2003. (Idéias e Livros.)

⁵ Prestes e Prestes (2002). Ver *Jornal do Brasil*, 21 dez. 2002. (Idéias e Livros.)

⁶ Manet (2002).

Cunha, quer na organização de uma coletânea que se propõe a analisar a escrita epistolar. *Prezado senhor, prezada senhora: estudo sobre cartas* é um dos poucos livros que se aplicou a destacar a importância e a especificidade da correspondência, particularmente sob o olhar literário.⁷

No campo da história da educação, as razões para se dar atenção a esse tipo de escritos também são bastante evidentes. *Tratando-se de disciplina que se volta para o estudo de processos de aprendizagem e de ensino de leitura e escrita, práticas culturais como as da escrita de si são um prato cheio de interesse. Escrever cartas sempre foi um exercício muito presente em qualquer sala de aula, além de ser um veículo fundamental de comunicação entre a escola, as famílias e os alunos. Além do mais, grande parte do professorado há muito é composto por mulheres, que, por questões de constrangimento social, tiveram seus espaços de expressão pública vetados, restando-lhes exatamente os espaços privados, entre os quais os de uma escrita de si. Usar essa documentação acumulada por escolas, professoras e alunos como fonte para a investigação de vivências pedagógicas não registradas em outras fontes mais conhecidas foi um passo que se mostrou muito produtivo. Dois livros, que interceptam pesquisas de educação e gênero, demarcam a preocupação crescente com tal linha de pesquisa: *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica* e *Destino das letras: história, educação e escrita epistolar*.⁸*

Evidentemente, esses estudos de história da educação estão se beneficiando de transformações mais amplas da área da história e, mais precisamente, de uma história cultural (também política e social) que se tem dedicado a recortar o tema das práticas da leitura e da escrita, bem como a dar especial atenção à questão de gênero. Examinando-se a produção mais recente de livros e artigos, vê-se que, no Brasil, é forte, embora de forma alguma exclusiva, a influência da historiografia francesa, consagrada, por exemplo, na coleção *História da vida privada*, traduzida durante a década de 1990 pela Companhia das Letras. Foi seguindo o sucesso dessa iniciativa que a mesma editora publicou quatro volumes de uma *História da vida privada no Brasil* (dois para a Colônia e o Império e dois para a República) em 1997 e 1998.⁹ Os diversos historiadores e cientistas sociais que participaram da obra, na França e no Brasil, indicam, de múltiplas formas, o vínculo existente entre um novo espaço de investigação histórica — aquele do privado, de onde deriva a presença das mulheres e dos chamados homens “comuns” — e os novos objetos, metodologias e fontes que se descortinam diante dele. É justamente nesse espaço privado, que de forma alguma elimina o público, que avultam em importância as práticas de uma escrita de si.

⁷ Galvão (1997); e Galvão e Gottib (2000).

⁸ Mignot, Bastos e Cunha (2000 e 2002). Os textos dessas duas coletâneas serviram de referência para este prólogo.

⁹ Os vários volumes das coleções francesa e brasileira tiveram, cada um, seu organizador, além de um coordenador-geral.

Mas, como já se observou, ainda não são muito frequentes pesquisas históricas que se concentrem na exploração desse tipo de escrita.¹⁰ O que é compreensível, pois, embora tal documentação sempre tenha sido usada como fonte, apenas mais recentemente foi considerada fonte privilegiada e, principalmente, tornada, ela mesma, objeto da pesquisa histórica. Uma inflexão que passa a requerer maiores investimentos em sua utilização e análise, ou seja, maiores cuidados teórico-metodológicos. Um movimento que deve ser articulado, no caso da historiografia brasileira, à constituição de centros de pesquisa e documentação destinados à guarda de arquivos privados/pessoais, quer de homens públicos, quer de homens “comuns”. A acumulação e a disponibilização desse vasto e diversificado material arquivístico estimularam e permitiram, ao mesmo tempo, a sistematização de conhecimentos e de metodologias referentes a sua guarda e a seu uso como fonte e objeto histórico. Um exemplo dessa maior atenção foi o seminário internacional sobre arquivos pessoais realizado em 1997 pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas e pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, reunindo especialistas de várias formações para refletirem sobre o tema.¹¹

É, portanto, na confluência dessas transformações que abarcam práticas arquivísticas e historiográficas, e no bojo de um interesse crescente pela escrita de si que os estudos deste livro se situam. O conjunto apresentado é uma amostra expressiva de como os chamados textos auto-referenciais vêm ganhando terreno no trabalho de muitos historiadores do país, ilustrando as várias possibilidades e resultados de se lidar com eles. Este prólogo deixará para o leitor a tarefa de aproximar os vários textos deste livro e deles tirar seus próprios achados, seus próprios caminhos. O que se pretende é fixar algumas considerações sobre esse tipo de escrita, com destaque para a escrita epistolar, devido a sua grande presença no volume, de maneira que o leitor possa melhor se orientar em sua incursão.¹²

A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental. Essa denominação pode ser mais bem entendida a partir da idéia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos.

Considerando-se a existência de um certo consenso na literatura que trata da escrita de si, pode-se datar a divulgação de sua prática, *grosso modo*, do século XVIII,

¹⁰ Algumas delas são: Gomes (2000); Pinto (1999); e Carvalho (2000).

¹¹ Parte dos trabalhos apresentados no encontro, muito utilizados neste texto, foi publicada em *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

¹² Uma diversificada literatura será usada na sistematização do texto deste prólogo. Por isso, as citações só serão feitas quando houver uma referência direta.

quando indivíduos “comuns” passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si.¹³ Um processo que é assinalado pelo surgimento, em língua inglesa, das palavras biografia e autobiografia no século XVII, e que atravessa o século XVIII e alcança seu apogeu no XIX, não por acaso o século da institucionalização dos museus e do aparecimento do que se denomina, em literatura, romance moderno. Isso, atentando-se também para a emergência da figura de um cidadão moderno, dotado de direitos civis (no século XVIII) e políticos (no XIX). Um processo longo e complexo, que permaneceu em curso durante o século XX, embora sofrendo o impacto das grandes transformações ocorridas na área das comunicações, primeiro com o telefone e, mais recentemente, com o *e-mail*.

Essas práticas de produção de si podem ser entendidas como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita — como é o caso das autobiografias e dos diários —, até a da constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções. É o caso das fotografias, dos cartões-postais e de uma série de objetos do cotidiano, que passam a povoar e a transformar o espaço privado da casa, do escritório etc. em um “teatro da memória”. Um espaço que dá crescente destaque à guarda de registros que materializem a história do indivíduo e dos grupos a que pertence. Em todos esses exemplos do que se pode considerar atos biográficos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas.

O ponto central a ser retido é que, através desses tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado. Embora o ato de escrever sobre a própria vida e a vida de outros, bem como de escrever cartas, seja praticado desde há muito, seu significado ganha contornos específicos com a constituição do individualismo moderno. A chave, portanto, para o entendimento dessas práticas culturais é a emergência histórica desse indivíduo nas sociedades ocidentais.

Trata-se de um fenômeno que vem sendo estudado pela história, pela sociologia e pela antropologia, entre outras ciências, e sobre o qual algumas idéias já se consolidaram, embora sempre seja arriscado e simplificador tratá-las nos estreitos limites de um prólogo como este. A idéia de indivíduo que aqui se deseja fixar vincula-se à longa transformação das sociedades ocidentais chamadas de tradicionais por oposição às modernas. Um processo de mudança social pelo qual uma lógica coletiva, regida pela tradição, deixa de se sobrepor ao indivíduo, que se torna “moderno” justamente quando postula

¹³ Essa datação não é uma operação simples, sendo possível estabelecer uma história mais antiga para a escrita de si, destacando o período do Renascimento. Contudo, para os objetivos deste prólogo e dos textos contidos neste livro, o recuo ao século XVIII foi considerado suficiente e operacional.

uma identidade singular para si no interior do todo social, afirmando-se como valor distinto e constitutivo desse mesmo todo.¹⁴

As sociedades modernas, nessa acepção, são individualistas porque se consagram tendo por base um contrato político-social que reconhece todos os indivíduos como livres e iguais, postulando sua autonomia e abrindo campo para um novo tipo de interesse sobre esse “eu moderno”. Uma idéia que confere à vida individual uma importância até então desconhecida, tornando-a matéria digna de ser narrada como uma história que pode sobreviver na memória de si e dos outros. É esse o sentido da feliz observação de Levillain, quando assinala que, se o ato de escrever sobre vidas é muito antigo, a idéia de que a vida é uma história é bem mais recente. E é esse fundamento que está na base do que se considera a escrita biográfica e autobiográfica.¹⁵

Uma formulação que guarda um paradoxo, como a literatura de ciências sociais aponta, delineando os conceitos de individualismo quantitativo e qualitativo, na terminologia de Simmel.¹⁶ Nessa perspectiva, a idéia de individualismo moderno se impõe pela coexistência de dois princípios concorrentes — o de igualdade e o de liberdade —, ambos caros à sociedade ocidental. De um lado, a necessidade de uma equidade moral e política constrói a idéia de indivíduo “abstrato” e sujeito do contrato social, alvo imediato de críticas tanto do pensamento conservador (para o qual há desigualdade), quanto do socialista (para o qual essa igualdade é ficção). De outro, o princípio da liberdade, também fundamental ao referido contrato, guarda a idéia de indivíduo singular, ao mesmo tempo único em relação a todos os demais e múltiplo no que diz respeito a seus papéis sociais e possibilidades de realização pessoal. Assim, os tempos modernos são de consagração do lugar do indivíduo na sociedade, quer como uma unidade coerente que postula uma identidade para si, quer como uma multiplicidade que se fragmenta socialmente, exprimindo identidades parciais e nem sempre harmônicas. Essa tensão constitutiva do individualismo moderno tem implicações fundamentais para o estabelecimento das modalidades de produção de si anteriormente referidas. Isso porque, com essa nova categoria de indivíduo, transformam-se, entre outras, as noções de memória, documento, verdade, tempo e história.

No que se refere à memória (com desdobramentos para a história), passam a ser legítimos os procedimentos de construção e guarda de uma memória individual “comum”, e não apenas de grupo social/nacional ou de “grande” homem (político, militar, religioso). Os argumentos que sustentam as novas práticas derivam tanto da assertiva sociológica de que todo indivíduo é social, quanto do reconhecimento da radical singularidade de cada um. Uma singularidade que se traduz pela multiplicidade e fragmentação

¹⁴ Nesse caso, como alguns autores advertem, a “lógica coletiva” das sociedades modernas seria o individualismo. Além disso, há graus de combinação entre a dominância de uma lógica individualista e de uma lógica coletiva (holista), mesmo nas sociedades modernas ocidentais.

¹⁵ Entre outros autores ver Levillain (1996).

¹⁶ Simmel (1986).

do próprio indivíduo e de suas memórias através do tempo, sem que tal dinâmica torne falso (muito pelo contrário) o desejo de uma “unidade do eu”, de uma identidade. É exatamente porque o “eu” do indivíduo moderno não é contínuo e harmônico que as práticas culturais de produção de si se tornam possíveis e desejadas, pois são elas que atendem à demanda de uma certa estabilidade e permanência através do tempo. A “ilusão biográfica”,¹⁷ vale dizer, a ilusão de linearidade e coerência do indivíduo, expressa por seu nome e por uma lógica retrospectiva de fabricação de sua vida, confrontando-se e convivendo com a fragmentação e a incompletude de suas experiências, pode ser entendida como uma operação intrínseca à tensão do individualismo moderno. Um indivíduo simultaneamente uno e múltiplo, e que, por sua fragmentação, experimenta temporalidades diversas em sentido diacrônico e sincrônico.

As práticas de escrita de si podem evidenciar, assim, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também podem mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser “decomposto” em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho etc. E esse indivíduo, que postula uma identidade para si e busca registrar sua vida, não é mais apenas o “grande” homem, isto é, o homem público, o herói, a quem se autorizava deixar sua memória pela excepcionalidade de seus feitos. Na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de todo indivíduo e que disponibilizou instrumentos que permitem o registro de sua identidade, como é o caso da difusão do saber ler, escrever e fotografar, abriu espaço para a legitimidade do desejo de registro da memória do homem “anônimo”, do indivíduo “comum”, cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas não menos fundamentais a partir da ótica da produção de si.

Os registros de memória dos indivíduos modernos são, de forma geral e por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas. Seu valor, especialmente como documento histórico, é identificado justamente nessas características, e também em uma qualidade decorrente de uma nova concepção de verdade, própria às sociedades individualistas. Sociedades que separaram o espaço público do privado, a vida laica da religiosa, mas que, em todos os casos, afirmaram o triunfo do indivíduo como um sujeito voltado para si, para sua razão e seus sentimentos. Uma sociedade em cuja cultura importa aos indivíduos sobreviver na memória dos outros, pois a vida individual tem valor e autonomia em relação ao todo. É dos indivíduos que nasce a organização social e não o inverso.

Na cultura desse tipo de sociedade é que a noção de verdade passa a ter um forte vínculo com as idéias de foro íntimo e de experiência de vida dos indivíduos, ambas marcantes para as definições de conhecimento e ética próprias ao individualismo. A verdade, nesse contexto sociocultural, não mais se esgota em uma “verdade factual”, objetiva, una e submetida à prova (científica e/ou jurídica), que continua a ter vigência e credibilidade e que também tece conexões com o individualismo moderno. A verdade passa a incor-

¹⁷ A categoria é título de famoso e citado texto de Pierre Bourdieu. Ver Bourdieu (1996).

porar um vínculo direto com a subjetividade/profundidade desse indivíduo, exprimindo-se na categoria sinceridade e ganhando, ela mesma, uma dimensão fragmentada e impossível de sofrer controles absolutos. A verdade, não mais unitária, mas sem prejuízo de solidez, passa a ser pensada em sentido plural, como são plurais as vidas individuais, como é plural e diferenciada a memória que registra os acontecimentos da vida.

O interesse pelo indivíduo nas sociedades modernas é, por conseguinte, contemporâneo à adoção e à divulgação de muitas das práticas de “adestramento de si” já existentes (meditações, exames de consciência, memorizações etc.), às quais se incorpora a escrita de si e a idéia de verdade como sinceridade.¹⁸ A convivência entre o que se está chamando aqui de dois sentidos da idéia de verdade — a da verdade dos fatos e a da sinceridade do indivíduo — viria influenciar a escrita da história de várias maneiras e de forma gradativa, especialmente a partir das décadas finais do século XX. Pode-se, dessa maneira, traçar relações — nem mecânicas, nem imediatas — entre uma história da subjetividade do indivíduo moderno, uma história das práticas culturais da escrita de si e uma história da História que reconheceu novos objetos, fontes, metodologias e critérios de verdade histórica.

Um primeiro aspecto a ser observado diz respeito à valorização desse conjunto de fontes produzidas no âmbito do privado quer por “grandes” homens, quer por homens “comuns”, e que precisaram ser recolhidas, organizadas e socializadas para a pesquisa histórica. Um movimento que, nacional e internacionalmente, adensou-se nas três últimas décadas do século XX e que trouxe a público um grande número de instituições de guarda de arquivos privados, onde os documentos autobiográficos estão sempre presentes, isto sem considerar que um arquivo pessoal pode ser tratado, ele mesmo, como uma modalidade de “produção do eu”.¹⁹

Um investimento desse tipo naturalmente só se efetivou porque foi precedido de longos debates e reflexões sobre a natureza dessas novas fontes (conteúdos, linguagem etc.), sobre os procedimentos de crítica documental a elas dirigidos e sobre suas potencialidades e limites. Paralelamente, os historiadores foram levados a considerar a necessidade de incorporar novos objetos à sua prática historiográfica, o que exigiu a construção de novas metodologias e categorias de análise, assim como o enfrentamento da questão da dimensão subjetiva dessa documentação.

Nesse aspecto, o tema da verdade como sinceridade, como o ponto de vista e de vivência do autor do documento, foi situado e discutido de maneira contundente. Isso porque a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua” verdade. Ou seja, toda essa documentação de “produção do eu” é entendida como marcada pela busca de um “efeito de verdade” — como a literatura tem designado —, que se exprime pela primeira pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões “íntimas e profundas” do indivíduo que assume sua

¹⁸ Sobre as práticas de “adestramento de si por si mesmo” ver Foucault (1992).

¹⁹ Ver Fraiz (1998).

autoria. Um tipo de texto em que a narrativa se faz de forma introspectiva, de maneira que nessa subjetividade se possa assentar sua autoridade, sua legitimidade como “prova”. Assim, a autenticidade da escrita de si torna-se inseparável de sua sinceridade e de sua singularidade.

Ora, uma documentação construída nessas bases exige deslocamentos nos procedimentos de crítica às fontes históricas, no que envolve questões relativas ao “erro” ou à “mentira”, digamos assim, do texto sob exame. Nesses casos, está descartada *a priori* qualquer possibilidade de se saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de “excesso de sentido do real pelo vivido”, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza. Algo que pode enfeitiçar o leitor/pesquisador pelo sentimento de veracidade que lhe é constitutivo, e em face do qual certas reflexões se impõem. Nesse sentido, o trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades, para que o exercício de análise seja efetivamente produtivo.²⁰

Exatamente por se reconhecer tais características na escrita de si, sua utilização pelos historiadores tem sido objeto de preocupações, que acabaram por gerar saudáveis e produtivos debates sobre seu uso como fonte. Algumas advertências tornaram-se mais comuns, valendo uma menção, ainda que breve.

Uma delas retoma o ponto da “ilusão biográfica”, isto é, da crítica que destaca a ingenuidade de se supor a existência de “um eu” coerente e contínuo, que se revelaria nesse tipo de escrita, exatamente pelo “efeito de verdade” que ela é capaz de produzir. A sinceridade expressa na narrativa, que pretende traduzir como que uma essência do sujeito que escreve, obscureceria a fragmentação, a incoerência e a incompletude do indivíduo moderno. O risco para o pesquisador que se deixa levar por esse feitiço das fontes pode ser trágico, na medida em que seu resultado é o inverso do que é próprio dessas fontes: a verdade como sinceridade o faria acreditar no que diz a fonte como se ela fosse uma expressão do que “verdadeiramente aconteceu”, como se fosse a verdade dos fatos, o que evidentemente não existe em nenhum tipo de documento.

Outro ponto refere-se ao estatuto da escrita de si, no que diz respeito às relações do texto com seu “autor”. O debate estabelecido envolveria como que duas posições básicas, que, de uma forma extremamente simplista, podem assim ser situadas. De um

²⁰ Já discuti essa questão em Gomes (1998).

lado, haveria a postulação de que o texto é uma “representação” de seu autor, que o teria construído como forma de materializar uma identidade que quer consolidar; de outro, o entendimento de que o autor é uma “invenção” do próprio texto, sendo sua sinceridade/ subjetividade um produto da narrativa que elabora. Uma dicotomia que tem sido apontada como um falso paradoxo, mas que pode ser útil para se entender a dinâmica própria da escrita de si. Nessa questão, começa a ganhar terreno a posição que considera que o indivíduo/autor não é nem “anterior” ao texto, uma “essência” refletida por um “objeto” de sua vontade, nem “posterior” ao texto, um efeito, uma invenção do discurso que constrói. Defende-se que a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de “produção do eu”.

Tal abordagem converge com a idéia de se entender a escrita de si como tendo “editores” e não autores propriamente ditos.²¹ É como se a escrita de si fosse um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se, através dele, um autor e uma narrativa. Uma idéia que se alimenta do entendimento de que a escrita de si foi mobilizada pelos indivíduos modernos com múltiplas intenções, entre as quais a de permitir o autoconhecimento, o prazer, a catarse, a comunicação consigo mesmo e com os outros. Uma modalidade de ação que permitiria a seu autor uma mudança e/ou um controle maior sobre a própria vida, numa dimensão quer religiosa, quer laica. Mas esse entendimento não supõe nem uma presumida essência anterior de quem escreve, nem sua completa fatura pelo discurso que elabora, nem uma unidade perfeita entre quem escreve e quem é produzido pela escrita.

Uma terceira questão apontada pelos estudos sobre a escrita de si é, então, a da existência de um distanciamento entre o sujeito que escreve — autor/editor — e o sujeito de sua narrativa — o personagem do texto —, seja o texto uma autobiografia, ou um diário ou carta, que não possuem a ampla dimensão retrospectiva do primeiro caso. Essa ambigüidade pode ser mais bem esclarecida quando se tem em mente que a escrita de si é uma das práticas culturais que integram um conjunto de novas relações íntimas próprio à sociedade moderna que consagrou o individualismo.

Isso porque é na cultura desse tipo de sociedades que novas relações de convivência se tornaram possíveis, ao serem autorizadas a vivência e a expressão de sentimentos, como os da amizade e do amor, de forma mais próxima, efusiva, informal. Assim, a sociedade da sinceridade é também a da intimidade, havendo transposições freqüentes entre tais noções, pois foi esse indivíduo que se tornou sincero/verdadeiro em suas ações e emoções, que conquistou a possibilidade de expressá-las para si e para outros. Uma sociedade onde o coração, até mais que a razão, passou a simbolizar a idéia de produção e expressão de um “eu” profundo, subjetivo, autêntico, como já mencionado.

Contudo, essa mesma sociedade da intimidade, que estimulou e divulgou as práticas da escrita de si, exigiu que essas novas e espontâneas formas de expressão do “eu”

²¹ A sugestão é comentada por Calligaris (1998:50).

fossem também codificadas. Ou seja, que a sinceridade, como os demais sentimentos, fosse submetida a mecanismos de contenção e aceitação social. É nesse sentido que a escrita de si se torna uma prática cultural estratégica para um equilíbrio, sempre precário, entre expressão e contenção de si, que se traduz na distância entre autor e personagem do texto e que se manifesta nas muitas fórmulas consagradas de se escrever cartas, diários, memórias.

A metáfora do teatro, de um “teatro da memória”, evidencia-se na idéia do indivíduo como personagem de si mesmo, sendo recorrente nos estudos sobre escrita de si. Tal idéia remete diretamente ao debate já mencionado sobre o texto como representação e/ou invenção de si, situando esse tipo de escrita como um palco onde a encenação dos múltiplos papéis sociais e das múltiplas temporalidades do indivíduo moderno encontraria espaço privilegiado. A metáfora é interessante por permitir ponderações sobre a questão do(s) tempo(s), na chave da tensão e da ambigüidade que vêm sendo apontadas por este prólogo.

Nesse caso, interessa ressaltar como a fragmentação do indivíduo moderno pode conduzi-lo a, por meio da escrita de si, construir para si mesmo uma identidade dotada de continuidade e estabilidade através do tempo. Um esforço que transforma esse tipo de escrita em uma prática de “domínio” do tempo, que, da mesma forma que o “eu”, precisa e pode ser ordenado e significado por um sujeito. Um tempo que contém possibilidades simultâneas, que oferece escolhas e que é experimentado de forma aberta — como presentes e futuros possíveis. Um tempo que, mesmo acreditado como tal, pode não ser vivenciado como de evolução, progresso, aperfeiçoamento.

Ou seja, a fragmentação do indivíduo moderno e de sua memória deixa claro que o tempo tem ritmos e conteúdos diferenciados na diacronia e na sincronia; que não pode ser entendido como linear, único e progressivo. É exatamente por isso que a sensibilidade própria da escrita de si procura controlar a relação que se estabelece entre o tempo e o “eu” do indivíduo moderno, buscando conseguir estabilidade, permanência e unidade. Uma relação que começa a ser operada, conforme estudos que se dedicam ao assunto, a partir dos próprios suportes materiais da escrita de si, isto é, a partir do texto, situado ele mesmo como um objeto da cultura material de uma época.

Por isso, uma observação cara a esses estudos que procuram traçar uma genealogia dos escritos de si, e que os situam a partir do século XVIII, destaca as dificuldades iniciais para o aparecimento de materiais destinados a esse tipo de escrita. Tais dificuldades ocorreriam, inclusive, por se tratar de uma prática cultural exercida no espaço do privado, por homens “comuns” (entre os quais as mulheres têm forte presença). Essa é uma das razões apontadas para que o almanaque, tipo de publicação cuja leitura se popularizou na Europa dessa época, tenha se transformado em um dos primeiros suportes materiais da escrita de si. Em parte de suas páginas impressas, que continham calendários, mapas astronômicos etc., as pessoas faziam registros de acontecimentos de sua vida e da

vida de suas famílias, dando início ao que se poderia considerar um texto de memória ou mesmo um diário.²² A seu lado, a correspondência pessoal, como suporte para registros sobre o cotidiano, o corpo (saúde/doenças) e os “sentimentos da alma”, também tem destaque. É claro que, com o passar do tempo, o mercado de impressos passou a oferecer cadernos, livros e álbuns, além de papéis de carta; enfim, toda uma variedade de artigos destinados à prática da escrita de si, para um público com idades e poder aquisitivo variados.

Mas a importância do domínio do tempo no ato de escrever sobre si estaria igualmente evidente em expedientes muito praticados para estabelecer uma “ordem da escrita”. Pode-se reconhecer tais expedientes em preocupações como a de numerar folhas e/ou páginas de um caderno de viagem ou de um diário; de numerar os próprios cadernos e cadernetas (nem sempre iguais) através dos quais um texto tem seguimento; e, no caso de diários e cartas, de datar e localizar aquilo que se escreve de forma que o caráter eventual e descontínuo da escrita não prejudique sua ordem temporal. Do mesmo modo, no caso de correspondências, há coleções ordenadas em caixas ou pacotes, e as guardadas em arquivos domésticos ou de instituições. Quando se trata de fotografias ou de cartões-postais, a existência de álbuns, dos mais aos menos sofisticados, e que podem também ser ordenados, comprovam a especialização da oferta de suportes para tal tipo de prática cultural.

Além da questão da materialidade do objeto, a escrita de si estabelece uma relação de domínio do tempo que está determinada por seus objetivos e pela sensibilidade que a provoca. Embora se possa considerar que toda escrita de si deseja reter o tempo, constituindo-se em um “lugar de memória”,²³ cabe observar que certas circunstâncias e momentos da história de vida de uma pessoa ou de um grupo estimulam essa prática. É o caso dos textos — sejam eles diários, memórias ou cartas — que se voltam para o registro de fases específicas de uma vida, como viagens, estadas de estudo e trabalho, experiências de confrontos militares, prisão, enfim, um período percebido como excepcional.

Há também os textos que procuram registrar, evidentemente não de forma exclusiva, fatos referentes a uma temporalidade basicamente profissional, assumindo características de linguagem mais distantes de uma escrita íntima, sem deixar de ser uma escrita pessoal. E pode-se, evidentemente, encontrar uma escrita de si que busque cobrir um período de tempo ordinário em suas múltiplas temporalidades: a do trabalho, da casa, dos sentimentos íntimos, do lazer e do cotidiano. Os registros que as mulheres fazem de suas vidas — em cartas, diários ou memórias — costumam ser extremamente ricos desses exemplos. De todo modo, o ponto que se quer destacar com tais possibilidades de escrita de si é como é fundamental atentar para suas relações com o tempo e, nessa perspectiva,

²² Entre os estudos que destacam os almanaques está Chartier (2001).

²³ O conceito de lugar de memória é de Pierre Nora, estabelecido na coleção sob sua coordenação *Les lieux de mémoire*.

como a análise do suporte material do texto é essencial e se articula com o conteúdo do que vai ser registrado.

Como o conjunto de textos deste livro evidencia, a escrita epistolar é uma das modalidades de escrita de si que mais tem sido utilizada pelos historiadores tanto como fonte, quanto como objeto de estudo. Daí o interesse por algumas considerações que, sem se aplicarem necessariamente apenas a esse tipo de prática cultural, a ela se referem em especial.

A correspondência pessoal, assim como outras formas de escrita de si, expande-se *pari passu* ao processo de privatização da sociedade ocidental, com a afirmação do valor do indivíduo e a construção de novos códigos de relações sociais de intimidade. Tais códigos permitem uma espontaneidade das formas de expressão dos sentimentos como a amizade e amor; uma espécie de “intimização” da sociedade. A escrita de cartas expressa de forma emblemática tais características, com uma particularidade: elas são produzidas tendo, *a priori*, um destinatário. Assim, tal como outras práticas de escrita de si, a correspondência constitui, simultaneamente, o sujeito e seu texto. Mas, diferentemente das demais, a correspondência tem um destinatário específico com quem se vai estabelecer relações. Ela implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê — sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo. Escrever cartas é assim “dar-se a ver”, é mostrar-se ao destinatário, que está ao mesmo tempo sendo “visto” pelo remetente, o que permite um *tête-à-tête*, uma forma de presença (física, inclusive) muito especial.²⁴

Tal constatação é plena de desdobramentos. Um deles é que, se a escrita de si é uma forma de produção de memória que merece ser guardada e lembrada, no caso da correspondência, o encarregado dos procedimentos de manutenção e arquivamento dos documentos é o “outro” a quem se destina a carta e que passa a ser seu proprietário. A escrita epistolar é, portanto, uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos. Isso ocorre em sentido duplo, tanto porque se confia ao “outro” uma série de informações e sentimentos íntimos, quanto porque cabe a quem lê, e não a quem escreve (o autor/editor), a decisão de preservar o registro. A idéia de pacto epistolar segue essa lógica, pois envolve receber, ler, responder e guardar cartas.

Escrever cartas exige tempo, disciplina, reflexão e confiança. Há sempre uma razão ou razões para fazê-lo: informar, pedir, agradecer, desabafar, rememorar, consolar, estimular, comemorar etc. A escrita de si e também a escrita epistolar podem ser (e são com frequência) entendidas como um ato terapêutico, catártico, para quem escreve e

²⁴ Foucault (1992:149-50).

para quem lê. O ato de escrever para si e para os outros atenua as angústias da solidão, desempenhando o papel de um companheiro, ao qual quem escreve se expõe, dando uma “prova” de sinceridade. Há necessidade e prazer na troca de cartas: “faz tempo que você não me escreve”, “responda-me com urgência”, “você me esqueceu: não me escreve mais...”. Escrevendo, é possível estar junto, próximo ao “outro” através e no objeto carta, que tem marcas que materializam a intimidade e, com a mesma força, evidenciam a existência de normas e protocolos, compartilhados e consolidados.

Cartas são, assim, um tipo de escrita que tem fórmulas muito conhecidas, porque aprendidas, inclusive nas escolas, como a datação, o tratamento, as despedidas e a assinatura, além de um papel mais apropriado, um timbre/uma marca, um envelope, uma subscrição correta. Têm também um certo ritmo que é descontínuo e cíclico, podendo se acelerar ou desacelerar de acordo com determinados acontecimentos e momentos da vida dos correspondentes. A escrita epistolar envolve o envio e o recebimento de mensagens entre indivíduos, e uma observação básica é a que ressalta os múltiplos distanciamentos constitutivos dessa prática cultural. O primeiro a ser notado é o da distância no espaço e no tempo entre as ações de escrever e ler cartas: a distância entre os correspondentes que se encontram nesse lugar, físico e afetivo, constituído pelas cartas. Outro é o distanciamento entre o autor da carta e todos os acontecimentos narrados, principalmente os que têm nele mesmo o principal personagem. Ou seja, no momento da escrita, os acontecimentos/personagens narrados experimentam tempos variados, que podem se situar no passado (“ontem aconteceu...”, “você se lembra quando?”), no presente (“estou escrevendo esta carta...”) ou no futuro, nos projetos anunciados e planejados em conjunto.

A tais observações pode-se agregar a da descontinuidade entre o tempo de produção/valorização de tais escritos pelos indivíduos, *grosso modo* os séculos XVIII e XIX, e o tempo em que passam a ser considerados fontes e objetos de estudo valiosos para as ciências sociais, ou seja, a segunda metade do século XX. Mais uma vez vale reforçar que isso ocorre quando os pesquisadores elaboram e trabalham com a tensão entre as duas dimensões do individualismo moderno, afirmando a idéia de que o indivíduo é social e singular, tendo sempre escolhas, sendo um sujeito ativo/atuante e não um objeto no qual se inscrevem desígnios de quaisquer forças; uma mera *tabula rasa*. As orientações do chamado individualismo metodológico nas ciências sociais²⁵ e aquelas presentes no que se tornou conhecido como uma nova história política e cultural são os melhores exemplos dessa proposta teórica. Uma proposta que valoriza a escrita de si e a escrita de cartas, independentemente do lugar/posição social ocupado pelos correspondentes (embora esse fato não seja irrelevante), trazendo para o centro da análise a documentação dos homens “comuns”, isto é, daqueles novos praticantes da escrita de si que se beneficiaram da difusão do ensino da leitura e da escrita propiciado pelo movimento das Luzes do século

²⁵ As relações entre o individualismo metodológico — que procura explicar os fenômenos coletivos a partir de comportamentos e estratégias individuais — e a valorização do biográfico são comentadas em Levillain (1996).

XVIII. Nesses casos, seus registros são tratados como uma estratégia eficaz de aproximação das experiências de vida de um tempo e lugar; como indícios da(s) cultura(s) de uma época e de uma certa configuração das relações sociais.

Não surpreende, por conseguinte, que os pesquisadores sintam que trabalhar com cartas é algo fácil e agradável e, ao mesmo tempo, muito difícil e complexo. A correspondência é um tipo de documentação abundante e variadíssima, mas também fragmentada, dispersa e, muitas vezes, quase inacessível, pelas barreiras impostas pelos segredos (familiares, políticos, profissionais) e pela invasão de privacidade que seu exame pode acarretar. Além disso, o pesquisador precisa estar ciente de uma série de procedimentos metodológicos para que sua análise tenha maior rendimento. Trabalhar com cartas, assim como com outros documentos, privados ou não, implica procurar atentar para uma série de questões e respondê-las. Quem escreve/lê as cartas? Em que condições e locais elas foram escritas? Onde foram encontradas e como estão guardadas? Qual ou quais o(s) seu(s) objetivo(s)? Qual o seu ritmo e volume? Quais as suas características como objeto material? Que assuntos/temas envolvem? Como são explorados em termos de vocabulário e linguagem? Essas questões podem se multiplicar, chamando a atenção do analista para as importantes relações estabelecidas entre quem escreve, o que escreve, como escreve e o suporte material usado na escrita.

Essa é a maneira possível de “ler” e “ver” cartas pessoais, entendidas como objeto cultural, particularmente adequado a uma linguagem simples, despojada e próxima do verbal/oral, que aproxima os indivíduos e pode propiciar o que se entende como “metáfora da loquacidade”.²⁶ Ou seja, a correspondência privada é, com frequência, um espaço que acumula temas e informações, sem ordenação, sem finalização, sem hierarquização. Um espaço que estabelece uma narrativa plena de imagens e movimentos — exteriores e interiores —, dinâmica e inconclusa como cenas de um filme ou de uma peça de teatro. Um tipo de discurso multifacetado, com temas desordenados, que podem ou não ser retomados e desenvolvidos, deixando às vezes bem claro até onde se diz alguma coisa. A carta pessoal “diz” que o segredo existe, explicitando seus limites, ou faz crer que ele não existe e que a confissão é plena.

Por essa razão, trata-se de um discurso geralmente marcado pelo cuidado no estabelecimento de relações pessoais. Ele pode combinar com grande facilidade o que vem do cotidiano/ordinário com o que vem do maravilhoso/extraordinário. De toda forma, é um espaço preferencial para a construção de redes e vínculos que possibilitam a conquista e a manutenção de posições sociais, profissionais e afetivas.

A linguagem, o vocabulário e também as marcas materiais (cor do papel, desenhos, inscrições) que uma carta pode conter sinalizam para a afetividade e a proximidade física da relação que está em jogo. Uma relação — de amizade, de amor, de trabalho — que pode ser percebida pelas transformações ocorridas nas formas de tratamento e despedidas, bem como pelo próprio volume das cartas. Duas imagens construídas por dois

²⁶ Dauphin e Poublan (2002).

intelectuais brasileiros, famosos como missivistas, são magistrais para traduzir essa idéia, ambos sintomaticamente trajando o ato de escrever cartas. Monteiro Lobato entende que cartas são escritas “em mangas de camisa” e Mário de Andrade fala de “cartas de pijama”, o que remete a um discurso sem formalidades, descontraído, íntimo. Daí ele poder ser apressado e conter “erros” sem culpas e até sem desculpas. Daí ele poder promover a amizade a distância, mesmo entre pessoas que não se conhecem e que nunca se encontram, como na fórmula cinematográfica do “nunca te vi, sempre te amei”, bem experimentada em tempos de salas de bate-papo da internet. Cartas, como diários, memórias e outras formas de escrita de si aproximam, sendo discursos que mobilizam a sinceridade como valor de verdade, mas não podem, por isso, ser tratadas como formas naturalizadas e espontâneas.

Finalmente, algumas breves palavras sobre a organização dos textos no livro. Ele está dividido em duas partes e, em ambas, procurou-se seguir uma ordem cronológica de apresentação. Por isso, o leitor pode percorrer um espaço de tempo na história do Brasil que vai de meados do século XIX até o fim do século XX, descortinando questões substantivas variadas, mas sempre demarcadas pelo debate das relações entre história e memória, através da escrita de si.

A primeira parte reúne sete textos que tratam de figuras de intelectuais, tendo na escrita de si seu objeto de análise. A maioria deles trabalha com correspondência — ativa, passiva ou ambas —, havendo um dedicado a um diário de juventude e outro que se volta para uma reflexão comparada de quatro registros autobiográficos do mesmo autor. A segunda parte, composta por nove textos, tem o gênero e a política como centro de preocupações. Nela, há estudos que usam a escrita de si como fonte privilegiada para discutir uma questão da história do Brasil e textos que elegem essa fonte como seu objeto. O trabalho com correspondências continua a dominar, mas existem estudos sobre diários e textos de cunho memorialístico, cuja análise, em alguns casos, se combina com a feitura de entrevistas de história de vida. Finalmente, deve-se salientar que o último estudo do livro não usa, por excelência, como fonte um tipo de texto que se enquadre como uma escrita de si. Embora recorra também a depoimentos escritos e orais, seu objeto de interesse são textos advindos de um tipo de exercício profissional muito peculiar: os “bilhetinhos” enviados aos jornais pelos censores, durante o regime militar, nos anos 1960 e 70. Ele foi incluído pela originalidade da fonte e interesse que desperta, além do diálogo que o estudo constrói com outros do livro que também contemplam o regime militar.

Como se vê há um leque de temas, questões e momentos históricos contemplados nos textos deste livro. O que os une e constitui objetivo da organizadora é a oferta de múltiplos e frutíferos exercícios de análise, utilizando a escrita de si como fonte e/ou objeto. É, portanto, para uma leitura feita na chave da metodologia da pesquisa histórica que se convida o leitor a percorrer suas páginas.

Referências bibliográficas

- ABREU, Caio Fernando. *Cartas*. Organização de Ítalo Moriconi. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.
- CARVALHO, José Murilo. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados*, Rio de Janeiro: Iuperj, v. 43, n. 1, 2000.
- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- DAUPHIN, C.; POUBLAN, D. Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares do século XIX. In: MIGNOT, Ana Cristina; BASTOS, Maria Helena; CUNHA, Maria Teresa. *Destino das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Vega, Passagens, 1992.
- FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.
- FROTA, Lélia Coelho (Org.). *Carlos e Mário*. Apresentação de Silvano Santiago. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2002.
- GALVÃO, Walnice N. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997.
- ; GOTTIB, Nádia. *Prezado senhor, prezada senhora: um estudo sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.
- . O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: GOMES, A. de C. (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- LEVILLAIN, Phillipe. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- MANET, Edouard. *Viagem ao Rio: cartas da juventude (1848-1849)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- MARIA, Antônio. *Diário de Antônio Maria*. Apresentação de Joaquim Ferreira dos Santos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MIGNOT, Ana Cristina; BASTOS, Maria Helena; CUNHA, Maria Teresa. *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000.

———. *Destino das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política da Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

PRESTES, Anita Leocádia; PRESTES, Lygia (Orgs.). *Anos tormentosos: correspondência da prisão (1936-1945)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SIMMEL, Georg. La ampliación de los grupos y la formación de la individualidad. In: *Sociología: estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza, 1986.

PARTE I

CAPÍTULO 1

Lapidário de si: Antonio Pereira Rebouças e a escrita de si

HEBE MARIA MATTOS*

KEILA GRINBERG**

“*M*uito há que se dizer do homem lapidário de si mesmo, ajudando a edificar a nacionalidade nos postulados da liberdade com a argamassa do ideal.” Com estas palavras, Enéas Pereira Dourado termina sua nota biográfica sobre Antonio Pereira Rebouças — “O velho Rebouças” —, publicada no *Diário de Notícias* de 26 de agosto de 1962. De fato, muito há que se dizer desse Rebouças. Nascido em Maragogipe, no Recôncavo baiano, em 1798, filho do alfaiate português Gaspar Pereira Rebouças e da liberta Rita dos Santos, “o fiador dos brasileiros”, como ele mesmo se autodenominava, foi, além de pai do engenheiro e abolicionista André, um dos ícones do movimento pela independência do Brasil na Bahia e um dos maiores especialistas em direito civil do país no século XIX.

Nascido pobre, ao passar a mocidade em Salvador, onde trabalhou como escritor de comércio, guarda-livros e escrevente de cartório, descobriu o direito, vocação que seguiria por toda a vida.¹ Sem meios para frequentar a Faculdade de Direito de Coimbra, tornou-se autodidata e, em 1821, obteve do Tribunal do Desembargo do Paço permissão especial para advogar em sua província natal (e em 1847 em todo o território nacional). Durante os episódios da luta pela independência na Bahia, tornou-se um dos líde-

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em história social pela UFF.

** Professora da Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio) e doutora em história social pela UFF.

¹ Grinberg (2002). Sobre a possível origem escrava de sua mãe, ver Spitzer (2002).

res do movimento de resistência em Cachoeira, ficando conhecido em todo o país pelos serviços então prestados à nação.

Várias vezes deputado provincial e membro da Câmara dos Deputados, especialista em direito civil, Antonio Pereira Rebouças tornou-se afamado pela adesão irrestrita aos princípios do liberalismo. Tinha como máxima o parágrafo da Constituição que estabelecia que os cidadãos brasileiros só poderiam ser distinguidos de acordo com seus talentos e virtudes. Em seus discursos na Câmara e em suas atuações no foro, seus principais temas foram discussões em torno do direito de propriedade (princípio que, para ele, justificava a continuidade da escravidão) e, ao mesmo tempo, da concessão de direitos civis aos libertos.

Embora considerado um moderado em suas ações políticas pela ênfase que atribuía à ordem, como exemplifica sua atuação contra a Revolta dos Malês e a Sabinada,² enquanto parlamentar liberal Rebouças repudiava veementemente qualquer associação entre cor, posição política ou condição social, considerando que nenhum cidadão devia ser discriminado em função de sua origem. Isolado politicamente após a vitória do Regresso,³ abandonou a vida pública em 1848, passando a se dedicar exclusivamente à advocacia e ao estudo da jurisprudência, o que lhe possibilitou certo conforto material e angariou grande prestígio na Corte, inclusive entre os membros da família imperial, como atesta o título que lhe foi outorgado de conselheiro do imperador — o qual, aliás, muito prezava. Isso não impediu, porém, que fosse aos poucos caindo no ostracismo. Recolhido, a partir de 1870, por conta da cegueira, faleceu na Corte em 1880.

Tamanha trajetória já mereceu a atenção de alguns biógrafos e estudiosos.⁴ Mesmo antes de sua morte, os contemporâneos de Rebouças já imaginavam que tal ocorreria, como comprovam as palavras do redator do periódico *O Novo Mundo*:

A sua biografia alguém a escreverá um dia, com os materiais que não temos agora; e a inscrição mais apropriada desse trabalho serão as palavras que ele mesmo disse

² Os malês — designação dada aos africanos mulçumanos na Bahia do século XIX — articularam e lideraram importante revolta urbana envolvendo escravos e libertos africanos de Salvador em inícios de 1835. Dois anos depois, a eclosão da Sabinada, revolta federalista liderada pelo médico mulato, “liberal exaltado”, Francisco Sabino, empolgou as massas de cor e livres da cidade. Ela prometia alforria aos escravos crioulos que se engajassem na defesa da revolução, tendo sido derrotada, após violenta repressão, pelas forças do governo central estabelecido no Rio de Janeiro em inícios de 1838. Cf. Vainfas (2002:642-5, 666-8).

³ O Regresso (1837) foi um movimento político no qual uma dissidência dos “liberais moderados”, diante da explosão de revoltas federalistas e levantes populares durante o período regencial, propôs o restabelecimento da centralização política da Constituição de 1824, atraindo as antigas facções restauradoras e retomando muitas das prerrogativas jurídicas da ordem estamental prevalecente no mundo colonial. Cf. Vainfas (2002:626-8).

⁴ Para uma revisão dos autores que se referem à trajetória de Antonio Pereira Rebouças, ver Grinberg (2002, especialmente p. 25-6).

*na Câmara em 1832: “Devotado à pátria, eu deponho o meu coração nas asas sagradas da liberdade, da honra e da verdade”.*⁵

Para além da frase pomposa dita na Câmara, é de se supor que o próprio Antonio Pereira Rebouças esperasse que sua vida fosse alvo de interesse póstumo. Ele deixou nada menos que quatro documentos biográficos manuscritos e dois livros publicados, um com seus principais discursos no Parlamento e outro com notas sobre sua atividade política (ou, como ele preferiu denominá-la no título, “vida patriótica”).⁶ Nesse outro sentido também não deixou de ser um “homem lapidário de si mesmo”, já que, como se depreende da leitura de seus textos — e se verá adiante —, Rebouças esforçou-se para construir uma determinada imagem de si.

A coleção Antonio Pereira Rebouças

O guia das coleções da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional não informa a origem da coleção Antonio Pereira Rebouças. A leitura do catálogo da coleção permite perceber fortes indícios da vontade de Rebouças na organização do material que seria deixado à posteridade, com o auxílio do filho André, provável editor do volume de memórias publicado sobre as recordações da vida patriótica.⁷

A correspondência passiva do conselheiro responde por 143 dos 160 documentos da coleção. José Bonifácio de Andrada e Silva, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Diogo Antonio Feijó, ministros e membros do Conselho de Estado, marqueses, viscondes e outros altos dignitários do Império figuram entre seus correspondentes. Esta é a primeira característica da coleção a saltar aos olhos. Rebouças buscou definir-se por suas relações.

⁵ *O Novo Mundo: Periódico Ilustrado do Progresso da Edade*. Nova York, v. 5, n. 53, 22 fev. 1875. Não é de se desprezar a possibilidade de o artigo ter sido escrito por seu filho André Rebouças, um dos colaboradores do periódico. Ver a respeito, Carvalho (1998).

⁶ Os documentos biográficos manuscritos de Antonio Pereira Rebouças pertencentes à coleção Antonio Pereira Rebouças, depositada na Biblioteca Nacional, são: “Notas políticas de Antonio Pereira Rebouças” (Rio de Janeiro, 19 dez. 1868, por letra alheia e com assinatura autógrafa), “Apontamentos biográficos do conselheiro Antonio Pereira Rebouças” (s.d. [década de 1860?], por letra alheia), “Biografia do advogado conselheiro Antonio Pereira Rebouças” (s.d. [1837?]) e “Nota biográfica do conselheiro Antonio Pereira Rebouças” (s.d. [década de 1860?], autógrafa). Os textos publicados são uma compilação de discursos — Rebouças (1870) — e um texto autobiográfico — Rebouças (1879).

⁷ Na versão publicada de seu diário, André Rebouças escreve: “Continuei e terminei à noite os apontamentos biográficos ditados por meu pai” (Rebouças, 1938:165). No prefácio de Rebouças (1879), registra-se que “a presente memória [foi] ditada pelo Rebouças em agosto de 1868, já então sem vista para ler e escrever”.

Um dos traços distintivos da imagem de si que procurou construir, os títulos e cargos de seus pares, daria a medida de sua estatura sociopolítica.

Além da correspondência passiva, a coleção reúne 15 documentos classificados como “biográficos” pelo catálogo. A lógica que parece presidir a seleção de tais documentos é, primeiramente, a da comprovação dos títulos e feitos de que Rebouças se orgulhava, quase uma espécie de comprovação de currículo. Com os documentos ali reunidos, a habilitação para advogar em todo o país, de 1847; a participação na Junta Provisória de Cachoeira nos episódios da independência da Bahia; a nomeação para secretário da província de Sergipe em 1824; a comenda de oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, de 1842; a participação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e em outras sociedades civis de que se orgulhava ficam todas devidamente comprovadas. Além desses, os “documentos biográficos” reúnem quatro textos manuscritos de caráter autobiográfico.

Dois desses documentos são declarados autógrafos, ainda de acordo com o catálogo da coleção. O primeiro e mais extenso intitula-se “Biografia do advogado conselheiro Antonio Pereira Rebouças” e tem 66 páginas manuscritas, provavelmente pelo biografado. Em mau estado de conservação, o documento não é datado, e a narrativa autobiográfica encerra-se abruptamente com o relato dos eventos relativos à repressão da Sabinada. Tudo indica que foi escrito durante a rebelião ou logo após esta ter sido sufocada, com certeza ainda na regência de Araújo Lima.

E, de tal sorte, o Rebouças veio a ter provavelmente uma não pouca importante influencia na renúncia de Feijó, na Regência interina e composição do Ministério de 19 de 8bro de 1937, na Regência ACTUAL que se seguiu a interinidade, sendo para ella eleito o mesmo Araújo Lima e em todos os sucessos políticos de então até em diante (p. 62).

Repetindo a estratégia de se definir pelo *status* social de seus pares, quase todos os nomes de amigos e adversários que cita no texto são acompanhados de uma pequena referência à sua trajetória social e política posterior, o que também ajuda a datar o documento no período referido.

Um certo excesso no auto-elogio e um travo de ressentimento estruturam a narrativa biográfica. O texto parece ter sido escrito para fazer justiça ao próprio Rebouças, num esforço de entender e reverter limites impostos ao reconhecimento público de sua trajetória.

O segundo texto aqui considerado recebeu o título de “Nota biográfica do conselheiro Antonio Pereira Rebouças” e tem apenas oito páginas, em laudas curtas e com caligrafia caprichada, à exceção da última página, na qual se refere à esposa e aos filhos, e onde há várias rasuras e mais de uma versão para uma mesma frase. Assemelha-se a um currículo ou um memorial, dando a impressão de ter sido escrito para alguma publicação específica. Na última página de experimentações e rasuras, o autor parece ensaiar um texto padrão em relação à memória da família, do nascimento dos filhos à morte da esposa. Nessa página, aparece riscada uma data manuscrita — 14 de setembro de

1870 —,⁸ data em que o conselheiro já estaria “sem vista para ler e escrever”, o que nos faz duvidar do caráter autográfico do documento. Por outro lado, a letra do último parágrafo, sobre a família, parece ser de outra pessoa que não a que escreve a maior parte do texto, e é bem mais próxima daquela que redige a “Biografia”; contudo, é difícil fazer qualquer avaliação precisa a respeito.

Os dois outros textos autobiográficos são reconhecidamente escritos por letra alheia, segundo o catálogo, tendo um deles uma assinatura autógrafa. André Rebouças escreve em seu diário sobre o trabalho de concluir os “apontamentos biográficos ditados pelo pai” e, de fato, um dos textos intitula-se “Apontamentos biográficos do conselheiro Antonio Pereira Rebouças”,⁹ com nove folhas escritas em laudas densas apenas no verso. Trata-se de texto mais alentado que a “Nota biográfica”, com destaque para os acontecimentos da vida política do biografado. O texto reelabora, de modo geral, informações relatadas mais detalhadamente na “Biografia”. As citações especiais ao filho André não parecem deixar dúvidas sobre o redator.

Por fim, mais um texto manuscrito por letra alheia, aparentemente também de André Rebouças, com o título (segundo o inventário da coleção, pois o documento propriamente não possui, como os outros, um título específico) “Notas políticas de Antonio Pereira Rebouças”, datado de 19 de dezembro de 1868.¹⁰ No lugar do título, encontram-se, na primeira página, com letras grandes, instruções àquele que tomava as notas ditadas pelo conselheiro: “*No Instituto Histórico há o Correio da Câmara dos Deputados e o Echo da Câmara dos Deputados, que trazem descrições e Actas da Sessão de 30 de Julho de 1831*”. Na segunda página, uma epígrafe: “*o bem que fez e o mal que evitou*”.

Trata-se, provavelmente, de subsídios para a organização do volume posteriormente publicado com o título de *Recordações da vida patriótica do advogado Rebouças; compreendida nos acontecimentos políticos de fevereiro de 1821 a setembro de 1822, de abril a outubro de 1831, de fevereiro de 1832 e de novembro de 1837 a março de 1838*.¹¹ Publicado como “memórias ditadas por Rebouças em agosto de 1868 já então sem vista para ler e escrever”, o texto não corresponde exatamente a nenhum dos manuscritos aqui referidos, embora esteja claramente neles baseado.

Recordações da vida patriótica... foi o único texto autobiográfico do conselheiro a ser publicado, mesmo assim somente em 1879, um ano antes da morte do autor. Chama a atenção no volume a cuidadosa seleção dos episódios lembrados e o significativo silên-

⁸ “Nota biográfica do conselheiro Antonio Pereira Rebouças”. Coleção Antonio Pereira Rebouças, Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional, I — 3, 24, 63.

⁹ “Apontamentos biográficos do conselheiro Antonio Pereira Rebouças”. Coleção Antonio Pereira Rebouças, Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional, I — 3, 24, 60.

¹⁰ “Notas políticas de Antonio Pereira Rebouças”. Coleção Antonio Pereira Rebouças, Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional, I — 3, 24, 59.

¹¹ Rebouças (1879).

cio em relação a outros, relatados nos textos manuscritos, tão ou mais significativos que os escolhidos.

A seleção do material que comporia a publicação implicou, portanto, uma decisão — que não se sabe se do biografado ou de seu provável editor, André Rebouças —¹² sobre o que deveria ser divulgado e publicado, ainda em vida do conselheiro, de seu material autobiográfico, e o que deveria ser deixado ao possível interesse da posteridade, consolidado na coleção Antonio Pereira Rebouças.

Família e educação

A coleção Antonio Pereira Rebouças foi organizada para documentar a vida pública do personagem. Não há cartas de familiares na correspondência passiva reunida; a família e a vida doméstica entram de maneira quase protocolar nos escritos autobiográficos. Não por acaso o único texto autobiográfico publicado em vida por Rebouças tratou apenas de recordações da vida patriótica, seguindo estrutura anunciada no manuscrito intitulado “Notas políticas...”, de 1868.

Apesar disso, os outros três documentos autobiográficos da coleção iniciam referindo-se à origem humilde do autor e à educação que lhe foi proporcionada pela família. De fato, “Apontamentos” e “Nota biográfica” são resumos comportados e atualizados, construídos no ocaso da vida, daquela primeira narrativa biográfica elaborada no final da década de 1830. A valorização do estudo na infância de Rebouças e sua precoce vocação para o direito figuram como elementos centrais no texto da “Biografia”, inteiramente escrita na terceira pessoa, e que assim apresenta essa primeira e fundamental construção de si por nosso personagem:

Antonio Pereira Rebouças nasceu na Vila, hoje cidade de S. Bartolomeo de Maragogipe, em 10 de Agosto de 1798, filho legitimo de Gaspar Pereira Rebouças e D. Rita Bazilia dos Santos.

Tinha seu pai a profissão de Alfaiate e como Mestre exercia grande influencia na vila e gozava a geral estima das pessoas mais gradas.

No mesmo lugar do seu nascimento e na Cidade da Bahia aprendeu e se aperfeiçoou nas primeiras letras. Regressou a Maragogipe e aí na Escola Publica, recentemente criada, aprendeu o latim.

¹² No último parágrafo do livro, lê-se: “no mez de março, regressou Rebouças ao seu domicílio na capital da Província com a família, aumentada de um filho, dado a luz em 13 de janeiro de 1838, o bem conhecido engenheiro André Pinto Rebouças”.

Escasseando a seu Pai os meios de fazê-lo seguir a maiores estudos teve de escolher uma profissão para manter-se. Passou para a cidade no intuito de praticar em um escritório de comércio para exercer a profissão de Guarda-livros, mas em poucos meses resolveu-se a ser com preferência escrevente de algum Advogado de grande reputação e por que não houve lugar passou a empregar-se em um cartório... (p. 1).

Destaca-se, no texto, a ausência de maiores informações sobre a mãe e sua provável condição de liberta.

Essa forma de apresentação de suas origens repetir-se-ia nos textos manuscritos posteriores, mesmo que com variações, que parecem sugerir maior preocupação com o público leitor a que os textos estariam destinados. Entre essas variações, destaca-se, na “Nota biográfica”, a não-utilização do título de “dona” antes do nome da mãe — Rita Basília —, largamente utilizado no mesmo documento quando são mencionados os nomes da esposa e das filhas do autor:

Antonio Pereira Rebouças, filho legítimo de Gaspar Pereira Rebouças e Rita Basília dos Santos, nasceu em 10 de agosto de 1798, na vila de Maragogipe, Província da Bahia. Aos 5 anos de idade, começou o estudo de Primeiras Letras e cumulativamente o de música. Na cidade da Bahia, capital da Província, completou o estudo de Primeiras Letras entre os anos 1809 e 1810.

Regressando da dita cidade a Maragogipe aí houve de estudar Gramática e Língua Latina, até o anno de 1813.

Em março de 1814 tornou para a cidade Capital da Província, no intuito de habilitar-se para Guarda-livros, mas, sentindo-se impróprio para a vida de caixeiro, procurava ter lugar no escritório de algum Advogado de nomeada, e não o havendo desimpedido, teve de acomodar-se no Cartório de um dos Tabeliães do Judicial e Notas... (“Nota biográfica”, p. 1.)

O texto dos “Apontamentos biográficos” repete a mesma estrutura narrativa de auto-apresentação, com alguma mudança de tom, talvez informado pela pena de André Rebouças. Nesse caso, destaca-se a hesitação quanto ao uso do título “dona” — escrito e posteriormente riscado — antes do nome de Rita Basília, bem como o uso da fórmula “só teve... mestres até o anno de 1813”, que dá ênfase (ausente nos textos anteriores) às dificuldades vencidas pela capacidade de autodidata do biografado.

Nasceu Antonio Pereira Rebouças em 10 de agosto de 1798 na vila então e atualmente Cidade de S. Bartolomeo de Maragogipe na Província da Bahia, filho legítimo de Gaspar Pereira Rebouças e [D-] Rita Basília dos Santos.

Seu Pai era Mestre Alfaiate e por seu procedimento gozava da estima das pessoas mais gradas do País.

Só teve Antonio Pereira Rebouças mestres até o anno de 1813 de primeiras letras e musica em Maragogipe e na cidade da Bahia e de latim em Maragogipe. A decorrer de Abril de 1814 começou a ser escrevente em um Cartório de Tabelião de Judicial e Notas na cidade da Bahia e desse passou para outro com maior vantagem para seus conhecimentos forenses. (“Apontamentos biográficos”, p. 1.)

O nexa seguinte dos três textos faz o elogio da capacidade de aprendizagem do autor a partir de sua experiência de escrevente de cartório até seu provimento, por concurso, como advogado na província da Bahia. Segundo a “Biografia”, o concurso foi presidido “*pelo Chanceler que então era Desembargador do Paço José Joaquim Nabuco de Araújo, falecido como Senador do Império e Barão de Itapoam*”.

Novamente, a “Biografia” estabelece o modelo narrativo, repetido nos dois textos posteriores. Narra com detalhes (ausentes nos demais textos) a ajuda do irmão Manoel Maurício, que depois se formaria médico, na obtenção do primeiro emprego, bem como a experiência de Rebouças em cada um dos cartórios até tornar-se “*tão hábil no conhecimento do processo em todas as suas partes e de tudo que respeita a função de tabelião público judicial e notas [que se colocou] entre os mais procurados escreventes de qualquer comarca*” (p. 3).

A exemplo da “Biografia”, todos os manuscritos autobiográficos esforçam-se por enfatizar a alta qualidade acadêmica dos estudos de Rebouças, mesmo que realizados como autodidata.

avantajando-se A. P. Rebouças em todos estes conhecimentos sem ter a alguém por mestre e diretor senão os próprios autos em ação e execução as sentenças e mandos de todas as ações e suas especiais e os livros de notas com seus respectivos instrumentos comparando-os com a legislação compilada e extra-vagante e com os livros práticos de jurisprudência mais em voga, que não cessou de estudar atentamente sem prescindir de se instruir em Literatura portuguesa e Latim, estudar a língua francesa sem auxilio de mestre algum bem como Lógica e Ética, Retórica e Poética, alguma coisa de Geografia e Historia. (“Biografia”, p. 3.)

Em pouco tempo soube tudo quanto era de aprender dos officos de Tabelião e Escrivão, e houve de prestar sua atenção ao que mais cumpria. Ensaaiando-se na prática de Advocacia. Entretanto, não deixava de dar-se ao estudo das Humanidades, tendo por Mestres os livros de que geralmente faziam uso nas Aulas do Publico Ensino os Estudantes mais bem aproveitados. (“Nota biográfica”, p. 1.)

Percebe-se novamente uma pequena inflexão no texto dos “Apontamentos”, ressaltando menos a similitude da qualidade da formação e mais a admiração pelo esforço realizado pelo autodidata.

Todos os conhecimentos, que se lhe considerem possuir em Literatura, Política e Jurisprudência, foram adquiridos desde 1814 estudando nos livros e nos acontecimentos sem [ter por (sobrescrito)] [ø] auxilio [~~de~~] pessoa alguma (p. 9).

Excetuando-se a definição inicial da origem de Rebouças, relacionada com a memória de seu processo de formação acadêmica e profissional, suas relações com pai, mãe, irmãos e mesmo com a futura esposa e filhos estão totalmente ausentes dos textos considerados. Na “Biografia”, as menções à família são absolutamente casuais, na medida em que se entrelaçavam com fatos da vida pública. Há algumas referências aos irmãos que se alistaram como voluntários e fizeram carreira militar nos batalhões patrióticos, uma rápida menção ao fato de morar com a mãe e as irmãs na narrativa da fuga para Cachoeira em 1821¹³ e ainda uma única referência, assim mesmo indireta, à esposa, quando informa ter sido chamado, no dia seguinte ao seu casamento (3 de abril de 1831), a uma reunião com os outros representantes da Bahia na Assembléia Legislativa para “*providenciar sobre o perigo que corria a causa publica, havendo uma crescente reunião de tropa e povo na Fortaleza do Campo do Barbalho, ... [em função disso] teve pois o Rebouças de deixar a casa nupcial para ir à reunião indicada*”, tendo passado “*toda a noite de 4 de abril no Palácio do Governo da Província, donde teve de regressar para sua casa das 7 a 8 horas da manhã do dia 5*” (p. 53).

Mesmo que tanto a “Nota biográfica” quanto os “Apontamentos” concluam com um parágrafo inteiramente dedicado à mulher e aos filhos, é o caráter extremamente formal dessa referência que, em ambos os casos, se destaca. No que diz respeito à elaboração dos dois textos, pode-se afirmar com alguma segurança que André Rebouças reproduz, de forma simplificada, na conclusão dos “Apontamentos”, o texto construído — em meio a muitas hesitações, registradas em rasuras e correções — na última página da “Nota biográfica”, tendo em vista a mudança na qualidade da letra, possivelmente do próprio punho de Rebouças.

¹³ “Biografia”, p. 5. Esta menção à fuga com a mãe e as irmãs dá lugar, apenas no volume publicado das *Recordações da vida patriótica*, a uma longa nota de rodapé, na qual são citados os nomes de todas elas e é feito um pequeno relato dos destinos do pai e dos irmãos e da trajetória do irmão músico, José Rebouças. Ver Rebouças (1879, cap. 3, nota 2).

“NOTA BIOGRÁFICA”

Em 3 do sobredito mês de Abril de 1831 se uniu pelos vínculos sagrados do matrimonio com a Senr.^a D. Carolina Pinto, filha legítima do Senr.^o André Pinto da Silveira e da Senr.^a Anna Joaquinna da Silveira. Teve de seu legítimo matrimônio na Cidade Capital da Bahia, D. Anna Ritta Rebouças, D. Carolina Pinto Rebouças, André Pinto Rebouças, Antônio Pereira Rebouças e Ladislau Pinto Rebouças. No Rio de Janeiro, teve Pedro Pereira Rebouças, José Pereira Rebouças e Maria Carolina Rebouças. Todos os seus filhos existem, menos o nascido na Bahia, Ladislau Pereira Rebouças, que faleceu no Rio de Janeiro em Abril de 1861 ~~[na idade]~~ aos 15 anos de idade e os nascidos no Rio de Janeiro, Maria Carolina, ~~[no Rio de Janeiro]~~ que em 1865 ~~[idade de 8 anos]~~ deixou de existir na idade de 8 anos. ~~[1866]~~ [A contar de Maio de 1865, Antônio Pereira Rebouças (escrito por cima do parágrafo)] acha-se viúvo ~~[a decorrer de 28 de Maio de 1865, passando-se sua mulher D. Carolina Pinto Rebouças, desta para a vida eterna]~~ da Senhora Carolina Pinto Rebouças, pessoa ~~[Rio de Janeiro, 14 de Setembro de 1870]~~ de nobre coração e distinto character, prendada e muito boa mãe de família.

“APONTAMENTOS”

Casou-se no dia 3 de Abril de 1831 com a Senr.^a D. Carolina Pinto Rebouças, filha legítima do Senhor André Pinto da Silveira com a Senr.^a D. Anna Joaquinna da Silveira.

Teve de seu legítimo Matrimonio na cidade da Bahia duas filhas, D. Anna Rita e D. Carolina, e 3 filhos, André (que nasceu na cidade de Cachoeira em 13 de Janeiro de 1838), Antonio e Ladislau; e no Rio, Pedro, José e Maria Carolina. Dos nascidos na Bahia faleceu no Rio de Janeiro em 1861 o Ladislau; e Maria Carolina, nascida no Rio de Janeiro, deixou de existir em 1866 achando-se já viúvo seu pai, por ter falecido em 28 do mês de Maio do antecedente anno de 1865 sua mãe, a mesma Senr.^a D. Carolina Pinto Rebouças, de nobre coração, distinto caráter, prendada e grande mãe de Família, geralmente por tal reconhecida e respeitada.

A vida patriótica

É por sua “vida patriótica” que Antonio Rebouças pretende ser lembrado. Até mesmo sua atuação como jurista pouco está presente no processo de construção de memória subjacente à coleção. Praticamente não há textos ou notas jurídicas no conjunto documental arquivado. Os muitos processos em que atuou e os importantes estudos jurídicos que escreveu merecem pouco destaque nos principais textos autobiográficos, a

não ser quando se imbricam diretamente com sua atuação política.¹⁴ Do tom quase épico da “Biografia” ao texto grandiloquente, mas ascético e seletivo, de *Recordações da vida patriótica*, é a participação nos acontecimentos políticos ocorridos entre 1821 e 1837 que serve de base para a construção da memória de nosso personagem. Entre a memorização imediata, que se fez quase como balanço, até a construção das memórias publicadas quando “os contemporâneos aos acontecimentos políticos havidos na capital e Província da Bahia... vão se finando, e os que ainda não se passaram desta à vida eterna têm de sobreviver aos outros por pouco tempo”,¹⁵ a “Nota biográfica”, as “Notas políticas” e os “Apontamentos” surgem como indícios significativos dos deslocamentos ocorridos na imagem de si que o conselheiro procurou construir.

Em fins dos anos 1830, o velho Rebouças concluía a fase heróica de sua vida pública. Nesse mesmo período, a eclosão e a repressão do Levante dos Malês e da Sabinada deixavam entrever tempos difíceis para os ideais liberais de igualdade entre os cidadãos em que tanto acreditava.¹⁶ Não parece obra do acaso que tenha então decidido escrever sua “Biografia” como uma prova viva de que essa igualdade era possível.

Com bela folha de rosto manuscrita, a “Biografia do advogado conselheiro Antonio Pereira Rebouças” tem seu texto construído em episódios diferentes e sucessivos em termos cronológicos, organizados a partir de um mesmo modelo narrativo, que busca, basicamente, atestar essa possibilidade de igualdade. Na narrativa de tom quase épico, Rebouças, o herói, desempenha ações nobres e generosas, em função das quais é injustamente perseguido ou desmerecido por seus inimigos, a quem responde com seus talentos e virtudes, ao final plenamente reconhecidos, fazendo cair no ridículo seus adversários.

Já no início da “Biografia” há um longo relato de mais de três páginas sobre uma situação ocorrida no cartório em que trabalhava, na qual um colega escrevente “invejoso de seu talento” tentara humilhá-lo [deprimi-lo] quando pela primeira vez encaminhara uma petição de ação.

Rebouças quis dizer ao Tabelião em presença de todos que estavam no cartório que o induzira a esse erro o haver acreditado ao escrevente mas não pode proferir palavra alguma. Então A P R protestou consigo mesmo que ainda ele teria ocasião de ensinar a ser escrevente àquele desleal e invejoso companheiro.

Segue-se longuíssimo trecho, de difícil leitura pelo assunto e pelo estado do documento, que termina da seguinte maneira:

¹⁴ As publicações e principais episódios da carreira jurídica aparecem à moda de *curriculum vitae* na “Nota biográfica” e, em certa medida, também nos “Apontamentos”. Sobre a relação entre sua atuação jurídica e a vida pública ver, por exemplo, Rebouças (1851).

¹⁵ Ver prefácio de Rebouças (1879).

¹⁶ Sobre o assunto ver Grinberg (2002, cap. 4).

Então o tabelião voltando-se para ele disse que pois o Rebouças já tinha passado um que tinha sido aceito e cumprido e então o Rebouças acrescentou que se ele queria saber praticamente como se passa dobrasse uma folha de papel como para que mandato que ele lho ditaria o que se verificou ditando-se com efeito a vista de todos o precatório que escrito e logo subscripto pelo Tabelião foi entregue ao Procurador cumprindo assim completamente aquele íntimo protesto de que todavia não fez ostentação que desse a entender que exercia uma vingança (p. 4).

Esse mesmo modelo narrativo é repetido na construção da memória dos fatos políticos, organizados no texto da “Biografia” a partir de uma determinada cronologia, de certa forma retomada anos mais tarde, já com algumas supressões, no manuscrito das “Notas políticas”.

De todos os textos aqui analisados, a “Biografia” é o único que inicia a narrativa da vida patriótica de Rebouças partindo das repercussões, na Bahia, da revolução pernambucana de 1817, a fim de desenvolver seu “sentimento patriótico e de amor à liberdade”.

Desde o ano de 1817 em que se aclamasse uma republica em Pernambuco, e a Bahia por essa causa esteve em um estado muito próximo a conflagrar-se e fazer causa comum com a Província Irmã se foi fazendo Antonio Pereira Rebouças por seus sentimentos patrióticos e denodado amor da liberdade no conceito de todas as pessoas que com ele tinham relações de amizade e conhecimento confiando-lhe todos os seus segredos e vistas políticas contando com a sua discricção apesar do verdor de seus anos, tomando por base a sua exemplar vida moral e civil, tanto que em 1821 já era ouvido e consultado com interesse e atenção independentemente de pertencer a alguma sociedade secreta, especialmente depois que se foi entendendo como indispensável reagir contra as pretensões que manifestaram o governo e deputados de Lisboa de recolonizarem o Brasil (p. 5).

Nos demais textos, em especial no volume publicado, a origem dos sentimentos patrióticos de Rebouças estaria desde sempre vinculada à monarquia constitucional, tomando o juramento da Constituição votada em Portugal em 10 de fevereiro de 1821 como data inaugural da narrativa.

De todo modo, é a partir da eleição de uma junta governativa em Salvador, subordinada às Cortes de Lisboa e não ao Rio de Janeiro, que tem início a principal narrativa épica da “Biografia”. Nessa primeira narrativa dos acontecimentos de 1821 e 1822, alguns eventos se cristalizam, fazendo-se presentes em todos os textos biográficos produzidos pelo conselheiro. Pode-se, assim, sintetizá-los:

- ▼ A oposição de Rebouças à tentativa malograda dos patriotas de deporem pela força a Junta Governativa pró-Lisboa em 3 de novembro de 1821.

teria evitado que fosse tão mal sucedido o movimento popular manifestado nesse dia se já tivesse a necessária autoridade que de ordinário inspiram os anos e a diuturna experiência para ser atendido e seguido. (“Biografia”, p. 5.)

Sem prestígio por família e riqueza, achando-se na idade de 23 anos, apenas advogado por provisão do Tribunal do Desembargo do Paço, era o advogado Rebouças tão somente acreditado por poucas pessoas que o conheciam de perto. Não foi, pois, atendido nem estava em posição de dar eficácia à sua reclamação (...). (Recordações da vida patriótica, 3-11-1821.)

- ▼ A defesa do acerto da decisão de sair de Salvador com a família em direção a Cachoeira, no Recôncavo, após a tomada da cidade pelo general Madeira durante as lutas pela independência.

Assenhorando da Capital as tropas lusitanas previu A P Rebouças que só do Recôncavo é que poderia haver uma reação eficaz de restabelecimento da dignidade e da honra dos Brasileiros [tão cruelmente deslustrada/sobrescrito] e nesse intuito imediatamente no dia 21 se passou com toda a sua família, que então se compunha de sua Mãe e quatro irmãs, por se acharem ausentes seus irmãos José e Manoel Mauricio, para a vila da depois Cidade de Cachoeira, primeiro no Engenho da Ponta e depois na Vila de Maragogipe. (“Biografia”, p. 6.)

Ao fazer o barco de vela, com a mais intensa dor, de que poderia ser capaz um patriota no maior ardor de sua juventude, voltou o advogado Rebouças suas vistas para a cidade, capital donde emigrara, e invocando a Deus por testemunha, fez o mais pungente protesto de que não tornaria a ela sem que se achasse expurgada dos lusitanos, que a haviam hostilmente ensangüentado. (Recordações da vida patriótica, 21-2-1822.)

- ▼ A primazia da vila de Cachoeira na aclamação da regência de d. Pedro no Rio de Janeiro, com a criação da Junta de Conciliação e Defesa, para a qual foi nomeado secretário, e que praticamente assume o governo do movimento revolucionário até a tomada da barca lusitana “a viva força” na noite de 28 de junho de 1822.

foi eleger-se por aclamação a Antonio Pereira Rebouças, a fim de ditar as cláusulas fundamentais da ata, o que ele cumpriu prevendo que nenhuma autoridade daquele termo obedeceria nenhuma outra da capital da Província ou fora dela que não reconhecesse ou tivesse reconhecido solenemente a chamada regência do príncipe D. Pedro...

Neste dia [26] reuniram-se os principais patriotas e resolveram eleger um governo que dirigisse a revolução que entretanto se achava acéfala combinando politicamente em dar-se-lhe a denominação de Junta Interina Conciliatória de Defesa — para corresponder ao seu justo fim de proteger os naturais de Portugal contra as reações hostis dos mais exaltados Patriotas chamando-os ao grêmio brasileiro evitando sua imigração violenta e ao mesmo

tempo empregando as mais enérgicas medidas para submeter os sublevados e refratários... e vencer as agressões lusas da Capital. (“Biografia”, p. 8.)

Promovendo na Vila de Cachoeira a reação contra o Poder lusitano existente na Capital sendo a propaganda política dos patriotas a Aclamação da Regência do Príncipe D. Pedro d’Alcantara,(...)

Eleito pelo voto geral dos cidadãos presentes ao ato solene da aclamação para indicar o modo por que seria expressa a ata indicando que nela houvesse a cláusula de se não reconhecer poder que não reconhecesse a aclamação da regência e oficiasse em conformidade...

Fazendo valer a necessidade de remediar o estado acéfalo em que se achava a Revolução pela criação efetiva de uma Junta Provisória de Governo e indicando com a aceitação geral dos patriotas a denominação que ficou tendo de Junta Conciliatória de Defesa, tomando dela parte como membro secretário, nesta razão praticando tudo quanto melhormente desempenhava a denominação da mesma Junta evitando toda e qualquer represália aos naturais de Portugal e nos meios de defesa efetuando a tomada hostil da barca Canhoneira lusitana a viva força na noite de 28. (“Notas políticas”, 24 a 28-6-1822.)

Há ainda elementos basicamente comuns nas narrativas consideradas: a adesão dos outros municípios à iniciativa dos patriotas de Cachoeira; a mudança de nome da junta por exigência destes e conciliação de Rebouças; a eleição do Conselho Interino de Governo, que substituiu a junta em setembro de 1822; a participação de Rebouças na organização dos batalhões patrióticos. Apesar disso, após a tomada da canhoneira portuguesa, recomeçam as discrepâncias entre a narrativa épica de 1837 e sua cristalização nos textos posteriores. Reclamações contra o espírito aristocrático das câmaras de Santo Amaro e São Francisco, bem como uma mal disfarçada decepção em não ser eleito para a Junta Governativa desaparecem das narrativas posteriores.

O texto da “Biografia” assim narra esses eventos:

a força da união ameaçava-se com a separação das ditas vilas irmãs de S. Amaro e S. Francisco da Cachoeira, de que a Junta Interina Conciliatório de Defesa não mudasse sua denominação que indicava supremacia governativa, para a de Comissão Administrativa Militar (...) Semelhante procedimento não pouco escandalizou os patriotas da Cachoeira que tão sérias provas haviam dado e continuarão dar de sua dedicação patriótica, quando os patriotas de S. Amaro e S. Francisco pareciam dar preferência às suas injustificáveis pretensões aristocráticas; mas o patriota Ant.o Pereira Rebouças, procedendo de fato próprio, não hesitou em adoçar os ânimos fazendo com que se aceitasse a proposta de mudança de nome da Junta Interina Conciliatória de Defesa para Comissão da Caixa Militar empregando toda a sua população... (“Biografia”, p. 17.)

Rebouças declara na “Biografia” ter desistido da indicação pela vila de Cachoeira por motivos políticos, em apoio a Francisco Gê de Acaiaba Montezuma, mulato como ele, baiano como ele, advogado como ele.¹⁷ Rebouças usa, no entanto, algumas páginas só para demonstrar que outros grandes nomes da política do Recôncavo não haviam conseguido se eleger por suas respectivas vilas, não se furtando também em destacar as limitações de Montezuma para o cargo.¹⁸ A versão que se consolida nos escritos posteriores assumiria a interpretação de que ele desistira da indicação por considerar, em acordo com o que seria posteriormente aprovado pela Constituição Imperial, com a necessidade de renda própria para que um cidadão pudesse assumir um cargo eletivo no governo do país.

Abstendo-se de ser membro do Conselho interino do Governo como representante pela Própria Vila da Cachoeira Capital da Prov.^a no Recôncavo e concorrendo para que fosse eleito o Patriota Dr. Montezuma e mais não querendo que a Eleição lhe recaísse pela Vila da Pedra Branca para que outrem por ela fosse eleito. Dando exemplo da Independência que deve ter um Patriota não aceitando empregos de Governo quando não tenha ordenado ou renda de bens patrimoniais que bastem a sua congrua subsistência. (“Notas políticas”, p. 4.)

As memórias escritas na década de 1860 interrompem aí a narrativa épica da participação de Rebouças nos episódios da independência da Bahia. A “Biografia” de 1837 continua, entretanto, relatando sua insatisfação crescente com os procedimentos eleitorais da Junta Governativa, que interferia no colégio eleitoral das vilas do interior, à exceção da capital, ainda tomada pelos portugueses. Rebouças envolve-se, como advogado, numa representação dos eleitores de Itapicuru contra a anulação da eleição do capitão-mor João Dantas, episódio encerrado com violenta pancadaria. Desgostoso com os rumos dos acontecimentos, decidiu partir para o Rio de Janeiro, juntamente com o coronel João Dantas, filho do capitão-mor, a fim de levar representação contra a Junta Governativa à Assembléia Nacional Constituinte que se iria reunir no Rio de Janeiro.

¹⁷ Sobre Francisco Gê de Acaiaba Montezuma, nascido Francisco Gomes Brandão, ver o verbete correspondente em Vainfas (2002:291-2).

¹⁸ Depois de ter sido escolhido secretário da Junta de Governo de Cachoeira, Montezuma foi incumbido de viajar ao Rio de Janeiro para expor a situação da província ao príncipe d. Pedro. Como chegou após a independência, acabou aclamado representante da vitória da independência na Bahia, o que, se lhe rendeu muitos dividendos políticos, também lhe causou inúmeros constrangimentos na volta à Bahia, pelas inúmeras distinções que recebera. Além das observações que fez na “Biografia”, Rebouças também tornou público seu ressentimento para com Montezuma, que, segundo ele, lhe havia roubado o lugar de secretário da Junta de Governo, no livro *Requerimento dirigido ao imperador d. Pedro I.*

A viagem ao Rio de Janeiro não rende mais que um parágrafo nos textos manuscritos da década de 1860, com ênfase na condecoração de Rebouças como cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Na “Biografia” de 1837, dá início a um novo ciclo narrativo de mais de oito páginas, no qual nosso intrépido herói vence as dificuldades que lhe vão surgindo no caminho, em uma Bahia ainda conflagrada e, ao chegar ao Rio de Janeiro, mesmo tendo sido recebido pelo imperador, é discriminado por conterrâneos baianos, que se recusam a convidá-lo para um jantar a fim de não ofenderem “seus convidados brancos e nobres”. Como não poderia deixar de ser, Rebouças tem a revanche da humilhação. Os que o discriminaram são obrigados a se encontrar com ele em situações sociais de muito maior prestígio que o convite para jantar que lhe fora negado, além de assistirem, abismados, a sua condecoração, pelo imperador em pessoa, como cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. Apesar de reconhecer a popularidade então gozada por d. Pedro, assim como as qualidades do texto da Constituição outorgada em 1824, Rebouças presencia e se indigna com o episódio do fechamento da Constituinte, agradecendo aos céus não estar em Salvador, evitando assim se envolver nos movimentos de oposição à medida ali desencadeados. Na conclusão da narrativa, deixa o Rio de Janeiro plenamente vitorioso, nomeado pelo imperador secretário da província de Sergipe.

Sobre o período que passou em Sergipe, ainda é maior o silêncio que se faz nos textos biográficos da maturidade. O assunto merece, entretanto, mais de cinco páginas, em letras miúdas e praticamente sem parágrafos, da “Biografia”, engendrando uma nova saga do secretário Rebouças contra a aristocracia local. Segundo a narrativa de Rebouças, os poderes locais de Sergipe não aceitaram bem a chegada do presidente de província nomeado pelo imperador, juntamente com seu secretário, “que era quem de fato governava a Província”. Juntos, presidente e secretário, juraram a Constituição, lida no adro da igreja matriz por Rebouças, e atraíram a ira dos antigos poderes locais, incluindo a oficialidade de primeira linha. Segundo a narrativa, com o apoio da tropa e um pouco de astúcia, Rebouças conseguiu frustrar um plano para derrubar o presidente da província. Em função disso, se viu envolvido, nada mais nada menos, em uma acusação de haitianismo, assim relatada na “Biografia”.¹⁹

no Termo de Santo Amaro das Brotas anexo ao Regimento de Milícias uma companhia de Henrique Dias, da qual o Tenente tinha servido no Exército pacificador durante a Guerra de Independência e entusiasmado disso não deixava de fazer ostentação da prática militar que dizia ter adquirido durante a guerra. Esse tenente, que era um crioulo moço e de maneiras um tanto desembaraçadas veio a Capital da Província apresentar-se ao Presidente e ao Secretário que dera pouca importân-

¹⁹ Segundo autores que tratam do episódio, Rebouças era chamado pelos proprietários rurais de Sergipe de “miserável neto da rainha Jinga”. Ver Grinberg (2002:92, nota 33).

cia às vistas de reforma militar da qual ele falava: todavia é provável que voltando ao lugar de sua residência inculcasse esperança de realizar as inculcadas reformas. Isso serviu de pretexto a alguns inimigos dele para divulgarem que o dito oficial pretendia alistar gente para uma revolução haitiana e levaram isto ao ponto de denunciar ao Presidente da Província. Este com o Secretário reconheceu que semelhante denúncia não tinha sério fundamento e contudo combinaram em expedir instruções às autoridades competentes providenciando como se alguma coisa houvesse de real e digno de ser acautelado. De fato as participações oficiais que se renderam ao Presidente ao cumprimento de suas ordens verificaram que nada havia que autorizasse a mencionada denúncia; contudo, um Juiz ordinário da facção procedeu a uma devassa e nela compreendeu ao Rebouças Secretário do Governo da Província como compreendido em um plano de haitianismo. O Escrivão desta devassa era sim parente do Presidente (...) e nessa razão lhe levava a própria devassa com um papel avulso em que se achava de letra de um Travassos os nomes das pessoas que tinham de ser designadamente pronunciadas propondo esse mesmo Escrivão inutilizar um semelhante processo se ele fosse servido assim o determinar em atenção ao seu Secretário. O Rebouças por essa ocasião leu tudo quanto se achava escrito e não hesitou no dever de declarar ao Escrivão que levasse o Processo ao seu Juiz para ele escrever a pronúncia como lhe tinha indicado o seu assessor, e deixasse a ele a sua defesa nos termos ordinários. Já então o Rebouças tinha pedido a sua demissão...

A volta por cima ocorreria mais uma vez, desta feita já de volta à Bahia, onde provaria sua inocência e se tornaria chefe do Partido Constitucional, principal opositor das “tendências absolutistas” do presidente da província. Rebouças tornar-se-ia famoso na defesa de causas sobre a liberdade de imprensa, tornando-se proprietário do jornal da oposição liberal *O Bahiano*. Nessa nova aventura, narrada em mais de 10 páginas manuscritas, nosso herói seria até mesmo levado à prisão na luta pelas liberdades constitucionais, temeria por sua vida quando chamado a transferir-se de prisão durante a noite, mas também se consagraria como político incontornável na Bahia.

Foi nessa conjuntura que Rebouças acabou sendo eleito deputado à Assembléia Geral Legislativa, conselheiro de Governo da província e membro do Conselho Geral da Província na mencionada eleição de 1830, segundo consta na “Biografia” (p. 43).

Esses episódios continuaram a ser registrados, se bem que com menos emoção, nos textos manuscritos posteriores, mas ficaram de fora das *Recordações da vida patriótica*. É como se toda a paixão pelas liberdades constitucionais que o moveu no início da carreira devesse ser expurgada de sua imagem pública para se registrar apenas sua faceta de homem da ordem e da conciliação.

Essa faceta aparece mais claramente após a abdicação e a vitória dos liberais moderados. Para Rebouças, liberdade constitucional, igualdade de direitos e ordem social não deviam ser conceitos dissonantes. Em nome das liberdades constitucionais, Rebouças se oporia às perseguições aos portugueses, atuaria ativamente para abortar levantes fe-

deralistas, discursaria contra o banimento do imperador na Assembléia Geral, defenderia os direitos de tutor imperial de José Bonifácio, discorreria contra a pena de morte e — mesmo não destacando o assunto no texto da “Biografia” — sobre o direito dos libertos ao ingresso no oficialato da Guarda Nacional.

De fato, naqueles primeiros anos do período regencial, Rebouças chegou muito perto do centro do poder. Repetidamente eleito deputado à Assembléia Nacional e Provincial, revezava-se entre o Rio de Janeiro e a Bahia — e salientava isso em sua “Biografia”. Segundo sua narrativa, recusou convite de Diogo Feijó para assumir o Ministério da Justiça, ocupado então por Montezuma, e sentiu-se parcialmente responsável pela renúncia do regente.

O Rebouças duvidou de aceitar a nomeação de Ministro da Justiça, que se lhe oferecia, aguardando ser parte da administração do Império depois que o Imperador assumisse pessoalmente o exercício de Chefe supremo do Poder executivo, adquirindo entretanto mais instrução e conhecimento dos públicos negócios, que melhor o habilitassem para ser incorporado com utilidade ao país. Assim foi que o Reg. Feijó, não conseguindo reforçar a composição do ministério, como tinha em vista, desesperou de ser útil ao País no lugar que ocupava aproveitando para renunciá-lo. (“Biografia”, p. 61.)

Apenas parte desses eventos — aqueles diretamente ligados à sua ação no sentido de abortar movimentos federalistas ou republicanos — foi selecionada para constar das *Recordações da vida patriótica*. A imagem de si como ativista liberal, combatente pela liberdade e pela igualdade de direitos constitucionais — para a qual se oferecia como exemplo vivo e que é central na “Biografia” —, cede lugar à imagem do monarquista constitucional, antes de tudo amante da ordem, em *Recordações da vida patriótica*.

A abordagem da Sabinada, que serve de fecho a ambos os textos, bem ilustra continuidades e descontinuidades nesse sutil deslocamento de sentido. Na “Biografia”, a abordagem é incompleta e surpreende por praticamente não mencionar o movimento rebelde propriamente dito. Rebouças traça quase que um paralelo entre sua atitude de constituir um governo alternativo ao poder lusitano em Cachoeira, nos episódios da independência, e sua atitude de, juntamente com um dos vice-presidentes da província e o secretário de Fazenda, transferir o governo constitucional da Bahia novamente para Cachoeira, quando Salvador foi tomada pelos revoltosos. Procura, assim, caracterizar-se, ainda e principalmente, como liberal e defensor das liberdades constitucionais ameaçadas pela tirania de muitos ou de poucos.

Por que, 30 anos mais tarde, em meio a tantos silêncios ampliados sobre o seu passado no texto das *Recordações da vida patriótica*, a repressão à Sabinada continuou sendo escolhida para encerrar suas memórias publicadas? Especialmente neste segundo texto, a figura de Sabino aparece mais claramente caracterizada, assim como o decisivo apoio de Rebouças ao novo presidente da província, Barreto Pedroso, enviado pelo Rio de Janeiro para substituir o vice-presidente Paim, que assumira o governo provincial em

Cachoeira com o apoio do Rebouças.²⁰ Toda a correspondência passiva de Barreto Pedroso com o conselheiro, enquanto comandava de um navio a derrota militar da Sabinada, está registrada na coleção Rebouças da Biblioteca Nacional. No texto das *Recordações* ou na coleção Rebouças, a imagem de si como defensor da ordem, aliado de Barreto Pedroso e opositor a Sabino torna-se fundamental para o conselheiro.

Qual o sentido desse deslocamento sutil mas importante no projeto de Rebouças de construção de uma imagem pública de si mesmo? Por que, logo após a eclosão da Sabinada, o conselheiro resolveu escrever sua biografia? Por que a interrompeu? Para responder a essas questões, vale retomar a polêmica entre nosso personagem e Francisco Gonçalves Martins, chefe de polícia da Bahia à época do movimento e maior adversário político do conselheiro na província, pelo menos desde o Levante dos Malês.

Em 1838, um ano após a eclosão da Sabinada, Antonio Pereira Rebouças publicou o livro *Ao sr. chefe de polícia, responde o Rebouças*. Nele, Rebouças relata em detalhe, pela primeira vez, sua atuação na repressão à Sabinada e, principalmente, refuta a suposta grande atuação do chefe de polícia Francisco Gonçalves Martins à frente da segurança pública da cidade. Uma polêmica que mais tarde repetiria, em discussões com o próprio Gonçalves Martins, na Assembléia Nacional. Para Rebouças, Gonçalves Martins gozava, injustamente, de dividendos políticos pela violenta repressão ao Levante dos Malês, quando, de fato, era o verdadeiro responsável pela grande desordem ocorrida em Salvador em 1835:

*a insurreição de Janeiro de 1835, que enlutaria para sempre o Brasil se não fosse denunciada pouco antes de seu rompimento (...). Eu não trato da falta de conhecimento antecipado da trama dessa insurreição, de que a polícia ignorasse absolutamente a iniciação do islamismo, sua propagação entre essa raça brutal. Trato da maneira miserável por que se portara a polícia...*²¹

Já naquela ocasião, Rebouças acusava o chefe de polícia de não ter agido preventivamente, perdendo a oportunidade de evitar que o levante acontecesse. Apesar da referência aos africanos rebelados como “raça brutal”, o conselheiro estava mais perto do que gostaria dos rebelados de 1835.

²⁰ Ambos os textos destacam que o vice-presidente Paim chegou a hesitar a entregar o poder ao novo presidente nomeado pelo Rio, mas Rebouças o teria feito desistir da idéia. A “Biografia” praticamente se encerra logo após esse episódio: “E que nesta cidade do recôncavo como em outras do litoral mais ou menos predominava o espírito de ex-centralização ainda mesmo que da parte de muitos dos adversários da rebelião dominante na Capital e tanto que o próprio Vice-Presidente Paim afetado de semelhante idéia ao saber que o Presidente Barreto ... chegou a consultar ao Rebouças se, chegado o Presidente à Cachoeira, lhe daria posse e cederia desde logo o exercício do Governo da Província; proposição que lhe ouviu e repeliu Rebouças com estranhura...”.

²¹ Anais do Parlamento brasileiro, sessão de 27 de abril de 1843.

Muito bem sabe o Sr. Chefe de Polícia Gonçalves que a meu Sogro foi que a liberta Africana revelou o segredo da insurreição iminente; que meu Sogro logo que a ouviu fez repetir tudo às Pessoas que com ele se achavam (como era costume das 7 às 10 e 11 horas da noite); que a participação foi logo a Palácio; que o Juiz de Paz do Distrito ouviu a Africana circunstanciadamente; e, se não me engano, também a ouviu o Comandante do Corpo Policial.

A liberta Guilhermina era inquilina e vizinha do sogro de Rebouças, e o conselheiro a considerava (pelo menos em sua resposta ao chefe de polícia) “muito impertinente”. Mesmo assim ela parecia tê-lo em boa conta, pois não deixou de lhe mandar aviso para que “fizesse acautelar” os seus escravos, informando que os revoltosos estavam reunidos em uma casa perto da Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe. Por causa desse aviso, Rebouças dirigiu-se ao local com muitos cidadãos armados, mas a ação lenta do chefe de polícia teria permitido que os africanos furassem

o cerco; intimidassem a Guarda de Palácio; contivessem em respeito o Batalhão de Artilharia matando à sua vista um sargento nacional; obrigassem a fechar um Corpo de Polícia; corressem a Guarda do Colégio; e fossem só achar resistência e destruição onde se achava o Chefe de Polícia Gonçalves.

Rebouças não protestava contra a brutal repressão que se abateu, sob o comando de Gonçalves Martins, sobre os revoltosos. Porém, claramente o acusava de negligência, que teria agigantado o levante, assim como a ação repressiva necessária para esmagá-lo.

Em 1838, Rebouças novamente acusa Gonçalves Martins de não ter agido com presteza quando soube da conspiração liderada por Sabino, aproveitando-se ainda para explorar a contradição de suas boas relações de amizade com o líder revoltoso, um mulato e liberal exaltado:

a rebelião de 7 de Novembro abortaria se o magistrado de que trato [Gonçalves Martins] tivesse prevenido a saída dos conspiradores quando os observou no seu club. Bastava tê-los em custódia, e fazê-los sair ao amanhecer do dia seguinte. Tudo ficaria descoberto; eles cuidariam de se desculpar como pudessem, e o país não passaria pelo experimento de uma revolução que ameaçou dissolver e perder o império!!!²²

De fato, eram bem conhecidas a amizade entre Sabino e Gonçalves Martins e a recusa deste de prender o primeiro quando teve início a revolta.²³ Daí as denúncias de Re-

²² Anais do Parlamento brasileiro, sessão de 27 de abril de 1843.

²³ Ver Souza (1987:49 ss.) e Rebouças (1838).

bouças nesse episódio: por sua omissão, Francisco Gonçalves Martins seria culpado pelo prolongamento da Sabinada.

Em resposta, em reunião na Assembléia Provincial, o chefe de polícia reclamou do fato de Rebouças, ao mesmo tempo, ser mulato e querer construir uma imagem de defensor da ordem, já que, segundo seu raciocínio, haviam sido negros e mulatos os responsáveis pelos tumultos por que havia passado a Bahia no passado recente. Embalado pelo temor da “boa sociedade” baiana aos levantes de escravos, Gonçalves Martins fez deslanchar sua carreira política, propondo medidas repressivas para conter a população “de cor”.

Do outro lado, os rebeldes, liberais exaltados, não recusaram de todo as interpretações do chefe de polícia:

*mas enfim eles nos estão fazendo a guerra porque são brancos, e na Bahia não devem existir negros e mulatos, principalmente para subirem a postos, salvo quem for muito rico, e mudar as opiniões liberais, defendendo títulos, honras, morgados, e todos os princípios da fidalguia... quem não for mulato rico como Rebouças, e como ele enfatuado peru, tendo sido dos trancafiados, não pode ser coisa alguma...*²⁴

A estigmatização da Sabinada como uma revolta de “mulatos” faria crescer ainda mais a reputação do chefe de polícia Gonçalves, enquanto isolava perigosamente Rebouças, que insistia em sua posição de que a cor dos cidadãos brasileiros simplesmente não vinha ao caso.

Nesse contexto, a decisão de escrever a “Biografia” surgiu provavelmente como tentativa de reverter a situação. Para Rebouças, era crucial que a Sabinada fosse compreendida apenas como mais um movimento contra a ordem monárquica constitucional que devia ser combatido com eficácia — algo que faltara ao chefe de polícia —, mas no qual a cor dos envolvidos simplesmente não importava.

Na “Biografia”, em toda a narrativa sobre a Sabinada, o nome de Sabino sequer é mencionado, bem como se silencia quanto a qualquer tensão de tipo racial no discurso dos rebeldes ou no da repressão. Para Rebouças, naqueles episódios, mais uma vez as liberdades constitucionais e a integridade do Império haviam estado ameaçadas e, por sua ação resoluta e oportuna, mais uma vez o governo constitucional da província se refugiara em Cachoeiras até chegar a ajuda do Rio de Janeiro. Para o conselheiro, era assim que os eventos de 1837 e 1838 na Bahia deveriam ser lembrados pela posteridade.

Mas, para a causa que Rebouças tanto perseguia, parecia já ser tarde. A fulgurante carreira política de Gonçalves Martins e o relativo ostracismo em que lentamente caiu o conselheiro o comprovam. As diferentes “qualidades” dos brasileiros, à moda do Antigo

²⁴ *Novo Diário da Bahia*, 26 dez. 1837. p. 2.

Regime e bem distantes das convicções liberais de nosso personagem, terminariam por se impor, até mesmo a ele próprio.

Ainda discutindo com Gonçalves Martins, Rebouças acabaria reivindicando para si, já na década de 1840, o papel de “fiador dos brasileiros”, não porque sua cor não importasse, mas exatamente por sua “qualidade” de mulato.

[Francisco Gonçalves Martins] interpretou mal ter eu dito na Assembléia Provincial da Bahia que me considerava um fiador dos brasileiros. De fato eu disse, e o digo (...). E se sou fiador da união, proveio nestas circunstâncias calamitosas de 1837 (...); provei eficazmente, nessa conjuntura difícil, que a minha qualidade de mulato valia muito, como um grande elemento de ordem e de mútua confiança entre todos os brasileiros; porquanto, figurando no partido rebelde, da maneira a mais saliente, um homem de igual qualidade à minha, amigo do chefe de polícia Gonçalves, foi muito vantajoso achar-me eu, meus irmãos, meus parentes, meus amigos e muitos homens honrados da nossa qualidade no lado da ordem, desfazendo com o nosso exemplo e nossa devoção constitucional as intrigas desse homem de furor. É assim que fui, sou e serei um fiador da união geral da família brasileira.²⁵

Nos anos seguintes, apesar de mulato, por sua postura em prol da ordem e da legalidade, demonstrada nos eventos de maior importância ocorridos em sua província, Rebouças continuou dispondo de bom conceito entre as altas autoridades do Império, como se pode comprovar pela carta que lhe enviou Pedro de Araújo Lima pouco depois do episódio:

Amigo e Sr. Rebouças (...)

Há de ter sofrido com a desordem que aí apareceu. Estou certo de que não há de ter sido indiferente aos negócios públicos, que há tais que obrigam a todo o homem a tomar parte neles. Aonde iremos sem um centro comum, meu caro Amigo? Enfim o seu juízo é claro, e conto com a sua cooperação para o restabelecimento da ordem.²⁶

Rebouças procurou, no limite de suas forças, corresponder às expectativas do regente, mas depois da Sabinada sua carreira política entrou em lento declínio. Ele ainda seria eleito uma vez, em 1843, representante da província de Alagoas. Mas isso não era nada se comparado à projeção obtida por seu adversário, que, baseado na importância de

²⁵ Anais do Parlamento brasileiro, sessão de 13 de maio de 1843.

²⁶ Carta do marquês de Olinda sobre política, com data de 16 de novembro de 1837. Ver também a carta de Maciel Monteiro, de 31 de dezembro de 1837, na qual ele reitera sua confiança na lealdade de Rebouças, principalmente quanto à pacificação de Salvador. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, docs. I — 3, 23, 62 e I — 3, 23, 29, respectivamente.

se perceber a diferença de “qualidade” dos súditos do Império, já havia sido juiz de direito e chefe de polícia, e daí só continuou a subir.²⁷

A “racialização” das tensões políticas e sociais no país na década de 1830 teve, portanto, considerável influência na trajetória de Antonio Pereira Rebouças. Apesar de se afirmar o tempo todo como defensor da ordem, mostrando que sua cor nada tinha a ver com a adesão aos princípios monárquico-constitucionais, e de sempre reforçar o compromisso total com a legalidade, Rebouças acabaria considerado como aquele que, justamente por sua visibilidade, defendia idéias perigosas.

Não é por acaso que Rebouças salienta sua atuação na repressão à Sabinada em seus textos biográficos, o que ainda ganha mais destaque nas *Recordações da vida patriótica*. Em sua tentativa de sobreviver politicamente à ascensão dos conservadores, ele precisava legitimar seu discurso de defesa da ordem e da monarquia constitucional. Precisava desesperadamente ser identificado com o grupo dos moderados.

Ao reforçar essa posição, no entanto, Rebouças silencia sobre boa parte de seu passado. Entre o episódio da denúncia do haitianismo em 1824 e o da repressão à Sabinada em 1837, fica com esta última. Entre a defesa radical das idéias liberais da década de 1820 e a virada conservadora dos liberais moderados da década seguinte, retomando noções do Antigo Regime português (como a das diferentes qualidades dos súditos do Império), Rebouças opta por esta segunda. E como ele, o Império brasileiro.

Nada disso estava totalmente claro para ele próprio quando da derrota da Sabinada em 1838. Ao decidir escrever sua biografia ainda se esforçava para fazer de si metro e exemplo. Enquanto escrevia loas a si mesmo, lutava arduamente para sobreviver politicamente às revoltas que sacudiram a Bahia na década de 1830 e, principalmente, à política encampada pelos regressistas.

A leitura de sua “Biografia” deixa claro, porém, que, nem por um segundo, a convivência com a realidade da escravidão e a experiência individual e cotidiana do racismo deixaram-no esquecer sua condição de pardo (já que, no Brasil, o termo negro restringia-se praticamente a escravos e ex-escravos). Nesse sentido, Rebouças é um indivíduo paradigmático de um novo sujeito social produzido no contexto das lutas contra a escravidão africana e da racialização progressiva a ela associada ao longo do século XIX: o do intelectual não-branco formado nos quadros da moderna cultura ocidental no seio de uma sociedade ainda escravocrata. Bastante estudado no contexto da América anglo-saxônica, em função dos processos de reificação de identidades raciais polarizadas associados à continuidade e à superação da escravidão negra no mundo de língua inglesa, esse tipo social se fez presente, mesmo que de formas culturalmente específicas e diferenciadas, em toda a Afro-América.

Também no Brasil imperial, a experiência do racismo e a inserção no ambiente das revoluções liberais e de suas promessas de igualdade civil e liberdade produziram intelectuais negros dilacerados por uma dupla consciência. No caso de Rebouças, de

²⁷ Sobre a trajetória de Francisco Gonçalves Martins, ver Grinberg (2002, cap. 4).

homem pardo e de cidadão brasileiro. O homem que discursou e viveu tentando negar a racialização das justificativas para a continuidade legal da escravidão no país — com a qual concordava — ou para qualquer restrição ao acesso a direitos civis e políticos dos novos cidadãos brasileiros paradoxalmente viveu e construiu para a posteridade uma imagem de si antes de tudo de ser “racializado”. Apesar de orgulhoso da condição de advogado e político, é a identidade de homem pardo que dá nexos e sentido ao esforço autobiográfico de nossa personagem.

Referências bibliográficas

- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, Iuperj, 1998.
- GRINBERG, Keila. *O fador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- O NOVO MUNDO: Periódico Ilustrado do Progresso daidade*. Nova York, v. 5, n. 53, 22 fev. 1875.
- REBOUÇAS, André. *Diário e notas autobiográficas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- REBOUÇAS, Antonio Pereira. *Requerimento dirigido ao imperador d. Pedro I*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1823.
- . *Ao sr. chefe de polícia, responde o Rebouças*. Bahia: Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1838.
- . *Exposição por parte do visconde da Torre Garcia d'Ávila à Assembléia Geral Legislativa do Império...* Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de F. M. Ferreira, 1851.
- . *Recordações da vida parlamentar do advogado Antonio Pereira Rebouças: moral, jurisprudência, política e liberdade constitucional...* Rio de Janeiro: Laemmert, 1870.
- . *Recordações da vida patriótica do advogado Rebouças; compreendida nos acontecimentos políticos de fevereiro de 1821 a setembro de 1822, de abril a outubro de 1831, de fevereiro de 1832 e de novembro de 1837 a março de 1838*. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger & Filhos, 1879. 105p.
- SOUZA, Paulo César. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia, 1837*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SPITZER, Leo. *Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945*. Rio de Janeiro: Uerj, 2002.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1922-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

CAPÍTULO 2

Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre

ANGELA DE CASTRO GOMES

O que uma pessoa de bem não esquece é a inspiração recebida d'outra — e sua vida e sua alma e sua amizade quase paternal têm sido para mim forte inspiração.

Gilberto Freyre a Oliveira Lima, 1923

O convívio entre intelectuais, como a leitura, é fundamental para o desenvolvimento de idéias e sensibilidades. Para escrever, pintar, compor etc., o intelectual precisa estar envolvido em um circuito de sociabilidade que, ao mesmo tempo, o situe no mundo cultural e lhe permita interpretar o mundo político e social de seu tempo. Por isso afirma-se que não é tanto a condição de intelectual que desencadeia uma estratégia de sociabilidade e, sim, ao contrário, a participação numa rede de contatos é que demarca a específica inserção de um intelectual no mundo cultural. Intelectuais são, portanto, homens cuja produção é sempre influenciada pela participação em associações, mais ou menos formais, e em uma série de outros grupos, que se salientam por práticas culturais de oralidade e/ou escrita.

Por isso, avulta em importância a troca de correspondência, pois ela pode abarcar tanto os intelectuais reconhecidos como sociáveis, quanto aqueles cuja preferência é a vida mais reclusa dos gabinetes de estudo e pesquisa. As cartas são, pois, uma prática de escrita que integra a produção de textos de muitos intelectuais, especialmente aqueles que viveram até meados do século XX, quando outros meios de comunicação, como o telefone, ainda não estavam disponíveis. A correspondência pessoal entre intelectuais é, sobretudo nesses casos, um espaço revelador de suas idéias, projetos, opiniões, interesses

e sentimentos. Uma escrita de si que constitui e reconstitui suas identidades pessoais e profissionais no decurso da troca de cartas.

Acompanharemos aqui um diálogo epistolar construído entre dois intelectuais hoje muito conhecidos e respeitados no campo do pensamento social brasileiro: o historiador Manoel de Oliveira Lima e o sociólogo Gilberto Freyre. Para tanto, será examinada a correspondência trocada entre ambos durante as décadas de 1910 e 20, como forma de aproximação do tipo de relacionamento tecido entre eles no interior de uma rede de sociabilidade maior. A análise é uma estratégia que põe em foco algumas questões. Primeiro, ela possibilita conhecer melhor as tramas do campo intelectual brasileiro do início do século XX, bem como suas articulações com um sistema intelectual internacional, identificando alguns autores que funcionavam como referências acadêmicas e institucionais. A figura de Oliveira Lima e as condições em que atua como intelectual oferecem pistas para se pensar os múltiplos interesses e questões que eram debatidos, ao mesmo tempo, em vários lugares do mundo. Dessa forma, o exame da correspondência permite relativizar um pouco uma perspectiva presente na literatura que trata do tema e que situa os intelectuais brasileiros mais como subordinados do que como participantes da rede internacional de idéias.

Segundo, o estudo dessa escrita epistolar é uma forma de se recuperar as relações existentes entre o que se conformava como a “moderna” produção de estudos históricos e os “novos” estudos sociológicos e antropológicos, ambos ganhando terreno em todo o mundo. Nesse caso, é a figura de Freyre, estudante que realizava sua formação nos Estados Unidos, que possibilita a construção de pontes previsíveis, mas pouco freqüentadas, no que se refere à historiografia brasileira.¹ É nesse marco, por exemplo, que ganha destaque o tratamento que Freyre dispensa a Lima como seu mestre e como um “historiador sociólogo”. Finalmente, a troca de cartas entre esses dois intelectuais permite o delinearmento de uma amizade marcada tanto por escolhas afetivas, que se consolidam ao longo do tempo, quanto pelos tradicionais laços de parentesco e clientelismo, tão próprios à sociedade brasileira. Uma amizade marcada pelas formas de expressão caras ao individualismo moderno, que então começava a se afirmar no Brasil, e que produz um tipo de rede de parentesco eletiva, situando os correspondentes em família.

O pano de fundo

O trabalho com correspondência e com correspondência privada de intelectuais vem crescendo entre os historiadores e outros estudiosos da “história de intelectuais”, na medida em que tal fonte/objeto é apontada como um lugar de sociabilidade fundamental e revelador da dinâmica do campo cultural de um dado período. O conceito de lugar de sociabilidade, entendido como espaço de constituição de uma rede organizacional

¹ Ver Gomes (2001:29-44).

(que pode ser mais ou menos formal/institucional) e como um microcosmo de relações afetivas (de aproximação e/ou de rejeição), tem-se afirmado como de particular utilidade para tais análises. Isso se deve ao fato de os intelectuais terem evidenciado que a atividade epistolar era uma prática disseminada e exercida com afinho e prazer pela maioria deles, que não só escreviam muitas e muitas cartas, como se aplicavam em guardar as que recebiam, para alegria dos pesquisadores que hoje sobre elas se debruçam. Dessa forma, a correspondência assegura uma aproximação das formas de estruturação do campo intelectual em um dado momento e lugar, permitindo que se investigue como funciona esse “pequeno mundo” e como se deve entender a própria noção de intelectual.

Mas não é fácil trabalhar com cartas. Em geral, além de serem fontes dispersas e fragmentadas, que precisam ser analisadas em séries, são de difícil leitura, sobretudo quando manuscritas, como é o caso do universo de cartas deste estudo. A correspondência também exige vários cuidados e níveis de análise, que considerem desde sua materialidade — papel, letra, protocolos de leitura da carta —, os códigos que definem o gênero epistolar — saudações, despedidas e assinatura —, até observações sobre suas formas de circulação e guarda, reveladoras da identidade de seu destinatário. Tudo isso para além das questões que remetem à montagem da rede de relações organizacionais e afetivas presente na correspondência.

O conjunto de cartas examinado — como os diários e as memórias — são textos íntimos, mas, diferentemente desses, são relacionais; textos nos quais o sentido do que é escrito só pode ser apreendido em função de um “outro” e um outro singular. A prática epistolar estabelece assim uma espécie de circuito retroalimentado de significação, sendo importante reter que, depois de escrita, a carta já não é mais de quem escreve (de seu autor, o remetente), mas de quem a recebe (o destinatário), que se torna seu “proprietário”. Nesse caso, as cartas de Oliveira Lima foram recuperadas na documentação existente na Fundação Gilberto Freyre, no Recife, e as cartas de Gilberto Freyre foram localizadas na documentação da Oliveira Lima Library, da Catholic University of America (CUA), em Maryland.²

Trata-se de um conjunto de 180 cartas, sendo 100 de Freyre e 80 de Lima. A troca de correspondência se estende de abril de 1917 a junho de 1927, cobrindo cerca de uma década. Década esta que se inicia sob o impacto da I Guerra Mundial, com todas as

² Quero agradecer a Maria Ângela Leal, atual curadora da Oliveira Lima Library (OLL), que colaborou comigo para a microfilmagem de um conjunto de cartas, entre as quais as de Gilberto Freyre, e a Francisco Rogido, que preparou o material para tal microfilmagem. Também quero agradecer a meus bolsistas, Ana Carolina Huguenin e Luigi Bonafe de Felice, cuja ajuda tornou esse trabalho possível. Esclareço que parte das cartas de Freyre (pois localizei várias inéditas) foi publicada em Freyre (1978). Do mesmo modo, parte das cartas de Lima (também localizei algumas inéditas) foi publicada em Freyre (1970), sendo o levantamento completo feito na documentação da Fundação Gilberto Freyre (Fundaj). Neste estudo usarei as siglas OLL e Fundaj na referência das cartas que foram submetidas à atualização ortográfica, mantendo a pontuação original.

transformações e desilusões intelectuais que ela gerou, encerrando-se antes da chamada Grande Depressão de 1929, que forçaria novas reorientações políticas e culturais. Antes também, considerando os objetivos do estudo, da organização do grupo de historiadores dos *Annales*, na França. Ou seja, antes da afirmação, na Europa, das idéias que levariam a uma revisão dos modelos consagrados internacionalmente desde o século XIX, com a adesão a uma história social e econômica que passaria a valorar a dimensão privada da realidade social.³

Nessa correspondência há um período inicial de poucas cartas que vai de 1917 a 1920 e que se adensa durante os anos de 1921, 1922 e 1923 (num total de 129 cartas), o que ocorre depois da partida de Lima para os EUA, onde Freyre já se encontrava como estudante. Finalmente, a partir de 1923, quando Freyre já retornou a Pernambuco, depois de viajar pela Europa, as cartas começam a declinar. A despeito disso, em 1926 ocorre uma certa retomada (22 cartas), devido a uma estada de Freyre nos EUA, em função de um congresso de jornalistas. De toda forma, em 1927 quase não há mais cartas (apenas cinco) e, em 1928, Lima morre. As datas e locais, portanto, são instrumentos que permitem delimitar o ritmo próprio dessa correspondência, bem como refletir sobre suas razões.

Um dos recursos analíticos mais usados para se tratar uma troca de correspondência é observar o “lugar social” de quem escreve: a posição ocupada pelo missivista, num dado momento, no campo intelectual e político. Isso porque a correspondência pode estar voltada para um certo objetivo específico, embora não exclusivo, ou combinar de forma mais equilibrada algumas intenções. Michel Trebitsch identifica e propõe duas grandes categorias de correspondência que podem ser úteis para se pensar as funções dessa prática de escrita entre intelectuais, não havendo a necessidade de entendê-las como mutuamente excludentes.⁴ Haveria a correspondência como instrumento de construção de redes, menos interessante e importante pelos conteúdos/temas que envolve do que pela possibilidade de se traçar, através dela, um conjunto de relações que evidenciam um grupo organizado. Esse grupo pode se estruturar em torno de uma ou mais figuras referenciais e ter objetivos comuns, que são mais ou menos discutidos nas cartas. E haveria um segundo tipo de correspondência, a de amizade intelectual, que permitiria uma aproximação com circuitos informais de sociabilidade e que evocaria sentimentos, além da troca de idéias e favores. Essa correspondência é em geral efetuada ou por intelectuais da mesma geração e de posições aproximadas no campo cultural, ou por intelectuais distintos entre si no que se refere a tais questões. Mas, em todos os casos, a amizade e o de-

³ Mello (2001) observa como a cultura anglo-norte-americana, nessa época, era mais sensível que a européia (a francesa, em especial) a um interesse pela história social, inclusive em diálogo com a sociologia e a antropologia.

⁴ Trebitsch (1992:83). Ao trabalhar com a tipologia de Trebitsch estou fazendo uma tradução livre da idéia contida em suas categorias. Em francês elas são: *correspondance-réseau* e *correspondance-laboratoire*.

bate intelectuais são, ao mesmo tempo, condição e produto do trabalho entre os correspondentes.

As cartas de Oliveira Lima e Gilberto Freyre são claramente um exemplo desse segundo tipo, nelas ficando evidente as relações desenvolvidas entre um intelectual bem mais velho e reconhecido no campo intelectual, nacional e internacional (embora não se possa entendê-lo literalmente como um “vencedor”), e um jovem estudante, que está sendo ajudado em sua formação. Nela também se pode observar como o investimento na construção da amizade extrapola o adjetivo intelectual, transbordando para relações pessoais e familiares de intimidade e afetividade e abarcando outros elementos do núcleo familiar de ambos os correspondentes, mais especialmente o de Oliveira Lima, como sua esposa e seus amigos.

Além disso, essa é uma correspondência que guarda muito bem o espírito de escrever cartas “em mangas de camisa”, como definiu Monteiro Lobato. Toda ela, sem exceção, é manuscrita, sendo composta maciçamente por cartas, embora haja alguns cartões-postais e pequenos bilhetes. Tanto Freyre quanto Lima assumem-se “desarmados”, evidenciando uma forma de escrita nomeada por eles mesmos como “descuidada”, pelas marcas de oralidade e descontração de uma conversa. As muitas abreviações e a constante utilização de termos em inglês e francês ilustram não apenas um hábito, que devia ser comum a intelectuais que se relacionavam com culturas estrangeiras, como uma atitude de intimidade. É inclusive devido a tais características que essa correspondência permite uma análise interessante das estratégias de construção da identidade intelectual de parte a parte: como cada um dos missivistas vai se delineando nas cartas e sendo visto/lido por seu destinatário; como vão se colocando um diante do outro com o passar do tempo.

Nesse percurso, é necessária uma certa localização dos missivistas no tempo da troca das cartas. Esta se inicia quando ambos estão em Pernambuco. Freyre era um jovem estudante do Colégio Americano de Recife, com 17 anos, e, segundo ele mesmo, já havia conhecido e se impressionado com Oliveira Lima quando de sua posse no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco em 1913.⁵ Lima, nascido em 1867, era um senhor de 56 anos cujo físico impressionava pela altura e principalmente pela gordura.⁶ Chamava a atenção de todos pela obesidade, só esquecida quando a palavra e a inteligência o moviam, “como a energia de um motor possante move pesadas máquinas”.⁷ Lima era um diplomata aposentado que fizera inimizades entre os poderosos (como o barão do Rio Branco) e que dera apoios políticos desastrosos para sua carreira, como o que contemplara Rui Barbosa e não Hermes da Fonseca na campanha presidencial de 1909. Mas, sobretudo, Lima era um intelectual reconhecido, nacional e internacionalmente; autor de várias obras históricas, particularmente *D. João VI no Brasil*, saudado por críticos como José Veríssimo e João Ribeiro como o melhor livro sobre a

⁵ Freyre (1970:52).

⁶ Para uma biografia do autor, ver Malatian (2001) e Lima Sobrinho (1971).

⁷ Campos (1944).

“formação da nacionalidade brasileira”.⁸ Além disso, sempre fora, para o bem e para o mal, um jornalista atuante, tendo escrito para o *Jornal do Commercio* e o *Jornal do Brasil* (ambos do Rio) e para *O Estado de S. Paulo*, além de ser, desde muito, colaborador do *Diário de Pernambuco*, o mais importante de seu estado natal e com o qual sempre se manteve em contato.

O perfil intelectual de Lima demarcava algumas inserções comuns à intelectualidade de sua época. Contudo, se a associação da diplomacia com os estudos históricos era entendida como “natural” e proveitosa, a combinação da diplomacia com um jornalismo de combate, inclusive sobre questões políticas polêmicas (como o pan-americanismo, a anexação do Acre etc.), tornava Lima uma espécie de estranho no ninho do Itamarati, tanto de antes, quanto de depois de Rio Branco.

Quando Lima e Freyre se encontram e dão início à correspondência, o ex-diplomata está na casa-grande de sua sogra, em Parnamirim, onde gostava de se “repernambucanizar”, como dizia. Isso porque, tendo vivido a juventude em Portugal e exercendo seu ofício fora do Brasil, sempre fora um homem do mundo (Alemanha, Suécia, EUA, Inglaterra, Japão, Venezuela, Bélgica), requintado e relativamente desiludido, uma vez que não tivera em sua carreira o sucesso que almejava e, particularmente, de que se julgara merecedor. Durante suas viagens, em especial pela Europa, comprara livros, folhetos e documentos sobre o Brasil, além de objetos de arte, sobretudo pinturas, sendo possuidor de uma brasileira considerada das melhores e mais valiosas do mundo. Nisso investira o grosso de seus recursos, financeiros e emocionais, até porque não tinha filhos.

Mas, durante a maior parte do tempo da correspondência, Lima já havia se mudado para Washington, definido como seu exílio voluntário. Uma decisão curiosa para um intelectual brasileiro, cuja explicação talvez se encontre em uma espécie de conjunção de fatores: a desilusão com a carreira diplomática, a experiência de vida fora do país e a existência de um projeto que extrapolava os círculos intelectuais brasileiros. Um projeto que fora acolhido pela Catholic University of America, em Maryland, à qual doou sua biblioteca para a montagem de um centro de estudos ibero-americanos. Enquanto isso, Freyre se graduava em Baylor, Texas, e logo depois fazia o mestrado em Colúmbia, Nova York. As cartas são assim um excelente material para o exame da vida cotidiana desses dois homens tão distintos em idade e tão próximos pela amizade que vão construindo entre si.

Uma amizade em três tempos

O ritmo da correspondência trocada por 10 anos entre Lima e Freyre permite uma certa periodização do trabalho de construção da amizade intelectual que iria uni-

⁸ A primeira edição é de 1908, quando das comemorações do Centenário da Abertura dos Portos no Brasil. Entretanto, o reconhecimento do autor e dessa obra esteve longe de ser unânime. Capistrano de Abreu, um de seus desafetos, considerou-o “um livro inferior”, que podia ser comprado, mas não lido. Malatian (2001:223).

los. O começo de tudo, como mencionado, estaria em Pernambuco, em meados do ano de 1917, quando Freyre escreve pela primeira vez: “Excelentíssimo Senhor Dr. Oliveira Lima. Respeitosas saudações”. Era uma carta na qual o jovem o consultava, para um inquérito da escola, sobre sua opinião a respeito do ensino obrigatório, uma questão que certamente mobilizava os estudantes, os professores e também os políticos (estaduais e federais) durante a Primeira República. A resposta de Lima, intelectual adepto do pacifismo e por isso criticado, é sugestiva. Há três anos não teria dúvidas em responder afirmativamente, mas nas circunstâncias em que as nações mais civilizadas davam provas de incoseqüência, “para que saber ler? (...) Pode ser que o meu otimismo renasça inteiro com a paz”.⁹

Apenas um ponto de partida, já que a correspondência só tem início de fato quando Freyre está em Baylor, em 1918, fazendo sua graduação e dirigindo-se a Lima como “Meu caro Dr. Oliveira Lima”. Nas despedidas, ele envia cumprimentos muito respeitosos a d. Flora, esposa de Lima, o que indica ter havido, no Recife, uma aproximação entre ambos. Na carta, vê-se a distância e a admiração de Freyre por Lima, considerado “a mais completa e melhor inteligência que a América do Sul possui presentemente”, sendo mesmo superior a Rui Barbosa, que podia ser mais enciclopédico, mas em quem faltava “um não sei quê (...) de harmonia, de poder de síntese. *My Godness!*”¹⁰

São poucas as cartas desse curto período que se está tratando como o do estabelecimento dos contatos iniciais. Mesmo assim, nele fica inteiramente caracterizado que a correspondência iria cumprir o papel fundamental de espaço de troca intelectual entre eles, estabelecendo o perfil básico de cada um dos missivistas: de um lado, um mestre e orientador de estudos, afetuosamente discreto; de outro, “um estudantinho um tanto pretencioso”, seu admirador e amigo sincero.¹¹

No segundo tempo de construção dessa amizade há uma intensa correspondência (mais de 80% do total), que tem início com a chegada dos Lima em Washington, em setembro de 1920, e se prolonga até o retorno de Freyre a Pernambuco, em abril de 1923. É o período de “formação” de Gilberto Freyre, passado na maior parte em estudos em Nova York e em viagens pela Europa, percebendo-se em todo o trajeto, de forma mais ou menos direta, a presença de Oliveira Lima. É esse o período em que os dois patrícios, como se chamam, desenvolvem uma aproximação intelectual e afetiva que desliza para uma relação paternal, em que os Lima cumprem um papel de substitutos funcionais da família de Freyre nos Estados Unidos. O exame das cartas permite acompanhar a evolução dessa relação de filiação/orientação intelectual, na medida em que nos aproxima do dia-a-dia de cada um desses homens e, em o fazendo, da rede de instituições e pessoas com as quais preferencialmente se relacionam.

⁹ Carta de Lima de 27-4-1917, Fundaj.

¹⁰ Carta de Freyre de 4-10-1918, OLL.

¹¹ A fórmula é de Freyre (1970:89).

Assumindo-se o ponto de vista da trajetória intelectual de Freyre, o caminho percorrido é muito proveitoso. Tem início em dezembro de 1920, quando ele está concluindo seu curso em Baylor e dirige-se a Lima com um pedido de orientação: “Tomo a liberdade de importuná-lo com meus planos de estudo e de vida”.¹² Esses planos são os de estudar em Colúmbia, Nova York, para o que pede o apoio de Lima e seu aconselhamento quanto a um assunto de tese. O tema deve envolver “material virgem”, mas ser do interesse dos americanos, pois Freyre quer estar “habilitado a um professorado” nos EUA, embora seu desejo seja voltar ao Brasil e “servir da melhor maneira o meu país”. A discussão do tema da tese dá partida a uma conversa intelectual entre eles, o que evidencia o lugar que Lima iria decididamente assumindo na vida do estudante Freyre.

Importa observar o mapeamento de temas considerados relevantes por ambos e também pelo professor Harding Shepherd, que viria a ser o orientador de Freyre em Colúmbia. Lima concorda de imediato que, “em história da América do Sul, há de fato muito material interessante para uma tese”, e dá alguns exemplos: a evolução constitucional, com destaque para a questão presidencialismo x parlamentarismo; o problema do elemento servil no Brasil e a questão social, “ou antes racial nas 2 Américas e o desenvolvimento econômico”.¹³ Já instalado em Nova York e tendo conversado com Shepherd, que lhe sugeriu um estudo sobre a abolição da escravidão no Brasil, Freyre está em dúvida, pois acha o assunto “pouco original”, preferindo se dedicar às “revoluções brasileiras”. Lima concorda com a sugestão do orientador, mas informa que, em Stanford, um aluno já a tomara para tese. Isso induz Freyre a tender para as revoluções, com o aval de Lima, que então sugere a Revolução de 1817, considerada “a mais simpática da América Latina”.¹⁴ Fica evidente nessa conversa a três o interesse por dois temas — o das revoluções e o da questão servil/racial —, muito embora nenhum deles tenha sido escolhido por Freyre para seu trabalho final.

Assim, ao mesmo tempo em que Freyre se muda para Nova York e entra em contato com Colúmbia, Lima procura se estabelecer em Washington, primeiro morando no Hotel Grafton e, só após nove meses, mudando-se para sua casa na 13th Street, 3.536. Um endereço que se converte em salão brasileiro nos EUA durante os anos 1920, sendo freqüentado por intelectuais americanos e de outras nacionalidades, além de ser local de hospedagem de brasileiros. É exatamente essa casa que permite um acompanhamento rápido e seguro do tipo de relação que se constrói entre Freyre e Lima, e que pode ser percebida na linguagem cada vez mais carinhosa das cartas e nos assuntos do cotidiano de cada um que elas passam a registrar. Em junho de 1921, por exemplo, logo após a mudança dos Lima, Freyre escreve: “*É um prazer encontrar de sua parte, através dessa carta e de outras, carinhoso interesse por um moço compatriota, seus trabalhos e seu futuro (...)*”. Ele está desvanecido com o convite de Lima para hospedá-lo em sua nova casa, e se

¹² Carta de Freyre de 15-12-1920, OLL.

¹³ Carta de Lima de 25-12-1920, Fundaj.

¹⁴ Carta de Freyre de 8-2-1921, OLL, e cartas de Lima de 18 e 20-2-1921, Fundaj.

confessa como Amicis ante Victor Hugo, ou como Novalis ante Hegel, muito embora gostasse de dizer que Lima era o “seu Fradique Mendes”.¹⁵

A timidez de Freyre vai se desfazendo com o passar do tempo, com as visitas a Washington e com o estabelecimento de uma série de práticas de troca intelectual e pessoal, claramente explicitadas pelos pedidos que permeiam toda a correspondência e que evidenciam uma mobilização de serviços mútua, embora muito desigual no que diz respeito ao capital cultural, social e político que cada um desses homens possuía. Vê-se que, sobretudo nos anos de Nova York, Freyre é instado por Lima a realizar uma série de tarefas que incluíam desde localizar números de jornais e revistas que lhe interessavam, conseguir o endereço de uma instituição, arrumar um local para a publicação de sua foto, até comprar um remédio para sua bronquite ou um café venezuelano do gosto de d. Flora.

Aliás, o espaço reservado às fotos, chamadas de clichês ou instantâneos na correspondência, merece uma observação à parte. Pelo empenho de Lima em ter seu retrato publicado, vê-se o valor desse procedimento como mecanismo de divulgação de imagem. Além disso, as fotografias eram presentes valiosos, sobretudo quando autografadas, sendo enviadas e recebidas com carinho. Os pedidos de Lima não são poucos, o que chega a preocupá-lo um pouco: “*Desculpe tanto pequeno mando, com o que lhe estou talvez roubando tempo precioso para os seus estudos*”.¹⁶ Mas, pelo ângulo das cartas, Freyre assumia com naturalidade os encargos; como um jovem estudante diante de um mestre mais velho, amigo e poderoso: “*Para o que desejar em Nova York e que estiver ao meu alcance, queira dispor com a maior liberdade de quem é seu grande admirador*”.¹⁷

Mas, como normalmente ocorre, esse é um sistema de mão dupla e Freyre igualmente fazia pedidos a Lima: conselhos, livros emprestados, cartas de recomendação e, com a maior aproximação, a apresentação de amigos. Estes desejavam conhecer Lima e sua biblioteca, procurando Freyre como intermediário, que então reproduzia o esquema ritual de que era grande beneficiário. Vale notar que alguns dos pedidos de Lima tinham uma dupla face, pois podiam interessar bastante a Freyre. Esse é o caso das incumbências de tradução de textos (dele mesmo ou não) e sobretudo da redação de resenhas de seus livros. Evidentemente uma estratégia de promoção de ambos, mas sem dúvida mais valiosa para Freyre, que dessa maneira era introduzido no mundo das publicações acadêmicas no Brasil e no exterior. O melhor exemplo dessa prática é a resenha do livro *História da civilização*, escrito sob encomenda para as escolas normais de São Paulo, estado que Lima considerava ter papel inovador no ensino público do Brasil. O livro foi publicado

¹⁵ Cartas de Freyre de 14-4, 2 e 21-6-1921, OLL. Fradique Mendes é um personagem sofisticado e boêmio, criado pelo literato português Eça de Queirós, que Oliveira Lima conheceu em Paris e muito admirava. Eça era freqüentador da casa/salão do intelectual Eduardo Prado naquela cidade.

¹⁶ Carta de Lima de 3-5-1921, Fundaj.

¹⁷ Carta de Freyre de 27-5-1921, OLL.

em 1921¹⁸ e Lima arranhou para que Freyre escrevesse e publicasse sua resenha nada menos do que na *Revista do Brasil*, dirigida por Monteiro Lobato e considerada a melhor, por ser o único periódico existente com muitos leitores: “*Muito estimaria que aí debutasse ocupando-se do meu livro*”.¹⁹

Os trâmites desse arranjo, desenvolvidos no começo de 1922, são esclarecedores do tipo de amizade e de debate que já se estabelecera entre eles. Lima envia o livro e pede a Freyre sua “*impressão não laudatória (já passei da idade disso)*”. Ele quer saber se Freyre “*acha o texto bastante claro e apropriado para o fim didático. Como o assunto comportava, dei-lhe uma feição mais literária (...)*”.²⁰ Freyre recebe o livro “com que me honrou sua lembrança”, qualificando-o como notável, especialmente por ensinar a estudar história. Vinha, “*na frase usadíssima, preencher uma lacuna na nossa literatura didática (...)* que lá [no Brasil] o ensino de história é, em geral... uma história”. Na longa carta,²¹ não se faz de rogado e tece uma série de considerações que evidenciam a quantas andavam suas leituras e também sua desenvoltura crítica. A essa altura, o discípulo já se sentia capaz de também dar conselhos, ganhando a correspondência um sentido mais equitativo. Por isso, mesmo avisando que não pudera ler o livro com vagar, por estar em vésperas de exame, escreve:

Do que tenho lido minha impressão é esta: que está escrito num estilo que prende a atenção — qualidade essencial às histórias; que, em geral, foi o material organizado e resumido (...) de acordo com excelente senso de proporção — excetuo aqui a pouca importância dada à Idade Média; que não foi esquecido o lado social da história, nem a expressão literária e artística dos povos, porém muito pouca atenção — na verdade nenhuma — foi dada ao econômico. Advirto-lhe de que não aceito, exclusivamente, a interpretação econômica de Marx e escola; porém como esquecer, quase, o fator econômico ao traçar um quadro da civilização?(...) Como incluir um historiador de segunda mão como Fiske (...)?

Lima, tudo indica, recebe e discute as observações com tranqüilidade, obstando algumas, como a crítica à inserção de John Fiske. Ele o considera um bom historiador americano, que trabalha sobre “história estrangeira” e que sabe onde procurar, pois lera Varnhagen e conhecia nossa literatura. Aliás, essa certamente fora a razão (o que Freyre devia desconhecer) que levava Lima a propor seu nome como sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras.²² Freyre recua ante a objeção, explicando que não estava

¹⁸ O livro teria 16 edições, sendo a última de 1967.

¹⁹ Carta de Lima de 15-2-1922, Fundaj.

²⁰ Carta de Lima de 7-1-1922, Fundaj.

²¹ Todas as citações são da carta de Freyre de 18-1-1922, OLL.

²² John Fiske era amigo de Lima e publicara, em 1898, *The discovery of America with some account of ancient America and the Spanish conquest*. Ver Malatian (2001).

minimizando “seu estilo, espírito filosófico ou faculdade crítica”, mas apenas apontando que seu trabalho era baseado “no de outros”. Ou seja, o aprendiz de sociólogo acusava a falta de pesquisa documental própria como indicador de menor mérito historiográfico, enquanto o historiador insistia na defesa de Fiske, embora considerando saudável que o jovem tivesse “personalidade de vistas”.²³ Freyre escreve de fato a resenha, que é enviada a Lobato, praticamente no momento em que defende sua tese em Colúmbia. Este se espanta com o texto do jovem desconhecido, perguntando a Lima: “*Quem é esse Gilberto Freyre?*” Esses comentários são transmitidos ao jovem, dado o peso de quem os faz, o que evidencia a circulação de cartas entre uma rede de correspondentes que mutuamente reforçam suas posições entre si, independentemente de estarem ou não no Brasil.

Freyre consideraria, logo depois, essa resenha um tanto injusta, em função de críticas que passa a ver como excessivas, confessando-se um tanto arrependido e menos amargo do que quando a escreveu, “*embora ainda não creia em Progresso com P maiúsculo*”.²⁴ De toda forma, o episódio como um todo, inclusive a aceitação das críticas de um recém-pós-graduado por parte de um velho professor, evidencia uma certa tolerância de Lima, e principalmente seu empenho no trabalho de introdução de Freyre, cujo talento acreditava estar ajudando a deslanchar. Nesse ponto, vale registrar também que Freyre começa a se construir como autor/escritor, na qualidade de leitor (no sentido medieval de crítico) de trabalhos de história de Oliveira Lima.²⁵ Ele escreveria outros textos em função dessa sua convivência, entre os quais um artigo sobre a casa de Lima, publicado no *Diário de Pernambuco* e considerado pelo anfitrião discreto e sem exageros, o que atribui “*a uma educação intelectual feita um pouco distante dos meios espirituais brasileiros*”.²⁶

As cartas deixam ver como ele se sente realmente feliz com o sucesso de Freyre e como investe nessa sua função de apresentá-lo ao mundo político-intelectual a que pertencia. Isso iria acontecer nos EUA, pois Lima conhecia vários dos mestres de Freyre em Colúmbia, tendo sido um de seus textos indicado em lição inaugural do professor Inman. Justamente por isso é que escreve carta recomendando Freyre a Shepherd e insiste para que faça bons contatos e se beneficie do conhecimento de, por exemplo, Angel Cesar Rivas, em Nova York, e do geólogo John Casper Branner, em Stanford.²⁷ Explica também que os favores prestados, a seu pedido, a Estanislao Zeballos eram um bom

²³ Cartas de Freyre de 31-1-1922, OLL, e de Lima de 7-2-1922, Fundaj.

²⁴ Carta de Freyre de 20-11-1922, OLL.

²⁵ A distinção medieval entre autor (aquele que produz) e leitor (aquele cuja produção consiste em falar da obra de outros) é lembrada por Bourdieu (2001:232).

²⁶ Carta de Lima de 21-10-1921, Fundaj.

²⁷ Angel Cesar Rivas foi professor de direito internacional da Universidade de Caracas e consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, pertencendo também à Academia de História de Caracas. Sobre John Casper Branner, ver capítulo 4 deste livro.

meio de obter o apoio do diplomata na Argentina, deixando clara a dinâmica de trocas pela qual o sistema intelectual funcionava.

Mas é quando da partida de Freyre para a Europa, em meados de 1922, e após a bem-sucedida defesa de tese que a tarefa de Lima alcança seu apogeu. Nesse momento, ele parece municiar Freyre com um conjunto de contatos — nomes, endereços, apresentações — em vários países, destacando-se os consulados, que conhece tão bem e que podem dar suporte ao jovem. Eles seriam um meio de Freyre fazer conhecimentos e ganhar visibilidade e prestígio: “*Bem sabe quanto folgo em que se esteja fazendo conhecido e apreciado. Prepare-se para as invejas e não perca o bom humor*”.²⁸ Freyre, sempre com pouco dinheiro, conhece autoridades diplomáticas, janta em consulados e é recebido por intelectuais importantes, que com ele se encantam, para júbilo de Lima, que o acompanha de longe, primeiro dos EUA e, a partir de setembro de 1922, da própria Europa, para onde se deslocou a fim de fazer um tratamento de saúde.

Tais comentários têm como objetivo assinalar que, ao lado dos “pedidos”, constitutivos da dinâmica de qualquer sistema político e intelectual, brasileiro ou não, as cartas também são reveladoras de um cotidiano nada fácil de parte a parte. No caso de Freyre, vêem-se suas dificuldades financeiras durante toda a estada fora do Brasil. Uma situação conhecida por Lima, pois Freyre fala das aperturas da família (pai e irmão principalmente) para mantê-lo estudando. Alguns acontecimentos, por esse motivo, são marcantes na correspondência, como a movimentação para a obtenção de uma bolsa de estudos em Colúmbia, o que ocorre pela primeira vez com um brasileiro. Mas as aperturas não cessam, renovando-se quando do desejo de Freyre de viajar à Europa, algo necessário à complementação de sua formação. Uma viagem bastante desejada por Freyre e que é considerada fundamental por Lima: era preciso confrontar os EUA com a velha Europa para se ganhar amplitude de visão.

No dia-a-dia tem-se um estudante deslumbrado com Nova York, particularmente com seu circuito artístico de música, teatro e artes plásticas. A rotina, contudo, é a dos estudos e a do trabalho, pois ele logo se engaja em uma publicação — *El Estudiante Latinoamericano* — e se esforça para escrever para jornais brasileiros, a fim de, talvez, receber algo em troca. A opção que se lhe oferece é, naturalmente, o *Diário de Pernambuco*, para o qual manda artigos, passando a uma posição melhor quando regressa ao Brasil, para finalmente desligar-se por questões diversas. As atividades de tradução, algumas arrojadas por Lima, são remuneradas, ficando sempre evidente a preocupação em “ganhar a vida”, de imediato e no futuro. Ficar nos EUA ou voltar ao Brasil? E para onde ir no Brasil? São perguntas constantes e compartilhadas com Lima, muito descrente de uma possível adaptação de Freyre ao “meio estreito e cheio de invejas” de Pernambuco.

Da parte de Lima, a correspondência é particularmente preciosa para sondar a vida cotidiana de um ex-diplomata transformado em intelectual em tempo integral. Alguns aspectos se impõem à reflexão. O primeiro é o lugar ocupado por Lima no campo

²⁸ Carta de Lima de 20-9-1922, Fundaj.

intelectual que ele articulava a partir dos EUA. Fica evidente que tem prestígio, pois recebe convites para viagens, conferências etc. de governos (como o do México) e de instituições, como a American Society of International Law, da qual participava o ex-secretário norte-americano Elihu Root. De modo geral, Lima demonstra ter vontade de comparecer, mas nem sempre pode fazê-lo, por uma combinação de motivos de saúde com dificuldades de ordem financeira. Lima, como se sabe, é um homem obeso e com constantes problemas de saúde (bronquite, rins), o que prejudica sua mobilidade, ainda agravada pelo câmbio. Ou seja, fica claro que Lima, apesar de receber seus rendimentos de diplomata aposentado do Brasil, precisa trabalhar para ter um certo padrão de vida nos EUA, o que é fundamental para a manutenção de uma posição de relevo no mundo político e intelectual a que pertencia. Mais do que isso, impressiona o quanto ele de fato trabalha, a ponto de, algumas vezes, agravar seu estado de saúde.

Nesse sentido, é preciso ressaltar o enorme esforço despendido na instalação de sua biblioteca, tarefa que o envolveu de corpo e alma, sem metáforas. Os trabalhos começaram em meados de 1921, mas a biblioteca só seria inaugurada em 5 de fevereiro de 1924 e, durante todo esse tempo, Lima se encarregou pessoalmente de tarefas como desencanaixotar volumes, providenciar a instalação de estantes, arrumar salas e organizar os livros, o que incluiu a elaboração de catálogos. Ele fez tudo isso só com a ajuda da família e de amigos, entre os quais Freyre, encantado em poder tirar de caixas de madeira tantas preciosidades e de poder trabalhar com elas para sua tese: seu *research work*. Um dos destaques são os livros de viagens, comentados por seu número, e que seriam, como se sabe, muito utilizados por Freyre em seus textos futuros.²⁹

As cartas de Lima permitem perceber que ele mesmo vai se dando conta do tamanho e da riqueza de sua biblioteca à medida que arranja os livros nas estantes. Confessa que o *job* era maior do que calculava e que já se havia esquecido da quantidade e da qualidade do que possuía. Chega a ter crises de cansaço e de desânimo, pois seus planos de inauguração vão sendo sistematicamente adiados: do Natal de 1921 para a Páscoa de 1922 etc. Em certo momento, escreve: “*Ando atrasado com a minha vida, isto é, com o que faz hoje a substância dela, a minha biblioteca*”.³⁰ Lima está absolutamente consciente que ele é (e será) sua biblioteca, que, ao lado de sua casa/salão, materializa e impõe seu poder de atração e seu papel de centro de referência a todos aqueles que, nos EUA ou no mundo, se interessam por estudos ibero-americanos. Compreende-se, pois, a dedicação de Lima à tarefa, cuja importância é prontamente detectada pelo círculo intelectual que, na época, girava em torno desse campo de estudos. A correspondência atesta o interesse de estudantes e pesquisadores em visitar a biblioteca antes mesmo de sua abertura pública, e

²⁹ O uso da literatura dos viajantes como fonte tem sido apontado como uma das características de Freyre, mas é bom notar que vários historiadores, como Lima, Capistrano de Abreu e outros, enfrentavam o desafio de localizar, editar e trabalhar com tal documentação desde o início do século XX.

³⁰ Carta de Lima de 21-10-1921, Fundaj.

em conhecer ou reencontrar Lima, o cicerone que iria conduzi-los por entre mares de livros, folhetos, mapas etc.

Uma tarefa suficiente, convenhamos, para um cinqüentão, gordo, doente e com pouca ajuda. Qual nada! Nesse aspecto é, no mínimo, incrível a disposição desse homem, e dois trechos de cartas podem, mais do que qualquer consideração, dar uma idéia de suas atividades. Uma é de janeiro de 1922, quando Lima, após a publicação de *História da civilização*, expõe seus projetos futuros:

Também agora, basta de livros. Quero ultimar um que tenho muito adiantado sobre D. Pedro e D. Miguel, isto é, de 1821 a 1831, porque será o complemento do D. João VI (1808-1821), da Independência (1821-1822) e do Reconhecimento do Império (1823-1825). E também quero em vida publicar 1 volume ou 2 de memórias para gozar do efeito de verdade, sempre exciting, embora nem sempre agradável.³¹

Um bom tempo depois, em novembro de 1925, após sua estada na Europa para tratamento de saúde, escreve:

Continuo na minha vida — dando aulas, acabando a revisão do catálogo de raridades (até a Páscoa próxima estará impresso), esperando provas do 1º volume do Dom Miguel, já tendo iniciado o 2º (com título diverso, pois de fato são obras independentes), e escrevendo duas vezes por mês para La Prensa. Isto, com um ou outro dia de pouca saúde (no geral boa saúde felizmente) dá para encher a vida.³²

Anote-se que Lima, em 1925, publicou *Dom Pedro e dom Miguel: a querela de sucessão* e que, em 1927, saiu *O Império brasileiro*. Contudo, ele faleceu antes da edição de *Dom Miguel no trono, 1828-1833*, de 1933, e também da impressão de suas memórias, organizadas por d. Flora e lançadas em 1937. *Memórias: estas minhas reminiscências* parecem ter sido de fato *exciting*, pelo menos para alguns dos citados na obra. Tudo isso, além da dedicação a duas outras atividades: Lima dava aulas e escrevia para jornais a fim de complementar seus rendimentos. As aulas já não eram apenas ciclos de conferências ou palestras, mas um curso regular de direito internacional na Catholic University of America, em Maryland, e que o fez até pensar em abandonar a história para se dedicar apenas ao direito.

A atividade jornalística constitui, provavelmente, um capítulo à parte e pouco estudado da produção desse intelectual. Além de ser colaborador regular e por anos de *La Prensa*, grande jornal de Buenos Aires, onde cultivava amigos como o chanceler Estanislao Zeballos, ele também escrevia para jornais brasileiros, como já mencionado. Esse fato

³¹ Carta de Lima de 7-1-1921, Fundaj.

³² Carta de Lima de 18-11-1925, Fundaj.

aponta o papel que Lima ocupava como observador brasileiro e latino-americano dos acontecimentos internacionais, particularmente norte-americanos, bem como sua capacidade de se manter bem informado sobre política brasileira, a respeito da qual também escrevia. Esse material, que não é nem pequeno nem desinteressante, ressalta a importância desse tipo de inserção dos intelectuais e, no caso de Lima, do exercício da escrita de uma história imediata, ainda pouco considerada pelos estudos de historiografia. Mesmo porque, o uso do jornal como veículo de divulgação de imagens e idéias, além de provedor de recursos, era complementado pela colaboração em várias revistas, como *The Pan-American Magazine* e *La Revue*, de Genebra, por exemplo.

Esse tipo de correspondência, pelos relatos mais minuciosos do cotidiano, pelas questões de saúde discutidas, pelos planos para o futuro revelados e pela afetividade que dela transparece, permite que se acompanhe a construção de uma amizade intelectual, ela própria o principal produto do trabalho epistolar. E, nesse caso, a linguagem das cartas é um ponto a ser observado, no que se refere tanto a sua forma material, quanto a sua dimensão subjetiva. O uso despreocupado de abreviações — um acelerador da escrita — é muito praticado por Lima, cuja letra é, segundo seus destinatários (e pesquisadores), um desafio à leitura. Contido e cuidadoso, ele foi se “confessando” a Freyre vagarosamente. Já Freyre, durante o diálogo, transita com desenvoltura da posição de um estudante inseguro para a de um jovem pesquisador de talento, que a estima de Lima aceita e estimula.

Da parte de Freyre, a amizade é sempre mais clara, manifestando-se nos conselhos e opiniões que pede, assim como nas deliciosas narrações que faz de suas experiências de vida, particularmente as de viagem. Essa correspondência pode, por isso, ser visitada como o relato de uma grande viagem de Freyre, então já possuidor de um sensível olhar sociológico, igualmente bem municiado de história. Embora um capítulo de livro não se preste a maiores citações, não há como resistir a pelo menos dois exemplos. O primeiro, de Munique, quando escreve:

Achei felizmente bom amigo num jovem de família nobre daqui, o qual fala bem o inglês e conversa com inteligência. Quer imigrar para o Brasil. Que excelente oportunidade para nós de lucrarmos com estes bons elementos que na Europa Central o movimento dos inferiores em massa deslocou dos poleiros, não acha? Vicente³³ e eu temos visitado inúmeras exposições aqui. E, é claro, a Pinacoteca. Que interessante o Expressionismo alemão! A meu ver mais sincero que os ismos que agitam a França.

O segundo, apenas 20 dias depois:

³³ Vicente do Rego Monteiro (1899-1970) era pernambucano, pintor, escultor e professor, sendo consagrado como um dos melhores artistas integrantes do movimento modernista no Brasil.

De Munique fui a Nuremberg. (...) Encantou-me logo Nuremberg com seu ar medieval e suas gordas torres. O rio que a corta a meio é mais um canal. À beira de águas quase paradas, casas pensativas, um arvoredado também pensativo. (...) Ao pé da Igreja de Nossa Senhora um mercado de frutas — manchas de cor ao sol. (...) Em cada canto de rua, quase, um nicho com um santo. Minha boa estrela quis que eu apanhasse Nuremberg em noites de lua. E passeando sob a grande lua amarela, pelas ruas em ziguezague da velha cidade de Dürer cuidei de ver fadas, e no rio, homens de barbas verdes e outros tantos encantos de que o idealismo nevoento da alma germânica povoa a sua paisagem. (...) No Museu Nacional de Nuremberg vi o quadro de certo pintor holandês — paisagem pernambucana.³⁴

Pode-se sentir claramente, na leitura das cartas, como a afetividade entre os amigos vai crescendo e sendo expressa no período que se estende de 1921 a 1923. Para tanto, é fantástica a carta que Freyre escreve aos Lima de Lisboa, em fevereiro de 1923, preparando-se para o retorno ao Brasil e consciente de que, naquele momento, uma fase de sua vida estava se encerrando e que ela fora feita, em grande parte, sob os auspícios do casal:

Não sei como agradecer tanta gentileza de sua parte. (...) Sabe que, por motivo de educação um tanto hirta que recebi (...) não sou efusivo nem quando escrevo, nem quando falo. Creio mesmo que o outro extremo, o que lamento. Porém creia, meu caro amigo, que o amo com todo coração — ao senhor e a D. Flora (...). Isto pondo à parte os obséquios recebidos. Simples obséquios não criam uma grande estima; não se o faz a mera gratidão. (...) O que uma pessoa de bem não esquece é a inspiração recebida d'outra — e sua vida e sua alma e sua amizade quase paternal têm sido para mim forte inspiração.³⁵

A amizade, claramente revelada, lamenta-se pelos códigos de contenção aprendidos na infância e adolescência, obstáculos a demonstrações mais efusivas de sentimentos que se desejam mostrar profundos e sinceros, “verdadeiros”.

Poucos dias depois, Freyre recebe uma resposta de Frankfurt, onde Lima estava em tratamento de saúde: “Não me agradeça: não há motivos para isso. O Sr é bastante efusivo pelos seus atos, não precisa sê-lo pelas palavras. Os atos valem mais. (...) Nós o estimamos muito e desejamos de coração vê-lo feliz”.³⁶ A amizade é retribuída e confirmada na mesma chave da subjetividade, da verdade da sinceridade, do coração. Assim, no início de março do mesmo ano, Freyre embarca no *Flandria*, chegando em meados do mês a Recife. Então, um terceiro e último tempo se inicia nessa troca de cartas entre amigos declarados.

³⁴ Cartas de Freyre de 1º e 24-10-1922, OLL.

³⁵ Carta de Freyre de 5-2-1923, OLL.

³⁶ Carta de Lima de 17-2-1923, Fundaj.

Pode-se dizer que esse é o tempo das despedidas entre os amigos, afastados pela maior distância. Entre março de 1923 e a morte de Lima, em março de 1928, as cartas vão escasseando, só havendo uma ativação quando Freyre vai aos EUA, em 1926, representando *O Diário de Pernambuco*, em razão de um congresso de jornalistas. Essa é a ocasião de rever professores e amigos de Nova York e matar as saudades dos Lima, hospedando-se em sua casa, onde fica mais de um mês. A pequena carta de Lima, feliz com a vinda de Freyre, é toda carinho de pai para filho, evidenciando o “ponto ótimo” e final da amizade entre os dois:

*O seu quarto de costume está pronto para recebê-lo, forrado de papel novo e com retratos de D. Manuel e de Luiz Felipe, que até chega a parecer detalhe de um romance de Eça. Queira avisar da chegada (dia e hora) para esperá-lo em casa, não direi com um mungunzá, que não há milho verde, mas com um arroz de forno ou qualquer prato digno do Nordeste.*³⁷

Nesse tempo em que Freyre se encontra em Pernambuco, a correspondência é dominada pela narração de seus esforços para encontrar um “lugar” profissional e intelectual no Brasil. Ele oscila entre o desejo de sair do meio “estrito” do Recife, onde se sente como em uma prisão, e a vontade de aí permanecer em razão da família, da paisagem ou, em seus termos, de um certo provincianismo. Acaba se decidindo, mas só em 1926, a ficar: “*Por mim só sairei daqui expatriado*”. Decisão que precisa justificar perante Lima, que o estimulou a procurar outras plagas, escrevendo várias cartas de apresentação para uma viagem a São Paulo, como é o caso da que o recomenda a Washington Luís, o então presidente do estado, ou ao jornal *O Estado de S. Paulo*, sem descuidar do apoio familiar, na pessoa de um sobrinho. Contatos políticos e intelectuais importantes e atualizados, como se vê.

Apesar disso, Freyre vai ficando no Recife e se envolvendo com atividades no *Diário de Pernambuco*, primeiro escrevendo crônicas ou providenciando a publicação de artigos, que sempre envia a Lima, e finalmente encarregando-se da preparação do *Livro do centenário (1825-1925)*. Nele, Lima é logo encarregado de redigir o primeiro texto, sobre um século de relações internacionais do Brasil, além de conseguir cartas de periódicos americanos e argentinos parabenizando o jornal. Ou seja, o sistema de troca de pedidos e de apresentações continua a pleno vapor e com dupla direção.

No que se refere a Lima, toda a sua atenção está na biblioteca, instalada com prestigiada festa no início de 1924, tratando-se então de elaborar os catálogos para facilitar sua consulta. O sonho já se convertera em realidade, isto é, a biblioteca era um *locus* de referência para os estudos ibero-americanos nos EUA, sob a tutela pessoal de seu organizador. Para além disso, em carta de 2 de dezembro de 1927, ele dá uma mostra de seu ritmo de atuação, com o comentário:

³⁷ Carta de Lima de 22-3-1926, Fundaj.

Não tenho trabalhado muito. Tenho posto em dia minhas lições de direito internacional (50); concluí quase o livro sobre o Império; tenho posto em dia minha colaboração [para jornais]; revisto provas do catálogo e os novos verbetes etc. A mesma vida. (...) Vou para o ano concluir o 2º volume de D. Pedro e D. Miguel e as Memórias. Aos 60 anos (25 de dezembro de 1927) aposento-me de escritor.

Lima não chegou a ver os dois livros que menciona publicados. Ele morreu em março de 1928, logo após completar 60 anos, findando-se a troca de cartas, mas não a amizade por ela construída.

As tramas de uma amizade intelectual e as pontas de um iceberg

Uma das possibilidades que essa correspondência oferece é o estudo da constituição de uma rede de contatos que permite situar alguns intelectuais brasileiros — Oliveira Lima, por exemplo — como integrantes de um sistema de produção cultural que extrapola as fronteiras nacionais e que se estrutura em função dos interesses pelo Brasil e pelas Américas. Entender a posição de Oliveira Lima nesse campo político e cultural é algo chave. Para tanto, é preciso lembrar que ele, como diplomata, vivera em Washington entre 1896 e 1899, seguindo para experiências na Europa, no Japão e na América espanhola (Venezuela) que lhe permitiram uma reflexão circunstanciada e registrada (são vários os seus livros de impressões de viagem³⁸), bem como o acúmulo de um enorme e valioso acervo de livros e folhetos, além de obras de arte, durante as primeiras décadas do século XX.

Assim, quando decide se auto-exilar em Washington em 1920, lá chega com a esposa, com fama de historiador e um enorme capital cultural, materializado em sua biblioteca, que deveria ser aberta à consulta na Catholic University of America, em Maryland, sob seus auspícios. Não era pouco como passaporte, pois o identificava como bibliófilo e mecenas, disposto a tornar sua biblioteca um “lugar de memória”, vale dizer de sua memória, mas também de uma memória da América Latina. Nesse aspecto, o próprio Lima, em comentário em uma de suas cartas, oferece uma pista segura do circuito que estava sendo pensado quando da montagem da biblioteca.³⁹ Ele explica a Freyre que ela não era, nem pretendia ser, uma brasileira *tout court*, estando voltada para o que chamava de estudos ibero-americanos.

Portanto, apesar de sua casa ser efetivamente identificada a uma segunda embaixada do Brasil em Washington, hospedando viajantes e abrindo-se a festas e reuniões, essa não

³⁸ Lima (1899, 1953 e 1997).

³⁹ Sobre a biblioteca é valioso e esclarecedor o capítulo “Tessitura da memória: a Oliveira Lima Library” de Malatian (2001).

era a ambição da biblioteca. Com ela, Lima sinalizava para um sistema intelectual que, reunindo brasileiros, latino-americanos, norte-americanos e europeus (portugueses e espanhóis, com destaque), se voltava para o estudo de temas e questões referentes às Américas, entendidas em função de um sistema tripartite. Nele, o poder hegemônico (reconhecido por Lima) dos EUA era contrabalançado pelas Américas portuguesa e espanhola, segundo uma concepção original de pan-americanismo postulada desde o século XIX. Nesses termos, a biblioteca se inseria em um “circuito pan-americano” que era tão político quanto intelectual e que, beneficiando-se do interesse dos Estados Unidos pela América Latina, propunha a afirmação, no “norte”, das pesquisas e da visibilidade do “sul”.

Um circuito que, como todos os circuitos intelectuais, não se organizava por fronteiras nacionais (embora elas pudessem ter seu peso) e nem mesmo por fronteiras disciplinares, frágeis nos anos iniciais do século XX. Nesse período, várias universidades dos EUA se dedicavam a estudos latino-americanos, quer de história natural, quer de ciências sociais e história, especialmente a diplomática, por motivos bem compreensíveis. A biblioteca de Oliveira Lima dialogava com a de outras universidades, como a do Texas, a de Harvard e a de Stanford, por exemplo.

Quanto a essa questão, a correspondência é bastante valiosa, por permitir a localização de pessoas, instituições e periódicos que parecem cumprir um papel-chave na organização da rede que então se articulava. Um elenco dos nomes das revistas que são citadas, e como são citadas ao longo da correspondência, é esclarecedor. O enfraquecimento da *The South American*, dirigida por Char Evers, é comentado, bem como seus planos de fazer uma revista só sobre o Brasil, com possíveis recursos do Serviço de Propaganda do Café. Um projeto que Lima considera infactível, quer em função dos recursos (que não viriam), quer porque acreditava que uma revista totalmente dedicada ao Brasil teria vida efêmera, ou seja, que era preciso alargar a abrangência de uma publicação como essa nos EUA.⁴⁰ Uma trajetória de altos e baixos é constatada na *Hispanic American Historical Review*, considerada muito boa, mas quase inexistente em fins de 1923, reaparecendo nas últimas cartas como “a nova revista do Alexander”. Isso porque o periódico era dirigido por um dos intelectuais mais próximos a Lima, James Alexander Robertson, amigo e frequentador de sua casa em Washington. Foi essa revista, por exemplo, que deu uma nota elogiosa sobre a tese de Freyre, bem como sobre uma festa da língua portuguesa realizada em Nova York, sob a coordenação do mesmo Freyre. Nessa linha de interesses, são mencionadas a *Inter America*, onde saíra um artigo de Estanislao Zeballos, traduzido por Freyre a pedido de Lima, *The American Historical Review* e *The Pan American Review*, pertencente a The Pan American League, o que indica a existência de um bom número de periódicos tratando de assuntos ibero-americanos durante os anos 1920 nos EUA.

Isso sem mencionar *El Estudiante Latinoamericano*, revista editada pelo Comitê de Relações Fraternalis entre Estudantes Estrangeiros de Nova York, do qual Freyre fazia parte e que chegou a reunir, em 1921 e para a surpresa de Lima, cerca de 4 mil latino-

⁴⁰ Cartas de Freyre de 7-7-1921, OLL, e de Lima de 10-7-1921, Fundaj.

americanos. Seu diretor, o chileno Oscar Gacitura, seria introduzido por Freyre no círculo de Lima, assim como um outro colega de Colúmbia, o alemão Rüdiger Bilden. Esse era um estudioso da escravidão nas Américas, donde seu interesse em pesquisar na biblioteca de Lima e viajar ao Brasil, o que fez em 1926.⁴¹ Vê-se, pelas cartas, como Freyre foi se integrando a essa rede latino-americana nos EUA, tanto por meio dos contatos entre estudantes (foi o orador da Pan American Student League na festa de inauguração da estátua de Simon Bolívar⁴²), quanto das intermediações de Lima.

Pode-se, portanto, acompanhar numerosas articulações, como é o caso do interesse de Lima nos contatos pessoais de Freyre com Angel Cesar Rivas, sabendo-se, posteriormente, que Rivas foi cumprimentá-lo por ocasião da defesa de tese. Lima também insiste para que Freyre conheça John Casper Branner, que doara à Universidade de Stanford uma brasileira de livros (sobretudo de história natural) e era uma das figuras referenciais do circuito, por seu poder nos EUA e por seu amplo conhecimento sobre o Brasil, onde estivera em expedições. A seu respeito, Freyre acaba escrevendo um artigo, o que evidencia a construção do laço pretendido por Lima, que gostava de se referir a Branner como “um amigo do Brasil”.⁴³

Outro norte-americano aparece também em posição de destaque nesse circuito. É Isaac Goldberg, judeu de Boston que trabalhava na área de literatura e foi contactado pessoalmente por Freyre, que com ele se encantou, assim como com o grupo intelectual judaico, alcançado por meio da casa/salão de David Punski. Lima já conhecia os livros de Goldberg e passaria a se relacionar mais com ele. Essa ligação deve ter-se estreitado, pois em livro sobre literatura hispano-americana, cujos originais Freyre teve a oportunidade de ler na casa do próprio Goldberg, há um capítulo dedicado a Oliveira Lima.⁴⁴ Finalmente, ao lado de latinos e norte-americanos, dois portugueses merecem incisivas indicações de Lima, quando Freyre está em viagem pela Europa. Trata-se do historiador João Lúcio de Azevedo e do literato Fidelino de Figueiredo, do qual Freyre especialmente se aproximou.⁴⁵

Outra possibilidade oferecida por essa correspondência é a de explorar o circuito de leituras que emerge das cartas entre os amigos. Isso pode ser feito a partir de uma orientação presente nos estudos de história da leitura que considera o ato de ler uma prática de “articulação” e, não, de “reconstituição” do sentido de um texto. Uma prática que, sendo individual, orienta-se pelas opções coletivas disponíveis em certo contexto

⁴¹ Ver “Sobre as idéias gerais de Rüdiger Bilden” em Freyre (2001).

⁴² Festa em que comparecem várias autoridades diplomáticas e que tem repercussão na imprensa. Cartas de Freyre de 14 e 21-4-1921, OLL.

⁴³ Carta de Freyre de 24-3-1922, OLL.

⁴⁴ Este capítulo, segundo Freyre, foi publicado no *Diário de Pernambuco*. Carta de Freyre de 8-6-1923, OLL.

⁴⁵ Ver: O livro de (Isaac) Goldberg. *Revista do Brasil*, n. 89, p. 43-9, maio 1923; e Um crítico português (Fidelino Figueiredo). *Revista do Brasil*, n. 111, p. 279-82, mar. 1925.

político-cultural, o que permite verificar que todo texto é lido em função de outros e em função de algumas idéias que mobilizam mais um indivíduo ou grupo, constituindo uma certa tradição que se segue ou rejeita.

No caso da correspondência examinada, pode-se tanto indicar alguns textos que apontariam principalmente para uma “biblioteca” do leitor Gilberto Freyre, quanto delinear algumas pontas do *iceberg* que era o debate sobre a questão racial/servil no início da década de 1920. Nesse sentido, a ampla literatura que trata desse tema é convergente, pois assinala que foi a partir de meados dos anos 1910 que o paradigma racial, lenta e solidamente construído desde o século XVIII, começou a perder força internacionalmente. A década de 1920 é, assim, um momento estratégico nesse debate político-intelectual, pois, sem que a matriz racial fosse negada, nela se introduziam e se acomodavam novos sentidos, que, em boa parte, deslocavam e mesmo invertiam os esquemas interpretativos por ela consagrados. Um processo de mudança que pode ser entendido a partir do que Richard Morse chama de “diáletica da tradição”, querendo destacar um tipo de dinâmica tensa e difícil que se faz “por dentro” de uma matriz cultural (sempre política e social) e que dificilmente é detectada, exatamente por não sinalizar rupturas radicais e de fácil percepção.⁴⁶

Voltando às cartas trocadas por Freyre e Lima, é útil observar mais atentamente os livros mencionados, isto é, verificar como os correspondentes estavam lendo uma certa “biblioteca”. Um primeiro comentário, nada surpreendente, é o de que Freyre era um sistemático leitor de Oliveira Lima, tornando-se, nesses anos, um de seus críticos autorizados. Há, na correspondência, registros de que, além de acompanhar os artigos que Lima escrevia para revistas e jornais, Freyre leu e teceu comentários sobre os livros *História da civilização*, *Aspectos da literatura colonial brasileira* e *O movimento da Independência*. Sobre o primeiro, ele escreveu uma resenha e discutiu com o autor antes e depois de tê-la publicado. Sobre os dois outros, ele teceu observações de leitor atento e elogioso que interessam aqui por destacarem um aspecto do texto de Lima que poderia ser chamado de seu estilo narrativo. Explicando melhor: Freyre se declara encantado pela habilidade de Lima em conseguir uma narração minuciosa, documentada e cheia de vida. Uma citação é ilustrativa. Referindo-se a *O movimento da Independência*, ele escreve: “A descrição do Rio de 1822 é deliciosa. Tenho lido e relido com especial deleite, provavelmente porque é no gênero que mais me seduz”.⁴⁷

Freyre reconhece posteriormente a influência de Oliveira Lima em sua vida intelectual e destaca que a ele deveu muito de seu “modo de escrever”. Isso precisa ser ponderado em função do fato de uma das maiores críticas feitas a Lima, por seus contemporâneos, dizer respeito a seu estilo prolixo, de frases longas e excessivas. Amores e desamores à parte, certamente Lima era prolixo e, como o próprio Freyre reconhece, não era um “estilista”. Mas, e esse é o ponto, era um “escritor” que sabia não ser “solene” e

⁴⁶ Morse (1988).

⁴⁷ Carta de Freyre de 8-1-1923, OLL.

que “descrevia” a ambiência social de um lugar e de uma época com maestria e minúcia, recorrendo à documentação comprobatória adequada. Ou seja, Lima era um historiador sociólogo,⁴⁸ como Freyre iria designá-lo: cuidadoso do método crítico, da ciência social e da narrativa gostosa.

Um elenco de qualidades que apontavam para o bom exercício da “moderna” história, a que Freyre estava certamente atento, e que combinava com leituras diversas. Aliás, o Freyre das cartas lê muito, tanto quando está em Colúmbia, quanto quando está descansando no lago George ou de passagem por Oxford, na Inglaterra. Sempre há livros a serem comentados em suas cartas: os que já leu ou vai ler, os que vai receber do Brasil ou os que pretende escrever. A literatura é a tônica constante, sendo citados como leituras prediletas Oscar Wilde, Sorojini Naidu, Amy Lowell (poetisas indiana e norte-americana), Sudermann (romancista alemão) e Eça de Queirós, entre outros. Por outro lado, vale notar que não são muitas as referências a livros que tinha que ler para seu curso em Colúmbia.

Nesse aspecto, os comentários são efetivamente poucos e, quando feitos, envolvem a preparação da tese: o tema e seu desenvolvimento. Os dois grandes temas inicialmente cogitados — as revoluções brasileiras e a abolição da escravidão — seriam abandonados em prol de um estudo sobre aspectos sociais do Brasil em meados do século XIX. Um século que o historiador Oliveira Lima vinha pesquisando muito e de que Freyre iria tratar recorrendo a um tipo de documentação “inédita”, comentada e aprovada por Lima: papéis e cartas particulares que seu pai enviava do Brasil, reminiscências de contemporâneos do período etc. Tudo que lhe permitisse traçar um quadro d’*O Brasil dos nossos avós*, uma história social da família no século XIX, que idealizou, mas abandonou pela necessidade de maior aprofundamento, impossível na tese, que recebeu o título: *Vida social no Brasil em meados do século XIX*. De toda forma, sua ambição, planos e interesses apontavam para o lugar que a família vinha ganhando em suas reflexões, ao lado da questão racial.

Isso se deveu ao debate sobre a sugestão inicial de Haring Shepherd, logo descartada sem maiores comentários na correspondência. Entretanto, a busca de razões que explicassem a situação do Brasil, ou seja, seu “atraso” permanece presente nas cartas e nas leituras de Freyre trocadas com Oliveira Lima. Percebe-se como Freyre vai se ocupando de livros que discutem a questão racial e como fica cada vez mais preocupado com a “mistura das raças. Quanto mais estudo o problema do ponto de vista brasileiro, mais alarmado fico. Estive a notar outro dia a tripulação do ‘Minas’: a gente de cor deve ser mais de 75%”.⁴⁹ É difícil acompanhar o desenvolvimento dessa troca de idéias, que existe mas

⁴⁸ Essa designação e o reconhecimento da importância da escrita de Lima estão muitas vezes presentes em Freyre (1970).

⁴⁹ São citados dois livros: *The rise of the color tide* e *The passing of a great race*. Carta de Freyre de 18-2-1921, OLL.

não é evidente, surgindo aqui e acolá em referências esparsas, evidenciando um lento trabalho de bastidores.

Fica claro, contudo, que o sobressalto de Freyre era antigo companheiro de Lima e de sua geração, marcados pela crença científica de que o elemento negro era inferior e a miscigenação podia ser uma ameaça ainda maior. Tal concepção ficara muito explicitada, inclusive, no livro que escrevera reunindo suas impressões sobre os EUA, publicado em 1899 e intitulado *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*. Porém, em 1921, ele parecia ter mais dúvidas que certezas e respondia a Freyre, ponderando:

A questão de raça no Brasil é uma questão muito delicada, em que dificilmente se pode mexer. Eu mesmo não sei — e só o futuro o poderá dizer — se a solução que estamos inconscientemente ou antes instintivamente dando ao problema não é mais acertada do que a que deliberadamente lhe têm dado os americanos. É claro que o imigrante branco é que nos convém. Mas não será preferível dar-lhe o espetáculo da fusão ao de dar-lhe o da exclusão? A inferioridade da raça será real e será ela causada pelo elemento africano, já bastante diluído n'alguns pontos ou antes pela educação. Eu reputo à educação francesa (...) a desgraça da América Latina. Teríamos tido um outro progresso não fosse essa miragem rubra. No meu livro sobre os Estados Unidos, escrito quando tinha 29 anos, tenho um capítulo sobre o "Problema negro", mas não sei se hoje penso exatamente do mesmo modo. Pelo menos penso com mais largueza e com mais detalhe.⁵⁰

Uma citação valiosa, que permite que se acompanhe para onde a largueza de vistas conduz Oliveira Lima e também Gilberto Freyre. Assim, é mais ou menos nesse momento que Freyre se impressiona com outro livro, de um autor francês, Cabanes, que se propunha a explicar a história pela medicina, o que fez o jovem pensar em escrever um capítulo de sua tese discutindo a influência sanitária sobre os hábitos de vida do Brasil de 1850. Algo que não impressionou Lima, que considerou o autor preconceituoso, embora de certa utilidade. Por isso, comenta em tom cético: *"Se a medicina explicasse a história, resolviam-se muita coisa"*. Do mesmo modo, só aí é que Franz Boas, o professor de antropologia de Freyre, é citado nas cartas, para ser recomendado por Lima, que já o conhecia e pergunta por sua saúde. Depois disso, ele não é mais mencionado.⁵¹

Pode-se considerar que um dos pontos de chegada das reflexões de Lima, no que diz respeito à questão racial, são as conferências que profere na Universidade de Williamstown em meados de 1922. Receber convites para falar em universidades americanas

⁵⁰ Carta de Lima de 20-2-1921, FGF. O livro fora muito bem recebido tanto nos EUA, quanto no Brasil, onde a admiração pelos Estados Unidos era lida na chave de uma adesão ao novo regime republicano, em relação ao qual Oliveira Lima, um recém-contratado do Itamarati, fazia profissão de fé.

⁵¹ Cartas de Freyre de 28-7 e 19-10-1921, OLL, e de Lima de 3-8 e 21-10-1921, Fundaj.

era *honra distinta*, que Joaquim Nabuco e Oliveira Lima já haviam experimentado.⁵² Dessa feita não foi diferente, e Lima preparou-se organizando uma série de conferências sobre cuja repercussão as cartas também dão notícia. Aliás, é Bilden, o amigo alemão de Freyre, que envia para a Europa os recortes do *The New York Times*, dando conta do teor e do impacto que elas causaram. Em síntese, o título da matéria: *Dr. Lima for race mixture*. Em outros termos, nas conferências, Lima não condena a miscigenação. E faz isso nos EUA, país que se orientava, em sua definição, por um princípio de exclusão racial e que, até os anos 1930, esteve na vanguarda da aplicação de práticas eugênicas.⁵³

As conferências de Willianstown podem assim ser consideradas um marco no pensamento de Lima, que pede a Freyre que as traduza para sua publicação no Brasil, acertada com Monteiro Lobato. É com essa perspectiva, que não se cumpriria, que Freyre as lê *com encanto* quando está em Paris. As conferências só seriam publicadas, numa versão revisada e condensada, com o título de *Aspectos da história e da cultura do Brasil*, após serem proferidas, em junho de 1923, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde também tiveram repercussão. As cartas, naturalmente, não fornecem muitos elementos para se falar do conteúdo dessas conferências. Permitem apenas situar o contexto de sua produção e recepção, isto é, o empenho de Lima em prepará-las, a curiosidade e o prazer de Freyre em lê-las e a repercussão que produziram, especialmente nos EUA.⁵⁴

É interessante observar que Freyre, no livro que organiza muitos anos depois em louvor a Oliveira Lima, por ocasião das comemorações de seu centenário de nascimento, em 1967, não as comenta, nem estabelece relações entre seu pensamento e o de Lima no que se refere ao tema da questão racial. As dívidas mencionadas são muitas, mas não passam por esse ponto. Isso, obviamente, não minimiza o papel de guardião da memória de Oliveira Lima que Gilberto Freyre então decididamente assume. Segundo ele, Lima fora alvo de um autêntico trabalho de detração da pessoa física, política e intelectual, mesmo em vida, e, depois de morto, não era reconhecido como devia. Talvez, ainda segundo ele, por viver quase sempre fora do Brasil, o que facilitava os ataques e o esquecimento. Uma

⁵² Em 1912, antes de se mudar para Washington, Lima fez conferências em Stanford e em outras universidades americanas.

⁵³ Tais práticas chegavam a comportar até a esterilização de indivíduos. Uma boa síntese sobre a questão encontra-se em Luca (1999, cap. 3).

⁵⁴ Os títulos das quatro conferências publicadas são: A independência do Brasil como movimento a um tempo conservador e revolucionário, Caráter da evolução histórica brasileira, Feições da política externa e do desenvolvimento econômico do Brasil e O Brasil como potência americana. Na segunda delas, Oliveira Lima discute, brevemente, a questão da “cor”. Em um trecho diz: “Desde que, segundo os etnólogos, as raças puras são um erro à luz da história, devendo nós então considerar Gobineau, o apologista da raça branca, um filósofo devaneador, devemos admitir que a solução ibero-americana, isto é, a da fusão das raças é mais promissora, mais benéfica e especialmente mais humana do que a da separação ou a da segregação praticada pelos Estados Unidos”. Lima (1923:59).

vida aparentemente distante do país, porque sempre muito próxima, sobretudo pela bibliofilia, que o levava a acumular uma rica memória sobre si, sobre o Brasil e sobre a América Latina. Algo que Freyre desejava consolidar com a criação da imagem de um Dom Quixote gordo. Dessa forma, estaria dando continuidade à amizade que nascera tantos anos antes e que encontrava caminhos para permanecer.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A leitura, uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CAMPOS, Humberto. *A Manhã*, 16 abr. 1944. (Autores e Livros).

FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima: Don Quixote gordo*. Recife: Massangana, 1970.

———. *Cartas do próprio punho sobre pessoas e coisas do Brasil e do estrangeiro*. Seleção e organização de Sílvio Rabelo. [Brasília]: MEC, 1978.

———. *Antecipações*. Recife: Edupe, 2001.

GOMES, Angela de Castro. Gilberto Freyre e Oliveira Lima: *Casa-grande & senzala* e o contexto historiográfico do início do século XX. *História*, São Paulo: Unesp, v. 20, p. 29-44, 2001.

LIMA, Oliveira. *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*. Leipzig: Broockhaus, 1899.

———. *Aspectos da história e da cultura do Brasil*. Lisboa: Livraria Clássica, 1923.

———. *Impressões da América espanhola: 1904-1906*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

———. *No Japão: impressões da terra e da gente*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Oliveira Lima: sua vida e sua obra. In: LIMA, Oliveira. *Obra seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1971.

LUCA, Tânia R. de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: Edusc; São Paulo: Fapesp, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. O “ovo de Colombo” gilbertiano. In: FALCÃO, J.; ARAÚJO, Rosa Maria. *O imperador das idéias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MORSE, Richard. *O espelho de Próspero*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

TREBITSCH, Michel. Correspondances d’intellectuels: le cas de lettres d’Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947). *Les Cahiers de l’IHTP*, n. 20, mars 1992.

CAPÍTULO 3

Freyre: as travessias de um diário e as expectativas da volta

ANTONIO PAULO REZENDE*

O homem não tem uma única e mesma vida. Tem várias arranjadas de ponta a ponta, daí a sua infelicidade.

Chateaubriand

Os caminhos de Freyre

As trilhas abertas pelas distâncias deixam sempre espaço para idealizações. O controle sobre o tempo, as surpresas, o lado mágico da vida têm marcas da incerteza, por mais racionalizações que se possa arquitetar. O tempo dos calendários, que responde às demandas das instituições sociais, não dá conta das instabilidades do tempo subjetivo, formado por ansiedades e buscas constantes. No seu discutido diário de adolescência, Gilberto Freyre descreve suas travessias cotidianas com muita informalidade. Ficam dúvidas, para quem lê, sobre se era possível tanta clarividência para alguém que esboçava suas escolhas e procurava determinar sua trajetória profissional. Era apenas um começo, que anunciava uma construção que, agora, se pode visualizar com mais profundidade.

Os traços desse tempo em que Freyre volta para o Recife, depois de sua estada nos Estados Unidos e rápida passagem pela Europa, são o que pretendo redesenhar, como

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco e doutor em história pela Universidade de São Paulo.

ponto principal deste texto, que é mais um diálogo com os escritos de Freyre em *Tempo morto e outros tempos*, onde estão “trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade”. A epígrafe acima é uma forma de lembrar a multiplicidade de cada um e as dificuldades que existem para governá-la. No caso de Gilberto Freyre, não parece que isso represente a infelicidade, mas um jogo que cabe exercitar sem perder a força da auto-estima.¹

Nos diários, o público e o privado terminam por se misturar, tornando claro quanto é difícil delimitar as fronteiras entre o nosso eu e os outros, como é complexa a nossa identidade. Freyre, no prefácio do diário, assinala que esses seus registros revelam:

*a conversa de um homem consigo mesmo. De um homem desdobrado em dois: ele e o seu diário. De um homem analítico e, ao mesmo tempo, com uns instantes tão antianalíticos de devaneio poético que o diálogo parece adquirir, por vezes, aspectos quase líricos. Há nas notas um misto de lirismo anárquico e de tentativa de organização: a dum adolescente e depois de um jovem na sua primeira mocidade a buscar dar alguma ordem aos começos do seu pensar, do seu sentir, do seu viver, do seu existir.*²

Ele escreveu essas notas em 1975, pouco antes da publicação do livro, com o distanciamento de quem estava lidando com memórias, com espelhos de seu passado, de valia inestimável, e com saudosas recordações. Mesmo em sua obra mais analítica, o passado para Freyre é alvo de muitos olhares ternos e positivos, com a marca do lirismo que acentuou acima. Ele nunca negou sua estima pela arte, nem tampouco a possibilidade de entrelaçá-la com o saber científico, suavizando os impactos positivistas que tanto o incomodavam.

Depois das discussões trazidas pela psicanálise, não restam dúvidas de que os tempos possuem uma mobilidade extraordinária, não sendo exagero salientar que o passado é uma invenção do presente. Mudamos nosso olhar sobre o que aconteceu, na medida em que mudam as questões que formulamos sobre o mundo e nós mesmos. A própria história vive, no sentido mais coletivo, essas travessias inesperadas do tempo e da memória. Não seria diferente com Gilberto Freyre. A memória tem uma dimensão seletiva que fortalece essa afirmação de que o presente é um tempo de síntese, que produz diálogos diversos com as outras faces do tempo. Ela possui ritmos, dissonâncias, harmonias, contrapontos. Não há, portanto, como procurar no diário a memória exata do que aconteceu.³ Aliás, a história é uma interpretação do que sucedeu, não o fato em si, como foto-

¹ A epígrafe foi retirada de Auster (2002). As circunstâncias de vida das personagens do romance são efetivamente outras, mas a reflexão me chamou a atenção.

² Freyre (1975:xiii).

³ “Enfim: primeiro estava quase sem imagens, agora tinha imagens demasiado fortes. Tive de esperar que se afastassem um pouco esbatidas na memória; tive de deixar amadurecer cada vez mais as reflexões, os significados que delas se irradiam, como uma seqüência de ondas ou círculos concêntricos.” Essa reflexão de Italo Calvino sobre a relação tempo, memória e imagens encontra-se em Calvino (2002:88).

grafia de um autor anônimo e onipotente, fixa e inalterável. Em *As cidades invisíveis*, Italo Calvino expressa, em vários trechos, essa flexibilidade como fundamento da memória. Falando de Zora, uma das cidades-síntese de tantos símbolos, destaca: “Mas foi inútil minha viagem para visitar a cidade; obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definiu, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo”.⁴

Não há uma explicação ou recordação que esgote o acontecimento. Apesar de construirmos as periodizações, ele se estende e engana nossos anseios de exatidão. Lembremos das hermenêuticas, das reflexões de Dilthey sobre a reatualização da história, onde se destaca a compreensão como uma viagem decifrador de enigmas e, ao mesmo tempo, inventora de outros, como bem reflete Paul Ricoeur nas descrições sobre o conteúdo da compreensão e sua trajetória: “A questão: em que condição um sujeito que conhece pode compreender um texto, ou a história? é substituída pela questão: o que é um ser cujo ser consiste em compreender? O problema hermenêutico torna-se assim uma província da Analítica desse ser, o Dasein, que existe ao compreender”.⁵

O diário de Freyre desenha um caminho da compreensão que buscava de um tempo da sua vida e minhas interpretações são uma tentativa de aproximação desse caminho, através de uma leitura mais atenta. Esse sempre lacunoso trabalho de interpretação é o que Ricoeur sintetiza como “o trabalho de pensamento que consiste em decifrar o sentido escondido no sentido aparente, em desdobrar os níveis de significação implicados na significação literal; mantenho assim a referência inicial, ‘exegese’, isto é, a interpretação dos sentidos escondidos”.⁶

Não mergulharei numa discussão sobre se Freyre acrescentou alguns comentários posteriores ao momento em que escreveu o diário, o que teria tornado o texto bastante intelectualizado para alguém tão jovem. O real e a fantasia acabam se misturando. Convém não esquecer de Castoriadis nas complexas e importantes elucubrações presentes nos densos volumes das *Encruzilhas do labirinto* e mesmo na *Instituição imaginária da sociedade*. Estamos no território da construção das memórias, atualmente tema muito visível nas discussões da historiografia, mas polêmico e aberto a inúmeras enunciações. A memória é seletiva, está articulada com o ritmo das nossas lembranças e dos nossos esquecimentos.

Toda obra de Freyre tem forte travessia nas peripécias da memória. David Lowenthal, em “Como conhecemos o passado”, faz uma citação do historiador Jan Vlasina que cabe nas reflexões que faço: “O estudo da memória nos ensina que todas as fontes históricas estão desde o princípio banhadas de subjetividade”.⁷ Além disso, nas viagens de Gilberto Freyre por suas memórias, não existe apenas o encontro com suas aventuras intelectuais e sua insistência na precocidade de suas conclusões com relação às obras de tantos autores que leu, mas também um diálogo constante com as cartografias e os cos-

⁴ Calvino (1991:20).

⁵ Ricoeur (s.d., p. 8).

⁶ Ibid., p. 14-5.

⁷ Lowenthal (1998:104).

tumes dos lugares, onde o Recife se torna uma referência destacada: a cidade maior dos seus encontros e desencontros, todos representativos dos seus (des)encantamentos. Fica evidente seu lado proustiano, tão lembrado por seus intérpretes. E mais uma vez recorro a Lowenthal, que cita Marcel Proust, numa perspectiva muito presente da idealização do passado registrada nos saudosismos freyrianos, nesse jogo dialético das lembranças e dos esquecimentos. Afirma Proust:

À medida que o hábito tudo enfraquece, aquilo que melhor nos faz lembrar de uma pessoa é exatamente o que havíamos esquecido. É graças tão-somente a esse esquecimento que conseguimos de tempos em tempos recuperar a pessoa que fomos, colocar-nos em relação às coisas assim como aquela pessoa se colocava (...) Devido à ação do esquecimento, a memória que retorna (...) nos faz respirar um novo ar, um ar que é novo precisamente porque o haviam respirado no passado, (...) uma vez que os verdadeiros paraísos são os paraísos perdidos.⁸

Esses devaneios arquitetam, portanto, uma compreensão da obra de Gilberto Freyre que foge das exaltações desmedidas, como também das críticas ácidas que demolem tudo, fixando rótulos. É importante ter claro que sua obra volta a ser debatida com mais intensidade por sua contemporaneidade, como já afirmei em outro texto.⁹ Em seu diário, sinais de sua atualização com os temas do seu tempo são visíveis. Ele mostra conhecer os vanguardismos da época, assumindo uma postura crítica e, muitas vezes, irônica. Sua escrita é testemunho do quanto assimilou dos modernistas; o mesmo se podendo dizer de suas escolhas na pesquisa e na montagem de seu esquema de compreensão do que foi a sociedade brasileira e na construção de seus significados singulares, que, para ele, concretizam uma identidade rica, cheia de multiplicidade e de abertura para a história. A complexidade do seu pensamento se acentua na forma pela qual teceu as combinações do tradicional com o moderno, como uma marca inseparável da sua obra.

Nesse diálogo com o tempo em que vivia, Freyre fez da cidade do Recife uma contínua referência, sempre reafirmando, exaustivamente, que era o seu lugar de viver no mundo. Como ele mesmo ressalta, os registros de um diário são fontes de elucidação para o historiador. Segundo Freyre,

até os registros de um simples colegial podem ser documento de considerável importância para a transmissão do que é imortal nos tempos que em parte morrem, uns mais, outros menos do que os homens. Vários são aqueles diários que, não sendo obras-primas, têm contribuído para um sempre maior conhecimento do Homem pelos homens.¹⁰

⁸ Lowenthal (1998:19).

⁹ Ver Rezende (2001).

¹⁰ Freyre (1975:viii).

A forma pela qual esses registros são valorizados pelo autor revela uma concepção de história presente na sua obra que foge das linhas mestras do positivismo e busca novos temas e fontes. Nessa perspectiva, Freyre foi renovador, com grande proximidade com a Escola dos Annales e despertando, atualmente, a atenção de seus seguidores.¹¹

Os territórios do diário

Minhas incursões pelo diário de Freyre fazem parte de tentativas de construir leituras diferentes da sua obra. Verifiquei, em pesquisa minuciosa, a riqueza de suas afirmações e a variedade de temas que aborda, esboçando os alicerces de sua obra posterior e nos fornecendo dados para melhor compreender sua polêmica personalidade. Nada, no caso de Freyre, como dialogar com suas próprias observações, em vez de inventar suposições. Deixar o autor conversar consigo mesmo, ser seu próprio espelho, é uma revelação surpreendente, sobretudo para quem se afirmou, no entender de seus adversários, como um narcisista sem limites. Freyre se situa com relação ao narcisismo logo na introdução do diário:

Relendo o que escreveu há anos, o autor não deparou com nenhum auto-elogio, ostensivamente, deselegante, que o escandalizasse. Nem com excessos de complacência do introspectivo para com sua própria pessoa. O que há, no diário, de deselegante e, às vezes, ridículo, é o registro de muito louvor de pessoas importantes ao adolescente inseguro e ao jovem também incerto acerca de suas aptidões e de seus rumos (...) A adolescência é um misto de insegurança tímida e de vaidade, por compensação, enfática.¹²

Depois de tantas aventuras da psicanálise, o eu não deixa de ser visto também como uma invenção. A subjetividade não é isenta das fantasias do seu tempo, do ritmo de cada época, como bem registra Peter Gay nas análises da época vitoriana, mantendo laços estreitos com Freud, para compreender os traços complexos da história. Freyre usa muito a menção aos seus feitos intelectuais, no diário, citando outras pessoas, seus admiradores, como o professor Armstrong, que, em 1920, lhe aconselhou: “*O que V. deve fazer é tornar-se escritor em língua inglesa. Seus laços com o Brasil devem continuar apenas sentimentais. Não há futuro para um grande escritor em língua portuguesa — língua obscura — e tome nota das minhas palavras: em você há o germe de um grande escritor*”.¹³ As pa-

¹¹ Vários autores assinalam essas proximidades de Freyre com uma concepção de história renovadora. Pode-se lembrar José Carlos Reis e Peter Burke como exemplos.

¹² Freyre (1975:viii).

¹³ *Ibid.*, p. 40. Nas citações seguintes do diário, *Tempo morto e outros tempos*, serão colocadas entre parênteses as iniciais TM, acompanhadas do número da página, para evitar acúmulo de notas de rodapé.

lavras reforçam as estratégias de Freyre na construção de sua imagem de “adolescente” precoce, das invenções compartilhadas com os orientadores de sua trajetória intelectual e na sua perseguição, com muita vontade, da trilha de não ser apenas mais um. Aliás, seu círculo de admiradores era amplo.¹⁴ O historiador Oliveira Lima colaborava muito com essa construção de elogios que deixavam Freyre envaidecido e, aparentemente, perplexo. Foi, talvez, seu grande mestre. O próprio Freyre não tem muita censura em suas fantasias narcísicas e registra, fazendo comparações e previsões interessantes:

Ao comparar-me com a maioria dos ianques, sulistas e latino-americanos, meus colegas na Universidade de Baylor, senti-me, é um fato, superior. Não digo propriamente gênio — a palavra gênio soa de modo quase místico aos meus ouvidos — mas superior. Deve haver em mim alguma coisa de antibanal, anticomum, anti-mediocre. (...) Apenas inteligência, talento, genialidade têm vários graus, e se Poe foi gênio não foi um Shakespeare ou um Cervantes. E se William Butler é um gênio não será exatamente um Dante (...) É possível que no futuro eu me aproxime da genialidade sem atingi-la (TM, 77).

É claro que essas afirmações de Freyre estariam presentes em outros momentos de sua vida, pois gostava de se apresentar como o homem dos paradoxos, que desafiava a lógica dos bem-comportados, com elaborações intuitivas e, para ele, pouco comuns e longe dos cartesianismos.¹⁵ Os artigos que escreveu nos anos 1920 no *Diário de Pernambuco* também focalizam essas suas incursões pelos territórios labirínticos da auto-imagem e seus problemas de adaptação aos hábitos norte-americanos. O sonho dele era ter ido para a Inglaterra, onde sua conexão com a cultura seria mais tranqüila, pois não via com muita simpatia o utilitarismo e as renovações técnicas vividas pelos norte-americanos. As circunstâncias trazidas pela I Guerra Mundial impediram que firmasse seus devaneios acadêmicos no campo da tradição europeia, mais do que no da modernização acelerada dos Estados Unidos. Foi uma frustração.

Além disso, não se pode esquecer os diálogos de Freyre com Freud, marcantes até mesmo na escolha do título de seu diário. Considerava-se “*adepto de um como que pós-freudismo ou transfreudismo como, aliás, de um pós-marxismo ou transmarxismo*” (TM, x). Mas o que seria esse pós-freudismo ou transfreudismo? A resposta de Freyre era clara: “*Por esse pós-freudismo ou transfreudismo compreende-se que todo homem, ao voltar-se para o tempo vivido, procure rejeitar parte dele: matá-lo até*” (TM, x). Nesse ponto, Freyre enfatiza o conteúdo seletivo da memória, afirmando que “*toda memória de homem parece reter, a contragosto, recordações que esse homem vivo preferiria que não o acompanhassem*” (TM, x). Esse conflito com as lembranças é constituinte para a construção da memória de cada um. Mas o que chama a atenção é também como Freyre nomeia, como

¹⁴ Sobre esse tema, ver Rezende (2000a:11-20).

¹⁵ Em Rezende (2001) deixo mais claras essas conclusões, assim como em Rezende (1997, cap. 4).

usa os artificios da linguagem de forma quase lúdica. O “trans” e o “pós” possuem um significado para quem está mais habituado com as leituras das obras do autor. Com isso, ele almeja reafirmar a originalidade do seu pensar. Vale lembrar o verbo por ele criado, *gilbertizar*, para mostrar que não assimila de forma passiva o pensamento dos outros, mas com registros de reinvenção, que assinala sua admiração por seus feitos intelectuais.

Seu pensamento não é, portanto, fechado aos outros, cria singularidades que fortalecem sua identidade. Sua leitura dos autores contemporâneos era um espaço de críticas e de escolhas, de compreender como seu olhar para os clássicos era bem marcante e como desconfiava dos vanguardismos e seus abalos. Não deixava de assinalar os perigos que representava a perda das tradições. Daí inclusive o olhar nostálgico que atravessa sua obra, mas que não significa o seu repúdio absoluto à mudança trazida pela modernidade como projeto civilizatório. O intérprete deve ser cuidadoso para não cair em armadilhas dualistas e enfrentar os paradoxos sem preconceitos, o moderno dialogando com o tradicional, com os sentidos da hermenêutica que Paul Ricoeur assinalou, ou mesmo com toda elaboração que o método freudiano firmou sobre os sentidos manifesto e latente dos sonhos e desejos.¹⁶

Se construirmos uma cartografia mais minuciosa do diário, veremos como a diversidade está presente de modo surpreendente. A ponte com a forma literária é outra marca dos escritos de Freyre. Não há rigidez nas fronteiras entre os saberes, nem tampouco uma hierarquização que faça da ciência a produtora da verdade única. São sinais de uma metodologia que afirma a importância da cultura, numa perspectiva ampla. Em *Tempo morto...*, Freyre desenha a vida que viveu com seus traços curvos e retilíneos, no desvendamento de suas vontades e de suas frustrações, de seus projetos intelectuais, de seus autores prediletos, de suas controvérsias, de suas escolhas políticas, de seus sentimentos regionalistas, do seu olhar sobre o Brasil, de suas insatisfações com os Estados Unidos, de seus primeiros brinquedos e de tantas outras coisas que ajudam a compreender com mais intimidade sua visão de mundo e a continuidade de sua obra. As revelações de um diário tendem em geral para a diversidade, mas há também temas recorrentes e, dependendo de cada pessoa, uma obsessão por certas viagens radicalmente impressionistas. Os registros de *Tempo morto...* ultrapassam as dimensões mais recônditas do eu para buscar uma conexão direta com o mundo.

Se na invenção do eu há muito da invenção da solidão e de conversas obrigatórias com a memória, o texto de Freyre lembra algumas reflexões que Paul Auster ousa fazer com a maestria dos grandes escritores em *A invenção da solidão*, citando inclusive Santo Agostinho. Enquanto o personagem de Auster vê a memória como um quarto, como um

¹⁶ Freud (2001). *A interpretação dos sonhos* é por demais conhecida como básica para se pensar a psicanálise, assim como decifradora de linguagens e ordenadora de verdades transitórias que marcam a busca de equilíbrio do ser humano. Ricoeur (s.d.) tece considerações sobre o conteúdo hermenêutico das obras de Freud.

crânio que encerra o quarto ou, como afirma o próprio Auster, “o espaço em que uma coisa acontece pela segunda vez”,¹⁷ no entender de Santo Agostinho:

*O poder da memória é prodigioso. É um santuário vasto e incomensurável. Quem pode sondar suas profundezas? E no entanto é uma faculdade da minha alma. Embora seja parte de minha natureza, não posso compreender tudo o que sou. Isto significa, portanto, que a mente é estreita demais para conter a si mesma. Mas onde está essa parte da mente que não está contida nela mesma? Estará em algum ponto fora dela e não em seu interior? De que modo, portanto, pode ser uma parte da mente, se não está contida nela?*¹⁸

Nas reflexões de Santo Agostinho, nas incursões contemporâneas de Paul Auster e na arquitetura das memórias de Gilberto Freyre, aqui comentadas, há encontros entre tempos muito heterogêneos, com linguagens que firmam diferenças de concepções, mas não desprezam o insondável que reside na construção da memória. Auster nomeia um capítulo de *A invenção da solidão* de “Livro da memória”, Santo Agostinho escreveu as *Confissões* — um mergulho profundo na construção de seu passado e de suas inquietações — e Freyre sempre teve zelo em dar nitidez a sua identidade, para ele singular, tão entrelaçada com suas memórias, que atravessam seus textos e seus depoimentos; são evidências da importância de se promover leituras dessas incursões e se possível articulá-las, não perdendo de vista as continuidades da história. São as riquezas das cartografias das memórias.

O paraíso “perdido”

A imagem do paraíso perdido é forte para as mitologias e para as religiões. A modernidade quis secularizar a idéia ao inventar suas utopias políticas, sobretudo no século XIX, com a vitória da burguesia se ampliando pelo mundo ocidental e descortinando sonhos imperialistas grandiosos. As utopias representam contrapontos, formas de resistência, denúncias, tentativas de equilibrar a sociedade. A modernidade pensou no paraíso perdido no passado, inspirou-se nele, mas foi em busca do futuro, de projetos civilizatórios construídos sob a iluminação da ciência, e fortaleceu inicialmente o discurso da ruptura. Nem por isso os tempos históricos deixaram de se comunicar, de efetivar suas trocas. Nem por isso outros movimentos dentro da modernidade, como o romantismo, deixaram de criar suas nostalgias, criticando o racionalismo cartesiano e procurando reencantar o mundo. Segundo Peter Gay, “os românticos acusavam o Iluminismo de ter da-

¹⁷ Auster (1999:96).

¹⁸ Apud Auster (1999:101).

nificado a vida interior do homem quase definitivamente, e trabalharam para desfazer a secularização do mundo — uma realização melancólica da geração de seus pais”¹⁹

Gilberto Freyre não foi um adepto dos racionalismos, porém tinha muita simpatia pelos autores românticos, registradas em seu diário e em outras obras mais ligadas a sua vida intelectual. Sua desconfiança em relação ao futuro, às promessas do tecnicismo, é insuspeita, e em seu livro *Além do apenas moderno* isso ganha uma clareza singular e polêmica, em se considerando a época em que foi escrito.²⁰ Mais uma vez, no título da obra, o autor evidencia como trabalha com os conceitos e expressa suas singularidades. Discute o pós-moderno, os significados que lembram sua articulação contínua com a tradição, sem se desligar das travessias do moderno.

O retorno de Freyre ao Brasil ganha, em *Tempo morto...*, sinais de um reencontro quase obrigatório com um destino previamente traçado. Não havia como abandonar suas raízes, mesmo com as seduções intelectuais estrangeiras. O paraíso estava aqui, com seus limites. Sua obra destinava-se a interpretar essa sociedade, que, grávida de hibridismos e de fascínios inusitados, merecia, para ele, uma leitura que instigasse o otimismo e não lamentasse as heranças perversas. O Recife, sua cidade, “*é, na verdade, uma cidade profunda. Densa. De sua profundidade podem vir à tona as mais inesperadas realidades. Algumas só parecem possíveis pelo que nelas há ao mesmo tempo de europeu e de mais do que europeu*” (TM, 223).

Analisaremos as inquietações desse retorno, assinalando os contrapontos, tão característicos da obra freyriana e, ao mesmo, formulando a estrutura de suas compreensões teóricas que se seguiram a *Casa-grande & senzala*.

A possibilidade de retornar ao Recife e ao Brasil foi motivo de anotações várias no diário de Freyre. A questão não é vista apenas pela perspectiva emocional da saudade. Ele cria também todo um modelo de interpretação que procura responder aos seus desejos pessoais, a partir de uma perspectiva intelectual mais sofisticada. O Brasil não é um país qualquer, nem o Recife uma cidade como as outras, nem mesmo Freyre se coloca como um pensador comum. Daí o esboço de um complexo quadro teórico que se consolidaria posteriormente, depois dos anos 1930, e que é permanente em sua obra. Em anotações feitas já em 1921 conta uma conversa que teve com o professor De Onis, em Nova York, sobre assuntos hispânicos: “*Ele se espanta do fato de eu não só aceitar como desenvolver uma concepção de civilização que põe o Brasil do mesmo modo que Portugal no conjunto de nações*” (TM, 54). Segue tecendo uma defesa significativa de pensar o entrelaçamento das três culturas — brasileira, espanhola e portuguesa — com grande riqueza. Ressalta, sobretudo, os valores da cultura hispânica, perguntando:

¹⁹ Gay (1999:49).

²⁰ Rezende (2001, nota 14). No artigo, procuro analisar essa relação de Freyre com o passado como um dos eixos de sua obra. Mesmo quando acena para o futuro, ele não abandona as tradições, as referências do passado como inspiradoras das possíveis mudanças, como um freio nas ousadias do moderno.

Por que deixamos de ser hispanos para nos julgarmos completos e suficientes como um Gil Vicente, um Camões, um Frei Luís de Sousa, e mesmo um Fernão Lopes e um Fernão Mendes que a um moderno Eça, que não bastam de modo algum para darem, sozinhos, a uma cultura, a grandeza que a hispânica possui, quando a esses valores junta os supremos pela sua universalidade: Lulio, Cervantes, El Greco, Vives, Velásques, Gracián, Frei Luís de León? (TM, 55.)

A admiração pela cultura hispânica pode ser considerada um dos pilares do pensamento de Gilberto Freyre. No caso, os diálogos que o Brasil estabelece com essas culturas — a lusa e a hispânica — são fundamentais para firmar suas singularidades; para compreender essas reflexões, basta consultar sua vasta bibliografia e ver como Freyre pensa o homem brasileiro com condições de construir suas utopias e seu otimismo, fora dos racismos e das frustrações dos tempos de Colônia, com projetos que transcendem os limites até mesmo da modernidade eurocêntrica.

Mas essas elaborações intelectuais são sempre acompanhadas do seu encanto pelas terras brasileiras, sobretudo o Recife, o “paraíso” que não quer perder, malgrado os conselhos de seu mentor Oliveira Lima, que o estimulava a ir pelo menos para São Paulo. Esse é um aspecto da obra de Freyre que não deve ser desprezado: suas construções sentimentais nunca alheias a suas reflexões teóricas mais amplas.²¹ Em 1922, assinala sua decisão de voltar de vez para o Recife, “o ponto do Brasil que me julgo no dever de regressar, ao mesmo tempo que é a terra brasileira que me considero com o direito de possuir plenamente, completamente, como um macho a uma fêmea, com todas as forças de que sou capaz” (TM, 73). E acrescenta, com mais clareza e radicalidade, em resposta às sugestões de seu persistente professor Armstrong: “Renunciar ao Brasil não renunciaria por vantagem nenhuma. Do mesmo modo que no Brasil não renunciaria ao Recife ou Pernambuco pelo Rio ou por São Paulo” (TM, 74). Para ele, a Europa e os Estados Unidos eram outros mundos, embora destacasse que “na Europa há mais iniciativa de renovação intelectual e estética do que na própria América Inglesa, que intelectual e esteticamente vem assumindo atitudes antes conservadoras que revolucionárias. Suas inovações são antes técnicas que intelectuais ou estéticas” (TM, 81). Freyre traça com clareza as identidades dos mundos que conheceu, para ele não tão atrativas a ponto de fazê-lo abandonar suas raízes brasileiras. Procura firmar os traços de suas convicções.

Quando de sua visita a Oxford, em 1922, suas indagações retornam, nesse sempre olhar atizado sobre a terra de origem:

Se nasci brasileiro e, dentro do Brasil, em Pernambuco, não será dentro das fronteiras do Brasil e dos limites de Pernambuco, e seguindo as imposições de minhas origens, que devo viver? Este é o meu ideal para o indivíduo de minha formação, não só intelectual como, até certo ponto, pessoal (TM, 92).

²¹ As análises feitas por Nova (1995), Reis (1999) e Portela (dez. 1988/jan. 1989) são importantes para aprofundar aspectos já assinalados.

Aqui ele visualiza as possibilidades que se articulam com sua interpretação da cultura, de sua leitura do passado, do valor da miscigenação, vista por outros de forma negativa. E acrescenta de forma enfática, reafirmando o valor de sua autêntica identidade:

Minhas origens, minha família, minha Mãe, meu Pai, minha cidade, minha terra, me reclamam que há, em mim, de outras raízes, que, não sendo as intelectuais, parecem ser raízes ainda mais fortes. O que me faz querer reintegrar-me no Brasil não é o senso puritano do dever, mas uma necessidade de ser, ou desejar ser, autêntico na minha condição de homem; e temo que, fora do Brasil, eu me sentisse posição ou artificial, mesmo que o triunfo me consagrasse como consagrou a Conrad, na literatura, ou a Westermarck, na sociologia: ambos, hoje, ingleses para todos — ou quase todos — os feitos (TM, 97).

Mesmo sua fascinação pela cultura européia, com seus diálogos entre o tradicional e o moderno, não o demove da volta ao Brasil. Já no Recife, em 1923, retornando, contempla as paisagens com olhos de adulto, segundo ele emocionado, satisfeito com o reencontro com os antigos conventos, sobrados, igrejas e o Teatro Santa Isabel. A cidade continua guardando seus mistérios, de posse de muitos encantos que ficaram na sua memória. O paraíso estava a sua espera, mas os paraísos humanos nunca são absolutos, sempre incompletos, deixam marcas de insatisfação, mesmo que suas fantasias sejam poderosas. Freyre não se cansa de fazer comparações e justificar sua escolha pelo Recife. Seleciona aspectos do cotidiano e estabelece distinções de um observador de detalhes, aproveitando para ressaltar certas diferenças quanto à sexualidade:

Eu, por mim, se por um lado sou entusiasta de caviar com champagne, por outro, aprecio, e muito, comidas as mais plebéias e, para o europeu, exóticas. E com relação a certos quitutes, certos doces, sobretudo prefiro os de rua aos feitos requintadamente em casa. Arroz-doce, por exemplo, não há, para mim, como o de rua. O mesmo digo da tapioca. Do grude. As pretas de tabuleiro parece que, no preparo de uns tantos quitutes, dispõem de uns quindins ignorados pelas sinhás brancas. O mesmo me parece certo de certas maneiras da fêmea não só seduzir como conservar o macho: a mulata plebéia é superior à branca fidalga (TM, 164).

O seu contato com o Recife é também o contato com uma natureza tropical, para ele excitadora dos sentidos. É incomparável com o frio europeu ou norte-americano. Diante das muitas reclamações da mãe sobre o excesso de leituras e de estudos, lembra que os trópicos exigem outros comportamentos e assinala:

Devo ter menos vida intelectual e mais vida sensual. Entrar em maior harmonia com a natureza brasileira, que é uma natureza agrestemente volutuosa, é claro que sem entregar-me de todo às volúpias ou ao seu langor... É difícil, mas possível, em meio tropical, o equilíbrio entre as ciências e o sexo, entre a arte e a inércia (TM, 172).

Portanto, há todo um processo de readaptação que é amplo e que demanda o re-fazer de amizades ou a compreensão mais afetiva dos familiares. Além disso, o Recife é cidade pobre, com uma população que sofre com as desigualdades sociais. Freyre, nas andanças pelos festejos populares, em 1926, denuncia a profundidade dos desequilíbrios trazidos pela pobreza, e que afetam até mesmo os pastoris, registrando com tristeza:

Vai-se a uma pastoril e é um desalento. Parecem mulatinhas doentes, as pastoras. Sifilíticas. Tísicas. Sem voz, sem alegria, sem ânimo, necessitadas de Elixir de Nogueira, de Xarope de Mastroço, de remédio contra vermes. Não há folclore que resista a essa cada dia maior falta de saúde de nossa gente do povo (TM:179).

Nessas anotações sobre a pobreza, Freyre investe em assuntos polêmicos, que são suas opções políticas, para muitos conservadoras, sobretudo na época dos governos militares do pós-1964, quando se mostrou defensor dos caminhos escolhidos pelas Forças Armadas e seus aliados, escrevendo textos claramente favoráveis ao Exército e fazendo pronunciamentos que demonizavam os perigos do comunismo.²² Em 1926, nas anotações do diário, Freyre critica o governo de Pernambuco da época, que, para ele, combatia a falta de saúde apenas com medidas de higiene pública:

O combate tem que ir mais longe. Alcançar outros inimigos. Alcançar a pobreza, a miséria, a desorganização social. Problemas tremendos, mas que seria possível a um governo, não digo só de um estado, mas do país inteiro, enfrentar, se esse governo tivesse orientação e poderes plenos para agir (TM, 149).

Em suas conclusões, acaba destacando que “*a democracia liberal fracassou*”. Fica uma interrogação: o que estaria Gilberto Freyre pensando quando afirma a necessidade de um governo com poderes plenos? A suspeita quanto à ineficácia das democracias liberais não é, aqui, aprofundada, nem tampouco sua convivência com o modo de produção capitalista. O autor lembra que, já no ano de 1923, em artigo publicado em Lisboa, revelava sua insatisfação com o liberalismo. Os paradoxos de Freyre são uma constante e não devem assustar seus leitores. Dois anos antes de lamentar a pobreza dos pastoris, com outro foco, dirigido aos modos de vestir, enfatiza:

A grande revolução a fazer-se quanto antes no Brasil não deve ser nem para mudar-se de regime de governo nem sequer para transformar-se esta desajeitada República em organização sindical — como me parece desejável — mas para

²² Em Rezende (2000b), abordo esses aspectos da obra de Gilberto Freyre. Para quem deseja mais detalhes, ver os seguintes textos datilografados de Freyre que se encontram nos acervos da Fundaj: “As contribuições para o programa da Arena”, “Forças Armadas e outras forças” e “Brasil não admite noite terrível em que só brilham estrelas sinistramente vermelhas”.

mudar-se de estilo de vestuário. Precisamos de nos vestir brasileiroamente, repudiando anglicismos e francesismos impróprios de nosso clima (TM, 149).

Talvez tivesse razão em pensar tal saída para um país tão marcado pela força do calor dos raios solares, com uma cidade como o Recife, que quase esbofeteia os estrangeiros, “*tal a intensidade de luz e de calor com que os obriga a fechar os olhos, a fazer caretas, a contrair músculos, em atitudes defensivas de homens e mulheres agredidos*” (TM, 162). O próprio Freyre sentiu-se um intruso na atmosfera recifense, mas depois readaptou-se, como nos seus tempos de menino; e para sua felicidade, o sol, em vez de importuná-lo, auxiliava-o a sentir as dimensões do seu recanto tropical. Mais uma declaração de amor e de identidade: “*Só quem goste de sol, vibre com o sol, pode verdadeiramente sentir, amar e compreender o trópico*”. E define seus aliados: “*É pela aliança com o sol que Euclides é superior a Machado e a Nabuco como escritor caracteristicamente brasileiro. Caracteristicamente brasileiro nas suas virtudes de intérprete literário da natureza tropical*” (TM, 163).

Assim retomou sua vida no Recife dos anos 1920. Mantinha-se com os ganhos de jornalista e, mais tarde, trabalharia no governo de Estácio Coimbra. Atuava com destaque na imprensa, como provocador de polêmicas e defensor do regionalismo.²³ Em 1925, organizou a produção do *Livro do Nordeste*, comemorativo do centenário do *Diário de Pernambuco*, no qual escreveu três ensaios: “Vida social no Nordeste”, “A pintura no Nordeste” e “A cultura da cana do Nordeste”. Participou também ativamente do Congresso Regionalista, firmando suas idéias e sua liderança intelectual. Estreitou novamente seus laços afetivos com os familiares, percebeu a ruína de antigos aristocratas e o traço de fidalguia que fazia parte, para ele, do pernambucano. Seu diário é fonte básica para entender esse reencontro fundamental para a execução dos seus futuros projetos intelectuais. Suas anotações vão até 1930, quando esteve em Lisboa. Em muitos momentos do diário, visualiza-se com certa clareza o que seria seu futuro como um dos intérpretes mais polêmicos da cultura brasileira. Numa das últimas páginas de *Tempo morto...*, anuncia seus planos

de escrever um livro que seja um grande livro, revivendo o mais possível o passado e a experiência, o drama da formação brasileira. Um drama demasiadamente humano. Um capítulo que ainda não se escreveu da História ou da Aventura Humana. Evasão? De modo algum. Aprofundamento num tempo de imediatamente atual é um pequeno retalho; o meu assunto de que o Brasil é apenas um exemplo: o Homem (TM, 248-9).

O diálogo que estabelece com seus tempos é de alguém que busca sempre estar se definindo, sem perder de vista os espaços da cultura circundante. Talvez, freudianamente, se possa afirmar que seu eu era seu grande outro, mas seu pensamento não estava des-

²³ Sobre os embates regionalistas de Gilberto Freyre, ver Azevedo (1984).

conectado das vivências sociais. Lembra a figura de um Narciso que tinha, no domínio da palavra, uma porta de percepção para conhecer o mundo e nomeá-lo de forma singular, desenhando os labirintos complexos das conversas do antigo com o moderno. Sua obra tem um efetivo lugar na contemporaneidade, pois Freyre se fez sujeito numa arquitetura de tempo múltipla, abrindo a possibilidade da polêmica ou do elogio, não fugindo da construção de uma identidade. Seu paraíso pode não ser o nosso, mas a história é essa busca para além do que se está vivendo, onde cada um cria seu mundo, cercado de nostalgias ou de perplexidades sobre o futuro. Limitar-se ao presente é construir seu próprio cárcere, quando esse presente nos imobiliza e não inventa outros tempos e se perde nos labirintos da solidão.²⁴

Referências bibliográficas

- AUSTER, Paul. *A invenção da solidão*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- . *O livro das ilusões*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- AZEVEDO, Neroaldo. *Modernismo e regionalismo*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- . *O dia do escrutinador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos; trechos de um diário de adolescência: 1915-1930*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- GAY, Peter. *O coração desvelado*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Revista Projeto História*, São Paulo: Educ, n. 17, nov. 1998.
- NOVA, Sebastião Vila. *Sociologias e pós-sociologias em Gilberto Freyre*. Recife: Massagana, 1995.
- PAZ, Octavio. *Posdata*. 24. ed. México: Siglo XXI, 1991.
- PORTELA, Eduardo. Gilberto Freyre: além do apenas moderno. *Revista Rumo*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 36-43, dez. 1988/jan. 1989.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Vanhargen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- REZENDE, Antonio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: Fundarpe, 1997.

²⁴ Sobre as possibilidades de diálogos, cito uma bela passagem de Octavio Paz (1991:110-1): “Si el hombre es doble y triple, también son las civilizaciones y las sociedades. Cada pueblo sostiene un diálogo con un interlocutor invisible que es, simultáneamente, él mismo y el outro, su doble. ¿Su doble? ¿Cuál es original y cuál el fantasma?”.

-
- . Gilberto Freyre: leituras de um diário. *Symposium*, Recife: Unicap, v. 4, n. esp., p. 11-20, dez. 2000a.
- . Os caminhos da casa-grande. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massagana, n. 2, p. 301-30, jul./dez. 2000b.
- . Gilberto Freyre: diálogos com o pós-moderno. *Revista História*, São Paulo: Unesp, v. 20, p. 45-68, 2001.
- RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações*. Porto: Rés, s.d.

CAPÍTULO 4

O sistema intelectual brasileiro na correspondência passiva de John Casper Branner

LÚCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES*
VALDEI LOPES DE ARAÚJO**

Na sessão magna de aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1922, o orador do instituto, Benjamim Franklin de Ramiz Galvão, reservou um lugar especial no elogio fúnebre aos sócios desaparecidos naquele exercício para reverenciar a memória de um confrade muito estimado, a quem qualificou de “*ilustre americano (...) extremoso amigo e benemérito do Brasil*”.¹ Tratava-se do dr. John Casper Branner, geólogo, cientista, homem de letras, professor e ex-diretor da Universidade de Stanford, falecido na Califórnia a 1º de abril de 1922.

Apesar do destaque conferido por Ramiz e das 11 entradas que mereceu anos mais tarde na primeira edição do *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*,² esse “ilustre americano”, autor de obra vasta e diversificada, ainda não foi objeto de cuidadosa investigação historiográfica. Via de regra, os especialistas apenas tangenciam-no, quando abordam a institucionalização das atividades geocientíficas no Brasil na segunda metade do século XIX. Seu nome aparece associado ao do geólogo Charles Frederick Hartt, de quem foi assistente, na criação da Comissão Geológica do Império, cujos trabalhos, dirigidos por Hartt, desenvolveram-se entre 1875 e 1878 e contaram também com a con-

* Professora titular de historiografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

** Doutor em história pela PUC-Rio e professor do Departamento de História da PUC-Rio.

¹ Galvão (1922).

² A 1ª edição do manual é de 1949. Ver Morais e Berrien (1998, v. 1, p. 535-6).

tribuição de Orville Derby, Richard Rathburn, Elias Pacheco Jordão, Francisco José de Freitas e o fotógrafo Marc Ferrez.³

Recentemente, parte da correspondência de Branner foi levantada nos arquivos da Universidade de Stanford.⁴ A análise preliminar da documentação revela pistas de uma trajetória profissional e acadêmica muito singular, pontuada por interesses variados, sedimentada tanto no conhecimento científico, quanto na construção de poderosa rede de relações pessoais, integrada por brasileiros, desde personalidades que circulavam nos campos das ciências e da produção mineral até homens públicos ocupantes de altos postos no governo, passando por letrados, historiadores e diplomatas.

O arquivo de John Casper Branner está dividido em duas partes principais. A primeira, e maior delas, abarca um período que se estende de 1882 a 1921. Nessa coleção, foram reunidas as correspondências ativa e passiva. A ativa, indexada por nome e data, encadernada, é de fácil acesso e pesquisa. Já a passiva, na maior parte não-indexada, está apenas organizada cronologicamente. Nesse conjunto heterogêneo, entrecruzam-se os diversos testemunhos da atividade intelectual e profissional de Branner. Os registros brasileiros encontram-se misturados a outros documentos, a exemplo da vasta correspondência trocada com companhias petrolíferas, papéis particulares e oficiais, entre outros.

Nessa miscelânea, a parte brasileira, embora se destaque do ponto de vista qualitativo, quantitativamente é bastante modesta. Entre 1915 e 1921, período em que se concentrou esta pesquisa, a troca de correspondência com interlocutores brasileiros parece ter sido menos intensa, embora cultivada sistematicamente. Na coleção, acham-se ainda documentos relativos às viagens realizadas em 1887 e 1893, e da Expedição Stanford, de 1911. Afora as cartas, o acervo é rico em registros fotográficos — com ênfase nos aspectos físicos do território brasileiro — enviados por alunos e colaboradores. Nessa primeira coleção também se encontra arquivada a maior parte dos manuscritos, esboços dos trabalhos geológicos e dos livros escritos por Branner sobre o Brasil.

A segunda coleção reúne o chamado arquivo presidencial e corresponde à documentação do período em que Branner esteve à frente da reitoria da Universidade de Stanford. Além do arquivo, a vasta brasileira reunida por Branner, e hoje catalogada e disponível na biblioteca da universidade, é um registro privilegiado da atividade intelectual na passagem do século XIX ao XX. Até hoje, a brasileira que Branner legou a Stanford é considerada uma das mais importantes coleções brasileiras fora das fronteiras nacionais.

John Casper Branner nasceu na localidade de New Market, condado de Jefferson (estado do Tennessee) a 4 de julho de 1850. Filho de proprietários rurais, teve a infância marcada pela violência da Guerra de Secessão. A fazenda da família serviu de palco para sangrentos combates, e o pai, simpatizante dos confederados, perdeu todos os bens ao

³ Ver Leinz (1994:280) e também Figueirôa (2000:179-80).

⁴ Pesquisa realizada por Valdei Lopes de Araujo durante o exercício de uma bolsa PDEE concedida pela Capes em 2002.

final do conflito. Apesar dos reveses sofridos, conseguiu concluir os estudos secundários no Maryville College, matriculando-se em seguida na Ithaca Academy, onde fez os preparatórios para tentar o ingresso na Universidade de Cornell. Pretendia de início cursar teologia, porém, ao ser ali admitido em 1870, acabou seduzido pelas ciências naturais, particularmente pelos conhecimentos de geologia, botânica e zoologia. Cumpriu um itinerário acadêmico acidentado,⁵ pois interrompeu o curso universitário em 1875, ocasião em que veio para o Brasil, na expedição chefiada pelo geólogo Charles Frederick Hartt, seu antigo professor.⁶

Branner desempenhou diversas missões a serviço da Comissão Geológica do Império,⁷ a exemplo dos levantamentos sobre a suposta existência de fósseis do período cretáceo no solo das províncias de Sergipe e Alagoas. Nessa mesma época, enquanto se recuperava de um ataque de malária, visitou e explorou o arquipélago de Fernando de Noronha. A extinção da comissão, em janeiro de 1878, e o repentino falecimento de Hartt poucos meses depois, vítima de febre amarela, levaram-no a aceitar trabalho na mina de ouro de São Ciríaco, na província de Minas Gerais. O empreendimento, que parecia promissor, ao final de pouco tempo revelou-se inviável, pois a jazida não possuía valor comercial. Novamente desempregado, decidiu voltar para sua terra natal e tentar a sorte em Nova York, onde foi contratado pelo laboratório de Thomas Alva Edison para atuar na pesquisa de uma fibra vegetal capaz de servir de filamento para lâmpadas incandescentes. Recebeu a incumbência de viajar para o Brasil e embrenhar-se nas florestas tropicais, a fim de descobrir alguma espécie que atendesse àquele intento.⁸ A missão não logrou o sucesso esperado por Edison,⁹ apesar do périplo empreendido por Branner, que durante dois anos (1880-82) atravessou a floresta amazônica e o pantanal mato-grossense até as proximidades do rio da Prata, passando também pela Mata Atlântica, cobrindo cerca de 25 mil milhas.¹⁰ Mas a aventura ainda rendeu-lhe bons frutos. O vasto material levantado permitiu que retomasse os estudos em Cornell e, finalmente, concluiu-se o

⁵ Branner, como veremos mais adiante, diplomou-se em geologia em 1883, quando já desfrutava de algum prestígio, graças à experiência acumulada em diversos trabalhos de campo.

⁶ Cabe lembrar que Hartt estivera no Brasil em 1864-65 integrando a chamada Expedição Thayer, que realizou importantes investigações na Amazônia, patrocinada pelos norte-americanos e liderada pelo ictiólogo e geólogo suíço Louis Agassiz, professor da Universidade de Massachusetts.

⁷ Sobre essa comissão ver, entre outros, Figueirôa (2000:179-80).

⁸ Em 1878, Thomas Edison requereu a concessão da patente desse suposto invento ao governo imperial, mas não conseguiu obtê-la. Cf. Arquivo Nacional. Privilégio industrial, notação 24, sumário 059.

⁹ À guisa de curiosidade, vale esclarecer que a tal folha de palma ou de bambu pretendida por Thomas Edison só seria encontrada na Malásia, o que levou o inventor da lâmpada elétrica a abandonar o pretendido projeto.

¹⁰ Branner percorreu extenso roteiro, que se estendeu do Amapá até Buenos Aires. Dali subiu o rio Paraguai até Corumbá (Mato Grosso do Sul). Veio para o Rio de Janeiro, seguindo depois para Belém e Manaus.

curso de geologia em 1883.¹¹ Além disso, abriu-lhe espaço em diversas publicações especializadas, como a conhecida revista *Science*.¹²

Seja como for, em sua terra natal, John Casper Branner tornara-se uma autoridade reconhecida em assuntos brasileiros. Tanto assim que mais uma vez retornou ao Império, nessa ocasião designado pelo Departamento de Agricultura do governo norte-americano. O propósito era recolher amostras nas plantações de algodão e de cana-de-açúcar de Pernambuco que pudessem subsidiar a formulação de um programa de combate ao inseto *aletia angellacea*, tipo de traça que vinha destruindo a lavoura algodoeira do sul dos Estados Unidos. O resultado da investigação, que se estendeu a outros produtos agrícolas como laranja, coco, café, milho, feijão e tabaco, redundou na coleta de cerca de 10 mil espécies e, mais tarde, foi publicado por aquele departamento. Após essa incursão na área da entomologia, retomou as atividades de geólogo nos terrenos carboníferos da Pensilvânia, tendo participado também de pesquisas no estado de Wyoming.¹³

Ingressou no magistério superior em 1885, convidado para dirigir o Departamento de Geologia da Universidade de Indiana, por onde também obteve o título de doutor em ciências. Exerceu o cargo de geólogo-chefe do estado de Arkansas (1887-92), angariando fama nacional ao provar que as ocorrências de ouro e prata na região dos condados de Garland e Montgomery não possuíam valor comercial, o que contrariava grandes interesses de proprietários de terras e especuladores locais. Em 1891, transferiu-se para a recém-fundada Universidade de Stanford, onde galgou os mais elevados postos da carreira universitária, inclusive o de diretor da instituição.¹⁴ Dedicou-se à formação de novos quadros no âmbito das geociências. Ministrou aulas, escreveu *papers*, orientou trabalhos acadêmicos, sempre incentivando seus discípulos à prática da investigação de campo. Prestou consultoria a empresas mineradoras e a ferrovias e foi admitido nas mais expressivas organizações científicas internacionais, como a Société Géologique de France e a Geological Society of London. Branner reuniu à sua volta uma equipe de jovens talentosos, alguns dos quais o acompanhariam nas sucessivas excursões de estudos que fez ao Brasil entre 1899 e 1911.

A primeira dessas viagens, realizada entre maio e outubro de 1899, recebeu o patrocínio de Alexander Agassiz,¹⁵ filho do ictiólogo e geólogo suíço Louis Agassiz, professor da Universidade de Massachusetts, organizador e chefe da Expedição Thayer, que explorou a Amazônia (1865-66). Contou também com o aval científico da Smithsonian Institution de Washington. Seu objetivo era retomar antigas pesquisas sobre a formação

¹¹ Ver, entre outros, Branner (1883). A versão original dessa publicação foi apresentada por Branner como monografia de final de curso.

¹² Ver Branner (1884).

¹³ Cf. Jackle (1966:63-71).

¹⁴ Cargo equivalente ao de reitor nas universidades brasileiras.

¹⁵ Alexander Agassiz (1835-1910), cientista de renome internacional, era especialista em zoologia marinha e professor da Universidade de Harvard.

geológica dos arrecifes do litoral nordestino. Programada para estender-se do Maranhão até a Bahia, a missão aportou em Recife em junho de 1899 e foi alvo de grande especulação. Em face das pretensões norte-americanas nas Antilhas (guerra hispano-americana), a imprensa e as autoridades pernambucanas levantaram a suspeita de que Branner e seus companheiros fossem espíões do governo de seu país, encarregados de procurar um ponto de apoio para as tropas ianques reforçarem suas posições em Cuba e Porto Rico. Houve também especulações de que o grupo fora mandado pelos Estados Unidos para defender os interesses da Bolívia na disputa com o Brasil pelo atual estado do Acre.¹⁶ De todo modo, apesar dos inúmeros contratemplos, a expedição excursionou pela costa do Nordeste, numa linha de 1.300 milhas, desde Caravelas (Bahia) até alcançar Natal (Rio Grande do Norte). Os resultados desse trabalho foram conclusivos para determinar a origem dos arrecifes, pois demonstraram que a maioria daquelas formações rochosas era de arenito e não de coral, conforme muitos naturalistas até então supunham.¹⁷

John Casper Branner estava convencido de que o território brasileiro possuía vastos recursos minerais esperando apenas para serem descobertos, mapeados e explorados — sobretudo no interior dos estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Por isso, em 1907, organizou uma nova viagem de estudos, que a princípio deveria ser financiada por particulares. Entretanto, por interveniência do político baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, o governo do presidente Afonso Pena resolveu custear a iniciativa.

Miguel Calmon criara recentemente no âmbito daquele ministério o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil,¹⁸ cuja direção fora confiada ao norte-americano Orville Derby — considerado na época a maior autoridade em geologia brasileira —, antigo companheiro de Branner dos tempos da Missão Hartt e da Comissão Geológica do Império. Além disso, ao que tudo indica, o ministro recomendara especial empenho no levantamento dos recursos minerais de seu estado natal. Um indicativo desse interesse pode ser percebido pelo tempo e a aplicação que a missão dedicou aos trabalhos de campo no sertão norte da Bahia, onde se deteve durante quase cinco meses, cobrindo um raio de 3 mil milhas.¹⁹

Em 1911, o geólogo organizou sua última viagem de estudos ao Brasil, por ele próprio denominada Expedição Stanford.²⁰ A iniciativa, apesar do nome, recebeu financiamento da Commonwealth Exploration Company de Filadélfia, empresa interessada na avaliação comercial das incidências de cobre, identificadas por Branner na região de

¹⁶ Jackle (1966:89-90).

¹⁷ Branner (1904).

¹⁸ Decreto nº 6.323, de 10 de janeiro de 1907.

¹⁹ Cf. Jackle (1966:100-2).

²⁰ À exceção do dr. Fred Baker, os demais membros da expedição — Harold Heath, Edwin C. Starks, William M. Mann, Olaf P. Jenkins, Earl Leib e George C. Branner — pertenciam aos quadros da Universidade de Stanford.

Caraíba (Bahia). É interessante observar que, tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil, além de despertar a atenção da comunidade científica, as premissas estabelecidas por Branner sobre o potencial de nossos recursos minerais, bem como os resultados de suas investigações eram acompanhados de perto por investidores, políticos, empresários, proprietários de ferrovias e até mesmo aventureiros.

Não cabe no momento relacionar minuciosamente todas as descobertas realizadas pelo cientista norte-americano, nem tampouco descrever os exaustivos roteiros percorridos por Branner no curso de suas longas jornadas em território brasileiro.²¹ Entretanto, como sua correspondência evidencia, é importante ressaltar que não foram apenas os assuntos relacionados diretamente com a pesquisa geológica e mineralógica que mereceram sua consideração. Ele também se mostrava atraído pelo estudo da história, do folclore, da cultura brasileira e da língua portuguesa, tal como esta era falada no Brasil. A esse respeito, vale acrescentar que o *scholar* de Stanford teceu reiteradas censuras à reforma ortográfica decretada pelo governo de Portugal em 1911, dirigindo-se, inclusive, ao cônsul de Portugal em São Francisco, dr. S. L. da Silva Ferreira.²² Criticou também as gestões realizadas pela Academia das Ciências de Lisboa junto à Academia Brasileira de Letras no sentido de uniformizar o idioma falado nos dois países.²³ Em carta a Capistrano de Abreu, defendeu a autonomia da língua portuguesa no Novo Mundo e sustentou sua opinião afirmando que “*atualmente, há mais pessoas falando a língua no Brasil do que em Portugal*”.²⁴

Anunciou ainda a disposição de incorporar o debate à nova edição que preparava da sua *Portuguese grammar*.²⁵ De outra feita, escrevendo mais uma vez a Capistrano, retornou ao tema, argumentando: “*Porque não podemos aceitar a língua como está e marchar adiante? (...) Estou mais para Ordem e Progresso!*”.²⁶ Cabe acrescentar que, em 1920, o jovem Gilberto Freyre, então estudante na Universidade de Colúmbia, destacaria a importância das iniciativas de Branner para a divulgação da língua portuguesa nos Estados Unidos.²⁷

²¹ Ver a esse respeito a caderneta de campo do geólogo — *Cronology of John Casper Branner, 1850-1920* —, na Branner Collection of the Huntington Library, San Marino, Califórnia.

²² Ver Jackle (1966:160-1).

²³ Em 1911, após a queda da monarquia em Portugal, o governo republicano decidiu promover uma reforma ortográfica, fundada nos preceitos da gramática de Gonçalves Viana. Naquele mesmo ano, as academias de Letras do Brasil e de Ciências de Lisboa celebraram um acordo ortográfico, com vista a solucionar divergências ortográficas entre o português de Portugal e o do Brasil e a unificar a língua falada nos dois países.

²⁴ Carta de Branner a Capistrano de Abreu, de 17-4-1917.

²⁵ Branner (1910).

²⁶ Carta de Branner a Capistrano de Abreu, de 19-7-1918.

²⁷ Gilberto Freyre, em correspondência dirigida a Oliveira Lima, dizia ter em mente a escrita de um artigo com o título “Dois propagandistas do português nos Estados Unidos: Lima e Branner”. Ver Carta de Gilberto Freyre a Oliveira Lima, de 30-9-1920, em Freyre (1978:168).

O certo é que o interesse por temas brasileiros acabaram por aproximá-lo de pessoas-chave como José Carlos Rodrigues²⁸ — capitalista, homem de letras, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e proprietário do *Jornal do Commercio* desde 1890, o que lhe abriu diversas portas, tanto de órgãos do governo, quanto do meio intelectual. A começar pelo IHGB, um dos mais importantes redutos intelectuais do país, onde esteve pela primeira vez em 1899 e logo travou amizade com Teodoro Sampaio e Capistrano de Abreu. Mais tarde, estabeleceu relações com outros sócios do instituto, como Oliveira Lima, Max Fleiüss, Said Ali, Ramiz Galvão e Pandiá Calógeras, personalidades com as quais se corresponderia até o fim da vida, trocando informações, livros e favores. Admitido no grêmio, na categoria dos sócios correspondentes,²⁹ tomou posse em 1913, por ocasião de sua última visita ao Brasil, diga-se de passagem a única que não teve por objetivo a pesquisa de campo. Aliás, no discurso de posse, ele resgatou a trajetória dos estudos geológicos no Brasil e, após salientar o pioneirismo de Charles Frederick Hartt, de Orville Derby e de Herbert H. Smith, concluiu bem-humorado: “*e afinal, resultou que veio Branner, para ficar enamorado do país e do povo...*”³⁰

Esse círculo de amizades entrecruzava-se com um outro grupo, integrado por profissionais e estudiosos das geociências que orbitavam em torno de Orville Derby. Este, como já se disse, fora seu antigo companheiro na Missão Hartt. Radicara-se no país e desfrutava de grande prestígio, primeiro por sua atuação na Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886) e mais tarde, no âmbito federal, quando organizou e dirigiu o Serviço Geológico e Mineralógico.

Em contrapartida, nos Estados Unidos, a casa de Branner funcionava como ponto de referência para brasileiros, a quem recebia, prestava homenagens e pequenos obséquios. O diplomata Manuel de Oliveira Lima, que esteve ali hospedado por uma temporada e privou da sua intimidade, traçou-lhe o seguinte perfil: “*um excelente homem, cheio de bonomia, além de um sábio. Visitara pela primeira vez o Brasil quando ainda estudante de Cornell (...), e afeiçoara-se à terra, e à gente, a do sertão sobretudo, pela sua simplicidade*”³¹ Segundo Oliveira Lima, o apreço às coisas brasileiras, inclusive o hábito do café forte, despertava na esposa de Branner

grande prevenção contra um país que no seu entender o tornara desabusado e incrédulo. (...) A prevenção de Mrs. Branner estendia-se ao nosso café, quizzília aliás comum entre os estrangeiros de fora, muitos considerando-o uma praga e, quando forte, uma praga mortal. Não havia meio de Branner obter em casa uma xícara de

²⁸ Branner (1913:510).

²⁹ A proposta de admissão de Branner na categoria de sócio correspondente do IHGB foi assinada por Oliveira Lima e Max Fleiüss.

³⁰ Branner (1913:510).

³¹ Lima (1937:165-6).

*café decente e a seu gosto, e com inalterável amenidade desculpava-se comigo em Stanford, quando fui seu hóspede, de servir-me um “café de miséria”, expressão que aprendera com o nosso povo.*³²

Se, por um lado, essa hospitalidade favorecia um certo tráfico de influência, por outro, não se pode negar o papel que Branner desempenhou. Contribuiu para dar maior visibilidade ao Brasil no hemisfério norte, tanto do ponto de vista das suas riquezas minerais, quanto no que diz respeito à sua cultura. Organizou cursos e conferências sobre *história do Brasil* na Universidade de Stanford. Induziu o professor Percy Alvin Martin a verter para o inglês a História do Brasil, de Pandiá Calógeras. Incentivou pesquisas sobre o nosso folclore. Escreveu um compêndio de geologia para estudantes brasileiros e uma gramática da língua portuguesa para uso de norte-americanos. Traduziu diversos textos portugueses e brasileiros, inclusive as Constituições de 1824 e 1891. Resenhou, para jornais e revistas, obras que tratassem de temas sobre o Brasil, apontando erros e omissões, a exemplo das censuras que interpôs ao livro de Theodore Roosevelt, *Through the Brazilian wilderness*.³³ Interlocutor privilegiado de intelectuais e cientistas brasileiros, possuía a maior coleção particular de opúsculos, livros e revistas relativos à história natural do Brasil. Publicou cerca de 63 monografias dedicadas ao estudo do solo brasileiro, inclusive um compêndio para ser utilizado nas escolas de engenharia brasileiras; preparou e editou o *Mapa geológico do Brasil*, em 1919, trabalho de fôlego, baseado em pesquisa de campo e em dados compulsados em diversas fontes. Sem desmerecer o elogio fúnebre de Ramiz Galvão, o “ilustre americano” parece ter sido o *patrono dos brasilianistas*.

Ao longo de sua trajetória profissional, além do capital intelectual, produto de trabalho árduo, John Casper Branner acumulou amigos certos nos lugares certos. A leitura de sua correspondência passiva constitui uma oportunidade singular para se compreender alguns aspectos relevantes do funcionamento do sistema intelectual no Brasil. Em artigo publicado pela primeira vez em 1981, Costa Lima definiu alguns traços característicos de nosso sistema intelectual. Interessa-nos, fundamentalmente, três aspectos intimamente relacionados: o *divulgacionismo*, a orientação voltada para fora e a inexistência de um centro de decisão próprio.³⁴

Essas três características preparam o terreno para o surgimento de um outro fenômeno recorrente na vida intelectual brasileira: a figura do intelectual estrangeiro e de um tipo de relação que Maria Helena Rouanet, em seu estudo sobre Ferdinand Denis, denominou exercício consciente de uma tutela intelectual.³⁵ É preciso dizer que essa rela-

³² Lima (1937:166).

³³ O livro foi editado em português, pela Imprensa Nacional, com o título *Nas selvas do Brasil*, na década de 1940. Foi traduzido por Luiz Guilherme Júnior e ilustrado por fotos de Kermit Roosevelt e outros membros da expedição.

³⁴ Lima (1981:10, 20-3).

³⁵ Rouanet (1991:18-9).

ção assume diferentes aspectos. Desde uma *contaminação programática*, cujo melhor exemplo é Ferdinand Denis e a geração romântica, até a *desleitura pragmática*, que orientou as relações entre a nascente historiografia do IHGB no século XIX e a figura emblemática de Carl F. P. von Martius.³⁶ Nas linhas que se seguem, foram arrolados alguns exemplos de mecanismos de tutela intelectual e de produção de conhecimento a distância, estabelecidos entre Branner e seus interlocutores brasileiros.

A análise da lista desses interlocutores é uma pista valiosa. Eles constituíam, em grande parte, o que se poderia chamar de homens-instituição, pois estavam à frente de importantes espaços de ciência ou de poder no Brasil. São os casos de Miguel Arrojado Lisboa, da Inspeção Federal de Obras contra as Secas; Gonzaga Campos, do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil; Max Fleiuss, do IHGB; Oliveira Lima, embaixador nos Estados Unidos e membro da Academia Brasileira de Letras; barão Studart, do Instituto Histórico do Ceará; Pandiá Calógeras, ministro da República; Henrique Morize, do Observatório Nacional do Rio de Janeiro; Monteiro Lobato, editor da *Revista do Brasil*, entre outros. Essas relações, não é demais repetir, foram cuidadosamente cultivadas por meio de uma correspondência regular e da troca de favores, que iam desde a remessa de livros até a indicação para academias e instituições internacionais, em especial no campo da geologia.

Em outro plano, identifica-se um grupo seletivo de intelectuais cuja influência ultrapassava os limites de instituições e áreas, como são os casos exemplares de José Carlos Rodrigues e de Capistrano de Abreu, o qual, na amostra recolhida, é de longe o correspondente mais assíduo. Finalmente, na base dessa extensa rede, encontrava-se um número razoável de nomes menos conhecidos, discípulos ou simples colaboradores ocasionais, geólogos ou não, mas que representavam um papel fundamental na pesquisa de campo e na reunião de dados essenciais para a composição de trabalhos como o *Mapa geológico do Brasil* — indiscutivelmente a obra de Branner mais relevante, que ele mesmo reconhecia como o ápice de seus longos anos de trabalho sobre o Brasil.

Cada grupo desempenhava um papel específico no que se poderia chamar de estratégia de produção de conhecimento a distância. Intelectuais renomados, como Capistrano de Abreu e Oliveira Lima, garantiam o prestígio e a irradiação por círculos mais modestos de jovens promissores, tais como Gilberto Freyre, então em seu período de formação nos Estados Unidos, ou ainda Otávio Brandão, recém-egresso da Escola de Farmácia do Recife. Os homens-instituição representavam um apoio logístico imprescindível. À medida que compunha o seu *Mapa* — e não apenas essa obra, pois Branner é também autor da *Geologia elementar para os estudantes brasileiros*, entre outras contribuições —, colocava-se em movimento o exercício da tutela intelectual. Aos colaboradores brasileiros cabia a tarefa de acrescentar novos dados, atualizar informações, mas nunca de questionar o próprio modelo de ciência que se implementava. A *Geologia elementar para estudantes brasileiros* e o *Mapa geológico do Brasil* estavam em relação de mútua de-

³⁶ Guimarães (1995:573-5).

pendência e complementaridade. O compêndio ajudava a formar os especialistas e, certamente, futuros auxiliares, que, adestrados nos rudimentos da ciência, poderiam alimentar com as informações necessárias o *Mapa* e seu ilustre autor.

Na leitura da correspondência passiva, a consciência de uma inserção tutelada insinua-se de diversas formas, desde a reclamação constante da falta de estrutura e de interesse do governo brasileiro até o aval de artigos especializados, passando por confirmações de hipóteses. Por vezes, não faltava a intriga, nem a caracterização jocosa de algum personagem, conforme se lê na carta de Miguel Arrojado Lisboa de 21 de março de 1913: “(...) *Não julgo que sob a direção de Pereira da Silva a Comissão da Borracha dure muito. É muito falador e sonhador. Fala demais e os seus projetos são sempre para abranger a terra e a lua, quando não todo o mundo planetário, e mais todo o Universo*”.³⁷ Em outra oportunidade, Arrojado Lisboa dispararia suas farpas contra Rui Barbosa: “*O Capistrano, considerando de certo a falta de idéias do mestre, tem uma expressão lapidar para definir a mentalidade do Ruy, diz ele: ‘Ruy não é gênio, porque o gênio emprenha e o Ruy só sabe parir’*”.³⁸

O favor era conscientemente a moeda corrente nessas trocas. Em um horizonte institucional precariamente desenvolvido, o caminho mais curto para a inserção profissional era o estreitamento dos vínculos particulares, em um jogo de reforço mútuo das posições intelectuais e de poder. Posicionado no centro de uma rede verdadeiramente nacional de contatos, Branner possuía um ponto de vista estratégico. Sabia se utilizar dessa vantagem demonstrando grande conhecimento das dificuldades do terreno em uma sociedade cordial. Embora fossem freqüentes as adjetivações pouco elogiosas entre os seus interlocutores, de modo geral ele permanecia afastado das intrigas, raramente cruzando informações nas cartas. Tanto assim que, em correspondência datada de 1921, Miguel Arrojado Lisboa, um de seus mais próximos colaboradores, “introduz” o nome de Monteiro Lobato a Branner, sendo que este já se correspondia com Lobato com alguma freqüência desde pelo menos 1917. A rede de relações era transparente apenas de um lado, permanecendo seus membros e núcleos, em grande parte, isolados entre si.

Entre o vasto repertório de favores que lubrificavam as relações, o tipo mais cobijado eram as indicações para membro das sociedades científicas estrangeiras. O próprio Branner era membro correspondente tanto do IHGB quanto da Academia Brasileira de Letras. Para esta última, havia sido indicado por Oliveira Lima, fato que lhe seria oportunamente lembrado em carta do chefe da secretaria da ABL, José Vicente:

*Como V. Ex. verá da lista junta, há atualmente dois acadêmicos brasileiros nos Estados Unidos, o Sr. Oliveira Lima e o Sr. Hélio Lobo. A qualquer dos dois será, naturalmente, muito grata a convivência com V. Ex., tendo mesmo partido da-quele a indicação do nome de V. Ex. para esta casa (...).*³⁹

³⁷ Carta de Miguel Arrojado R. Lisboa a Branner, de 22-3-1913.

³⁸ Carta de Arrojado Lisboa a Branner, de 22-4-1919.

³⁹ Carta de José Vicente a Branner, de 12-3-1920.

Obviamente, a Branner interessava a inserção tutelada de seus discípulos. Teodoro Sampaio, em resposta à sugestão do mestre americano, escrevia em 1917: “Terei grande satisfação se o amigo der a acolhida que me oferece no boletim da *Seismological Society of America* ao meu trabalho sobre os movimentos sísmicos na Bahia de Todos os Santos. Nele aproveito muito das suas lições.”⁴⁰ A última frase, inserida como que por acaso, é uma das chaves de compreensão daquilo que se esperava nessa relação, isto é, o espaço institucional legitimador em troca de uma fidelidade sempre reafirmada às idéias do tutor. Araujo Ferraz seria menos sutil ao recomendar um amigo:

*O meu prezado amigo José de Paiva Oliveira deseja ser membro do American Institute of Mining Engineers e como é mais que digno para pertencer a esta sociedade é que tomo a liberdade de vir pedir para dar a vossa assinatura a fórmula de admissão que junto a esta. Abusando da vossa bondade rogo fazer chegar a quem de direito a referida proposta. Aproveito o ensejo para apresentando as minhas saudações oferecer os meus préstimos no Rio Grande do Norte, para onde sigo amanhã para proceder a estudos geológicos econômicos.*⁴¹

Outra importante moeda de troca era a publicação de inéditos em magazines especializados. Os editores no Brasil estavam sempre ansiosos por artigos das grandes autoridades estrangeiras, não apenas pelo interesse que despertavam na elite local, mas pela possibilidade sempre presente de um retorno da gentileza por meio de uma publicação em alguma revista européia ou americana. Henrique Morize, do Observatório Nacional do Rio de Janeiro e também um dos responsáveis pela *Revista da Sociedade Brasileira de Ciências*, iria direto ao assunto, dispensando maiores rodeios:

*Seríamos muito honrados se nosso ilustre colega se dignasse mandar algum trabalho da sua lavra, para ser lido em sessão e publicado na revista. (...) A este respeito mando-lhe um trabalho apresentado por mim à mesma e que desejaria também que o fosse à Sociedade Sismológica [Seismological Society of America], pois trata-se de um novo princípio que não me consta tenha sido lembrado ou publicado, para a construção de sismógrafos. Servo e amigo, Henrique Morize.*⁴²

Como de hábito, o caráter de permuta era sempre afirmado nas cartas. Nunca se pedia algo sem ter oferecido antes ou depois algum troféu. Os envolvidos precisavam respeitar um complicado protocolo de reconhecimento das hierarquias, o que criava uma dificuldade imensa nas formas escolhidas para abrir e fechar as cartas. Nessas extremidades, percebe-se um equilíbrio delicado entre, de um lado, a necessidade de agrade-

⁴⁰ Carta de Teodoro Sampaio a Branner, de 16-3-1917 (destaque nosso).

⁴¹ Carta de Jorge B. de Araujo Ferraz a Branner, de 11-7-1918.

⁴² Carta de Henrique Morize a Branner, de 30-10-1920.

cer e reconhecer as hierarquias e, de outro, a busca de proximidade cordial. Capistrano de Abreu sempre iniciava suas cartas com um eficiente “mestre e amigo”, apontando para uma certa ambigüidade de relação. A outros, em posição menos confortável, como Otávio Brandão, na época farmacêutico em Maceió, restava a redundância desajeitada de um “Excelentíssimo Senhor Doutor”. Nas despedidas, a declinação de amizade e de agradecimento eram pontos obrigatórios, o que servia para reforçar o título de “amigo do Brasil”, com o qual nossos intelectuais coroaram o cientista norte-americano.

Branner parecia cultivar com carinho esse título, assumindo com seriedade a tarefa de aproximar as duas grandes nações do continente. Havia na fórmula a imagem do sábio missionário, bem como a constante referência à tradição dos grandes viajantes que cruzaram o Brasil. A classificação de Branner nessa longa tradição não parecia corresponder aos novos padrões de ciência e produção de saber que o professor americano representava — um saber em grande medida técnico e integrado tanto com os setores da produção quanto com o governo americano.

Esse descompasso entre sua recepção no Brasil e a realidade acadêmica e institucional constitui um dos elementos mais interessantes a ser estudado na relação de Branner com os intelectuais brasileiros. Como caso extremo, vale citar a genealogia proposta por Otávio Brandão. Na preparação de um curso de história natural para a Academia de Ciências e Comércio de Alagoas, Brandão se propôs ensinar a vida dos grande naturalistas estrangeiros e brasileiros, de Aristóteles a Humboldt, de José Bonifácio a Martius, culminando, é claro, com a trajetória de John Casper Branner:

Nas próximas aulas contarei aos meus bons discípulos alguns dos grandes trabalhos empreendidos pelo notável diretor de Stanford.(...) Mas como só sei de notas esparsas sobre a vida e obra do senhor, por isso peço que me envie alguns apontamentos a fim de eu explicar aos rapazes. Desejaria mesmo ter um retrato a fim da explicação sobre o grande amigo da nossa grandeza intelectual ficar completa. O retrato do senhor seria uma alta honra para um simples estudante provinciano perdido por essas paragens bárbaras.⁴³

Brandão, que escreveu essas linhas em 1918, talvez as tenha repudiado quatro anos mais tarde, quando ingressou no Partido Comunista Brasileiro. Seja como for, fica aqui o registro das relações de juventude do futuro dirigente nacional do partido e responsável pela fundação do jornal *A Voz Operária* com uma figura que, no jargão da militância comunista, provavelmente seria qualificada como típica representante do imperialismo ianque.

O certo é que, em virtude da precariedade de espaços institucionalizados, as relações entre os intelectuais no Brasil mostravam-se especialmente sensíveis ao contato pessoal. A carta, com seu registro ambíguo em que se misturam informações técnicas, jul-

⁴³ Carta de Otávio Brandão a Branner, de 27-4-1918.

gamentos críticos e vida pessoal, era especialmente talhada para essa tarefa. A todo momento era preciso ter e dar provas de amizade e consideração. Isso fica mais evidente no caso dos jovens intelectuais em busca de inserção. O ainda estudante Gilberto Freyre não se constrangeria em insistir que Branner fizesse uma visita à casa de seus pais no Recife: “*Nossa casa é em Ponte d’Uchôa, cercada de árvores, grande e pacífica. É quase um casarão. Poderá visitar-nos todas as tardes que passar no Recife, jantar com a família, passear pelo sítio e ver os livros de meu pai (...)*”.⁴⁴

Esse espaço doméstico seria o lugar capaz de selar as relações com o calor da intimidade e do convívio. Assim, talvez para demonstrar o valor de suas relações, Freyre narraria a Branner os detalhes de sua estada na residência da família de Oliveira Lima em Washington.

Um dos casos mais reveladores da assimetria e das dificuldades nessas relações envolveu o então jovem autor Monteiro Lobato, na ocasião editor da *Revista do Brasil*. Após ter enviado seu livro *Urupês* para o mestre de Stanford, Lobato parece errar a mão ao superestimar os elogios do sábio americano. Embalado pelas palavras cordiais, Lobato decide propor a Branner uma tradução do seu livro para a língua inglesa. O “amigo do Brasil” possuía as credenciais para a tarefa, e Lobato, na pior das hipóteses, caso Branner não pudesse assumir pessoalmente a tradução, esperava obter o seu apoio para o projeto junto a algum editor norte-americano. Vale a pena acompanhar como o criador do Jeca Tatu foi preparando o terreno para a sua empreitada. Em abril de 1919 escreve:

*pondo de parte a modéstia tenho o prazer de lhe comunicar que o público brasileiro confirmou a sua opinião: o meu livro já esgotou a terceira edição e dará ainda este mês a quarta, num total de 12.000 exemplares; isto é nada num país culto, mas espanta nesta analfabetolândia onde há 80% de analfabetos e os 20% restantes... não sabem ler.*⁴⁵

Em fevereiro de 1920, 10 meses depois da primeira carta e de mais “8 mil livros vendidos”, Lobato prosseguiria em seu auto-elogio, chegando finalmente ao ponto desejado:

*O primitivo, Urupês, vai fazendo caminho, e já está na sexta edição, com 20 milheiros, em ano e meio. Isto me lisonjeia porque é fato único no Brasil. (...) Está agora sendo traduzido na Argentina, Itália e Alemanha. Isto faz-me pensar na possibilidade de uma tradução americana. Os americanos talvez tenham curiosidade pelas coisas exóticas. Sabe de algum editor de exotismos a quem eu possa propor o negócio?*⁴⁶

⁴⁴ Carta de Gilberto Freyre a Branner, de 19-3-1921.

⁴⁵ Carta de Monteiro Lobato a Branner, de 13-4-1919.

⁴⁶ Carta de Monteiro Lobato a Branner, de 27-2-1920.

Editor de si próprio, Lobato procurava convencer Branner não apenas do valor literário da obra, em face da rápida recepção obtida em outros países, mas também da possibilidade de retorno financeiro do empreendimento. Ora, se na *analfabetolândia* o livro vendera 20 mil exemplares, o que não seria possível esperar em um país culto? Mas o fato é que Lobato havia ido longe demais, uma coisa era publicar um artigo de um discípulo, ou retribuir uma indicação para alguma sociedade acadêmica, outra era envolver-se com um material literário polêmico, produzido fora dos centros legitimadores. Não faltava ao escritor brasileiro uma consciência irônica, e porque não dizer aguda, daquilo que ao estrangeiro poderia interessar, ou seja, os exotismos e as curiosidades da terra. Entretanto, pelo que se depreende da carta seguinte, datada de maio daquele mesmo ano, a resposta de Branner às pretensões de Lobato deve ter sido muito pouco animadora:

Quanto aos Urupês, grande razão tem V.S. Depois da carta pensei no caso e vi a minha grande tolice em pensar na tradução. Nossas condições variam [de país para país] tanto que o livro seria [ai] ininteligível. Ora pois não pensemos mais nisto e perdoe-me o amigo o ter-lhe dado o incômodo dos passos que deu.⁴⁷

A retratação é completa, mas incoerente, e só se justificaria como uma forma quase desesperada de, apesar do passo em falso, manter a preciosa amizade. De outro modo, como entender a incompreensibilidade de uma possível tradução para o inglês de um livro que, segundo o autor, já estava sendo traduzido para o alemão, o italiano e o espanhol? Na mesma carta, datilografada, o segundo período do trecho citado está originariamente assim: “*Nossas condições variam tanto que o livro seria ininteligível*”. Percebendo a dubiedade da frase ou, quem sabe, o ato falho, Lobato emendou de próprio punho, restringindo o sentido do período com os acréscimos “*de país para país*” e “*ai*”, como se lê entre colchetes na transcrição.

Uma das funções essenciais de um tutor é avaliar o trabalho de seus agregados. Essa função pode ser desempenhada diretamente ou apenas pela presença simbólica do nome. Quanto mais afinado com a autoridade, mais autorizado é o discípulo, daí a lógica do interesse mútuo na perpetuação e ampliação da influência do tutor. Até mesmo Capistrano de Abreu parecia especialmente interessado em promover as relações entre Branner e Miguel Arrojado, engenheiro de minas que assumira a chefia da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas. Em suas cartas são freqüentes breves relatórios sobre as atividades desempenhadas por Miguel naquele cargo:

Depois de dois meses e meio chegou ontem nosso amigo Miguel. Vem forte e satisfeito. Percorreu quase todo o Ceará, o Rio Grande e a Paraíba: o resto do Ceará e Pernambuco ficarão para outro ano. Fez quase toda a viagem de auto-

⁴⁷ Carta de Monteiro Lobato a Branner, de 7-5-1920. Entre colchetes estão emendas manuscritas de Lobato à carta escrita em máquina de datilografar.

*móvel; a geologia ocupou-o secundariamente; como vademecum levou seu atlas geológico, cuja exatidão verificou a cada passo; não sei como se possa fazer obra diferente.*⁴⁸

Na última frase, Capistrano denuncia o que sustenta essa rede de conhecimento, além do *vade mecum* debaixo do braço, certamente usado para reduzir o desconhecido ao conhecido do manual, afirma não só a qualidade do trabalho de Branner como a impossibilidade de fazer algo diferente.

Analisando uma passagem de *Os sertões*, Costa Lima identifica fenômeno semelhante em Euclides da Cunha.⁴⁹ Após constatar a insuficiência das categorias geográficas de Hegel para descrever o sertão nordestino, Euclides opta pela simples incorporação da paisagem estranha ao interior do modelo hegeliano, deixando impensada a própria ciência que se mostrava insuficiente.⁵⁰ A tarefa de Miguel Arrojado, ao que tudo indica, era mais fácil do que a de Euclides, pois, com o mapa-*vademecum* de Branner à mão, tratava-se apenas de preencher as lacunas de um contorno já definido. Assim, os destinos de mestre e discípulo passam a estar indissolúvelmente ligados. A alternativa a esse modelo em nosso sistema intelectual tem sido a polêmica ostentosa e vazia, que serve menos para propor novos paradigmas de conhecimento do que para mudar os nomes e as modas intelectuais.⁵¹ Cabe ao discípulo, então, envolver-se não só com a tarefa de conquistar novos objetos ao modelo, mas também de garantir a vulgarização desse saber. A esse respeito, é ainda Miguel Arrojado quem nos oferece o melhor exemplo:

*Apesar do esforço enorme que estou fazendo com os serviços das secas, que me absorve completamente a atividade, consegui roubar algum tempo às noites e redigi um grande artigo de cerca de 70 páginas de máquina a propósito do seu mapa. Também traduzi as hidrografias dos geólogos inclusive a de Derby e igualmente as suas notas biográficas escritas por Mrs. Suzan Branner e tudo isso sairá publicado na "Revista do Brasil", que substitui hoje a Revista Brasileira de José Vertíssimo, e que é hoje a revista de maior circulação no Brasil.*⁵²

A lista dos pupilos não se limitava aos geólogos, é claro. Tendo reunido uma grande brasileira em Stanford e sendo um empenhado estudioso da história brasileira, Branner tornou-se referência importante nos Estados Unidos. Ele mesmo organizou a série de con-

⁴⁸ Carta de Capistrano de Abreu a Branner, datada como do Dia de São João, o mais ilustre dos serafins, 1920. Tudo leva a crer que se trata de São João Batista, logo, a data seria 24 de junho de 1920 (destaque nosso).

⁴⁹ Euclides da Cunha nessa obra também se reporta às pesquisas de Branner.

⁵⁰ Lima (1997:153).

⁵¹ Rocha (1998:146-7, entre outras).

⁵² Carta de Miguel Arrojado R. Lisboa a Branner, de 6-7-1921.

ferências ministradas por Oliveira Lima naquela universidade. Em seu período como reitor, incumbiu o diretor do Departamento de História de organizar um ciclo de conferências sobre a história do Brasil, que seriam ministradas por Pandiá Calógeras.

O já citado Gilberto Freyre soube bem aproveitar a interlocução com o nosso brasilianista *avant-la-lettre*. Certamente orientado por Oliveira Lima, procurou discutir seu projeto de tese com Branner. Em carta de 2 de agosto de 1921, Freyre escreveu:

*O assunto de minha tese de master será aspectos sociais do Brasil (1855-1860). Se souber de material virgem sobre o assunto — diários, cartas do período etc. — é grande favor informar-me. Ou livros de viagem. É meu desejo dar um quadro do Brasil social daquele tempo — vida nas cidades, nos engenhos e plantações, [meios] de transporte, negócio, costumes de fazer a corte, casamento etc.*⁵³

Como de hábito, a resposta do já velho e doente Branner não demoraria. Na própria carta de Freyre anotou um conjunto impressionante de referências, remetidas em seguida ao mestrando da Universidade de Colúmbia, que lhe agradeceu nos seguintes termos: “Acabo de receber sua carta de 10. Fico-lhe muito grato às preciosas sugestões que me faz de livros sobre o Brasil referentes ao período 1855-60. Logo que regresso a New York irei ao museu à procura da bibliografia”.⁵⁴

É difícil dimensionar a importância das indicações de Branner na obra futura de Freyre; como vimos, o programa já estava bastante detalhado. O fato é que os viajantes, muitos dos quais citados por Branner, seriam uma fonte recorrente em toda a obra do autor pernambucano.

Figura pouco citada, e menos ainda estudada, a trajetória singular de John Casper Branner escreveu um capítulo fundamental da história intelectual brasileira. Para muito além da constituição de nossa moderna geologia, o “ilustre americano” contribuiu de maneira efetiva na vida intelectual do país, seja pela erudição, seja pelas atividades que aqui desenvolveu. Compreender as engrenagens acionadas na fabricação desse “extremoso amigo e benemérito do Brasil” é a tarefa que esta pesquisa buscou enfrentar. Afinal, em um sistema intelectual voltado para fora, é inegável que a correspondência de brasileiros com “tutores” estrangeiros adquire relevância estratégica na percepção dos mecanismos de produção de conhecimento.

Referências bibliográficas

BRANNER, John Casper. The course and growth of the fibro-vascular bundles in palms. *Proceedings of the American Philosophical Society*. Oct. 1883.

⁵³ Carta de Gilberto Freyre a Branner, de 2-8-1921.

⁵⁴ Carta de Gilberto Freyre a Branner, de 18-8-1921.

- . The pororoca or bore of the Amazon. *Science*, Nov. 28, 1884.
- . The stone reefs of Brazil. *Bulletin of the Museum of Comparative Zoology*. Cambridge, Mass., May 1904.
- . *Portuguese grammar*. New York: Henry Holt, 1910.
- . Discurso de posse. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 76, n. 2, 1913.
- FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Ciências geológicas no Brasil no século XIX. In: ——— (Org.). *Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Cartas do próprio punho sobre pessoas e coisas do Brasil e do estrangeiro*. Seleção de Sylvio Rabello. Rio de Janeiro: MEC, 1978.
- GALVÃO, Ramiz. Elogio fúnebre de John Casper Branner. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 92, n. 146, p. 590-592, 1922.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o IHGB. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, v. 156, n. 388, p. 459-613, 1995.
- JACKLE, Frank Robert. *John Casper Branner and Brazil*. 1966. Thesis (PhD in Hispanic American and Luso-Brazilian Studies) — Stanford University, California, 1966.
- LEINZ, Victor. A geologia e a paleontologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de (Org.). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- . Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In: ———. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- LIMA, M. de Oliveira. *Memórias: estas minhas reminiscências...* Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.
- MORAIS, Rubens Borba de; BERRIEN, William (Orgs.). *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. [1949] Brasília: Senado Federal, 1998. (Coleção Brasil 500 anos).
- ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade; o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido*. São Paulo: Siciliano, 1991.

CAPÍTULO 5

Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história

GISELLE MARTINS VENANCIO*

A correspondência organiza os vestígios de histórias em migalhas. Convém primeiramente indagar sobre o próprio processo da conservação e da construção desse objeto inserido no tempo e no espaço social, desde o nascimento, uma a uma, das cartas singulares, até sua comunicação aos historiadores pela família, como um todo indissociável.

As correspondências são, como afirma o texto em epígrafe,¹ vestígios de histórias em migalhas e, por isso, objetos passíveis de compreensão apenas como partes de um “jogo”. Para que se tornem “fontes de memória” e objetos de análise histórica precisam ser seriadas, ordenadas em seqüências cronológicas e/ou temáticas. Daí a dificuldade de se trabalhar com esse documento, que, de tão fragmentado e disperso, exige do pesquisador o cuidado, a atenção e a precisão de um bom jogador. Talvez por isso, embora as cartas ocupem tradicionalmente, na historiografia, um lugar de fonte, não sejam ainda

* Doutoranda em história social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde prepara, sob a orientação de Andrea Daher, uma tese sobre o arquivo privado e a biblioteca pessoal de Francisco José de Oliveira Vianna.

¹ Dauphin, Lebrun-Pezzerat e Poubilan (1994:126).

muito numerosos os estudos históricos que elegem a correspondência como seu objeto privilegiado.²

As correspondências — documentos típicos dos arquivos privados — são textos autográficos que, guardados e colecionados por seus destinatários, passam a compor suas coleções pessoais. Ao explorar esses arquivos, os historiadores nutrem a esperança de tornar o passado tangível, tocar o que de real restou de um tempo pretérito, vivendo a sensação de atingir de forma definitiva e próxima os testemunhos do passado.³

Ao longo dos anos 1990, diante do refluxo dos grandes modelos explicativos, da acusação de falta de objetividade dos estudos históricos e da demanda pela preservação de uma memória cada vez mais “verdadeira”, uma primeira e forte reação dos historiadores foi o retorno ao individual, às experiências únicas, ao arquivo, ao documento bruto, àquilo que poderia de alguma forma ser visto como o registro do real, que testemunhava as falas e existências singulares. Os arquivos privados — conjuntos documentais de origem pessoal —, vistos como uma manifestação possível e objetiva da memória individual de seus titulares, seduziram os historiadores pela esperança de se conhecer, através deles, o que realmente aconteceu.

Mas o que se propunha, na verdade, com o retorno aos registros brutos da memória não era a “sacralização” dos documentos, dos registros e das experiências individuais. Roger Chartier alertava: *“fonte não é testemunho da realidade”*.⁴ Assim, a volta às fontes se processou de forma diferente do passado. O objetivo não era encontrar no documento a versão mais verdadeira de um tempo pretérito, porém identificar como o real foi pensado, escrito e dado a ler pelos contemporâneos dos acontecimentos. A volta ao arquivo, processada pela história cultural, em vez de postular a transparência dos documentos, processou-se de modo a destacar o individual e o qualitativo, permitindo construir uma nova modalidade de investigação histórica, atenta aos indivíduos, percebidos em suas relações com outros indivíduos.

Cada documento tornou-se um desafio, um objeto singular a ser decifrado tanto em suas condições de produção, quanto na sua organização discursiva, pois, como afirma Pomian,⁵ ao contrário dos monumentos que remetem ao passado num simples olhar, os documentos arquivísticos precisam ser decifrados e criticados. Segundo ele, o

² Angela de Castro Gomes (2000:20) chama a atenção para esse aspecto ao afirmar: *“É fácil entender (...) por que o estudo de correspondências é tão recente e ainda não muito praticado. Se por um lado ele remete ao uso de uma fonte tradicional e bastante valorizada pela historiografia, por outro, ao defini-la como seu próprio objeto de investigação, o pesquisador acaba por distanciar-se do que é ainda frequentemente realizado nos estudos históricos. A essa ‘novidade’ soma-se ainda a dificuldade de lidar com documentos que podem ser numerosos, heterogêneos e, em certos casos, dispersos, o que desafia o pesquisador quantitativa e qualitativamente”*.

³ Farge (1989).

⁴ Chartier (1992:11).

⁵ Pomian (1992).

arquivo é uma memória objetiva, porém virtual. É a leitura histórica que o reatualiza, ressignificando-o e tornando-o suporte da memória. Assim, o retorno do historiador às fontes arquivísticas foi renovado e modificado. O interesse da investigação passou a centrar-se na leitura dos próprios textos. Os documentos não mais eram considerados um retrato fiel da realidade, mas um registro que deveria ser analisado em si mesmo, ganhando dessa forma uma nova dimensão.

Ao matizar a idéia de que os arquivos privados pessoais eram o registro fiel da trajetória de seus titulares, os historiadores puderam explorar esses acervos documentais atentos à noção de que eles deveriam ser lidos como uma escrita que, assim como qualquer outra, não poderia “*nunca anular-se como texto, ou seja, como um sistema construído consoante categorias, esquemas de percepção e apreciação, regras de funcionamento, que remetem para as suas próprias condições de produção*”.⁶

Nos arquivos privados pessoais, os titulares tornam-se ao mesmo tempo objetos e sujeitos de uma escrita de si, convertendo-se em autores de um registro sobre a sua própria história. Através dessa escritura, o colecionador do acervo manipula a existência de seu titular dando destaque e registro a determinados acontecimentos, ou, inversamente, omitindo e “esquecendo” outros. Essa prática acaba por determinar o sentido que o colecionador procura dar ao próprio arquivo. Como afirma Mignot, os arquivos pessoais não são, portanto, “*testemunhos incontestes. São pistas de formas de ver o mundo*”.⁷

A revalorização dos arquivos e da experiência individual fizeram com que as cartas — vestígios brutos de diálogos passados — emergissem como objeto privilegiado para a investigação histórica. Não mais a correspondência como um texto de onde se podiam simplesmente extrair informações, mas as cartas analisadas a partir de seu suporte material, dos códigos sociais utilizados e das formas lingüísticas empregadas.

As cartas são documentos relacionais. Através da leitura de um conjunto de correspondências pode-se entrever um outro grupo contíguo. Ao contrário de outras fontes, as cartas funcionam como uma via privilegiada para investigar relações pessoais porque permitem distinguir marcas de relações mútuas. A prática epistolar de um indivíduo só existe em função de um outro, para quem se enuncia uma fala e de quem se aguarda uma resposta. É, portanto, uma via de mão dupla, um ir e vir entre uma intenção prenunciada, uma espera ansiosa e uma resposta almejada que tem por função o reinício do processo.

A correspondência pessoal de um indivíduo é um espaço que a um só tempo define a sua sociabilidade e é definido por ela. É através dela que as pessoas, mesmo distantes fisicamente, podem trocar idéias e afetos, construir projetos mútuos ou discutir planos opostos, estabelecer pactos ou polêmicas e organizar ações. Esses documentos permitem, em síntese, esboçar a rede de relações sociais de seus titulares. Dessa forma, a

⁶ Chartier (1999:63).

⁷ Mignot (2002:51).

análise da correspondência de um indivíduo leva ao encontro de cartas escritas por outros indivíduos e assim sucessivamente.

Talvez mais que qualquer outro grupo social, os intelectuais se caracterizem pela troca de informações, idéias e opiniões através de suas correspondências. Seja pelo correio tradicional, seja atualmente pelo eletrônico, o “mundo das letras” é marcado pela troca de bilhetes, cartas, textos e livros. A teia de correspondências de um intelectual permite vislumbrar a tessitura de sua rede pessoal e profissional e, através dela, pode-se caracterizar suas práticas de intercâmbio de idéias, de troca de livros e de divulgação de suas opiniões. Esboça-se, assim, através da escrita epistolar, parte de sua rede de sociabilidade, permitindo a (re)inserção de suas idéias em seu ambiente social e cultural,⁸ o que é um meio eficaz para se compreender os papéis que tanto a amizade e a solidariedade quanto a hostilidade e a rivalidade desempenharam na sua produção.

A correspondência de Vianna: intelectuais, redes de sociabilidade e intercâmbio epistolar

Quando se trabalha com a rede de sociabilidade estabelecida no “mundo das letras”, esbarra-se imediatamente na imprecisão do conceito de “intelectual”, questão detectada pelos diversos autores que se preocuparam com o assunto.⁹ Por esse motivo, é fundamental definir-se a noção de intelectual com a qual se vai trabalhar e que, aqui, se

⁸ Por essa ótica pode-se pensar a correspondência como um espaço privilegiado de sociabilidade intelectual, que leva o pesquisador a investigar, por meio da escrita epistolar, parte do que Bourdieu denominou “campo de produção cultural”. Segundo Bourdieu, o campo de produção cultural “é esse mundo social absolutamente particular que a velha noção de República das Letras evocava”. Na opinião do autor, este é um campo como outro qualquer, isto é, “aqui como em outros lugares observam-se relações de força, estratégias, interesses etc.”. Mas, se é verdade que o campo de produção cultural é, como todo campo, lugar de relações de força, ele detém, segundo o autor, uma especificidade: as relações de força “têm por princípio uma espécie muito particular de capital, que é simultaneamente o instrumento e o alvo das lutas de concorrência no interior do campo, a saber, o capital simbólico como o capital de reconhecimento ou de consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes ou instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores, ao preço de um trabalho e de estratégias específicas”. Bourdieu (1990:170).

⁹ A respeito desse tema, Jean François Sirinelli afirma: “Com frequência se destacou o caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais e a imprecisão daí decorrentes para se estabelecer critérios de definição da palavra (...)”. E ainda Roger Chartier comenta: “Às certezas lexicais das outras histórias, a história intelectual opõe uma dupla incerteza de vocabulário. Cada historiografia nacional possui suas próprias designações, e em cada uma delas diferentes noções, mal distintas umas das outras, entram em competição”. Ver Sirinelli (1996:242) e Chartier (1986:373).

constrói a partir da idéia de um espaço de sociabilidade intelectual, inserido na noção de campo de produção intelectual.¹⁰

Oliveira Vianna produziu sua obra entre os anos 1910 e 50, período em que se esboçava um processo de definição das ciências sociais enquanto disciplina e se forjava um embate entre as ciências ditas sociais e a literatura. Definiam-se, dessa forma, os limites dos espaços literários e científicos, à medida que se tentava identificar quem eram os “homens de letras” e os “homens de ciência”. Enquanto, na Academia Brasileira de Letras, criavam-se polêmicas com a eleição de indivíduos considerados “homens não de letras”,¹¹ os “homens de ciência”, auto-definindo-se como intelectuais que lutavam pelo progresso científico da nação, passavam a questionar o papel dos literatos, que, segundo eles, se afastavam dos problemas mais urgentes do país.¹²

“Homens de letras” e “homens de ciência”, no entanto, apesar das disputas travadas, faziam parte de um restrito grupo de intelectuais que participavam de instituições que, desde meados do século XIX, no Brasil, vinham-se organizando, criando espaços de sociabilidade e de atividades literária e científica. A participação dos indivíduos nessas sociedades que surgiam — espaço onde os eruditos se encontravam, discutiam e mantinham trocas culturais — era o ponto determinante para a definição da própria condição de “homens de letras” e de “homens de ciência”.¹³

Esses “homens de letras” e “de ciência” formavam o *petit monde étroit*¹⁴ da intelectualidade brasileira nos primeiros anos do século XX. Eles mantinham práticas singulares de sociabilidade — canais pelos quais veiculavam suas idéias e estabeleciam suas re-

¹⁰ A noção de campo de produção intelectual desenvolvida aqui inspira-se na proposta de Bourdieu. Considera-se campo de produção intelectual um espaço singular, de luta concorrencial, onde as obras são elaboradas e onde se tramam as carreiras. Ver Bourdieu (1983:122-53) e Jouhaud (1988:849-66).

¹¹ Alessandra El-Far (2000) demonstra como algumas eleições da Academia Brasileira de Letras — como a do médico Oswaldo Cruz, do almirante Jaceguai e de Lauro Muller — desencadearam polêmicas em torno dos limites do significado da expressão “homem de letras”.

¹² Lilian Schwarcz destaca a esse respeito o embate ocorrido entre Silvio Romero e Machado de Assis. Após a publicação de um ensaio em que Machado de Assis criticava Silvio Romero, este respondeu publicando um artigo onde comparava a obra de Machado de Assis e Tobias Barreto. Nas palavras da autora: “o mais importante é verificar que, no julgamento muito pouco científico que Romero fez de Machado de Assis, transparecem os limites de uma outra polêmica. Ou seja, a disputa entre os “homens de ciência”, que se auto-identificavam a partir do vínculo com instituições científicas e de uma postura singular, intervencionista e atuante, e os “homens de letras”, que, na visão de autores como Romero, encontravam-se afastados das questões prementes de seu tempo”. Schwarcz (1993:40).

¹³ Investigando a definição do significado da expressão “homem de letras”, Roger Chartier afirma que, durante o século XVIII, alguns intelectuais idealizaram os letrados como indivíduos voltados para o estudo, a leitura e a vida em gabinetes. Entretanto, se essa era a imagem ideal do homem de letras, a ela correspondia, desde o século XVIII, uma outra, mais real e cotidiana, marcada justamente pelas estratégias de intercâmbios intelectuais. Chartier (1996:160).

¹⁴ A expressão é de Jean-Paul Sartre, apud Sirinelli (1996).

lações com o conjunto da sociedade.¹⁵ O estudo das estratégias de sociabilidade utilizadas por esses grupos torna-se assim uma via fértil para a definição do próprio conceito de intelectual da época, na medida em que, ao invés de se tentar estabelecer os limites do campo intelectual, busca-se compreender como este funciona. Mais do que tentar esboçar suas fronteiras externas, pretende-se investigar como se estabelece uma especificidade intrínseca a ele. Não se trata de determinar quem pode ou não ser considerado intelectual e, sim, de perceber quem são as pessoas que circulam nos meios literários, culturais e científicos e as funções que elas ocupam nesses espaços.¹⁶

Oliveira Vianna,¹⁷ como se sabe, era o antípoda do indivíduo sociável. Recluso por natureza, de poucos amigos, caracterizava-se justamente por sua tendência ao isolamento e pela vida dedicada a um solitário trabalho intelectual. Mas, apesar de todo o isolamento físico que mantinha em relação à vida social, Vianna estabeleceu uma forma própria de sociabilidade que se definiu pelas práticas e estratégias que desenvolveu para o seu convívio intelectual.

Sem ser sociável no sentido literal do termo — que envolve o prazer de estar com outras pessoas, o gosto pela vida em sociedade —, Vianna apresentou, à sua maneira, uma estratégia de sociabilidade baseada prioritariamente na escrita epistolar. Ao longo de sua trajetória, ao mesmo tempo que esboçava sua auto-representação de homem solitário, guardava em seu arquivo pessoal cartas, bilhetes, documentos que insinuavam, registravam e por vezes até privilegiavam suas relações pessoais. A análise mais atenta de seu arquivo pessoal sugere a imagem de um homem recluso que mantinha uma forma própria e singular de relacionamento social: a prática epistolar.

¹⁵ Trebitsch (1992a:11-21); e Velloso (1996:35-85).

¹⁶ Trebitsch (1992a:10).

¹⁷ Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em 1883, em Saquarema. Sexto filho de uma família de proprietários de terras, Vianna publicou, em 1920, aos 37 anos, seu primeiro livro, concluído dois anos antes: *Populações meridionais do Brasil*. Sua trajetória até esse momento incluía a formação em ciências jurídicas e sociais, em 1905, e a docência de direito judiciário e penal e de direito industrial, desde 1916, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Niterói. Mais tarde, Oliveira Vianna viria a ocupar ainda diversos cargos na burocracia estatal, tais como diretor do Instituto de Fomento Agrícola, em 1926, conselheiro do interventor Ari Parreiras, em 1930, consultor jurídico do Ministério do Trabalho, de 1932 a 1940, e ministro do Tribunal de Contas da União, de 1940 a 1945, além de participar da Comissão Revisora das Leis da Justiça do Trabalho, em 1939. Sua carreira intelectual foi marcada por sua atuação como membro do Conselho Nacional de Geografia, da Academia Fluminense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Letras, como membro correspondente da Sociedade dos Americanistas de Paris, do Instituto Internacional de Antropologia, da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, da Academia Portuguesa de História, da União Cultural Universal de Sevilha, da Academia de Ciências Sociais de Havana e da Academia Dominicana de História, além de ter publicado diversos livros, alguns considerados clássicos do pensamento social brasileiro.

Essa correspondência, acumulada ao longo de toda a sua vida, está depositada em seu arquivo privado, localizado na Casa de Oliveira Vianna,¹⁸ em Niterói. É um volumoso conjunto de cartas composto por sua correspondência passiva¹⁹ e uma parte, embora pequena, por sua correspondência ativa.

A investigação desse conjunto de documentos permite verificar como a via epistolar era utilizada por Vianna para se manter inserido no espaço da produção cultural, sem que lhe fosse necessário frequentar obrigatória e regularmente as instituições que serviam de reduto à sociabilidade intelectual, bem como revelar aspectos até então ignorados da trajetória desse indivíduo e de suas estratégias e redes de sociabilidade.

Michel Trebitsch afirma que a correspondência pessoal é um eficaz instrumento de abordagem da sociabilidade intelectual, por ser uma das raras fontes escritas segundo um modo de relações sociais dominadas pela fala e pela oralidade, além de ser também um documento que mantém o *status* de narrativa pessoal — semelhante à autobiografia e aos diários e diferente dos textos destinados à publicação —, o que lhe confere uma impressão maior de veracidade. Trebitsch considera que a correspondência — que constitui um lugar de sociabilidade privada em oposição aos lugares de sociabilidade públicos, como revistas, colóquios, manifestos etc. — é também lugar de troca, não só entre pessoas, mas também entre comportamentos individuais e regras impostas do exterior, códigos sociais ou normas de escrita.²⁰

Entre a correspondência guardada por Oliveira Vianna em seu arquivo pessoal está a coleção de 35 cartas escritas por Monteiro Lobato durante 17 anos de uma amizade exclusivamente epistolar, visto que os dois missivistas jamais se encontraram pessoalmente.

¹⁸ A casa, localizada na alameda São Boaventura, 41, no bairro do Fonseca, em Niterói, foi adquirida pelo governo do estado do Rio de Janeiro em 1955 e transformada em Fundação Oliveira Vianna pelo Decreto nº 5.317, de 16 de abril de 1956. A instituição tinha como objetivo preservar o espaço onde Oliveira Vianna viveu a maior parte de sua vida e manter à disposição do público interessado o seu arquivo pessoal, sua biblioteca, além dos móveis e objetos que testemunharam sua existência. Era ainda objetivo dessa instituição a atualização da biblioteca, a organização de um arquivo com as notas de estudos, os originais de suas obras, as cartas, as fotografias, os títulos e quaisquer documentos que se relacionassem à vida e à atividade intelectual de Oliveira Vianna, além da edição de um pequeno boletim informativo sobre as atividades da fundação, da divulgação e edição de trabalhos sobre temas brasileiros focalizados sob o ângulo das ciências sociais, da organização de um centro de pesquisas e da transformação da casa num museu para promover cursos, conferências e exposições. A fundação existiu durante 20 anos até que, em 9 de abril de 1975, pelo Decreto-lei nº 60, foi extinta, passando o seu acervo a integrar a Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro, recebendo o nome de Casa de Oliveira Vianna. Alguns anos mais tarde, em abril de 1980, a casa passou a pertencer à Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro (Funarj).

¹⁹ Até o presente momento foram catalogadas 1.499 cartas referentes à correspondência passiva de Vianna. Mas esse acervo ainda se encontra em processo de organização, o que possibilita a inclusão de novos documentos.

²⁰ Trebitsch (1992b:70-84).

De Lobato a Vianna: os fios que tecem uma surpreendente amizade

A correspondência entre Monteiro Lobato e Oliveira Vianna teve início nos primeiros anos da década de 1920, momento em que Lobato publicou, por sua editora, o livro de estréia de Vianna — *Populações meridionais do Brasil*. A leitura e análise dessa correspondência pode surpreender aqueles que se acostumaram a ver Lobato como um “editor revolucionário”,²¹ tal como ele mesmo se definia, e Vianna como um pensador autoritário, conservador e retrógrado. Afinal, se eram opostos, como é possível pensar em algum relacionamento entre eles?

Lobato era visto por alguns como um visionário, uma pessoa à frente de seu tempo, responsável por uma das maiores transformações ocorridas no mercado editorial brasileiro no início do século XX. Ele chegou a ser descrito por um amigo como um homem que “*pertencia a essa rara família de profetas e poetas que condensam, de súbito, para um momento e um povo, a sua própria essência espiritual*”.²² Vianna, ao contrário, chegou a ser considerado um “*retardatário, incapaz de acompanhar o que se fazia em outros países*”²³ e no Brasil.

Nada parece mais diferente e oposto do que a memória construída sobre a vida desses dois “homens de letras” que viveram a mesma época,²⁴ mas que trilharam caminhos divergentes. A visão que se tem desses dois intelectuais obedece muitas vezes a estereótipos, modelos preestabelecidos que, sem dúvida, não constituem uma boa via de análise para os estudos históricos, posto que são representações que restringem histórias de vidas muito mais ricas e descontínuas.²⁵ Tais representações retratam imagens em que não cabem vidas reais, pois estas se desenrolam no tempo e vão assumindo posições, ocupando lugares, estabelecendo projetos que não obedecem necessariamente a uma coerência fundadora.

A correspondência que se vai analisar aqui, escrita por Lobato a Vianna entre 1922 e 1939, permite entrever outra imagem desses dois intelectuais, matizando um pouco as versões construídas e, até o momento, popularizadas sobre as trajetórias de ambos. Não se trata de elaborar novas representações desses intelectuais que suprimam aquelas já sedimentadas por seus biógrafos e estudiosos, mas de investigar de que forma a troca epistolar estabelecida entre eles constitui uma fonte de memória que permite o esboço de novas vias de interpretação.

²¹ Lobato (1959a, v. 1, p. 252).

²² Anísio Teixeira, *A Tarde*, 6 jul. 1948, apud Cavalheiro (1956:353).

²³ Leite (1976:220).

²⁴ Lobato nasceu em 1882 e morreu em 1948. Vianna nasceu em 1883 e morreu em 1951.

²⁵ Na visão de Bourdieu, o mundo social “*tende a identificar a normalidade como a identidade entendida como a constância em si mesmo de um ser previsível ou, no mínimo, inteligível, à maneira de uma história bem construída*”. Para isso “*dispõe de todo tipo de instituições de totalização e de unificação do eu*”. Ver Bourdieu (1996:183-92).

Cartas: entre o constrangimento das normas e a liberdade da escrita

Se o fim da obra de arte é criar vida, dar ao leitor uma emoção realíssima da vida, de coisa intensa e ambiente, temos que chegar à conclusão que a carta substancial vale tanto como arte quanto um poema.

Manuel Bandeira²⁶

As cartas constituem um gênero fortemente tipificado que se apóia em um modelo universalmente conhecido e reconhecível. O registro do local e da data de sua escritura, bem como as saudações, as despedidas e a assinatura são, segundo os manuais epistolares, aspectos do código que fazem com que um texto seja reconhecido como carta.²⁷

As cartas de Lobato para Vianna não se caracterizam pelo estrito cumprimento dos códigos epistolares. A escrita lobatiana oscila sempre entre o rigor da norma e a liberdade literária, a começar pela datação das cartas. Lobato não tinha o hábito de datar sua correspondência. Na epistolografia lobatiana, a informação sobre o momento da escrita das cartas pode ser inferida por outros dados, como os endereços de Lobato, o assunto abordado ou referências aos livros de Vianna.

No que diz respeito às saudações, Lobato sempre foi muito econômico. Frequentemente iniciava suas cartas escrevendo apenas “Vianna”. À primeira vista isso pode parecer um traço da falta de intimidade entre os missivistas, mas, ao se investigar outras séries de cartas escritas por Lobato, verifica-se que era assim que ele sistematicamente se referia a seus interlocutores.²⁸ Isso não o impede de algumas vezes escrever “*Vianna amigo*”, “*Prezado amigo Vianna*”, “*meu caro Vianna*” ou ainda, numa mistura de línguas, dizer “*cher Vianna*” ou “*dear Vianna*”.

Nas despedidas, por outro lado, Lobato era menos moderado. Insistindo repetidas vezes para que Vianna o fosse visitar em São Paulo, ele assiduamente finalizava as cartas com esse apelo. Por exemplo, quando escreve: “*Vem, vem. Se estás miqueado, pagarei as despesas da excursão. Aguardando o deferimento do convite, aqui fico todo esperas. Abraços do Lobato*”.²⁹ Ou afirmando: “*Adeus. Há muito a dizer mas só de boca*”. Ou quando, num momento de melancolia, escreve, de Nova York, em 1928: “*Adeus. Estou profundamente triste e o céu azul demais. Adeus*”.

²⁶ Carta de Manuel Bandeira a Ribeiro Couto, apud Lins (1997:6).

²⁷ Petrucci (1987:214); e Sierra Blas (2002:125).

²⁸ Ver Vianna e Fraiz (1986); e Lobato (1950).

²⁹ Todas as cartas aqui reproduzidas são do acervo de correspondências do arquivo pessoal de Oliveira Vianna e estão arquivadas na pasta Monteiro Lobato. Por esse motivo, a partir desse ponto, citarei as cartas sem fazer referência em nota.

A assinatura é também um elemento importante a ser examinado nesse conjunto de cartas. Um dado curioso é que muitas vezes as cartas datilografadas eram assinadas à mão, com tinta. E esse era um aspecto considerado tão importante para Lobato que, ao não poder fazê-lo, finaliza uma das cartas com a seguinte observação: “*Não há tempo nem de assinar com tinta, nem de reler o escrito para eliminar gatos. ‘Perdoe os erros’ como dizem as cozinheiras nas cartas que escrevem aos bombeiros*”.

A maior parte das cartas escritas por Lobato para Vianna é datilografada, embora haja um número significativo de cartas manuscritas. Isso nos faz pensar que, para Lobato, o fato de escrever à máquina ou à mão era indiferente. É verdade que as cartas mais longas são normalmente datilografadas, mas isso não chega a se constituir um padrão. Embora ele enviasse a Vianna cartas manuscritas, preferia recebê-las datilografadas, como se percebe no seguinte trecho:

Ora graças que se civilizou — deixou a pileca antidiluviana de escrever com as unhas e passou ao teclado. Quantas vezes não insisti com você para que mudasse? Dedo humano não foi feito para escrever e sim para meter no nariz, para fazer cócegas nas mulheres, para coçar e etc. Finalmente agora a gente pode receber uma carta do sr. Oliveira Vianna sem um suspiro. Tua letra faz muita gente suspirar.

A análise da materialidade de uma carta demonstra, como sugere Dauphin (1995), as condições de sua produção. Estas não são denunciadas apenas pelo tipo de letra ou pela tinta utilizada, mas também pelo suporte usado, pela qualidade do papel, pela formatação e pelas imagens, desenhos ou gravuras porventura presentes. As cartas de Lobato são, em sua maioria, escritas em papéis timbrados, nos quais aparece o endereço residencial ou profissional do autor. Acompanhar, ao longo do tempo, esses endereços registrados nas cartas possibilita verificar os lugares de onde elas foram escritas, traçando-se uma cartografia dessa escrita epistolar.

Cartografia da troca epistolar Lobato-Vianna

A carta mais antiga escrita por Monteiro Lobato a Oliveira Vianna traz impresso o seguinte endereço: *Rua dos Gusmões, 70, São Paulo*.

Foi nesse endereço que Lobato instalou, em 1922, a Monteiro Lobato & Cia., editora montada com Octalles Marcondes Ferreira no ano de 1920. Era o novo endereço da editora, num prédio grande o bastante para abrigar o maquinário recém-adquirido por eles para montar a tão idealizada oficina gráfica, que, finalmente, iria corresponder aos progressos financeiros que a empresa vinha obtendo desde sua fundação.³⁰

³⁰ Azevedo, Camargos e Saccheta (1998:134).

A primeira carta de Lobato a Vianna não é a carta de um amigo e, sim, de um profissional do mundo editorial a um autor que considera promissor. A relação entre eles talvez tenha tido início alguns anos antes, quando, a convite de Plínio Barreto, ambos passaram a colaborar com a *Revista do Brasil*, periódico fundado em 1916 pelo grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*. E se estreitou dois anos mais tarde, quando Monteiro Lobato adquiriu a revista.³¹ Imediatamente após a compra, Lobato iniciou a reorganização da empresa, visando torná-la mais rentável, o que lhe permitiria criar a tão sonhada editora, fundada, assim, como uma atividade subsidiária da *Revista do Brasil*.

Foi através dessa casa editorial que Monteiro Lobato tornou-se o primeiro editor de Oliveira Vianna. Nas “Edições da *Revista do Brasil*” Vianna publicou, em 1920, seu livro de estréia: *Populações meridionais do Brasil*. Esse livro deve ter representado um bom negócio para Lobato, visto que foi muito bem recebido pela crítica especializada da época, o que resultou numa segunda edição, em 1922, pela Monteiro Lobato & Cia. Mas antes mesmo dessa segunda edição Monteiro Lobato já havia publicado outro livro de Vianna — *Pequenos estudos de psicologia social* —, lançado em 1921.

O sucesso da casa editorial criada por Lobato e Octalles Ferreira ocasionou, em abril de 1924, uma outra mudança, passando a empresa a ocupar um prédio de 5 mil metros quadrados na rua Brigadeiro Machado, no Brás. É provável que o intenso ritmo de crescimento da empresa no período tenha mobilizado toda a atenção de Lobato, que, nesse momento, se afastou da direção da *Revista do Brasil* para se dedicar exclusivamente à editora.³²

Infelizmente, a ousadia da proposta editorial de Lobato acabou por inviabilizá-la financeiramente e, em julho de 1925, ele teve que solicitar a falência da empresa. Mas esse episódio não o fazia desistir de sua editora. Dois meses depois, Lobato criou, no Rio de Janeiro, a Companhia Editora Nacional, empresa que viria a desempenhar também importante papel na trajetória editorial de Oliveira Vianna. O primeiro livro de Vianna lançado pela editora em 1930 foi *Problemas de política objetiva*, uma coletânea de artigos publicados nos principais jornais do país entre 1918 e 1928. Embora este tenha sido um livro importante na carreira de Vianna, sua relação com a Companhia Editora Nacional não foi determinada pelo lançamento de obras isoladas como esta, mas, ao contrário,

³¹ A venda da *Revista do Brasil*, nesse momento, a Monteiro Lobato explica-se em função dos grandes prejuízos financeiros acumulados pelo periódico, apesar de seu prestígio intelectual. As dificuldades financeiras fizeram com que Lobato, que possuía uma antiga relação com a *Revista do Brasil*, alentasse o sonho de adquiri-la. Ele, que havia estreado como colaborador no terceiro número do periódico com o conto “A vingança do peroba”, visava nesse momento controlar a revista, como já havia explicitado anteriormente em carta ao seu amigo Godofredo Rangel: “*Lá pela Revista do Brasil tramam coisas e esperam a deliberação dos acionistas. Querem que eu substitua o Plínio na direção; mas minha idéia é substituir-me à assembléia, comprando aquilo. Revista sem comando único não vai*”. Ver Lobato (1950).

³² Azevedo, Camargos e Saccheta (1998:137).

pela sistemática reedição de suas obras na “Brasiliana”, coleção criada pela editora em 1931 e considerada uma das mais importantes do país. Dos sete livros lançados por Oliveira Vianna durante os anos 1920, três foram reeditados pela “Brasiliana” nos anos 30: *Populações meridionais do Brasil, Evolução do povo brasileiro* e *O idealismo da Constituição*. Além desses, foi publicado, em 1ª edição, pela “Brasiliana” o livro *Raça e assimilação*, em 1932 e, nos anos 1940, foram reeditados pela coleção mais dois títulos de Oliveira Vianna: *Pequenos estudos de psicologia social* e *Problemas de política objetiva*.

Quanto à correspondência entre Monteiro Lobato e Oliveira Vianna, não há nas cartas guardadas no arquivo nenhum exemplar com os endereços do Brás ou do Rio de Janeiro. Mas existem outros indícios de que a troca epistolar entre eles se manteve nesse período, como referências aos governos de Artur Bernardes e Washington Luiz e as cartas institucionais da Companhia Editora Nacional.³³ Considerando-se apenas os endereços impressos, o local subsequente indicado por esse tipo de registro é Nova York.

Em maio de 1927, Monteiro Lobato viajou para os Estados Unidos, a bordo do navio *American Legion*, para ocupar interinamente o cargo de adido comercial no Consulado Brasileiro de Nova York, onde permaneceria até 1930. Antes mesmo de partir, Lobato escreveu a Vianna, agradecendo uma carta recebida e avisando: “*Parto no dia 24 pelo American Legion. Se puder vai (...). Um apressado adeus. Lobato*”.

Após a chegada de Lobato à América, as cartas passam a ter como tema principal justamente suas impressões sobre o novo país. São páginas “*ricas em impressões sobre o cotidiano*”,³⁴ que refletem sua empolgação com os Estados Unidos. De Nova York, Lobato escreve a Vianna, em novembro de 1927, justificando assim a demora:

Sabe por que não escrevo? Porque há assunto demais. Pego a máquina e desanimo. O reservatório é o açude de Quixadá, mas o buraquinho de saída tem meia polegada de diâmetro. Como escrever, meu caro amigo? Afogado dessa maneira num excesso de temas, assuntos e impressões? (...). Tudo grande demais, tudo fora de medida a que nosso pobre cérebro sul americano está afeito. A altura das casas, os algarismos, as pernas das mulheres, tudo tonteia (...)

E continua, em carta de 28 de abril de 1928:

As medidas que o mundo conhece já não servem para medir um país que está deixando de ser país para ser todo um mundo novo dentro de um velho (...).

³³ As cartas da Companhia Editora Nacional fazem parte de outro conjunto do acervo e não estão sendo objeto da análise desenvolvida neste texto, que trata exclusivamente das cartas pessoais de Monteiro Lobato.

³⁴ Termo utilizado em Azevedo, Camargos e Saccheta (1998:238).

E completa em dezembro de 1928:

Meus estudos — e têm sido árduos, levaram-me a esta fórmula: Não é mais país. País é França, Alemanha, etc. States não é mais país. Extrapaizou-se. Virou mundo dentro do mundo e central station que fatalmente terá que manobrar todos os outros países.

O deslumbramento era tal que, na carta de abril de 1928, Lobato chega a afirmar:

O que vim buscar nesse país, sabes o que foi? Um desânimo infinito — a certeza do que eu suspeitava, que a raça é tudo e que não temos raça... Gobineau, Gobineau...³⁵

O entusiasmo de Lobato com os Estados Unidos permaneceria ao longo de sua vida, mas, em 1930, após o movimento revolucionário, Vargas decidiu demitir os funcionários interinos e extranumerários de diversas representações diplomáticas e consulares no estrangeiro.³⁶ Por esse motivo, Lobato teve que voltar ao Brasil, onde, assim que chegou, instalou-se novamente em São Paulo. Dessa vez o novo endereço era: rua José Getúlio, 58. De lá, Lobato escreve a Vianna, descrevendo seus projetos futuros:

Entre as muitas maluquices que estou fazendo, e as mais contraditórias (ferro, petróleo, etc) mais uma está prestes: a ressurreição da Revista do Brasil. Deu-me saudades da coitada, além do que não posso passar sem um órgão de expressão de idéias onde eu mande e desmande.

Lobato tentaria retomar suas funções editoriais ao mesmo tempo em que desejava se empenhar na busca pelo petróleo e no desenvolvimento de atividades ligadas à metalurgia.³⁷ Em São Paulo, ele pretendia despender esforços para garantir o desenvolvimento do Brasil. Assim, fixa-se na cidade que considerava a mais moderna e progressista do país e, de lá, escreve a Vianna fazendo registrar numa nota manuscrita: “*Toma nota: moro na Aclimação, 483*”.

Essa é uma longa carta, na qual Monteiro Lobato dá notícias sobre sua luta pela descoberta e exploração do petróleo e faz questão de notar a distância que os separava naquele momento. Aos 52 anos, ele se considerava um homem afastado do mundo das letras e parabenizava Vianna por conseguir manter suas práticas intelectuais: “*aceita meus parabéns por, nessa idade, ainda comprares e leres livros*”.

³⁵ Sobre o tema da raça em Monteiro Lobato, ver Moraes (1997:99-112).

³⁶ Azevedo, Camargos e Saccheta (1998:232).

³⁷ Ibidem.

É também para tratar da questão do petróleo que Lobato escreve a Vianna, de Campos do Jordão, em 24 de novembro de 1935. Mas, nas últimas cartas de Lobato para Vianna, em 1939, não consta seu endereço. Ele registrava apenas São Paulo e, numa alusão ao fato de nunca se terem visto pessoalmente, escreve o que de certa forma sintetiza a cartografia dessa amizade epistolar: “*Os anos se passam e nunca nos encontramos. Como o mundo é grande!*”.

Como se pôde ver, a análise da materialidade das cartas denuncia suas condições de produção e os momentos de sua escrita. Mas, quando se passa à investigação da letra das cartas, buscando o que elas dizem explicitamente, pode-se encontrar a construção da imagem de seu autor, bem como da visão autógrafa do destinatário.

A reinvenção de si: o Lobato das cartas

Nesse conjunto de correspondências encontra-se a nítida construção de uma auto-representação de Lobato. Na opinião de Brigitte Diaz, a correspondência é um espaço que permite ao seu autor a elaboração sistemática e programada de uma auto-imagem.³⁸ O ato de escrever cartas vincula-se diretamente às experiências vividas pelos indivíduos, representando a comunicação epistolar uma das mais claras formas de escrita subjetiva e existencial. A carta é um instrumento de configuração da própria identidade. Através dela, o autor se constrói para o leitor, mesmo inconscientemente.³⁹

A correspondência de Lobato para Vianna muito nos diz sobre seu autor — “*uma figura surpreendente, com facetas inesperadas*”. As cartas revelam muitas de suas opiniões, algumas discutíveis, outras admiráveis, mas “*sempre apaixonadas*”.⁴⁰ Nas cartas, Lobato se constrói, se mostra, se expõe. Ele se reinventa, destacando-se como um grande empreendedor, quando, por exemplo, escreve: “*Estou armando um grande negócio. Se pegar, fico o Matarazzo das artes gráficas da América do Sul*”.

Lobato também dá relevo à sua produção literária, fazendo sobressair a qualidade comercial de seus livros. Em 13 de novembro de 1933, escreve a Vianna:

Queres mais? Lá vai. A fábrica não pára. Sabes a que total já cheguei com meus livros? Parece incrível mas é verdade. O Octalles acaba de me fazer tirar a conta, 544.000 num valor de vendas para o público de 2.455:000\$000. Fiquei assustado com a verificação de ter feito o pobre país despende tamanha soma para a leitura de muitas besteiras. E como está programado para o primeiro semestre de 934

³⁸ Diaz (2002:76).

³⁹ Castillo Gomez (2001:819); e Sierra Blas (2002).

⁴⁰ Mindlin (1998:9-11).

edição e reedição num total de 150.000, estarei breve com 700.000 exemplares, isto é, a caminho do milhão!

Os planos de Lobato realmente se concretizaram, pois, algum tempo mais tarde, em carta não datada, ele reafirma o sucesso comercial de sua produção literária:

Hás de crer que com o que tenho a sair do prelo este mês subo ao belo e nada acadêmico algarismo de 789.000 exemplares? E no Brasil, isso! É positivamente absurdo e fantástico. Se o Octalles não mo provasse com os assentos da Editora eu mesmo seria o primeiro a duvidar.

Com o passar dos anos, as cartas de Lobato passam a assinalar seu envelhecimento e seu afastamento das atividades editoriais e literárias:

Estou ficando velho e só me apercebi disso agora. O que me resta a viver não é muito e a tarefa a realizar é ainda maior que um bond. Não tenho tempo para mais nada que me agrada.

Ou ainda quando, comparando-se com Vianna, diz:

Como eu envelheci mais depressa! Afundei num doce analfabetismo ledo e cego. Ainda compro livros pelo hábito — mas apenas cheiro e lambisco aqui e ali. Morreu-me a paciência de ler.

Nas cartas para Vianna, Lobato ainda deixa transparecer decepção e descontentamento com a política do Estado Novo e, mostrando seu lado mais amargo, afirma:

Que cretinos! Inda acabarão com suas leis ridículas fazendo com que toda a população deste país emigre para outra terra. Meu ideal por exemplo é esse: emigrar. E sua realização está perto.

Esse conjunto de correspondências muito nos informa sobre Monteiro Lobato. Mas também nos leva a conhecer melhor Vianna. A identidade do destinatário vai se construindo nas imagens que o autor das cartas descreve, num jogo composto por palavras, registros, lacunas e silêncios.

Vianna por Lobato

Como produto da interação de remetente e destinatário, a carta é um objeto que permite obter informações de ambas as partes. Uma vez escrita, a carta já não é de quem escreve e, sim, de quem a recebe, daí a possibilidade de se investigar o destinatário e não se concentrar unicamente no autor do escrito. Das cartas de Lobato, surge um Oliveira

Vianna esquecido pelos estudos posteriores.⁴¹ As cartas transbordam de admiração, construindo a imagem de um intelectual rico, criativo, cativante e fundamental para o progresso do país.

As primeiras cartas de Monteiro Lobato para Oliveira Vianna datam do princípio dos anos 1920. No período em que essa correspondência se inicia, Lobato tinha acabado de lançar Vianna como um dos autores revelados pela Monteiro Lobato & Cia. nas edições da *Revista do Brasil*. Desde 1918, trechos do que viria mais tarde a ser o livro *Populações meridionais do Brasil* haviam começado a ser publicados por Lobato na *Revista do Brasil*.

Nesse momento, houve entre Lobato e Vianna, na opinião de Lucia Lippi, uma “confluência de objeto (o homem rural brasileiro), de explicações (o racismo, a mestiçagem, a psicologia coletiva) e de preocupações (como esculpir um país com esta matéria-prima)”, o que levou o primeiro a editar em 1920 e a reeditar em 1922 *Populações meridionais do Brasil*.

Talvez tenha vindo daí a admiração de Lobato por Vianna e suas idéias. As cartas enviadas ao longo desse período demonstram sempre uma grande preocupação de Lobato com a saúde de Vianna, um intelectual, segundo ele, brilhante, cuja vida e idéias seriam fundamentais para o progresso do país. Escreve Lobato:

Deu-me grande alegria saber de tua melhora. (...) Virás para cá como um messias, um homem que traz a luz nova [destaque dele]. (...) Como te querem, como te compreendem aqui! E como isso depõe a favor da mentalidade de São Paulo, um dos (...) lugares do Brasil onde creio possível a passagem do utópico para o orgânico. (...) é aqui que terá o que merece.

Monteiro Lobato considerava a admiração dos paulistas por Oliveira Vianna um elemento que depunha a favor da mentalidade dos seus conterrâneos. A seu ver, São Paulo era o lugar onde Vianna deveria começar uma nova vida, visto que a cidade se impunha, nesse momento, como símbolo do que de mais moderno e progressista havia no país.⁴² Por isso, os paulistas estariam mais aptos a reconhecer o valor daquele a quem ele chamava de “novo messias”.

⁴¹ Os estudos sobre Monteiro Lobato praticamente ignoram as relações entre ele e Oliveira Vianna, como se pode perceber em Azevedo, Camargos e Saccheta (1998), em Moraes (1995) e em Koshiyama (1982).

⁴² Ao longo dos anos 1920, momento em que São Paulo consegue impor sua ascendência econômica ao restante do país, a questão da disputa econômica entre essa cidade e o Rio de Janeiro ganhou novos contornos no debate intelectual. Alguns intelectuais divulgaram a idéia de que era São Paulo a matriz da nacionalidade brasileira, ao mesmo tempo em que buscaram desqualificar e deslegitimar o Rio de Janeiro como centro político da nação. Na argumentação do grupo, estava sempre presente a idéia do adiantamento de São Paulo em relação ao restante do país. “Os demais estados são vistos como ‘irmãos pobres e retardados’. Daí a imagem, bastante divulgada, de São Paulo como locomotiva a puxar vagões vazios...” Ver Velloso (1986:59).

Assim, em junho de 1922, Lobato novamente escreveria a Vianna para lhe fazer um convite:

A Liga Nacionalista incumbiu-me de convidar-te para uma conferência aqui. De-seja ela, interpretando a voz unânime de São Paulo, ter a honra de apresentar-te solenemente ao público paulista. És o grande homem que surge, o sociólogo, o abridor de sendas novas, e a Liga quer ter o gosto de dizer mais tarde — Fomos nós que o descobrimos e o apresentamos ao país.

A afeição de Lobato nos fala de Vianna e nos leva a conhecer um pouco a imagem que se fez desse intelectual no início dos anos 1920. Ao se referir aos livros dele, que vinham sendo lançados por sua editora, Lobato reafirma sua admiração pelo autor:

*Teu livro continua a entusiasmar. Todos o lêem e o falam sem reservas, derramando-se em louros. Vou mandar um exemplar ao Bernardes e outro ao Washington intimando-os a lerem-no.*⁴³

Lobato não só lançava os livros de Vianna como também fazia questão de divulgar suas idéias enviando-os a amigos, políticos e outros intelectuais. Sem dúvida, esse era um dever do editor, previsto inclusive no contrato que ambos assinaram para a publicação de *Populações*, onde, no primeiro item, o editor comprometia-se a “fazer a propaganda do livro, difundido-o na medida do possível”. Mas a divulgação das idéias de Vianna por Lobato não se dava somente através dos meios tradicionais — anúncios, por exemplo —, nem se devia apenas a compromissos contratuais. A admiração pelas idéias do autor fazia Lobato falar de Vianna aos amigos, o que se pode constatar na afirmação que faz ao fim de uma carta: “as tuas cartas são copiadas e circulam”.

O que Lobato tinha a dizer: os temas das cartas

Como se viu, a prática epistolar de um indivíduo pressupõe a elaboração de modos próprios de expressão que se manifestam nas imagens que ele constrói de si através da escrita, nas visões que forma do outro para quem escreve e na maior ou menor observância dos códigos epistolares.

Mas a investigação de um conjunto de correspondências não pode abrir mão da análise dos conteúdos informativos das cartas, pois eles estão “impregnados dos acontecimentos que os atravessam”. A correspondência conta “sua versão da História sem deixar de estar profundamente enraizada no cotidiano e nas histórias singulares de seus membros”.⁴⁴

⁴³ Lobato está provavelmente se referindo ao livro *Populações meridionais do Brasil*.

⁴⁴ Dauphin, Lebrun-Pezzerat e Poublan (2002).

Assim, esquadrinhar os assuntos tratados — o que Lobato relata a Vianna — é uma forma de conhecer parte da história da época através das histórias contadas.

Um dos temas que se repetem assiduamente na correspondência é a questão do ferro e do petróleo. Em meio aos diversos símbolos da modernidade capitalista que Monteiro Lobato descobriu nos Estados Unidos, ele começou a elaborar a idéia de que só seria possível transformar o Brasil numa nação produtiva, eficiente e rica se houvesse um maior investimento na produção de ferro e na exploração de petróleo. A luta em defesa dessa causa no Brasil ocupou grande parte da vida de Lobato e consumiu muito de sua energia, como ele conta a Vianna:

Minhas estadas no Rio, embora freqüentes, têm sido horrendamente ocupadas pelo big fight pró ferro. Custa ferrar um país como o nosso, mais que ferrar burro chucro. Foge com os cascos, escoicea, dá corcovos. (...) E agora temos o petróleo que vai ser lançado. O novo aparelho que assinala a existência do petróleo e pois permite que se perfure no lugar certo. Quanta coisa! Só por boca, meu caro, senão a carta vira livro.

A empolgação com a questão é tão grande que faz com que, em dado momento, Lobato chegue a estabelecer um cronograma de atividades para a sua empresa:

A minha Petroleos⁴⁵ está incorporada, com todo o capital subscrito. Em fins de fevereiro os operadores do maravilhoso aparelho estarão entre nós. Em março já teremos indicações positivas. Em junho ou julho os jornais noticiarão o grande acontecimento do primeiro gusher. Em vez de te rires de mim, guarda essa para a próxima verificação da profecia.

O seu otimismo transparece em uma de suas calorosas despedidas: “Adeus (...) Quando o petróleo sair há de chegar até cá para uma inspeção e uns dias com o Araquá King”.⁴⁶

A busca do petróleo tornou-se um desejo tão forte na vida de Monteiro Lobato que, por ocasião da candidatura de Oliveira Vianna à Academia Brasileira de Letras, em 1937, ele escreveu:

Obrigado pelo convite para entrar em tua companhia no matadouro. Tenho de tirar petróleo e fazer ferro, não devo, portanto, arriscar a vida. Mas você, meu

⁴⁵ A Companhia Petroleos do Brasil foi lançada em dezembro de 1931 por Monteiro Lobato e sua subscrição alcançou, nos primeiros quatro dias, quase metade das ações. Sobre essa questão, ver Azevedo, Camargos e Saccheta (1998:272).

⁴⁶ Araquá era o nome da região do município de São Pedro por onde começariam as prospecções da Petroleos do Brasil.

caro, tem o dever de lá entrar, 1) porque toda gente estranha a sua ausência; 2) porque pela carta que me escreve não demonstra nenhum medo da letalidade da imortalidade brasileira. (...) Sinceramente devo dizer-te que me sinto muito velho e arrasado para disputar glórias sociais. Tirante petróleo, de fato não desejo mais coisa nenhuma deste mundo — e cada vez me convenço mais da vitória do petróleo.

A crítica constante à Academia Brasileira de Letras, às suas práticas e aos seus rituais também ocupou um grande número de páginas da correspondência de Lobato a Vianna. Ele denunciava frequentemente o seu “medo da imortalidade”, como na carta já citada. Certa vez, comenta também com Godofredo Rangel: “*eu me sinto terrivelmente mortal. A “imortalidade” me assusta...*”.

A crítica é ainda recheada de intensa ironia, como quando Lobato afirma, escrevendo dos Estados Unidos: “*A Academia... Como fica pequenininha daqui*”. Mas, apesar da crítica constante, a consagração que pode propiciar a ocupação de uma vaga numa instituição como essa leva Lobato a alimentar mais um de seus sonhos. Escrevendo a Oliveira Vianna ele associa petróleo e consagração no mundo das letras, dizendo:

Não se espante pois de mais mês, menos mês, a notícia te chegar que we struck oil. E por essa época você não estiver imortalizado pela Lethal, entrarás na minha academia de letras. Doarei um poço de petróleo para termos uma comme il faut — com um jetonão que vai fazer o pessoal daí morrer de inveja.

A referência à Academia Brasileira de Letras está presente ao longo de praticamente todo o tempo em que Lobato e Vianna se correspondem. Talvez porque a difícil relação entre Lobato e a academia tenha se estendido por todo esse longo período. Basta observar que, em 1921, Lobato candidatou-se à ABL, mas retirou a candidatura em seguida. Anos mais tarde, em janeiro de 1926, voltou a candidatar-se, mas abandonou a disputa, mesmo sem retirar oficialmente a candidatura. Finalmente, em 1944, ocorreu a última tentativa de candidatura de Lobato à academia: um grupo de intelectuais indicou seu nome, mas ele não aceitou concorrer.⁴⁷

Nos 17 anos em que Lobato e Vianna se correspondem, alguns temas se repetem, outros surgem e depois desaparecem. Ainda que, na maioria das cartas, não constem datas, pode-se perceber que elas são mais frequentes em determinados momentos e menos assíduas em outros. Cabe, pois, sugerir que essa correspondência institui uma temporalidade própria, que se relaciona diretamente com a admiração estabelecida entre os misivistas e com o interesse dos temas discutidos.

⁴⁷ Moraes (1995:80-1).

A dupla temporalidade de uma troca epistolar: o tempo do encanto e do desencanto

Assim que nos colocamos a estudar a corrente de fenômenos (...) o problema é simples. É a estes fenômenos mesmo que devemos demandar seus próprios períodos (...). O estudioso gosta de “datar finamente”. Cada tipo de fenômeno tem sua espessura de medida particular e, por assim dizer, sua decimal específica.

Marc Bloch⁴⁸

Como se viu, as cartas de Lobato para Vianna cobrem um extenso período de tempo. São 17 anos de troca epistolar contínua, embora nem sempre frequente.

A correspondência obedece a uma prática circular. Uma carta — texto produzido e objeto trocado entre aqueles que se correspondem — pode tanto representar uma resposta a uma questão formulada anteriormente em outra carta, quanto significar uma nova solicitação, o que demanda a escrita de outra carta. Por isso, a leitura e a investigação de um conjunto de cartas pressupõem não só o conhecimento de seu conteúdo informativo, como também a pesquisa de sua dimensão temporal, isto é, dos ritmos que cadenciam a troca epistolar.

O ritmo dessa comunicação pode ser contínuo, freqüente — quando se discute uma questão importante ou polêmica —, ou menos assíduo, embora igualmente contínuo. Pode ainda ser descontínuo — quando ligado ao acaso dos acontecimentos.⁴⁹ Outro aspecto que cadencia o ritmo do intercâmbio de cartas prende-se a questões de ordem biográfica dos missivistas. Aspectos singulares de suas trajetórias e interesses individuais dispõem e predispoem os indivíduos a entrar, ou não, no jogo do debate de idéias criado pela escrita epistolar.

Qual é, então, o ritmo que cadencia a troca de cartas entre Lobato e Vianna? Com que freqüência eles se escrevem? Quais os “tempos” dessa escrita?

Percebe-se, pelos assuntos tratados nas cartas de Lobato para Vianna, que elas foram mais assíduas nos anos 1920 do que ao longo dos anos 30. Em seu período inicial, a correspondência foi mais intensa. O conteúdo das cartas traduzia uma maior afinidade entre os missivistas e admiração mútua. Esse foi o “tempo do encanto”, que levou Lobato a escrever a Vianna: “*Os futuros presidentes [do Brasil] têm que se orientar por ti*”.

Ou ainda, no final de 1928, escrevendo de Nova York:

Recebi teus queridos garranchos e com a grata nova de que aderiu... Parabéns. Nada mais duro nem mais idiota que remar contra a corrente. E muita coisa

⁴⁸ Bloch (1960:93-4).

⁴⁹ Pages (1983:349).

boa pode fazer uma pessoa inteligente, para o bem público, que se põe a vogar pelo sabor das águas. Mais do que vogando contra. Nenhuma prova poderias dar da tua inteligência do que essa resolução de entrar na política e assim vá recheando ela de valores (...). No dia em que te vir no Congresso deixarei de me referir a ele com os adjetivos de hoje e muita gente fará o mesmo. É de Viannas lá que o Brasil precisa.

O encantamento que unia esses dois intelectuais nos anos 1920 começou, porém, a sofrer abalos nos primeiros anos da década seguinte. A adesão de Vianna ao governo Vargas, com a ocupação do cargo de consultor jurídico do Ministério do Trabalho, levou Lobato a registrar os primeiros indícios de desencanto com suas novas atividades:

Teu cartão veio provar-me que, como homem que se mumifica dentro de um ministério do trabalho, tens forçosamente de ignorar o que o trabalho anda a operar ao redor de ti. Mundo da lua... (...) Vem passar dois dias cá. Precisas de sol — mas sol de campo, de montanha, de zona petrolífera e não desse infecto sol do rio,⁵⁰ para galegos. O ministério deve estar te embolorando. Vem desembolorar-te cá.

Mas, apesar do descontentamento de Monteiro Lobato com as atividades profissionais de Vianna, ele ainda confiava nas idéias do intelectual, tanto que em carta escrita em 1932, na qual conta que pretendia reeditar a *Revista do Brasil*, diz:

E, ressuscitando-a, quero que o primeiro número da nova fase traga algo de sensacional do nosso grande sociólogo. O homem que se fosse ouvido nesse momento de reconstrução daria os moldes exatos da forma de equilíbrio de que necessitamos. Lança tua idéia de como deve ser, para que não degenere em asneira sociológica, as novas bases constitucionais do país, neste artigo que te peço para a Revista. Ou o que quiseres.

Com o passar dos anos, no entanto, o tom da escrita vai se tornando mais grave e Lobato começa a carregar nas tintas da crítica. As atitudes tomadas pelos membros do governo Vargas ganham de Lobato uma apreciação cada vez mais desfavorável. Em carta datada de 24 de novembro de 1935, ele afirma:

Receio que a lei que vocês querem fazer venha atrapalhar ainda mais os movimentos da iniciativa particular. Temos leis demais. Cada lei é um cipó. Amarrado por elas, o Brasil é esse mendigo de cócoras num monte de ouro, como você sabe. (...) Se eu fosse ditador do Brasil entraria com este programa: revogar uma lei por dia. Se-

⁵⁰ Mantive a forma original usada por Monteiro Lobato, que grafou o nome da cidade — Rio de Janeiro — com letra minúscula.

riam 365 cipós suprimidos por ano. No fim de alguns anos, o gigante encipoadado estaria límpido como um yankee. (...) Leia o novo prefácio sobre o caso Alagoas.⁵¹ São seis páginas só. Pare numa livraria e leia. Aquilo é para preparar um movimento no Norte contra a lei de Minas, que é a maior imbecilidade que poderia sair da cabeça dos cipozantes. Que cavalos os nossos legisladores (...).

As críticas de Lobato à Lei de Minas e à política governamental relativa à siderurgia e ao petróleo não eram explicitadas apenas em cartas a Vianna. Lobato fazia palestras sobre o assunto, proferia conferências, dava entrevistas à imprensa, além de ter, em mais uma tentativa de mobilizar a opinião pública, prefaciado um livro sobre o tema e publicado um texto de sua autoria sobre a exploração do petróleo.⁵²

O julgamento desfavorável do governo de Vargas tornou-se cada vez mais comum nos textos, palestras e cartas de Lobato. Essa situação agravou-se ainda mais quando a nova conjuntura política do Estado Novo censurou a imprensa, impedindo que as críticas se tornassem públicas. Lobato decidiu-se então por outra estratégia para manter sua campanha pelo petróleo: enviar cartas a pessoas importantes do governo expondo suas opiniões e necessidades. Em carta ao general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, em 1940, ele demonstra claramente essa estratégia: “*sou obrigado a continuar na campanha não mais pelo livro ou pelos jornais, porque já não temos a palavra livre, e sim por meio de cartas aos homens do poder*”.⁵³

Entre os “homens do poder” do Estado Novo estava o seu “velho camarada” Oliveira Vianna. Embora as críticas ao governo fossem mais frequentes, Lobato mantinha com Vianna um discurso afetivo que, em nome da velha amizade epistolar que os unia, lhe permitiu escrever, em fins de 1938, para pedir um favor àquele que ele considerava parceiro no compromisso pelo desenvolvimento do país:

⁵¹ Lobato refere-se à exploração de petróleo no estado de Alagoas realizada pela companhia Petróleo Nacional. Essa empresa — juntamente com as paulistas Petrolífera e Cruzeiro do Sul e a Petróleo do Brasil, de propriedade de Lobato — atuava perfurando poços em busca de petróleo no Brasil.

⁵² O primeiro desses livros foi lançado em junho de 1935 pela Companhia Editora Nacional. Chamava-se *A luta pelo petróleo*. Era uma obra de Essad Bey, traduzida por Charlie W. Frankie, antigo colaborador de Lobato em levantamentos geofísicos e prospecções. Lobato assinava um longo prefácio, no qual denunciava a falta de eficiência do Serviço Geológico, órgão estatal responsável pelas pesquisas no setor no Brasil. O segundo livro, escrito pelo próprio Lobato e intitulado *O escândalo do petróleo*, chegou às livrarias em agosto de 1936. Nele, Lobato relata a situação do poço de Alagoas, afirma que a descoberta de petróleo nessa região do país contrariava os interesses da Standard Oil e relata as estratégias utilizadas por companhias estrangeiras — aliadas ao governo federal — para impedir a exploração autônoma de petróleo por companhias nacionais. Ver Azevedo, Camargos e Saccheta (1998:282).

⁵³ Apud Azevedo, Camargos e Saccheta (1998:294).

Meu caro Vianna: o que preciso de você é que me ajude numa pretensão nossa [da União Jornalística Brasileira sob a direção de Monteiro Lobato], e me diga que obstáculos há. Se os houver. A União Jornalística Brasileira requereu a organização de uma feira permanente de amostras em São Paulo. Requereu ao ministro. Há uma comissão para isso. Como os caminhos da Burocracia Nova são mais insondáveis que os antigos da Divina Providência, muitas vezes as coisas encaham e a gente não sabe por que. Ora o que te peço é ver se a nossa pretensão vai encahar — e ajude, com bons conselhos, a desencalhá-la (...) Do teu realmente (fisicamente) velho camarada.

Monteiro Lobato.

Vianna apressou-se a responder a carta de Lobato e também a tentar atender a sua solicitação. Mas sua disposição e rapidez não significaram uma aproximação maior com Lobato. Alguns dias depois, Oliveira Vianna recebeu de Lobato uma carta na qual ele reclamava da solução dada ao seu pedido e reafirmava com maior intensidade as críticas ao Estado Novo:

Vianna amigo,

Só hoje, 29, recebi a tua de 20. O correio do Estado Novo descobriu meios de dilatar para 9 dias o trajeto de uma carta daí para aqui. Se no zodíaco tivesse o signo do Kagado, não seria outro o escolhido para o nascimento do Estado Novo. Quando te falei nos mistérios insondáveis da burocracia esotérica não calculei que estava próxima a vinda de mais uma documentação dos cujos. O despacho que S. Excia. deu, como vejo de tua carta, foi deferido em termo [destaque dele]. Se isso não é esoterismo integral, não sei o que seja. Em termos! [destaque dele] Fiquei na mesma. Que termos? Se é a parte de lá que fala em termos e sabe de termos, por que não os declara logo? Voltaire mandava que antes de qualquer debate se definisse os termos. A burocracia esotérica que nos felicita não segue o precioso conselho de Voltaire. Não define os termos... E ficamos todos na mesma, de boca aberta, a perguntar-nos uns aos outros: que termos, mulher?

Quem sabe você que é um insider pode esclarecer-nos nesse ponto, ou informando-me de tais termos ou indicando-me o caminho de descobrir o pensamento secreto que anima os esotéricos quando dizem: em termos.

Os caminhos dos dois “camaradas” distanciavam-se cada vez mais. A trama de afetos urdida ao longo de anos através do intercâmbio epistolar rompia-se à medida que ambos investiam em projetos pessoais divergentes. A rebeldia de Lobato fazia com que denunciasse, de forma cada vez mais veemente, o que ele considerava ser uma manobra dos homens do Estado contra as companhias nacionais de petróleo. Enquanto isso, Vianna, cujo nome cada vez mais era associado ao autoritarismo do Estado Novo, saía

do Ministério do Trabalho para ocupar a posição de ministro do Tribunal de Contas da União.

O tempo passou e suas vidas caminharam em sentidos diferentes. A última carta de Lobato a Vianna parece registrar, de certa forma, a incompatibilidade de uma amizade cuja temporalidade insistia em não mais reconciliar-se:

Há tempos te incomodei com o negócio de uma exposição industrial que havíamos requerido — e a autorização ministerial foi concedida sem demora. Mas aconteceu o que não esperávamos: não houve meio de encontrar em São Paulo um espaço bastante amplo onde localizar a exposição. E tivemos de pedir a dilatação do prazo, nada de espaço... (...) Mas agora, inopinadamente, apareceu o espaço (...) Mas o segundo prazo está no fim.

O prazo do pedido de Lobato chegava ao fim ao mesmo tempo que essa amizade epistolar. Nenhuma carta mais seria escrita por Lobato? Como saber? Os arquivos privados pessoais guardam aspectos que insistem em se fazer misteriosos às questões dos pesquisadores. O que se sabe é que esta foi a última carta guardada. Escrita em 4 de agosto de 1939, ela antecedeu o episódio da prisão de Monteiro Lobato sob a ditadura do Estado Novo, ocorrida em janeiro de 1941. Talvez, justamente por isso, apesar do crescente desencanto de Lobato com as atividades (e, quem sabe, atitudes...) de seu amigo, essa carta ainda tenha registrado uma despedida carinhosa:

Adeus, meu caro e disponha sempre do amigo certo

Monteiro Lobato.

Concluindo...

A correspondência de Lobato a Vianna permite que se apreciem alguns aspectos pouco conhecidos desse intelectual que soube, como poucos, criar e divulgar uma auto-representação através da escrita epistolar. Grande parte da memória elaborada sobre Monteiro Lobato foi construída sobre as centenas de cartas que esse grande missivista escreveu ao longo da vida. A enorme coleção de cartas escritas por ele a Godofredo Rangel durante 40 anos de amizade, e mais tarde publicadas no livro *A barca de Gleyre*, as cartas enviadas a Anísio Teixeira, também já publicadas, bem como aquelas editadas pela Brasileira em dois volumes intitulados *Cartas escolhidas*⁵⁴ elaboraram um auto-retrato de Lobato que pode ser complementado com a leitura de novas cartas, como as apresentadas neste texto.

⁵⁴ Os livros referidos são: Lobato (1950), Lobato (1959b); e Vianna e Fraiz (1986).

A exploração e análise de um novo conjunto de cartas escritas por Lobato ampliam a visão que se tem dele e permitem demonstrar como a escrita epistolar de um intelectual pode contribuir para a compreensão de aspectos até então ignorados de sua trajetória, possibilitando a elaboração de novas interpretações de sua obra.

Mas como afirma Jacques Julliard “*as idéias não passeiam nuas pela rua*”,⁵⁵ conhecer os espaços de circulação das idéias — entre eles, o intercâmbio epistolar — é uma via importante para se passar de uma história dos intelectuais centrada em indivíduos isolados a uma história da intelectualidade, destacando, através das redes e práticas de sociabilidade intelectual, as opiniões e categorias compartilhadas por outros indivíduos, e conhecendo, através da escrita de um intelectual, aspectos da trajetória de outros.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Carmem Lucia de; CAMARGOS, Marcia; SACCHETA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: Senac-SP, 1998.

BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire, ou métier d'historien*. Paris: Armand Colin, 1960.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

———. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

———. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-189.

CASTILLO GOMEZ, Antonio. Entre publique et privé. Stratégies de l'écrit dans l'Espagne du siècle d'Or. *Annales; Histoire, Sciences Sociales*, n. 4-5, juil./oct. 2001.

CAVALHEIRO, Edgar. *Monteiro Lobato; vida e obra*. São Paulo: Nacional, 1956. 2t.

CHARTIER, Roger. Intelectuel. In: BURGUIÈRE, André. *Dictionnaire des sciences historiques*. Paris: PUF, 1986.

———. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1992.

———. L'homme de lettres. In: VOVELLE, Michel. *L'homme des lumières*. Paris: Seuil, 1996.

———. *Au bord de la falaise*. Paris: Albin Michel, 1999.

DAUPHIN, Cécile. Pour une histoire de la correspondance familiale. *Romantisme*. Paris, n. 90, 1995.

⁵⁵ Julliard (1984:855).

———; LEBRUN-PEZERAT, Pierrette; POUBLAN, Danièle. Une correspondance familiale au XIXe siècle. In: BOSSIS, Mireille (Dir.). *La lettre à la croisée de l'individuel et du social*. Paris: Kimé, 1994.

DIAZ, Brigitte. *L'épistolaire ou la pensée nomade*. Paris: PUF, 2002.

EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FARGE, Arlete. *Le goût de l'archive*. Paris: Seuil, 1989.

GOMES, Angela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: ——— (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

JOUHAUD, Christian. Histoire et histoire littéraire: naissance de l'écrivain. *Annales ESC*, n. 4, p. 849-66, juil./août 1988.

JULLIARD, Jacques. Le fascisme en France. *Annales; Economies, Sociétés, Civilisation*, n. 39, juil./août 1984.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato, intelectual, empresário, editor*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

LINS, Vera. *Ribeiro Couto, uma questão de olhar*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, 1950. 2v.

———. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Brasiliense, 1959a.

———. *Cartas escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1959b. 2v.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

MINDLIN, José. Apresentação. In: AZEVEDO, Carmem Lucia de; CAMARGOS, Márcia; SACCHETA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: Senac-SP, 1998.

MORAES, Pedro Bodé de. *Fidalgos do café e livros do Brasil: Monteiro Lobato e a criação das editoras nacionais*. 1995. Dissertação (Mestrado) — PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

———. O Jeca e a cozinheira: raça e racismo em Monteiro Lobato. *Revista de Sociologia e Política*, n. 8, p. 99-112, 1997.

PAGES, Alain. La communication circulaire. In: BONNAT, Jean-Louis; BOSSIS, Mireille. *Les correspondances: problématique et économie d'un genre littéraire*. Nantes: Université de Nantes, nov. 1983.

PETRUCCI, Armando. *Scrivere e no; politiche della scrittura e analfabetismo nel mondo d'oggi*. Roma: Riuniti, 1987.

POMIAN, K. Les archives: du trésor de Chartres au Caran. In: NORA, Pierre (Dir.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1992.

SCHWARCZ, Lilian. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIERRA BLAS, Verónica. Escribir y servir: las cartas de una criada durante el franquismo. *Signo; Revista de Historia de la Cultura Escrita*, Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, n. 10, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

TREBITSCH, Michel. Avant-propos: la chapelle, le clan et le microcosme. *Les Cahiers de l'IHTP*, n. 20, p. 11-21, mars 1992a.

———. Correspondances d'intellectuels: le cas des lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947). *Les Cahiers de l'IHTP*, n. 20, p. 70-84, mars 1992b.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A "cidade-voyeur": o Rio de Janeiro visto pelos paulistas... *Revista Rio de Janeiro*. Niterói, v. 1, n. 4, set./dez. 1986.

———. Cafés, revistas e salões: microcosmo intelectual e sociabilidade. In: VELLOSO, M. P. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

VIANNA, Aurélio; FRAIZ, Priscila (Orgs.). *Conversa entre amigos: correspondência escolhida entre Monteiro Lobato e Anísio Teixeira*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: FGV/Cpdoc, 1986.

CAPÍTULO 6

Monteiro Lobato: estratégias de poder e auto-representação n' *A barca de Gleyre*

TANIA REGINA DE LUCA*

Tomar Monteiro Lobato como objeto de estudo constitui tarefa arriscada e desafiadora para o historiador. As dificuldades começam logo que se tenta caracterizá-lo, pois ele resiste a enquadramentos e a adjetivações generalizantes. Há o Lobato contista, festejado pela crítica e pelo público do seu tempo, criador do Jeca Tatu, alçado a símbolo, ainda que incômodo, da nacionalidade; há o Lobato escritor infantil pioneiro, que povoou a infância de várias gerações com as aventuras do Sítio do Picapau Amarelo; há o Lobato jornalista; o tradutor voraz; o crítico de arte; o caricaturista, ilustrador, pintor e fotógrafo, ocupações relegadas para as horas vagas; o industrial do ramo gráfico; o editor pioneiro dos anos 1920, cujo nome também esteve associado, no Brasil, à Companhia Editora Nacional e à Brasiliense e, na Argentina, à Editora Acteon, e que quase concretizou o sonho de fundar a Tupy Company, quando ocupou entre 1927 e 1930 o cargo de adido comercial nos Estados Unidos.

Para além das atividades mais diretamente ligadas à condição de homem de letras, Lobato envolveu-se em múltiplos projetos: foi promotor público em Areias; recebeu, da Câmara Municipal de Taubaté, concessão para construir ferrovia até Tremembé; planejou uma fábrica de doces em vidro e geléias inglesas; tornou-se fazendeiro nas terras do Buquira; fundou escola em Taubaté; com o poeta e amigo Ricardo Gonçalves idealizou a construção da rua Aérea, projeto que previa a substituição do viaduto do Chá por

* Professora da Universidade Estadual de São Paulo, Assis, e doutora em história social pela Universidade de São Paulo (USP).

outro habitável, com casa dos dois lados; foi proprietário, em Nova York, do Brazilian Garden Coffee House, o primeiro do que imaginava ser uma grande cadeia de restaurantes; tornou-se investidor entusiasta da bolsa de valores, estando entre aqueles que viram seu capital evaporar com a quebra de 1929; associou-se, em 1937, a Menotti del Picchia na União Jornalística Brasileira, agência de propaganda e intercâmbio cultural.

Sua atuação, porém, não se restringiu ao âmbito dos negócios privados. De volta ao Brasil em 1931, fundou o Sindicato Nacional da Indústria e Comércio, que previa a instalação no país do sistema Smith de produção de ferro e companhias destinadas a explorar o petróleo brasileiro. Ao longo da vida, participou ativamente de muitas campanhas: defendeu a eleição de Rui Barbosa contra Hermes da Fonseca, o voto secreto, o saneamento dos sertões, a indústria do livro, a necessidade de dotar o país de ferro e de petróleo. A admiração por Henry Ford, marcante nos anos 1920 e 30, foi substituída, na década seguinte, pelo culto às idéias de outro americano, o economista Henry George. Em várias oportunidades manifestou simpatia pela Rússia e chegou a se aproximar do PCB, ainda que declinasse dos convites para filiar-se e integrar o rol de candidatos do partido às eleições de 1945.

Com seu estilo direto, irreverente e muitas vezes sarcástico, não admira que tivesse sustentado, dentro e fora do campo cultural, acirradas polêmicas, que lhe valeram inclusive três meses de prisão durante o Estado Novo, quando boa parte dos homens de letras que o qualificavam de passadista estava engajada no projeto cultural da ditadura Vargas. A fusão entre homem de ação e literato tornou-se a marca distintiva de Monteiro Lobato e tem sido ressaltada por aqueles que se dispuseram a analisar sua atuação e/ou produção. Como bom publicista, o próprio Lobato fornece nas suas cartas, entrevistas, prefácios, artigos e livros, sobretudo os de combate, como *Ferro* e *O escândalo do petróleo*, farto material a respeito das posições que assumiu e das lutas que travou. Aliás, uma observação mais atenta pode revelar o quanto existe de esforço dele próprio para difundir e cristalizar uma determinada auto-imagem, aspecto particularmente importante quando se considera que Lobato foi deslocado, ainda em vida, do centro para a borda do campo literário.

A trajetória do Monteiro Lobato escritor para adultos vai além do âmbito individual, uma vez que permite acompanhar as profundas transformações ocorridas, nas décadas de 1910 e 20, nos cânones dominantes. A idéia de que o fazendeiro se tornou escritor *malgré lui*, quando, indignado com a prática das queimadas, endereçou à seção “Queixas e reclamações” do jornal *O Estado de S. Paulo* violento protesto que acabou figurando no corpo principal do jornal com o título “Velha praga” e, para sua surpresa, obteve grande repercussão, incitando-o a reincidir, já foi questionada por seu principal biógrafo, Edgard Cavalheiro.¹

De fato, o envolvimento de Lobato com a literatura data dos tempos em que foi estudante na Faculdade do Largo de São Francisco e prosseguiu, posteriormente, com

¹ Cavalheiro (1956, v. 1, p. 152-3) questiona essa versão, que teria sido endossada pelo escritor.

colaborações em folhas interioranas, sempre sob pseudônimos. No final da primeira década do século XX, seu nome podia ser encontrado em periódicos importantes, como a *Tribuna*, de Santos, no qual estampou o conto “Bocartorta” e analisou o momento político, criticando Hermes da Fonseca; n’*O Estado*, matutino que, em 1909, publicava suas traduções do *Weekly Times* e acolheu dois artigos de sua autoria em 1913, ano em que também figurou com uma colaboração nas páginas do *Correio Paulistano*. Nas revistas *Fon-Fon* e *Vida Moderna*, comparecia, sob pseudônimo, com caricaturas e ilustrações. Alguns dos textos que mais tarde enfeixaria no livro de estréia haviam sido produzidos antes de desfrutar da notoriedade advinda com *Velha praga* e *Urupês*, o último publicado em dezembro de 1914. As idéias mestras desses dois trabalhos já estavam delineadas pelo menos desde 1912, o que pode ser atestado por sua correspondência. Como bem apon-tou Cavalheiro, longe de ser um “curioso reclamante”, Monteiro Lobato estava profundamente envolto em preocupações de cunho literário.

O criador do Jeca Tatu teve pronta acolhida no pequeno círculo intelectual paulistano. Dias após a publicação do primeiro artigo citado, recebia convite da Sociedade de Cultura Artística para proferir conferência.² A partir de 1915, estava entre os colaboradores remunerados d’*O Estado*, escrevia para *A Cigarra*, *O Pirralho*, *O Queixoso*, *O Parafuso*, figurava nas páginas do *Estadinho* e da *Revista do Brasil*. Tornou-se conviva de festas e almoços, como o de setembro de 1915 no bosque da Saúde, que homenageou Emílio de Menezes e contou com a presença de Júlio de Mesquita Filho, Oswald de Andrade, Amadeu Amaral, Plínio Barreto, entre outros.³ Continuava a residir na fazenda, mas as visitas à capital amiudavam-se, permitindo-lhe estreitar os laços com as rodas literárias.

A correspondência com Godofredo Rangel revela uma maneira bastante pragmática de contabilizar o sucesso. Já em fevereiro de 1915, ponderava:

² “Publiquei a semana passada um artigo no Estado, e com surpresa, recebi a propósito cinco cartas e um convite da Sociedade de Cultura Artística de S. Paulo para fazer uma conferência lá.” Carta de 22-11-1914. Pouco depois, em 6-2-1915, exultava: “Recebi hoje uma carta de J. Carlos a propósito do meu artigo sobre a caricatura. Carta cheia de adjetivos. Decididamente estou a caminho da glória nacional, coisa que a gente sabe pelo número de adjetivos que chovem sobre nossa cabeça. Uma revista feminina de S. Paulo (até elas Rangel!) transcreve-me qualquer coisa e em linda nota chamariz me trata de ‘flamante colorista’ (...) É a glória que começa, Rangel (...) Também a Cigarra, à qual mandei uma história das minhas crianças, me chia ao ouvido coisas deliciosas...” Lobato (1964, v. 1, p. 365; v. 2, p. 18, respectivamente).

³ “A minha estada aqui [SP], graças à popularidade que o Estado deu ao meu nome, foi fértil em conhecimentos novos, entre os quais o Emílio de Menezes, o Viperino. Estive numa comilança a céu aberto a ele oferecida pelos 30 de Gedeão das letras paulistas, lá no Bosque da Saúde...” Lobato (1964, v. 2, p. 48), carta de 21-9-1915. Foto do referido almoço, na qual Lobato aparece em primeiro plano sentado no joelho de Oswald de Andrade, foi reproduzida em Azevedo, Camargos e Saccheta (1998:95).

Escrevendo no Estado, consigo um corpo de 80 mil leitores, dada a circulação de 40 mil do jornal e atribuindo a média de dois leitores para cada exemplar. Ora, se me introduzir num jornal do Rio de tiragem equivalente, já consigo dobrar o meu eleitorado. Ser lido por 200 mil pessoas é ir gravando o nome — e isso ajuda... Para quem pretende vir com livro, a exposição periódica do nomezinho equivale aos bons anúncios das casas de comércio — e em vez de pagarmos aos jornais pela publicação dos nossos anúncios, eles nos pagam — ou prometem pagar. Quem mais anuncia, mais vende.⁴

Monteiro Lobato irrompeu no cenário da produção e da crítica literária como autor novo, dotado de estilo próprio, grande expressividade, que inovava no manejo do léxico e na elaboração das frases, credenciais que permitiam caracterizá-lo como renovador da língua literária e o distanciavam da grande maioria dos seus contemporâneos, apegados às fórmulas consagradas, à estrita observância da gramática e ao convencionalismo.⁵ Para além da forma, seus escritos distinguiam-se pelo caráter militante, pelo tom de denúncia e pela virulência da crítica. Nas suas concepções antropológicas, porém, é perceptível o eco de autores comprometidos com uma leitura evolucionista e determinista, como Le Bon e Taine.

O perfil ácido que traçou do caboclo destoava da visão idealizada construída pela tradição romântica, que não raro atribuía ao homem do campo dimensões épicas, tendo levantado imediata polémica. As reações ao Jeca Tatu, seu significado num contexto de exacerbado nacionalismo, suas implicações e dimensões políticas, assim como a análise dos recursos expressivos e de persuasão mobilizados por Lobato para compor seu personagem têm sido objeto de vários estudos. A comparação com outros autores que também se debruçaram sobre o universo caipira, como Valdomiro Silveira e Amadeu Amaral, indica quanto a perspectiva inicial de Lobato, que guardava semelhança com o olhar estrangeiro, desqualificava o trabalhador nacional.⁶

A crítica atual tende a esmaecer o impacto causado por Lobato nos meios cultos, sobretudo por levar em conta as experiências estéticas que se seguiram. Assim, não há como negar que o seu gosto foi moldado por concepções e autores do século XIX, especialmente Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Fialho de Almeida, Zola, Machado

⁴ Lobato (1964, v. 2, p. 20-1).

⁵ Em 12-2-1915 relatava a Rangel o que lhe contara o amigo Pinheiro Júnior, redator do *Estado*: “...na sala do Nestor, no Estado, houve séria discussão sobre aquele artigo Urupês, na qual poucos concordaram comigo totalmente, mas todos foram unânimes em que sou ‘novo de forma’ e uma ‘revelação’ (...) E disse mais o Pinheiro que cada um me atribuía uma filiação. Um provou que eu imitava o Eça. O Armando Prado, que eu imitava o Fialho. A maioria, porém, achou que eu me revelava pessoal e sem filiações aparentes”. Lobato (1964, v. 2, p. 19). Para avaliações contemporâneas, consultar Lucas (1989:59-83); e Pinto (1982).

⁶ Campos (1986); Lajolo (1983:101-5); Leite (1996); e Naxara (1998).

de Assis; enfim, escritores posteriores ao romantismo. No que respeita à atitude literária, Alfredo Bosi indicou que seus textos para adultos são perpassados pelo gosto da tipicidade, estão vazados num realismo estilístico que sai à cata da palavra mais justa, resvalando na caricatura e no ridículo, além de não conseguirem extrapolar o horizonte de percepção, restrito ao mundo rural paulista.⁷ Contudo, por mais acertadas que sejam essas análises, elas não devem impedir que se avalie o lugar decisivo ocupado por Lobato até meados da década de 1920, e que não derivou apenas das qualidades estéticas que os coevos, com ou sem razão, lhe creditavam.

Em agosto de 1917, ele vendeu a fazenda e, alguns meses depois, instalou-se com a família em São Paulo. Além de intensificar sua colaboração em periódicos, decidiu atuar na área editorial, sonho de há muito acalentado.⁸ Imprimiu por conta própria o inquérito sobre *O saci-pererê* que organizara para o *Estadinho*.⁹ Lançada no início de 1918, a obra alcançou grande sucesso de público, tendo esgotado em dois meses. O passo decisivo seria dado pouco depois, em maio, quando adquiriu a *Revista do Brasil*.

A publicação, idealizada e até então gerida pelo grupo d'*O Estado*, desfrutava de grande prestígio, apesar de economicamente deficitária. Lobato dinamizou o periódico, aumentou o espaço dedicado à literatura, ampliou o rol de colaboradores, convidou o público leitor a participar, revolucionou o sistema de distribuição e aumentou o número de assinantes, que chegou a 3 mil. Tirou do papel a projetada seção de edição da revista, inaugurada com *Urupês*, livro de contos que obteve popularidade inusitada, transformando seu autor numa figura de dimensões nacionais. Se em 1919, quando Rui Barbosa citou o Jeca Tatu no seu famoso discurso sobre a questão social, o livro já se encontrava na terceira edição, a menção feita pelo intelectual mais reverenciado do país não apenas colaborou para as subsequentes reimpressões como também para a consagração e o reconhecimento de seu autor.¹⁰

O sucesso junto ao grande público, fenômeno novo no cenário brasileiro, teve causas complexas que mereceriam análise mais acurada, mas pode ser considerado tribu-

⁷ Bosi (1982:19-34); e Bosi (1994:215-7).

⁸ Consultar Lobato (1964, v. 2, p. 7, 21-3, 68).

⁹ Bosi (1982:31) bem observou que Lobato, ao mesmo tempo em que imputava ao caboclo toda a responsabilidade pelas queimadas, taxando-o de inapto para o progresso e arredio à civilização, estava fascinado por suas fantasias e crenças, dedicando-se a recolher informações sobre o Saci. Já Chiarelli (1995:168-70 e 184-8) analisa o inquérito sobre *O saci-pererê*, evidenciando a proposta de regeneração do país formulada por Lobato.

¹⁰ “*O discurso do Rui foi um pé-de-vento que deu nos Urupês. Não ficou um para remédio, dos 7000! Estou apressando a quarta edição, que irá do oitavo ao décimo segundo milheiro. Tiro-as agora aos quatro mil. E isto antes de um ano, hein? O livro assanhou a taba — e agora, com o discurso do Cacique-Mór, vai subir que nem foguete*”, carta datada de 20-4-1919. Em dezembro, relatava: “*vendo-me como pinhão cozido ou pipoca em noite de ‘escavalinho’*. Por que gosta o público de mim dessa maneira? Acho intrigante. Tudo que imprimo vôa. A 5ª edição de *Urupês*, como se retardasse no prelo, foi vendida antes de sair”. Lobato (1964, v. 2, p. 194 e 207, respectivamente).

tário de aspectos tanto intrínsecos ao texto — linguagem, tom caricatural e irônico, tema e forma de abordagem —, que apontam para uma aguda sintonia do autor com os anseios por renovação, quanto externos — inovações na distribuição, na forma de comercialização e na divulgação, que se articulavam à própria maneira de Lobato encarar a relação entre o escritor e a obra literária. Estes últimos aspectos, aliás, acabaram por particularizar sua atuação no ramo editorial e a originalidade de sua abordagem não passou despercebida aos contemporâneos.¹¹

A *Revista do Brasil* ocupou posição estratégica na rede gerida por Lobato, funcionando como excelente vitrine para seus livros, idéias e campanhas. Os novos lançamentos da editora eram anunciados nas suas páginas iniciais, finais e na contracapa; no corpo da publicação as obras eram resenhadas e estampavam-se os comentários elogiosos emitidos a respeito dos escritores ligados à casa; a série “Galeria dos editados” trazia um retrato de página inteira, em papel *couché*, que podia ser destacado pelos leitores; além disso, o periódico também passou a conter seções específicas, que divulgavam a frenética ação de seu proprietário no campo editorial. Note-se que o mensário ainda cumpria a importante tarefa de familiarizar o público com poesias, artigos e ensaios de autores desconhecidos, cujos nomes posteriormente figurariam na lombada de livros. E Lobato estava atento ao surgimento de novos talentos, como atesta seu interesse por Gilberto Freyre, então estudante nos Estados Unidos, de quem passou a reproduzir as contribuições para o *Diário de Pernambuco*.

Somente no primeiro semestre de 1923, a empresa lançou 45 novos títulos, perfazendo 208 mil exemplares. O catálogo, bastante eclético, incluía nomes como Guilherme de Almeida, Oliveira Vianna, Ribeiro Couto, Paulo Setúbal, Hugo de Carvalho Ramos, Godofredo Rangel, Mário Sete, Valdomiro Silveira, Assis Cintra, visconde de Taunay, Viriato Corrêa, Menotti del Picchia, Oswald de Andrade, Graça Aranha, Lima Barreto, Leonel Vaz, Hilário Tácito, Raul de Pollilo, Lucilo Varejão, Martim Francisco, Amadeu Amaral, Cornélio Pires e Domingo Sarmiento. Entre os artistas plásticos que produziam capas para a editora estavam Anita Malfatti e Di Cavalcanti, de quem Lobato editou o álbum *Fantoches da meia-noite*. O crescimento do negócio levou-o a montar um dos parques gráficos mais bem equipados do país, uma vez que os jornais, onde normalmente eram impressos os livros, não estavam aparelhados para atender às demandas de Lobato na quantidade e na qualidade desejadas.

Nas páginas da *Revista do Brasil* havia um culto à figura do Lobato escritor, editor, industrial. O aparecimento de mais uma edição ou de uma nova obra; o sucesso da versão escolar de seus contos; as traduções e publicações na Argentina, Espanha, França, Estados Unidos; o início da carreira como escritor infantil em 1921; a compra, pelo governo paulista, de 50 mil exemplares de *A menina do narizinho arrebitado* para distribuição nas escolas públicas; as referências favoráveis que lhe eram feitas; as entrevistas que

¹¹ Travassos (1974); e Koshiyama (1985).

concedia; as opiniões que defendia; as atividades da editora, tudo era cuidadosamente divulgado na sua revista.¹²

A crítica da época, além de saudá-lo como o homem de letras mais representativo do período e um dos poucos que logravam reconhecimento além-fronteiras locais, aplaudia seu compromisso com a realidade brasileira, a capacidade de, sem afrontar abertamente a gramática, forjar uma língua nacional, aspiração de grande parte da intelectualidade, então preocupada em afirmar a existência de um sentir próprio, autóctone, que fosse expressão de brasilidade. Lobato estava na linha de frente dos que defendiam o distanciamento em relação ao padrão lusitano, negando-se a considerar as transformações lingüísticas aqui produzidas como corrupção ou transgressão da norma culta.

Em torno da revista, da editora e de seu proprietário congregou-se um grupo de escritores, genericamente denominados regionalistas, que compartilhavam o desejo de retratar com verossimilhança as regiões interioranas do país, seus costumes, hábitos, cenas, folclore e linguagem, o que os levou a incorporar o léxico e as construções peculiares ao falar caboclo, rompendo com o preciosismo verbal então imperante no texto literário e aproximando-os da oralidade. Essa produção, povoada de caboclos acorados junto ao fogo, fumando cigarros de palha e contando casos para empatar um tempo alongado que corria devagar, caiu no gosto do público e da parte da crítica preocupada com a nacionalização da literatura brasileira.

Nessa ampla perspectiva, é compreensível que Lobato e a *Revista do Brasil* se transformassem em assunto de interesse inclusive para outras publicações, como ocorreu em 1920, no primeiro número de *Papel e Tinta*, que incluiu uma saborosa conversa entre Oswald de Andrade, responsável pelo periódico juntamente com Menotti del Picchia, e Monteiro Lobato.¹³ Os grandes jornais passaram a disputar suas contribuições e Assis Chateaubriand ofereceu-lhe 50 mil-réis por artigo estampado n' *O Jornal*.¹⁴ Em 1919, os contos de Lobato estavam na mira de duas empresas cinematográficas rivais, indício significativo da modernidade que lhe era então atribuída. De fato, no ano seguinte, estreou a adaptação para as telas de *Os fareiros*, que contou com sua assessoria. As relações entre sua forma de escritura e o cinema têm sido destacadas recentemente, assim como seus experimentos com outras linguagens: fotografia, filme, desenho animado e quadrinhos.¹⁵

¹² A respeito, ver Luca (1998:267-75).

¹³ Sobre *Papel e Tinta* consultar Cruz (1997:189-90). O texto da entrevista foi reproduzido em Azevedo, Camargos e Saccheta (1998:126-9).

¹⁴ Em carta datada de 23-3-1920, afirmava: “*Ando a colaborar no Correio da Manhã e tive convite d'O Jornal. Cincoenta mil-réis o artigo. Vou custear com as unhas a Sucursal da Revista aberta no Rio, isto é, com artigos*”. Lobato (1964, v. 2, p. 215-6). A título de comparação, vale assinalar que em 1919 o salário mensal médio de um operário estava entre 80 e 120 mil-réis. Leuenroth e Negrão (s.d.).

¹⁵ A respeito do interesse por seus contos, ver carta de 5-11-1919 em Lobato (1964, v. 2, p. 206). Sobre os citados experimentos, consultar Xavier (1996:D10) e o artigo “Um filme desconhecido de Monteiro Lobato” (*Folha de S. Paulo*, 9 jan. 2000. Caderno Mais!, p. 14-6); além de Persichetti (1998:D-8).

Contudo, seu capital simbólico não provinha apenas do campo estritamente cultural. Logo após adquirir a *Revista do Brasil*, Lobato engajou-se apaixonadamente na campanha sanitária, ao lado de Belisário Pena, Artur Neiva, Afrânio Peixoto e outros médicos de renome, para os quais franqueou as páginas de seu periódico. Os artigos que ele próprio escreveu a respeito do assunto n' *O Estado* foram enfeixados no livro *Problema vital*. Sabe-se que não hesitou em pedir desculpas ao Jeca, que alçou de algos a vítima da incúria governamental. O *Jeca Tatuzinho*, lançado pela editora em 1924, narra as proezas do caboclo depois de curado, ao mesmo tempo em que ensina noções elementares de higiene. Adaptado para propalar as qualidades dos produtos do Laboratório Fontoura, especialmente o Biotônico, chegou — e ainda chega — aos mais distantes rincões do Brasil, distribuído aos milhares, por décadas a fio.¹⁶

As salinhas de sua revista tornaram-se um importante espaço de sociabilidade intelectual. Como lembra Leo Vaz, que trabalhou com Lobato na época:

Seu renome e prestígio [da Revista] eram grandes tanto em São Paulo como nos demais centros de atividade intelectual do país. E da cidade tudo quanto era escritor, artista, jornalista, poeta, pensador ou mero “sapo” em alguns desses setores, tinha ali, naquelas duas saletas, o seu habitual ponto de encontro. Com o que o expediente da Revista só vigorava mesmo, e produzia o que lhe era indispensável, no período da manhã (...). À tarde, a Revista virava clube ou tertúlia, onde compareciam, cavaqueavam, discutiam, ou tiravam uma furtiva soneca, os mais variados, heterogêneos e descontraídos espécimes de intelectuais, desde o importante Martim Francisco, sempre aparentando um ar de conspirador do Primeiro Império, até um maluco, egresso do Juqueri, colombiano e sem-teto, que Lobato certa noite deparara a vaguear pelo Anhangabaú. Entre esses extremos, eram obrigatórias ou esporádicas as presenças de Artur Neiva, Manequinho Lopes, Plínio Barreto, Felinto Lopes, Paulo Setúbal, Hilário Tácito, Raul de Freitas, Quinzinho Correia, Indalécio Aguiar, Armando Rodrigues, Júlio Cesar da Silva, Wash Rodrigues, Roberto Moreira, Ricardo Cipicchia, Voltolino, Cornélio Pires, Sílvio Floreal, Amadeu Amaral, Simões Pinto, Cândido Fontoura, Gelásio Pimenta, Oswald de Andrade, Jairo de Góis, Mário Pinto Serva, Moacir Piza, René Thiollier, Rebouças, Pinheiro Júnior, Assis Cintra, Antônio Figueiredo, Jacomino Define, Adalgiso Pereira, e ainda muitos outros, com cujos

¹⁶ Cândido Fontoura fixou residência na capital em 1915. Conheceu Lobato na redação d' *O Estado*, jornal que também contava com a colaboração do criador do Biotônico. O sucesso dos folhetos contando a história do Jeca Tatuzinho, distribuídos gratuitamente nas farmácias, levou o laboratório a lançar em 1920 o *Almanaque do Biotônico Fontoura*, cujo primeiro número foi elaborado e ilustrado por Lobato. Análise circunstanciada do almanaque encontra-se em Park (1999:104-28).

*nomes não consigo atinar nesse momento. Mas também do interior, do Rio, ou dos estados, não vinha por aquele tempo nenhum intelectual ou artista a S. Paulo que não buscasse a redação da Revista, como ponto de referência para se pôr em contato com os autóctones.*¹⁷

A redação do jornal *O Estado de S. Paulo* era outro importante espaço de convivência intelectual, no qual Lobato estava inserido desde 1915. Com uma das maiores tiragens do país, o matutino era uma empresa moderna, atualizada do ponto de vista tecnológico, com sucursais e correspondentes em várias cidades do exterior. Tido como independente, por não se apresentar como porta-voz oficial de nenhum partido, fazia frente ao situacionismo perrequista, atuando, de acordo com Miceli, como uma verdadeira facção partidária. Pertencer ao corpo de colaboradores assíduos ou de editores constituía-se numa excelente porta de entrada para a vida pública.¹⁸ É significativo que, em 1921, Lobato tenha sido o orador na festa que comemorou o início das atividades de Júlio de Mesquita Filho como redator-chefe do jornal, e que contou com a presença de Paulo Duarte, Leo Vaz, Plínio Barreto, Pinheiro Júnior, Elias Chaves Neto, entre outros.

Nos anos iniciais da década de 1920, os modernistas mantiveram contato significativo com Monteiro Lobato e alguns acabaram por engrossar o coro dos que o consagravam. Sérgio Milliet não só traduziu alguns de seus contos para o francês, como fez alusões elogiosas ao escritor em artigo publicado na *Revista do Brasil*.¹⁹ Com Oswald de Andrade, Lobato mantinha relações amistosas desde 1915.²⁰ Ele figurava, juntamente

¹⁷ Barros (1957:78-9). Vale assinalar o contraste com o depoimento de Mário de Andrade, relativo ao mesmo período: “*E eram aquelas fugas desabaladas dentro da noite, na cadillac verde de Oswaldo de Andrade, a meu ver a figura mais característica e dinâmica do movimento, para ir ler as nossas obras-primas em Santos, no Alto da Serra, nas Ilhas das Palmas (...) E os encontros à tardinha, em que ficávamos em exposição diante de algum raríssimo admirador, na redação de Papel e Tinta (...) E a falange engrossando com Sergio Milliet e Rubens Borba de Moraes, chegados sabidíssimos da Europa...*”. Andrade (1972:237).

¹⁸ Miceli (1979:2). Lobato (1964, v. 2, p. 78), por sua vez, afirmava em 15-4-1916: “*O Amadeu Amaral tem as chaves do Estado e recebe hosanas de toda parte*”.

¹⁹ Milliet (1924:358) faz elogios ao Lobato contista. Muitos anos depois, em 1946, Milliet era, ao lado de Luis Martins, o crítico de arte mais importante da imprensa paulista, solidamente instalado, desde 1938, no jornal *O Estado de S. Paulo*. Nessa época ele se engajou na luta pela criação de um museu de arte moderna em São Paulo, projeto defendido por outros modernistas e que não contou com o apoio do então prefeito, Abraão Ribeiro. Lobato, por sua vez, remeteu carta ao prefeito, logo divulgada pelos jornais, elogiando a decisão. O episódio reacendeu a polêmica em torno do gosto artístico do criador do Jeca Tatu. Em seu *Diário crítico* (1981, v. 3, p. 53-5), especialmente, Milliet emitiu ácidos juízos a respeito do criador do Jeca Tatu. Já a relação, nos anos 1920, entre os modernistas e Lobato foi objeto de análise em Azevedo, Camargos e Saccheta (1998:177).

²⁰ Ver nota 3.

com Menotti del Picchia, Leo Vaz, Guilherme de Almeida, Ignácio da Costa Ferreira, Vicente Rao e Edmundo Amaral, entre os que compareciam à *garçonnière* da rua Líbero Badaró, que Oswald mantinha para *miss* Ciclone, seu novo amor, e cujo diário dos frequentadores resultou na obra coletiva *O perfeito cozinheiro das almas deste mundo*. O autor de *Urupês*, cujas provas ele lá esqueceu, esteve entre os poucos amigos presentes ao casamento de Oswald com *miss* Ciclone, musa que a todos inspirava. Em 1923, ao realizar uma conferência na Sorbonne sobre a literatura brasileira, reproduzida na *Revista do Brasil*, Oswald reservou lugar dos mais destacados para o criador do Jeca Tatu.²¹

Com Mário de Andrade as relações eram mais tensas. Segundo Fernanda Góes, *Paulicéia desvairada* teria sido submetida ao editor Lobato, que considerou necessária a introdução de um prefácio explicativo. Apesar de o autor ter concordado, não sem relutância, em escrevê-lo, a obra acabou não sendo publicada. Posteriormente, Mário de Andrade assim se referiria ao “Prefácio interessantíssimo”: “*obrigado pela insistência de amigos e dum inimigo a escrever um prefácio para Paulicéia desvairada...*”²²

Até a falência de seus negócios editoriais, em 1925, era muito difícil desconsiderar a importância de Lobato. Aliás, muitos anos depois, ele demonstrou ter exata consciência disso ao afirmar para Edgard Cavalheiro, a quem confiara a guarda de seu arquivo:

*Parece incrível, mas a vida literária do Brasil, de 15 a 25, girou em redor de mim e da minha editora. Pelas cartas verás isso. Não havia quem não me procurasse, e eu ia lançando nomes e mais nomes novos, depois de haver aberto o país inteiro à entrada de livros. Aquela história de pular das trinta e tantas livrarias que tínhamos pelo país inteiro, únicos pontos onde se vendiam livros, para os mil duzentos e tantos consignatários de Monteiro Lobato & Cia., foi uma das etapas da emancipação cultural do Brasil.*²³

Pode-se precisar apenas a periodização: 1918, quando adquire a *Revista do Brasil*, lança *Urupês* e torna-se editor, em vez de 1915. Quanto ao ano de 1925, se é certo que ele marca a falência dos seus negócios editoriais, vale assinalar que, já em 1923, apesar de seu nome continuar figurando na direção, ele cedera o controle efetivo da *Revista do Brasil* a Paulo Prado, que se tornara seu sócio no empreendimento gráfico, e voltara suas energias para a consolidação da indústria que acabara de montar. Tinha início seu deslocamento do centro para as bordas do campo intelectual.

Na revista, as mudanças não foram de caráter formal. De posse da publicação, o novo diretor começou a franqueá-la aos escritores modernistas, com os quais mantinha laços estreitos. Pela primeira vez, os proponentes da nova estética tinham entrada numa publicação do prestígio da revista, reconhecida por sua excelência, lida pela elite letrada e

²¹ Andrade (1992); e Andrade (1923:388-9).

²² Goes (1946).

²³ Lobato (1959, v. 2, p. 189).

distribuída pelos quatro cantos do país, graças ao eficiente esquema montado por Lobato. É digno de nota o fato de haver se estabelecido, a partir de então, uma verdadeira batalha a cada página do periódico: defensores do modernismo se digladiavam com aqueles que qualificavam de passadistas. Veja-se, a título de exemplo, o número 88, terceiro da gestão de Paulo Prado, publicado em abril de 1923. Defendendo os novos ideais encontramos o editorial de Prado, um artigo de Mário de Andrade, rebatendo objeções ao movimento estampadas em jornais paulistas, e texto de Renato de Almeida, saudando a liberdade de criação por meio da análise de *Paulicéia desvairada*. Já a produção literária do número compunha-se de dois contos, um de Monteiro Lobato e outro de Júlio César da Silva. Na seção “Bibliografia”, o articulista, que não assinou os textos, em mais de uma oportunidade refere-se de modo crítico às novas formas de expressão, enquanto artigos de Aristeo Seixas e Ângelo Guido atacam, de forma violenta e com adjetivos pouco elegantes, o “futurismo” e seus seguidores. Pode-se encarar como uma estratégia de luta o fato de o teórico por excelência do modernismo, Mário de Andrade, ter optado por utilizar as páginas da revista não para estampar sua produção literária — em apenas uma oportunidade ele publicou poesias —, mas como veículo para discutir propostas, tarefa que concretizou por meio de ensaios e do exercício da crítica.

A partir dessa perspectiva, a crítica de Lobato a Anita Malfatti, publicada em dezembro de 1917 e incluída em *Idéias de Jeca Tatu* em 1919, perde o caráter periodizador que lhe é normalmente atribuído. Aliás, a questão tem sido revisitada em seus múltiplos aspectos, merecendo especial destaque os trabalhos de Marta Rossetti Batista e Tadeu Chiarelli, que distinguiram com precisão o alvo da crítica de Lobato, que não se dirigia propriamente à artista, mas às correntes estéticas de vanguarda que sua produção expressava, assim como libertaram-no da responsabilidade dos caminhos posteriormente trilhados pela pintora.²⁴

O estudo de Chiarelli é particularmente importante por debruçar-se sobre os escritos do Lobato crítico militante de arte, evidenciar sua originalidade e competência no cenário paulistano do início do século XX e precisar a natureza da proposta estética que defendia, ancorada no naturalismo e num nacionalismo extremado, que prescrevia a busca do verdadeiro Brasil no interior. Tal radicalismo, expresso nos comentários à exposição de Wash Rodrigues em 1916, ensejou questionamentos de Oswald de Andrade, pouco à vontade com o exclusivismo nacionalista postulado por Lobato.²⁵ Guiado por seu intento de regenerar e abrasileirar a produção artística, ele dirigia duras críticas ao pensionato custeado pelo governo paulista e ao modo de vida do mentor, Freitas Vale, tomado como símbolo de uma elite distanciada do país, que insistia em só olhar para Paris,²⁶ argumentos que também mobiliza para condenar as vanguardas artísticas da passagem do século XIX para o XX.

²⁴ Chiarelli (1995); e Batista (1985).

²⁵ Chiarelli (1995:132-41) analisa o episódio.

²⁶ Camargos (2001) explicita as críticas de Lobato à elite paulistana.

O impacto que a visita à exposição de 1917 causou em Lobato não foi pequeno. Mais uma vez Chiarelli é preciso ao mostrar como a descoberta de outra frente de oposição ao seu ideário estético — que tinha como horizonte não o academicismo, mas as novas experiências européias — abalou significativamente suas certezas. Nos anos imediatamente posteriores, ele ainda continuou a escrever sobre arte, porém abandonou o “empenho militante” que caracterizara sua crítica até então.²⁷ Chega-se, portanto, a uma compreensão quase oposta das conseqüências do episódio.

O campo de ação de Lobato estreitou-se efetivamente a partir de 1925, com o fechamento da revista, a falência da editora e sua mudança para o Rio de Janeiro. Ele continuou a atuar no ramo editorial, fundando a Companhia Editora Nacional, porém a direção efetiva dos negócios caberia ao seu sócio, Octalles Marcondes Ferreira. Em 1927, mudou-se para os Estados Unidos, levando na bagagem o *Presidente negro*, texto de ficção “meio a Wells”, originariamente publicado no jornal *A Manhã*.²⁸ Ele acreditava que seu romance encontraria pronta acolhida junto ao público norte-americano, transformando-se num *best-seller* que, a exemplo do que ocorrera com *Urupês*, se tornaria a ponta-de-lança da planejada Tupy Publishing Co. Lobato chegou mesmo a estabelecer contatos com vários intelectuais, inclusive Mário de Andrade, tendo em vista assegurar colaborações para a planejada empresa. Contudo, em função da temática abordada e da solução arquitetada pelo autor, ninguém se dispôs a editar a obra.²⁹

Em 1929, Monteiro Lobato foi obrigado a vender sua parte na Companhia Editora Nacional a fim de fazer frente à bancarrota financeira. Continuaria ligado à casa, mas na condição de autor e tradutor. Logo após a deposição de Washington Luís, foi demitido do cargo de adido comercial. De volta ao Brasil, estava decidido a dotar o país de ferro e, pouco depois, de petróleo, campanhas nas quais empregou parte considerável de suas energias e inteligência. Não cabe revisitar os argumentos que apresentou, as centenas de cartas e artigos que escreveu, as peripécias que enfrentou na luta para solucionar aqueles que julgava serem os verdadeiros problemas nacionais, responsáveis pelo fato de

²⁷ Chiarelli (1995:204-6).

²⁸ A respeito do significado do romance no conjunto da obra de Monteiro Lobato, consultar Meihy (1994:39-55), que também discute a atribuição do rótulo de “pré-moderno” ao escritor.

²⁹ Em 8-7-1926, em carta ao amigo Rangel, explicitava o mote de seu romance: “*O clou será o choque da raça negra com a branca, quando a primeira, cujo índice de proliferação é maior, alcançar a branca e batê-la nas urnas, elegendo um presidente preto! Aconteceu coisas tremendas (sic), mas vence por fim a inteligência do branco (...). Já tenho um bom tradutor, o Stuart, e em New York um agente que se entusiasmou com o plano (...). Imagine se me sai um best-seller! Um milhão de exemplares*”. No ano seguinte, o plano foi abandonado: “*Meu romance não encontra editor. Falhou a Tupy Company. Acham-no ofensivo à dignidade americana, visto admitir que depois de tantos séculos de progresso moral possa este povo, coletivamente, combater a sangue frio o belo crime que sugeri (...). Adeus, Tupy Company*”. Lobato (1964, v. 2, p. 293-4 e 304, respectivamente). No que respeita à correspondência com Mário de Andrade, ver Azevedo, Camargos e Saccheta (1998:181).

o Brasil se distanciar de forma tão profunda dos Estados Unidos. Sua admiração pelo progresso norte-americano fica patente em *América*, obra na qual o protagonista, mr. Slang, que já havia percorrido sobre os problemas brasileiros em obra anterior de Lobato, perambula pelas principais cidades americanas.

É fundamental assinalar que seus empreendimentos na área da siderurgia e do petróleo foram sustentados, em grande parte, pelo capital proveniente do trabalho com a palavra: traduzia vorazmente, a ponto de alguns duvidarem, como informa Cavalheiro, de que ele fosse realmente o responsável pelas traduções, além de dedicar-se com afincamento crescente à produção para crianças, atividade então tida como secundária e que não lhe propiciava o capital simbólico necessário para colocá-lo na linha de frente do mundo literário, espaço no qual a correlação de forças sofrera alterações profundas desde 1925. De fato, as experimentações e inovações que introduziu nos textos infantis só posteriormente seriam reconhecidas, enquanto as adaptações e traduções que encetou ainda não foram alvo de análises mais acuradas, que permitam avaliar a natureza e o grau de sua intervenção.

Nas décadas de 1930 e 40, o modernismo já se firmara como estética literária dominante, enquanto a Universidade de São Paulo, fundada em 1934, formava as primeiras gerações de críticos especializados.³⁰ É nesse contexto que uma determinada leitura a respeito do que teria sido a história do modernismo foi sendo elaborada, em grande parte pelos próprios protagonistas do movimento, num trabalho de rememoração que desqualificava os antecessores. A versão assim composta acabou sendo endossada por parte significativa dos estudiosos do tema, que ajudaram a tecer o manto de consagração do movimento.

A conferência de Mário de Andrade datada de 1942 é um marco nesse processo, sendo digno de nota o fato de nela Lobato ser apresentado como um pintor que teria afirmado um “chorrilho de tolices” no artigo que publicou a respeito da exposição de Anita Malfatti, em 1917,³¹ data já então alçada a marco periodizador. Lentamente, o Lobato crítico de arte competente, o escritor inovador e o editor revolucionário vão sendo substituídos pela imagem de um indivíduo retrógrado, incapaz de compreender a arte moderna. Aliás, é sintomático que os ataques mais incisivos de Mário a Lobato tenham se iniciado em 1926, ano em que publicou o necrológico do criador do Jeca Tatu no jornal *A Manhã*.³²

Se, nas décadas de 1930 e 40, as instâncias de consagração eram outras, assim como outros eram os que as enfeixavam, deve-se notar que Lobato, mesmo deslocado do

³⁰ A respeito do impacto dos críticos formados pela Faculdade de Filosofia na cena cultural paulista, suas relações com a geração anterior, cujos expoentes eram Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Sérgio Milliet, Luis Martins e Álvaro Lins, e seu papel na sedimentação de uma dada leitura do modernismo, consultar Pontes (1998).

³¹ Chiarelli (1995:26-9).

³² Saccheta (2002) contextualiza a polêmica e reproduz o citado necrológico.

centro, conseguiu se impor como personalidade pública e uma das figuras mais destacadas do período. É certo que seu prestígio devia-se menos à literatura *stricto sensu* do que a sua atuação em outras searas. O corte profundo entre pré e pós-Semana de 22 estava estabelecido e o peso da exclusão já se fazia sentir sobre o autor de *Urupês*, agora incapaz de pontificar na crítica de arte e na produção literária. Vale destacar a ponderação de Casiano Nunes, que assinalou a enorme distância que então separava os criadores do Jeca Tatu e de Macunaíma. Em carta endereçada a Flávio de Campos, que se sentira ofendido com os comentários a respeito do seu romance *Planalto* (1939), Lobato afirma:

Tu és um mostro de orgulho, Flávio. Pois queres atacar ao Mário só porque ele exerceu o seu natural direito de crítica? Ele não te insultou, não te ofendeu. Como então revidar? Revidar ao quê? Se tiras ao crítico a liberdade de criticar, matas a crítica, Flávio. Faço votos para que a censura impeça a saída do teu artigo no "Casmurro". Fica feio para você danar com um cabra criticante só porque ele não gosta do teu livro da maneira pela qual querias que ele gostasse.

Mário é grande crítico. Mário é notabilíssimo. Mário, pelo seu talento sem par no analisismo criticista, tem direito a tudo, até de meter o pau em você e em mim. Eu tenho levado pancadinhas dele. Certa feita chegou a publicar o meu necrológio. Matou-me e enterrou-me. Em vez de revidar, conformei-me e sem mudar a minha opinião sobre ele. Inda esta semana cortei um pedaço de artigo dele sobre a nossa língua, ótimo. Mário é grande. Tem direito até de nos matar à moda dele.³³

Não há como negar, contudo, que ele seguia, ao lado de Mário e Oswald de Andrade, sendo reverenciado e constantemente procurado pelos jovens aspirantes à glória nas letras. No que respeita ao gosto médio do público leitor, por sua vez, o criador do Jeca Tatu seguia na dianteira.

O Monteiro Lobato homem de ação valia-se da verve do escritor para afrontar publicamente a política governamental em relação ao setor petrolífero, fustigar o Conselho Nacional de Petróleo, denunciar as manobras das companhias internacionais, as quais acusava de estarem pouco interessadas em que se encontrasse combustíveis fósseis no território brasileiro, além de mobilizar todo o seu prestígio junto ao grande público visando arregimentar capitais de pequenos investidores para suas empresas. Em 1934, chegou a ser cogitado para dirigir o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, antecessor do DIP, honra que declinou.

Lançou em 1936, com enorme sucesso de público, *O escândalo do petróleo*, obra na qual relata a cerrada oposição sofrida por suas empresas e que foi proibida de circular no ano seguinte. O tema da pregação de Lobato tornou-se ainda mais incômodo com o

³³ Apud Nunes (1982:82-3).

início da guerra na Europa, quando a alta do preço dos combustíveis conjugou-se à ameaça de racionamento, questões que preocupavam amplos e variados setores sociais.³⁴

Peter Pan, por ele traduzido e adaptado, assim como a *História do mundo para crianças* e outras obras infantis foram consideradas subversivas pelo Tribunal de Segurança Nacional, sob a alegação de que continham doutrinas perigosas e práticas deformadoras do caráter da juventude. Seus livros infantis foram retirados das bibliotecas escolares do Distrito Federal e queimados nas fornalhas da Caixa de Amortizações. Em 1941, cuidadosa diligência levada a cabo no estado de São Paulo resultou na apreensão de 142 exemplares das aventuras do menino que se recusava a crescer.³⁵

O cerco ao escritor aumentou em dezembro de 1940, quando, burlando o controle do DIP, concedeu entrevista à BBC, irradiada em vários idiomas, criticando a política governamental. Em janeiro do ano seguinte foi detido por quatro dias. Dois meses depois, voltaria à prisão, onde permaneceria até o julgamento, realizado em 8 de abril. Considerado inocente, foi posto em liberdade, mas o processo seguiu para instância superior. A maneira encontrada por Lobato para capitalizar a experiência mereceria um estudo mais detalhado. As muitas missivas que enviou a amigos e colaboradores próximos, que muito provavelmente eram lidas pelas autoridades, particularizam-se pela irreverência e senso de humor, demonstrando que ele soube reverter a situação em benefício de sua campanha do petróleo, da qual se apresentou como mártir.

Não satisfeito, imediatamente após a absolvição, escreveu duas cartas que se tornaram antológicas: uma endereçada ao general Horta Barbosa, agradecendo-lhe a reclusão, que lhe proporcionara meditar sobre a obra de Walter Pitkin, *A short introduction to the history of human stupidity*, e outra para Getúlio Vargas, na qual sugeria a criação de uma Companhia Nacional de Petróleos e a utilização dos membros do CNP como combustível nas fornalhas das sondas.³⁶ Não admira que o impertinente escritor fosse condenado pelo Tribunal Pleno a seis meses de prisão, dos quais cumpriu três. Em junho de 1941, pouco antes de ser indultado, graças à ação dos amigos, ainda escreveu ao novo interventor paulista, Fernando Costa, denunciando a prática da tortura.

Porém, o Monteiro Lobato que cruzou os portais do presídio era um homem alquebrado. Acumulara muitas perdas: a morte dos filhos, Guilherme (1938) e Edgard (1942); o suicídio do cunhado Heitor, seu grande amigo; o fracasso de suas empresas, que via definhando dia-a-dia; a prisão; a perseguição a sua obra; a pena silenciada pela ditadura. A Artur Neiva confessava em 1941:

Aquele sonho do petróleo que durou dez anos terminou no maior dos effondrements. Tudo desabou, todas as companhias foram caçadas e trucidadas e eu como o

³⁴ A respeito da escassez de combustíveis, consultar Cytrynowicz (2000:67-82).

³⁵ Consultar Carneiro (2002:151-8); e Camargos e Saccheta (2002:207-35).

³⁶ As cartas estão reproduzidas em Cavalheiro (1956:79, 81). Campos (1986:119) sugere que Monteiro Lobato “*poderia ter representado um símbolo da resistência liberal-democrática ao Estado Novo*”.

*chefe da quadrilha e o verdadeiro culpado de tudo, tomei com seis meses de cadeia. A minha sensação, hoje, dr. Neiva, é curiosa: de soterrado por uma montanha de desapontamentos. O meu único consolo está em que os meus amigos sabem da história e compreendem tudo — e estão comigo.*³⁷

Era natural que Lobato fosse identificado com as correntes de oposição a Vargas, que se tornariam cada vez mais caudalosas a partir de 1943. Como mostra Lúcia Helena Gama (1998), havia no seio da jovem intelectualidade paulista de então um esquerdismo latente, uma simpatia por tudo que levasse o adjetivo social, lembrasse socialismo e/ou proletariado. Foi nesse contexto que ocorreu a comemoração dos 25 anos de lançamento de *Urupês*. A ocasião foi assinalada com uma edição-ônibus da Companhia Editora Nacional contendo matéria de *Urupês*, *Cidades mortas*, *O macaco que se fez homem*, além de excertos de outros livros e avulsos. Lobato era festejado por suas realizações pretéritas, entre as quais se inclui a famosa carta, publicada em jornal paulistano, em que o amigo Oswald de Andrade o qualifica de Gandhi do modernismo. Se a motivação original das celebrações estava no passado, não se pode subestimar o sentido político de que se revestiam as homenagens que lhe eram prestadas.

A aproximação entre Monteiro Lobato e o círculo de intelectuais de esquerda aglutinados em torno de Caio Prado Júnior ainda está por ser investigada. Em novembro de 1943, Arthur Neves deixou a Nacional para fundar, juntamente com Caio da Silva Prado, Caio Prado Júnior, Hermes Lima e Leonardo Dupré, a Editora Brasiliense. A proposta da nova casa, ancorada na venda direta de coleções de livros a prestação, acabou por atrair Lobato, que, em 1945, assinou contrato para publicação de suas obras completas. No ano seguinte, ele se tornaria sócio da empresa. A Brasiliense, editora e livraria, localizava-se no chamado centro novo da cidade — primeiro na rua D. José de Barros, depois no prédio da rua Barão de Itapetininga, uma das mais glamourosas e elegantes da cidade — e constituía-se em importante espaço de reunião de intelectuais de esquerda, muitos dos quais ligados ao PCB.³⁸ As vinculações de Lobato com esse grupo foram cada vez mais intensas nos anos finais de sua vida. Em 1945, ele envolveu-se na campanha de Caio Prado Júnior à Constituinte, integrando a comissão em favor da candidatura e emprestando o prestígio da sua assinatura ao material de

³⁷ Apud Nunes (1984:140-1), carta datada de 1941. Em carta a Rangel, escrita logo após a morte do segundo filho, afirma: “*E assim vamos nós também morrendo. Morrendo nos filhos, pedaços de nós mesmos que seguem na frente. Morrendo nas tremendas desilusões em que desfecham nossos sonhos. E morrendo fisiologicamente no torpor das glândulas, no decair da vista, no desinteresse cada vez maior por coisas que na mocidade nos eram de tremenda importância*”. Carta de 20-2-1943 em Lobato (1964, v. 2, p. 346).

³⁸ A respeito do centro novo, bem como dos intelectuais reunidos em torno de Caio Prado Jr. e da Brasiliense, ver Iumatti (1999:145-72). Para a história da Brasiliense, consultar Hallewell (1985:289-94).

propaganda.³⁹ Nesse mesmo ano, esteve entre os fundadores do Instituto Cultural Brasil-Rússia, do qual também foi diretor e que tinha na secretária Jorge Amado e como bibliotecária Tarsila do Amaral. Doente, não pôde comparecer ao comício do Pacaembu, realizado em julho, mas gravou discurso no qual elogiava Luís Carlos Prestes e não poupava críticas à ordem social.

Dois anos depois, quando retornou da Argentina, passou a residir na própria Brasiense, no apartamento do último andar, cedido por Caio Prado. Em seu escritório recebia amigos, admiradores e jornalistas, participava ativamente das discussões que se travavam na editora. Menotti del Picchia assinalou que Lobato tornara-se “*uma espécie de monumento, o Ipiranga, a Catedral... Queriam ver Lobato como um complemento turístico, tal a glória estridente do seu nome e a difusão continental da sua obra. Uns para conhecê-lo, simplesmente. Outros à cata de autógrafos, entrevistas, mensagens, convites*”.⁴⁰ Em 1947, o escritor voltaria a receber a atenção das autoridades policiais, que apreenderam o folheto *Zé Brasil*, no qual ele atribuía a situação do caboclo à estrutura fundiária brasileira, tema dos mais candentes, insistentemente debatido pelos freqüentadores da Barão de Itapetininga e que estava no centro das preocupações de Caio Prado Júnior.

Por ocasião do jubileu de *Urupês*, Godofredo Rangel voltou a insistir na publicação das cartas que eles vinham trocando desde 1903, quando ainda freqüentavam a Faculdade de Direito. Não era a primeira vez que o amigo tocava no assunto. Em 1907, Rangel devolvera as missivas endereçadas por Lobato e em 1916 tornaria a enviá-las, dessa vez propondo que fossem publicadas. A idéia foi rechaçada por Lobato, que ponderou: “*são, afinal de contas, as nossas memórias íntimas — mas memórias só para nós. Nem nossos filhos entenderão o que fomos um para o outro*”.⁴¹ Em 1919, Rangel insistiria na idéia, obtendo outra negativa categórica do amigo:

*Que idéia sinistra a tua, de publicarmos as minhas cartas! Seria dum grotesco supremo, porque as cartas só interessam ao público quando são históricas ou quando oriundas de, ou relativas a, grandes personalidades. No nosso caso não há nada disso: não são históricas e nós não passamos de dois pulgões de roseira — eu, um pulgão publicado; você um pulgão inédito. O interesse que achas nas tais cartas é o interesse da coruja pelas peninhas dos seus filhotes. Formam um álbum de instantâneos da nossa vida... Todos iriam rir-se de nós... Varra com a idéia.*⁴²

³⁹ A efervescência que marcou o ano de 1945, as esperanças depositadas nas eleições, a campanha e as propostas de Caio Prado Jr. estão analisadas em Iumatti (1998).

⁴⁰ Apud Cavalheiro (1956:681).

⁴¹ Carta datada de 5-11-1916, em Lobato (1964, v. 2, p. 118). Pouco antes, em 29-10-1916, afirmou: “*Falas tanto nas minhas cartas que estou na suspeita de que se enchem de coisas boas pelo caminho, chegas a insistir na absurda idéia da publicação! Estou curioso de relê-las e verificar que enxertos são esses, tão do seu agrado*” (p. 114-5).

⁴² Carta de 26-5-1919, em Lobato (1964, v. 2, p. 198-9).

Pode-se supor que havia outras razões. Em várias oportunidades, Lobato esclareceu sua concepção acerca da epistolografia. Em 1904, ao ser repreendido por misturar os pronomes de tratamento, esclarece: “*Língua de cartas é língua em mangas de camisa e pé-no-chão — como a falada. E, portanto, continuarei a misturar o tu com você como sempre fiz*”.⁴³ Muitos anos depois, quando residia nos Estados Unidos, foi incisivo com a amiga da família, d. Iainha:

*A Senhora me escreve como se eu fosse o Diário Popular. Faz crônicas contra mim. Estiliza, bota pronomes certos, recolhe expressões, literaliza... Escrever para amigos é ir pensando com tinta à la diable, saia o que sair. Pronomes, estilo, gramática, e todas essas porcarias que a Academia com os seus Duques inventaram, são drogas boas para o Diário. Para amigo leal como eu, a Senhora não tem o direito de empregar essas drogas. Tem que escrever a mão, a lápis, não concluir períodos, letra ruim e com alguns fins de frase indecifráveis. Porque é que a Senhora, sendo tão espontânea quando fala se diariopopulariza quando pega a pena — ou melhor, da máquina para escrever-me?... Ora carta é intimidade. É regabofe de bebedeira — bebedeira de liberdade de sermos o que somos sem dar contas a espectadores... Carta é isso. Nem sequer assinada e por muito favor selada. Pipocas!*⁴⁴

A divulgação de trechos de sua correspondência o desagradava. Para a mesma d. Iainha confessava que a publicação da carta que endereçara a Frederico Vilar, adido naval brasileiro em Washington, muito o envergonhara por ser “*uma carta muito em fraldas de camisa, nunca supus que alguém algum dia cometesse a estupidez de dá-la em público*”.⁴⁵ Na mesma época, cobrava de Rangel: “*Até você a publicar trechos de cartas minhas! Não há nada que me desaponte tanto, porque sou um perante o Respeitável Público e outro na intimidade*”.⁴⁶

Contudo, em agosto de 1943, ano do jubileu de *Urupês*, Rangel voltou a tocar no assunto e Lobato comprometeu-se a procurar as cartas antigas, não sem antes avisar: “*acho que não conseguirei relê-las, e não acredito que as atures hoje. Mudamos muito, ambos*”.⁴⁷ Em outubro, sua opinião mudara radicalmente:

Já tenho todas as cartas passadas a máquina e estou a lê-las de cabo a rabo. Noto muita unidade. Verdadeiras memórias dum outro gênero — escritas a intervalos e sem nem por sombras a menor idéia de que um dia fossem publicadas... Um verdadeiro romance mental de duas formações literárias... Creio que não há em lite-

⁴³ Carta de 26-5-1919, em Lobato (1964, v. 1, p. 79).

⁴⁴ Apud Nunes (1983:11-3).

⁴⁵ Apud Nunes (1983:24-5).

⁴⁶ Lobato (1964, v. 2, p. 311).

⁴⁷ *Ibid.*, v. 2, p. 351.

*ratura uma série tão longa de cartas entre duas vocações, sempre sobre o mesmo assunto e no mesmo tom... Outra coisa está me parecendo: que na literatura fiquei o que sou por causa dessa correspondência. Se não dispusesse do teu concurso tão atuado, tão paciente e amigo, o provável é que a chamazinha se apagasse. Você me sustentou firme na brecha — e talvez eu te haja feito o mesmo. Fomos o porretinho um do outro, na longa travessia.*⁴⁸

Nessa carta Lobato ensaia a justificativa para a publicação do material que seria retomada na nota que precede o volume, publicado em 1944: a natureza privada e íntima da correspondência trocada por décadas a fio com o amigo, sem qualquer intenção de divulgação. Tais características atuavam como elementos legitimadores da sinceridade e da veracidade do que fora escrito, pois, diferentemente das memórias, nas quais, de acordo com Lobato, “o memorando pinta-se ali como quer ser visto pelos pósteros”,⁴⁹ seu diálogo com Rangel não resultou de um plano preestabelecido, tampouco narra eventos pretéritos, distorcidos ou modificados pela perspectiva do presente ou pelas falhas da memória, constituindo-se na mais sincera autobiografia que se poderia exigir, uma vez que apresenta um Lobato “em mangas de camisa”, leitura que foi plenamente incorporada por Edgar Cavalheiro.⁵⁰

Ainda que não se possa imputar intencionalidade às missivas, é inegável que Lobato selecionou, ordenou, cortou, colocou notas e depurou o material, sem que se possa estabelecer o quanto interferiu nos próprios originais. Ele mesmo esclareceu:

*Essas cartas tinham que vir a público um dia, e saíam cheias de coisas que lá no meu estado gasoso eu havia de arrenegar; achei, pois, que o melhor era infringir as regras e desse modo preparar para a paz a minha vida no além.*⁵¹

Desde sua publicação, os especialistas recorreram ao livro pelos motivos mais variados. Há os que destacam seu alto valor literário, outros consideram-no uma fonte privilegiada para compreender a trajetória intelectual de Lobato, sua teoria do estilo, opiniões e julgamentos a respeito de autores e obras, para informar-se a respeito do seu processo de criação, das concepções que abraçou sobre as artes plásticas ou, ainda, em relação à atividade editorial, as campanhas em que se engajou, os ideais e sonhos que aca-

⁴⁸ Lobato (1964, v. 2, p. 360).

⁴⁹ Ibid., v. 1, p. 17.

⁵⁰ Cavalheiro (1956:548-9).

⁵¹ Apud Cavalheiro (1956:547). Em 15-9-1943, quando ainda não se havia decidido pela publicação, afirmou: “Não posso formar opinião definitiva antes da datilografagem de tudo, da ponta das pontas e pés e da ‘limpeza’ — a raspagem da cana. Numa das tuas há uma pequenina confissão que se sair te deixa raso aí em Belo Horizonte. Aquela história do...”. Lobato (1964, v. 2, p. 354).

lentou. Mais do que um testemunho isolado, a obra pode informar a respeito da prática literária do período, como demonstrou Del Fiorentino (1982).

Entretanto, não se pode perder de vista o sentido estratégico do lançamento desse diário intelectual e pessoal em 1944. O escritor, que contava mais de 60 anos, não escondia a amargura diante das batalhas perdidas. Seu ideal de dotar o país de ferro e de provar a existência do petróleo fora atingido, mas não da forma que imaginara. Havia abandonado a crítica de arte, a literatura para adultos. Foi preso, conheceu a incomunicabilidade, viu sua obra ser caçada e seguiu silenciado pelo Estado Novo. Tudo o que amalhara com livros e traduções fora consumido na busca de seus ideais. Perdera os filhos ainda jovens e até mesmo o seu ateísmo militante acabou abalado. A produção para adultos, antes tão festejada, não mais entusiasmava os críticos, ainda que continuasse um sucesso de público, com milhares de exemplares vendidos, o que seria novamente confirmado quando do lançamento das obras completas.⁵² O alento vinha dos leitores infantis, que embarcavam nas aventuras do Pícapau Amarelo. Numa carta ao poeta Cesídio Ambroggi, escrita quando já residia na Brasiliense, declarou: “há três acusações tremendas contra mim: ateu ou irreligioso, comunista e passadista”.

Com a publicação da correspondência trocada com Rangel, enfeixada nos dois volumes d'*A barca de Gleyre*, Lobato respondia aos críticos com a exemplaridade da sua própria história, consubstanciada num testemunho involuntário e, segundo julgava, fidedigno. Muito mais do que curiosidade literária, a *Barca* constituía-se, de fato, num instrumento de combate — era a arma com se credenciava para a luta derradeira: a disputa pela representação de si. É certo que se trata de uma imagem dilacerada e não foi por acaso que Lobato escolheu o quadro de Gleyre, originariamente intitulado *Ilusões perdidas* para nomear sua autobiografia. Respondia, dessa forma, ao questionamento que fizera em 1904, ainda muito jovem:

*Em que estado voltaremos, Rangel, desta nossa aventura de arte pelos mares da vida em fora? Como o velho Gleyre? Cansados, rotos? As ilusões daquele homem eram as velas da barca — e não ficou nenhuma. Nossos dois barquinhos estão hoje cheios de velas novas e arrogantes, atadas ao mastro da nossa petulância. São as nossas ilusões. Que lhes acontecerá?*⁵³

⁵² Em carta datada de 10-5-1946, momento em que novamente se atracava com os apreciadores da pintura moderna por posicionar-se contra a fundação de um museu de arte moderna em São Paulo, Lobato, ao ser questionado por Jaime Adour da Câmara a respeito das críticas que lhe dirigia Sérgio Milliet, evita analisar as razões efetivas da discórdia, afirmando: “No fundo, o que há contra mim é inveja em consequência da minha vitória comercial nas letras. Até o fim do ano, passo de 2 milhões em minhas tiragens. Estou (vou ficar até o final do ano) com 66 edições aqui e 37 na Argentina (ou mundo de língua espanhola), tudo isso dando renda... Eles [os escritores modernistas] são uns gênios — mas não vendem; têm que viver como carrapatos do Estado, presos a empreguinhos. O Lobato é uma besta, mas está vendendo bestialmente, cada vez mais. Dat o atual ‘pau no Lobato’”. Lobato (1959, v. 2, p. 178).

⁵³ Lobato (1964, v. 1, p. 81).

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: INL, 1972.
- ANDRADE, Oswald. O esforço intelectual do Brasil contemporâneo. *Revista do Brasil*, v. 24, n. 96, dez. 1923.
- . *O perfeito cozinheiro das almas desse mundo*. São Paulo: Globo, 1992.
- AZEVEDO, Carmem Lúcia de; CAMARGOS, Marcia; SACCHETA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. 2. ed. São Paulo: Senac, 1998.
- BARROS, Leonel Vaz de. *Páginas vadias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- BATISTA, Marta Rossetti. *Anita Malfatti no tempo e no espaço*. São Paulo: IBM, 1985.
- BOSI, Alfredo. Lobato e a criação literária. *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo: PMSP/Secretaria Municipal de Cultura, v. 43, n. 1/2, p. 19-34, jan./jun. 1982.
- . *História concisa da literatura brasileira*. 37. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- CAMARGOS, Marcia. *Vila Kyrial; crônica da Belle Époque paulistana*. São Paulo: Senac, 2001.
- ; SACCHETA, Vladimir. Procura-se Peter Pan. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tutti (Org.). *Minorias silenciadas; história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Fapesp, 2002. p. 207-235.
- CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A república do picapau amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins, 1986.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tutti. *Livros proibidos, idéias malditas*. 2. ed. ampl. São Paulo: Ateliê, Fapesp, 2002.
- CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato; vida e obra*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Nacional, 1956.
- CHIARELLI, Tadeu. *Um Jeca nos vernissagens*. São Paulo: Edusp, 1995.
- CRUZ, Heloisa de Faria (Org.). *São Paulo em revista; catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedades paulistanas, 1870-1930*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra; a mobilização e cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração, Edusp, 2000.
- DEL FIORENTINO, Teresinha. *Prosa de ficção em São Paulo; produção e consumo (1900-1920)*. São Paulo: Hucitec, Secretaria de Estado e da Cultura, 1982.
- GAMA, Lúcia Helena. *Nos bares da vida; produção cultural e sociabilidade em São Paulo: 1940-1950*. São Paulo: Senac, 1998.
- GOES, Fernanda. História da *Paulicéia desvairada*. *Revista do Arquivo Municipal*, v. 12, n. 106, 1946. (Ed. fac-similar: São Paulo: PMSP, SMC, DPH, n. 198, 1990).

- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, Edusp, 1985.
- IUMATTI, Paulo Teixeira. *Diários políticos de Caio Prado Jr.: 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- . *Caio Prado Jr. e a cidade de São Paulo (1943-1946)*. 1999. (Projeto História, 19).
- KOSHIYAMA, Alice M. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- LAJOLO, Marisa. Jeca Tatu em três tempos. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas; a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. São Paulo: Unesp, 1996.
- LEUENROTH, Edgard; NEGRÃO, Hélio. *O que é maximalismo ou bolchevismo*. São Paulo: Semente [s.d.].
- LOBATO, José Bento Monteiro. *Cartas escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- . *A barca de Gleyre*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1998.
- LUCAS, Fábio. *Do barroco ao moderno*. São Paulo: Ática, 1989.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Monteiro Lobato e o outro lado da lua. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Modernidade e modernismo no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- MILLIET, Sérgio. As moreninhas, de Cesídio Ambrogi. *Revista do Brasil*, v. 25, n. 100, abr. 1924.
- . *Diário crítico*. 2. ed. São Paulo: Martins, Edusp, 1981.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiros em sua própria terra; representações do brasileiro (1870/1920)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1998.
- NUNES, Cassiano. A correspondência de Monteiro Lobato. *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo: PMSP/Secretaria Municipal de Cultura, v. 43, n. 1/2, jan./jun. 1982.
- . *Cartas de Monteiro Lobato a uma senhora amiga*. São Paulo: C. Nunes, 1983.
- . *A atualidade de Monteiro Lobato*. Brasília, DF: Thesaurus, 1984.
- PARK, Margareth Brandini. *História e leituras de almanaques no Brasil*. São Paulo: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil, Fapesp, 1999.
- PERSICHETTI, Simonetta. Cartas de Lobato revelam sua paixão por imagens. *O Estado de S. Paulo*, 7 mar. 1998.

PINTO, Edith Pimentel. Monteiro Lobato e a expressão brasileira. *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo: PMSP/Secretaria Municipal de Cultura, v. 43, n. 1/2, p. 107-118, jan./jun. 1982.

PONTES, Heloisa. *Destinos mistos; os críticos do Grupo Clima em São Paulo, 1940-1968*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SACCHETA, Vladimir. Arqueologia de uma polêmica. *Cult — Revista Brasileira de Cultura*, v. 5, n. 57, p. 58-65, maio 2002.

TRAVASSOS, Nelson Palma. *Minhas memórias dos Monteiros Lobatos*. São Paulo: Clube do Livro, 1974.

XAVIER, Valêncio. Monteiro Lobato também inovou com HQs. *O Estado de S. Paulo*, 6 ago. 1996.

CAPÍTULO 7

“Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu

REBECA GONTIJO*

Os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram.

Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano*, 1994

Ler é construir sentido através de uma verdadeira *operação de caça*.¹ O leitor-caçador, embora submetido a determinações — sociais, institucionais e culturais —, é dotado de competências específicas, que lhe permitem combinar os fragmentos daquilo que é lido e elaborar interpretações.² Para Michel de Certeau, o leitor

*inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era a “intenção” deles. Destaca-os de sua origem (...). Combina os seus fragmentos e cria algo não sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações.*³

* Mestre em história pela Universidade Federal Fluminense (2001), doutoranda na mesma instituição, desde 2002 desenvolve pesquisa intitulada “Da historiografia ao historiador: Capistrano de Abreu, memória e identidade”, sob a orientação de Angela de Castro Gomes.

¹ Certeau (1994:259).

² Chartier (1990:25-6, 60-1).

³ Certeau (1994:264-5).

Além disso, “ler é sempre ler alguma coisa”⁴ e se o texto a ser lido constitui uma *reserva de caça*,⁵ que tipo de *presa* é a carta? Trata-se de um tipo de comunicação escrita, cujo significado varia conforme o uso a que se destina. Para Cécile Dauphin, o termo correspondência é polissêmico. Significa *traço*, o “vestígio de uma realidade complexa”; texto produzido e objeto trocado, testemunha das trocas afetivas, profissionais e intelectuais entre os indivíduos.⁶ Já Brigitte Diaz define as correspondências como *textos híbridos*, que transitam entre categorias distintas como o arquivo, o documento e o testemunho. Podem, por exemplo, ser colecionadas, difundidas e comentadas como obras inteiras ou servir como fonte de informação sobre uma obra ou alguém.⁷

Ao mesmo tempo em que formam *espaços legíveis*, construídos e dados a ler, também constituem aquilo que Dauphin e Pouban identificam como um “*momento de longa duração (...) um elo de uma cadeia sem começo nem fim*”. Desse modo, “*ler uma carta é entrar em uma história sem conhecer a primeira palavra, sem saber o que aconteceu antes nem o que chegará depois, o que disse antes, nem o que se dirá depois*”.⁸ Assim, a carta pode ser compreendida como uma fração combinada de *espaço* e *momento*: espaço de construção identitária, de troca de idéias e sentimentos, de estabelecimento de relações; momento de reflexão sobre si ou sobre qualquer coisa que em um instante é e, logo depois, pode não ser;⁹ momento de comunicação não imediata, que segue de acordo com as circunstâncias de vida daqueles que o estabelecem. São muitas palavras perdidas, meias palavras, trechos cifrados, interrogações sem resposta, respostas sem perguntas, piadas particulares e emoções apenas sugeridas, que tornam a leitura fragmentada, interrompida a todo instante por esses desvios sem saída. Por isso, a carta é uma escrita “em trânsito”, pois sua existência é “flutuante e contingente”.¹⁰ Portanto, como qualquer outra fonte, ela “*é um objeto construído, inscrito no tempo e no espaço social*”.¹¹

Este texto resulta da leitura de 116 cartas enviadas pelo historiador João Capistrano Honório de Abreu — que às vezes assinava como “João Ninguém” — ao intelectual e empresário milionário, Paulo Prado, o “Paulo amigo”. Trata-se de parte da correspondência ativa de Capistrano, guardada por seu destinatário e doada a José Honório Rodrigues, que organizou sua publicação após a morte dos missivistas. O conjunto das cartas de Capistrano a Paulo foi escrito entre os anos de 1918 e 1927. O objetivo deste texto é penetrar no mundo desses dois missivistas — a partir do ponto de vista de Capistrano —, onde somen-

⁴ Chartier (1994:14).

⁵ Certeau (1994:267).

⁶ Dauphin (1995:89-92).

⁷ Diaz (2002:5).

⁸ Dauphin e Pouban (2002:76, 83).

⁹ Sobre a carta como espaço de relacionamento e de construção identitária, ver Diaz (2002:67-107, 139-94).

¹⁰ Lejeune apud Diaz (2002:9, nota 1).

¹¹ Dauphin e Pouban (2002:80).

te o remetente e o destinatário dominam todos os pontos de referência sobre a matéria tratada, sobre o local de onde falam e sobre os acontecimentos que interferem durante o momento real da escrita e da leitura das cartas.

Capistrano tem sido considerado por muitos e há muito tempo um dos grandes, se não o maior dos historiadores brasileiros: um marco da nossa moderna historiografia. Paulo Prado costuma figurar como importante ensaísta do período anterior aos anos 1930, autor do clássico *Retrato do Brasil* (1928), sendo destacada sua atividade como mecenas das artes e das letras.¹² Entre o historiador cearense e seu admirador paulista havia, além da diferença etária de 16 anos, uma amizade construída em meio a pesquisas, leituras, escritos, viagens, doenças e sentimentos que chegavam por carta, num ritmo continuado, durante nove anos.

Sabendo das armadilhas que há nessa “reserva de caça” que é a carta, o “leitor-caçador” precisa se precaver para não ficar pelo caminho. Deve testar seu equipamento de “caça” antes da empreitada e prestar atenção nos relatos de outras “caçadas”, que têm sempre o que ensinar, além de munir-se de um bom “mapa” do território a ser explorado. Por isso, convém recuperar algumas idéias sobre a correspondência de intelectuais, além de informações sobre as cartas de Capistrano.

Sobre a correspondência de intelectuais

A correspondência de intelectuais — que possui o *status* duplo de fonte e objeto de estudo — tem permitido explorar diálogos desenvolvidos a partir da experiência de compartilhar idéias, projetos e expectativas das mais diversas. Tem sido utilizada como instrumento de aproximação das sociabilidades¹³ e isso, segundo Michel Trebitsch, por três razões:

- ▼ é uma das raras fontes escritas sobre um mundo de relações sociais que o autor considera dominado pela palavra e pela oralidade;
- ▼ possui o estatuto de narrativa pessoal, próxima da autobiografia ou do diário íntimo, diferindo dos textos destinados à publicação;
- ▼ constitui um lugar de sociabilidade “privado”, oposto aos lugares “públicos”, como revistas, colóquios ou manifestos.¹⁴

Trebitsch também observa que, por ser um *ato de sociabilidade*, a correspondência pode fazer parte de uma prática social mais vasta, não restrita à ordem do privado. Em

¹² Sobre Capistrano de Abreu e Paulo Prado, ver, por exemplo, Vainfas (1999:171-89 e 2000).

¹³ Sobre a noção de sociabilidade, ver Sirinelli (1996:252-3); e também Trebitsch (1992a:11-21).

¹⁴ Trebitsch (1992b:82-3).

vez disso, tenderia a favorecer a interpenetração do privado e do público. Ao mesmo tempo, a correspondência intelectual possui um nível de linguagem e uma retórica específica, constituindo um tipo de texto permeado por outros textos. Seria uma espécie de “zona enigmática entre a vida e o texto”, por autorizar um vaivém entre escrito privado e escrito público, resquício de duas heranças: a da tradição epistolar dos séculos XVII e XVIII — marcada pela escrita de si e pelo gênero romanesco — e a dos textos públicos ou políticos, exemplificados pelas cartas abertas, pelos manifestos e petições.¹⁵

O autor distingue duas grandes categorias de correspondência: a correspondência-rede e a correspondência-laboratório.¹⁶ A primeira seria a que desperta interesse mais por sua função do que por seu conteúdo. É comparável a uma espécie de “relatório de ligação”¹⁷ entre os membros de um grupo organizado em torno de determinadas figuras centrais, com um objetivo comum, de caráter estético, científico ou ideológico. A segunda é vista como um modelo de amizade intelectual entre pares, unidos por preocupações comuns e que experimentam uma relação profunda e durável, não havendo figura central.¹⁸

As noções de correspondência-rede e correspondência-laboratório servem para demonstrar que a carta expressa mais do que o texto que contém. Para além do conteúdo, a condição de redação da carta, sua trajetória, seu destinatário e os gestos que favoreceram sua conservação permitem acessar os critérios que definiram sua importância.¹⁹ Segundo Roger Chartier, “*os usos do escrito, em todas as suas variações, são decisivos para se compreender como as comunidades ou os indivíduos constroem representações de seu mundo e investem de significações plurais, contrastadas, suas percepções e suas experiências*”.²⁰ No caso da *correspondência* de intelectuais, observa-se que um dos usos possíveis desse escrito relaciona-se à crença na possibilidade de acesso aos bastidores da construção de uma obra ou livro e da formação de um autor ou escritor. A correspondência — assim como os diários íntimos e os textos memorialísticos — contribuiria para a compreensão da personalidade do autor/escritor. As cartas de intelectuais fornecem informações que podem ser utilizadas na elaboração da memória, estimulando o imaginário sobre o mundo dos autores/escritores. Elas podem alimentar, entre outras coisas, a construção de um anedotário, a partir de histórias pitorescas narradas pelos missivistas e da recuperação de palavras e expressões recorrentes na correspondência (pensamentos e provérbios citados, piadas, apelidos, palavões etc.). O uso da documentação privada pode favorecer a afirmação de uma imagem pública do intelectual, dotando-a de aparência, ao ressaltar determinados aspectos físicos e gestos específicos, mencionados pelos missivistas sobre si mesmos ou sobre outros; falas particulares e sentimentos que fazem parte da sua sociabi-

¹⁵ Trebitsch (1992b:82-3).

¹⁶ No original, respectivamente: *correspondance-réseau* e *correspondance-laboratoire*.

¹⁷ No original, *bulletin de liaison*.

¹⁸ Trebitsch (1992b:83).

¹⁹ Venâncio (2002:222-3).

²⁰ Chartier (1991:9).

lidade, como afetos, ódios, ressentimentos, saudades etc. Cabe conhecer o processo de publicação de uma correspondência, quando isso ocorre, assim como o lugar atribuído às missivas na vida e na obra de um autor.

Em 1953, a Biblioteca Nacional promoveu a edição das cartas de Capistrano de Abreu, como parte das comemorações do primeiro centenário de seu nascimento, determinadas pela Lei nº 1.896, de 2 de julho do mesmo ano. A instituição contou com o apoio do Congresso Nacional, que concedeu Cr\$300 mil para financiar a publicação. A verba foi incluída no orçamento do Instituto Nacional do Livro, que, juntamente com a BN, atribuiu a José Honório Rodrigues — então diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional — a tarefa de organizar o trabalho. Até aquela data, os livros e artigos de Capistrano, além de parte de sua correspondência, eram de propriedade da família do historiador e se encontravam sob a guarda da Sociedade Capistrano de Abreu. Esta havia sido criada com o intuito de homenageá-lo, conservar sua biblioteca, reeditar suas obras esgotadas, editar textos inéditos, premiar monografias sobre história do Brasil e traduzir obras de viajantes. A sociedade ocupava a casa de Capistrano, no Rio de Janeiro, e era composta por “amigos e discípulos” do historiador, entre os quais Afonso d’Escragnolle Taunay, Afrânio Peixoto, Edgar Roquette-Pinto, João Pandiá Calógeras, Luís Sombra, Manuel Said Ali Ida, Miguel Arrojado Lisboa, Paulo Prado e Rodolfo Garcia.²¹

Em 1956, José Honório Rodrigues atuou como vice-presidente da sociedade, cujo acervo foi transferido em 1969 para a Universidade do Ceará, em Fortaleza. Na época da edição da correspondência, Rodrigues enfrentou inúmeras críticas da Sociedade Capistrano de Abreu, especialmente de Eugênio de Castro — discípulo de Capistrano —, que almejava organizar a referida publicação. A Biblioteca Nacional obtivera a guarda de boa parte da correspondência ativa de Capistrano, destacando-se a coleção de 265 cartas reunidas pelo historiador português João Lúcio de Azevedo, correspondente de Capistrano por cerca de 11 anos, e doadas à BN em 1928. Em carta ao então diretor da biblioteca, Mário Behring, João Lúcio dizia:

*Por espaço de mais de onze anos tive a fortuna de entreter ativa correspondência com Capistrano de Abreu, e tão interessantes achei suas cartas que as guardei todas ou quase todas. Elas encerram curiosas particularidades sobre o viver e o pensar do escritor e poderão servir utilmente a quem um dia pretender traçar o perfil de uma figura de tanto prestígio entre os estudiosos. Pareceu-me por isso que agora, por morte dele, o lugar adequado para estas cartas seria a Biblioteca Nacional do Rio, para onde as dirijo (...). Ai ficarão sob boa guarda e acessíveis aos amigos e admiradores do finado que, se a família não fizer objeção, as poderão ver, copiar ou publicar, se assim quiserem, porque da minha parte não me oponho a isso.*²²

²¹ Cf. Ribeiro (1990, v. 2, p. 228); e Amed (2001).

²² Carta de Azevedo a Mário Behring, de 7-3-1928, apud Rodrigues (1977, v.1, p. IX).

Acontece que a família de Capistrano se opôs à liberação das cartas para consulta ou publicação, dando início a uma disputa que envolveu os jornais, a BN, a Sociedade Capistrano de Abreu e até o Ministério da Justiça, uma vez que a correspondência expunha a intimidade de várias personalidades ainda vivas. Somente em 1953 o impasse foi resolvido e a correspondência, enfim, liberada para consulta e publicação.²³

Rodrigues empenhou-se na ampliação da coleção de cartas de Capistrano, que foi aos poucos incorporando exemplares cedidos por amigos do historiador, pela própria família e localizados em acervos como, por exemplo, o do barão do Rio Branco — pertencente ao Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores — e o de Guilherme Studart — sob a guarda do Instituto Histórico do Ceará. Algumas cartas publicadas em jornais e revistas, como as de José Veríssimo e Afonso Taunay, foram incluídas nos três volumes organizados por Rodrigues, compostos, em sua maior parte, por correspondência inédita.

Na introdução do primeiro volume da *Correspondência*, Rodrigues afirma que a edição procurou “*seguir fielmente o original*”, atualizando a grafia. Não foram feitas notas de rodapé, nem desdobramentos das abreviaturas utilizadas. Algumas censuras foram permitidas — “duas ou três vezes” — e justificadas pelo organizador como necessárias devido à “inconveniência” de algumas frases. Outras cartas foram consideradas inoportunas para publicação e deixadas de lado. A correspondência encontra-se distribuída em três volumes, cuja organização guiou-se pelo objetivo de “simples divulgação”, defendido pelo organizador, para quem as cartas seriam lidas por um “leitor preparado”, supostamente apto a fazer sozinho as notas necessárias.²⁴

As leituras a respeito de Capistrano consolidaram memórias sobre ele, situando-o em relação a outros autores e atribuindo-lhe um lugar privilegiado na história da historiografia e dos historiadores brasileiros. A correspondência parece ter ocupado um espaço importante tanto na vida de Capistrano quanto no trabalho de construção de sua memória, tendo sido comumente utilizada como fonte de informações, que ajudaram a compor imagens do historiador em diferentes épocas. Dessa forma, as cartas adquiriram certa unidade, tornando-se a *Correspondência de Capistrano de Abreu*, que, para Paulo Prado, constituía sua “obra principal”.²⁵

As cartas de Capistrano

João Capistrano Honório de Abreu nasceu no Ceará, em 23 de outubro de 1853, e viveu no Rio de Janeiro de 1875 até 13 de agosto de 1927, quando faleceu, aos 74 anos

²³ Rodrigues (1977, v.1, p. X).

²⁴ Disse Rodrigues (1977, v. 3, p. VII): “*Parece-nos ser mais importante a simples divulgação destas cartas, em forma acurada, segundo requisitos da crítica de textos, embora sem anotações eruditas ou não, esclarecedoras de passagens mais obscuras ou ligadas a fatos e personagens hoje esquecidos, que retardar indefinidamente a sua publicação. Foi este, aliás, o critério seguido na impressão dos dois volumes precedentes*”.

²⁵ Prado (1928:3).

de idade. Foi na então Corte Imperial que ele ampliou seus estudos, tendo sido professor de francês e português do Colégio Aquino e de corografia e história do Brasil do Imperial Colégio D. Pedro II. Também foi funcionário da Livraria Garnier e da Biblioteca Nacional. Em 1879 estreou na imprensa carioca como redator da *Gazeta de Notícias*, onde se dedicava à crítica literária e à história da literatura. A partir de 1887, passou a fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, ao longo das primeiras décadas do século XX, consolidou seu lugar como um dos principais estudiosos da história do Brasil.

Ainda hoje é tido como um marco entre os estudiosos do período colonial, um elo entre as gerações de historiadores dos séculos XIX e XX.²⁶ Fazem parte de sua obra: *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* (1883), *Capítulos de história colonial* (1907), *Caminhos antigos e povoamentos do Brasil* (1930), entre outros textos, incluindo uma série de artigos reunidos sob o título *Ensaios e estudos (crítica e história)* e publicados em quatro volumes, respectivamente nos anos de 1931, 1932, 1934 e 1976.²⁷

Capistrano de Abreu foi considerado o “Heródoto do povo brasileiro”, o “príncipe dos historiadores” e um “gênio solitário”,²⁸ pelas interpretações que procuraram associar a personalidade irreverente do autor à dimensão inovadora de sua obra. Mas a interpretação que parece mais ter contribuído para a construção da memória sobre Capistrano — e da historiografia brasileira como um todo — é a de José Honório Rodrigues, durante muito tempo isolado como pesquisador da pouco explorada história da escrita da história em nosso país. Segundo Rodrigues, Capistrano teria sido “*a mais lúcida consciência da história do Brasil*”.²⁹

Apassionado por arquivos e pela busca de documentos, Abreu — como em certa época preferia ser chamado³⁰ — procurou escapar do determinismo e das leis que orientavam as análises de fins do século XIX, privilegiando a compreensão da história através do estudo de casos específicos. Fez parte de uma geração de pensadores interessados em “redescobrir o Brasil” através do estudo de suas particularidades, representadas principalmente pelos costumes e pela natureza do país. Seu nome tornou-se ponto de referência no desenvolvimento de uma concepção moderna de história, divulgando um ideal de pesquisa objetiva, apoiada em documentos inéditos e testemunhas oculares, assim como na perspectiva das ciências sociais e na preocupação com a narrativa. Propunha a crítica da memória e da tradição, considerando que a *verdade* não seria simplesmente o que o passado ensina ou impõe.³¹

Entre fins do século XIX e 1927, ano de sua morte, Capistrano correspondeu-se com 124 missivistas localizados. Esse número foi levantado por Rodrigues, que organi-

²⁶ Rodrigues (1975); e Mattos (1997).

²⁷ Cf. Amed (2000).

²⁸ Câmara (1969); Canabrava (1971); Nascimento [1931]; Matos (1953).

²⁹ Rodrigues (1975).

³⁰ Vianna (1999:LXI).

³¹ Araújo (1988).

zou a publicação das cartas em três volumes, entre os anos de 1954 e 1956. Ao todo são 1.259 cartas, das quais 1.058 (84,03%) constituem a correspondência ativa do historiador e 201 (15,96%), a correspondência passiva. A correspondência ativa foi preservada por 52 destinatários diferentes. Em contrapartida, a correspondência passiva, guardada pelo historiador, foi enviada por 93 remetentes distintos, dos quais 21 eram também destinatários.

Os dados quantitativos, mais do que indicar o volume de trocas entre correspondentes — pois não se pode excluir a possibilidade de que tenham existido outros tantos missivistas não localizados ou cartas perdidas —, parecem indicar o empenho de alguns destinatários em guardar, cumulativamente, as cartas enviadas por Capistrano de Abreu. Especificando um pouco mais, constata-se que 13 de seus destinatários preservaram mais de 20 cartas cada um. Esse aspecto, associado à posição desses destinatários no campo intelectual e político de sua época, contribuiu para legitimar o lugar de Capistrano como figura referencial em seu meio; alguém cujos escritos eram considerados valiosos para aquele momento e para a posteridade e que, por isso, deviam ser preservados.

Seus correspondentes identificados são engenheiros, bacharéis em direito, médicos, professores, militares, diplomatas, políticos, literatos, etnólogos, etnógrafos, geólogos, religiosos, estudiosos da história e das línguas e costumes indígenas, sendo que, na época, mais de um desses termos freqüentemente serviam para indicar um único missivista. São cartas escritas a parentes próximos (os filhos do historiador); a amigos íntimos, entre os quais ex-alunos, colaboradores de pesquisa, amantes da história, eruditos etc., destacando-se uma amiga, Cecília, casada com um de seus correspondentes, Assis Brasil; e outros, aparentemente não tão íntimos. Também há cartas para personalidades importantes da época, como o poderoso barão do Rio Branco. O conteúdo apresenta aspectos da vida em família do historiador, de suas relações de amizade e inimizade, comentários de viagens, opiniões sobre acontecimentos da época, pedidos, críticas, relatos de problemas cotidianos e íntimos etc.³²

A correspondência de Capistrano de Abreu forma uma espécie de rede de correspondentes, tecida a partir de uma figura referencial — considerada um par ou um mestre — e motivada pelo interesse por um tema comum: a história do Brasil. As cartas de Capistrano podem ser consideradas um espaço privilegiado para a construção de sua identidade como historiador, sobretudo por permitirem diálogos consigo mesmo e com um grupo de pares e discípulos; e são de suma importância para o reconhecimento de sua pessoa como intelectual e de seus trabalhos como estudos históricos. Apresentam aspectos do convívio a distância entre intelectuais, deixando entrever momentos da experiência de realizar pesquisas e leituras sozinhos ou em conjunto, de trocar idéias, de lembrar o passado e de elaborar projetos para o futuro.

³² Rodrigues (1977, v. 1, p. IX-XVI; e v. 3, p. VII-XVI).

“Paulo amigo”: um ilustríssimo senhor

Menino, tu és uma perfeição humana!

Eça de Queiroz, sobre Paulo Prado³³

Domício [da Gama] falou-me do tempo em que V. era tido como a flor da civilização em casa de Eça de Queirós, dançava, tocava piano etc. Nunca pensei que você possuísse esta prenda: espero que não a tenha perdido.

Carta de Capistrano de Abreu a Paulo Prado, 8-6-1925³⁴

Paulo da Silva Prado (1869-1943) nasceu em São Paulo, filho de tradicional família paulista, cuja riqueza relacionava-se à exportação de café e a numerosos negócios, que envolviam transportes, comércio de alimentos etc., além da Sociedade Promotora da Imigração. O jovem Prado cresceu em meio à política. O pai, conselheiro Antônio Prado, foi deputado-geral e ministro da Agricultura e dos Estrangeiros nas últimas décadas do Império e prefeito de São Paulo no início da República.³⁵

Realizou parte dos estudos secundários na Corte Imperial e concluiu o curso de direito em São Paulo, em 1889. Desenvolveu estudos complementares de música, dança e línguas estrangeiras. Além disso, era perito cavaleiro e espadachim. Frequentou a casa do escritor português Eça de Queiroz e também a Corte sueca, convivendo desde muito cedo com o mundo das artes e das letras. Viajou muito pela Europa, onde se hospedava no apartamento do tio Eduardo Prado (em Paris), um monarquista assumido que ficou conhecido pelo livro *A ilusão americana* (1893), marcadamente antiamericano e anti-republicano.

Empresário diligente, presidiu os negócios da família Prado, reservando espaço para diletantismos “*só se o café subisse*”.³⁶ Colaborou na imprensa escrevendo para a coluna “Notícias da Europa”, do *Jornal do Commercio*, e publicando crônicas no *Correio Paulistano*. Foi sócio de Monteiro Lobato na *Revista do Brasil* entre 1923 e 1925 e dirigiu a *Revista Nova*, com Mário de Andrade e Alcântara Machado, entre 1931 e 1932. Seus artigos sobre a história paulista publicados em *O Estado de S. Paulo* foram reunidos em seu primeiro livro, *Paulística* (1925), onde afirma que os ensaios ali reproduzidos deviam-se

³³ Apud Prado (1997:34).

³⁴ Apud Rodrigues (1977, v. 2, p. 468).

³⁵ Sobre Paulo Prado, ver Berriel (2000); Vainfas (2000); e Nogueira (1999:191-213).

³⁶ Prefácio de Paulo Prado ao *Esboço biográfico de Joaquim Nabuco* (1922), de Henrique Coelho, reproduzido em Berriel (2000:223-6).

*à carinhosa solicitude de Capistrano de Abreu (...) Pela sua mão segura e amiga penetrei na selva escura da História do Brasil (...) A ele devo a receita para suavizar a descida da melancólica Colina; o interesse pelas coisas brasileiras na sua multiplicidade de Norte a Sul, constante preocupação de uma longa vida de beneditino, silenciosa e fecundante.*³⁷

Mas seu trabalho mais conhecido é seu segundo e último livro, *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, de 1928. Trata-se de um retrato feito “como um quadro impressionista” por um autor que considerava a história “*não como uma ressurreição romântica, nem como ciência conjectural, à alemã, mas como conjunto de meras impressões*”. Prado visava alcançar o “*fundo misterioso das forças conscientes ou instintivas, as influências que dominaram, no correr dos tempos, os indivíduos e a coletividade*”.³⁸

Figura exponencial da sociedade paulista, Paulo Prado era amigo de compositores, escritores e pintores, brasileiros e estrangeiros. Além disso, foi um autêntico mecenas das artes, das letras e da pesquisa da história brasileira, tendo sido dotado “*desse sentimento humano que se chama paixão histórica*”.³⁹ Promoveu diversas edições, entre as quais *Confissões da Bahia, 1591-1592* (1922) e *Denúncias da Bahia, 1591-1593* (1925), ambas com prefácio de Capistrano de Abreu, e participou da organização e do financiamento da Semana de Arte Moderna de 1922. Construiu uma rede de sociabilidade através das viagens que fez, dos salões que frequentou — no Brasil e no exterior —, das revistas que dirigiu, das correspondências que trocou. Em sua época, havia quem o considerasse “um homem *à la page*” (na última moda)⁴⁰ ou “o homem mais elegante do Brasil, quicá da América do Sul”, sua elegância não dizendo respeito tanto às roupas, mas à alma.⁴¹

Amizade e mecenas nas cartas de Capistrano de Abreu

Paulo Prado, sobrinho do Eduardo, é rapaz culto. Atirado ao comércio, tem prosperado sem abandonar os livros. Preso em casa pela gota, leu meus Capítulos e ganhou amor à História do Brasil.

Carta a João Lúcio de Azevedo, 22-6-1918⁴²

³⁷ Prado (1925:V).

³⁸ Prado (1997:186).

³⁹ *Ibid.*, p. 41.

⁴⁰ Oswald de Andrade, apud Prado (1997:230).

⁴¹ Thiollier apud Prado (1997:43).

⁴² Rodrigues (1977, v. 2, p. 99).

Dois meses antes de tecer esse comentário a respeito de Paulo Prado em carta enviada ao historiador português João Lúcio de Azevedo, Capistrano encontrara o milionário paulista no Rio de Janeiro, caminhando pela avenida Rio Branco. Prado dirigira-se apressado a Capistrano e contara-lhe que, obrigado a ficar em casa devido à doença, lera os *Capítulos de história colonial* (1907), descobrindo seu “caminho de Damasco”. Diante da simpática abordagem de Prado, que também o convidara para almoçar — a fim de apresentar-lhe um amigo, o cônsul José Pinto Guimarães, também admirador do historiador cearense —, Capistrano se sentiu constrangido, pois considerava que a admiração demonstrada por Prado, embora nascida de um ideal espontâneo sobre outra pessoa, seria colocada à prova, se esse ideal não combinasse com o real. Diante dessa possibilidade preocupante, Capistrano constatou: “*estou roubado*”.⁴³ Contudo, concluiu algum tempo depois que Paulo o cativara desde a “*primeira entrevista*”.⁴⁴

No mesmo ano em que se conheceram, iniciaram a troca de cartas, descobrindo afinidades. Capistrano morava no Rio de Janeiro e às vezes viajava para cidades e estados vizinhos. Prado vivia em São Paulo ou em freqüente trânsito pelo exterior. A correspondência de Capistrano para Paulo apresenta indícios de uma espécie de “estado de espera” em relação ao amigo distante: “esperei-o agosto inteiro, já desesperei de setembro, tê-lo-emos afinal em outubro?”; “*e até fevereiro, se V. não vier antes aqui, como tem prometido e seria útil*”; “*alegra-me a proximidade de sua visita*”.⁴⁵

Anne Vincent-Buffault observa que a relação epistolar é marcada pela ausência e pela espera de se rever ou de receber respostas.⁴⁶ Em meio a expectativas de encontro, Paulo Prado tornou-se para Capistrano o “*Paulo amigo*”, termo que se repete na apresentação de 113 das 116 cartas guardadas, que apenas duas vezes deram espaço a outras formas de tratamento: “Paulo Prado, editor, esquire” e “*Dr. Paulo Prado, Esquire*”.⁴⁷ O *esquire*, indicando ilustríssimo senhor, embora lhe caísse bem, perdia para o informal “amigo”, colocado após o primeiro nome como um termo efetivamente definidor. Essa reiterada declaração de amizade por Paulo — presente na abertura das cartas ao longo dos nove anos da correspondência — pode ser compreendida como parte de um ritual e de um contrato que são característicos do pacto epistolar. Indica o *status* do destinatário na relação e confirma o convite à intimidade. Destinando as cartas ao “amigo”, Capistrano favorece sua aproximação com seu destinatário, distante no espaço e no tempo. A expressão de um sentimento amistoso, além de ajudar a romper formalidades, pode contribuir para atenuar desigualdades.⁴⁸

⁴³ Carta a João Lúcio de Azevedo de 25/26-6-1918. Rodrigues (1977, v. 2, p.101).

⁴⁴ Carta à senhora Assis Brasil, 1919 (“28 do capenga”). Rodrigues (1977, v. 1, p. 93).

⁴⁵ Cartas a Paulo Prado, de 22-9-1921, 8-1-1922 e 1927. Rodrigues (1977, v. 2, p. 409, 412 e 480).

⁴⁶ Vincent-Buffault (1996:18).

⁴⁷ Cartas a Paulo Prado, de 1920 (“domingo de Pascoela”) e 18-8-1924. Rodrigues (1977, p. 396, 457). Apenas em uma carta o termo de apresentação não aparece.

⁴⁸ Vincent-Buffault (1996:26, 41).

Ao "Paulo amigo" Capistrano se dirige com informalidade e objetividade desde a primeira missiva. As cartas costumam ir direto ao ponto, sem rodeios, definindo a relação entre o paulista milionário, mecenas, amante da história, considerado a "perfeição humana" e a "flor da civilização", e o historiógrafo cearense, refugiado no Rio, que certa vez se definiu para o amigo ressaltando seu "desalinho", sua "miopia" e seu "descaso". Tudo isso compondo uma verdadeira "mancha de azeite":⁴⁹ mancha que se destaca e azeite que não se mistura. Ou seja, o avesso do amigo Paulo, um homem rico, elegante, refinado, freqüentador de salões, onde se destacava e misturava com a fina flor da sociedade de seu tempo.

Auto-imagens como essa estimularam a produção de uma memória sobre Capistrano como a de alguém recluso, excêntrico, displicente, desorganizado, rude e preguiçoso, características às vezes relacionadas a sua origem sertaneja e indígena e também a sua produção intelectual, tida como avessa aos cânones tradicionais.⁵⁰ A relação com Paulo Prado também suscitou lembranças, como a do escritor José Lins do Rêgo, para quem o milionário paulista *"era amigo dos historiadores. Foi íntimo de Capistrano de Abreu, e quando falava do mestre cearense era como se me contasse história de um seu companheiro de geração"*. Para Lins do Rêgo:

*Capistrano amava em Paulo aquilo que ele não pudera ser: o artista, o escritor maravilhoso. E Paulo, em Capistrano, a ciência, o faro, a honestidade, e sobretudo a sabedoria, na sua maior expressão. Foram amigos íntimos. Um rico, cheio de civilização, com quadros de Picasso na parede, e o outro, pobre e rude, dormindo em rede, com livros pelo chão, desalinhado de roupas, de barba grande, intratável com a sociedade e fora de tudo que fosse vida de salão.*⁵¹

Para Paulo, Capistrano era um "mestre", que tivera *"uma longa vida de beneditino, silenciosa e fecundante"*.⁵² Para Capistrano, Paulo era, além de amigo, um "rapaz culto",⁵³ dotado de recursos financeiros, o que talvez indicasse certa obrigação de sustentar alguém como ele, talhado para afazeres mais *nobres* como, por exemplo, escrever a tão sonhada história do Brasil.

O mecenas e o mestre

Capistrano de Abreu certa vez afirmou que: *"o escritor é por definição um pobretão. Se quem escreve tem dinheiro, ou é pago e o dinheiro bem podia ir para quem dele mais pre-*

⁴⁹ Carta a Paulo Prado de [1921] ("oitava de Natal"). Rodrigues (1977, v. 2, p. 410).

⁵⁰ Ver o balanço dos estudos sobre Capistrano apresentado em Ribeiro (1990, v. 1, p. 10-49).

⁵¹ Apud Prado (1997:250).

⁵² Prado (1925:V).

⁵³ Carta a João Lúcio de Azevedo de 22-6-1918. Rodrigues (1977, v. 2, p. 99).

cisa, ou não é pago, e trata-se de concorrência desleal. A natureza humana é infensa a acumulações”.⁵⁴ Contrário a acúmulos, Capistrano defendia a distribuição de recursos aos que mais precisavam, entre os quais os “escritores pobretões” como ele. Paulo Prado e suas *costas largas*, como dizia Capistrano,⁵⁵ financiavam a publicação de manuscritos antigos, referentes à história do Brasil. Há várias passagens da correspondência relativas ao custeio de cópias (pagamento dos copistas) e edições. Paulo enviava ordens de pagamento a Capistrano, que as utilizava para seus próprios fins — atender aos pedidos do financiador ou a necessidades conjuntas. Capistrano estava longe de ser contra mecenas milionários.⁵⁶

A ajuda financeira faz parte da relação de amizade, desde que não seja explicitamente guiada pela lógica da prova (de amizade), do dever (para com o amigo) ou da troca de procedimentos valorizados socialmente. Na intimidade, pedidos e favores devem ser gratuitos ou justificados como se o fossem, sendo o saber receber tão importante quanto o saber dar.⁵⁷ Mas, além da ajuda financeira e intelectual — que incluía remessas de livros e cópias, de ambas as partes, sem esquecer dos pareceres de Capistrano sobre os textos de Prado —, há dois tipos de pedidos de favores pessoais: emprego e publicação para terceiros. As indicações de textos para publicação utilizam o argumento de que o autor, além de merecer ser lido e/ou precisar de dinheiro, é “patrício” de Capistrano, nascido no Ceará; ou então é um antigo discípulo, com quem não quer ficar mal. Paulo Prado faria um “bom negócio” e uma “boa ação” publicando-os na *Revista do Brasil*.⁵⁸ Em um dos dois pedidos de emprego localizados, Capistrano atua como intermediário entre o pedinte — parente de um juiz do Supremo Tribunal — e o conselheiro Antônio Prado, pai de Paulo. No outro pedido, apresenta rapidamente um conterrâneo — cuja família é “secularmente amiga” da sua — sem se deter em explicações, por considerar Paulo um “*bon entendeur*”. Há também o curioso pedido do antropólogo norte-

⁵⁴ Carta a Paulo Prado de 3-6-1927. Rodrigues (1977, v. 2, p. 481).

⁵⁵ Carta a Paulo Prado de 30-6-1925. Rodrigues (1977, v. 2, p. 469).

⁵⁶ Em carta a Paulo (29-6-1923), escrita no momento em que procurava um novo lugar para morar, após ter vendido sua casa, Capistrano disse: “*Souto Maior [bibliotecário do IHGB], com quem devo morar, levou-me a um cômodo na Lapa, escuro e fumacento primeiro andar de que fugi. Na mesma rua está outro andar esplêndido para quem não seja, como nós, contra milionários: querem 700\$ mensais*”. Rodrigues (1977, v. 2, p. 450).

⁵⁷ Sobre a lógica dos favores e das dádivas, a referência principal é Mauss (1974). Sobre a prática do mecenato, lembro que ganhou força durante o Renascimento italiano, inspirada pelas atividades de Mecenas (60 a.C.- 8 d.C.), que, na Roma antiga, protegia artistas e homens de letras. Desde então adquiriu diversos sentidos, sendo uma de suas formas o mecenato cultural, que pode ser dividido em três vertentes: a encomenda de trabalhos mediante remuneração, o apoio à carreira e o apoio a um determinado tipo de expressão cultural por se acreditar em seu valor intrínseco. Cf. Hale (1988:226-7).

⁵⁸ Cartas a Paulo Prado de 9-3-1923 e sem data [1924] (“sábado de Aleluia”). Rodrigues (1977, v. 2, p. 441, 455).

americano Franz Boas para que Capistrano o ajudasse a angariar fundos para a publicação de um livro do viajante Karl von den Steinen, que era amigo de Capistrano e seu correspondente. A carta com o pedido de Boas foi enviada por Capistrano a Paulo Prado, com a recomendação de que este lançasse uma "derrama" entre os amigos paulistas e depois a devolvesse, para que ele pudesse fazer o mesmo no Rio.⁵⁹

Entre Paulo e Capistrano a ajuda era mútua. Se o primeiro participava da relação como patrocinador das pesquisas e edições realizadas pelo segundo, Capistrano contribuía com seu saber, que orientava, analisava e corrigia os estudos de Prado, além de criar o que este mais tarde definiu como a "*ilusão de que eram colaboradores numa obra comum*".⁶⁰ Uma espécie de sociedade entre historiadores e/ou amigos da história, em que Capistrano prestava contas dos gastos e pedia dinheiro em meio a observações sobre leituras e pesquisas. Entre remessas de dinheiro e remessas de textos, parece haver um equilíbrio capaz de evitar constrangimentos. Trata-se da relação entre um mecenas, que é também discípulo, e seu mestre. Relação de amizade mantida através da correspondência, que Capistrano definiu certa vez como "*lettre d'affaires*".⁶¹

Como vai você?

Outro tema recorrente nas cartas de Capistrano é sua saúde. Tanto ele quanto Paulo sofriam de reumatismo e costumavam assumir o papel de médico um do outro, trocando informações sobre remédios e tratamentos: de injeções subcutâneas, passando por banhos em águas medicinais e remédios supostamente milagrosos, até o isolamento.⁶² Algo como uma intimidade entre compadres, que conversavam sobre doenças, lamentando seus problemas físicos.

O cuidado consigo mesmo e com o outro é um aspecto recorrente na correspondência entre amigos.⁶³ As cartas de Capistrano dão lugar a expressões de afeto e de solidariedade na doença. São referências pontuais a desconfortos cotidianos que perturbavam o trabalho, mas que também serviam para alimentar o discurso sobre si, além de estimular o elo com Paulo, que sofria do mesmo mal. Era algo a compartilhar, além do amor pela história. Além disso, Capistrano expunha nas cartas a preocupação com outros amigos enfermos, como Domício da Gama (que padecia de "moléstia imaginária") e Pandiá Calógeras (que sofria dos rins).

Um aspecto relativo à saúde de Capistrano diz respeito à constante insônia que o perseguia. Insônia atribuída à incapacidade de concluir seus afazeres intelectuais. Certa

⁵⁹ Cartas a Paulo Prado de 6-1-[1926], 27-10-1926, 9-3-1923 e 6-2-1923. Rodrigues (1977, v. 2, p. 474-5, 477, 441, 438).

⁶⁰ Prado (1928:3).

⁶¹ Carta a Paulo Prado de 6-10-1922. Rodrigues (1977, v. 2, p. 418).

⁶² Cartas a Paulo Prado. Rodrigues (1977, v. 2, p. 388, 396, 410, 406).

⁶³ Vincent-Buffault (1996:28); e também Foucault (2000:153-5).

vez, disse que “*uma baiana, empregada de minha sogra, não podia dormir sem primeiro rezar para as almas do purgatório. Se descuidava e pegava no sono, as almas acordavam-na e acordada ficava até cumprir a obrigação*”. Achava que com ele acontecia algo semelhante. Era impossível dormir sem terminar suas tarefas, o que freqüentemente acontecia.⁶⁴

Grande motivo para não dormir era a pesquisa sobre a língua dos índios bacairis, que se arrastou por anos. Afirmava que: “*se o livro dos bacairis (...) sair, poderei dormir a meu gosto, cousa que ainda não fiz este século*”; ou que “*o bacairi, [é] condição sine qua non para o sono shakespeareano por que suspiro*”; ou ainda, que “*com a bacairizada posso dormir até Josafá*”.⁶⁵ Diante da angústia da insônia, pode-se avaliar a importância de Paulo Prado para Capistrano quando este menciona, em carta a João Lúcio de Azevedo, que o amigo paulista lhe “*permitirá realizar a única cousa que ainda me prende a este mundo: publicar o livro dos bacairis*”.⁶⁶

O tema da saúde e da doença, além de permitir acessar aspectos da intimidade das sensações físicas de dois homens adultos, toca na questão da velhice e seus corolários: a possibilidade de perda de amigos e parentes, da juventude e também da memória. Na série de cartas analisadas, a principal referência é aos incômodos cotidianos causados pela angústia do trabalho atrasado, pelas dores ou pelos efeitos adversos dos remédios. Mas a perda da saúde parece que não prejudicava o humor de Capistrano, que chamava seu rim de “*grão-traidor*”, capaz de prejudicar a “*vizinhança*”. Contra o mau-humor, dizia que só a farmacopéia paraense possuía remédio adequado: “*umbigo-de-boi*”.⁶⁷ E não deixava de fazer um certo drama quando, diante da possibilidade de ficar míope e surdo — “*uma das acumulações piores que as proibidas pela Constituição*” —, afirmava que se mudaria “*do Rio para qualquer lugar escuro*”.⁶⁸

Cartas do tugúrio

Há hoje cinqüenta e dois anos saí do Ceará pela primeira vez em 1875. Há hoje quarenta e três anos que saí do Ceará pela segunda vez, 1884, depois da libertação a que fui assistir. Era sábado de aleluia; sem minha conhecida modéstia podia julgar-me objeto do fogueatório à despedida.

Carta a Paulo Prado, Tugúrio, 3ª Feira das Trevas, 1927⁶⁹

⁶⁴ Carta a Paulo Prado de 5-2-1923. Rodrigues (1977, v. 2, p. 437).

⁶⁵ Cartas a Paulo Prado de 5-2-1923 e 26-3-1923. Rodrigues (1977, v. 2, p. 437, 443-4).

⁶⁶ Carta a João Lúcio de Azevedo de 27-2-1923. Rodrigues (1977, v. 2, p. 270).

⁶⁷ Chicote muito flexível e resistente, feito do pênis do boi, utilizado no Nordeste.

⁶⁸ Cartas a Paulo Prado de 30-6-1925, sem data (“oitava da Anunciação”) e 19-2-1925. Rodrigues (1977, v. 2, p. 469, 479, 463).

⁶⁹ Rodrigues (1977, v. 2, p. 480).

Um refúgio. Era assim que Capistrano de Abreu às vezes se referia ao Rio de Janeiro, cidade que o abrigara desde 1875, quando chegou do Ceará. No Rio — “mui heróica e leal cidade” — lançou sua “âncora” e, desde então, a terra carioca tornou-se sua.⁷⁰ Morou na Glória durante 14 anos e de lá avistava o Pão de Açúcar (o Gigante de Pedra presente nas cartas). Em dezembro de 1923, mudou-se para a então travessa Honorina, nº 45, em Botafogo.⁷¹ Por algum tempo essa mudança foi para ele a “*douloureuse nº 1*”,⁷² confirmada por carta a Paulo Prado de abril do mesmo ano: “*Para mim o golpe é terrível. Materialmente a mudança dos livros é um horror. Moralmente é a extinção dos últimos vestígios de quatorze anos aqui vividos com os meus, hoje reduzidos quase à unidade, é um cataclismo*”.⁷³ Para Capistrano, a nova casa era “em tudo o contrário da outra”: ocupava quase todo o andar térreo de um prédio, possuía grades nas janelas e tinha o horizonte limitado pelo morro de São Clemente. Além disso, “*a cada instante andam-me por cima da cabeça, sensação que só tive em 80, por poucos meses; a dona da casa, que mora em cima, possui um piano em que toca sempre a mesma peça*”.⁷⁴ Contudo, ainda podia armar, “mais ou menos bem”, sua rede indispensável.⁷⁵

Em texto de 1928, Paulo Prado faz uma breve descrição do “humilde porão” onde Capistrano viveu até o fim da vida: um “quarto de estudante” onde

*ainda estão intactos, como os deixou Capistrano, os livros poeirentos e usados pelo contínuo manuseio, as pilhas de velhos jornais e revistas, a rede cearense, e, na parede, a folhinha com a data fatídica do seu falecimento — 13 de agosto.*⁷⁶

Foi nesse local que, em 1927, por ocasião da morte de Capistrano, instalou-se a Sociedade Capistrano de Abreu, “o verdadeiro centro intelectual do Brasil estudioso”. Paulo Prado ajudou a criá-la, junto com outros amigos, admiradores e discípulos do historiador.⁷⁷

Sociável, Capistrano freqüentava almoços e jantares, participava de festas de aniversário, casamentos e bodas e era capaz de ir ao cais só para abraçar um amigo de passagem — ainda que às vezes preferisse que alguém fosse a tudo isso em seu lugar.⁷⁸ Mas

⁷⁰ Cartas a João Lúcio de Azevedo de 25-4-1919 e abr. 1923. Rodrigues (1977, v. 2, p. 127, 274).

⁷¹ Hoje rua Capistrano de Abreu.

⁷² Carta a Paulo Prado de 29-6-1923. Rodrigues (1977, v. 2, p. 450).

⁷³ Carta a Paulo Prado de 1-4-1923 (“Dia das Petas”). Rodrigues (1977, v. 2, p. 443).

⁷⁴ Carta a Paulo Prado de 13-1-1924. Rodrigues (1977, v. 2, p. 450-1).

⁷⁵ Carta a João Lúcio de Azevedo, dez. 1923 (“Dia da Conceição”). Rodrigues (1977, v. 2, p. 284).

⁷⁶ Prado (1928:3).

⁷⁷ Ibid. Sobre a Sociedade Capistrano de Abreu, ver referências em Ribeiro (1990) e Amed (2001).

⁷⁸ Cartas a Paulo Prado de dez. 1921, 8-1-1922, 18-1-1922, 19-3-1923, 16-10-1924, 8-6-1925, 24-8-1925, 5-2-1926, 24-1-1926, jun. 1927. Rodrigues (1977, v. 2, p. 410, 411, 412, 443, 458, 468, 466, 477, 478, 482).

gostava mesmo era de viajar, e o fazia podendo ou não. Pode-se supor que os principais motivos que o detinham no Rio eram o trabalho — quase sempre atrasado — e a doença. Na primeira oportunidade escapava do seu “tugúrio” para respirar outros ares e banhar-se em outros mares. Capistrano era um “aquático”, “*que precisava mudar de pele, ou deixar o veneno como fazem as cobras quando vão beber*”.⁷⁹ Viajava frequentemente para as estâncias hidrominerais de Minas — Caxambu, São Lourenço e Poços de Caldas —, sendo às vezes acompanhado pelo político carioca João Pandiá Calógeras. Outro lugar habitual era a praia de São Vicente, em Santos, onde se hospedava na casa do médico Domingos Jaguaribe, amigo de infância e companheiro dos “*inefáveis banhos de peru*” (banhos mais de areia que de água do mar).⁸⁰ Entre outros locais, gostava de ir a Teresópolis e a São Paulo, mas também passeava pelo Rio Grande do Sul, onde encontrava o diplomata Assis Brasil. Alguns momentos de amizade são vividos em passeios e viagens.⁸¹ Contudo, Capistrano de Abreu e Paulo Prado nunca viajaram juntos, embora Capistrano tenha convidado Paulo a ir ao Norte, junto com o jornalista Miguel Arrojado Lisboa, Assis Brasil e o indianista Cândido Rondon.⁸² Avisou: “*comidas e bebidas como na cozinha de Higienópolis V. não terá, mas nem só de pão vive o homem*”.⁸³ Após sucessivos adiamentos, o passeio acabou não acontecendo. De modo semelhante, Paulo convidou Capistrano a ir à Europa e ele lhe respondeu “*com seu ar bourru [carrancudo]: não gosto de taperas...*”.⁸⁴

Apesar de considerar o Rio o seu lugar, dramatizava, dizendo que a cidade era um “*aldeão que a atmosfera do loandismo*”⁸⁵ torna inabitável. Se não satsse ficaria louco, se não preferisse o suicídio”.⁸⁶ Sentindo-se “esfolado no Rio”, viajava para ver se criava “couro”.⁸⁷ Em Caxambu, podia sentir-se, “sem grande esforço de imaginação”, como o “rei da Baviera”. Mas, quando estava por lá, não abandonava jornais, livros e cartas. Dizia: “*tenho passado o ano no flauteio, vou ver se canso um pouco*” e pegava algo para ler, às vezes descobrindo que tinha lucrado em não tê-lo feito antes.⁸⁸ Levava poucos livros, contando com os “amadores locais”.⁸⁹ Em determinado momento, Capistrano concluiu: “os

⁷⁹ Carta a Paulo Prado de 1920. Rodrigues (1977, v. 2, p. 396).

⁸⁰ Carta a Guilherme Studart de 8-1-1922. Rodrigues (1977, v. 1, p. 188).

⁸¹ Vincent-Buffault (1996:189-90).

⁸² Entre 1922 e 1923, Capistrano planejou uma aventura: ir com os amigos para o sertão nordestino de automóvel. A viagem incluiria uma visita ao seu colega de primeiras letras, padre Cícero. Cf. cartas a Paulo Prado dos dias 8-1-1922, 22-2-[1922], 3-6-1922 e 6-10-1922. Rodrigues (1977, v. 2, p. 411, 413, 415, 419).

⁸³ Carta a Paulo Prado de 4-8-[1925]. Rodrigues (1977, v. 2, p. 471).

⁸⁴ Prado (1928:3).

⁸⁵ *Loan* pode significar emprestar, empréstimo ou objeto emprestado.

⁸⁶ Carta a Paulo Prado de 8-1-1922. Rodrigues (1977, v. 2, p. 411).

⁸⁷ Carta a Paulo Prado de 18-11-1918. Rodrigues (1977, v. 2, p. 387).

⁸⁸ Carta a Paulo Prado de 14-10-1922 (“véspera de Santa Teresa”). Rodrigues (1977, v. 2, p. 422).

⁸⁹ Carta a Paulo Prado de 1920. Rodrigues (1977, v. 2, p. 397).

passaios só me têm trazido atrasos. Bem razão tem o ditado português ouvido no Ceará: a raposa tanto passeia na semana que domingo não vai à missa".⁹⁰ Ou ainda: "*boa romaria faz quem em sua casa está em paz*".⁹¹ Assim, voltava para sua rede no Rio, para os livros gastos, papéis empilhados, encomendas atrasadas, contas a pagar, copistas relapsos, tipógrafos pouco sérios e a vizinha pianista de uma peça só. Às vezes queria fugir "*para qualquer lugar aonde não chegassem cartas nem jornais*".⁹²

O ofício do historiador nas cartas de Capistrano e "João Ninguém"

Sabe que há hoje exatamente 50 anos tive a primeira idéia de escrever uma história do Brasil?

Carta a Paulo Prado, 20-5-1924⁹³

Pela sua mão segura e amiga penetrei na selva escura da História do Brasil.

Prado (1925:V)

De acordo com Michel de Certeau, o *fazer* do historiador se realiza a partir da relação entre uma prática social e seu produto: um discurso (o texto histórico). A prática, que muda conforme a época, envolve desde tradições de pesquisa e ensino, possibilidades de divulgação, até a organização de uma disciplina dotada de objetos e método etc. O discurso — também em constante transformação — é construído mediante o uso de uma linguagem específica, nascida do trabalho empírico com documentos e de um tipo de reflexão que procura torná-los pensáveis e articuláveis entre si.⁹⁴ Além disso, o texto produzido pelos historiadores, como outros textos, necessita de estímulos ao pensamento e à capacidade criadora. Tais estímulos podem se originar, por exemplo, da prática da leitura solitária, mas também de hábitos sociais como a conversação e a troca epistolar.⁹⁵

No Brasil, até pelo menos os anos 1930, fazer história era uma tarefa à qual se dedicavam os homens de letras, uma categoria bastante ampla e heterogênea que incluía bacharéis em direito, médicos, engenheiros e literatos, que exerciam atividades de magistério, jornalismo, crítica literária etc., ocupando-se de modo diferenciado da escrita da

⁹⁰ Carta a Paulo Prado de 19-2-1925. Rodrigues (1977, v. 2, p. 463).

⁹¹ Carta a Paulo Prado de 28-11-1924. Rodrigues (1977, v. 2, p. 461).

⁹² Carta a Paulo Prado de 1-4-1923 ("Dia das Petas"). Rodrigues (1977, v. 2, p. 445).

⁹³ Rodrigues (1977, v. 2, p. 457).

⁹⁴ Certeau (1982:46-7, 65-119).

⁹⁵ Sobre o tema da inspiração no trabalho intelectual, ver Venâncio (2002:217-42).

história, dos debates políticos e dos temas sociais. Esses homens de letras disputavam espaço com aqueles que, como Capistrano de Abreu, já se propunham a constituir um tipo de saber histórico mais especializado através da pesquisa documental. Os que se dispunham ao estudo da história lidavam com um leque de assuntos bastante amplo. Escreviam sobre geografia, fauna e flora, estudavam línguas indígenas e se interessavam por etnografar festas religiosas e populares. Alguns ocupavam cargos políticos e diplomáticos. Esses mesmos estudiosos — com sua bagagem intelectual diversificada — deram os primeiros passos no sentido da divisão e da especialização dos campos do conhecimento.⁹⁶

Segundo Angela de Castro Gomes, eram classificados como trabalho de historiador “tanto a narrativa que resulta da pesquisa documental, quanto o trabalho de tradução e prefaciamento de livros estrangeiros, de localização e edição de documentos e ensaios históricos, de redação de compêndios voltados para o público escolar, e até mesmo a elaboração de romances históricos”. Não se observavam distinções hierárquicas entre a pesquisa, o ensino e a divulgação mais ampla. Em decorrência disso, o perfil do historiador era muito diferenciado em termos de contribuições.⁹⁷

As cartas a Paulo Prado revelam que, entre as atividades cotidianas de Capistrano, estavam fazer traduções; ler documentos inéditos e reler documentos conhecidos; revisar e organizar a publicação de fontes; elaborar notas e prefácios; escrever resenhas críticas e artigos para jornais e revistas; escrever cartas, livros e artigos; produzir separatas dos seus textos já publicados para inclusão em volumes ou opúsculos; ler os textos dos seus discípulos, fazendo críticas e correções. Sendo assim, boa parte do seu trabalho como historiador consistia em ler e escrever. Da leitura de livros e documentos dependiam a interpretação e a construção do texto, que é o produto de seu *fazer*. Na correspondência de Capistrano a Paulo Prado há referências a cada uma dessas atividades. Para enfrentar tais assuntos, a opção foi construir uma análise dividida em três partes indissociáveis, a fim de focalizar o Capistrano alfarrabista e editor, o Capistrano leitor e o Capistrano escritor.

“Bookmanger” e editor

Apaixonado por documentos e livros raros, Capistrano dizia ser um *bookmanger*, um alfarrabista, sempre à procura de livros antigos.⁹⁸ O primeiro emprego de Capistrano no Rio de Janeiro — onde chegou aos 22 anos (1875) — foi na Livraria Garnier, es-

⁹⁶ Gomes (1996:12, 38, 75-6).

⁹⁷ *Ibid.*, p. 38.

⁹⁸ Nas cartas a Paulo Prado a referência a ser um alfarrabista aparece quando ele diz que existe um caxambuense pior *bookmanger* do que ele. Carta a Paulo Prado de [21-10]-1922 (“dia das Treze (*sic*) Mil Virgens”). Rodrigues (1977, v. 2, p. 423).

crevendo notas sobre os lançamentos editoriais. Logo depois, começou a atuar na imprensa carioca, produzindo textos para três seções da *Gazeta de Notícias* — “Balas de estalo”, “Livros e letras” e “Recibos” —, dedicadas à divulgação de novos livros.

Ao longo da correspondência com Paulo Prado, há várias referências ao empenho de Capistrano em encontrar livros e compradores para os mesmos, às vezes atuando como intermediário entre algum livreiro e o potencial comprador, sendo Paulo um deles.⁹⁹ Diz, por exemplo, ter sacrificado tudo para elaborar e revisar o catálogo da biblioteca de seu amigo, também bibliófilo, Francisco Ramos Paz,¹⁰⁰ figura referencial no mundo dos livros da Primeira República.¹⁰¹ Sobre a biblioteca do próprio Capistrano, José Honório Rodrigues nos conta:

*Sua biblioteca encontra-se hoje muito despojada, pois Capistrano gostava de emprestar e dar livros depois de lidos (...) Mas ainda assim, com grandes desfalques, sua biblioteca é a revelação decisiva da nutrição germânica do seu pensamento. Afora os livros brasileiros, que não entram na proporção, talvez mais de 80% de seus livros sejam alemães, seguidos de ingleses e de muito poucos franceses... Seus livros de leitura de geografia, história, antropologia, economia e sociologia são predominantemente alemães.*¹⁰²

Em carta a Paulo Prado expondo os dissabores da mudança de casa, afirmou: “A remessa de livros está preparada, quase concluída. No último momento há sempre hesitações. Só uma seita na Rússia impõe a mutilação voluntária”. Fora necessário vender alguns livros para facilitar a mudança. Contudo, havia lugar para outros tantos exemplares, pois, pouco antes de ir para a nova casa, fez “uma comprazinha”, que encheu “uns três ou quatro caixões”.¹⁰³ Além de amante de livros, Capistrano assinava periódicos, como o *The Nation*, norte-americano; o *Manchester Guardian*, inglês; e a *Revista de História*, portuguesa. Possuía coleções de revistas, como as do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos institutos regionais, do Arquivo Mineiro etc.

⁹⁹ Cartas a Paulo Prado dos dias 17-2-1920, 5-5-1920, 18-5-1920, 22-9-1921, 8-3-1925. Rodrigues (1977, v. 2, p. 394-5, 397, 399, 409, 465).

¹⁰⁰ Carta a Paulo Prado de 27-2-1920. Rodrigues (1977, v. 2, p. 395).

¹⁰¹ Bessone (1999). Capistrano de Abreu foi correspondente de Francisco Ramos Paz entre 1880 e 1909. Além de organizar o catálogo da biblioteca de Paz, escreveu uma nota biográfica sobre o bibliófilo, inclusa no suplemento do catálogo utilizado no leilão da biblioteca. Segundo Tânia Bessone (1999:157): “Capistrano recebera um voto de confiança do amigo e naturalmente não gostaria que a biblioteca fosse leiloada a retalhos. Seu fracasso nesse empreendimento seria uma perda afetiva”.

¹⁰² Apud Ribeiro (1990, v. 2, p. 207). Há uma lista da biblioteca de Capistrano na dissertação de Maria Luiza Gaffrée Ribeiro.

¹⁰³ Cartas a Paulo Prado de 21-4-1923, 5-6-1923 e 29-6-1923. Rodrigues (1977, v. 2, p. 447, 448, 449).

Também ocupava parte do seu tempo com o trabalho de editoração, tendo sido responsável pela publicação de vários documentos relativos ao período colonial, destacando-se, na correspondência, o trabalho empreendido para a edição dos processos da Inquisição na Bahia. Em 1918, Capistrano propôs a Prado editar uma coleção de documentos sob o título *Série Eduardo Prado — para melhor conhecer o Brasil*. Capistrano fez o programa e o orçamento, provocando Paulo: “*quem não tem coragem não amarra negro*”.¹⁰⁴ Paulo teve coragem e Capistrano passou anos tentando *amarrar* a publicação, ocupando-se da supervisão do trabalho dos copistas, da revisão (*toilette*) dos originais, da elaboração de notas, da escrita do prólogo, das cobranças à tipografia e da distribuição dos exemplares.¹⁰⁵

Para Capistrano, preparar documentos consistia em “*abrir parágrafos naquele matagal ínvio e suprimir as frases tabelioas*”.¹⁰⁶ Esse talvez fosse o lado bom, pois lidar com as tipografias não era nada agradável. Pressionava os tipógrafos para que concluíssem o trabalho, argumentando que “*defunto enterrado não fede*”. Para um tipógrafo português “*ca radura*”, receitava umbigo-de-boi (chicote) ou então suplicava a Paulo: “*Mande-me uma corda para me enforcar ou um capanga que liquide com a corja da tipografia*”. Sonhava com a modernização das editoras, quando, ao saber que nos Estados Unidos os escritores recebiam as provas de seus textos datilografadas, disse: “*não seria mau introduzir o costume*”. Também achava o Brasil uma terra esquisita, onde “*as edições esgotam-se e o editor não tira para as despesas*”.¹⁰⁷ O trabalho de edição dos documentos relativos à Inquisição no Brasil levou sete anos para ser concluído, sendo que Capistrano também se ocupou de parte da distribuição, endereçando livros para os museus de La Plata e de Stuttgart, para a Sociedade Etnográfica de Berlim e a Sociéte des Americanistes, de Paris; além de enviar exemplares para permuta à Biblioteca Nacional e outros tantos para a venda nas livrarias J. Leite, Científica, Briguiet etc.

Leitor errante

Capistrano de Abreu era um leitor voraz. Lia muito — algo absolutamente comum entre intelectuais — e relia seguidas vezes um mesmo texto, o que talvez não fosse habitual entre seus pares. Comentava suas leituras nas críticas que publicava em jornais e nas cartas que escrevia. Pode-se supor que sua prática de leitura ampliou-se enormemente a partir do momento em que se tornou redator responsável por colunas de lançamentos de livros e funcionário da Biblioteca Nacional, em 1879. Também se

¹⁰⁴ Carta a João Lúcio de Azevedo de 25/26-6-1918. Rodrigues (1977, v. 2, p. 101).

¹⁰⁵ Ver, por exemplo, a carta a Paulo Prado do dia 6-11-1920. Rodrigues (1977, v. 2, p. 404).

¹⁰⁶ Carta a Paulo Prado de 1923 (“quarta-feira maior”). Rodrigues (1977, v. 2, p. 444).

¹⁰⁷ Cartas a Paulo Prado de 6-12-1922, 1-1-1923, 4-1-1923, 5-2-1923, 5-3-1923, 23-12-1925. Rodrigues (1977, v. 2, p. 428, 434, 435, 437, 473, 479, 480).

tornou leitor no Gabinete Português de Leitura, na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Arquivo Mineiro etc. Através da correspondência, *frequentou* arquivos estrangeiros, às vezes conhecendo diretores e copistas que atuavam por lá. Era comum a solicitação de cópias de documentos a João Lúcio de Azevedo — que vivia em Portugal — ou a algum amigo que visitasse a Europa com regularidade, como Paulo Prado.

Essa prática de solicitar cópias deixa entrever os copistas com os quais Capistrano convivia. Nas cartas a Paulo Prado, há referência a dois copistas de Portugal. Um deles empregava a maior parte do tempo trabalhando para o diretor da Torre do Tombo; o outro, *“decrépito, mandrião e estúpido (...) lê mal e demora infinitamente a cópia”*. No Brasil, alguns nomes são citados com distinção: Barreto Filho, que *“parece da escola de gênio e desordem”* e outro, *“inteligente e sério”*, que, pelas datas das cartas, parece chamar-se Pirilo Gomes. Recebiam algo em torno de 100\$ por hora para transcrever manuscritos. Capistrano às vezes pressionava Paulo para que este pagasse um pouco mais a Pirilo, argumentando que ele era santo e rezador e, por isso, capaz de lhe preparar *“uma boa caminha no outro mundo”*. Quando Pirilo deixou o trabalho para ocupar um lugar no serviço público, passou as tarefas para Jordão Oliveira, *“pintor de talento, que seguiu para a Europa”* e, depois, para Milton de Assis, *“músico, que cursa o Conservatório, e parece de notáveis qualidades e, ouço dizer, artísticas”*. Segundo Capistrano, em sua época corria-se o risco de acabar a vida antes que os copistas acabassem o serviço.¹⁰⁸

Mas, além de enviar cópias de documentos (que também recebia), as cartas de Capistrano a Paulo Prado contêm indícios de uma verdadeira rede de estudos a distância. Emitem pareceres sobre os textos que Paulo escrevia e lhe enviava, indicam livros que ele deveria ler (incluindo a ordem da leitura) ou adquirir. Dizia-lhe: *“A América abreviada não leia agora: espere o Noticiador maranhense do mesmo autor, que está a sair, para estudá-los juntos”*; *“você não leu em estado de graça o Gabriel Soares e o Antonil. Relêia-os mais tarde e verá”*; *“para nossa primeira orientação, recomendo-lhe Southey (...)”*; *“v. se acostume a consultar o Catálogo da Exposição de História e Geografia (...)”*.¹⁰⁹

Segundo Anne Vincent-Buffault, *“a amizade é, por sua força dialógica, laboratório da obra”*. Através da relação epistolar é possível declarar amizade, exortar, planejar atividades conjuntas e expor trabalhos individuais ainda em curso, submetendo-os a constantes modificações.¹¹⁰ A noção de correspondência-laboratório, de Michel Trebitsch, também está de acordo com essa idéia.¹¹¹ Entre Paulo Prado e Capistrano de Abreu predominava a leitura dos textos do primeiro pelo segundo; afinal, como já

¹⁰⁸ Cartas a Paulo Prado de 27-9-1920, 18-1-1922, 12-6-1922, 8-10-1922, 13-2-1924, 24-12-1924. Rodrigues (1977, v. 2, p. 390, 412, 416, 421, 453, 461).

¹⁰⁹ Cartas a Paulo Prado de 3-7-1918, 8-2-1920 e 25-11-1922. Rodrigues (1977, v. 2, p. 387, 392, 393, 428).

¹¹⁰ Vincent-Buffault (1996:36, 40).

¹¹¹ Trebitsch (1992b:83-4).

apontado, tratava-se de uma relação entre discípulo e mestre. Na posição de discípulo, Paulo submetia idéias e escritos a Capistrano, que fazia comentários acerca do conteúdo e da forma. A obra de Paulo estava constantemente sendo testada no laboratório de Capistrano. Assim: “*Seu artigo no Estado lê-se com prazer (...) A erudição é de bom quilate. Há apenas uma certa desconexão, que só desaparecerá com o exercício*”; “*Pus seu artigo no correio, com algumas observações secundárias. Acho-o muito dispersivo. A primeira parte deve ser desenvolvida, posta em ordem cronológica*”; “*Reli e devolvo o Caminho do mar. Fiz alguns reparos a que V. dará a atenção que lhe parecer. Pode publicar sem susto*”; “*Junto seu prólogo. Muito bom. Melhor estaria se meu nome aparecesse menos*”; “*Li, reli seu artigo (...) está bem feito, mas apenas desperta o apetite*”.¹¹²

Capistrano também informava Paulo do andamento ou não-andamento de seus trabalhos, além de compartilhar planos futuros. Entre os projetos vigentes ao longo da correspondência com o amigo paulista, estavam: publicar o livro sobre a língua dos índios bacairis — trabalho que julgava necessário para o entendimento da formação da população brasileira; editar um volume com o título *Tratadinhos quinhentistas*, contendo descrições do Brasil feitas por Nóbrega, Anchieta, Cardim; editar os documentos relativos à Inquisição na Bahia e em Pernambuco; escrever um volume sobre a cultura brasileira no século XVI, para uma coleção organizada por Afrânio Peixoto — “*botas para descalçar antes de fazer qualquer coisa*”. Mas um plano maior se destaca, quando afirma: “*Com os anos as possibilidades de ser feliz diminuem. Hoje só aspiro a sair desse mundo como nele entrei: sem escândalo meu nem dos meus*”.¹¹³

E faz referências às leituras realizadas. Gostava de ler e reler um mesmo texto: “*Todos os dias releio umas páginas da segunda parte de Gabriel Soares. Cada leitura proporciona sempre novidades. O difícil será fazer de tudo algo coerente*”. Para fazer o prólogo do livro sobre a língua bacairi, afirmava: “*já li umas três vezes o Diário. Vou lê-lo mais umas quatro ou cinco, até absorvê-lo e saturar-me. Será breve e non placebit*”. Também costumava ler e reler após intervalo: “*Recebi seu artigo. Depois de passados dias, relerei. Não gosto de devolver seus artigos sem os ler com intervalo*”. Ler e reler até saturar-se do texto parece ser o método do leitor Capistrano, que, além disso, achava que era preciso ler em estado de graça.¹¹⁴

Às vezes procedia a uma leitura que denominava profana: detendo-se sobre partes, deixava o conjunto escapar. Também reservava diferentes modos de ler para cada autor, como ocorre ao dizer que: “*Acton tenho lido salteadamente, o melhor modo para aquele formoso e singular espírito. John Morley li de princípio a fim sem parar*”. Algumas leituras eram associadas ao ato de “tirar fogo de pedra”, enquanto outras se relacionavam ao tra-

¹¹² Cartas a Paulo Prado de 6-10-1922; 1922 (“véspera de São Rui”); 27-11-1924; 1925 (“Quarta-feira de Cinzas”); e 13-4-1926. Rodrigues (1977, v. 2, p. 418, 425, 460, 463, 476).

¹¹³ Cartas a Paulo Prado de 5-5-1920, 18-5-1920, 25-12-1920, 1-1-1923. Rodrigues (1977, v. 2, p. 398, 399, 406, 433-4).

¹¹⁴ Cartas a Paulo Prado de 8-2-1920, 5-6-1923, 31-12-1924 (“dia de São Silvestre”) e 1927 (“Terça-feira das Trevas”). Rodrigues (1977, v. 2, p. 393, 448, 461, 480).

balho de "autópsia". Textos que considerava desorganizados ou "encarapinhados" suscitavam um tipo de leitura que se assemelhava a penetrar em um "catingal". Diante do texto, achava que o leitor não devia "se deixar levar por cantigas" para poder "ver melhor a realidade". Mas Capistrano também cansava. Habitualmente, passava "a melhor parte da manhã" lendo jornais, mas, num determinado momento, sentiu-se enfasiado deles, passando a liquidá-los em meia hora.¹¹⁵

Esse trabalho de leitura, denso em suas variações, podia provocar insônia, ainda mais considerando os problemas vividos pelo leitor em questão, suas *douloureuses*: a mudança de casa e os atrasos das publicações. Após reler cento e tantas páginas de Gabriel Soares em uma noite, ficou com uma "insônia renitente", que não quis combater com remédios. Na madrugada, teve "sonhos desagradáveis", dos quais não se livrou pela manhã. Mas afirmou: "a leitura não se perderá: entrevejo algumas luzes. Vou passando do homogêneo para o heterogêneo".¹¹⁶

A experiência de leitura relacionava-se ao trabalho da escrita e ao problema da memória. Contou a Paulo que, diante de uma "pedra" [o texto] e de sua "petrificada memória", tivera que "tirar fogo". Disse: "Tirei algum; para tratar do povoamento de Minas precisaria de um ano, de que não disponho, e de um livro, que não escreverei: procurarei reduzir tudo a um artigo, que não será muito longo".¹¹⁷ Leitura densa — no sentido de profundidade e de peso —, pressão do tempo, necessidade de um livro inexistente, impossibilidade de escrevê-lo... resultado: escrita reduzida. Ler e escrever parece terem-se tornado, ao longo do tempo, atividades contraditórias: uma impedia a realização da outra. Anos depois, após a morte de Capistrano, Paulo Prado emitiria sua opinião sobre o texto do amigo: "Nos seus últimos escritos, a frase de Capistrano chegou à perfeição de extrema brevidade e singeleza, contraída numa sintaxe sem artigos, sem verbos auxiliares, despojada de adjetivos redundantes".¹¹⁸

João Ninguém, o bode e a onça

Certa vez, Capistrano contou a Paulo a história do bode e da onça:

O bode resolveu fazer roçado, foi à mata, botou abaixo um pau, um porque machado de pedra corta devagar. Levada pelo mesmo motivo, no dia seguinte a onça foi à mata e não muito longe cortou um pau. Voltou o bode no outro dia, viu cortado dois aonde só deixara um, disse: Nosso senhor está me ajudando! E cortou

¹¹⁵ Cartas a Paulo Prado de 18-11-1918, 5-2-1920, 13-2-1920, 1920 ("Domingo de Pascoela"), 5-5-1920 e 11-12-1922. Rodrigues (1977, v. 2, p. 388, 391, 394, 397, 398, 429, destaques meus).

¹¹⁶ Carta a Paulo Prado de 29-6-1923 ("dia de S. Pedro"). Rodrigues (1977, v. 2, p. 449-50, destaques meus).

¹¹⁷ Carta a Paulo Prado de 1920 ("Domingo de Pascoela"). Rodrigues (1977, v. 2, p. 397).

¹¹⁸ Prado (1928:3).

*novo pau. Por sua vez chegou a onça e vendo três paus derrubados em vez de um que deixara, disse: Nosso senhor está me ajudando...*¹¹⁹

O motivo para contar essa história era o trabalho sobre a língua dos índios bacairis, que vinha se arrastando há 25 anos. Em 1918, Capistrano menciona que há um quarto de século recolhera de um índio textos da língua bacairi, ou seja, em 1893. Grande parte havia se perdido com o tempo, mas ainda lhe restara material “suficiente para dar água pela barba”.¹²⁰ Ao longo de quase todo o período da correspondência com Prado, Capistrano menciona o trabalho sobre o bacairi. Em carta de 1920 afirma: “bem ou mal, ficarei livre deste compromisso, deveras pesado e inadiável”.¹²¹ Um ano depois, o bacairi tornara-se “velho e mofento pecado...”, que encontrara dois obstáculos sérios para ser concluído: passar a limpo os caderninhos de anotações (trabalho terminado entre 1918 e 1919) e a tradução. Capistrano sonhava: “Depois de terminada [a obra do bacairi], direi como o jabuti, que o urubu despenhara das alturas: se desta escapar, nunca mais bodas no céu”.¹²² Contudo, cinco anos depois — ou seja, após 33 anos do início da pesquisa — ainda conseguia dizer: “enquanto não desder o nó, não arredarei o pé”.¹²³ Em 1926, na reta final para a impressão do livro, teve problemas com a tipografia, decidindo deixar para mais tarde a obra completa, publicando apenas uma parte.¹²⁴ Em 1927, parecia que o trabalho iria desencantar, mas acabou não sendo publicado devido a problemas tipográficos e à morte de Capistrano.

Por várias vezes, Capistrano menciona estar “com o carro no toco e os bois na lama”,¹²⁵ ou seja, atolado no trabalho, preso em armadilhas que, provavelmente, ele mesmo construíra. Em carta a João Lúcio de Azevedo, escrita pouco antes de iniciar a correspondência com Paulo Prado, Capistrano afirma: “Comecei meu encantado estudo sobre as moedas, mas estou vendo que não sou mais capaz de escrever; ler posso indefinidamente, embora pouco guarde na memória”.¹²⁶ Capistrano achava que sua memória havia virado “cordão de areia”¹²⁷ e que estava “petrificada”.¹²⁸ Observa-se aqui a relação entre memória e escrita. Se a escrita requer a capacidade de construir relações, estas só são possíveis através do trabalho da memória, que recupera pontos de conexão entre os textos lidos, permite relacionar temas e ordenar as idéias no papel. A ausência da memória pode

¹¹⁹ Cartas a Paulo Prado de 19 e 22-3-1923. Rodrigues (1977, v. 2, p. 441).

¹²⁰ Carta a Paulo Prado de 18-11-1918. Rodrigues (1977, v. 2, p. 387).

¹²¹ Carta a Paulo Prado de 25-11-1920. Rodrigues (1977, v. 2, p. 405).

¹²² Carta a Paulo Prado de 13-2-1921. Rodrigues (1977, v. 2, p. 407).

¹²³ Carta a Paulo Prado de 6-1-[1926]. Rodrigues (1977, v. 2, p. 475).

¹²⁴ Carta a Paulo Prado de 23-12-[1925]. Rodrigues (1977, v. 2, p. 474).

¹²⁵ Carta a Paulo Prado de [1927] (“oitava da Anunciação”). Rodrigues (1977, v. 2, p. 479).

¹²⁶ Carta a João Lúcio de Azevedo de 19-3-1917. Rodrigues (1977, v. 2, p. 37).

¹²⁷ Carta a João Lúcio de Azevedo de 24-1-1917. Rodrigues (1977, v. 2, p. 26).

¹²⁸ Carta a Paulo Prado, “Domingo de Pascoela”, 1920. Rodrigues (1977, v. 2, p. 397).

tornar o texto repetitivo — impedindo a lembrança do que já foi dito — ou cheio de lacunas — ao favorecer o esquecimento do que se deveria dizer. Ao mesmo tempo, o excesso de memória pode provocar uma avalanche de referências, entre as quais é necessário escolher para que seja possível concluir os textos.

Por conta de outro trabalho atrasado — uma nota sobre Pedro Álvares Cabral encomendada por Afrânio Peixoto —, Capistrano repetia: “*vejo-me reduzido à situação do bode e da onça, incapaz de escrever mais de uma página por dia. E depois de Cabral, virá Caminha e Mestre João e Vespucci e...*”.¹²⁹ Dizia: “*o perigo e a sedução das notas conheço por demais*”,¹³⁰ mas não conseguia evitá-los. Chegou a ponto de sentir fobia na hora de escrever e de atribuir a um prefácio o título de “Fragmento de prólogo”, dada a impossibilidade de concluí-lo a contento.¹³¹

Sobre o prólogo das *Confissões da Bahia*, propôs a Paulo: “*em vez de concluir, melhor diria suspender. Chegado a certo ponto, surgiram novas e importantes questões, cuja solução pediria tempo*”. E a respeito do prefácio das *Denúncias*, comentou:

*Para preceder as denúncias do Santo Ofício tinha imaginado um estudo sobre a sociedade baiana do tempo. Não há meio da coisa tomar forma. Vou escolher outro assunto, gênero, erudição. Assim desencalharei; ficará o outro para algum dia em que melhore da cabeça.*¹³²

Pressionavam Capistrano até nos momentos de lazer para que ele atendesse às encomendas. Fernando Nobre, escritor paulista, ia publicar um livro histórico e pediu a Capistrano para escrever o prólogo. Em carta de Caxambu, Capistrano conta a Paulo a respeito do “homem de confiança” que Nobre lhe enviara: um “sentinela”, com um livro de 600 páginas e a ordem de só voltar com meu prólogo no bolso. Em resposta a Paulo, que perguntara o que ele iria escrever, disse: “*Estou lendo à razão de cento e tantas páginas por dia. Felizmente não tenho aqui livros: hei de limitar-me ao mínimo possível*”. Como “*escrever com sentinelas à vista não é das melhores cousas*”, o texto de Capistrano acabou não agradando.¹³³

Além da dificuldade para escrever livros, notas e prefácios, também tinha problemas com as separatas de seus próprios textos. Era comum a reprodução em volume ou opúsculos de trabalhos anteriormente publicados em periódicos. Para que isso acontecesse, Capistrano procedia ao que ele chamava de camuflagem do texto. Trabalho do qual não gostava. Reclamava com Paulo: “*Triste labuta é ter que preparar a separata dos*

¹²⁹ Carta a Paulo Prado de 19/22-3-1923, Rodrigues (1977, v. 2, p. 443).

¹³⁰ Carta a Paulo Prado de 26-3-1923. Rodrigues (1977, v. 2, p. 443).

¹³¹ Cartas a Paulo Prado de 23-12-1922 e 19-2-1925. Rodrigues (1977, v. 2, p. 432 e 463).

¹³² Cartas a Paulo Prado de 8-1-1924 e 12-11-1924. Rodrigues (1977, v. 2, p. 411 e 459).

¹³³ Cartas a Paulo Prado de 28-10-1922, 1922 (“véspera de S. Rui”, 4-11) e 17-11-1922. Rodrigues (1977, v. 2, p. 424, 425, 427).

próprios artigos. Qualquer coisa modificada aqui reage sobre o que vai adiante, se evitar contradições, não evitarei tombo”.¹³⁴

Ao que parece, um grande nó era construído a partir do momento em que Capistrano constatava a falta de “apenas mais um documento” e, ao notar que Paulo talvez não desse tanta importância às fontes, alertava: “*Lembre-se do apólogo do feixe de varas: a união faz a força*”.¹³⁵ A noção de feixe como um conjunto de objetos reunidos e presos parece exemplificar a representação que Capistrano fazia da escrita da história em certo período de sua vida. A força do texto não estaria na exposição de idéias, mas na comprovação delas através de documentos. O trabalho do historiador seria amarrar o feixe documental e sustentá-lo. Não bastava expor os pensamentos, era preciso comprová-los com documentos, não importando tanto seu ineditismo. O “preconceito do inédito” era muito forte no século XIX. Baseava-se na valorização das fontes arquivísticas, compreendidas como indício seguro da informação correta, fundamento da *verdade* histórica.¹³⁶ Mas, no início da década de 1920, Capistrano já podia afirmar: “*dispensó inéditos: jogo com as grandes massas. Inéditos há de bojar e rebojar Oliveira Lima. Inéditos podia descobrir Domício...*”.¹³⁷

Num determinado momento, a melhor opção lhe pareceu ser dividir as tarefas com amigos. Assim poderia se encarregar de apenas derramar “*a canela sobre o arroz-doce*”.¹³⁸ Achando que “*o pior de tudo é a preguiça*”, lembrava: “*em dois meses, fora de cartas, não escrevi uma linha aproveitável*”. Com dificuldade para escrever seus trabalhos de história, Capistrano escrevia cartas para não deixar o dia *sine linea*. Era, como boa parte dos homens de letras de sua época, um epistológrafo, escrevendo cartas às carreiras ou “*de pé no estribo, só para não demorar a resposta*”; à prestação — quando interrompia e depois retomava a escrita, devido a algum contratempo; de memória ou do coração — quando não tinha à mão a carta de alguém que demandava resposta; e segundo o preceito do Conselho Ultramarino — quando procurava tratar de um assunto por carta. Às vezes escrevia carta “pororoca” ou “minhocão”: grande demais. As maiores foram escritas para João Lúcio de Azevedo. Eram textos que faziam Capistrano pedir desculpas por ocupar tanto o tempo do leitor, além de prometer não fazê-lo de novo.¹³⁹

Lendo muito, perdendo a memória e escrevendo pouco. Em algumas de suas cartas publicadas — mais especificamente nas cartas produzidas na década de 1920 e en-

¹³⁴ Cartas a Paulo Prado de 22-12-1922 e 27-11-1924. Rodrigues (1977, v. 2, p. 431 e 460).

¹³⁵ Carta a Paulo Prado de 6-10-1922. Rodrigues (1977, v. 2, p. 419).

¹³⁶ Wehling (1999:153).

¹³⁷ Carta a Paulo Prado de 3-6-1922. Rodrigues (1977, v. 2, p. 415).

¹³⁸ Carta a Paulo Prado de 1923 (“oitava da Purificação”). Rodrigues (1977, v. 2, p. 440). Nessa carta, Capistrano menciona que Rodolfo Garcia se encarregaria da maior parte de um trabalho que lhe havia sido encomendado por Afrânio Peixoto.

¹³⁹ Por exemplo, cartas a João Lúcio de Azevedo de 30-6-1916, 14-9-1916, 15-11-1916, 25-1-1917, 3-9-1917. Rodrigues (1977, v. 2, p. 11, 15, 17, 21, 27, 63, 65); e cartas a Paulo Prado dos dias 1-4-1923 e 13-1-1924. Rodrigues (1977, v. 2, p. 445 e 451).

viadas para apenas sete dos seus correspondentes¹⁴⁰ —, Capistrano de Abreu assinou como “João Ninguém”, às vezes utilizando variantes como: “Dr. João Ninguém”, “Hans Niemann”, “Inútil João Ninguém”, “J. N.”, “J. Ninguém”, “João Ninguém da Ac. De A(dão) e E(va)”, entre outros.¹⁴¹ Esse recurso não pode ser confundido com um mero disfarce do nome do autor, que deseja permanecer no anonimato. O uso de pseudônimos era comum no mundo das letras do século XIX e do início do século XX.¹⁴² Mas Capistrano nunca assinava as obras que publicava como João Ninguém, apenas as cartas escritas no fim da vida e enviadas a um número restrito de destinatários. Nestas, evidentemente, não visava a ocultação. Ao proceder dessa forma, apenas na intimidade, passava uma mensagem: identificava-se para determinados correspondentes — talvez aqueles que considerasse, além de pares e/ou discípulos, os mais amigos — por uma assinatura que remetia a algo indeterminado.

Uma hipótese plausível para o uso da assinatura João Ninguém por João Capistrano de Abreu é partir da idéia de que Capistrano se sentia como um *leitor errante*.¹⁴³ Suas leituras e pesquisas tendiam ao infinito. Qualquer tentativa de realização através da escrita conduziria necessariamente ao erro, considerando que “*exprimir-se é sempre errar*”.¹⁴⁴ Esse impasse provocado pelo Capistrano leitor/pesquisador teria levado o Capistrano escritor à imobilidade e à inconclusão, o que era alimentado pela crença — expressa em algumas cartas — na inutilidade da existência e de toda ação. Além disso, não se pode esquecer que Capistrano dizia ter aversão aos títulos bacharelescos — valorizados como indícios de “ser alguém” em sua época. Escrevia que: “*de doutor ou bacharel nunca tive nada e cada vez ando mais apartado. (...) No Ceará fui chamado e muitas vezes*

¹⁴⁰ Eram eles: Mário de Alencar, Afonso de Taunay, João Pandiá Calógeras, João Lúcio de Azevedo, Paulo Prado, Rodolfo Garcia e Luís Sombra.

¹⁴¹ Pode-se supor que ele também tenha enviado cartas com essa assinatura para outras pessoas, não sendo tais cartas publicadas. Indício disso é que, em carta a Capistrano, Alberto Rangel — que não possui cartas enviadas pelo historiador cearense em Rodrigues (1977) — chamou-o de João Tudo, uma alusão a João Ninguém.

¹⁴² Em entrevista de 1912, Coelho Neto fala das razões que o levaram a usar pseudônimos: “*Ora, por motivos diversos e fins também diversos. O pseudônimo para mim não é bem um disfarce, uma máscara. Uso-o, às vezes, por uma espécie de curiosidade, para ver se o público aplaude a mim, Coelho Neto, ou à minha obra. (...) Aparecendo sob um disfarce que a ninguém fora antes revelado, eu me submetia ao melhor dos julgamentos da opinião dos meus amigos, dos meus colegas que por todos decidiam com a maior isenção de ânimo. (...) Eu visto certos nomes para com eles me achar mais à vontade, como quem traz trajes diferentes para o passeio e para a recepção. (...) Também meus pseudônimos marcam épocas diferentes, verdadeiros períodos da minha vida literária, fases diferentes do meu espírito. O pseudônimo adequava-se ao assunto e à preocupação da época. (...) Quando alguém toma o nome de uma conhecida criação literária é porque decerto se quis encarnar nela*”. Ver Nóbrega (1981:135-6).

¹⁴³ A inspiração para tratar Capistrano como leitor errante vem de Alberti (2000:179-241), que propõe pensar Fernando Pessoa como um escritor errante.

¹⁴⁴ Pessoa apud Alberti (2000:226).

chamei: 'seu home'".¹⁴⁵ Entre "seu home" e "João Ninguém" caminhava João Capistrano de Abreu, um historiador nômade, um leitor viajante que levava na bagagem o *Fausto*, de Goethe — "*um grande, um máximo livro*". Afirmava lembrar-se apenas da invocação feita pelo personagem principal:¹⁴⁶ "*O que possuo vejo ao longe, estranho. E real me surge o que se foi antanho*".¹⁴⁷

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. Um drama em gente: trajetórias e projetos de Pessoa e seus heteronômios. In: SCHMIDT, Benito (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edu-nisc, 2000. p. 179-241.
- AMED, Fernando José. As edições das obras de Capistrano de Abreu. *História: Questões & Debates*, Curitiba: UFPR, n. 32, p. 99-117, jan./jun. 2000.
- . *História ao portador: interlocução privada e deslocamento no exercício de escrita de cartas de João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação (Mestrado em História) — USP, São Paulo, 2001.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em João Capistrano de Abreu [1986]. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, n. 1, p. 28-54, 1988.
- BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas: Papi-rus, 2000.
- BESSONE, Tânia Maria. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- CÂMARA, J. S. *Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- CANABRAVA, A. P. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano. *Revista de História*, São Paulo: USP, v. 18, n. 88, out./dez. 1971.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- . Ler: uma operação de caça. In: CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. [1990] Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- . Avant-propos. In: CHARTIER, R. (Dir.). *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*. [S.l.]: Fayard, 1991.
- . *A ordem dos livros*. Brasília, DF: UnB, 1994.

¹⁴⁵ Carta a Paulo Prado de 14-9-1916. Rodrigues (1977, v. 2, p. 17).

¹⁴⁶ Carta a Paulo Prado de 18-11-1918. Rodrigues (1977, v. 2, p. 287-8).

¹⁴⁷ Cf. Goethe (1991:27).

DAUPHIN, Cécile. Pour une histoire de la correspondance familiale. *Romantisme*. Paris, n. 90, p. 89-92, 1995.

———; POUBLAN, Daniele. Maneiras de escrever, maneiras de ler: cartas familiares no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara et al. (Orgs.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo, RS: UPF, 2002.

DIAZ, Brigitte. *L'épistolaire ou la pensée nomade: formes et fonctions de la correspondance dans quelques parcours d'écrivains au XIXe siècle*. Paris: PUF, 2002.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si [1983]. In: ———. *O que é um autor?* [S.l.]: Passagens, Vega, 2000.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1991.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

HALE, J. R. (Org.). *Dicionário do Renascimento italiano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

MATOS, Pedro Gomes de. *Capistrano de Abreu: vida e obra do grande historiador*. Fortaleza, CE: Batista Fontinele, 1953.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Capítulos de Capistrano*. Rio de Janeiro: PUC, 1997. ms.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

NASCIMENTO, Alba Canizares. *Capistrano de Abreu: o homem e a obra*. [s.l.: s.e.] [1931].

NÓBREGA, Mello. *Ocultação e disfarce de autoria*. Fortaleza: UFC, 1981.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Paulo Prado — Retrato do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil I; um banquete nos trópicos*. São Paulo: Senac, 1999. p. 191-213.

PRADO, Paulo. *Paulística: história de São Paulo*. São Paulo: Gráfico, Monteiro Lobato, 1925.

———. Capistrano. *O Estado de S. Paulo*, 26 set. 1928.

———. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Organização de Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Maria Luiza Gaffrée. *Uma ruptura na historiografia brasileira: a formação intelectual de João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação (Mestrado) — UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

RODRIGUES, José Honório. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. In: *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1975.

——— (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 3v.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais [1988]. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

TREBITSCH, Michel. Avant-propos: la chapelle, le clan et le microcosme. *Les Cahiers de l'IHTP*, [Paris]: Centre National de la Recherche Scientifique, n. 20, p. 11-21, mars 1992a.

———. Correspondances d'intellectuels. Le cas des lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947). *Les Cahiers de l'IHTP*, n. 20, mars 1992b.

VAINFAS, Ronaldo. Capistrano de Abreu — Capítulos de história colonial. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil 1; um banquete nos trópicos*. São Paulo: Senac, 1999.

———. O apogeu do pessimismo: Paulo Prado e o Retrato do Brasil. In: SANTIAGO, Silviano (Org.). *Coleção Intérpretes do Brasil*. Brasília, DF: Fundação UnB, Nova Aguillar, 2000.

VENÂNCIO, Giselle Martins. “Sopros inspiradores”: troca de livros, intercâmbios intelectuais e práticas de correspondência no arquivo privado de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Maria Helena et al. (Orgs.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo, RS: UPF, 2002.

VIANNA, Hélio. Ensaio biobibliográfico. In: ABREU, Capistrano de. *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VINCENT-BUFFAULT, Anne. *Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PARTE II

CAPÍTULO 8

A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo

ANA MARIA MAUAD*
MARIANA MUAZE**

9 de janeiro

As 3 horas choveu bastante.

Estive aqui o Antônio Machado comprou 2 animais de carga por 200.\$000 rs

O comp^l jantou aqui.

Eu tenho passado muito mal do meu estomago não sei como hei de viver sem poder comer nada.

Alzira teve a triste notícia da morte a avó que faleceu dia 8 do corrente.¹

Diário da viscondessa do Arcozelo

Os registros do cotidiano e da construção da auto-representação dos fazendeiros da região do vale do Paraíba são variados, destacando-se a correspondência pessoal, os inventários *post mortem*, os cadernos de lembranças, os “livros de assento”, os recortes de jornais com notícias sobre a região, os relatos de viajantes e as fotografias. Os documen-

* Doutora em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora adjunta do Departamento de História da UFF.

** Doutoranda em história na UFF.

¹ Nos trechos pinçados do diário da viscondessa do Arcozelo será mantida a ortografia da época e a pontuação da autora.

tos produzidos com uma função social específica são importantes testemunhos dos modos de ser e agir do passado. Mas a aparente objetividade do relato não deve matizar a sua capacidade de construir representações sobre práticas cotidianas.

Considerando a documentação pernambucana, Evaldo Cabral de Mello sugere que a raridade dos diários íntimos na sociedade escravocrata do Brasil colonial e imperial, comparada à abundância desse tipo de relato no Sul escravocrata dos Estados Unidos, está associada, como disse Gilberto Freyre, ao catolicismo do brasileiro e ao protestantismo do norte-americano: “*aquele podia recorrer ao confessorário, mas a este só restava o refúgio do papel (...) Ao passo que no catolicismo o exame da consciência está tutelado na confissão pela autoridade sacerdotal, no protestantismo ele não está submetido a interposta pessoa*”.²

No Brasil imperial, as formas de registro privadas mais comuns foram os chamados “livros de assento”, cadernos de anotações em que o chefe da família apontava os principais acontecimentos da história doméstica (casamentos, nascimentos, batizados e falecimentos). O objetivo prático desse tipo de registro era desenvolver estratégias cotidianas que impedissem o esquecimento e garantissem o controle da informação, principalmente no que dizia respeito a operações associadas à preservação do patrimônio, como: o dinheiro que se emprestou ou se tomou emprestado, os lucros ou os prejuízos com as safras etc. Outra forma de narrar o cotidiano eram os relatos de memória, que desfiavam os fios do passado através de marcos cronológicos significativos, bem ao gosto da escrita da história tradicional.

Em 1907, anos depois do auge cafeicultor do vale do Paraíba, o visconde de São Laurindo, digno representante da classe senhorial, dono de homens e terras em Bananal, passou a limpo sua vida na *Cronologia da família Almeida*. Organizada no sítio de São Geraldo, quando o visconde já se encontrava bastante doente, o livro tece seu passado através de eventos, como registros de natais em família, casamentos, falecimentos, condecorações recebidas e dívidas. O tom da narrativa é monócórdio, numa sucessão de datas e acontecimentos. Somente alguns comentários permitem entrever a melancolia de quem já viveu dias melhores: “1891 — *Falece o Imperador do Brasil — D. Pedro II. Falece em Paris, banido pelos usurpadores republicanos; pelos ingratos traidores, especuladores e covardes, vencedores pela traição dos quartéis*”.

Anos mais tarde, cai doente com grave enfermidade da próstata, reclama das dores, mas notifica as missas, as orações na casa que pedem por seu restabelecimento e o valor cobrado pelas visitas médicas. Finaliza seu relato com um suspiro de reconhecimento, mesmo sem a riqueza e a fartura dos tempos do café, os filhos não o abandonaram: “*Deus lhes pagará o bem que fizeram a seu velho papai tão doente*”.³ Dias depois o visconde falece.

² Mello (1997:386).

³ Para ambas as citações, ver a *Cronologia da família Almeida*, do visconde de São Laurindo.

Delimitando a diferença entre o nós e o outro,⁴ os relatos dos viajantes que percorreram a região do vale do Paraíba entre 1840 e 1870, período áureo da produção de café, constituem um bom contraponto para se observar as diferentes leituras de uma mesma paisagem. O viajante francês Adolphe d'Assier,⁵ em sua visita a uma fazenda do vale do Paraíba, descreve minuciosamente tudo o que vê e vivencia. A leitura de seu relato nos dá a impressão de que boa parte da figuração desse mundo rural oitocentista foi criada com base nas “tintas” ou nas chaves de leitura dos estrangeiros, que nos olhavam de fora e teimavam em nos cadastrar à luz da linha evolutiva da sociedade européia. O relato trata os negros de bestiais e os senhores com um certo cinismo invejoso — por possuírem riqueza, mas não saberem fazer uso adequado dela segundo os padrões europeus —; por isso, ora são sovinas e rudes, ora perdulários e desprovidos de etiqueta, mas, em geral, são todos desconfiados.

Ao se ler o diário da viscondessa do Arcozelo, que se encontra no Museu Imperial de Petrópolis, e outras narrativas escritas por brasileiros pertencentes à boa sociedade, principalmente a documentação íntima, fica a clara sensação de descompasso entre as duas maneiras de narrar o cotidiano. De um lado, as narrativas dos viajantes, escritas para registrar, mas também para tornar pública a opinião postulada por alguém que se considerava um especialista, operam com a chave de leitura clássica do período — civilização *versus* barbárie. De outro, as escritas da intimidade, que revelam um cotidiano repleto de estratégias de sociabilidade e convivência num ambiente permeado pela diferença social, pela tensão de classe e pela luta continuada por manter a riqueza num mundo em transformação.

A viscondessa e seu diário

A viscondessa do Arcozelo, ou Maria Isabel de Lacerda Werneck, era casada com Joaquim Teixeira e Castro, médico português radicado no Brasil, agraciado pelo rei de Portugal com o título de visconde do Arcozelo (região de Portugal onde nascera). Em 1867 herdaram do barão do Pati do Alferes, pai de Maria Isabel, a Fazenda Monte Alegre, na região de Pati do Alferes, comprando depois, dos demais herdeiros do barão, a Fazenda Piedade e, de outros, a Fazenda da Freguesia.

A história da viscondessa, de sua família e de tantas outras famílias do vale do Paraíba desenrola-se no marco da consolidação de uma aristocracia cafeeicultora, dignitária do Império, cujo poder provinha da posse de terras e escravos. As plantações de café espalharam-se pelas terras do vale do Paraíba desde os anos 1820, atingindo seu esplendor na década de 1850. O café passou a ser o produto de maior exportação do país, e a ri-

⁴ Expressão tomada de empréstimo de Todorov (1993).

⁵ D'Assier (1867), apud Mauro (1991). O próprio texto de Mauro reitera a forma estereotipada utilizada pelo viajante para descrever a sociedade brasileira imperial.

queza gerada por ele promoveu o desenvolvimento econômico de cidades e portos da região fluminense.

Porém, o café, que tanto enriquecia os fazendeiros, empobrecia suas terras, principalmente as do estado do Rio de Janeiro — montanhosas e íngremes —, onde a derubada desordenada da mata, aliada à precariedade das técnicas de cultivo, favorecia a erosão e a perda da matéria orgânica do solo. Em 1862, a baronesa do Pati do Alferes, como inventariante dos bens deixados pelo marido, registrou:

A absoluta falta de terras para novas plantações de café não permitiu estender os cafezais (...) infelizmente devo relatar que, em todas as nossas fazendas, que cobrem uma área de 21.104.000 de braças quadradas, ou seja, quase duas e meia léguas quadradas (...) não possuímos duzentas braças quadradas de mata virgem de primeira qualidade.⁶

Apesar do desgaste do solo e da conseqüente baixa de produção do café, os donos das fazendas da região gozaram de prestígio e poder durante todo o Segundo Reinado. Entre eles, o pai de Maria Isabel, cuja riqueza, por sua vez, fora herdada dos pais. Em 23 de agosto de 1848, falecendo Francisco Peixoto de Lacerda e, pouco depois, sua esposa Ana Matilde Werneck, os bens do casal, entre os quais a Fazenda Piedade, passaram a seu único filho, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.

Ao longo da vida, o coronel da Guarda Nacional Francisco Peixoto de Lacerda Werneck participou de várias empreitadas para a manutenção da ordem. Em 1838 atuou na repressão ao levante de escravos liderado por Manoel Congo, na Fazenda Esperança, e em 1842, da contenção da Revolução Liberal de Minas Gerais. Pelos serviços prestados ao país, o coronel Francisco Peixoto de Lacerda Werneck foi agraciado com o título nobiliárquico de 2º barão de Pati do Alferes, por decreto de 5 de dezembro de 1852 e, no ano seguinte, com honras de grandeza. Membro da Assembléia Provincial Fluminense por várias legislaturas, possuía grandes propriedades nos municípios de Vassouras e do Iguaçú, era comendador da Imperial Ordem da Rosa, cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Imperial — um dos vultos de maior relevo na época do esplendor cafeeiro fluminense.⁷

Dedicado e cuidadoso na manutenção de uma vasta riqueza, que compreendia fazendas, ricas casas de moradia, palacetes assobradados construídos nas vilas da região — um deles visitado pelo imperador quando de sua viagem de 1858 ao vale do Paraíba —, além de móveis importados e de um grande número de escravos, o barão, em 1847, es-

⁶ A área total das terras era de cerca de 81km². Extraído do *Relatório do estado de nossa casa, desde 6 de dezembro de 1861 até 6 de dezembro de 1862*, p. 105 do inventário de 1862, do falecido barão do Pati do Alferes; fazendas Monte Alegre, Manga Larga, Piedade, Sant'Ana, Palmeiras, Monte Líbano, Conceição. Inventário, Cartório do 1º Ofício de Vassouras, apud Paula e Ponde ([19-]:97).

⁷ Paula e Ponde ([19-]:103).

creveu para o filho Luiz um livro sobre a Fazenda Piedade intitulado *Memória sobre a fundação e costeiro de huma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Editado pela Casa Laemmert, o livro foi muito bem recebido pelos cafeicultores, atentos aos conselhos de um proprietário tão bem-sucedido, além de ser considerado por Taunay um precioso informativo sobre as fazendas da região.

O barão do Pati do Alferes faleceu de congestão cerebral em de 22 de novembro de 1861. A baronesa, nomeada inventariante dos bens, desempenhou a função com minúcia, deixando detalhado registro da vida nas fazendas entre 1862 a 1866, quando também faleceu. Imbuída do mesmo espírito do marido, a baronesa anotava tudo o que achava interessante em sua administração e, com isso, reuniu dados importantes sobre as condições de vida da época, como fica evidente na seguinte passagem:

*Os escravos ficavam sujeitos a infecções respiratórias, nos lugares onde descascavam e peneiravam o café, exposto ao sol por meio de pilões e peneiras produziam pó muito fino prejudicial a saúde dos escravos afetando-lhes particularmente os pulmões.*⁸

Da mesma forma que seu pai e sua mãe, cerca de 20 anos depois, em 1887, Maria Isabel, então viscondessa do Arcozelo, registra o seu dia-a-dia num livro de anotações. Encadernado, com capa dura coberta de papel marmorizado em tons de marrom, com uma etiqueta do editor A. Brandão, o caderno denominava-se *Diário de lembranças*. Em sua segunda capa, uma folhinha dá conta dos meses, dos dias santos do primeiro semestre e das fases da lua; na terceira capa, o mesmo ocorre para o segundo semestre. As páginas são encimadas pela publicidade de algum estabelecimento da Corte do Rio de Janeiro. Na folha de rosto constam as seguintes informações impressas: ano; local de publicação; número de páginas; relação alfabética das estações das estradas de ferro nas províncias do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo; itinerário dos bondes da companhia Carris Urbanos; folhinha e avisos para pagamentos de impostos; anúncios de companhias e estabelecimentos comerciais importantes.

Em cada página, logo abaixo da linha que separa o cabeçalho com a indicação de dia e mês e a publicidade da casa comercial ou empresa, estão dispostas linhas horizontais cortadas por duas linhas verticais paralelas e separadas por cerca de 5cm, no lado esquerdo da página, prevendo o uso para registro de contabilidade.

Existem muitas páginas cortadas com tesoura, mas não há evidências claras de que a dona do caderno as tenha efetivamente cortado. As páginas 12, 13, 14 e 15 de abril foram arrancadas e a do dia 17 está em branco. Nas demais, registrou-se em letra miúda, a bico-de-pena, um conjunto de informações cotidianas que, em geral, nunca ocupam

⁸ Inventário de 1862, do falecido barão do Pati do Alferes; fazendas Monte Alegre, Manga Larga, Piedade, Sant'Ana, Palmeiras, Monte Líbano, Conceição. Inventário no Cartório do 1º Ofício de Vassouras, apud Paula e Ponde ([19-]:120).

uma página inteira. Algumas vezes a viscondessa escreve sobre o que aconteceu no dia e usa um tipo de tinta, logo abaixo inclui outra informação que nada tem a ver com o que estava escrevendo, com outro tipo de tinta, dando a impressão de que escreveu em outro dia. Esse é o caso de uma lista de escravos batizados. Foram todos batizados nos dias 25 e 28 de setembro de 1887, mas como seus nomes não caberiam todos na página dos referidos dias, o registro foi feito logo abaixo das notícias de 27 de março de 1887.⁹

O que a viscondessa faz por excelência é registrar para não esquecer, devido ao grande movimento de mercadorias e de pessoas pelas fazendas. Por ocasião da distribuição de juponas e paletós para os escravos durante o rigoroso inverno daquele ano, ela não deixa escapar nenhum nome, a fim de que a distribuição fosse equitativa. Em 22 de julho anota: “*Todos os pretos de M. alegre tomarão juponas e as pretas paletós de Baeta*”, completando a informação no dia 15 de agosto: “*Não dei jupona ao Pedro Bla. Por que já tinha dado. Da Freguezia não dei ao Martiniano nem ao Laurentino e aqui não dei a Meacela Mônica Calrimundo e J. todos os mais tomarão*”.

Só em poucos momentos escreve sobre seus sentimentos — todos de apreço, preocupação ou desagrado, pois ficam subentendidos pela ênfase com que se refere a certos temas, como a saúde dos filhos, o tempo atmosférico, o controle das mercadorias da casa e a colheita de café. Ao longo do ano, escreve diretamente sobre si mesma apenas nove vezes:

Eu tenho passado muito mal do meu estomago não sei como hei de viver sem poder comer nada. (9 de janeiro)

Amanheci doente e passei o dia todo de cama. (16 de fevereiro)

Estive o dia muito triste, o almoço e o jantar muito ruim por falta de peixe. (8 de abril)

Partio D. Sarah as 5 ½ tive muita pena dela. (21 de maio)

Amanheci com enxaqueca, mas tarde levanteime. (4 de junho)

Sangueime com a Luidgera, e mandeia lá para baixo. (11 de setembro)

Recebi carta de Ernesto em que diziam que Maria Paula continua doente e que a Mariquinhas não passava bem. Encommodoume muito essa notícia. (29 de setembro)

De tarde fui para a cama com enxaqueca. (3 de outubro)

Eu não gostei que elle ficasse e já espero pela desfeita. (31 de dezembro)

O mal-estar ocasionado por enfermidades, o medo da perda de entes queridos, o afeto e o rigor com que trata todos que a circundam e a ajudam na lida diária circuns-

⁹ O registro está reproduzido mais adiante, na seção “Marcas do tempo no passar dos dias”.

crevem o universo no qual a viscondessa nutre a sua sensibilidade. Por vezes, o tom é de confiança, mas, em geral, a sensação que fica no leitor é que a viscondessa não escreve todos os dias e, sim, que de vez em quando tira um tempo para registrar, selecionando, os acontecimentos relevantes que devem ser lembrados posteriormente. Isso é evidenciado pelo fato de ela muitas vezes escrever algo, riscar e repetir no dia seguinte, como se sua memória a tivesse traído momentaneamente no ordenamento dos acontecimentos:

1 de março

Víamos todos almoçar aqui a Freguesia. Alzira, D. Sara, Francisquinho e os meninos vierão a cavalo. Maria Paula, Eu e o Castro viemos de Troll. As 2 horas chegou Ernesto, veio com o irmão de Alzira. Foi uma surpresa para Alzira, pois ella não esperava o irmão. Resolvemos a ir todos amanhã passar a Freguesia. Foi o troll a Ubá buscar Ernesto.

Raul vai melhor.

De tarde choveu um pouco.

2 de março

Hoje é que chegou o Ernesto, e não hontem como escrevi na outra página, viemos hoje de Monte Alegre almoçar aqui na Freguesia.

O relato da viscondessa em seu *Diário de lembranças* resignifica seu cotidiano a partir de um conjunto de narrativas que tanto descrevem quanto prescrevem um certo *habitus* elaborado pela experiência de classe dos membros da boa sociedade/aristocracia cafeicultora oitocentista.¹⁰ O conjunto é formado pela narrativa da lida diária, das relações sociais de classe, da rede de sociabilidade, da manutenção do patrimônio e do cuidado com os filhos. Um dado importante é o fato de o diário ser escrito por uma senhora com título de nobreza da mais alta qualidade, cujas origens remontam a Portugal. A narradora constrói, através de seu relato, os diferentes papéis femininos assumidos na dinâmica de uma família da aristocracia rural oitocentista. Impressões diárias do ano de 1887, nas quais se desvenda o cotidiano da aristocracia brasileira, bem menos glamouroso do que nos relatos das festas e do luxo das ocasiões especiais, mas bem mais detalhado para o conhecimento dos hábitos e da intimidade doméstica.

¹⁰ Utilizamos a definição de *habitus* de Norbert Elias, que entende o conceito como uma forma de sentir e agir não-reflexiva, equivalente a uma segunda natureza, que, por meio do disciplinamento das pulsões e do autocondicionamento psíquico, pouco a pouco se incorpora à estrutura da personalidade do indivíduo. Tanto em sua análise quanto na perspectiva aqui adotada, este conceito tem importância definitiva como forma de identidade e coesão de grupo. Ver Elias (1993, v. 1 e 2; e 1995).

Em todos os registros privados do século XIX, as noções de tempo e espaço estruturam a representação do cotidiano social. Em tais relatos, o tempo é apresentado como o motor do movimento contínuo de novidades e transformações da vida. No diário da viscondessa do Arcozele, o tempo é plural. O tempo climático, do frio e da chuva; o tempo de vida dos filhos que crescem e dos netos que nascem; o tempo da colheita do café e da garantia da riqueza; o tempo dos escravos e de suas tarefas diárias. Múltiplos tempos que se sucedem na construção dos dias. Já a noção de espaço ordena as esferas das experiências e estabelece a hierarquia dos lugares sociais. Sendo assim, o espaço doméstico, das tarefas diárias e do crescimento das crianças, é contíguo ao espaço da produção, onde a riqueza é gerada, e ao espaço do poder e do governo da casa. Eles se opõem ao espaço da cidade, onde não se produz, mas se gasta, e ao espaço das matas que ainda rodeiam as fazendas, onde os negros fugidos se escondem e os animais selvagens espriam: *“Matouse na porta do pomar um Juraracuçu, que media 1 metro e 56 decímetros, tinha dentro 35 ovos”*. (24 de outubro)

Cotidiano, governo da casa e cuidados com a família

Nascida em 26 de novembro de 1840, Maria Isabel conheceu seu futuro marido aos 13 anos de idade, quando este foi chamado por seu pai, o barão do Pati do Alferes, para ser médico exclusivo de suas fazendas. Dois anos depois, aos 15 anos, ela se casava com o médico-cirurgião português Joaquim Teixeira de Castro, na época com 30 anos de idade, com o qual teve cinco filhos: Ernesto Teixeira de Castro (1857), aos 17 anos; Francisco Werneck Teixeira de Castro (1861), aos 21 anos; Luiz Werneck Teixeira de Castro (1866), aos 26 anos; e uma década depois, mais dois: Mario Werneck Teixeira de Castro (1877), aos 37 anos, e Raul Werneck Teixeira de Castro (1880), aos 40 anos de idade, fato pouco típico para a sociedade da época.

Quando escreve seu diário, Maria Isabel tem 48 anos e possui o título de viscondessa, por conta da concessão honorífica dada a seu marido em 1874 pelo rei de Portugal. Mas em momento algum do texto se autodenomina viscondessa. Além disso, todas as vezes que se refere ao marido, chama-o de Castro.

A fortuna da família no ano em que a viscondessa redige suas notas diárias pode ser inferida do relato, mas a confirmação detalhada vem do inventário do visconde, falecido, devido a um surto de febre amarela, em 1º de maio de 1891:

no Rio de Janeiro – 10 casas na rua da Relação; 2 casas na rua dos Inválidos e a mobília existente no prédio nº 5 da rua Almirante Tamandaré. Em Portugal – na cidade do Porto, Freguesia do Arcozele – várias propriedades. No município de Vasouras as fazendas Arcozele, Monte Alegre e Piedade, com casa residência com capela e mais dependências, 4 casas em mal estado; um moinho em mal estado; uma casa onde se aça o engenho; um rancho para a tropa; uma casa-enfermaria para velhos.¹¹

¹¹ Paula e Ponde ([19-]:137).

Entre as três fazendas o dia-a-dia se desenrolava. As atividades eram muitas e as visitas inúmeras, havendo sempre convidados para almoço, jantar e pernoite. Todos os itens ligados à gerência da casa eram anotados detalhadamente: os gastos com a compra de tecidos, com produtos para consumo da casa, com produtos para serem vendidos; as reses que se matavam a cada dois dias e o quanto pesavam; as despesas com o essencial e com “miudezas”; os alqueires de café colhidos; os estragos na agricultura causados pelas chuvas; o pagamento de mercadorias aos escravos; as gorjetas pagas aos empregados; as roupas distribuídas aos escravos; os escravos libertos e os batizados; o pagamento de dívidas e serviços; o pagamento de ordenados; a compra de roupas e utensílios domésticos, enfim, a administração das fazendas exigia atenção diária.

Esse conjunto de temas delimita o espaço da cotidianidade, que se diferenciava do espaço da sociabilidade pública, ao mesmo tempo em que definia, nos contornos da sociedade brasileira oitocentista, um certo tipo de esfera íntima. Por não haver investimento de sentido na valorização do indivíduo, o que é próprio dos valores burgueses das sociedades européias, o sujeito social que constitui essa intimidade é sobretudo a família.

Numa primeira camada narrativa, tem-se a família nuclear: o casal e os filhos são o que há de mais caro e fundamental. Numa segunda camada, a família extensa: primos, irmãos, sobrinhos, compadres e comadres compõem a rede na qual se reiteram as solidariedades de classe. E numa terceira camada estão os trabalhadores que sustentam a reprodução da riqueza: nesse caso, a proximidade é a garantia do controle. Cada uma dessas camadas narrativas desempenha importante papel na produção do sentido social do cotidiano oitocentista.

Das três fazendas mencionadas nas anotações da viscondessa, a Monte Alegre foi herdada do pai. A Fazenda Piedade, a mais antiga de todas e a mais decadente na época, como se pode avaliar pela descrição constante no inventário do visconde, foi depois comprada do irmão, o dr. Luiz Peixoto de Lacerda Werneck. Por fim, tem-se a Fazenda da Freguesia, comprada logo após o marido ter sido agraciado com o título de visconde. O nome mudaria para Arcozelo, mas a mudança não deve ter ocorrido, pois em momento algum ela é assim chamada.

A fazenda onde a família mora é a Monte Alegre, a maior e com mais recursos. No entanto, visitam frequentemente a Fazenda da Freguesia, passando lá alguns dias:

Depois do almoço partimos para a Freguesia para passarmos uns dias. Alzira, Francisquinho, Mario e Raul vierão a cavalo. Eu D. Sara e o Castro viemos de Troll. (12 de janeiro)

Cinco dias depois retornam Viemos hoje da Freguesia almoçar aqui. O Troll deo duas viagens primeiro vi eu e D. Sara e o Castro depois veio Alzira e Francisquinho, Mario e Raul vierão a cavallo. (17 de janeiro)

A proximidade entre as fazendas facilitava o controle da distribuição dos produtos e mercadorias necessários à manutenção diária de cada uma. Tais produtos incluíam ví-

veres, material de limpeza, louça para uso variado e tecido para a costura de roupas para os trabalhadores e moradores da casa. As saídas e entradas de mercadorias eram registradas com cuidado, diferenciando-se as que se destinavam ao consumo interno das que deveriam ser vendidas.

Além disso, a grande circulação de pessoas na fazenda obrigava a um reabastecimento constante, o que é confirmado por numerosas anotações sobre preços de comidas, alimentos e encomendas. Os animais abatidos ou comprados tinham seu peso e preço registrados, como se fosse preciso calcular quanto tempo levaria para serem consumidos. Para se manter uma casa em funcionamento, com grande quantidade de refeições servidas, incluindo membros da família nuclear, escravos domésticos e pessoas em visita, eram fundamentais uma organização e controle rígidos de preços, entradas e saídas de produtos.

Matou-se um capado pezou 8 ½ @

Sei ao Manoel Pinheiro para encomendas de 25 caixas de sabão Oluni, e 4 duzias de Tejelas, 4 Barris para água 100.000. (2 de fevereiro)

Matouse um porco pezou 12 @as. (26 de novembro)

Mas não se controlava apenas o entra-e-sai de mercadorias; a circulação de dinheiro também era mantida sob estrita vigilância, discriminando-se os pagamentos feitos, as dívidas cobradas e o montante destinado aos filhos. Ao longo do ano multiplicavam-se referências como:

A Elvira pagou-me o que devia-me 283\$200. (15 de janeiro)

Mandei a Alzira 24 cabeças de galinha, e frangos e 10 duzias de ovos

O Telles pagou o porco 120.000.

Engarrafei o vinho a Cezar para o gasto 1 barril deo 64 garrafas.

Recebi 12 malas de carne seca com 60 kilos cada uma, forão 4 para Freguezia e um rolo de fumo fiquei com 4 rolos. Recebi 20 caixas de sabão para vender 3 caixas de kereosene para o gasto. Foram duas malas de carne para a Pe. (3 de novembro)

O registro detalhado do custo do trabalho e do preço das mercadorias compradas e vendidas denota o controle rigoroso que a viscondessa exercia sobre as finanças domésticas. É significativo também o fato de que, durante os dias que passa em Caxambu, de férias, ou na Corte, ela não deixa de registrar diariamente o montante de despesas, chegando algumas vezes a minúcias:

<i>Paguei a conta do hotel</i>		
<i>Penção 11 dias</i>	<i>200.000</i>	
<i>Vinho</i>	<i>19.800</i>	
<i>Troll.....</i>	<i>90.000</i>	
<i>Condução das malas</i>	<i>11.000</i>	
<i>Sellos</i>	<i>1.700</i>	
<i>Sabão</i>	<i>1.900</i>	
<i>4 chapéos</i>	<i>20.000</i>	
<i>Dei a Arthur e a Lucia</i>	<i>17.000</i>	
<i>Gorgeta e um caixão de maçãs</i>	<i>9.000</i>	
<i>Comprei umas cousas que precisava</i>	<i>17.000</i>	
<i>Comprei um Bahu</i>	<i>2.000</i>	
<i>Comprei uns Biscoutos</i>	<i>1.000</i>	
<i>Dei ao Francisquinho</i>	<i>2.500</i>	
<i>Doce</i>	<i>4.200</i>	
<i>Conta da quinzena</i>	<i>241.700</i>	
<i>Gorgeta</i>	<i>12.000</i>	
<i>Biscoutos</i>	<i>15.000</i>	
<i>21 conta do hotel e condução</i>	<i>148.000</i>	<i>(1º de abril)</i>

A principal atividade econômica das fazendas era o cultivo de café, mas, quer devido à própria natureza desse cultivo,¹² quer à gradual decadência desse produto no mercado internacional, já no ano de 1887 o que se observa é uma grande diversificação de atividades. A viscondesa compra açúcar para vender, assume a venda de animais, empresta dinheiro, recebe constantemente mercadorias variadas da Corte para fins mercantis. Isso indica uma grande movimentação de bens e produtos entre as fazendas e o Rio de Janeiro, que contava na época com a facilidade da ferrovia, cuja construção fora finalizada em 1862. Aliás, em 1887, como registra a viscondessa em 8 de fevereiro, já se pla-

¹² Stein (1961), historiador norte-americano que estudou o caso do município de Vassouras, explica que as técnicas de produção das fazendas eram rudimentares: começava-se limpando o terreno com queimadas na floresta, em seguida plantavam-se os cafeeiros em fileiras perpendiculares às curvas de nível, o que facilitava a colheita, mas também a erosão do solo. O cafeeiro é um pequeno arbusto que floresce duas vezes ao ano, em março/abril e em setembro/outubro; enquanto o arbusto ainda era jovem, plantava-se entre as fileiras milho, feijão e mandioca para protegê-lo do sol.

nejava ampliá-la: “*As 3½ chegarão aqui Manoel Bernardes, Barão de Araújo, Maia e o irmão. Vierão tratar da estrada de ferro daqui a Petrópolis passando por entre rios. Jantarão e retiraram-se de tarde*”.

Na agricultura, observa-se o crescente cultivo de milho, arroz, feijão e cana, para consumo próprio e para venda interna. Na criação de animais, a pecuária de grande porte divide terreno com a criação de pequenos animais, principalmente frangos e porcos.

Principiou-se a plantar milho nas 3 fazendas. (2 de setembro)

Recebi 2 lombos e uma pá de porco da Freguezia, e 6 frangos

Desde que a Fazenda é minha é a primeira vez que recebi frangos de lá. (2 de dezembro)

Matouse um porco pezou 11 @as.

Até hoje matouse aqui 32 porcos foi a despeza do anno, três destes não forão para a casa dei de presente. (28 de dezembro)

Apesar da diversificação, a época da colheita é tratada com distinção pela viscondessa, que registra o montante colhido em cada fazenda e avalia o resultado da produção anual. Entre os meses de agosto e dezembro, o tema colheita de café surge 12 vezes e, durante o mês de setembro, as atividades se intensificam, havendo grande mobilização de mão-de-obra entre as três fazendas:

Principiou-se a colheita do café das águas. (29 de agosto)

O Castro mandou vir a gente da Piedade para apanhar café aqui

Mandei 6 raparigas e os dous cosinheiros apanhar café. (12 de setembro)

As 9½ ameaçou muita chuva, veio toda a gente da roça recolher café. (15 de setembro)

Amanhã colherão 515 alqueires de café 27 pessoas. (17 de setembro)

Concluiu-se hoje a colheita de café 28 mil alqueires. (3 de dezembro)

Quanto à posse da terra, pouco se esclarece. Além da existência das grandes fazendas, não se menciona qualquer forma de parceria, pequena propriedade ou conflitos de terra na região. O silêncio sobre esse assunto contrasta com a riqueza de detalhes a respeito das formas de trabalho na agricultura e no interior da casa. Os escravos são presença constante e podem ser denominados pretos, mas também pardos e *creoullos*, para diferenciá-los dos libertos, da gente da roça e dos feitores. Evidencia-se, no relato, a decadência gradual do trabalho estritamente escravo, que é substituído pelo trabalho remunerado, dentro e fora de casa.

Chico acabou de fazer a matricula

Ficarão livres das três fazendas 37 escravos

Monte Alegre: Ventura, Miguel, Mathias, Domingos Carreiro, Caetano, Dionísio, Jachinto, Custodio Cabinda, Laureano, Polycarpo, Eufrazia, Carolina, Anacleto Luiza, Maria Conga.

Piedade (Pe) — Madalena, Eugenia, Bento, Mathias, Antonio Monjelo, Adriano, Faustino, Felipe, Thereza, Ma Cassange, Dmingos Congo, Gertrudes Benguela, Francisca Bengulea, Candido, Drezida, Ambrosio Fromigueiro, Clemente, Tude, Marcelina.

Freguesia – João Cassange, Ephigenia, Miguel, Rodrigo. (31 de janeiro)

Deilhe de ordenado da Balbina 30.000. (27 de agosto)

O Castro dice aos pretos que os que apanhase de 6 alqueires de café para cima recebem 300\$ por alqueire. (5 de outubro)

Cabe ressaltar que a tática de premiar os escravos como forma de incentivá-los ao trabalho e ao aumento da produtividade já era praticada pelo barão do Pati do Alferes, sogro de Castro, que passara seus ensinamentos à família através do seu livro, onde escreveu:

um dos melhores expedientes que (em principio quando meus escravos não sabiam apanhar café) estabeleci; e de que tirei muito bom resultado, foi o dos prêmios, v.g, marcava cinco alqueires como tarefas, e dizia-lhes: “todo aquele que exceder, terá cada quarta 40 réis de gratificação”; com este engodo que era facilmente observado, consegui que apanhassem sete alqueires, que ficou depois estabelecido como regra geral.¹³

É claro que, 40 anos depois, como revelam várias pistas deixadas pela viscondessa em seu diário, as práticas utilizadas para administrar a mão-de-obra nas fazendas já haviam sido modificadas, incluindo-se o pagamento de salários. Paralelamente, uma série de passagens do diário evidenciam a preocupação da autora em minimizar o peso da escravidão, pois enfatizam que seus escravos viviam em boas condições. Isso se deve tanto ao crescente apelo do movimento abolicionista, quanto à ideologia do convencimento, que investia na crença da existência da convivência harmônica, que “naturalizava” os lugares atribuídos socialmente, apesar das resistências.

No Dia de Reis, 6 de janeiro, “os pretos de casa cantarão os Reis” e, no Dia de São João, “os escravos farão festa”. Ao longo do ano, ela fornece roupa aos escravos: “Todas as

¹³ Pati do Alferes (1847:21), apud Silva e Reis (1989:28).

pretas, e creanças das 3 Fazendas tomarão roupa” (20 de fevereiro) e no inverno distribuiu roupas mais quentes: *“Todos os pretos de M. alegre tomarão juponas e as pretas paletós de Baeta*” (24 de julho). Além de não deixar de anotar no dia 23 de outubro que *“todos os dias os pretos comem carne, ½ @ para aqui 5 kilos para a Freguezia e 4 kilos para Pe.”* e que folgam no domingo, ausentando-se da fazenda, como fica registrado num comentário de 24 de julho: *“Esteve o Olimpio Telles, que veio pedir alguns pretos p^a ajudarem a conduzir o corpo da prima Candinha que sepulta-se hoje as 4 horas. Os pretos não forão por ser domingo, e não se encontrar nenhum em casa”*.

Por ocasião da transferência de uma escrava da fazenda para a Corte a fim de servir de ama-de-leite para sua netinha recém-nascida, um tom de dúvida marca o registro: *“fui ver uma ama para ir criar minha Netinha escolhi Agostinha e parece-me que ella ade servir”*. No dia da partida, 23 de dezembro, anota: *“Agostinha, ela foi satisfeita. Dei de gorgeta 42,000. hoje cedo saio o Joaquim com Agostinha, ela foi satisfeita. Dei de gorgeta 42,000”*.

Apesar do investimento na manutenção da ordem doméstica, a resistência à submissão fica registrada nas fugas de escravos ainda existentes, apesar de o diário ter sido escrito um ano antes da abolição da escravidão:

De tarde esteve o Vigário, e o Bracellos este veio ver um preto fugido que foi apanhado na deribada da Freguezia, e não quis dizer de quem é. (23 de agosto)

A noite apareceu aqui o creoulo Fortunato que foi escravo de minha mana Mariana, desconfiamos que ele anda fugido. (10 de novembro)

Além da desconfiança, o preconceito racial arraigado contra ex-escravos fica patente em afirmações como: *“Pedro Celestino libertou duas escravas da Freguezia Ignez e Agostinha por 1.326.000. Vou mandar vir a Agostinha. Há ido amamentar minha netinha e substituir por outra. O Pedro mostrase que é negro e que foi cativo”*. (28 de dezembro)

Concorrendo com o governo da casa, a descrição do espaço doméstico — que compreende o cuidado com os filhos, tarefas diárias, visitas íntimas, gerência da casa e da fazenda — é uma das narrativas privilegiadas no diário da viscondessa. A esfera de maior afetividade e intimidade fica circunscrita à família nuclear e não é ressaltada tanto por relatos mais interiorizados, que definitivamente não dão o tom do diário, mas pelo grande número de vezes que a autora fala dos filhos e do marido Castro, pela descrição e preocupação constante com seu estado de saúde, pelas cartas recebidas e por informações sobre a execução de suas tarefas diárias, que denotam a proximidade entre os membros da família: *“Alzira D. Sara Francisquinho e os meninos forão dar um passeio até o pantanal”* (24 de janeiro); *“Raul não passou bem o dia, conservou-se todo o dia em cama”*. (26 de fevereiro)

No ano de 1887, dos cinco filhos do casal, dois viviam na Corte. Luiz Werneck Teixeira de Castro, 20 anos, solteiro, e que nos parece o filho mais distante, e Ernesto, o mais velho, casado com Maria Paula, e que completara 30 anos em 2 de julho, evento

devidamente registrado no diário. Nesse ano, ele e a esposa haviam visitado os pais duas vezes, permanecendo cerca de 15 dias em cada uma das temporadas. A chegada do casal era avisada com antecedência, sendo um *troll* enviado para buscá-los na cidade mineira de Ubá no dia marcado. Durante suas estadas em Vassouras, costumavam percorrer as fazendas de propriedade da família. Mesmo quando não estava visitando os pais, o contato de Ernesto com a família nuclear de origem era estreito. Havia o envio constante de cartas avisando sobre estado de saúde, visitas e novidades mais frescas: “25 de outubro — *Ernesto tem estado em cama com encommodo gástrico*”. O trânsito de encomendas da Corte para as fazendas dos Werneck e vice-versa também era motivo de freqüentes contatos entre Ernesto e a mãe.

Ernesto mandou a conta de umas encomendas que lhe fiz 20 caixas de sabão a 2.600 a caixa 52.200

Kerosene 3 caixas a 7.100 – 21.300. Frete e carreto 6.300. (7 de agosto)

Mandei para a Corte café torrado para o Ernesto. (24 de agosto)

Francisco Werneck Teixeira de Castro, carinhosamente chamado pela mãe de Francisquinho, tinha 25 anos, era casado com Alzira e morava com os pais e os irmãos na Fazenda Monte Alegre. Pelas várias menções da viscondessa, era de fundamental importância para a manutenção dos negócios da família. Deslocava-se de uma fazenda a outra constantemente e efetuava serviços de confiança, como averiguar o motivo da morte das vacas (26 de setembro) na Fazenda Piedade; efetuar o pagamento do “feijão das pretas” no valor de 224\$000 (6 de junho); acompanhar o pai na contabilidade dos danos causados pela chuva de pedras à lavoura (3 de setembro), além de constantes visitas à Fazenda Piedade. Mesmo adulto, Maria Isabel não deixava de registrar as dores de cabeça do filho (27 de janeiro) e as viagens, como a que fez para Petrópolis com a esposa, partindo em 31 de janeiro e retornando em 6 de fevereiro. Mas, sem dúvida, o acontecimento registrado com maior euforia pela viscondessa foi o nascimento da neta: “*O Castro recebeu carta de Francisquinho participando que Alzira tivera uma menina no dia 15 com muita felicidade*”. (17 de dezembro)

Apesar de Alzira e Francisquinho morarem na Fazenda Monte Alegre, o local escolhido para o nascimento da primeira filha do casal foi a Corte. Partiram para Ubá às 5 horas da tarde do dia 14 de outubro, tendo alcançado seu primeiro destino “*as 9 horas menos 5 minutos*”. A viscondessa não deixa de registrar, nesse mesmo dia, o envio das bagagens que indicavam que a ausência não seria muito curta: “*mandei 8 volumes pelas carroças*”. Durante sua estada em Ubá, a nora lhe escreve a primeira carta dizendo como tinha sido a viagem e, no dia seguinte, a família recebe outra anunciando que haviam chegado bem à Corte. Essas duas notícias em período tão curto de tempo demonstram o cuidado de Alzira em manter os familiares despreocupados com sua saúde, em função dos possíveis percalços de uma viagem em estado de gravidez avançada.

Os motivos que levaram o casal a preferir que seu primeiro filho nascesse na Corte não são mencionados no diário. Contudo, pode-se especular que, ao longo do século XIX, o saber médico e científico foi se impondo e se autoproclamando capaz de diminuir os mórbidos números relativos às freqüentes mortes e problemas por ocasião do parto. O médico tornou-se um personagem bem próximo da família, e a ele se recorria ao menor sinal de doença. O processo de profissionalização do saber médico-científico trouxe, cada vez mais, esse tipo de profissional liberal para as cidades.

O próprio casal Castro se conheceu quando Joaquim viera de Portugal trabalhar como médico nas fazendas do barão de Pati do Alferes, pai da viscondessa. Apesar de a família possuir um compadre médico, a quem recorria em caso de doença, a ida à Corte pode indicar a procura de um especialista ou alguém de maior renome e prática.¹⁴ Outro aspecto a ser apontado é que não se procura o auxílio de uma parteira, personagem já desacreditada na época pelas classes mais abastadas. Os jornais femininos que circulavam na Corte e nas províncias próximas publicavam artigos desqualificando essa antiga atividade: “*são bem conhecidas as comadres de ofício nas pretas e bruxas velhas da cruz pintada nas rótulas*”.¹⁵

Os pedidos de auxílio de Alzira a Maria Isabel vieram logo depois do parto. No dia 21 de dezembro, quatro dias após o anúncio do nascimento da primeira neta, a viscondessa relata: “*Recebi carta de Francisquinho pedindo uma ama para a pequenina que é muito gouloza*”.

A ama cuidadosamente escolhida foi Agostinha, que partiu acompanhada do empregado Joaquim para o Rio de Janeiro em 23 de dezembro, após ter recebido uma gorjeta de 42\$000 pelos serviços a serem prestados. Passados cinco dias, no entanto, Maria Isabel registra que a ama-de-leite escolhida foi comprada e liberta, obrigando-a a continuar a procurar outra para substituí-la.

A defesa do aleitamento materno e a rejeição ao recurso da ama-de-leite já faziam parte do discurso médico e dos manuais de educação física dos meninos, como eram chamados os livros de puericultura e higiene da infância, influenciados principalmente pelas teses de Rousseau.¹⁶ No entanto, essa prática ainda perduraria por toda a segunda metade do século XIX, a ponto de um articulista do jornal quinzenal *Ostensor Brasileiro* comentar: “*não se encontrarão em todo o império cinco mães que, pertencendo à classe elevada, aleitem seus filhinhos*”.¹⁷

Os filhos caçulas Mario e Raul possuíam, respectivamente, 11 e oito anos na época em que o diário foi escrito. Suas atividades são variadas e divididas entre as obri-

¹⁴ Costa (1983).

¹⁵ A primeira parteira. *Jornal das Senhoras*. Rio de Janeiro, v. 1, t. 1, p. 334, 16 out. 1853.

¹⁶ Para o estudo das influências das teses rousseauianas no discurso médico e pedagógico sobre amamentação materna ver Bandinter (1985) e Flandrin (1995).

¹⁷ *Ostensor Brasileiro — Jornal Litterário e Pictorial*. Rio de Janeiro, 1845/46. p. 113, apud Alencastro (1997a:63).

gações dos estudos, passeios a cavalo, idas a missas, visitas à casa de parentes ou amigos, vistorias em companhia do pai ou do irmão Francisco em uma das fazendas, ou alguma atividade mais especial como a narrada em 12 de junho: “O Castro, eu e os meninos fomos jantar ao Pantanal. Francisquinho e Alzira irão amanhã”.

Maria Beatriz Nizza da Silva, ao estudar a vida privada e o cotidiano no Brasil Colônia através da documentação íntima produzida, afirma que o tema da infância “*não é mencionado na documentação escrita a não ser acidentalmente e também raras vezes aparece na iconografia*”.¹⁸ Segundo a autora, essa ausência de registros deve-se ao fato de que, mesmo nos grupos sociais mais privilegiados, as mães eram, em sua maioria, analfabetas, o que dificultava o registro da vida cotidiana infantil em documentos como cartas, diários ou memórias. Contudo, é bom lembrar que esse “vazio de informações” sobre a infância não resultava somente da falta de alfabetização e instrução das responsáveis pela criação. O que distingue a documentação do período colonial analisada por Maria Beatriz da aqui descrita é muito mais do que o domínio da escrita. As mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas nesse mais de meio século foram fundamentais para inaugurar uma nova percepção da criança e da infância, bem como dos papéis familiares.

Na segunda metade do século XIX, pouco a pouco a criança passou a ocupar o centro das atenções da família, objeto de seus investimentos afetivo, educacional e econômico. Sua educação, saúde, instrução e formação começaram a ser motivo de preocupação de mães e pais, o que não ocorria anteriormente, pois as crianças pouco conviviam com os mais velhos até atingirem os 14 anos, idade em que passavam a ser consideradas prontas para exercer as obrigações próprias de um adulto. Esse processo de descoberta da infância está ligado à consolidação do Estado imperial, à necessidade emergente de formar cidadãos e, ao mesmo tempo, à influência dos debates sobre educação formulados por alguns filósofos iluministas, principalmente Rousseau.¹⁹

No diário da viscondessa essas questões sobre a valorização da infância estão colocadas e podem ser interpretadas a partir da construção de um novo *habitus* que incorpora os cuidados com a infância como uma marca de classe. Mãe devotada, Maria Isabel mantém seus filhos menores sob seus olhos vigilantes, demonstrando saber com quem estão e onde foram. O mesmo ocorre em relação à saúde dos meninos. Em seu diário foram anotados a preocupação com o sarampo de Mario (25 de julho), o dia em que Raul “*caiu da Boneca, maxucou o beijo e o nariz*” (25 de agosto), bem como os três dias seguidos em que esteve com febre: “Raul não passou bem o dia, conservou-se todo o dia em cama” (26 de fevereiro), “*Raul passou mal à noite teve muita febre a noite toda*” (27 de fevereiro) e “*Raul vai melhorar mas ficou muito fraco*”. (28 de fevereiro)

Acompanhando esse movimento de consolidação de um novo *habitus* como elemento diferenciador de classe, a moda infantil e adulta adquiriu importância e maior sofisticação de detalhes, indicando que as crianças não deviam ser apenas bem-educadas e

¹⁸ Silva (1993:13 e 1988).

¹⁹ Muaze (1999).

instruídas, mas parecer e vestir-se como tal.²⁰ Em sociedades profundamente hierarquizadas, como a imperial, é imprescindível para os membros da elite dominante que o lugar de prestígio que ocupam na pirâmide social condiga com a imagem que o restante da sociedade faz desse lugar. É como se houvesse a necessidade do ser se equivaler ao parecer. Essa intenção pode ser vista no diário da viscondessa, nas freqüentes compras de grande quantidade de tecidos para si e a família, como a feita em 28 de fevereiro, entre outras ocasiões:

<i>1 peça de algodão 30 metros</i>	12000
<i>16 metros chita a 500</i>	8000
<i>8½ de Riscado a 500</i>	8250
<i>½ peça de americano bom com 10 metros</i>	4.000
<i>6 lenços</i>	2.000
<i>2 calças</i>	4.000
<i>12 metros de casemira a 700</i>	8.400
<i>2 metros para forro</i>	640 Pg.

Para as costuras, a viscondessa recorria à rede de comadres e vizinhas: “*Mandei chamar a com^a. Chiquinha para ajudar as costuras dos meninos. Veio a com^a. Chiquinha e a filha combinamos ella vir amanhã para principiar as costuras*” (6 de junho). Em outra oportunidade, refere-se exclusivamente às aquisições de roupas e acessórios que fez para Mario: “*Comprei 6 camisas para o Mario pr 16.000 e um chapeo para o mesmo 5.000*”. (23 de outubro)

Outro aspecto do novo *habitus* que pode ser levantado examinando-se o diário da viscondessa é a questão da instrução como elemento diferenciador da boa sociedade. O viajante John Luccock, que esteve no Brasil no início do século XIX, destacava a peculiaridade da pouca instrução feminina: “*estava assentado que o saber ler para elas não devia ir além do livro de rezas, pois isso lhes seria inútil*”.²¹ Ao contrário do relatado pelo viajante, a letra de caligrafia perfeita, as contas apuradas, a organização e o desembaraço nas anotações demonstram que a viscondessa pertenceu a uma família que valorizava a instrução feminina. Nascida em 1840, alfabetizou-se numa época em que a instrução feminina passava a ser exigida para o bom exercício do papel de mãe educadora. Foi

²⁰ Norbert Elias (1993 e 1995) tece uma consideração importante sobre a sociedade da Corte e outras sociedades em que a hierarquia fazia parte da lógica social. Nesses casos, as elites procuravam compatibilizar o ser e o parecer, o que justificava um grande investimento em elementos como etiqueta e moda, que faziam do lugar de prestígio que ocupavam algo aparente.

²¹ Luccock (1975:75).

nesse contexto que a figura materna começou a ser vista como responsável pela formação dos futuros cidadãos do Império. Por isso, quanto mais bem fundamentada fosse a educação e a instrução da mulher, melhor ela desempenharia sua função primordial: a maternidade.²²

Percebe-se que o casal Castro e Maria Isabel Werneck demonstrava o mesmo zelo com a instrução dos dois filhos caçulas. Mario e Raul receberam aulas, em casa, de d. Sarah até 14 de maio de 1887. Nessa data, após regressarem de longa viagem ao Rio de Janeiro, a viscondessa conta que partiu do marido a decisão de matricular os filhos num colégio regular e que, diante da nova situação, a preceptora preferiu retornar à Corte. O artifício de aulas domésticas foi utilizado na Colônia, geralmente por tios padres ou outros membros letrados da família, já que a instrução não era algo muito freqüente. Com a chegada da Corte portuguesa e a virada do século XIX, o número de professores particulares foi aumentando, sendo o serviço prestado por muitos estrangeiros. A alemã Ina von Binzen, que se empregou em algumas ricas fazendas do Rio de Janeiro e de São Paulo para ensinar uma ampla gama de disciplinas, como francês, alemão e até piano, deixou um caro relato sobre seu dia-a-dia como professora.²³

Contudo, a partir da segunda metade do século XIX, o número de escolas e liceus para meninos e meninas aumentou consideravelmente, sobretudo na Corte, incentivado pelo Estado. Esse movimento de organização e regulamentação das instituições de ensino também se fez sentir em Pati do Alferes, que recebeu a visita do inspetor-geral das escolas públicas, a quem se deu uma recepção adequada ao posto. *“Esteve aqui o Juca filho do Manoel Pinheiro a mandado do pai pedir um coxeiro emprestado par ir ao Pati buscar o inspetor geral das escolas publicas”*. (25 de agosto)

Assim, o casal Werneck, preocupado com um ensino mais regrado e uma rotina mais demarcada, matriculou os filhos menores, em 22 de agosto, na escola de Vassouras: *“entrarão hoje para o collegio do Dr. Telles o Mario e o Raul”*. As idas à escola não são narradas diariamente pela mãe das crianças, o que evidencia que se tratava de uma obrigação só interrompida em casos considerados excepcionais: doenças – *“Raul tem estado adoentado, e por essa rasão não foi ao collegio”* (1º de dezembro), e intempéries climáticas – *“Amanheceo chuvendo. Os meninos não foram ao collegio”* (21 de novembro). Quanto ao horário da escola, no dia 28 de setembro há o seguinte relato: *“Os meninos foram cedo almoçar em Monte alegre, para irem para o collégio. Voltarão os meninos as 4 horas”*.

A preocupação com a instrução e a educação dos filhos desde a mais tenra idade até depois de adultos, a vigilância de seu estado de saúde, o governo da casa — incluindo o controle de pagamentos, recebimentos, a compra e venda de escravos, regis-

²² *“A base fundamental do engrandecimento de uma nação deve ser a instrução do homem. Contudo, a nação que cuidar de instruir a mulher terá caminhado muito para a instrução d’aquelle, e portanto para o seu engrandecimento.”* Essa idéia circulava em vários periódicos que defendiam a instrução feminina. Ver Neves (1881).

²³ Binzen (1991).

tros de nascimento e organização do batismo dos filhos de escravas, além do cálculo de gastos — faziam parte das tarefas de mãe e dona-de-casa Maria Isabel. Esse cotidiano de intensa atividade, que salta aos olhos dos leitores do diário, em nada se parece com as descrições de viajantes, que definiam a vida feminina, principalmente nas grandes fazendas, como uma sucessão de não-acontecimentos, em que a mulher não aparecia para estranhos, não cuidava da aparência e se colocava em um espaço de submissão total às iniciativas masculinas.

O dia-a-dia da viscondessa, ao contrário, está configurado a partir de um novo *habitus*, que valorizava a infância, redefinía o papel do pai e as funções maternas. Seu diário a aponta como uma importante personagem de articulação entre os elementos da família nuclear, ao mesmo tempo em que a reafirma como figura central das redes de sociabilidade e dos laços de compadrio em que o núcleo Werneck Teixeira de Castro se inseria.

Cotidiano, sociabilidade e boa sociedade

A família extensa apresentava-se como uma segunda camada, na qual se construía a sociabilidade. Apesar de não habitarem o mesmo domicílio, os parentes, compadres e comadres tinham presença marcante no cotidiano da família Werneck Teixeira de Castro. Nesse sentido, dois modelos de família — nuclear e extensa — parecem coexistir, sem necessariamente se chocarem. No que se refere à permanência de um ideal de família extensa, as preocupações com a manutenção da fortuna e com o pertencimento a uma classe dirigente tinham espaço privilegiado. Conforme consta do inventário do barão de Pati do Alferes, pai da viscondessa, registrado em 1855, dos seus seis filhos,²⁴ somente Maria Isabel e Mariana não eram casadas com primos. Maria Isabel casara-se com um médico português e sua irmã, com o bacharel Francisco de Assis Almeida, sem formação especificada.²⁵ Segundo o historiador Stanley Stein, essa era uma prática comum, pois, quando o círculo de candidatos era restrito, as famílias casavam suas filhas com profissionais brasileiros ou europeus que iam para o interior fazer fortuna. Estes eram respeitados pelos fazendeiros, que seguiam a tradição européia em relação ao universitário, ao doutor.²⁶

Dessa forma, ao longo dos anos, os bens permaneciam no interior do núcleo extenso, preservando o nome e o prestígio da família. O falecimento do patriarca era um momento delicado, pois a fortuna familiar seria repartida. Como vimos, a Maria Isabel coube as terras e as propriedades da Fazenda Monte Alegre, bens aos quais se juntou pos-

²⁴ Ana Lacerda Werneck, Luis Peixoto de Lacerda Werneck, Isabel Augusta das Chagas Werneck, Manuel Peixoto Lacerda Werneck, Mariana Isabel de Lacerda Werneck, Maria Isabel de Lacerda Werneck e Carolina Isabel Lacerda Werneck (falecida).

²⁵ Paula e Ponde ([19-]:123).

²⁶ Stein (1961:149).

teriormente a Fazenda Piedade, adquirida do irmão Luiz. Assim que a comprou, o casal Werneck Teixeira de Castro terminou as obras da terceira moradia, construída em estilo neoclássico. A imponência da construção já apontava sua função de demarcação do lugar de prestígio. Na frontaria, 14 janelas com pilastras de tijolo eram divididas em duas partes: a superior, envidraçada, e a inferior formada por duas folhas em veneziana de madeira. O telhado da casa de quatro águas demonstrava o luxo da arquitetura, complementada com portas internas almofadadas com bandeira de vidraça. Pela entrada atingia-se o vestíbulo, que dava para o oratório, pequena capela com uma imagem de N. S. da Piedade, importada da Europa. Como em todas as fazendas, o ambiente familiar era constituído da sala de jantar, quartos-alcovas e quartos que davam para fora, copa-cozinha e despensa. Havia a sala de costura ou a sala de refeições íntimas, que se comunicava com a sala de jantar, e ainda o jardim, um pequeno escritório, um vestíbulo e um salão de receber. No lado esquerdo do salão, duas portas abriam-se para dois quartos e uma pequena saleta. Na parte externa da fazenda havia uma senzala, o terreiro de café de pedra, o engenho e o alambique de cobre.²⁷

No diário da viscondessa, a Fazenda Piedade é administrada de perto por Castro, Francisquinho e pela própria Maria Isabel, que fazem visitas freqüentes, controlam a produção e enviam produtos para a localidade. Isso é evidente em passagens como: “O Castro entregou ao Manoel Murta 300.000 rs para pagar as pretas da Piedade” (27 de fevereiro); “Francisquinho foi a Piedade e pernoitou foi entregar a gente da roça do Geraldo”. (26 de maio)

Monte Alegre, com seu belo palacete de dois andares e residência efetiva da família, é o cenário principal, onde se passam as cenas que o leitor vislumbra ao percorrer com os olhos o *Diário de lembranças* deixado pela viscondessa do Arcozelo. No cuidadoso registro dos acontecimentos de cada dia, Maria Isabel expõe um cotidiano ocupado por tarefas de organização do trato da casa, visitas, cuidado com os filhos, recebimento de cartas etc. Todo um tempo doméstico muito bem demarcado pelo horário das refeições. Ao que parece, era ao redor da mesa, entre um prato e outro, que importantes conversas, decisões e laços de solidariedade eram estabelecidos e estreitados: “Esteve aqui o Sr. Manoel Pinheiro. Almoçou e retirou-se hantes do jantar” (13 de janeiro); “Almoçou aqui o comp^l com 2 filhas depois do almoço seguiu para o Pati deixou as 2 filha aqui e veio jantar”. (23 de janeiro)

Para a tarefa de manutenção da casa, a viscondessa mantinha contato estreito com alguns negociantes de confiança, que visitavam as fazendas para vender seus produtos, levar e trazer encomendas. Dois personagens principais faziam esse trânsito de mercadorias: o vendedor de tecidos Chico-Banza, que fornecia desde fazendas para a confecção das roupas dos escravos até outros tecidos mais sofisticados, além de botões, linhas e demais utensílios de costura; e o comerciante Manoel Pinheiro, muito amigo da família. No caso deste último, pode-se falar em laços de compadrio, comprovados pela demora

²⁷ Paula e Ponde ([19-]:103).

de suas visitas, que, em geral, incluíam refeições, pelo pouso em outras fazendas dos Werneck, pela troca de favores e pelas idas de Castro a seu estabelecimento na cidade. Além da amizade, o que talvez justifique essa proximidade seja o fato de terem negócios em comum na cidade. *“Mandei hoje pagar o assucar que comprei ao Manoel Pinheiro 223,640. Encommendei mais 32 saccos. 26 mascavo e 6 branco”*. (24 de novembro)

O cotidiano da família Werneck Teixeira de Castro também é pontuado por uma série de visitas e “contravisitas”. Entre os amigos mais próximos estavam o Chico-Garcia, casado com Carlota, e o compadre Peralta, ou somente compadre, que de tão próximo às vezes a viscondessa parece não sentir necessidade de nomeá-lo. Ele era o médico da família, figura que, na segunda metade dos oitocentos, passou a ser cada vez mais presente. Suas visitas eram bastante frequentes, mais de 40 ao longo do ano de 1887, havendo casos de ocorrerem em dias seguidos e incluírem atendimentos tanto na Fazenda Monte Alegre, quanto na Freguesia. A proximidade com a família pode ser comprovada pela própria referência “compadre”, pela afinidade de formação profissional com Castro e pelas visitas acompanhado das três filhas — Etelvina, Mariquinhas e Ernestina —, que passavam o dia na fazenda: *“Almoçou aqui o comp^l Peralta e as 3 filhas. O comp^l seguiu para a Freguesia, e as meninas ficarão aqui e na volta o compe jantou”*. (30 de janeiro)

A prática de visitar levando a família dá um tom de divertimento conjunto: almoçava-se, percorria-se a fazenda, entabulavam-se longas conversas, pondo as notícias em dia e, não raro, pernoitava-se. O número de amigas e comadres que visitavam a casa também era grande: *“De tarde estive a Comadre Chiquinha e a filha”* (31 de outubro). Mas essa rede de sociabilidade e solidariedade, tecida por intermédio de visitas, laços de compadrio, favores, negócios em comum, também era reafirmada pela consangüinidade. Entre os grandes amigos do núcleo Werneck Teixeira de Castro estavam a prima Ignacinha, casada com o comendador, e o núcleo Delfim, que aparece citado no diário como composto pelo dr. Delfim, suas filhas, Roseta, o enteado Oscar e as primas Carolina e Nicotinha. É interessante ressaltar que essas são as duas únicas famílias da região visitadas pela viscondessa.

Fui com Alzira, Francisquinho, o Castro passar o dia em casa de Ignacinha. (26 de fevereiro)

Veio a Com^a. Chiquinha de manhã.

Almoçou o Olimpio Telles. As 11 horas partimos p^a a casa da Ignacinha fomos todos, jantamos e voltamos a tardinha. (7 de junho)

Outros parentes, como as primas Candinha e Quinha — mulher de Juca Avelar —, passam a integrar a narrativa da viscondessa quando esta é comunicada, por carta, de seus falecimentos em 24 de julho e 21 de dezembro, respectivamente. Durante o ano de 1887, outro comunicado de falecimento na família extensa foi relatado com pesar: a morte de Francisco de Assis Almeida. Casado com Mariana Isabel, irmã da viscondessa, apesar de morar em outra localidade, era muito querido, tendo recebido o cari-

nhoso apelido de mano Assis: “*Pelo estafeta recebemos um cartão de Antonio Costa dando noticia do falecimento do mano Assis*” (13 de setembro). Dois dias depois, a viscondessa conclui: “*Francisquinho foi ao enterro do mano Assis, este foi sepultado no desengano*”.

Da rotina da família faziam parte programas como assistir a missa, receber e fazer visitas, ir ao Pantanal passar o dia e jantar, andar a cavalo, fazer pequenas viagens de uma fazenda para a outra e ir às compras em cidades próximas, como Vassouras, Pati, Ubá, São José e Belém, de onde provinha a maioria das encomendas. Esse cotidiano era quebrado pela chegada de algum visitante ilustre ou pela organização de festividades maiores. A família Werneck estava acostumada a eventos de grande pompa, como a visita do conde d’Eu à fazenda de Monte Líbano, do deputado dr. Manuel de Lacerda Werneck, em 15 de julho de 1875, e, no dia seguinte, às terras da Monte Alegre, pertencentes ao visconde do Arcozelo.²⁸ No ano de 1887, são citadas reuniões menos pomposas de pessoas de seu círculo social, como a visita do barão do Tinguá (21 de dezembro), ou um jantar para 30 convidados. A viscondessa narra essas ocasiões com muita naturalidade, demonstrando traquejo e experiência.

Os preparativos para o jantar começaram no dia anterior, com a chegada de Balbina, empregada de confiança da Fazenda Piedade, que viera ajudar na cozinha.

Jantarão aqui em casa entre os de casa e os de fora 30 pessoas.

Veio Caetaninho, Antoninho, Theophilo Juca, Jacintho, Quinquim do Guache, Manoel Pinheiro, Quintiliano e Snra. Alfredo Gomes, Vigário, Manoel Bernardes e o filho, Chico Garcia e o filho, Liberato e o Pedro Antonio da Costa.

Todos dormirão menos Pedro e Garcia. (14 de fevereiro)

A forma pela qual a viscondessa fala dos convidados, nessa e em outras passagens do diário, denota proximidade entre os citados. O mesmo já não ocorre no dia 21 de janeiro: “*Almoçou aqui um sujeito do comercio chamado Antonio Vieira Machado*”. Apesar da receptividade dada ao comerciante, como era esperado numa família da boa sociedade, o tom de sua narrativa é de estranhamento e distanciamento no que se refere ao visitante, muito diferente daquele empregado para outros frequentadores.

O enriquecimento de Vassouras na década de 1850 atraiu modistas francesas, com suas costureiras, e outros comércios mais sofisticados. A moda vinda da Corte incutia na cidade o gosto por móveis bem trabalhados, alguns fabricados na própria Vassouras, que se tornara o centro da cultura fluminense pelas peças em porcelana e cristal brasoadas, escolhidas em catálogos europeus trazidos pelos mascates.

Apesar do rigoroso controle dos gastos com bens e produtos — como já exposto — indicar uma vida austera, cruzando-se os indícios deixados pelos registros da viscondessa com a abundante produção de retratos fotográficos do período comprova-se o consumo

²⁸ Paula e Ponde ([19-]:103).

de um mundo de objetos que compunham a representação social da época. Em geral, os fotógrafos itinerantes que visitavam a região das fazendas do vale do Paraíba improvisavam com os móveis da casa a ambientação ilusória dos estúdios fotográficos da Corte. Na ocasião das fotografias, vestia-se a melhor indumentária. Nesse momento, os tecidos riscados e trançados, assim como os lenços e o *pince-nez* citados pela viscondessa podiam ser vistos — infelizmente, em preto e branco. Até a indumentária dos escravos da fazenda, cujos tecidos eram comprados e cortados pela dona da casa, foi registrada pela lente atenta de Marc Ferrez ou de Victor Frond.

Conta de Leitão:

<i>120 metros de riscado P.2º segunda</i>	<i>60.43.200 [sic]</i>	
<i>50 metros de oxfords trançados 320</i>	<i>25.000</i>	
<i>8 duzias de lenços a 2800</i>	<i>22.800</i>	
<i>Agulhas</i>	<i>960</i>	
<i>6 duzias de carretéis de linhas a 1.000</i>	<i>6.000</i>	
<i>Fretes e despacho</i>	<i>17.000</i>	
<i>Pg</i>	<i>103.680</i>	<i>(7 de agosto)</i>
<i>Esteve aqui o Chico Garcia, e trouxe o relógio, com o pincenez que a muito tinha ido consertarse. (14 de novembro)</i>		

Em 2 de agosto, depois de relatar que “*Cortei 80 camisas para os pretos e Cortei 66 saias para as pretas*”, com certeza utilizando as peças de chita e americano, cuja compra está indicada acima, a viscondessa arrola “*a Louça em serviço*”:

<i>12 copos para água entrando 2 de pés</i>	
<i>11 cálices sendo 2 ordinários</i>	
<i>3 calices para licor</i>	<i>Pratos ensopados 6</i>
<i>Pratos rasos 30</i>	<i>Pratos Feijão 2</i>
<i>Pratos fundos 12</i>	<i>Pratos Fruteiras 2</i>
<i>Pratos pequenos 18</i>	<i>para amêndoas 2</i>
<i>Pratos listados 9</i>	<i>Pão de ló 1</i>
<i>Travessas 8</i>	<i>saladeira 1</i>
<i>Sopeiras 2</i>	<i>pª molho 1</i>

A ampliação da malha ferroviária permitiu uma frequência maior de visitantes nas fazendas e de veranistas no município, além de facilitar viagens a negócio ou a passeio à Corte e a regiões circunvizinhas. Permitiu ainda que as famílias da boa sociedade acompanhassem as modas e transformações no *habitus* da Corte, não só empreendendo viagens freqüentes e longas, mas também indo ali residir. Essa melhoria nos transportes foi promovida pelo estabelecimento comercial Antônio José Gomes Brandão, localizado na Corte, à rua da Quitanda 90, e responsável pela impressão do *Diário de lembranças*, onde a viscondessa fazia suas anotações. Nas últimas páginas, como se mencionou, estão os itinerários dos bondes da Cia. Carris Urbanos e as estações ferroviárias das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Assim, mesmo nas fazendas mais afastadas das cidades em que havia estações, os usuários podiam se informar dos horários dos trens.

Durante o ano de 1887, a viscondessa fez uma grande viagem à Corte, incluindo paradas em outras cidades e visitas à casa de amigos. Em 11 de março, um dia antes da data marcada para a partida, a viscondessa, acompanhada de Francisquinho, Alzira, Ernesto e Maria Paula, foi pernoitar na Fazenda Freguesia, deixando os filhos mais novos, Mário e Raul, aos cuidados de d. Sarah, para de lá seguir bem cedo. O caminho da Freguesia para Ubá, cidade onde ficava a estação de trem mais próxima, estava ruim. Assim que conseguiram chegar, encontraram os conhecidos João Guimarães, Antoninho, Juca Jacintho e duas filhas. Contudo, a partida no trem, marcada para o dia seguinte, teve de ser adiada devido a alguns contratemos:

As 11 [...] mandaramme dizer que não podíamos partir hoje, porque não encontrávamos condução, que não se prevenindo dois dias antes que não se podia fazer a viagem. Mas mesmo que conseguisse a condução não partíamos por Alzira está de cama com febre. (13 de março)

A parada em Ubá acabou demorando mais do que o esperado em virtude da febre de Alzira. A viscondessa, porém, pareceu não se aborrecer e aproveitou a estada para visitar velhas amigas, como d. Guilermina e d. Júlia, receber visitas no hotel onde estava hospedada com a família e fazer algumas compras. Os gastos com compras para si foram devidamente anotados: “*Muidezas 20.000, 1 chapeo 20.000 e meias 18.000*” (13 de março), assim como os gastos diários com hotel e alimentação, que contabilizaram 126\$600 réis somente durante os dias em que esteve em Ubá. Em 21 de março, encontrando-se Alzira melhor de saúde, a família partiu com destino a Caxambu.

Partimos no trem de S. Paulo no Cruziero mudamos para a estrada do Rio e Minas e chegamos a Soledade (?) as 3 e 40. Partimos logo para Caxambu chegamos as 6 e 3 quartos, eu cheguei muito encomodada, Francisquinho e Alzira chegarão cansados mais sem novidades.

Recebi cartas de Castro. Trouxe fora da carteira 150.000 para passagem e mais despeza, a nossa passagem custou 109.500. Lucia e Arthur 24.000, malas não

sei ao certo, umas miudezas que comprei 10.000 o resto dei ao Francisquinho para alguma cousa.

Dei 300.000 ao Francisquinho

Chegaram a Caxambu em 22 de março com tempo chuvoso. A rede de sociabilidade e de amizade do núcleo Werneck Teixeira de Castro era extensa e a viscondessa parece demonstrar certo desapontamento ao registrar em seu diário que, dessa vez, *“encontrou umas poucas pessoas conhecidas. Pedro Paulo e família, Mathilde, Lacete, Martinho Campos e outras pessoas”*. Mesmo assim, durante a permanência em Caxambu fez vários passeios às fontes de águas minerais, jogou víspera, foi às compras, participou de um baile no hotel onde estava hospedada e freqüentou pequenos saraus em casa de amigos: *“De noite D. Celestina e a Sebastiana cantarão alguns romances, ambas cantão bem”*. (10 de abril)

Maria Isabel recebeu quatro cartas do marido Castro e dos filhos menores durante o mês que passou em Caxambu. A partida para a Corte deu-se em 22 de abril. Saiu de Soledade, dirigindo-se à estação do Cruzeiro, para de lá tomar um expresso para a Corte. Chegando ao Rio de Janeiro, a viscondessa registra o pesar por não ter encontrado o marido Castro a sua espera na estação, como fora previamente combinado. Seu desapontamento pode ser justificado pelos exatos 40 dias que não se viam, só se comunicando por carta. Como era comum entre as famílias da boa sociedade do Império, os Werneck Teixeira de Castro também possuíam uma residência na Corte e grande número de conhecidos e amigos. Portanto, durante sua permanência, a casa deveria ser aberta à visita de amigos, sendo as visitas retribuídas com contravisitas, importante estratégia de reforço das redes de sociabilidade e solidariedade há muito estabelecidas entre famílias. Os passeios e as compras também eram legitimados como práticas comuns ao *habitus* desse grupo social.

Foi com Antoninho a casa de D. Guilhermina na volta foi ao Riachuelo visitar D. Agostinha e vim com Alzira que jantou aqui, jantou o Dr. Egidio.

De noite fomos dar um passeio até a praia de Botafogo e na volta fomos ao Pedro Paulo. (5 de maio)

A cidade de Petrópolis, residência de verão do imperador, era uma parada e divertimento obrigatório para aqueles que chegavam à Corte, incluindo-se os membros da família Teixeira de Castro, tal como registra em 30 de abril a viscondessa: *“Francisquinho foi para Petrópolis com Alzira”*.

Nas visitas à Corte é que se podia acompanhar as últimas modas européias e as novidades do gosto dito civilizado. Nos anúncios que figuravam no alto das páginas do *Diário de lembranças* da viscondessa havia uma oferta enorme de objetos de consumo, que atuavam como elementos de prestígio afinados com um *habitus* do qual a boa sociedade queria se ver reconhecida como portadora. Eram álbuns de fotografias; papéis de

carta e envelopes; enxovais de casamento, batizado e nascimento; serviços de impressão de cartões; convites, tecidos, roupas e acessórios de luxo, pianos, relógios; anúncios de escolas masculinas e femininas, livros e romances, entre outros. Nesse aspecto, a viscondessa não podia ser diferente e encomenda “*feitio de 3 vestidos por 64.500*” (8 de maio), “*um Casal de canários por 14.000*” (11 de maio), além de:

<i>3 bules</i>	<i>21.000</i>	
<i>1 leque</i>	<i>12.000</i>	
<i>Papel e lapis</i>	<i>14.800</i>	
<i>Suspensórios e grampos</i>	<i>3.700</i>	
<i>Chinellos e sapatos</i>	<i>25.500</i>	
<i>3 conxas</i>	<i>2.200</i>	(9 de maio)

O que não era adquirido no ato podia ser encomendado e, posteriormente, enviado por algum parente, amigo ou portador, como regularmente narrado por Maria Isabel. Havia, inclusive, lojas de comércio que ofereciam esse serviço e entregavam os produtos em localidades distantes. Algumas delas figuravam nas propagandas impressas no diário. Assim, o espaço das cidades e, principalmente, da Corte era o local por excelência das modas e dos gostos do mundo civilizado, do consumo e dos gastos. Essa engrenagem era fundamental para refundar um *habitus* criado pela experiência de classe. Como observou Luiz Felipe Alencastro, a Corte tinha um duplo papel. Por um lado, recebia os fluxos externos, reformulando-os de modo a enquadrá-los no modelo de civilização desejado pelo Império; por outro, atuava de forma a acomodar os regionalismos, através da legitimação de valores e condutas comuns à boa sociedade.²⁹

O espaço doméstico aparecia ligado às tarefas diárias, ao governo da casa, à manutenção da riqueza através da gestão do trabalho. Contudo, ambos os espaços — o da cidade e o doméstico — eram locais de sociabilidade importantes para a manutenção das redes sociais que lhes davam o sentimento de pertencimento à boa sociedade. Mas não era só isso. A família, em sua dimensão nuclear e extensa, bem como os amigos mais chegados eram os personagens principais do cenário doméstico no qual o cotidiano da viscondessa era encenado. Por intermédio da família e da relação cotidiana entre seus elementos constituía-se a noção de intimidade.

Desembarcando em localidade próxima de Belém, após dois meses de ausência, mesmo afinada com todos os códigos de comportamento do espaço da cidade, a viscon-

²⁹ Alencastro (1997b:24).

dessa parecia ansiosa para chegar a Monte Alegre e feliz em observar a reação de seus filhos caçulas ao seu regresso:

Assim que chegamos entramos no troll, chegamos as duas e meias fazendo boa viagem mas muito vagaroso por causa da lama.

Encontrei aqui o Manoel Bernardes, vigário Babão [sic] e o Pedro.

Os meninos ficarão muito contentes. (13 de maio)

Marcas do tempo no passar dos dias

Já se viu que no diário da viscondessa o tempo é múltiplo. Mas, na sua narrativa, algumas marcas evidenciam o passar dos dias, os medos e as expectativas que envolvem o ciclo do ano e a própria passagem do tempo, implicando mudanças e perdas e suscitando a percepção de várias camadas temporais que se cruzam e complementam.

O registro do tempo ditado pela natureza é imperioso. No diário, tal registro aparece ligado às estações do ano e assinalando as épocas de plantio, colheita, ensacamento e venda do café e de outros gêneros das fazendas da família Werneck. Outra forma muito comum de demarcação do tempo natural são as descrições de chuvas, dias de sol forte e calor. Nesses casos, a viscondessa se mostra mais preocupada quando esses fenômenos se prolongam, causando prejuízos às principais atividades mantenedoras das fazendas, tal como ocorreu com a tempestade que se abateu sobre Monte Alegre e Freguesia em 1º de setembro:

As 11 horas da noite principiou a trovejar, e em seguida veio uma forte chuva de pedras e ventos que parecia que ia acabar o mundo. Foi uma coisa medonha. Estragou muito café ditou todo abaixo. O prejuízo é muito grande.

Nesses casos, o registro do tempo natural demonstra também a preocupação com a manutenção da riqueza. No dia seguinte, Maria Isabel volta a frisar os danos causados à lavoura e as mudanças que deviam ser feitas no cotidiano de trabalho das fazendas para tentar minimizar as perdas: “a chuva da noite passada deo muito prejuízo, hoje é que se viu o que ela fez. Principiou-se a plantar milho nas 3 fazendas”.

Em outros registros sobre o tempo, como o de 21 de maio, revela-se um medo próprio às forças descontroladas: “Alzira e Francisquinho chegarão as 2½ horas, fizerão boa viagem. Não levou meia hora caio uma tormenta medonha”. Ou ainda um incômodo desconcertante em relação ao calor, principalmente nas viagens à Corte: “Maria Paula foi de manhã para as Laranjeiras, almoçou comigo o Francisquinho e íamos a casa da D. Guilhermina mas o calor é tão forte que não me animei a sair [...] Foi um calor orroroso”. (17 de março)

As informações sobre o clima também são enfatizadas quando interferem na execução de alguma atividade programada pelos membros da família. Em 21 de julho,

“Francisquinho foi a M. Alegre depois do almoço iha ao Manoel Pinheiro, voltando do caminho por causa da chuva”. Pela mesma razão, os caçulas Mário e Raul não foram ao colégio no dia 15 de novembro.

Para além do tempo climático, no passar dos dias a viscondessa registrou, periodicamente, nascimentos, mortes, batizados, casamentos e doenças, perfazendo o ciclo familiar em compasso com o ciclo da vida, do crescimento dos filhos, da multiplicação dos escravos, do envelhecimento dos maiores. O batismo dos ingênuos é uma preocupação constante da autora do relato, pois implicava o controle efetivo do grupo de escravos em termos de registro, ao mesmo tempo em que reiterava a rede de compadrio que tecia a coesão e a união do grupo, facilitando a permanência e a convivência dos trabalhadores nas fazendas.

Nataria nascida a 3 de Março, filha de Cristina;

Inocência nascido a 8 de Abril, filho de Francelina

Guilherme nascido a 25 de Junho, filho de Agustinha;

Bernardino nascido a 21 de Junho, filho de Felippa;

Clarinda nascida a 2 de Junho, filha de Arminda.

Estes foram batizados no dia 28 de Setembro de 1887

Acácio nascido a 18 de Abril, filho de Felícia;

Ricardo nascido a 12 de Maio, filho de Ludgeria;

Leonor nascida a 22 de Maio, filha de Militanea;

Cearina nascida a 3 de Setembro, filha de Belarmina;

Belarmino nascido a 25 de Julho, filho de Jeronyma

Estes foram Batisados hoje 25 de setembro³⁰

Dei ao Joaquim 20.000rs para pagar o Batisado.

O Vigário não quiz receber nada. Erão 9 crianças. (9 de junho)

Talvez por ser casada com médico, as doenças eram tratadas com a deferência de quem reconhece seu perigo e grafadas respeitosamente com letra maiúscula. Em julho, as três fazendas foram acometidas por um surto de sarampo, não escapando nem os filhos menores da viscondessa. As sucessivas referências informam como o tempo da epidemia foi vivenciado. No dia 14 de julho a viscondessa desconfia que o filho Raul está com sarampo e manda chamar o médico, que lhe responde: *“O Compe. mandou dizer que vem amanhã e que já tinha um menino com Sarampos”*. No dia seguinte, a doença se confirma: *“Compe. veio almoçar, com effeito o Sarampo que o Raúl tem já há muitas crian-*

³⁰ Tal referência se encontra registrada fora de lugar, no dia 27 de março.

ças com elle”. Uma semana depois, a doença contagiosa se alastra: “*Mario amanheceo doente, não sei se será Sarampos*” (21 de julho), tomando vulto de epidemia: “*Temos mais de 40 sarampentos, felizmente são benignos*” (23 de julho), crescendo ao longo do mês de julho: “*Ainda temos bastantes doentes de Sarampos*” (25 de julho) e prolongando-se por agosto: “*Os doentes de Sarampos vão mal*”. (14 de agosto)

As mortes decorrentes de doenças ou acidentes eram registradas sucintamente e do mesmo modo, não importando o fato de se tratar de um doutor — “*faleceo o Dor. José Caetano*” (21 de outubro) —, ou de uma criança escrava — “*faleceo o ingênuo Firmo*”. Somente no caso de pessoas mais próximas, a viscondessa se alongava nos comentários sobre o velório e a missa, tal como foram registradas as mortes do bebê recém-nascido de uma amiga da Corte e de seu cunhado, o mano Assis:

Francisquinho esteve aqui e hantees de sair chegou um portador das laranjeiras trazendo a notícia da morte do filhinho de D. Mariquinhas. Fui logo com Maria Paula para lá. Fiquei até as 3 horas da noite vim com Francisquinho que dormiu aqui. Ernesto e Maria Paula ficarão lá.

Mandei dizer para cima que não viesse a preta que vinha criar o menino. (15 de março)

Os nascimentos eram registrados religiosamente. Durante o ano de 1887 nasceram mais de 35 crianças, que foram devidamente indicadas para o batismo. Só em dezembro foram quatro, entre elas sua netinha:

A creoula Polydora teve um filho que ade chamarse Joviano. (6 de dezembro)

A preta livre Jovita teve um filho que se figurava Vistorino. (11 de dezembro)

A preta Jusefa teve uma filha que se chamara Jesuína

Alzira teve uma menina hoje a 7 ½ horas com muita felicidade. (14 de dezembro)

A vida ao rés do chão

A viscondessa registrou em seu diário uma vida simples, mas plena. Seu trabalho cotidiano não se limitava à lida com os escravos, dividia-se em múltiplas tarefas. Era um cotidiano marcado por atividade contínua, no qual toda a família era responsável pela preservação da riqueza, garantida pela manutenção diária do bem-estar nas fazendas. Tudo devia estar sob o controle dos donos da casa, e nessa função a mulher representava um importante papel. A viscondessa certamente não escreveu seu diário para construir uma memória futura, queria garantir a reprodução do seu presente. Ainda assim, legou-nos o testemunho involuntário de uma forma de auto-representação de classe.

De suas preferências mais íntimas sabemos pouco. A leitura das entrelinhas de seu caderno de lembranças deixa claro que sentia medo de tempestades, que gostava de peixe, que era desconfiada e que se preocupava muito com os filhos, principalmente o que parece mais distante — Luizinho. A única imagem que conhecemos dela é a de um pequeno cartão, no qual seu retrato revela um rosto cansado, envelhecido, cabelos presos num coque, envolto em nuvens pelo efeito *flo* da fotografia. Embaixo da imagem, em francês, a notícia de sua morte.

Memória e história através do relato da intimidade cotidiana. Encontro de subjetividades e de tempos. De um lado, a memória se apresenta cristalizada na narrativa passada, finalizada em 31 de dezembro de 1887. Não há notícias de outro caderno, mas o apelo do editor que publicou o diário levanta a suspeita de que a viscondessa possuísse uma coleção deles. De outro, a história atualiza a narrativa condensada e expande seus significados, produzindo um sentido que, por estar além do limite do relato, o traduz em conhecimento.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da vida privada no Brasil Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997a.

———. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b.

BANDINTER, E. *Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BINZEN, I. von. *Os meus romanos; alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

D'ASSIER, Adolphe. *Le Brésil contemporain*. Paris, 1867.

ELIAS, N. *Processo civilizador*. São Paulo: JZE, 1993.

———. *A sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 1995.

FLANDRIN, J. L. *Famílias: parentesco, casamento e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1995.

LUCCOCK, J. *Notas sobre o Rio de Janeiro e as partes meridionais do Brasil [1813]*. São Paulo: Edusp, 1975.

MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de d. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, Círculo do Livro, 1991.

MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da vida privada no Brasil Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MUAZE, M. de A. F. *A descoberta da infância; a construção de um habitus civilizado na boa sociedade imperial*. Dissertação (Mestrado em história) — PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1999.

NEVES, G. A. *Polyntea comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino*. Rio de Janeiro: Sociedade Propagadora das Belas-Artes, 1881.

PATI DO ALFERES, barão do. *Memória sobre a fundação de huma fazenda na província do Rio de Janeiro, sua administração e épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc., etc.* Rio de Janeiro: Laemmert, 1847.

PAULA, Francisco de; PONDE, Azevedo. A fazenda do barão de Pati do Alferes (Fazenda Piedade). *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, [19-]. Seção Originais.

SÃO LAURINDO, visconde de. *Cronologia da família Almeida*, passada para este livro em 1910, no sítio de São Geraldo. (Coleção particular da família Almeida/Vallim). ms.

SILVA, E.; REIS, J. J. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

———. *Vida privada e cotidiano no Brasil; na época de Maria I e de d. João VI*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1993.

STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

O diário da Bernardina

CELSO CASTRO*

No dia 7 de agosto de 1889 Bernardina, jovem de 16 anos, iniciava um novo caderno de seu diário:

Adozinda foi hoje com mamãe à casa de Da. Joaquina e só voltou de tarde; mamãe veio logo. De noite Adozinda tornou a ir lá, ceou e voltou com papai que foi para vir com ela. Tia Leopoldina e Mariquinhas jantaram aqui e saíram mais cedo para irem à casa de Da. Joaquina.¹

Isso foi tudo o que Bernardina registrou do dia.

Uma anotação como essa, à primeira vista, parece totalmente opaca e desinteressante para os leitores deste texto. Algumas explicações e a apresentação dos personagens ajudarão a formar um quadro mais nítido. Adozinda era uma irmã mais velha de Bernardina e foi duas vezes nesse dia visitar a sogra, d. Joaquina. Esta — sabe-se pelas anotações dos dias seguintes — estava bastante doente e viria a falecer em seis dias. Duas outras personagens da família vieram à casa de Bernardina e depois também foram visitar a doente: a tia paterna, Leopoldina, e sua filha Mariquinhas.

* Doutor em antropologia social pelo Museu Nacional/UFRJ, pesquisador do Cpdoc/FGV e professor do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio. Agradeço a colaboração de Renato Lemos, que forneceu indicações sobre fontes e leu atentamente uma versão preliminar deste texto. Conte também com a ajuda de Fátima Bevilaqua, diretora do Museu Casa de Benjamin Constant, e Priscila Riscado e Érica de Oliveira Lopes, que me ajudaram na pesquisa documental.

¹ Todos os trechos do diário citados foram atualizados ortograficamente, mantendo-se, porém, a pontuação original.

Essa anotação ganha mais sentido quando colocada em perspectiva, ao se examinar a série de registros referentes aos dias e semanas seguintes. Neles, vê-se Bernardina anotar sucintamente acontecimentos diários, ressaltando eventos familiares. Estes se concentram, basicamente, nas visitas que vieram à casa e nas saídas de membros de sua família nuclear, composta pelos pais, as cinco filhas e um filho (Bernardina era a quarta na fila). Os visitantes e aqueles que se vai visitar são quase sempre parentes ou aparentados: tias, tios, uma irmã casada e seus três filhos, compadres e comadres. É comum almoçar, jantar ou ceiar com os anfitriões. São visitas freqüentes, quase diárias.

Bernardina sai pouco de casa, se é que o diário registra todas ou pelo menos a maioria de suas saídas. Quando sai, o faz em companhia da mãe ou do pai, nunca sozinho. Saídas noturnas exigem a companhia de algum homem adulto da família, geralmente o pai: várias vezes há o registro de que o pai foi buscá-la de volta. Esse padrão repete-se para suas irmãs, que saem e voltam escoltadas. Ao sair para visitas e compras, a mãe quase sempre leva uma filha em sua companhia. O pai, professor, é o único que sai sozinho, e o único a trabalhar fora de casa. Saídas para o teatro — para assistir, por exemplo, a *Os escravos*, de Carlos Gomes — mobilizam boa parte da família.

É recorrente o registro de doenças e mal-estares de membros da família: dores de cabeça, enxaquecas, “pontadas”, indigestões, constipações e, mais grave, a pneumonia de um primo. Quanto a si, Bernardina registra cólicas, dores de garganta e de estômago. A irmã imediatamente mais velha está tentando um tratamento por hipnotismo, mas nas visitas que faz ao médico não consegue ou não se deixa hipnotizar. O pai é, de longe, o mais doente e seguidamente falta a aulas ou outros compromissos por problemas de saúde. Já o irmão mais novo falta muito ao colégio, mas mais por malandragem do que por motivo de doença.

O que Bernardina fazia em casa? Em algumas manhãs, recebia aulas de piano. Boa parte do dia era ocupada com pequenos trabalhos de costura, a contar pelo registro de fronhas, corpinhos, aventais, camisolas e sapatinhos de lã que fazia para si e para os seus. Mais raramente aparece o registro de algo que cozinhou: chocolate, doce de abóbora e, junto com a mãe, doce de ovos. Desta recebia uma pequena mesada. A mãe, algumas vezes, lia histórias à noite para as filhas mais novas.

Não há, no diário, registro do que hoje se chamaria de pensamentos ou segredos “íntimos”. Também faltam referências a fatos públicos, nacionais ou internacionais. Sua vida restringia-se à vida em família; o mundo exterior era limitado pelo tempo e espaço familiares. No dia 15 de setembro de 1889, porém, a História subitamente adentrou sua casa: *“Esteve cá o militar Jayme Benévolo que veio falar com papai sobre, segundo nos parece, uma nova questão militar, por ter o presidente do conselho preso injustamente um oficial”*.

Diário da pesquisa

Li o diário de Bernardina pela primeira vez durante minha pesquisa de doutorado sobre a participação de grupos de militares na conspiração que levou ao golpe re-

publicano de 1889 — a Proclamação da República, como o evento ficou conhecido.² Bernardina é filha do então tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães e de sua mulher, Maria Joaquina. Moravam no prédio do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que Benjamin Constant dirigia e que, anos mais tarde, receberia seu nome. O que se preservou da biografia de Bernardina foi sua filiação a um dos fundadores da República no Brasil. Além disso, consegui obter apenas as informações de que ela nasceu no Rio em 15-4-1873, casou-se em 1896 com um militar, João de Albuquerque Serejo, ex-aluno de seu pai, com quem teve nove filhos. Morreu em 24-8-1928, aos 55 anos, em Niterói.³

O diário parece ter sido preservado principalmente em função dos acontecimentos de 15 de novembro de 1889, nos quais Benjamin foi um dos protagonistas, e que Bernardina descreve a partir de seu ponto de vista doméstico. Pequenos trechos referentes a esse dia específico e a dias posteriores apareceram, anos mais tarde, já após a morte de Bernardina, reproduzidos em três publicações. A primeira foi a terceira edição da monumental biografia de Benjamin Constant feita pelo diretor da Igreja Positivista do Brasil, Raimundo Teixeira Mendes.⁴ Essa edição traz o anexo “Notas do diário de d. Bernardina Constant de Magalhães Serejo, filha do fundador da República” (p. 491-4), reproduzindo trechos de seu diário. Três anos mais tarde, os mesmos trechos foram reproduzidos em livro de seu filho.⁵ Finalmente, temos o trecho do diário referente ao dia 15 de novembro reproduzido em uma entrevista com o viúvo de Bernardina, o marechal Serejo, publicada em 1939.⁶ Nessa entrevista, fica-se sabendo que originariamente havia quatro cadernos, pois o jornalista autor da matéria afirma havê-los folheado. A existência de mais cadernos é confirmada pelo fato de os dois livros citados reproduzirem trechos do diário referentes ao período que se estende de 15 de novembro de 1889 a 9 de novembro de 1890, enquanto o único caderno posteriormente incorporado ao acervo do Museu Casa de Benjamin Constant, e que consultei, termina no dia 28 de novembro de 1889.⁷

² O resultado encontra-se em Castro (1995).

³ O arquivo pessoal de Benjamin Constant, bem como a documentação de sua família, incluindo o diário de Bernardina, encontram-se abertos a consulta no Museu Casa de Benjamin Constant, no Rio de Janeiro. Existe, no MCBC, documentação ainda não organizada referente ao fundo “Família Benjamin Constant”, que, eventualmente, poderá fornecer mais informações sobre Bernardina.

⁴ Mendes (1937).

⁵ Constant Neto (1940:215-8).

⁶ “Benjamin Constant através as (*sic*) reminiscências de um discípulo”. *Diretrizes*, v. 2, n. 20, p. 19-22, nov. 1939.

⁷ Quando este texto já estava finalizado e o livro em processo de edição, a equipe do MCBC localizou um segundo caderno, que chega até o dia 31-12-1889. O caderno está sendo transcrito e não pôde ser incorporado aqui. No entanto, uma primeira leitura não sugere alterações significativas no que escrevi.

A importância do diário para a minha pesquisa foi grande. Permitiu o cruzamento com dados provenientes de outras fontes e contribuiu com informações originais.

Durante a pesquisa, estabeleci bases de dados cronológicas a partir de diferentes fontes: livros e folhetos, jornais de época e arquivos — principalmente o arquivo pessoal de Benjamin Constant. Algumas dessas bases podiam ser reorganizadas por personagens ou instituições — como, por exemplo, “Deodoro” e “Clube Militar”. Ao final, reuni todas essas bases em uma só, incluindo os dados obtidos no diário de Bernardina. Em relação ao período coberto pelo diário, os dados de outras fontes eram numerosos, em função da rápida sucessão de eventos públicos e do desenvolvimento da conspiração. A cronologia geral resultante colocava lado a lado, dia a dia, dados oriundos de diferentes fontes. Alguns exemplos tornarão isso mais claro.

Em 13 de setembro de 1889 ocorreu um incidente em si sem importância, mas que os jovens oficiais republicanos souberam explorar politicamente, transformando-o no estopim da crise final do Império. Durante uma visita ao Tesouro, o visconde de Ouro Preto não encontrou em seu posto o comandante da guarda, tenente Pedro Carolino, que estava dormindo — versão de Ouro Preto — ou no banheiro — versão do militar. O tenente foi imediatamente punido com prisão por Ouro Preto. O incidente tornou-se pretexto para que se tentasse criar uma nova Questão Militar. Além disso, o evento coincidiu com a volta ao Rio de Janeiro do marechal Deodoro, que retornava de um “exílio” em Mato Grosso, para onde fora transferido por suas desavenças com o governo. De volta, Deodoro reassumiu a presidência do Clube Militar, interinamente exercida por Benjamin.

Pelas anotações de Bernardina, fica-se sabendo que Benjamin não pôde comparecer ao desembarque de Deodoro por estar doente, e que continuava doente em casa quando, no dia 15, recebeu a visita do *“militar Jayme Benévolo, que veio falar com papai sobre, segundo nos parece, uma nova questão militar, por ter o presidente do conselho preso injustamente um oficial”*. O modo pelo qual Bernardina se refere a Benévolo — tesoureiro do Clube Militar — parece indicar que não o conhecia; talvez ele estivesse indo pela primeira vez a sua casa. No dia seguinte, Benévolo voltou à casa de Benjamin *“com o mesmo fim que ontem”*; à noite, apareceu um aluno da Escola Superior de Guerra (um desdobramento da Escola Militar, criada nesse ano) *“que veio tratar da nova questão militar”*, registra Bernardina.

Tanto o diário quanto outras fontes de informação não registram qualquer atividade “suspeita” de Benjamin nos dias que antecederam o “incidente Carolino”. As sucessivas visitas de jovens oficiais após esse evento reforçam a versão de que Benjamin estava sendo aos poucos atraído por esses militares para posições politicamente mais radicais. No dia 16, foi encaminhado um requerimento de 40 sócios do Clube Militar a Deodoro, pedindo que convocasse uma sessão extraordinária para tratar dos “direitos e garantias” da classe militar. Examinando-se o nome dos signatários, vê-se que todos são

jovens oficiais, a maioria envolvida na conspiração republicana. Esse requerimento muito provavelmente foi apresentado a Benjamin por Jayme Benévolo durante suas visitas de 15 e 16 de setembro — antes, portanto, de ser entregue a Deodoro. Nesses dias, Benjamin escreveu um bilhete a Deodoro encaminhando o requerimento:

Por achar-me doente não fui cumprir o muito grato dever de manifestar mais uma vez a V. Excia. e a sua Exma. esposa os protestos de minha elevada estima e consideração, felicitando-os por sua chegada a esta Corte, o que farei assim que puder sair. Um acontecimento lamentável dado entre o Sr. ministro da Fazenda e um oficial do nosso Exército parece-me digno de um protesto por parte do Clube. V. Excia., com o seu reconhecido critério e devotado amor à classe da qual V. Excia. é um dos mais belos ornamentos, resolverá a respeito. Adiro desde já à resolução que V. Excia. tomar em nome da classe.⁸

A referência a “um oficial do nosso Exército” e a antecipação de um “protesto” em nome da “classe” mostram claramente que Benjamin endossara o espírito do requerimento dos jovens oficiais. Um rascunho do bilhete, localizado em seu arquivo, revela que, antes de escrever “parece-me digno”, Benjamin tentara a forma mais enfática “*parece-me exigir*”.⁹ Essa substituição sugere que Benjamin imaginava ser o termo “exigir” forte demais para Deodoro, talvez pela distância hierárquica que separava os dois, talvez pela postura exaltada que revelava. De fato, Deodoro recusou-se a convocar a sessão do clube, respondendo, no dia 17, com uma frase curta e seca: “*Por ora não há necessidade de reunir-se a sessão pedida*”.

Os jovens oficiais signatários do requerimento voltaram então a Benjamin, ainda doente em casa. Bernardina registrou a visita, dia 18, de um aluno da Escola Superior de Guerra, e dia 19, de mais dois; dia 20, voltou Benévolo, que “*veio falar com papai sobre o incidente militar*”. O livro de memórias de um desses jovens militares diz que Benjamin aconselhou que se acatasse o despacho de Deodoro, prometendo entender-se com ele sem demora.¹⁰ De fato, Bernardina registra que, no dia 22, após uma visita de Benévolo, Benjamin foi à casa de Deodoro “*e trouxe a boa notícia de que ele está disposto a presidir o Clube, ficando o papai livre disto*”. No dia 23, Bernardina anota a visita de Benévolo com mais um companheiro, recebidos privadamente por Benjamin. Em 25, Benjamin retoma suas aulas na ESG. Em 26, o diário registra nova visita de Benévolo.

Para reconstituir os acontecimentos desses 10 dias, o diário de Bernardina me foi muito útil. Embora os registros fossem telegráficos, eram mencionados vários acontecimentos e personagens. Essas informações, examinadas contra o pano de fundo de uma cronologia mais ampla estabelecida com o recurso a outras fontes, permitiram confirmar

⁸ Cf. Mendes (1913, v. 1, p. 342-3).

⁹ Arquivo Benjamin Constant, BC/Club.Mil. REP 0000000/1.

¹⁰ Villeroy (1928:97).

alguns fatos — por exemplo, que Benjamin não comparecera ao desembarque de Deodoro por estar doente. Mas o diário permitiu-me também, nesse caso, completar lacunas e estabelecer ligações entre eventos. Pude, assim, perceber com mais clareza como se deu, dia a dia, o processo de radicalização política de Benjamin. O quadro completo nos mostra jovens militares indo a Benjamin em busca de apoio para a reedição da Questão Militar, mesmo contra a vontade de Deodoro. Essa constatação foi fundamental para minha pesquisa, permitindo-me chegar a uma interpretação diferente da até então encontrada na historiografia.

Outro exemplo refere-se ao ocorrido no dia 23 de outubro de 1889. Benjamin compareceu a uma recepção em homenagem aos oficiais do cruzador chileno *Almirante Cochrane*, que estava no Brasil em missão oficial para participar dos festejos das bodas de prata dos príncipes imperiais. Além dos oficiais chilenos e do comandante da ESG, estava presente, representando o governo brasileiro, o ministro interino da Guerra. É importante observar que Benjamin comparecera a convite dos alunos mais antigos, e não do comando da escola. Durante o banquete, uma surpresa: Benjamin Constant foi longamente saudado com aplausos, vivas e flores pelos alunos. A quebra de protocolo culminou com a resposta de Benjamin, que fez uma saudação exaltada à “mocidade militar” ali reunida e desferiu um ataque frontal ao governo, falando sobre os incidentes da mais recente “Questão Militar”.

Bernardina registra em seu diário nesse dia:

Papai foi antes do meio-dia p a escola militar, a convite dos oficiais de lá, a fim de assistir a uma festa q vão dar em razão de irem os chilenos visitar a escola; papai não apareceu p jantar e já estávamos receosos sem sabermos p onde ele iria e onde jantaria, pois ele não gosta de andar fardado, quando ele chega, dizendo q fizeram-lhe lá um brinde e ele agradeceu; e como se achava presente o ministro da guerra, Cândido de Oliveira, censurou severamente o governo, pela maneira por q se tem portado para com o exército, provocando sempre conflitos ao passo q este tem sempre mantido uma situação digna e respeitosa, etc.; os alunos e quase a escola em peso, aplaudio-o muito, com palmas, vivas e flores, e, até as senhoras foram cumprimentá-lo e jogar-lhe flores. Papai disse q falou quase uma hora.

A descrição preserva os elementos do discurso enfatizados por Benjamin em sua narrativa à família. Alguns concordam com outras versões disponíveis, como a homenagem dos alunos e a resposta de Benjamin, com sua “censura severa” ao governo, ali encarnado na figura do ministro da Guerra, que, aliás, se retirou indignado antes do fim do discurso de Benjamin. A informação de que o discurso durou quase uma hora precisa o que em outras fontes aparece como “um longo discurso”.

Uma passagem do texto de Bernardina sobre esse episódio me encantou: *“papai não apareceu p jantar e já estávamos receosos sem sabermos p onde ele iria e onde jantaria, pois ele não gosta de andar fardado”*. Essa frase torna admiravelmente explícito o desconforto de Benjamin em relação ao Exército, instituição à qual pertencia, mas à qual não se adaptava.

Benjamin ingressou na carreira militar por necessidade e, não, por vocação. Serviu apenas durante um ano em funções profissionais, durante a Guerra do Paraguai. Por duas vezes cogitou pedir demissão do Exército, não o fazendo apenas porque conseguiu permanecer como professor de matemática na Escola Militar. Sempre se considerou mais um professor que um militar. Um documento de seu arquivo pessoal mostra que, no campo “profissão” do título de eleitor que tirou em 1881, ele declarou: “magistério”. A participação na Questão Militar não mudaria, pelo menos até agosto de 1889, sua auto-imagem predominante: novo título de eleitor, a mesma opção pelo magistério.¹¹

Nessa trajetória, a atuação de Benjamin Constant durante as “questões militares” dos últimos anos do Império representa um momento de mudança de curso. Pela primeira vez ele se apresentava publicamente como membro da “classe militar”. O discurso que fez durante a recepção aos oficiais chilenos, apesar da farda de tenente-coronel que vestia e de todas as referências ao Exército, tinha um objetivo claro: radicalizar os conflitos com o governo, evocando a imagem de um “soldado-cidadão” com formação “científica”. Apesar da excepcional *performance* de Benjamin, a farda não lhe caía bem. A própria filha o denuncia, ao registrar em seu diário a preocupação da família com sua demora, *“pois ele não gosta de andar fardado”*.

Um último exemplo da utilização que fiz do diário em minha pesquisa diz respeito à descrição do que aconteceu no dia 9 de novembro. Bernardina registra a saída do pai para dar aulas, a visita de seu padrinho — o tio paterno e também militar Marciano — e, depois, a visita de Quintino Bocaiúva, jornalista republicano. Mais tarde, apenas a anotação de que *“papai foi ao Clube Militar”*.

Nessa noite realizou-se, no Clube Militar, uma assembléia geral presidida por Benjamin, a última a ocorrer sob o regime monárquico. A conspiração militar avançava a passos largos, e o objetivo real da reunião era dar a Benjamin o comando e o sinal verde para o golpe. Segundo a ata que registrou o evento, Benjamin encerrou a sessão com um discurso em que dizia que, não sendo os meios legais suficientes para mudar a direção dos acontecimentos,

estaria pronto para desprezar o que havia de mais sagrado — o amor da família — para ir morrer conosco nas praças públicas, combatendo em prol da pátria que

¹¹ Arquivo Benjamin Constant, DP 8810723.

*era vítima de verdadeiros abutres, para o que só pedia lhe fossem dados alguns dias para desempenhar-se de tão árdua quanto difícil missão de que foi investido pela classe a que tem a honra de pertencer.*¹²

Ao contrário do evento público ocorrido 17 dias antes na Escola Militar e noticiado em jornais, a reunião do clube foi mais reservada, quase clandestina. Há registros de que se temia a presença de agentes da polícia na reunião, o que poderia comprometer o sucesso da conspiração. Talvez por isso Benjamin não tenha contado em casa, pelo menos para Bernardina, o que se passou naquela noite.

O diário, no entanto, registra com detalhes saborosos outro episódio. Por uma notável coincidência histórica, nessa mesma noite acontecia o grande baile da Ilha Fiscal, promovido pelo imperador em homenagem aos já mencionados visitantes chilenos. Era a maior e mais imponente festa até então realizada pelo Império. Pelo diário de Bernardina ficamos sabendo que Benjamin, após conspirar pelo fim do Império, encontrou sua casa vazia: todos haviam ido à ponte das barcas ver a iluminação e os convidados que seguiam para... o Baile da Ilha Fiscal! Benjamin foi então procurá-los; nesse meio tempo, se desconstruíram. Eram 23 horas quando a família retornou. Estavam tão excitados com a festa que resolveram esperar por Benjamin para voltar às barcas e tentar ver a ilha de perto. Bernardina conta em seu diário que *“papai lá indagou se não se podia ir na barca dos convidados p voltar na mesma”*, mas negaram o pedido dizendo que só com convite: *“então papai tratou um escaler, a 1\$ por pessoa, e vimos perfeitamente a ilha o baile e as pessoas. Chegamos em casa às 3h e tanto da madrugada”*.

O mundo dá voltas. Duas semanas mais tarde, a mulher e as filhas de Benjamin estariam ocupadas em fazer os vestidos para — agora como convidadas de honra — a festa que o governo republicano daria na despedida dos oficiais chilenos.

O diário, seus usos e sua história

Uma vez descrito brevemente o tipo de uso que fiz do diário, é preciso chamar a atenção para os usos alternativos que se pode dar a esse documento e para as muitas perguntas que é possível fazer a seu respeito.

Primeiro, a própria palavra “diário” deve ser pensada no contexto de uma história cultural dos “registros de si”. Na capa de seu caderno Bernardina anota apenas a frase *“continuação das notas de 1889”*. Não há, no texto que chegou até nós, qualquer menção à palavra “diário”. Esse rótulo lhe foi atribuído posteriormente e pode ter múltiplas significações. O registro diário de informações — definição mínima de “diário” — engloba um contínuo que abrange desde uma simples “agenda” de acontecimentos ao registro

¹² A ata encontra-se reproduzida em diversas fontes, como Mendes (1913, v. 2, p. 216-8).

dos pensamentos “íntimos” de seu autor. O diário de Bernardina, como muitos outros, fica em algum lugar no meio do caminho.

É difícil imaginar o que teria levado Bernardina a registrar suas notas, e a registrá-las no estilo que adotou. Um caminho possível é comparar suas anotações com outros diários de jovens mulheres dessa época, como o escrito entre os 13 e os 15 anos por Alice Dayrell Caldeira Brant (1880-1970) e publicado pela primeira vez em 1942.¹³ Nesse diário, a autora registra cenas do cotidiano familiar e social de Diamantina (MG). Se há uma grande diferença entre os dois diários no que diz respeito à extensão e à vivacidade do que se registrou, também há pontos em comum. Entre eles destaca-se o peso das relações familiares e do destino então geralmente reservado às mulheres, circunscritas aos cuidados com o lar e com a família. Alguns silêncios nos dois diários também são significativos, como a ausência de aventuras amorosas ou mesmo admirações platônicas. Por esse caminho, o diário de Bernardina pode se tornar uma fonte para a história social das mulheres no Brasil. Ele cresce em importância quando se sabe que, no final do Império, quase dois terços das mulheres brasileiras eram analfabetas, e que poucos diários femininos dessa época chegaram até nós.¹⁴

O diário também fornece um bom exemplo da coexistência e da interpenetração de diferentes ritmos da vida social, como bem observou Renato Lemos:

[Nas notas do diário da Bernardina] *o processo histórico se desvela como interseção de ritmos de vida, conforme classificação proposta por Fernand Braudel: o ritmo acelerado da vida cotidiana — familiar, profissional —, o ritmo médio da fase crítica da conjuntura política — definição do embate entre forças em torno do poder — e, por fim, mas não menos importante, o ritmo lento da longa duração, que regula o desenrolar de mudanças na estrutura política do país.*¹⁵

Independentemente dos usos que o diário possa ter para um pesquisador, cabe chamar a atenção para o fato de que os arquivos históricos — como aquele em que se encontra o diário de Bernardina — também *possuem uma história*. O que se guardou para a posteridade é resultado de acasos, seleções e disputas que devem ser considerados. Pode ter ocorrido, por exemplo, a destruição involuntária ou por causas naturais de materiais que potencialmente seriam preservados. Além disso, a constituição de um arquivo documental implica, necessariamente, processos seletivos: não se pode guardar “tudo”. Compreender a lógica que presidiu a seleção do material é por vezes tarefa difícil. No caso da documentação da família de Benjamin Constant, pode-se observar que o pai talvez

¹³ Morley (1998). O livro foi traduzido para o inglês e o francês. Uma diferença importante em relação ao diário de Bernardina é que o livro reorganizou registros mantidos 50 anos antes em cadernos e folhas avulsas pela menina Alice.

¹⁴ Ver Freitas e Cunha (2001:29-41).

¹⁵ Lemos (1999:368).

tenha passado à família a preocupação com o registro para a posteridade. Ele próprio, desde cedo, guardava registros de eventos cotidianos. Finalmente, muito do acervo da família de Benjamin Constant pode ter sido (e provavelmente o foi) vendido, roubado, emprestado e não devolvido, doado a outras instituições ou pessoas, sem que se possa re-trazar essa história.¹⁶

Para encerrar, pode-se ainda especular sobre a razão que levou a família a guardar *esse* diário. Acredito que, para os familiares de Bernardina, que preservaram seu diário após sua morte, este era um objeto de *memória* investido de uma dupla devoção: lembrança de um ser querido, mas também — e, provavelmente, mais importante — *prova documental* de que Bernardina e, através dela, toda a sua família foram participantes de uma história memorável.

O diário de Bernardina não é, nem nunca foi, um objeto de manuseio cotidiano, a exemplo dos documentos e objetos “históricos” guardados em arquivos e museus e apenas de tempos em tempos inspecionados. O *objeto físico* preservado — o caderno em si, e não apenas seu texto, transcrito em outros suportes — possivelmente tinha a mesma função que Lévi-Strauss atribuiu aos *churinga*, objetos de culto dos aborígenes australianos que representam a reencarnação de um antepassado.¹⁷ O diário não se tornou “histórico” após ter sido confiado à guarda de uma instituição de memória, gesto que pretensamente lhe atribuiria essa condição: ele já era assim considerado, *antes* de receber essa chancela, por aqueles que o guardaram. Esse reconhecimento vinha de seu caráter probatório: como os *churinga* e nossos documentos e objetos “históricos”, o diário dava uma existência *física* à História, encarnava a qualidade íntima do acontecimento, punha quem o possuía em contato com a pura historicidade. Daí a importância de sua preservação para a posteridade.

Referências bibliográficas

BENJAMIN CONSTANT através as (*sic*) reminiscências de um discípulo. *Diretrizes*, v. 2, n. 20, p. 19-22, nov. 1939.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República*: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CONSTANT NETO, Benjamin (pseudônimo de Mário Constant Serejo). *Benjamin Constant*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1940.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; CUNHA, Maria Amélia de Almeida. Dimensões da condição feminina no final do século XIX, nas páginas do diário *Minha vida de menina* (1893-1895). *Horizontes*. Bragança Paulista, v. 19, p. 29-41, jan./dez. 2001.

¹⁶ Ver Lemos (1999:20-1).

¹⁷ Ver Lévi-Strauss (1976, cap. 9: O tempo redescoberto).

LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976. cap. 9. (O tempo redescoberto).

MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamin Constant*. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1913.

———. *Benjamin Constant; esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da República brasileira*. Edição comemorativa do primeiro centenário de seu nascimento — 18 de outubro de 1936. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

MORLEY, Helena (pseudônimo). *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VILLEROY, Ximeno de. *Benjamin Constant e a política republicana*. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1928.

Correspondência familiar e rede de sociabilidade

MARIETA DE MORAES FERREIRA*

Sem dúvida, nas últimas décadas tem sido crescente o número de estudos sobre o papel da mulher na sociedade brasileira. Os trabalhos existentes em geral privilegiam ou mulheres anônimas, pertencentes às camadas populares, ou figuras de destaque, de papel reconhecido em momentos ou eventos da história do país. O objeto de atenção deste texto — a trajetória de uma mulher chamada Honestalda de Moraes Martins, que entrou no século XX com 33 anos de idade e faleceu quase aos 90 — não se enquadra exatamente em nenhum desses casos. Apesar de filha e neta de grandes fazendeiros de café, e ela própria proprietária de expressiva fortuna, seu nome nunca ultrapassou os limites do pequeno município de São Francisco de Paula, atual Trajano de Moraes, no estado do Rio de Janeiro. Em uma esfera mais ampla, a da história do estado do Rio ou do país, Honestalda poderia ser vista como uma personagem anônima, envolvida no mundo rural, não como membro de suas camadas mais pobres e, sim, da classe dos proprietários rurais. Mas há mais que isso: em seu pequeno mundo, Honestalda fugiu dos padrões estabelecidos, usufruindo de doses expressivas de autonomia e desempenhando, especialmente após a morte do marido, papel de destaque como fazendeira e mulher de negócios no começo dos anos 1930.

* Pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc/FGV) e professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Agradeço a Leda e João de Moraes Souza e a Honestalda de Moraes Tavares pela inestimável ajuda na localização e no empréstimo dos documentos utilizados neste texto.

Este estudo pretende não só acompanhar a trajetória individual da personagem, mas também analisar as redes de sociabilidade construídas nas esferas de suas vidas privada e pública. Para tanto, serão feitas investigações em duas direções, tentando captar, por um lado, as redes de sociabilidade herdadas por Honestalda, especialmente de sua sogra e tia Felizarda de Moraes, e, por outro, os esforços empreendidos por ela própria para ampliar seu espaço de atuação e garantir sua autonomia em relação aos demais parentes e, em última análise, a um mundo em que a esfera pública era domínio masculino.

Os laços de família

Honestalda nasceu em São Francisco de Paula, localidade pertencente à comarca de Cantagalo, em 1867, e faleceu em 1956. Era filha de Basília de Moraes Pereira de Mello e de Antônio Pereira de Mello, fazendeiros de café, e integrava uma grande rede familiar. Sua mãe — aqui chamada de segunda Basília — era filha de Basília Rosa de Moraes e de Antônio Rodrigues de Moraes, e enteada do irmão deste, João Antônio de Moraes, com quem Basília Rosa se casou após a morte prematura do marido. Ao longo da vida, João Antônio e Basília Rosa não só acumularam uma imensa fortuna como fazendeiros de café, o que lhes rendeu o título de barões das Duas Barras, mas também construíram e preservaram uma forte identidade familiar. Esse empreendimento se efetivou através não só de um rigoroso sistema de controle dos casamentos dos filhos, enteados e netos do barão, mas também da manutenção de espaços de socialização coletivos para seus descendentes e de uma convivência familiar intensa em festas e eventos, que moldaram de maneira sólida e duradoura os laços de família.

De todos os seus cinco irmãos, Honestalda foi a que teve vida mais longa e a que maior destaque conquistou na memória familiar. Em 1879, aos 12 anos de idade, foi matriculada como aluna interna no Colégio Braune, em Nova Friburgo, onde permaneceu por dois anos. Já nesse período estabeleceu uma ampla rede de relações com suas colegas, como demonstra a correspondência preservada na Fazenda Olaria. Em 1884, casou-se com seu primo-irmão João de Moraes Martins, filho de sua tia materna Felizarda de Moraes e de Francisco Lopes Martins. Felizarda era na verdade meia-irmã da segunda Basília, filha do segundo casamento de Basília Rosa com João Antônio de Moraes. O casal Honestalda e João se instalou na Fazenda Olaria, pertencente a Felizarda, que por sua vez a tinha recebido do pai, o barão das Duas Barras. Como não tiveram filhos, Honestalda e João criaram vários sobrinhos e primos, ajudaram outros parentes e ainda cuidaram da educação de muitos meninos e meninas pobres, filhos dos empregados da fazenda.

João e Honestalda, ao contrário de vários de seus primos, destacaram-se como fazendeiros empreendedores e ampliaram de forma significativa os recursos recebidos dos pais. Esses recursos não foram exatamente iguais, já que a herança da segunda Basília (enteada) foi menor do que a de Felizarda (filha do barão). Além disso, diferentemente da segunda Basília, quando o marido faleceu, em 1891, Felizarda assumiu diretamente a administração da família e dos negócios e aumentou sua fortuna. Tendo recebido uma

herança considerável, João de Moraes Martins pôde viver folgadoamente ao lado de Honestalda. Mas não foi apenas nos negócios que João e Honestalda se destacaram; o mesmo se deu na vida política do município de São Francisco de Paula. João chegou a ser deputado estadual, mas o maior feito político do casal foi o apadrinhamento do primo mais jovem, Raul de Moraes Veiga, que fez uma carreira política brilhante e chegou a presidente do estado do Rio em 1919. Raul Veiga tinha tal amizade e cumplicidade com seus padrinhos que, a pedido destes, chegou a erguer a cidade de Visconde de Imbé para ser a sede do município de São Francisco de Paula. A história desse episódio merece uma explicação.

Em meados do século XIX, fora criado o município de São Francisco de Paula, cuja sede se localizava na vila do mesmo nome, em região montanhosa, inacessível à estrada de ferro, o que prejudicava enormemente o escoamento da produção cafeeira da região. A sede do município foi então transferida, já no século XX, para Trajano de Moraes, antiga Ventania, cidade mais desenvolvida e área de influência de José de Moraes, filho de Trajano. O reaparecimento do nome Moraes nesse ponto não é mera coincidência: Trajano era primo-irmão de Honestalda e de João de Moraes Martins, filho do tio materno destes, José Antônio de Moraes, o visconde de Imbé. Ora, em 1919, João e Honestalda compraram a fazenda da Aurora, que havia pertencido ao visconde de Imbé, e passaram a exercer forte pressão para que a sede do município fosse mais uma vez transferida, agora para as terras da antiga vila Aurora, contígua à sua propriedade, e também servida pela estrada de ferro. Raul Veiga, então presidente do estado, alargou as ruas da antiga vila e construiu um grupo escolar, um foro, uma cadeia e uma sede para a prefeitura. Em 1921, a sede do município foi então transferida para a vila Aurora, que passou a se chamar Visconde de Imbé. Essa situação, contudo, não duraria muito, já que pouco tempo depois, em 1923, o grupo político liderado por Nilo Peçanha, a que pertencia Raul Veiga, foi derrotado e afastado do governo do estado. Aliado à nova facção política que conquistou o poder através de Feliciano Sodré, José de Moraes transferiu novamente a sede do município para Trajano de Moraes.

Embora derrotada em seu projeto político, Honestalda ainda protagonizaria uma longa vida na esfera pública após o falecimento de João em 1933. Viúva e auxiliada por seu afilhado favorito, José de Moraes Souza, assumiu os negócios do marido, fundou o Banco São Francisco de Paula e ampliou as atividades de suas várias fazendas, que tinham como sede principal a Olaria. Em 1934, o papel da mulher na sociedade brasileira foi fortalecido pela nova Constituição: a partir de então as mulheres adquiriram o direito de votar e de serem eleitas. Beneficiada por essa nova conjuntura, em agosto de 1936, Honestalda obteve sua grande vitória: foi eleita prefeita do município de São Francisco de Paula com 1.416 votos, num total de 2.389, como candidata do Partido Tudo por São Francisco de Paula.¹

¹ Informações contidas no diploma do vereador Raul Pinto Barbosa, conservado no acervo da Fazenda Ipiranga.

Referindo-se àquela que considerava sua avó, Honestalda de Moraes Souza Tavares, filha de José de Moraes Souza, diz que, depois da morte de João de Moraes Martins, “*contavam que ela triplicou a fortuna dele*”.² Ao contrário do marido, que era “muito alegre” e costumava sair e freqüentar festas, Honestalda tinha um temperamento mais rígido e controlava tudo nas fazendas. A ampliação do patrimônio familiar por ela efetuada numa época em que a cafeicultura já enfrentava dificuldades é, sem dúvida, de causar espanto. Honestalda administrava com pulso firme as fazendas, que produziam quase tudo o que era necessário à própria subsistência. Afora o sal, que tinha que ser comprado, os demais gêneros alimentícios, como feijão, arroz, frutas, verduras e mesmo o açúcar, eram produzidos na Olaria. Nas outras propriedades, que contavam com um administrador, havia uma certa especialização. A Fazenda Manoel de Moraes, por exemplo, destinava-se basicamente à pecuária.

As muitas histórias contadas sobre Honestalda revelam uma personalidade que combinava de forma inusitada generosidade e uma certa avareza. Não resta dúvida de que Honestalda desempenhou um papel maternal para vários parentes que passavam por dificuldades econômicas, educando muitos sobrinhos e afilhados. Além disso, os filhos dos empregados das fazendas também contavam com o seu apoio. Ter uma escola na fazenda era indiscutivelmente uma forma de ajudar as crianças das redondezas, mas sua participação na formação dos meninos e meninas não se restringia à escola ou a uma eventual ajuda financeira. Honestalda de Moraes Souza Tavares conta que “*ela sentava de noite com os molequinhos e ensinava todo mundo a fazer tricô e crochê. Eles faziam gorrinhos e iam vender no campo de futebol; era um dinheirinho que eles ganhavam*”. Assim, mais do que ensinar trabalhos manuais, Honestalda transmitia às crianças sua visão de mundo, na qual o trabalho e a poupança tinham papel central. Consta também que, aos domingos, na entrada da igreja de Visconde de Imbé, ela distribuía esmolas aos pedintes, mas não sem dizer: “*Guarda este tostão, ponha no banco que amanhã você vai ter mais*”.

É engraçado notar que, mesmo nos gestos generosos, Honestalda podia mostrar uma face um tanto pão-dura. Dava presentes para a casa do sobrinho José de Moraes Souza, como toalhas de linho, mas não queria que fossem usadas. Quando ia visitá-lo, os presentes tinham que ser escondidos. No seu entender, deviam ficar guardados, talvez para serem usados só em ocasiões importantes. Honestalda de Moraes Souza Tavares conta ainda que quando tinha nove ou 10 anos recebeu de presente da avó um Chevrolet vermelho! Era como se o carro fosse um bem não perecível, uma jóia, que pudesse ser guardada até a menina crescer e poder usá-la...

Se a personalidade forte de Honestalda transformou-a em personagem de muitos casos contados e recontados em reuniões de família, a imaginação dos que a rodeavam, como as crianças e os empregados da fazenda, também contribuiria para aumentar o rol das histórias a seu respeito. Ainda de acordo com Honestalda Tavares, “*as pessoas diziam*

² Entrevista de Honestalda de Moraes Souza Tavares a Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo de Castro Leal em Nova Friburgo, em 7 de março de 1998.

que ela era muito brava: tinha uma palmatória para castigar as crianças e às vezes punha os empregados de joelhos sobre grãos de milho no pátio interno da sede da fazenda". Assim, não é de estranhar que tenha surgido toda uma lenda em torno de sua figura. É sabido, na família, que João de Moraes Martins, de temperamento mais tolerante, amante de festas e bailes de carnaval, teve uma filha fora do casamento que nunca foi reconhecida. Essa filha teria sido mandada para um colégio interno no Rio de Janeiro e, posteriormente, trabalhado como governanta.

O inventário de Honestalda, datado de 1956 e conservado na Fazenda Ipiranga, é elucidativo quanto à sua capacidade de empreendimento e acumulação. Honestalda possuía mais de 1.400 alqueires de terras, além de muitas casas em Visconde de Imbé e até mesmo uma usina para o abastecimento de energia elétrica. Além disso, tinha títulos financeiros — ações da Companhia Docas de Santos, por exemplo — e uma grande soma em dinheiro depositada em vários bancos. Seu espólio foi dividido entre muitos sobrinhos e afilhados. Um dos principais herdeiros foi José de Moraes Souza, escolhido também por Honestalda para ser seu inventariante.

LISTA DOS BENS DE HONESTALDA DE MORAES EM 1958

Fazenda Olaria (18 casas de colonos, 10 mil pés de café novos, 15 mil pés de café velhos, 84 vacas, 84 bezerros, 53 vacas secas, 87 bezerras, 35 bezerros, 19 bois, quatro touros)	494 alqueires
Fazenda Barra de Bonança	300 alqueires
Fazenda Boa Sorte	23 alqueires
Fazenda Bonança	44 alqueires
Fazenda Aurora	13,5 alqueires
Fazenda Macabu	(no inventário não consta o número de alqueires)
Fazenda Samambaia	60 alqueires
Fazenda Coqueiro	459 alqueires
Fazenda dos Passos	25 alqueires
21 casas em Visconde de Imbé (cobertas de telhas, com quintal e dependências próprias)	Cr\$655.000,00
Prédio da antiga usina de beneficiar café, ocupado pelo cinema	
Usina hidrelétrica, com turbina, represa, encanamentos e instalações na vila compostas de fios, postes etc.	
Total (em propriedades rurais)	Cr\$9.047.100,00
Títulos	Cr\$1.440.822,00
Dinheiro	Cr\$4.323.888,00
Total	Cr\$14.811.810,00

Uma herança importante

Apresentada em linhas gerais a trajetória de Honestalda, reconstituída a partir de documentos de seu arquivo pessoal preservado na Fazenda Olaria e da coleta de depoimentos orais, surge uma indagação: como essa mulher, que nasceu e morreu numa fazenda do interior fluminense e que possuía traços semelhantes aos de muitas outras mulheres de sua família e de sua geração, pôde garantir para si o direito de ser dona do seu destino, de exercer poder sobre sua própria vida e de fugir do papel feminino tradicional.

Sem dúvida, a riqueza herdada garantiu-lhe a emancipação econômica, condição importante, mas não determinante, para que pudesse alçar vôo na carreira de empresária e política. Além do dinheiro, Honestalda recebeu outra herança valiosa, que também saberia aplicar em benefício próprio: a extensa rede de relações familiares e o exemplo da sogra e tia Felizarda de Moraes Martins, antiga dona da Fazenda Olaria.

Felizarda de Moraes, filha de João Antônio de Moraes e de Basília Rosa, nasceu em 1834. Em 1852, quando completou 18 anos, seu pai tratou de lhe arranjar um bom partido. Diferentemente de suas irmãs e irmãos, que se haviam casado com primos e primas, quase todos vindos de Minas, Felizarda foi a primeira a casar-se com alguém que não pertencia à família. O escolhido, Francisco Lopes Martins, era filho de antigo sesmeiro da região³ e, ao que tudo indica, integrante do seletto grupo de proprietários rurais de Cantagalo. Na ocasião de seu casamento com Felizarda, aos 30 anos de idade, já era viúvo e tinha quatro filhos. De acordo com o costume da época, Felizarda recebeu um dote: oito escravos no valor de 6:800\$000, jóias no valor de 440\$000, gado no valor de 350\$000 e 12:410\$000 em dinheiro, perfazendo um total de 20:000\$000. Se a concessão do dote, “uma antecipação da herança”, segundo Sheila Faria,⁴ era uma prática comum, o regime de casamento de Felizarda e Francisco fugiu, sob outro aspecto, aos costumes da época: foi feito um pacto pré-nupcial estabelecendo a separação dos bens do casal.

Rezava o acordo que, em primeiro lugar:

não haverá comunhão de bens quer dos que cada um dos cônjuges entrar para o casal, quer dos que no futuro adquirir por herança ou legado ou outro título gratuito. Segundo: os bens porém adquiridos na constância do matrimônio por título moro-

³ Foi localizada no Arquivo Nacional, no fundo Sesmarias do Rio de Janeiro, caixa 139, número 29, uma carta de concessão de sesmaria, ou seja, de “meia légua de terra em quadra, no Distrito de Cantagalo” a João Lopes Martins, datada de 5 de julho de 1821.

⁴ Faria (1995:83-4).

*so, ou com os rendimentos de outros bens, mesmo dos dotais em que não há comunhão, serão comuns e se dividirão ao meio ao que vivo ficar e os herdeiros do que morrer primeiro. Terceiro: ainda que venha a falecer um dos dois cônjuges uma descendência desse matrimônio não poderá dispor a benefício do outro que vivo ficar senão a sua terça. Quarto: se houver filhos desse matrimônio e suceder falecer algum em vida da mãe, deixando outros irmãos, estes lhe sucederão diretamente nos bens que possa ter herdado da mãe, e não o pai; o que por todos eles foi outorgado e aceito e disseram estar satisfeitos.*⁵

Essa sucessão de cláusulas demonstra a preocupação de João Antônio em preservar o dote e qualquer outro bem recebido pela filha, ou seja, sua própria herança. Embora o noivo não fosse pobre — e os inventários de seus pais o comprovam, já que recebeu de herança materna a quantia de 47:518\$139 e de herança paterna 51:685\$ 882 —, João Antônio queria evitar que os filhos do primeiro casamento de seu genro pudessem se tornar seus herdeiros.

O casamento realizou-se na sede da Fazenda Santa Maria do Rio Grande, onde moravam Basília Rosa e João Antônio. Felizarda e Francisco passaram a morar na Fazenda Olaria e tiveram cinco filhos: Theophilo de Moraes Martins, Alfredo Lopes Martins, João de Moraes Martins (que se casou com Honestalda), Felizarda II (que se casou com Carlos Magno do Valle) e Francisca (que se casou com Galdino do Valle).

Felizarda e Francisco expandiram seus negócios, adquirindo novas terras e muitos escravos. No entanto, depois de 16 anos de casados, em 1868, Francisco teve um grave problema de saúde e perdeu as faculdades mentais. A partir de então, Felizarda passou a ser curadora do marido e responsável pelos negócios da família, uma vez que seu filho mais velho, Theophilo, tinha apenas 16 anos. Francisco ainda viveu doente muitos anos, falecendo somente em 12 de novembro de 1891.

Os investimentos de Felizarda concentraram-se nos sítios e nas fazendas que possuía — a Olaria e a Providência —, acrescidas, após a morte de Basília em 1884, da quarta parte da Fazenda Santa Maria do Rio Grande. O inventário de Francisco Lopes Martins, de 1891, fornece uma descrição dos bens contidos nessas propriedades.⁶ Vejamos, por exemplo, os bens existentes na Fazenda Olaria em 1891:

⁵ Escritura de dote e contrato antenupcial que faz o tenente-coronel João Antônio de Moraes a sua filha Felizarda da Silva Moraes, datados de 1852, transcritos no processo de inventário de Francisco Lopes Martins, datado de 19 de dezembro de 1891, depositado no Juízo de Órfãos de Nova Friburgo.

⁶ Inventário de Francisco Lopes Martins, depositado no Juízo de Órfãos de Nova Friburgo.

BENS EXISTENTES NA FAZENDA OLARIA EM 1891

300.729.300m ² de terras	85:722\$500
Uma casa de vivenda	6:000\$000
Uma casa para paiol e armazém	2:500\$000
Uma casa e engenho de beneficiar café	3:500\$000
Uma casa para engenho de serra e cana com as respectivas máquinas e tachos	2:000\$000
Uma coberta para carros, na estrada	150\$000
Uma coberta para <i>troly</i>	70\$000
Uma coberta para tenda	80\$000
Um terreno de pedra em bom estado	900\$000
Um terreno de pedra em mau estado	300\$000
Uma casa para moinho (o moinho velho)	60\$000
Uma casa para carneiros	100\$000
Uma olaria	200\$000
32 casas para colonos, todas iguais, cada uma a 250\$000	8:000\$000
Um pomar	150\$000
3 mil braças de cercas e valos, a \$300 cada braça	900\$000
Um encanamento para água	1:500\$000
Uma tenda para ferreiro com seus pertences	80\$000
12 mil pés de café na derrubada no lugar denominado Freitas, de sete anos, a \$300 o pé	3:600\$000
8 mil pés de café, no lugar denominado Manoel Joaquim, a \$200 o pé	1:600\$000
80 mil pés de café, no lugar denominado Onça, a \$300 o pé	24:000\$000
60 mil pés de café, no lugar denominado D. Chiquinha, a \$400 o pé	24:000\$000
25 mil pés de café, no lugar Pedra Arrebentada, a \$200 o pé	5:000\$000
25 mil pés de café, no lugar denominado Caitihe, a \$200 o pé	5:000\$000
10 mil pés de café, no lugar denominado José dos Bons Olhos, a \$120 o pé	1:200\$000
Duas casas	300\$000
Um lavadouro de café	100\$000
Total	177:012\$500

A Fazenda Olaria contava ainda com um mobiliário no valor total de 1:245\$000, composto das seguintes peças: uma mobília austríaca constando de um sofá, quatro cadeiras de braços, uma mesa de centro, uma cadeira de balanço e 14 cadeiras singelas; uma mobília para sala de espera, em mau estado; uma mesa elástica; duas *étagères*; um guarda-comidas estragado; um armário para botica; uma escrivaninha; quatro lavatórios

com pedra mármore; dois lavatórios simples; três camas de casal; seis camas de solteiro; um guarda-roupa; um fogão; a louça toda do serventuário da casa. O valor total da Fazenda Olaria, somando-se aos bens arrolados animais e cereais, correspondia a 201:747\$500. A Fazenda Providência, com mais de 150 mil pés de café (de variadas idades), também foi avaliada em pouco mais de 200:000\$000.

As atividades de Felizarda não ficaram, contudo, restritas à cafeicultura. Nos anos 1880, ela e os filhos diversificaram seus negócios abrindo na Corte uma casa de comércio de café. Em 1886, sob o comando de Joaquim Henriques Costa Reis e Feliciano José Henriques, Felizarda e seu filho Alfredo Lopes Martins associaram-se a outros parentes — seu irmão Elias Antônio de Moraes e seus cunhados Vicente Ferreira de Mello e Manoel de Moraes — para a abertura da empresa Henriques Costa Reis & Cia., com sede na cidade do Rio de Janeiro e agências espalhadas pelo interior. As transações comerciais dos Moraes com a firma de Henriques Costa Reis remontavam à década de 1870, mas somente na segunda metade dos anos 1880 foi constituída a sociedade, com capital de 250:000\$000. Felizarda, Alfredo e os demais parentes entraram na sociedade — que ampliaria seu capital até o final da década — na condição de sócios comandatários.

Ainda com o intuito de diversificar investimentos, no começo dos anos 1890, o terceiro filho de Felizarda, João de Moraes Martins, e seu genro Carlos Magno do Valle participariam como sócios solidários de outra firma comissária — a Moraes, Tinoco & Cia. —, cuja administração ficou a cargo de seu sobrinho Manoel Antônio de Moraes Jr. e de Paulino Tinoco. Em 1896, contudo, a firma foi liquidada.

Uma avaliação do inventário de Francisco Lopes Martins e das firmas comissárias demonstra que Felizarda e, posteriormente, seus filhos mantiveram ao longo de cerca de 40 anos — entre 1852 e 1891 — um padrão de acumulação considerável. Só de herança paterna e materna Felizarda recebeu em 1873 a quantia de 524:000\$000; após a morte de seus pais, em 1883 e 1884, recebeu 398 apólices de dívida pública no valor de um conto de réis cada uma e mais a quarta parte da Fazenda Santa Maria do Rio Grande.

Esse volume de negócios e de patrimônio permitiu que Felizarda e seus filhos passassem ao largo da crise da abolição e das atribuições financeiras do país na primeira década republicana. Na verdade, a Primeira República não trouxe uma crise total para a cafeicultura fluminense. Embora regiões como Cantagalo sem dúvida tenham sofrido um declínio em sua produção, o município de São Francisco de Paula garantiu em grande parte a permanência da produção cafeeira no estado do Rio.⁷

Felizarda faleceu em 1922, aos 88 anos. Como se pôde constatar, já representava na época um exemplo de mulher empreendedora, que também afirmara sua vontade de ser dona de seu destino. Com a doença do marido, assumira a direção dos negócios, graças ao controle jurídico que exercia sobre seu patrimônio.

De seus cinco filhos, João, o marido de Honestalda, parece ter sido o que melhor se enquadrou no papel de preservador do nome da família, além de herdeiro da capaci-

⁷ Ferreira (1995).

dade empreendedora do avô, João Antônio de Moraes. Os outros dois filhos de Felizarda não fizeram caso das orientações do avô e da mãe, rebelando-se contra as tradições familiares. O mais velho, Theóphilo, além de malsucedido nos negócios, teve uma sucessão de mulheres e filhos naturais e uma vida familiar desorganizada; o segundo, Alfredo, negou-se a casar de acordo com a tradição familiar, chegando a alterar seu sobrenome num ato claro de rebeldia contra a orientação da mãe de que se casasse com uma prima. As duas filhas mais novas casaram-se com médicos da cidade e acabaram deixando a região e a vida rural. Na verdade, o responsável pela continuidade dos negócios e pela coesão da família, tornando-se administrador da fazenda mais importante e produtiva — a Olaria — e casando-se com uma prima-irmã, foi João de Moraes Martins.

Logo após seu casamento com João em 1884, Honestalda mudou-se para a fazenda onde construiria seu pequeno mundo e expandiria seus domínios. Inicialmente coadjuvante da sogra e tia Felizarda, senhora todo-poderosa da Olaria, acabaria construindo ali seu próprio lugar. Nesse processo é evidente o peso de sua personalidade e das estratégias de que se utilizou para ampliar seu espaço. Mas, sem dúvida, o exemplo de sua antecessora facilitou conquistas e ampliou alternativas.

A correspondência preservada: instrumento de análise de uma rede de sociabilidade

A correspondência endereçada a Honestalda, conservada na Fazenda Olaria, totaliza cerca de 300 cartas, abarcando o período de 1878 até 1946. O conjunto é por si só significativo. Mesmo que as informações sobre Honestalda sejam indiretas, já que ela é sempre a destinatária e não a remetente das cartas, é tentador verificar em que medida esses documentos podem esclarecer seu papel social.

A correspondência pode ser dividida em seis séries. A primeira totaliza 37 cartas, escritas entre 1879 e 1914 pelas amigas de Honestalda. Desse total, um primeiro subconjunto compõe-se de 25 cartas enviadas por colegas do Colégio Braune, internato localizado em Nova Friburgo, entre 1879 e 1881, na época em que Honestalda lá estudou. O segundo subconjunto consiste na correspondência recebida por Honestalda após seu casamento, em 1884, e tem como marca o espaçamento entre as cartas e o caráter absolutamente geral dos assuntos tratados, o que dificulta o acompanhamento de temas. Tampouco há correspondentes privilegiadas.

O primeiro subconjunto, mais interessante, permite perceber a rede de relações de amizades que Honestalda começou a construir no colégio quando tinha apenas 12 anos. Um primeiro ponto a destacar é que essa correspondência envolve 12 meninas e foi escrita em períodos em que as alunas estavam de férias em casa, ou mesmo quando estavam juntas na escola mas desejavam homenagear Honestalda por ocasião de seu aniversário, no dia 14 de agosto. A correspondente mais assídua é Darcília Marques da Cruz, residente em Cantagalo, que mais tarde viria a se casar com um primo-irmão de Honestalda, Trajano de Moraes.

A temática central dessa correspondência está relacionada com o desejo de expressar amizade e carinho, não havendo comentários mais detalhados sobre fatos ou episódios, seja da vida escolar, seja da vida familiar de cada menina. Quase todas as cartas iniciam-se com *querida, amada, querida amiga, sincera amiga*, e é visível a importância de Honestalda no colégio e como era querida por todas. A carta de Zaira, datada de 7 de janeiro de 1880, expressa bem isso: “*Ah, minha querida amiga, peço-lhe por tudo para você voltar para o colégio, porque tenho muitas coisas a lhe dizer; não imaginas como as (dadas) gostam tanto de você*”. Na despedida, lê-se: “*aceita o coração desta sua amiga sincera*”.

Outro elemento a ser destacado é a reprodução, nas cartas enviadas, de pequenos versos e poesias relacionadas com as temáticas do amor, da sinceridade e da gratidão. Aparecem também com grande frequência cobranças e acusações de ingratidão de Honestalda por esta não responder a todas as cartas recebidas com as demonstrações de apreço e amizade na intensidade desejada. Poucos temas de natureza mais objetiva são abordados; apenas algumas notícias sobre a saúde de parentes e o deslocamento de pessoas conhecidas. O assunto que mais mobilizava era a possibilidade de ir à Corte para assistir a espetáculos, fazer compras e tirar retratos. Estes eram enviados às amigas, coisa que parecia ser a última moda no momento.

As formas de despedida também expressavam uma afeição exagerada: “*desta vossa amante que muito vos aprecia*”, “*de vossa amiga sincera*”, “*de tua amiga que te ama do fundo do coração*”, “*de sua amiga que te ama*”. Em contrapartida, apesar de não haver nas cartas qualquer confidência, qualquer revelação de intimidade, sempre aparecia a solicitação de que não fossem mostradas a ninguém.

Se o conteúdo das cartas não chama especial atenção, sua própria existência denota a construção precoce e continuada de uma rede de sociabilidade, o que pode ser um dos elementos explicativos para a conquista de autonomia de Honestalda.

A segunda série da correspondência é formada pelas cartas enviadas a Honestalda por sua prima, comadre e maior amiga, Antônia de Moraes Veiga, e abarca o período de 1887 a 1894, quando Honestalda vivia em sua Fazenda Olaria e Antônia em sua casa em Nova Friburgo. São 21 cartas, que retratam as formas de relacionamento entre as duas mulheres. O tema central é a vida doméstica e cotidiana de ambas, com notícias dos filhos e do marido de Antônia, de doenças de parentes, de problemas com empregados. Há cartas com solicitações e agradecimentos a Honestalda pelo envio de presentes, especialmente de produtos da Fazenda Olaria, como doces, ovos, frangos, frutas etc., que eram recebidos com frequência. Outro tema recorrente é a troca de informações sobre moda, costureiras e vestidos. Pode-se depreender que Honestalda dispunha de modernas e sofisticadas revistas de moda, que eram emprestadas a Antônia para que encomendasse roupas a costureiras em Nova Friburgo para ambas. Algumas vezes são mencionados passeios ou atividades realizados por Antônia ou Honestalda, como tratamentos hidroterápicos, viagens à capital, passeios a Caxambu.

O conteúdo da correspondência entre as duas grandes amigas sugere algumas observações. Apesar de todas as cartas de Antônia revelarem grande afetividade, sendo sempre usado o tratamento “*querida amiga*” pela “*amiga com quem você pode contar sempre*”,

não há qualquer menção a estados emocionais ou confidências; também nunca são mencionados problemas graves, conflitos de qualquer natureza ou ressentimentos. Assim, pode-se dizer que as cartas de Antônia se atinham apenas a descrever pequenos episódios da vida doméstica, sem expressar nunca a intimidade das duas personagens envolvidas, ou de qualquer outro membro da família.

Essa correspondência permite ainda captar a forte rede de relações familiares envolvendo tios, primos, avós, sobrinhos e afilhados, e perceber como todos mantinham estreitas relações sociais através de visitas, festividades e envio de presentes. Nova Friburgo era um lugar de passagem para aqueles que vinham das diferentes fazendas do interior e se dirigiam ao Rio de Janeiro, ou vice-versa. Havia também os que permaneciam na cidade. Assim, Antônia ocupava um espaço privilegiado para acompanhar a movimentação da grande rede familiar e funcionava como informante de Honestalda sobre os acontecimentos relativos à cidade e à família. Por sua vez, Honestalda cobria a prima e amiga de mimos e gentilezas e a visitava sempre que podia. A morte prematura de Antônia em 1896, ao dar à luz seu décimo filho, certamente deixou um grande vazio em Honestalda, que procurou compensá-lo exercendo um papel maternal na vida dos filhos da amiga, em especial do mais velho, Raul de Moraes Veiga, de quem foi madrinha política.

A terceira série da correspondência de Honestalda consiste em cartas enviadas por seus irmãos Juanico, Eugênio, Maricas e Elisa. São 22 cartas, que abarcam um longo período, de 1884 a 1927, com grandes intervalos. O conjunto mais expressivo é formado pelas cartas enviadas pela irmã mais nova, Elisa, concentradas nos anos de 1884 e 1885. Fugindo um pouco ao tom geral da correspondência dos demais membros da família, restrito ao relato dos episódios da vida doméstica e a menções sucintas ao estado de saúde dos parentes, Elisa relata sua primeira grande viagem em companhia dos tios para usufruir da estação de águas em Caxambu nos meses de setembro e outubro de 1884.

As cartas da jovem Elisa permitem perceber a importância que as estações de águas haviam assumido para a elite cafeeira. A despeito da distância e da precariedade das estradas, mencionadas na correspondência, o número de parentes que na mesma ocasião embarcou para Caxambu era expressivo; vários tios e primos saíram de suas fazendas nos sertões de Cantagalo para usufruir da *season* nas estações hidrominerais. Os estreitos laços familiares desenvolvidos e cultivados nas fazendas eram portanto desdobrados nos divertimentos da vida urbana. As notícias dadas por Elisa estavam, porém, muito mais voltadas para os parentes do que para esses divertimentos. Em todas as cartas há menção ao fato de que determinado primo ou tio chegou ou partiu, ou alguma outra pessoa da família forneceu notícias sobre outros parentes que estavam em outras localidades. Praticamente não há menção a pessoas fora do círculo familiar ou à vida social de Caxambu. O foco permanente das atenções era sempre a família.

O mais importante a destacar era a ligação de Elisa com Honestalda, sua irmã mais velha, que lhe enviava dinheiro e a quem ela sempre consultava sobre o que deveria comprar ou que presentes deveria levar. Há também algumas menções aos benefícios trazidos pelos banhos e águas, assim como à festa de N. S. dos Remédios e à queima de fogos de artifício. Nesse grupo de cartas também não se encontram relatos de cunho sentimental/emocional, além da expressão de saudades de casa.

Ainda nesse conjunto de cartas, duas merecem destaque. Uma, enviada pelo irmão Eugênio de Paris, em 1910, traz relatos gerais da viagem e discute as encomendas feitas por Honestalda. Eugênio sugeria que as compras deveriam ser feitas no *Bon Marché*, em vez de no *Printemps*, como havia recomendado a irmã, o que indica que, mesmo vivendo tão distante, Honestalda tinha pleno conhecimento dos grandes magazines franceses e do que deveria ser comprado e onde. A segunda, enviada pelo irmão mais velho, Juanico, residente numa fazenda vizinha e datada de 1927, deixa evidente sua submissão a Honestalda. Diferentemente das demais cartas, esta contém um relato denso a respeito das tristezas e desapontamentos de Juanico e da importância da ajuda material e emocional prestada por Honestalda.

A quarta série da correspondência engloba cartas de inúmeros parentes, tios, sobrinhos, primos, compadres, comadres, amigos e afilhados. Abarca o período de 1880 a 1948 e totaliza 25 cartas. Essa correspondência pode ser dividida em dois subconjuntos: no primeiro, escrito na década de 1880, destacam-se as cartas da prima Meloca e uma carta de Chiquita Henriques, mulher do comissário de café da família, Feliciano Henriques, residente na Corte.

As cartas de Meloca são escritas de diferentes locais: da Fazenda Santa Maria do Rio Grande, residência da avó de ambas, da fazenda onde Meloca residia com os pais e da Corte. Todas retratam aspectos da vida doméstica das fazendas — como batizados de escravos, epidemia de sarampo — e trazem notícias de parentes e comentários sobre roupas novas, costureiras e compras. A carta enviada da Corte, de setembro de 1883, é especialmente interessante por relatar divertimentos, como idas ao teatro, à ópera, além de compras e consultas ao dentista.

A carta de Chiquita Henriques também merece atenção por prestar contas a Honestalda de todos os pedidos feitos para a preparação do enxoval de sua irmã mais nova, Elisa. Honestalda assumiu o papel de responsável pela irmã, embora sua mãe, a segunda Basília, ainda estivesse viva. Diferentemente de sua irmã Felizarda, Basília, ao ficar viúva, não conquistou autonomia e sempre viveu à sombra dos cunhados, filhos e outros parentes.

O que se destaca nessa correspondência é o papel de Honestalda, já casada e residindo na Fazenda Olaria, como referencial de vários membros da família, que sentem sua ausência e corroboram sua posição de prestadora de favores e de ajuda aos parentes.

O segundo subconjunto é constituído por cartas de sobrinhos e afilhados, que escrevem para dar notícias e agradecer benefícios recebidos. Embora a correspondência nunca faça a menor menção à impossibilidade de engravidar de Honestalda, na década de 1890 essa realidade devia ser evidente. Paralelamente, crescia a rede de parentes que se acercava de Honestalda e João e deles recebia favores.

Na década seguinte, Honestalda não só ampliou a rede de parentes e afilhados que dependiam de sua ajuda, como resolveu adotar como filhos de criação (não legalmente) alguns parentes pobres e filhos de empregados. Toda essa gente ocupava um lugar diferenciado tanto no afeto quanto no usufruto de bens materiais, numa hierarquia estabelecida por Honestalda.

Nessa rede, Honestalda sempre privilegiou os afilhados ou filhos de criação, em detrimento dos sobrinhos, seus herdeiros legais. A capacidade de aglutinar em torno de si fiéis aliados fez de sua Fazenda Olaria um ponto de referência e apoio para ex-empregados, amigos e parentes, tanto em momentos de dificuldade quanto em ocasiões de vaneio e lazer, o que lhe garantiu um espaço de autonomia e autoridade.

O quinto conjunto de cartas e telegramas data de 1933 e foi enviado por parentes e amigos por ocasião do falecimento de João de Moraes Martins, causado por uma queda de cavalo. Essa correspondência expressa uma face mais pública do relacionamento do casal e mais distante de suas bases de atuação local. Grande parte dela apresenta as condolências formais para a ocasião, mas pode-se perceber também que expressa sentimentos de gratidão por auxílios obtidos, no passado, do falecido ou de Honestalda. Assim, essa correspondência não indica a existência de um grande número de relacionamentos com importantes personalidades da vida política estadual e, sim, com pessoas amigas e parentes que em algum momento de suas vidas foram beneficiados pelas ações de Honestalda e João.

Finalmente, o último conjunto da correspondência recebida por Honestalda consiste num pequeno número de cartas (quatro) e bilhetes enviados por seu marido João. O conteúdo é extremamente burocrático e informativo e não expressa qualquer afeto ou emoção. Pode-se perguntar se o grande número de correspondentes que mantinham contato com Honestalda e certamente eram alimentados por ela não seriam uma forma de suprir a distância que a separava do marido.

Conclusão

O estudo de correspondência — tipo de documentação que recentemente ganhou importância e destaque como fonte histórica — ainda tem com objeto privilegiado as cartas trocadas entre figuras de destaque, como intelectuais ou políticos. Há também interesse pelas cartas endereçadas por figuras populares a grandes lideranças políticas com o objetivo de encaminhar pedidos. Mas são poucos os trabalhos dedicados à correspondência estritamente pessoal e, nesse caso, a que desperta maior atenção é a correspondência amorosa. São praticamente inexistentes trabalhos que focalizem correspondências domésticas e íntimas de pessoas anônimas, concentradas em descrever relações familiares. Esse pode ser, contudo, um rico instrumento de análise histórica.

No caso visto aqui, as cartas preservadas por Honestalda de Moraes vieram sustentar a hipótese inicial de que a rede de sociabilidade por ela herdada e reelaborada foi importante para garantir sua autonomia como mulher e suas conquistas nas esferas política e econômica. O conjunto analisado apresenta problemas. Não contém, por exemplo, a correspondência ativa de Honestalda. Ainda assim, muitas vezes foi possível perceber indiretamente suas ações e posturas, através de comentários feitos nas cartas recebidas. Por outro lado, a irregularidade e os longos intervalos entre as cartas, assim como a descontinuidade de temas de maior relevância, podem levar a crer na desimportância da documentação.

Ainda que se possam fazer essas ressalvas e que a marca principal da correspondência não seja o inusitado, o excepcional, grandes revelações ou confidências, ou a descrição minuciosa de eventos importantes e, sim, o ordinário,⁸ o cotidiano, sua própria existência é reveladora: denota o compromisso de Honestalda em manter sempre contato, em alimentar os laços de família e de amizade.

O que distingue Honestalda foi sua capacidade de aglutinar em torno de si uma grande rede de parentes e amigos que recebiam benesses materiais e suporte afetivo e, em troca, lhe ofereciam fidelidade.

Referências bibliográficas

CHARTIER, Roger (Dir.). *La correspondance; les usages de la lettre au XIXe siècle*. Paris: Fayard, 1991.

CORBIN, Alain. *Le monde retrouvé de Louis-François Pinagot: sur les traces d'un inconnu — 1798-1876*. Paris: Flammarion, 1998.

CULTURA política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, n. 24, 1999.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos; SCHNOOR, Eduardo. *Resgate — uma janela para os oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade do Ouro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

GOMES, Angela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: ——— (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV; Bragança Paulista: Edusf, 2000.

HEYMANN, Luciana Quillet. *Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller*. Dissertação (Mestrado em antropologia) — PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *George Simmel — sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica da política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

TREBISCH, Michel. Avant-propos: la chapelle, le clan et le microcosme. In: *Sociabilites intellectuelles: lieux, milieux, réseaux. Cahiers de L'Institute D'Histoire du Temps Present*, n. 20, p. 11-21, mars 1992.

⁸ Ver o estudo dessa temática em Corbin (1998).

Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-38)

LIDIA M. VIANNA POSSAS*

A idéia deste texto surgiu em dado momento, quando desenvolvia uma pesquisa sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a inserção da mulher como militante dessa agremiação política¹ fundada no início de 1932 e que arregimentou mais de 1 milhão de pessoas de norte a sul do país.² Além disso, havia também uma inquietação pessoal quanto a uma percepção que parecia óbvia acerca do hábito, de homens e mulheres mais intelectualizados, de enviar e receber cartas. Uma prática comum, necessária e cotidiana de um passado recente que atualmente se perdeu pelo acesso mais recorrente aos *e-mails*, descartáveis pelo ato de deletar informações e assuntos superados.

A correspondência entre indivíduos é extremamente rica para o pesquisador, na medida em que evidencia registros mais subjetivos de relações sociais múltiplas, sugerindo comprometimentos, compartilhamento de idéias, opiniões, angústias e a troca de favores. O emissor e o receptor tecem um universo complexo de sociabilidade, uma rede

* Doutora em história social pela USP e professora de história do Brasil da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília, SP. Gostaria de agradecer a Angela de Castro Gomes pela atenciosa leitura que fez deste texto em sua versão preliminar e também por seus esclarecedores comentários e sugestões críticas, que vieram enriquecer seu conteúdo.

¹ O projeto de pesquisa foi apresentado para o triênio 1998-2001 ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas do Curso de Ciências Sociais da Unesp, em Marília.

² Há grande controvérsia sobre o real percentual quantitativo dos militantes da AIB. Cavalari (1999) enfoca os dados oficiais do *Monitor Integralista* de 7-10-1937, quando havia precisamente 1.352.000 militantes; Aggio e outros (2002:32) relatam que chegaram “a cerca de 200 mil pessoas por volta de 1937”.

de significados e imagens de grande subjetividade e que merece ser analisada pela possibilidade de recompor outros aspectos, menos formais, de uma realidade.

A pesquisa sobre as militantes da AIB possibilitou detectar, em um lote de 133 cartas, a existência de uma correspondência especificamente feminina e pessoal no conjunto de missivas particulares e oficiais, recebidas e enviadas, que constam do acervo de Plínio Salgado, chefe nacional da AIB no período 1932-38. Todas as cartas encontram-se no Arquivo Municipal de Rio Claro, estado de São Paulo.³

Embora representem um percentual pequeno, essas cartas de mulheres, militantes integralistas e simpatizantes da AIB suscitam o “estranhamento” que Ginzburg recomenda — uma certa ausência de perplexidade por parte dos historiadores e estudiosos que se debruçam sobre os documentos de arquivo —, o que reforça o que ele chama de automatização. Segundo Ginzburg, é necessária a “distância”, a presença da noção de “estranhamento”, uma espécie de antídoto contra a banalização da realidade a que se está sempre sujeito e que parece estabelecer uma rotina do cotidiano. Para ele, “estranhar” é um “expediente deslegitimador em todos os níveis do político, social e cultural” que deve levar o pesquisador a sempre se indagar sobre os fundamentos da vida em sociedade, nos mínimos detalhes da existência cotidiana, os quais devem ser percebidos como algo inusitado.⁴

Tomando como referência as reflexões contidas nesse seu livro bem recente, pude ampliar e solidificar mais atentamente minha avaliação e análise da correspondência, entendendo as implicações cognitivas do estranhamento e, no desdobramento, desvendando a natureza epistemológica que esse tipo de trabalho e fonte exige. Ao mesmo tempo, pude também vislumbrar outros aspectos de um movimento político de natureza conservadora e totalitária como foi o da AIB.

No primeiro capítulo de *Olhos de madeira...*, Ginzburg introduz uma importante discussão sobre o papel da crítica literária na ressurgência da percepção da vida, estimulando uma visão da arte *como procedimento*, algo construído e provocado por determinadas circunstâncias. O autor toma os escritos⁵ de Marco Aurélio, imperador romano do

³ As cartas fazem parte de uma vasta documentação que compreende o acervo de Plínio Salgado, que se encontrava em sua residência em São Paulo e em Taquaritinga, e que foi doado ao Arquivo Municipal de Rio Claro por sua esposa, d. Carmela Salgado, em 1982. O acervo inclui aproximadamente 40.791 cartas recebidas e enviadas no período 1926-76, segundo o guia e inventário da documentação consultada no arquivo. A organização desse vasto e complexo material durou aproximadamente seis anos. Teve início em 1983, sob a coordenação da professora Ana Maria Camargo, diretora do arquivo na época, e contou com a colaboração das funcionárias municipais Maria Antonia Gardenal Molon, Regina Helena Moura Riani Costa, Maria Cristina Mussoline, além da participação de d. Carmela na identificação e explicação da documentação, que se encontrava em caixas organizadas de forma aleatória e muito subjetiva.

⁴ Ginzburg (2001:33).

⁵ Obra que chegou até nós através dos duvidosos manuscritos do frade franciscano Antonio Guevara, pregador da Corte de Carlos V, e que foi publicada em Valladolid em 1529. Ver Ginzburg (2001:23).

século II d.C., nos quais este recomenda que se “*cancele a representação!*” a fim de se ter a percepção exata das coisas. Aproxima-se depois de Tolstói, que procurava captar e enxergar as convenções e as instituições com os olhos do protagonista de um de seus contos, como o cavalo Kholstomer, e com isso denunciar os costumes “*animalescos dos seres humanos*”. Passando para o texto de Montaigne “Sobre os canibais”, expõe o relato da perplexidade dos índios brasileiros que, levados à França e inquiridos sobre o que mais os impressionava, respondiam que era o fato de “*...indivíduos adultos e armados (a guarda suíça) obedecerem a um menino (o rei da França) em vez de escolherem um verdadeiro chefe*”. Estes são alguns exemplos pontuais utilizados por Ginzburg para reforçar sua proposta metodológica e sua preocupação, como arguto historiador que é, com os documentos dos arquivos, que tão bem tem examinado.⁶

Nesse rastro, tomei fôlego para experimentar, ir além do óbvio, espantando-me, literalmente, com a variedade de conteúdos que a correspondência que localizei no acervo de Plínio Salgado apresentava. Já num primeiro momento, percebi a existência de aspectos subjetivos, de diferentes relacionamentos entre os militantes e as militantes ou mesmo simpatizantes, definindo uma complexa rede de sociabilidade com diversos níveis de afetividade. Eram relações múltiplas, com tensões e conflitos que evidenciavam outras construções de sociabilidade não captadas pelo Estatuto da AIB, tão pródigo em disciplinar a vida e o cotidiano dos militantes. Nessa experiência observei outras nuances não só dentro como também diante do movimento do Sigma⁷ e de seu chefe nacional, Plínio Salgado.

Para tanto, debrucei-me sobre as cartas, examinando atentamente as trocas de palavras e narrativas entre os missivistas, procurando ir além dos sentidos preconcebidos e dos significados costumeiros que a correspondência traduz. A partir desse ponto tentei capturar outras instâncias da realidade em foco, perceber novas dimensões que não apenas as impressões imediatas e as causalidades, para ter condição de revelar imagens, representações e diferentes modalidades de apreensão do real. No desempenho dessa tarefa, aproximei-me dos estudos referentes à correspondência, que nos últimos anos vem sendo objeto de investigação e despertando o interesse de pesquisadores e historiadores, inclusive brasileiros, que se têm debruçado sobre esse material de arquivo.⁸

⁶ Ver Ginzburg (2001:29). Ver também Ginzburg (1987).

⁷ O sigma era o sinal simbólico do movimento integralista e devia estar presente em todas as cerimônias, uniformes e bandeiras. A escolha da letra grega que corresponde ao “S” (maiúsculo) ocorreu por significar a “soma dos finitamente pequenos” e também ser a letra com que os primeiros cristãos da Grécia indicavam a palavra Deus, além de representar o nome da estrela Polar do hemisfério sul. Seu uso era regulamentado nos protocolos e rituais da AIB. Ver o regulamento publicado no número 18 do *Monitor Integralista*, edição do Núcleo Municipal de Niterói (1937:7-8), que se encontra no Arquivo Municipal de Rio Claro.

⁸ Ver Gomes (2000a:13-47); Ferreira (1997); Carvalho (1998); e Heymenn (1997).

São múltiplas as possibilidades de abordagem desse tipo de documento. Uma delas é a riqueza do suporte material das mensagens — os códigos sociais, a linguagem, a correção lingüística e a temática. Há também a complexidade que as dimensões pública/objetiva e privada/subjetiva podem revelar em narrativas que transcendem o espaço público, penetrando na privacidade dos indivíduos — a zona de imunidade oferecida ao recolhimento onde todos podem abandonar as armas e as defesas. Trata-se do lugar de familiaridade, dos sentimentos mais íntimos, na medida em que são percebidos como existentes “porta adentro”.⁹ A correspondência, com seus códigos epistolares, está repleta de simbolismos, de mediações entre o público e o privado. Desse modo, os argumentos discursivos permitem identificar e analisar como se dão as relações entre o(a) remetente e o(a) destinatário(a) e vice-versa, como se constrói a rede de trocas de favores e, em se tratando de correspondência feminina, como se evidenciam as relações de gênero, que, trabalhadas num território específico, podem ser traduzidas como relações significantes de poder.¹⁰

A correspondência do chefe nacional da AIB

A correspondência em questão tem início precisamente em 16 de fevereiro de 1932,¹¹ alguns meses antes, portanto, da criação oficial da AIB com o manifesto de 7 de outubro do mesmo ano, em uma reunião solene no Teatro Municipal de São Paulo.

Ela abarca um conjunto de missivas que se estendem até a morte de Plínio Salgado, em 1975. Minha análise, porém, irá até 27-5-1938, quando a AIB passou à ilegalidade, juntamente com os demais partidos políticos, devido ao golpe de 1937 e à instalação do Estado Novo. Aliás, a última carta de 1938, recebida por Plínio Salgado, é uma cópia de uma missiva enviada a Getúlio Vargas pelo médico Raul Leite. Nela, o militante, que estivera preso após a tentativa integralista de invadir o Catete em março de 1938, faz uma narrativa de desabafo, relatando o trabalho que desenvolveu para o país como integralista, mantendo escolas, assistência médica, exames de análise clínica para os pobres e premiando alunos de medicina. Deixa transparecer assim seu ressentimento quanto ao tratamento “*sem qualquer respeito*” que lhe fora dispensado durante o tempo em que permanecera na prisão.¹²

Esses registros são pontuados por uma variedade de assuntos que interligavam, de modo surpreendente, as dimensões pública e privada e vice-versa, permitindo vislumbrar ní-

⁹ Matos (2000a:38).

¹⁰ Scott (1994); Matos (2000a); e Possas (2000).

¹¹ Carta de Arlindo dos Santos a Plínio Salgado informando sobre o adiantamento de 150\$000 pelos livros. Não há referência aos títulos.

¹² Nessa carta, que também enviou a Plínio Salgado, o médico acusa a concessão de privilégios a outros membros integralistas da Câmara dos Quarenta, que ficaram apenas dois dias detidos, como: Nunes Seliva, amigo do capitão Filinto Muller, J. Carvalho Cardoso, médico da senhora do del. dr. Nazará, e Sergio Seliva, diretor da revista *Fon-Fon*.

veis de intimidade construídos e consentidos entre o chefe nacional e a militância, incluindo as mulheres. Pode-se observar, nas formas de tratamento utilizadas nas cartas, a hierarquia verticalizada existente na agremiação e definida em seu Estatuto, mas que, no cotidiano, movidas por circunstâncias, demonstravam os conflitos e as tensões existentes, bem como uma luta interna, pois a AIB não era um movimento homogêneo como tentava aparentar.

O trânsito nas esferas do poder e os limites de cada função exprimem particularidades dos representantes de instituições, sejam elas políticas ou religiosas. Os circuitos da correspondência formal da AIB e da correspondência pessoal de Plínio Salgado se confundem nesse acervo,¹³ de modo que o privado e o oficial se complementam, sendo possível observar as distintas funções que ele exerceu, bem como os diferenciados papéis sociais que assumiu, revelando como se processa a articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito.¹⁴

Para expor um pouco mais a riqueza desse material de arquivo — mesmo tendo este passado por seleção e censura prévias durante a organização da documentação em Rio Claro¹⁵ (que deixou ausências de registro e lacunas temporais significativas) —, torna-se fundamental identificar alguns de seus aspectos, de modo a perceber sua variabilidade e as distintas relações mantidas por Plínio Salgado com a militância em geral e com os simpatizantes do movimento, numa ampla rede de sociabilidade e pessoalidade.

As cartas revelam como o chefe nacional da AIB, Plínio Salgado, era consultado pelas chefias provinciais e municipais sobre assuntos relativos à instalação de novos núcleos,¹⁶ sobre as operações táticas que deveriam ser desenvolvidas pela AIB para fazer frente às eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e a Câmara dos Deputados,¹⁷ sobre o envio de relatórios de punição a companheiros faltosos e sobre outros assuntos diversos e de natureza protocolar, como a possibilidade de realização de casamentos entre militantes católicos e protestantes.

¹³ Angela de Castro Gomes, ao trabalhar com a correspondência do ministro Gustavo Capanema no período 1934-45, ressaltou aspectos dessa singularidade. Ver Gomes (2000b:45).

¹⁴ Ver como Roger Chartier (1988:20-2) propõe que se tome o conceito de representação num sentido mais particular e historicamente determinado.

¹⁵ Segundo depoimentos de funcionários do Arquivo Municipal de Rio Claro, a documentação foi previamente selecionada por d. Carmela Salgado. Analisando os documentos confirma-se a existência de alguma censura, pois há cartas rasgadas, cifradas, recortadas e telegramas pela metade.

¹⁶ Cartas do dr. Antonio de Toledo Piza, chefe municipal de Taquaritinga, em 20-7-1934, e do chefe municipal de Araraquara solicitando conselhos administrativos.

¹⁷ Essa correspondência é de Lafaiete Soares de Paula, secretário interino do Departamento de Propaganda da AIB, em 8-8-1934. Ele redige uma longa justificativa para falar da necessidade de uma grande operação de propaganda para enfrentar as eleições, mesmo que o integralismo não acredite na evidência do voto, *“por ele ser ilógico, mas que se deverão servir dele para combatê-lo”*. Além disso, propõe a *“arregimentação de novos elementos, infiltração da doutrina, organização de novos núcleos e necessidade imperiosa da agitação nas ruas, como parte da ‘psicologia de massa’*. A participação feminina era também requerida de modo a justificar a não-tolerância à inatividade: *“devemos criar um clima revolucionário para não permanecermos isolados no vácuo”*.

Referenciado como chefe nacional, mas sendo tratado de modo mais pessoal e até confidencial, Plínio Salgado recebeu uma carta emocionada de Gustavo Barroso, em 19-10-1936, chamando a atenção para sua atuação como militante sempre atento ao movimento: “*Será que o Chefe, depois de três anos de luta, ombro a ombro, ainda não conhece a alma do seu soldado?*”.¹⁸ Pelo teor da correspondência, pode-se inferir que ocorreu sério atrito entre ambos, devido a um discurso que Gustavo Barroso pronunciou usando metáforas e imagens que colocavam em dúvida a fidelidade do próprio Barroso como camisa-verde e membro das cortes do Sigma. Com uma argumentação apaixonada e muitos pedidos de desculpas, Barroso conclui a missiva solicitando que seja mais uma vez posto à prova “*a fim de que eu nunca lhe falte para o servir a serviço do Brasil!*”.

De outro intelectual — Francisco Campos —, Plínio recebe elogios pelo volume da obra publicada até 1936. Dos editores nacionais, como a Livraria Schmidt e a José Olympio, que mantinham contato constante, obtinha a garantia de publicação e reedição de seus livros, entre os quais: *O estrangeiro, O que é o integralismo?, Psicologia da revolução, Conceito cristão de democracia, 4ª Humanidade*, ampliadas para até 3 mil exemplares, sendo reembolsado com pagamentos e cotas percentuais. Com as Edições Estudos de Coimbra (1935) e com sua editora em Paris, através do representante George Vienot, acertava contatos para publicações em 1936.

Há ainda intensa correspondência de natureza político-estratégica mantida com movimentos nacionalistas latino-americanos, principalmente a Bandeira Argentina, de Buenos Aires, a Acción Nacional, de Montevideú, além de outras organizações em Santiago do Chile, em Bogotá, na Venezuela (1935-37), que confirmam o estreito intercâmbio, a troca de informações e a conclamação para uma oposição cerrada ao bolchevismo.

Com os europeus, principalmente com o nacional sindicalismo português, com o qual a AIB possuía grande afinidade ideológica devido aos princípios nacionalista e espiritualistas, Plínio Salgado manteve um assíduo relacionamento. Para suas lideranças enviava (e recebia) material de propaganda, como jornais e revistas, distribuídos por meio de um esquema de segurança que utilizava endereços de entrega cifrados, ante a “*existência de uma polícia secreta e de perseguições*”, presentes em Portugal desde 1934.

O integralismo no Brasil possuía bases de arregimentação que perpassavam o meio intelectual, incluindo o jornalístico, o educacional, além de organizações esportivas e instituições religiosas, como a Igreja Católica.

¹⁸ Gustavo Barroso aderiu à AIB em 1933, tornando-se uma importante liderança no movimento. Foi um dos responsáveis pelas “bandeiras” formadas por grupos de intelectuais que percorriam o país de norte a sul para divulgar a doutrina e fomentar a formação de núcleos. Era o comandante-geral das milícias integralistas e responsável pela Secretaria Nacional de Educação Moral e Cívica, além de membro do Conselho Supremo. Pela defesa de idéias anti-semitas foi várias vezes boicotado por Plínio Salgado de escrever nos principais jornais, como *A Ofensiva*. Concorreu ao plebiscito interno da AIB de maio de 1937 para a escolha do candidato integralista às eleições presidenciais de 1938, obtendo 13.397 votos, e Plínio Salgado 846.544. Após o golpe de 1937, reassumiu suas funções na direção do Museu Histórico Nacional. Ver o verbete Gustavo Barroso no *DHBB*.

Duas cartas recebidas em 25 e 26-6-1937 do padre Clemente Maria da Silva, capelão voluntário da AIB na província da Bahia, e de d. Manoel Coelho, bispo diocesano em Minas Gerais, núcleo de Formiga, respectivamente, evidenciam como a atitude arregimentadora e de intermediação dos religiosos católicos estivera presente nas campanhas eleitorais de crença na sobrevivência do processo democrático em 1937. E assim mesmo enfrentando perseguições (e inúmeras prisões), que já se faziam sentir nesse período, como a proibição de reuniões da AIB nos momentos que antecederam o golpe do Estado Novo. O Mosteiro São Bento, na Bahia, segundo missiva do padre, “foi um baluarte da nossa Idéia e da bandeira do Sigma”, e o discurso proferido pelo “prestigioso bispo” veio “com certeza influenciar a consciência de muitos católicos, obstinados em apoiar as candidaturas liberais”.

Um conjunto significativo de 20 telegramas, enviados pelos chefes municipais ao chefe nacional, compõe ainda o acervo. Por sua natureza, o documento-telegrama é a forma mais rápida de comunicação escrita e o sistema mais moderno nos anos 1930, possibilitando remessas de informações resumidas, precisas e até confidenciais, por ser muitas vezes redigido em linguagem cifrada.

Os telegramas estão todos datados de outubro de 1937, momento de grande tensão e agitação política no país e que antecedeu o golpe de 10 de novembro de 1937.¹⁹ Foram emitidos de diversos núcleos da AIB, localizados em municípios do Paraná, São Paulo, Bahia, Minas Gerais. Denunciavam, em linguagem de alarme geral, as inúmeras prisões de integralistas pelo uso da “camisa verde” em concentrações públicas, a proibição de realizar a cerimônia dos Tambores Silenciados, a pichação de sedes dos núcleos e casas de integralistas, além do assassinato do integralista Altivo Monteiro, do núcleo de Ponte Nova, em Minas Gerais.²⁰

¹⁹ Segundo Loureiro (2001:225-30), em 5-10-1937, o chefe nacional convocara uma reunião da Câmara dos Quarenta, recém-criada e composta de membros das diversas “províncias” integralistas (5-6-1937), no Rio de Janeiro, para avaliar o clima de golpe e confirmar ou não a continuação de Vargas no poder. Isso porque havia membros favoráveis a uma aliança com Armando Salles de Oliveira, candidato paulista, outros a Flores Cunha, governador do Rio Grande do Sul, e aqueles que pregavam uma atitude de neutralidade. Após votação, esta última posição foi a vencedora. A AIB permaneceria neutra, aguardando os acontecimentos.

²⁰ A cerimônia dos Tambores Silenciosos foi criada devido à “extinção das milícias integralistas” por decreto de Vargas. Obedecendo ao chefe nacional, em todos os núcleos municipais, distritais e sedes provinciais, em “todas as cidades, lares, quartéis, fazendas, choupanas, hospitais e cárceres do país”, as camisas-verdes deveriam se reunir na noite de 7 de outubro e realizar um ritual com rígido protocolo, que estabelecia o seguinte: ter início às 21 horas pela autoridade máxima local; dar a presidência ao integralista mais pobre e mais humilde, que representaria o chefe nacional; cantar o Hino Integralista e fazer uma chamada dos mártires do integralismo e dos mortos do núcleo; renovar o juramento à Bandeira Nacional e fazer a leitura de capítulos do Manifesto de Outubro (1º, 7º, 8º e 10º) e, precisamente à meia-noite, todos os presentes deveriam fazer uma concentração de três minutos de silêncio, acompanhada de ‘caixas surdas’, que bateriam lentamente. Após o silêncio, inclusive dos tambores, o presidente finalizaria a cerimônia com a declamação da poesia de Jayme de Castro “A noite dos tambores silenciados”. Ver *Protocolos e rituais integralistas* (Núcleo Municipal de Niterói, 1937:50-3).

Esses telegramas revelam o clima de grande agitação que tomou conta da agremiação e de suas lideranças. Esboçavam dúvidas diante dos boatos contraditórios, do ímpeto revolucionário golpista pregado por uma facção da militância para fazer frente à forte repressão policial em curso e do jogo político dúbio do Estado Novo, que desenhava uma matriz autoritária. A AIB, por sua vez, não se vendo contemplada pelo projeto político em andamento, suscitou a reação radical, militarizada e desesperada dos integralistas — fadada ao fracasso em maio de 1938 — contra o governo de Vargas.

Esse conjunto de cartas e telegramas, analisado com um olhar de “estranhamento” mais atento às minúcias e às singularidades de um cotidiano dinâmico e circunstanciado por práticas distintas, expõe outra dimensão da atuação e da organização da AIB. Uma dimensão que se distanciava do discurso hegemônico pregado pela proposta ideológica/doutrinária do integralismo, da universalidade de sua composição, da hierarquia disciplinar, dos debates ufanistas e nacionalistas, para se aproximar da concretude de experiências, de resistências e relações vividas por homens e mulheres, constantemente reinventadas. A AIB não era um movimento coeso. Havia fissuras internas e lideranças afoitas, que assumiam atitudes de maior autonomia, inclusive para a deflagração de atos revolucionário e golpistas.²¹

Essa análise redefiniu o significado do público e do privado para uma agremiação como a AIB e para seu líder supremo, o chefe nacional Plínio Salgado. A esfera do público, nessa conjuntura de crise, não pode mais ser identificada como o campo exclusivo do poder e da autoridade, já que se desloca também para a esfera do privado e do cotidiano, politizando o privado e privatizando o público.²² A evidência de práticas e comportamentos que fogem às normas sociais prescritas e mesmo às regras protocolares, bem como um cotidiano múltiplo, onde se desenrola uma trama histórica com seus fluxos e dinâmica em permanente ação, permite que se compreenda a constante interação, transformação e reconstrução dos processos de sociabilidade, tensão e conflito vivenciados pela AIB e por sua militância, ante as mudanças da sociedade brasileira nos anos 1930, principalmente ante os desdobramentos ocorridos após o golpe de 1937.

As cartas femininas: relações de gênero na escrita das “blusas-verdes”

Entre as cartas recebidas e enviadas por mulheres, está a de Margarida para sua avó, datada de 22 de janeiro de 1938, que denota como as jovens estavam inseridas na

²¹ Segundo Loureiro (2001:238-42), em 11-3-1938 um levante havia sido programado no Rio de Janeiro, coordenado por Belmiro Valverde e Severo Fournier, ligados ao general Euclides Figueiredo, que fracassou. Em 10 de maio, novamente a notícia de uma reação armada dos integralistas contra o governo sem prévia autorização, “*desobediência acintosa de alguns companheiros*”.

²² Dias (1998:223-32).

AIB e construam a realidade a partir de uma apreensão: “...a vitória dele e para que veio com a justiça do Sigma está dentro do meu coração. Nosso ‘Avante’ tem que vencer sem derramar gotas de sangue em nossa querida Pátria”.

Apesar de numericamente reduzidas, essas cartas são registros documentais qualitativamente importantes para a ampliação do estudo do integralismo. Permitem entender outras dimensões da organização, através das representações coletivas captadas por distintos indivíduos diante da vida cotidiana, da alternância de papéis e principalmente das relações de gênero.

Tome-se “gênero” como uma categoria de análise histórica de natureza relacional, a fim de se entender a construção dos perfis e dos comportamentos feminino e masculino, um em função do outro e constituídos social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados.²³ A análise dessa documentação permitiu desvendar a complexidade das relações políticas e de poder, inserindo nelas a figura feminina, que também teve participação nas mediações e negociações entre o governo do Estado Novo, já implantado, e a AIB, com suas pretensões governistas.

O uso do termo “gênero” está em completa oposição aos referenciais biológico-sexuais que o definiram até meados dos anos 1960. Foi utilizado inicialmente nos trabalhos da socióloga Ann Oakley, a partir da década de 1970, devido às tensões provocadas pela emergência do movimento político feminista, que denunciava e refletia sobre a “opressão sexual”, a “luta entre os sexos” e as “classes sexuais”, abrindo brechas para a própria reconstrução do conceito de “feminino”. Investigando os diversos domínios da cultura, da sociedade e da história, a expressão “relações de gênero” ganhou terreno no campo da pesquisa e dos debates acadêmicos, que acabaram por superar o caráter reducionista biológico a que estava condicionada e a tese da “naturalização do social”, que impedia perceber a concretude e as especificidades dos sujeitos.

Nos anos 1980, a historiadora Joan Scott²⁴ reforçou os “estudos de gênero” com a introdução de importantes reflexões e pressupostos teóricos, que reformularam radicalmente o conceito, agora entendido como uma categoria de análise histórica capaz de revelar as diferenças sexuais e os papéis sociais a partir das significações histórica e socialmente construídas e designadas, de modo relacional, por mulheres e homens. Ao dar essa ênfase, Scott aproximou-se da perspectiva da história cultural, que procura identificar de que modo, em diferentes lugares e momentos, a realidade social é construída, pensada e lida. Assim, os papéis normativos, os comportamentos atribuídos a homens e mulheres e a relação entre os sexos não são discursos neutros, mas representações construídas repletas de significados e de relações de poder.²⁵

²³ Matos (2000a).

²⁴ Scott (1989) deu novos rumos à discussão sobre a questão da mulher na história.

²⁵ Ver Oakley (1972); Scott (1990 e 1994); Schott (1996); Matos (2000b); Muraro e Puppini (2001); e Chartier (1988:13-28).

Essa tentativa de compreensão das práticas sociais femininas e masculinas e de suas significações produziu um novo conhecimento, mais adequado à história, às suas bases conceituais e epistemológicas. Desse modo, os historiadores, ao tomarem a mulher como sujeito da história, possibilitaram uma pluralização da categoria “mulheres”, permitindo observar um conjunto de identidades coletivas e experiências vividas em múltiplas temporalidades. Reformulou-se, assim, o significado do político no âmbito do cotidiano, onde se desenvolvem possibilidades distintas de relações de poder.²⁶

Com os pressupostos e reflexões de Ginzburg sobre a noção de “estranhamento”, passei à análise da correspondência que envolvia as mulheres enquanto militantes e simpatizantes da AIB na sociedade brasileira do pós-1930. Procurei então entender como as relações de gênero foram reconstruídas e como as representações e papéis femininos tradicionais foram diluídos, ganhando novos significados.

Mulheres na AIB: novas possibilidades de ação

A presença oficial feminina na AIB — na qualidade de membros efetivos, que eram chamados de blusas-verdes — obedeceu aos princípios hierárquicos da agremiação e foi definida institucionalmente, a partir do regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina (Snaf) aprovado em 10 de agosto de 1936, com o objetivo de “orientar, dirigir, controlar e arregimentar todo o trabalho da Mulher e da Juventude Integralista”.²⁷

O Departamento Nacional Feminino acompanhava as diretrizes gerais e disciplinares contidas no Estatuto da organização. Era composto por órgãos nos níveis distrital, municipal e provincial, subordinados diretamente à Secretaria Nacional da AIB e a uma secretaria nacional. O chefe nacional tinha o poder de nomear e demitir livremente todos os ocupantes de cargos de direção.

Para ter controle efetivo sobre a militância feminina, a extensa rede de informações foi ampliada, de modo a receber relatórios, estatísticas, correspondência e documentos, que deveriam manter a direção nacional informada sobre todas “as militantes, suas atitudes e as atividades da mulher integralista inscrita em face de suas obrigações”.²⁸

As divisões internas do Departamento Feminino abrangiam uma ampla área de atuação, que compreendiam desde aulas de ginástica e prática esportiva para o sexo feminino, até atividades de alfabetização, enfermagem, puericultura, datilografia, culinária, corte e costura, boas maneiras, contabilidade caseira e economia doméstica. Também deviam ser oferecidos cursos especializados em sociologia, psicologia e pedagogia, além de um cronograma de conferências sobre economia social, geografia humana, literatura, arte e formação moral e cívica.

²⁶ Scott (1992:63-95).

²⁷ Regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e da Juventude, capítulo L, art. 1º.

²⁸ Regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e da Juventude, art. 7º, §1º.

Essas atividades de caráter político-ideológico traduziam-se também em práticas culturais e esportivas, e deviam formar a nova geração de mulheres brasileiras, consolidando, em primeira instância, um tipo de ação social que visava a defesa e a manutenção dos fundamentos da família cristã brasileira.

*criar uma consciência feminina no Brasil, de acordo com os princípios da doutrina integralista, e uma atitude feminina ordenada, em todos os campos que lhes são próprios, despertando e habilitando assim a mulher brasileira para o cumprimento de sua missão na Família e na Pátria.*²⁹

No entanto, contraditoriamente, as atividades propostas na esfera pública, através de maciças campanhas de alfabetização — principalmente de adultos, visando a qualificação eleitoral exigida tendo em vista o pleito de 1937 —, transformavam esse discurso em algo mobilizador das gerações de jovens de um segmento médio da sociedade. As mulheres eram motivadas pelo rádio e pelo cinema, sobretudo de Hollywood, e queriam para si a possibilidade de viver a modernidade e de se sentirem “modernas”.³⁰

Segundo Sevcenko, esse termo estava associado, nos anos 1930, a uma sociedade que se caracterizava pela ação das multidões no espaço urbano e possuía a representação de uma “palavra futuro”, “palavra ação”, “palavra libertação”. Assim, as jovens integralistas viam uma real possibilidade de assumir novas funções e responsabilidades na sociedade e perante o país, no ato de construir a “pátria idolatrada”.³¹

O movimento do Sigma conseguiu reunir um número considerável de mulheres como militantes. Elas tiveram participação expressiva em setores educacionais, como na área da alfabetização e da enfermagem. Segundo a ótica integralista e nas palavras do próprio Plínio Salgado, em 1937 as mulheres “*entregaram-se ao estudo dos problemas nacionais e tiveram uma inserção na vida política*”. Assim, “*...mais de 100.000 senhoras e moças atuaram como visitadoras de bairros humildes, professoras e enfermeiras, em uma obra social portentosa do movimento*”.

Ao se analisar a correspondência feminina existente no acervo de Plínio Salgado, relativa ao período 1937/38, é possível perceber mais concretamente como as relações pessoais e oficiais eram estabelecidas e como a militância e algumas simpatizantes do movimento se relacionavam com o chefe nacional da AIB. Também se pode observar como elas apreenderam a conjuntura de crise política do país, especialmente a partir de 1937, e se tornaram sujeitos históricos concretos, ao emitirem opiniões e proporem alternativas de resistência e mesmo de luta organizada.

²⁹ Regulamento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos, criada em 1936.

³⁰ No trabalho que realizei com ferroviárias dos anos 1930, ouvindo seus depoimentos percebi que muitas delas se haviam aproximado do integralismo e participado das atividades do núcleo de Bauru movidas pela possibilidade de viver algo “novo”, “moderno”, diferente. Ver Possas (2000).

³¹ Sevcenko (1992:228).

As vozes das blusas-verdes

Nesse conjunto de cartas, a primeira está dirigida à senhora C. Padilla Ibanez, que devia ser membro da Legión Cívica Argentina.³² É uma carta oficial do gabinete da Secretaria Nacional de Relações Exteriores da AIB e propõe estabelecer intercâmbio permanente com entidades congêneres à AIB nos países latino-americanos.³³ Foi escrita em linguagem formal e tratamento respeitoso para com a destinatária. A retórica exalta a relevância do ideal da “nova Argentina” por ela abraçado e a cumprimenta pela iminência da “*construção do grande sonho de Bolívar, que deveria ser comungado por todas as nações latino-americanas*”, e no qual Plínio Salgado estaria incluído.

Essa carta, apesar de sem resposta, permite vislumbrar como se dava a aproximação entre as agremiações político-partidárias latino-americanas que compartilhavam das mesmas propostas nacionalistas e de cunho fascista, e observar temporalidades distintas com relação à luta pelo acesso das mulheres à vida política. No Brasil, o voto feminino foi instituído em 24 de fevereiro de 1932 pelo Código Eleitoral, sendo incorporado à Constituição de 1934.³⁴ Na Argentina, no mesmo período, o movimento das sufragistas era atropelado pelo clima de lutas políticas internas; o voto feminino só foi aprovado em 23 de setembro de 1947, após um movimento chefiado por Eva Perón, esposa do presidente Juan Domingo Perón (1945-55).

Mas a carta, por se destinar a uma senhora, com um tratamento polido e oficial, evidencia como as relações entre os sexos ocupavam as instâncias burocráticas das agremiações políticas latino-americanas nesse período.

A carta seguinte, por seu conteúdo singular, introduz uma relação de personalidade entre a militância, principalmente a de baixa renda, e a chefia da AIB, na pessoa de Plínio Salgado. Está dirigida ao “*meu chefe nacional*”, sendo datada de 4-10-1937 pela “companheira” Sebastiana Maria Santiago, do núcleo da Penha, no Espírito Santo. Em linguagem simples e crivada de erros gramaticais e de concordância verbal, solicita a importância de 200\$000 réis para remediar uma situação de grande necessidade e de penú-

³² A Legión Cívica Argentina era uma organização nacionalista de direita, paramilitar e fascista, fundada nos anos 1930, cujos membros, treinados nos quartéis do Exército argentino, faziam críticas ao liberalismo e ao imperialismo. Fortaleceu-se com as dissidências internas após o golpe de José Felix Uriburu (1930), que instalou a República Conservadora, ou a “*década infame*” atribuída às oligarquias associadas ao capitalismo inglês. Ver Capelato (1998) e Aquino (2000).

³³ Enviada pelo chefe-de-gabinete da AIB, Gerardo Mello Mourão, em 6-2-1937, solicitava da ilustre senhora o envio de outros endereços de partidos semelhantes à AIB e à Legión Cívica, de tendência fascista, além de jornais e organizações culturais. A carta está endereçada à rua Chabuco, 688, em Buenos Aires. Pode-se inferir pela leitura que a senhora Padilla Ibanez tinha tido um contato anterior e direto com Mello Mourão, pois ele ressaltava que “*não precisamos nos apresentar, pois já nos conhecemos bastante, quer através de vossa ação na Legión Cívica Argentina, quer pelo honroso contato que convosco mantivemos em uma sessão da Ação Integralista Brasileira no Rio de Janeiro*”.

³⁴ Avelar (2001).

ria que passava em companhia de sua “*velha mãe, muito pobre*”. Após uma argumentação repleta de elogios e de certa veneração ao chefe, conclui apelando para o “*coração bondoso que me atenda pelo amor da Pátria e de Deus*”, dando o endereço e estipulando um prazo para a remessa.

O teor dessa carta expõe traços do cotidiano e se afasta completamente das demais missivas analisadas por seu caráter mais privado, pessoal e mesmo íntimo. Ela não só informa sobre uma militância feminina que ingressava no movimento sem as condições financeiras mínimas para pagar as mensalidades — “*estou com o meu pagamento atrasado no núcleo a 3 mezes e não tenho de onde tirar...*” —, como atesta a presença de relações clientelistas que a AIB devia inclusive incentivar. Não é possível afirmar se a solicitação de Sebastiana foi atendida, mas o registro documental permaneceu único no conjunto da correspondência recebida por Plínio Salgado. Contudo, é uma prova clara de como os significados podem ser reconstruídos a partir de situações e experiências vivenciadas por outros sujeitos, mesmo militantes.

Outra carta, enviada em 13-11-1937, três dias após o golpe e a instalação do Estado Novo, por uma militante que se denominou “*integralista de coração*”, dirige-se a d. Carmela Patti Salgado, embora seu conteúdo e suas preocupações centrais estejam totalmente voltados para a pessoa do chefe nacional.³⁵

O momento político nacional era de tensão e negociações, em face das medidas repressivas e autoritárias do novo governo. Numa atitude de conciliação, diante do fechamento dos partidos políticos decretado em 11 de novembro, a AIB se transformou na Associação Brasileira de Cultura (ABC), sendo Plínio Salgado mantido na presidência. Tratava-se de encontrar uma brecha para manter a organização e sua militância arregimentadas. Em 25-11-1937, numa última tentativa de demonstração de força e disciplina, a AIB realizou um desfile de integralistas e oficiais do Exército e da Marinha, todos fardados, que percorreram as ruas da cidade do Rio de Janeiro.

Diante da “*rasteira passada*” por Getúlio Vargas no dirigente da AIB, uma militante escreve uma carta onde se entrelaçam o misticismo religioso católico e uma compreensão do momento político em que as representações de judeus e comunistas reforçam imagens de perigo iminente. Ela demonstra preocupação com o desenrolar dos fatos, pedindo a Plínio Salgado que não resista, “*porque não vencerá, porque foi me revelado em sonho. (...) O nosso Plínio não pode agora tomar as rédeas do governo porque os ódios*

³⁵ Carmela Patti era filha de Fortunato Patti e Maria Pagliuso Patti, fazendeiros residentes em Taquaritinga. Ela, como militante integralista, era presidente do Departamento de Arregimentação Feminina do núcleo local da cidade e mantinha com Plínio Salgado “assídua correspondência”, segundo Maria Amélia Salgado, filha do primeiro casamento, que não localizei no arquivo. O casamento foi realizado em 13-4-1936 na cidade paulista de Aparecida do Norte e o casal foi residir no Rio de Janeiro, ficando a filha Maria Amélia, do primeiro casamento, com a tia, Irene Salgado, em São Paulo. Ver Loureiro (2001:216).

são muitos!!! políticos, judeus e comunistas!!! haveria luta e não pequena". Aconselha no final a conciliação com o governo e, para tanto, invoca a proteção divina.

Esse documento, mais uma vez, permite observar a permanência da mística religiosa, a presença de um messianismo que constrói uma tessitura em que a matriz teológico-política, segundo Marilena Chauí, retroalimenta a relação entre sociedade e mitologia/política. Emblemática, ela interpenetra as dimensões da vida política brasileira em temporalidades múltiplas e capta distintas esferas do cotidiano, de modo a nada perder, tudo politizando com suas formas e crenças.³⁶

A carta está escrita em linguagem esmerada e com uma caligrafia bem torneada, demonstrando que a missivista possuía educação formal e formação intelectualizada. No entanto, a racionalidade é conduzida pelo messianismo, pois a carta traz uma oração que deve ser rezada à noite, ao deitar-se, a fim de que se revele em sonho o que se deseja saber sobre o futuro e a organização do país. Nesse sentido, ficção e razão convergem para o entendimento possível dos acontecimentos, nos quais os sujeitos — no caso, a militante — não querem ficar à margem das decisões. Há uma contradição entre concreto/abstrato, real/sobrenatural, o que me levou a uma análise que não procurou encontrar uma síntese explicativa, pois a complexidade da carta faz parte da cultura política do país, de nossa tragédia e das formas pelas quais as relações de gênero foram sendo tecidas de modo a permitir a participação política feminina no cenário nacional.

As três cartas seguintes, escritas em janeiro e fevereiro de 1938, formam um conjunto documental interessante. Foram redigidas por mulheres bem distintas, que ora se identificam mais como militantes, ora assumem apenas ter simpatia pelo movimento. A argumentação elaborada por elas evidencia o constante apelo aos princípios da doutrina e a necessidade de assegurar a vitória do movimento. O tratamento varia entre o pessoal e o formal, mas o mais importante é que uma delas demonstra a utilização de redes de sociabilidade, pois introduz uma terceira pessoa para interceder na defesa da AIB e do chefe nacional.

Apesar dos estilos diferentes, devido aos papéis e funções exercidos pelas missivistas, elas convergem em muitos aspectos, principalmente na vivência do cotidiano conflitante e crucial para o movimento, ante a indecisão da AIB em assumir um discurso mais revolucionário e em optar pelo levante armado, o que de fato se deu em 10 de maio de 1938.

A partir de março de 1938, as lideranças mais radicais da organização, como Olbiano de Mello, Belmiro Valverde, Gustavo Barroso e o almirante Nuno Barbosa de Oliveira Silva, com o apoio de Plínio Salgado, deram início a uma série de tentativas de revolta contra o governo implantado pelo golpe que excluía os integralistas. A primeira foi a invasão frustrada da Rádio Mayrink Veiga no Rio de Janeiro, que aumentou a pressão policial, causando prisões, perseguições e interrogatórios de vários integralistas, entre eles Plínio Salgado, que já tinha sido intimado a depor em Niterói,

³⁶ Chauí (1994:19-30).

em 18 de fevereiro.³⁷ A última tentativa de revolta, ocorrida em 10 de maio de 1938 com o objetivo de tomar o poder e reverter o processo de ostracismo em que os integralistas se encontravam, também resultou em grande fracasso e na construção de uma imagem de derrota difícil de ser suplantada, mesmo após 1945, com a fundação do Partido de Representação Popular.

Voltando às cartas, pode-se distinguir atuações e atitudes das militantes integralistas e simpatizantes no tocante ao processo histórico em curso. A primeira, de 30-1-1938, vem assinada por “*uma brasileira*”. A remetente dirige-se pessoalmente a Plínio Salgado, sem qualquer formalidade hierárquica ou menção a sua função de chefe nacional da AIB, o que dá a entender que a autora pertencia a uma rede de sociabilidade próxima do destinatário.³⁸ O discurso é emocional e contundente na argumentação, sendo o de uma típica militante que assistia às reuniões, como uma que cita no Centro Caxias no Rio de Janeiro. A missivista possuía o domínio de grande parte da literatura pliniana e expõe seus argumentos com muita eloquência, assumindo a visão apocalíptica da AIB sobre a sociedade brasileira, sobre o país e sobre o futuro com o integralismo.

Assim, denuncia o “*materialismo dissolvente*”, o “*nacionalismo bombástico que corrompe e confunde a obra do Integralismo*”. Fala da necessidade de rever a injustiça cometida contra “*os irmãos integralistas distantes, que sofrem humilhações, os irmãos operários explorados e os nossos caboclos, que, abandonados, morrem famintos pelas estradas*”. Reproduz palavras de Plínio, cobrando-lhe ação quando aponta para a “*relação do Exército, da Marinha e do Integralismo com o Brasil*” e pergunta onde estaria a reação necessária naquele momento em que todos diziam ser preciso agir para salvar o Brasil. A pergunta era: *O que ele está esperando?* Para concluir, a carta reporta-se a um trecho bíblico, no qual “*Judith, para atrair Holofernes, premedita matá-lo, sem com isso perder a imagem de ‘santa mulher’*” pelo seu ato. Com essa comparação, ela termina a carta, enfatizando sua confiança na justiça de Deus, mas ao mesmo tempo apelando para a luta, ao interpelar: “*Deus deu as suas luzes, sua força, para salvarmos ou não a Terra de Santa Cruz?*”.

Mais uma vez o misticismo, tão presente em nossas raízes teológicas, atua ao lado de uma pretensa racionalidade, compondo uma argumentação contraditória e apelativa aos sentimentos e à emoção, chegando mesmo à irracionalidade. Essa é uma das características do discurso arregimentador integralista, no qual a imagem divina, ao lado de uma família disciplinada, associada a uma pátria idealizada formavam o panteão nacional proposto e penetravam fortemente no imaginário da militância feminina. Ou seja: conciliar papéis e mediar relações para manter a sociedade tradicionalista.

A segunda missiva não é um documento original. Trata-se de uma transcrição feita a máquina, sem qualquer estética no que diz respeito aos parágrafos, ou preocupação com alinhamentos. Foi preservada no acervo de Plínio Salgado por representar um

³⁷ Plínio e d. Carmela passariam a viver na clandestinidade, ocupando várias residências de militantes e simpatizantes até ele ser descoberto e preso com a família em 26-1-1939.

³⁸ Trata-se de uma carta longa, de quatro folhas, numeradas e expedida do Rio de Janeiro.

registro importante, confidencial; uma prova do envolvimento de terceiros na mediação das relações que estavam sendo acionadas pelo jogo político desencadeado após 1937. Fazia parte do jogo cênico de convencimento: estratégias de aproximação, utilização de amizades comuns, intermediação de terceiros, confidências e acessos de raiva. Além disso, confirma a permanência do clientelismo, tão comum em nossa prática política, uma vez que as relações expostas são permeadas de juízos de valor e uso da amizade para solicitar favores e, se possível, para remediar situações de crise.

O peculiar nessa carta é a presença feminina articulando, participando e envolvendo determinadas pessoas de seu círculo de amizades, o que demonstra um certo domínio para transitar entre o público e o privado e vice-versa. Além disso, como já dito, a missiva não é original, manuscrita pela autora, e sim uma cópia feita a máquina com a intenção de registrar uma atuação e as possibilidades de mediação política. É no cabeçalho identificador que o nome da autora é revelado: “*Carta escrita por D. Rosalina Coelho Lisboa ao Coronel Américo Pimentel, Subchefe da Casa Militar do Presidente Vargas, no dia 21 de fevereiro de 1938*”.³⁹ Essa observação parece ter sido feita por Plínio Salgado.

O tratamento utilizado é pessoal, dirigido a “*meu caro Pimentel*”, demonstrando certa intimidade com o destinatário por comungar com ele de um posicionamento político que percebia e denunciava a presença de comunistas no governo. Além disso, há um sentimento de desolação ante a campanha antiintegralista desencadeada e a crença na “*vitória da causa que garanta a evolução pacífica dessa Pátria que é o nosso culto*”.

A intenção principal é solicitar a interferência do amigo e recomendar a ele que alerte Filinto Muller⁴⁰ sobre os últimos acontecimentos para evitar “*a injustiça de uma aparência ingrata para ele, defensor faz tantos anos de todos os nobres interesses do Brasil*”. E apontava os últimos fatos: “*ontem à noite prendem o seu próprio chaffeur (do Plínio Salgado) e atacam dois ou três núcleos vazios deixando tudo em ruína*”. A carta estava ligada a uma promessa feita a Plínio de que intercederia junto ao presidente para liberar integralistas presos. Ao concluir a curta missiva, a autora solicita ainda ao amigo-

³⁹ Rosalina C. Lisboa era casada com o sr. Larragoiti, empresário da Sul América de Capitalização. Jornalista e integralista, participava dos núcleos da AIB, ministrando conferências e palestras que eram irradiadas pela Rádio Club e Rádio Guanabara no Rio de Janeiro. Ver p. 1 do jornal *Ação*, de 8-5-1937. Era também “amiga” de Plínio Salgado. Devido às ligações com Vargas, representou o Brasil em várias delegações no exterior, como Chicago (1933), Buenos Aires (1936) e Lima (dezembro de 1938), na Conferência Pan-Americana, onde em alguns momentos defendeu uma posição pró-Alemanha. Ver Silva (1971:352-7). Em 1952 publicou um livro sobre a biografia do tenente Siqueira Campos — *Seara de Caim* — pela Editora José Olympio que foi resenhado por Plínio Salgado e publicado no jornal do Partido Representação Popular (PRP) em 31-8-1952. Rosalina C. Lisboa faleceu em 1975. Ver Vargas (1995, v. 2, p. 559) e Loureiro (2001:234). Depoimento de G.R.D. em fev. 2003.

⁴⁰ Trata-se do chefe de Polícia do Distrito Federal.

general um favor: “peça ao presidente para chamar o Plínio de uma vez, para que se esclareça tudo de uma vez”.

Nesse mesmo documento há outro importante registro. Trata-se de um comentário escrito por Plínio Salgado, possivelmente em momento posterior, após ter vivenciado as marchas e contramarchas das mediações e tentativas feitas.⁴¹ Com uma crítica contundente escrita a mão e a lápis, ele denuncia a falta de credibilidade das relações e promessas do governo Vargas. Evidenciava assim a fragilidade dos esquemas de apoio e das alianças políticas congregadas para interceder por ele e pela AIB no jogo político. Era um desabafo de Plínio, três dias depois de ter sido intimado a depor na cidade de Niterói (18 de fevereiro) sobre as atividades da AIB em Petrópolis: “Por esta carta se vê a duplicidade getuliana, a safadeza e o cinismo dos patifes do governo getulesco”.

O importante é que d. Rosalina Coelho Lisboa soube utilizar seu prestígio cultural e social e o círculo de amizades do marido para interceder em favor da AIB e do “amigo” Plínio Salgado. No entanto, sua figura e sua atuação não são muito conhecidas ou divulgadas nos meios da militância integralista, nem de antes, nem dos remanescentes que se intitulam preservadores da memória do movimento.

A outra carta, de 28-2-1938, é da militante Margareth Helena Simianato, da cidade paulista de São Carlos, e confirma o estado de inquietude que tomava conta da militância, inclusive a masculina.⁴² Havia uma certa desolação, mas também um sentimento de esperança quanto à sobrevivência do movimento que enfrentava, naquele início de 1938, momentos que definiriam seu destino: um futuro ou o banimento de seu projeto político.

Essa carta tem um caráter muito particular e pessoal, além de confirmar a permanência do messianismo focado na figura do chefe nacional, sempre idolatrado, adorado e amado acima das vidas das militantes. Ela é dirigida ao “chefe”, endereçando seu “*anauê*” e, o mais peculiar, acompanhada de uma foto da blusa-verde: imagem escolhida e sorridente.

⁴¹ A trajetória de Plínio Salgado após o golpe de 1937, segundo biógrafos mais próximos, entre os quais a filha e Gumercindo Rocha Dória, seu editor atual, foi crivada de um clima de tensão diante de inúmeras tentativas de ajustes e mediações do poder instituído. Desde 2-12-1937 Plínio Salgado passou a viver com a família — d. Carmela e a filha Maria Amélia — na clandestinidade. De casa em casa de amigos e simpatizantes, hotéis, pensões, apartamentos, sítios, fazendas, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, eles tentaram disfarçar pistas, fugindo da polícia comandada por Filinto Muller. Em 18-8-1938 houve o julgamento do levante integralista de março, e dos 120 indiciados, 30 foram absolvidos, sendo os demais condenados à prisão, incluindo seu genro Loureiro Junior. Buscas e solturas foram correntes até que em 30-5-1939 foi ele recolhido à Fortaleza de Santa Cruz e em 22-6-1939 exilado para Portugal com d. Carmela. Ver Loureiro (2001:253-72).

⁴² Do mesmo período, encontrei dezenas de telegramas de militantes, emitidos de diversos núcleos de São Paulo e do Brasil, esboçando opiniões e evidenciando as tensões decorrentes do momento de indecisão que a AIB enfrentava em janeiro e fevereiro de 1938.

O discurso é a reafirmação de uma opção, de uma convicção de fidelidade até a morte à AIB. Assim, ao longo de toda a missiva, a argumentação é crivada de fanatismo religioso, que se funde com os aspectos pontuais da doutrinação desenvolvida nos núcleos, através dos manuais distribuídos. Em vários momentos, a autora evoca a figura de Deus pela “*vida do meu amado chefe até a nossa vitória*” e revela confusão de sentimentos, uma mescla de opção político-partidária e devoção pessoal: “*amo meu chefe mais do que tudo no mundo e o defendo em todos os insultos que ouço. (...) Já quiseram virar minha cabeça, mas não conseguiram, pois o meu coração já é Verde*”.

Esse documento é uma resposta a uma carta enviada por Plínio Salgado agradecendo a Margareth Helena Simianato o cartão de cumprimentos pelo seu aniversário. Essa troca de correspondência evidencia como a AIB mantinha intensos contatos pessoais com a militância, incentivados pelo próprio chefe nacional, mediante felicitações por aniversários, batizados e casamentos, assegurando, portanto, uma forma de penetração da representação da AIB no imaginário coletivo e privado das mulheres:

Querido chefe recebi a sua cartinha (para mim é uma relíquia, uma honra) que V.E me enviou a 8 meses; fiquei muito satisfeita, me sumiu o sentido aquela hora, pois não acreditava que o nosso chefe (candidato único do Brasil) tivesse orgulho em me escrever, pois só ali podemos ver em vós, Deus na terra.

Duas cartas escritas da cidade do Porto, em Portugal, por Maria Rosa Corrêa Spratty Pinto da Silva,⁴³ datadas de 10-12-1937 e 8-2-1938, chamaram minha atenção pela possibilidade que abriram de se compreender a dimensão da rede de sociabilidade estabelecida entre homens e mulheres, as formas de aproximação que a AIB e Plínio Salgado construíram nos países europeus que tinham aderido ao fascismo.⁴⁴

Ambas haviam sido abertas pela Censura Postal do Distrito Federal, pois nelas constavam carimbos oficiais, certamente por estarem endereçadas ao “*Exmo Sr. Dr. Plínio Salgado, Digno Chefe dos Integralistas*”. A autora das missivas reconheceu a impropriedade de seu endereçamento postal, razão pela qual as cartas não chegaram a seu destino por vias oficiais, já que, naquele momento, os partidos políticos estavam proibidos no Brasil.

⁴³ Maria Rosa Corrêa S. Pinto da Silva pertencia a uma família aristocrática portuguesa. Segundo sua própria identificação, era parente do conde de Pombeiros, filho do marquês de Bilos, que vivia no Rio de Janeiro, e prima do dr. Bernardes Pinheiro de Aragão, proprietário de um apartamento na travessa do Rosário com o largo de São Francisco na mesma cidade.

⁴⁴ Em 1933, Antônio de Oliveira Salazar, como primeiro-ministro, deu um golpe introduzindo uma nova Constituição em Portugal e criando o Estado Novo de cunho totalitário e fascista. Uma série de prisões e perseguições teve início, instituindo uma das mais duradouras ditaduras de direita na Europa (1933-68).

Na segunda carta, dirigida ao sr. Plínio Salgado, ela esclarecia o motivo de sua insistência em manter a correspondência, anexando uma cópia da carta anterior. A remetente informava ainda o envio simultâneo de uma missiva sigilosa ao sr. dr. Getúlio Vargas, intercedendo a favor dos integralistas que estavam sendo presos e perseguidos e enfatizando que ele não poderia prescindir desse apoio, uma vez que “*foram os integralistas que asseguraram a sua permanência (de Vargas) no Poder*”. Com isso, ela demonstrava que possuía informações sobre o envolvimento dos integralistas no preparo do golpe de 1937.

A autora prossegue, na carta de 8-2-1938, defendendo o integralismo, as personalidades do alto comando da AIB, suas qualidades de administradores de alto nível, a pessoa de Plínio Salgado e a luta em defesa da pátria: “*é dever dos integralistas estarem sempre ‘alerta’, com os olhos, todo o amor e carinho na mãe Pátria; prontos a darem o seu sangue e a evitarem a derrocada*”.

Mas o objetivo precípuo da missiva era particular, pessoal. Ela solicitava os préstimos de Plínio Salgado para ajudá-la a resolver uma questão de disputa familiar de uma herança: um prédio no Rio de Janeiro a que tinha direito e de cuja partilha vinha encontrando dificuldades para participar. Um problema de cunho familiar, privado, que envolvia a figura de terceiros, mas evidenciava a aproximação de idéias com raízes comuns: a presença do autoritarismo e do misticismo religioso.

Essa carta amplia a dimensão da atuação da AIB, que deixa de ser uma organização estritamente de caráter nacional. Percebe-se como seu discurso conseguia captar as novas relações de gênero que estavam em discussão nos anos 1930 diante do cosmopolitismo avassalador nas cidades. Evidencia ainda as relações políticas mediadas por uma rede de pessoas, de famílias, que Plínio Salgado soube manter, inclusive em outros países da Europa, e que lhe foram muito úteis no exílio, principalmente com o fascismo lusitano.

As estratégias de arregimentação de um público feminino foram consideráveis. Os discursos plinianos souberam captar os anseios e a esperança que a vida moderna introduzia e disseminava com o rádio, o cinema, não só na sociedade brasileira, como na conservadora sociedade portuguesa. A AIB abriu novas oportunidades para muitas mulheres, principalmente as solteiras e de segmentos médios, nos quais o casamento não era uma possibilidade imediata. Elas aderiram para obter maiores visibilidade e oportunidades de participação, mesmo sendo esta disciplinada e mantendo-as nos papéis tradicionais que desempenhavam na família e na sociedade, porque abriam brechas para que pudessem pensar que “*o Integralismo fará de nós mulher-boneca de Sévres a mulher culta, inteligente, útil à sociedade*”.⁴⁵

Ao pensar sobre o destino da mulher e do homem na sociedade integral, a AIB colocou em debate a questão da relação de gênero, enfatizando que “*a faculdade perceptiva*

⁴⁵ Artigo da militante Nair Nilza Peres, de 1936, com o título “A mulher e o integralismo”, publicado na revista *Anauê* de 1936.

feminina é mais aperfeiçoada que a do homem. Daí seu papel na educação do próprio homem”.⁴⁶ A correspondência feminina analisada torna-se, portanto, uma documentação extremamente rica, inclusive por seu aspecto inédito, para a compreensão das relações construídas pela militância integralista, que absorveu um contingente expressivo de mulheres. Seu exame pode contribuir para a diversificação das representações e dos significados atribuídos ao integralismo no Brasil, principalmente pela possibilidade de introduzir os estudos das relações de gênero e de um cotidiano múltiplo de sujeitos e de práticas.

Referências bibliográficas

- AGGIO, A. et al. *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- AQUINO, Jesus Oscar. *História das sociedades americanas*. São Paulo: Record, 2000.
- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Unesp, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena; propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A República do empenho: Rui Barbosa e o clientelismo*. Rio de Janeiro: FCRB, 1998.
- CAVALARI, Rosa Maria F. *Integralismo, ideologia e organização de um partido de massa no Brasil*. Bauru, SP: Edusc, 1999.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História — Trabalhos da Memória*. São Paulo, n. 17, p. 223-232, nov. 1998.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil; imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes; o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- . *Olhos de madeira; nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- GOMES, Angela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: ——— (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000a.

⁴⁶ Palavras de Plínio Salgado proferidas em uma de suas conferências, em 1946, sob o título “A mulher no século XX”, para um público preferencialmente feminino em Portugal.

- (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000b.
- GUSTAVO BARROSO. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves (Orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* (DHBB). Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- HEYMEN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso de Felinto Muller. *Estudos Históricos*, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997.
- LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Plínio Salgado, meu pai*. São Paulo: GRD, 2001.
- MATOS, Maria Izilda S. de. *Cotidiano e cultura*. Bauru, SP: Edusc, 2000a.
- . *Por uma história da mulher*. Bauru: Edusc, 2000b.
- MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andréa Brandão. *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Faperj, 2001.
- OAKLEY, A. *Sex, gender and society*. London: Maurice Temple Smith, 1972.
- POSSAS, Lidia M. Vianna. *Mulheres, trens e trilhos; modernidade no sertão paulista*. Bauru, SP: Edusc, 2000.
- SCHOTT, R. *Eros e os processos cognitivos: uma crítica da objetividade em filosofia*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.
- SCOTT, Joan W. Gender: a useful category of historical analyses. In: *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1989.
- . Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.
- . História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história; novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- . Prefácio a *Gender and politics of history*. *Cadernos Pagu*. Campinas, Unicamp, n. 3, p. 11-27, 1994.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático da metrópole*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- SILVA, Helio. *1938: terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- VARGAS, Getúlio. *Diário*. Rio de Janeiro: FGV, 1995. 2v.

Ao mestre com carinho, ao discípulo com carisma: as cartas de Jango a Getúlio

JORGE FERREIRA*

Com o avanço acelerado da tecnologia, escrever cartas torna-se, cada vez mais, uma atividade ultrapassada. A rapidez e a informalidade de um *e-mail*, bem como a praticidade dos editores de textos de computadores, escritos com toques de teclado, vistos em uma tela e só depois, se for o caso, impressos em papel, criam novas formas de correspondência escrita. Não se conhece mais, por exemplo, a caligrafia de quem escreve. Até mesmo os erros de ortografia são corrigidos automaticamente. Daqui a alguns anos, os arquivos privados possivelmente terão outra configuração, bem diferente da que se conhece hoje.

Em período recente, ainda na década de 1980, época em que os computadores pessoais eram artefatos para poucos privilegiados, papéis de carta e canetas esferográficas eram largamente utilizados. Muitas meninas de classe média em idade pré-adolescente costumavam colecionar papéis de carta, coloridos e com desenhos estilizados, comprados em papelerias sofisticadas. O papel era, ao mesmo tempo, suporte da escrita e uma mensagem. Sua qualidade e textura, assim como a beleza das cores e dos desenhos demonstravam, digamos assim, o “bom gosto” de quem o comprara. Nele as meninas escreviam para as amiguinhas textos ingênuos, bem de acordo com a idade que tinham, e não raro para namoradinhos imaginários. Mas escrevia-se, é bom lembrar, com a própria mão.

Nos anos 1950, contudo, os papéis de carta eram apenas papéis de carta: brancos e pautados. O mais difícil — e disso não nos damos conta — era que a caneta esferográfica ainda não havia sido inventada. Escrevia-se com caneta-tinteiro. Algo que, para o

* Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutor em história social pela USP.

bom uso, exigia paciência, certa destreza e sobretudo cautela. O perigo de sujar papéis, mesas e roupas era sempre iminente. Enfim, escrever, no passado pré-caneta esferográfica, dava trabalho. Mas o contraponto é que nossos antepassados tinham um pouco mais do que nos falta hoje: tempo para escrever. Desse modo, eles podiam, se quisessem, burocratizar as frases, escolher com sensatez as palavras, produzir um texto mais gentil e amável do que os nossos.

É assim que imagino João Goulart, ainda bem jovem, escrevendo a Getúlio Vargas. Apesar de uma carreira política que incluiu uma secretaria de estado, mandatos de deputado estadual e federal, um ministério, duas vice-presidências e a própria presidência da República, Goulart escreveu pouco. Deixando-se de lado a correspondência trocada com os filhos no curto período em que moraram em Londres, em 1976, são conhecidas apenas as cartas que integram o arquivo privado de Getúlio Vargas, em poder do Cpdoc, da FGV. Trata-se de uma série de documentos, escritos a Vargas por ocasião da campanha presidencial de 1950, informando-o das articulações políticas encetadas por Goulart em vários pontos do país. Nessas cartas, surpreende-se um homem de apenas 31 anos, no início da carreira política, absolutamente dedicado à eleição do amigo querido, considerado seu mestre nas artes da política.

Além de explorar esse conjunto de cartas, este trabalho pretende reconstituir, ainda que resumidamente, um momento importante na trajetória política de João Goulart: o período que se inicia com seu ingresso na política até ser reconhecido como o legítimo herdeiro do trabalhismo e de Vargas no Brasil.

Uma cidade e dois amigos

Tudo na vida de Goulart parece precoce. Com apenas 16 anos de idade pediu ao pai um pedaço de terra para iniciar seu próprio negócio. Ao receber as terras, logo percebeu que não poderia competir com os fazendeiros próximos na atividade de criação de gado. Assim, passou a se dedicar exclusivamente à engorda dos bois. Comprava, engordava e despachava para os frigoríficos. Entre a compra e o despacho por trem, tudo passou a ser muito rápido, na mesma velocidade dos lucros. Foi preciso, inclusive, arrendar pastos para acelerar ainda mais o processo. Dessa forma, apesar de muito jovem, acumulou uma fortuna considerável.

O pai, Vicente Rodrigues Goulart, no entanto, exigiu que ele se formasse em direito. Obediente, em 1935 Goulart matriculou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre. Morar na capital, no extremo oposto do estado, podia impedir a continuação de seus negócios, mas não em se tratando de João Goulart. Com os lucros, ele comprou um pequeno avião Cessna. Pilotando ele mesmo a aeronave de dois lugares, pôde conciliar os estudos na capital com as atividades pecuárias desenvolvidas no outro extremo do estado. Inaugurou sua própria ponte aérea: São Borja-Porto Alegre-São Borja.

Nessa época, tornou-se amigo de Manuel Antônio Vargas, o Maneco, filho de Getúlio Vargas. Sendo o pai presidente da República, Maneco viajava constantemente

para o Rio de Janeiro. Entre 1937 e 1939, Goulart acompanhou o amigo várias vezes nas viagens à capital da República. Dormiam no Palácio do Catete.¹ Embora as famílias Goulart e Vargas mantivessem laços de amizade em São Borja, foi no palácio presidencial que o jovem João Goulart passou a conhecer mais de perto aquele que seria mais adiante o seu grande amigo e mentor político.

Formado advogado em 1939, pendurou o diploma na parede da sala e foi trabalhar onde mais gostava: no campo. O pai, vítima de um câncer, estava condenado. Em 1943, Goulart assumiu definitivamente os negócios da família. Com vocação para empreendimentos agropecuários, em pouco tempo, empregando os métodos mais modernos de administração, multiplicou a fortuna da família. Sua propriedade tinha telefone e telégrafo, um luxo na época, e ele, além de usar regularmente o avião, passeava pela cidade num reluzente Ford.

Em 1945, João Goulart era um homem rico, bonito, solteiro e namorado. Era também muito querido e respeitado em São Borja por sua simplicidade, simpatia e por se mostrar sempre prestativo com as pessoas, em particular os pobres. A prosperidade certamente continuaria no mesmo ritmo, mas a chegada de Getúlio Vargas a São Borja no final daquele ano mudou os rumos de sua vida.

Deposto pelos militares, Vargas chegou a São Borja sem ter suas próprias terras, sem ter nem mesmo onde morar.² Do Palácio do Catete, ele foi para a única propriedade da família, a Fazenda Santos Reis, herança do pai. Ali, no entanto, residia há muitos anos seu irmão mais velho, Protásio. Tratava-se de uma questão delicada. Embora a propriedade fosse de todos os irmãos, a “casa”, no sentido afetivo, era de Protásio. Getúlio, após 15 anos no poder, não tinha para onde ir, chegara como uma espécie de “hóspede”. E não demorou muito para de fato assim se sentir. Pequenas queixas surgiam no cotidiano sobre seus costumes, hábitos e manias. Reclamações de que havia cinzas de charuto por toda a casa, ofuscando o brilho do assoalho, o desconcertaram, principalmente quando começaram a partir de sua cunhada, a mulher de Protásio, a “dona da casa”. Para um homem com quase 60 anos, sobretudo com sua biografia, isso sem dúvida era algo humilhante. Seus advogados foram convocados. A eles, Vargas pediu, com a máxima urgência, que tratassem do inventário. Em especial, que lhe reservassem, nas terras paternas, uma região às margens do rio Itu onde já havia uma casa. Vargas confidenciou aos advogados que precisava se mudar rapidamente porque não agüentava mais viver na Santos Reis.

Em pouco tempo, ele estava à vontade na própria casa. Mas logo passou a conhecer a solidão. Na verdade, uma profunda solidão se apossou da Fazenda Itu. Definindo a situação do ex-presidente nesse momento, Leonel Brizola diz que ele “*foi ficando sozinho, foi ficando sozinho...*”. Todos o abandonaram. Já não era o chefe da revolução, o presidente pro-

¹ Freire (1998:86).

² A fonte utilizada é um depoimento de Leonel Brizola em evento no IFCS/UFRJ em 21 de novembro de 2001.

visório, o presidente constitucional ou o ditador do Estado Novo, em todos os casos um homem muito poderoso. Era agora tão-somente o ex-ditador, sem poder ou riqueza, acusado dos piores crimes e desprezado por todos, vivendo em exílio num lugar longínquo. Todos os que se haviam projetado politicamente, com o seu apoio, no Partido Social Democrático (PSD), por exemplo, negaram-lhe uma simples visita em Itu. Abandonado e esquecido nos confins do país, assim estava o outrora poderoso Getúlio Vargas.

Exilado em sua fazenda, isolado e triste, ele passou a receber as visitas do vizinho estancieiro João Goulart, filho de seu amigo Vicente, recém-falecido. O jovem Goulart, porém, não era um desconhecido, sobretudo pela amizade com seu filho Maneco. Sempre ocupado com os afazeres da presidência da República, Vargas observara superficialmente aquele jovem no Palácio do Catete. Viu nele apenas um amigo do filho, nada mais. Agora, no entanto, Goulart era um rico invernista. Engordando bois para vender aos frigoríficos, despachava mais de 20 mil cabeças por ano para o abate.

As visitas ao ex-presidente tornaram-se mais freqüentes, delas nascendo uma forte amizade entre ambos. Goulart levava charutos para Vargas e conversavam durante horas. A admiração e o respeito que dedicava ao ditador deposto não passaram despercebidos a Getúlio. Na avaliação de Leonel Brizola, Vargas encontrou naquele jovem o apoio e a dedicação que lhe faltavam num momento tão difícil. Goulart nada pedia, era rico. Também não tinha ambições políticas. E mesmo que as tivesse não iria procurar um homem isolado, desprezado pelas elites políticas do país. Tratava-se de um sentimento de amizade autêntico. Em poucos meses desenvolveu-se em Goulart uma profunda dedicação, lealdade e fidelidade a Vargas. O ex-presidente, por sua vez, passou a dedicar-lhe verdadeiro amor paternal.

Nessa convivência, o jovem pecuarista começou a aprender os mistérios da política com um grande mestre. Getúlio, naquele momento, talvez já olhasse o “afilhado político” com olhos voltados para o futuro, pensando a longo prazo. Percebia nele grande potencial para a política. Goulart desfrutava de imensa popularidade em São Borja, o que certamente não passou despercebido a Vargas. Além disso, tinha grande facilidade para se relacionar com pessoas humildes. Nas longas conversas que mantinham, manifestava idéias avançadas, como, por exemplo, distribuir terras a camponeses e implementar políticas públicas para reduzir as desigualdades sociais.³ Goulart, nesse momento, era um getulista; admirava Vargas profundamente. Para ele, porém, o Estado Novo e a face repressiva da ditadura eram temas estranhos. Nada tinha a ver com aquilo. Era muito jovem para aquela conjuntura política do país. Sua pouca formação política era marcada pela derrota do nazi-fascismo e pelos ventos democráticos. Da matriz getulista, ele via como positiva a industrialização, o nacionalismo e os benefícios sociais aos trabalhadores. Nas discussões com Vargas, parecia querer, ainda que sem base alguma, outro projeto para o país. Algo como um “getulismo democrático”. E tudo isso sem ter pretensões a cargos e ainda dispendo de imensa fortuna. O velho político gaúcho, pragmático, dis-

³ Abreu et al. (2001, v. 5, p. 2.611).

pensava um carinho especial a Goulart, mas pensava no futuro político do trabalhismo brasileiro.

O irmão de Getúlio, Protásio Vargas, organizador do PSD no Rio Grande do Sul, também percebendo o potencial político de Goulart, convidou-o a ingressar no partido. Vargas imediatamente interveio. Seu lugar era no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Afinal, por sua defesa de teses progressistas, era em um partido trabalhista e, não, em um conservador que ele se projetaria como liderança em futuro próximo. O aprendiz não discutiu a decisão do mestre e, filiando-se ao PTB, passou a integrar o Diretório Municipal de Porto Alegre. Logo em seguida associou-se a Manuel Vargas e comprou o jornal *Uruguai*, editado em São Borja, colocando-o à disposição do partido.

No Rio Grande do Sul, o PTB foi fundado exclusivamente por um grupo de sindicalistas, na maioria presidentes de sindicatos, que, desde antes de 1930, lutavam no movimento operário por leis sociais e reconhecimento político.⁴ Mais tarde, eles apoiaram as políticas públicas de Getúlio Vargas. Em 1945, quando fundaram o partido em Porto Alegre, liderados por José Vecchio, sua representatividade no movimento sindical gaúcho era bastante expressiva. O surgimento do PTB, portanto, não foi, como é comum afirmar, uma invenção de última hora para barrar o crescimento do PCB. Sua fundação resultou de tradições que circulavam entre os próprios trabalhadores, antes e depois de 1930, com a institucionalização do trabalhismo em um partido político.⁵

José Vecchio, destituído de hostilidade à participação de “letrados” no partido, foi quem estabeleceu contatos políticos com Alberto Pasqualini, homem respeitado por suas idéias políticas.⁶ Líder da União Social Brasileira (USB), Pasqualini comandava um movimento reformista de relativa importância no estado. Vecchio e Pasqualini, com objetivos comuns, negociaram a fusão das duas organizações; ou melhor, a incorporação da USB ao PTB. Para Miguel Bodea, tal integração deu ao PTB gaúcho um caráter distinto do partido em âmbito nacional: foi a única seção regional que absorveu um movimento de esquerda. No Rio Grande do Sul, a USB ocupava o lugar da Esquerda Democrática

⁴ Segundo depoimento de José Vecchio, na ata de fundação do PTB gaúcho constavam os nomes dos presidentes dos seguintes sindicatos: Sindicato dos Padeiros; Sindicato dos Empregados Auxiliares do Comércio; Sindicato dos Pedreiros; Sindicato dos Securitários; Sindicato dos *Tramways*; Sindicato dos Vendedores Ambulantes; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Trigo; Sindicato dos Estivadores em Carvão Mineral; Sindicato dos Marinheiros e Moços da Navegação Fluvial; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Arroz; Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil; Sindicato de Pedreiras; Sindicato dos Práticos, Arrais e Mestres de Cabotagem Fluvial; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Sabão e Velas; Sindicato dos Alfaiates; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Lavanderia e Tinturaria do Vestuário; Sindicato dos Trabalhadores em Estaleiros Navais de Porto Alegre; Associação Profissional dos Trabalhadores no Comércio de Classificação de Cereais; Sindicato dos Trabalhadores em Moinhos. Ver Vecchio (1986:56-7).

⁵ Ver Gomes (1988:327) e também Ferreira (1997).

⁶ Para uma análise da atuação política e sindical de José Vecchio ver Ferreira (2000).

em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em 1945, portanto, a esquerda aderiu aos trabalhistas e, não, aos udenistas. O PTB gaúcho assumiu desse modo, desde sua fundação, o caráter de *partido de esquerda*, e não apenas de *partido popular*, como ocorria nos outros estados, ocupando, inclusive, a faixa de atuação do Partido Socialista Brasileiro, o que deixou os socialistas sem espaço de intervenção política.⁷

Assim, ainda em 1945, o PTB gaúcho cresceu de maneira lenta mas contínua. Ao núcleo de sindicalistas fundadores e às bases da USB, juntaram-se os organizadores do movimento queremista. Mais adiante, novas adesões ao partido vieram reforçá-lo. Em uma primeira leva, jovens militantes engrossaram suas fileiras. O mais destacado foi Leonel Brizola, estudante de engenharia que, com o aval de Vecchio, organizou a ala estudantil. Em outra leva, políticos saídos do PSD em 1946 foram levados ao PTB também por Vecchio. Havia ainda aqueles indicados por Vargas, como João Goulart. Na avaliação de Miguel Bodea, completou-se a constituição do partido no Rio Grande do Sul a partir de três vertentes: a sindicalista, a doutrinário-pasqualinista e a pragmático-getulista.⁸

Seja como for, quando Goulart começou a militar no PTB, suas visitas à Fazenda Itu deixaram de ser freqüentes para se tornarem diárias. Todas as manhãs pegava seu avião e ia encontrar-se com Vargas. Assim, não demorou muito para que o velho líder trabalhista o incentivasse a participar da vida política nacional. Em fins de 1945, Goulart se engajou na campanha presidencial que, em 2 de dezembro, egeria o presidente da República. Ao lado de Vargas, presenciou a romaria de líderes políticos, sobretudo do PSD, que pediam apoio para o general Eurico Dutra. Já fascinado pela política, Goulart ficou animado com a possibilidade de crescimento do PTB no Rio Grande do Sul. Por isso, posicionou-se contra o apoio a Dutra, como a maioria dos getulistas, defendendo o lançamento de candidato próprio pelo PTB. Vargas, contudo, sabendo das ameaças (bastante reais) de ser banido do país, apoiou Dutra. Mesmo contrariado, mas fiel ao mestre, Goulart foi o portador da mensagem de apoio a Dutra divulgada em 25 de novembro e crucial, na verdade, para a vitória do candidato pessedista.⁹

Aconselhado por Vargas e patrocinado por ele, em 1946 Goulart passou a fazer campanha política visando concorrer a um cargo de deputado estadual nas eleições que ocorreriam em janeiro do ano seguinte. Durante toda a campanha, criou diretórios do PTB em diversos municípios do interior do estado, inclusive em São Borja, onde assumiu a presidência do órgão. Muitos deles foram financiados com seu próprio dinheiro. No pleito legislativo, foi eleito sobretudo com os votos de sua cidade natal. Contudo, não se destacou no cargo. Ao longo do mandato, só discursou uma única vez, defendendo os interesses dos pequenos criadores de gado de São Borja. Para justificar seu desempenho acanhado, alegou que encontrava muita dificuldade em implementar contatos políticos, devido à grande campanha desencadeada contra Vargas e seus colaboradores

⁷ Bodea (1992:27-8).

⁸ *Ibid.*, p. 20.

⁹ Abreu et al. (2001, v. 5, p. 2.611).

mais chegados. Assim, como deputado estadual, continuou seu trabalho de criar novos diretórios do partido em cidades do interior.¹⁰

Sua ausência constante nas sessões da assembléia do estado seguia, na verdade, o exemplo de seu líder e amigo, o senador Getúlio Vargas. Eleito para a Constituinte de 1947, Vargas, após comparecer a algumas poucas sessões em que recebeu insultos de vários udenistas, regressou a São Borja para, a partir daí, articular sua candidatura às eleições presidenciais de 1950. Goulart tornou-se seu homem de confiança e principal confidente.

Ao mestre, com carinho

Em fins de 1947 e nos dois anos seguintes, a Estância São Vicente, de propriedade de Goulart, foi transformada em centro político da campanha presidencial de seu amigo e mestre. Ali ele recebia todos os que procuravam Vargas e, com desenvoltura, tanto aconselhava os visitantes quanto obtinha informações com eles. Quando Getúlio se hospedava na estância para receber correligionários, Goulart, sempre ao seu lado, não disfarçava a imensa amizade que dedicava ao líder. Não era apenas o anfitrião hospedando o amigo e, sim, o interlocutor, o confidente, o amigo sincero e leal.

Dominava todas as articulações da campanha. Nos diretórios do PTB — na capital e no interior do estado —, Goulart recolhia informações junto às bases getulistas, sondando sobretudo o apoio popular à candidatura do ex-presidente. Depois, transmitia as novidades por carta a Vargas. Em junho de 1949, de Porto Alegre, ele escreveu uma delas dizendo que muitos membros do diretório petebista haviam ficado entusiasmados com a declaração de Vargas contrária à proposta de um candidato único à presidência da República. Segundo Goulart:

eles raciocinam mais ou menos assim: se o chefe é contra o candidato único, é porque ele no fim vai topar a parada. Os do povo, empregados, trabalhadores e membros humildes do nosso partido com quem tive também a oportunidade de conversar não escondem a sua alegria (...) e justificam: “o nosso homem”, no meio dos outros, leva a melhor porque com ele ninguém pode.¹¹

Goulart atuou diretamente nas negociações que resultaram na candidatura de Vargas à presidência da República e a ele tudo informava. De Porto Alegre, centro político do estado, escrevia cartas relatando em minúcias as articulações em torno da candidatura presidencial. Em outubro de 1949, mostrou-se contrariado com a proposta de alguns grupos políticos gaúchos, especialmente do PSD, de formar uma mesa-redonda, com a presença de Vargas, para escolher um candidato ao Catete. Um político pessedista

¹⁰ Abreu et al., p. 2.611.

¹¹ FGV/Cpdoc. Inventário Getúlio Vargas. GV 49.06.27/2, rolo 10.

gaúcho se dispusera, inclusive, a ir a Itu combinar com o próprio Getúlio sua participação no evento, que poderia ser em Porto Alegre ou em uma estância em São Borja. Sobre a proposta, Goulart deu a Vargas a opinião das ruas:

*o senhor não pode e não deve se nivelar, em mesas de qualquer espécie, com políticos fracassados e que no fundo, com medo do povo, desejam comprometê-lo. O povo continua não admitindo outro candidato que não seja o senhor.*¹²

Ainda segundo seu relato, se a mesa-redonda fosse em Porto Alegre:

todos com [quem] tenho falado (getulistas) dizem que irão para a frente do local onde a mesma estiver se realizando e que ali permanecerão dia e noite gritando: “queremos Getúlio. Ele é o nosso candidato”.

Para concluir, relatou:

conto-lhe o que se diz na rua, porque isto é que representa verdadeiramente a opinião pública. Hoje, Dr. Getúlio, ninguém mais do povo admitiria outro nome que não fosse o seu. Eu nunca vi tanto entusiasmo. Tenho a impressão que não vai longe e o povo estoura exigindo o seu pronunciamento definitivo. Não falei com um garçon com um chofer com um homem da rua que não me perguntasse antes de qualquer outra coisa: “quando é que o chefe vai se candidatar?” Todo mundo me pede um retrato seu. Enfim, Dr. Getúlio, a coisa parece que pegou fogo. É por tudo isto que eu tenho medo, Dr. Getúlio, desta mesa-redonda com a sua presença. Isto iria desencantar todos aqueles que vêem no senhor um homem muito superior a estes políticos de 3ª e sem prestígio eleitoral e que vêm de recente fracasso.

Goulart ouvia o povo nas ruas, o que o deixava entusiasmado com a candidatura de Vargas. Em suas articulações, manteve contatos não só com as bases getulistas, mas também com as elites políticas do estado, sobretudo tentando atrair o apoio do PSD gaúcho. Sondou ainda militares de alta patente de guarnições no interior do estado, especialmente em Alegrete e Santana do Livramento. Em conversa com oficiais do Estado-Maior da Cavalaria, disse ter-se modificado o sentimento desfavorável a Vargas. “*Em toda fronteira o ambiente é bom e o próprio General Ribas disse-me que está contra golpes.*”¹³

Em suas cartas, relatando suas articulações com o PSD gaúcho e demonstrando intimidade com Vargas, Jango se utilizava de expressões típicas da fronteira gaúcha: “*sem precisar agarrar o peão na unha, banquei o couro na porta da Mangueira. Eles vieram, mas refugaram!*”. Ao mesmo tempo, esforçava-se para demonstrar que estava assimilando as

¹² FGV/Cpdoc. Inventário Getúlio Vargas. GV 49.10.26/1, rolo 10.

¹³ FGV/Cpdoc. Inventário Getúlio Vargas. GV 49.00.00/3, rolo 10.

lições do mestre. Sobre as acusações feitas por Dinarte Dornelles de que o grupo pasqualinista tentava aliciá-lo, gerando situação de grande tensão, Goulart escreveu:

creio que sai bem, pois apesar de citar algumas verdades que por tal mereceram muitos aplausos, no fim conclui, sensatamente, pedindo paz, harmonia e lealdade para que o entendimento surgisse, e com ele um clima de compreensão e de confiança. Palmas etc. etc.

Era como se ele pedisse a Vargas que avaliasse seu procedimento, que verificasse se tinha aprendido corretamente o que o velho mestre lhe ensinara. Nas cartas a Vargas, ele iniciava o texto com um simples “Dr. Getúlio”. Em raras ocasiões seguia-se “*um abraço*” ou “*um grande abraço*”. Ao final, despedia-se com um “*Jango*”, “*Do amigo certo*” ou “*Um abraço do seu amigo Jango*”.

No início de 1950, Goulart já atuava diretamente nas articulações para o lançamento da candidatura de Vargas. Contudo, ainda em março daquele ano, o ex-presidente fez questão de negar qualquer possibilidade de candidatar-se. A imprensa gaúcha, porém, começava a noticiar o nome de Goulart com frequência, sobretudo quando o assunto central era a candidatura de Vargas à presidência da República. Algumas vezes ele era apresentado ao leitor como “*dito amigo íntimo de Getúlio Vargas*”, “*pessoa da absoluta confiança do ex-presidente*” ou “*uma das pessoas mais bem informadas a respeito de Getúlio Vargas e do PTB*”.¹⁴ Diante das especulações que surgiam diariamente, em março de 1950, alguns repórteres procuraram Goulart para saber como Vargas recebia as notícias da candidatura. Sua resposta foi incisiva: “*O senador Getúlio Vargas ficou irritado com a notícia, que, conforme ele disse, é destituída de qualquer fundamento*”.¹⁵ Nesse momento, ele parecia ter adquirido muita experiência política, conhecendo pessoas, fazendo contatos, aproximando-se de lideranças nacionais do PTB e, em especial, aprendendo as artimanhas da política com o próprio Vargas. Ao mesmo tempo, sua influência no PTB gaúcho aumentou e Goulart foi eleito, na convenção regional do partido, em março de 1950, presidente do diretório e da comissão executiva estaduais para o período 1950-52.¹⁶

Em maio de 1950, Goulart viajou para o Rio de Janeiro e São Paulo a fim de sondar o ambiente político e relatar a Vargas suas impressões sobre a viabilidade de sua candidatura nas duas capitais. Depois das conversas, mais ouvindo do que falando, anotava tudo em uma caderneta. Ao final, escreveu uma longa carta a Getúlio com todas as informações necessárias para que ele mesmo avaliasse a conveniência de lançar seu nome à presidência da República. Com a sinceridade própria dos amigos íntimos, Goulart inicia a carta dizendo:

¹⁴ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 3 fev. 1959, p. 3; 5 mar. 1950, p. 28; e 30 maio 1950, p. 18.

¹⁵ *Id.*, 5 mar. 1950, p. 28.

¹⁶ Abreu et al. (2001, v. 5, p. 2.611-2).

*embora desordenadamente, procurarei lhe dar conta do que ouvi, vi, e senti nos 4 dias de estadia no Rio e em São Paulo (...) à medida que ia conversando ou observando os fatos e os homens da complicada política nacional nesta hora de tanta incerteza e tão irritante confusão.*¹⁷

O objetivo era permitir que Vargas, a sós, avaliasse as situações relatadas na carta para depois, com sua volta a São Borja, trocar impressões pessoalmente com ele.

Goulart, por exemplo, não confiava em Ademar de Barros, o presidente do Partido Social Progressista e ex-interventor de São Paulo: “na minha opinião, o que ele deseja no movimento é a criação de um ambiente de confusão”, em que ele poderia surgir como herói, particularmente para os conservadores. Segundo ele, Vargas não precisava de Ademar para se eleger. Afinal, diz na carta, seu nome se restringe a São Paulo e não resiste a um embate com o do ex-presidente. Talvez, diz ainda, Ademar planejasse se unir aos conservadores, receosos da candidatura de Getúlio, e ser por eles sagrado. Possivelmente, pretendia criar confusão, pois, sabendo que não venceria as eleições presidenciais pelas vias legais, incitaria movimentos revolucionários, dos quais poderia surgir como salvador. Fossem quais fossem as hipóteses levantadas por Goulart, o fato é que Ademar não lhe inspirava a menor confiança: “O mais provável é que o homem quer mesmo é agitação”.

A prova mais contundente disso era a denominação Frente Popular, que Ademar, em matérias pagas e em propaganda exagerada, espalhava pelo estado de São Paulo. “A meu ver, a designação não podia ser mais infeliz.” Por um lado, não impressiona o povo, que já escolheu Getúlio como seu candidato; por outro, assusta os conservadores, “que ainda podem na sua grande parte vir conosco”. Nesse aspecto, lembrou de um bispo, amigo de Alberto Pasqualini, que o advertira sobre o perigo que a expressão representava para a Igreja. O aprendiz aconselhava o mestre a não fazer o que, de fato, Vargas faria logo depois: aliar-se a Ademar na chapa intitulada Frente Popular. Goulart ainda tinha muito que aprender com Vargas.

No Rio de Janeiro, ele também sondou o ambiente. Na capital da República, informou, a palavra “golpe” estava em alta: “lá é só o que se imagina e se fala”. Mas tudo isso era resultado do desentendimento entre as elites políticas, que só “enxergam fantasmas”. Segundo sua avaliação, não havia clima para golpes, nem entre o povo, e muito menos no Exército. Goulart volta a falar nos trabalhadores:

Senti, Dr. Getúlio, que lá no Rio os políticos raciocinam com a cabeça dirigida somente para o problema político e somente para a cúpula dos mesmos. Estão completamente divorciados do povo. Não sentem como nós os fenômenos e as tendências populares.

¹⁷ FGV/Cpdoc. Inventário Getúlio Vargas. GV 50.05.06/3, rolo 10.

Essa, certamente, era a diferença entre a formação política de Goulart e das elites conservadoras do país. Negociações pelo alto, pela cúpula, como uma tradição elitista brasileira, mas, ao mesmo tempo, sintonizando as negociações com os sentimentos, tendências, anseios e expectativas dos trabalhadores. Para isso, porém, era necessário estar entre eles, conversar, sentir o “fenômeno” popular. Esse duplo movimento de fazer política já integrava o universo conceitual de João Goulart nesse momento.

Em seus contatos, Goulart esteve também com udenistas. Com Júlio de Mesquita conversou longamente. Seu grupo ia apoiar o brigadeiro Eduardo Gomes. Davam a vitória como certa. Mas, ressentidos com Dutra e Goes Monteiro, dizia Goulart, estavam mais determinados a derrotar o PSD e o indicado pelo presidente. Se, porventura, Getúlio vencesse, havia a possibilidade de algum tipo de colaboração. Mesmo alguns udenistas importantes, como José Américo de Almeida, não fariam oposição a Vargas. Segundo relatos que ouvia, José Américo estava declarando a amigos que “o Getúlio está certo, o trabalhismo dentro de alguns anos dominará o mundo, gosto de Getúlio e de suas idéias socialistas”. Ou ainda: “estou quites com ele: deu-me o golpe em 37 e eu ajudei a derubá-lo em 45”. Um outro grupo também foi sondado por Goulart — o dos governadores —, como os da Bahia, Minas Gerais e Ceará. Ficariam com Dutra se o presidente fortalecesse suas posições políticas em seus estados. O que desejavam, na verdade, era manter seus poderes estaduais.

Nesse sentido, Vargas podia encontrar meios de obter o apoio deles. Na Bahia, Juracy, por exemplo, estava convencido de que só continuaria ditando as regras no estado com a vitória de Vargas. Quanto ao PSD, Goulart percebeu uma tendência que logo se confirmaria. O partido teria candidato próprio, mas as bancadas de deputados estaduais e federais estavam convencidas de que o povo queria mesmo Getúlio. Muitos ainda não haviam declarado seu apoio porque o nome de Vargas não tinha sido lançado oficialmente e porque isso lhes acarretaria custos políticos. Com a candidatura, os pessedistas o apoiariam extra-oficialmente.

Goulart mostrava-se extremamente otimista. “No Rio por tudo o que se vê, se ouve e se sente, é simplesmente ótimo.” No Nordeste, “Agamenon afirma que a vitória será espetacular — José Américo confirma”. No Sul, continuou, “o nosso amigo Pasqualini que há um ano atrás me afirmava que a sua candidatura seria um desastre (quase brigamos) hoje afirma que ‘diante do que se vê será vitoriosa’”. Em São Paulo, “com a desistência de Ademar as suas possibilidades aumentaram”. Em sua avaliação, Ademar somente iria tirar 10% dos votos de Vargas. “Porém, pelo que me foi dado ouvir e concluir, isto é, na média das opiniões,” a vitória de Vargas em São Paulo “será igual ou superior a 65%”. Não casualmente, o general Goes Monteiro lhe confidenciara: “Não acredito na garoa de São Paulo — tenho medo é do minuano do Rio Grande”. Assim, concluía Goulart, “tenho a impressão de que nesta altura não mais poderemos recrear a parte eleitoral, mesmo que as forças conservadoras, fracas, venham a se unir”.

O otimismo exagerado de Goulart revelava, por um lado, seu entusiasmo de “cristão-novo”, que repentinamente descobrira um mundo cheio de certezas; por outro, o desejo pessoal de ver Getúlio vitorioso. Embora reconhecesse que precisavam se “prepa-

rar objetivamente para a campanha que, provavelmente, será dura e violenta”, escreveu, ainda de maneira romântica, embora com bases reais, que:

basta que gente que mereça confiança corra o Brasil convencendo em cada cidade um grupo de getulistas que o senhor vai ser candidato e o resto eles mesmos se encarregarão, porque, Dr. Getúlio, o que se nota não é mais prestígio, e sim puro e legítimo fanatismo pelo senhor.

Ao final da carta, algo que demonstra o quanto Goulart era próximo de Vargas, já que agia como um aluno esforçado diante de um experiente, mas compreensivo, professor: *“se o senhor não entender a minha letra, chame o Maneco que ele entende”*.

A campanha e a volta ao Catete

Discutindo em conjunto as estratégias de campanha, Vargas e Goulart estavam completamente afinados nos lances seguintes da sucessão presidencial. Assim, num comício no dia 18 de abril de 1950, em São Borja, Goulart, discursando, lançou o nome de seu padrinho político como candidato à presidência da República, atendendo, como dizia, aos reclamos do povo. No dia seguinte, Vargas comemorou seus 67 anos na Granja São Vicente, propriedade de Goulart. José Vecchio e diversos companheiros sindicalistas, todos fundadores do PTB gaúcho, alugaram quatro ônibus e, com suas mulheres, viajaram durante três dias para homenagear Getúlio. Um grande churrasco os esperava. Em certo momento, Vargas levantou-se e, para a surpresa de todos, disse: *“autorizo vocês hoje a irem à cidade de São Borja. Reúnam o povo da minha terra e digam que Getúlio Vargas é o candidato à presidência da República!”*.¹⁸ A notícia era impactante. Após esse anúncio, o velho líder trabalhista, com uma frase de efeito, ainda completou: *“Levai-me convosco”*.¹⁹ Vargas convidava o povo a levá-lo de volta ao Palácio do Catete. Imediatamente, por telefone, Goulart confirmou a decisão de Vargas ao jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre.²⁰ À noite, a caravana de sindicalistas, liderada por João Goulart, rumou para a cidade para promover um grande comício. Entre Vargas e Goulart nada mais era casual — aliás, essa fora uma das lições que Getúlio lhe ensinara.

Apesar da festa, quando os sindicalistas retornaram a Porto Alegre foram pegos de surpresa. Segundo a versão de José Vecchio, políticos que formavam um grupo dentro do partido, entre eles Dinarte Dornelles, Wilson Vargas e Leonel Brizola, declararam extinto o diretório municipal, elegendo, eles mesmos, pessoas de sua facção para os cargos. Os sindicalistas se sentiram traídos. Afinal, eles é que haviam fundado o PTB gaúcho e

¹⁸ Vecchio (1986:87).

¹⁹ Ribeiro (2001, v. 2, p. 7).

²⁰ *Correio do Povo*, 20 abr. 1950, p. 20.

trabalhado ativamente para o seu crescimento. Destituídos do diretório municipal, a sensação de revolta foi grande. Vecchio culpou Leonel Brizola, embora Vargas e muito provavelmente Goulart fossem, na verdade, os responsáveis diretos pela intervenção. Em fins do ano anterior, Goulart escrevera a Vargas dizendo que, “apesar de Vecchio ter praticado algumas ‘bobagens’, e o chão, em consequência, ter afundado muito sob seus pés, ele ainda continua merecendo a confiança de todos os getulistas”. Em seguida, completara: “O diretório municipal continua se ‘carniando’... mas creio que a extinção que vem aí tudo normalizará”.²¹ Ou seja, ambos já sabiam que o diretório seria extinto e que o grupo sindicalista seria retirado de qualquer cargo de direção partidária. Contudo, para José Vecchio, a culpa recaiu exclusivamente sobre o jovem Leonel Brizola, contra quem passou a alimentar grande ressentimento.

Vecchio, getulista sincero e convicto, mas sempre independente, colocava o crescimento do PTB gaúcho acima dos planos políticos do próprio Vargas. Em uma de suas cartas, Goulart escreveu: “O Vecchio sempre com suas burradas! Deu uma entrevista lançando o Ernesto [Dornelles] sem falar comigo”.²² Num partido de origem carismática, o antigo líder sindical, por maior fidelidade que prestasse a Vargas, incomodava por sua independência. Naquele momento, entre Vargas e Goulart a relação era da mais sincera amizade e mais absoluta confiança. Em maio, uma equipe de jornalistas foi à Fazenda Itu. Convidados a verem uma plantação de ervilhas, ouviram o seguinte comentário de Goulart: “Lindas ervilhas, dr. Getúlio. Pena que na colheita o senhor não vai estar aqui para comê-las”. Vargas, com um largo sorriso, respondeu: “Realmente é uma pena!”.²³

Em agosto, Vargas deu início a sua campanha política para a presidência, cuja coordenação Goulart dividiu com Salgado Filho. Contudo, a morte repentina e trágica do líder político gaúcho, muito sentida entre os trabalhistas, permitiu que Dinarte Dornelles tivesse, a partir daí, uma atuação mais destacada ao lado de Goulart. Foi nesse momento que os conservadores, sobretudo através da imprensa, descobriram a existência de Jango. Começaram então as denúncias de que a candidatura de Vargas contava com o apoio do presidente argentino Juan Domingo Perón e de que todos os que atuavam diretamente na campanha faziam parte do “complô peronista”. Os argumentos apresentados pelos conservadores eram matérias publicadas nos jornais argentinos contendo grandes críticas à política de Eurico Dutra de alinhamento incondicional com os Estados Unidos. Apesar das acusações de “peronista”, Goulart candidatou-se a deputado federal pelo Rio Grande do Sul.²⁴

²¹ FGV/Cpdoc. Inventário Getúlio Vargas. GV 49.10.17/1, rolo 10.

²² FGV/Cpdoc. Inventário Getúlio Vargas. GV 20.08.3/1, rolo 10. No entanto, Ernesto Dornelles venceu as eleições para o governo do estado naquele ano.

²³ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 30 maio 1950, p. 3.

²⁴ Abreu et al. (2001, v. 5, p. 2.612).

Nesse contexto, Vargas, em seus discursos, principalmente no Rio Grande do Sul, citava o nome de Goulart, indicando-o para o cargo de deputado federal. Em certa ocasião, declarou:

*reconheço, também, entre a juventude que aqui se encontra, filhos de velhos amigos desaparecidos, entre os quais cito como exemplo esse jovem deputado João Goulart, que pelo seu talento e sua vocação cívica, tanta projeção já adquiriu na vida pública do país.*²⁵

Tratava-se, sem dúvida, do maior cabo eleitoral que um candidato podia dispor naquela época, particularmente naquele estado.

Goulart passou a dedicar todo o seu tempo e energia à campanha de Vargas à presidência da República. Viajando entre o Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e São Borja, tecia articulações e sondava o ambiente político nas três capitais para, depois, conversar com o líder na Fazenda Itu. Ainda em agosto, a imprensa noticiou que dois aviões se dirigiam para Porto Alegre. Em um deles, vindo de São Borja, estavam Vargas e Goulart; no outro, que decolara de São Paulo, o governador do estado Ademar de Barros. No dia 9 de agosto, todos se encontraram no aeroporto da capital gaúcha. A aliança do PTB e do PSP para a presidência da República estava selada. No dia seguinte, eles embarcaram em uma mesma aeronave com destino à capital paulista, onde Vargas começaria sua campanha política. Goulart acompanhou o candidato em todos os eventos programados.²⁶

Nas eleições de 1950, Vargas tornou-se presidente da República e Goulart foi eleito deputado federal com 39.832 votos. Ou seja, mesmo fraturado pelas disputas entre pasqualinistas e jovens ativistas aliados a políticos vindos do PSD, e também pela saída do grupo sindicalista, o PTB gaúcho fora bem-sucedido. Isso se deveu à estratégia que adotou a partir de fins de 1947 e que lhe garantiu esmagadora vitória em 1950: elegeu Vargas para presidente da República, Ernesto Dornelles para governador de estado, Alberto Pasqualini para o Senado, todos com ampla maioria de votos, além de constituir as maiores bancadas para a Câmara Federal e a Assembléia Legislativa. Sem dúvida, o grupo originário, formado pelos sindicalistas, implementara uma estratégia que, a curto prazo, dera excelentes resultados.

Ao discípulo, com carisma

Empossado deputado federal em fevereiro de 1951, Goulart logo se licenciou do cargo para assumir, no mês seguinte, a Secretaria do Interior e Justiça do governo de Ernesto Dornelles no Rio Grande do Sul, cargo que exerceu por um ano. Tratava-se de

²⁵ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 3 out. 1950, p. 11.

²⁶ *Correio do Povo*, 10 ago. 1950, p. 10, 16.

uma secretaria eminentemente política. Ele continuou, porém, seu trabalho de fortalecimento do PTB no estado e entabulou seus primeiros contatos com o movimento sindical, cujos laços desde então não parariam de se estreitar. Nesse momento, seu prestígio no partido aumentava em ritmo crescente, passando a ser conhecido, inclusive, em outros estados. Seu nome, nos meios trabalhistas, era identificado como o de um hábil negociador com grande capacidade para recrutar quadros.²⁷

Em maio de 1952, diante dos conflitos que agitavam o partido, a bancada de deputados federais eleita em 1950 indicou, com o aval de Vargas, Goulart para a presidência do PTB. Na crise vivida pelo PTB, “*um grupo mais jovem*”, diz Lucília de Almeida Neves, “*sob a liderança de João Goulart, assumiu a sua direção*”. Na avaliação da autora, “*esse seria um momento histórico na trajetória do PTB. Significava o início de uma renovação de seus quadros dirigentes e de base e também a adoção preliminar, mesmo que ainda frágil, de uma nova linha de ação que se consolidaria ao longo da história petebista*”.²⁸ Goulart rapidamente deixaria de ser um político de perfil regional para tornar-se uma das figuras centrais do trabalhismo brasileiro. A grande maioria dos filiados ao partido não sabia dos sólidos laços de amizade pessoal que uniam Vargas a Goulart. Na verdade, ninguém se deu conta de que a indicação dele para a presidência do PTB nada tinha de casual; ninguém percebeu que ele era o “*escolhido*”.²⁹

Em junho de 1953, Goulart tornou-se ministro do Trabalho. Com a repercussão de suas ações no ministério, impactantes para a época, ele inaugurou um novo estilo de relação entre Estado e sindicatos e contribuiu para aproximar o PTB do movimento sindical. Em poucos meses, sua popularidade era imensa. No final do ano, seu prestígio entre os trabalhadores era difícil de ser mensurado. Contudo, mesmo em junho, dias depois de tomar posse no ministério, alguns indícios já apontavam para o sucesso de sua política de reformular as relações entre Estado e classe trabalhadora. Logo após o encerramento de uma greve tumultuada, a dos marítimos, Vargas, em audiência especial, recebeu uma comitiva de líderes sindicais da categoria. O objetivo deles era agradecer pessoalmente ao presidente pela intermediação de seu ministro do Trabalho na resolução do conflito. Respondendo aos agradecimentos, Vargas disse aos operários: “*O Ministro do Trabalho, João Goulart, é um espírito sem face, voltado para as lutas em defesa da justiça social, tem ele uma sensibilidade à flor da pele para compreender e sentir como poucos as necessidades e os problemas dos trabalhadores*”.³⁰ Conhecido por não fazer elogios excessivos, Vargas, rompendo com seu próprio estilo, pronunciou uma frase contundente: “*Naquilo que ele vos disser estará me representando. Podem confiar nele, como se eu próprio fosse*”. João Goulart recebia naquele momento delegação para falar em nome do trabalhismo e, den-

²⁷ Abreu et al. (2001, v. 5, p. 2.612).

²⁸ Neves (1989:113).

²⁹ D’Araujo (1996:91).

³⁰ *Última Hora*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1953, p. 3.

tro do PTB, sendo indicado como sucessor do próprio Vargas.³¹ Não é casual que o elogio de Getúlio a Goulart tenha conhecido outras versões. A mais disseminada, e verdadeiramente impactante, garante que o presidente teria dito: “*Jango sou eu*”.³²

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de et al. (Coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5v.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder; o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil; o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- . Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: a trajetória de José Vecchio. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Intelectuais, história e política; séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- FREIRE, Américo (Coord.). *José Talarico*. Rio de Janeiro: FGV/Cpdoc, Alerj, 1998. (Conversando sobre Política).
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, Iuperj, 1988.
- NEVES, Lucília de Almeida. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- RIBEIRO, José Augusto. *A era Vargas*. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001.
- RYFF, Raul. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/Cpdoc/História Oral, 1984.
- VECCHIO, José. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/Cpdoc/História Oral, 1986.

³¹ D'Araujo (1996:100-4).

³² Ryff (1984:261).

Getúlio Vargas, cartas-testamento como testemunhos do poder

MARIA CELINA D'ARAÚJO*

Morte voluntária como resposta ao fracasso, à vitória dos inimigos — esta pode ser a definição mais simples e direta de como Getúlio Vargas concebeu, em várias ocasiões, o fim de sua vida. E por ser voluntária, pôde ser pensada, planejada, adiada e consumada. Pôde ser também justificada nessas cartas típicas dos suicidas que explicam as razões inexoráveis dos seus atos. Diferentemente, contudo, da maioria das cartas de suicidas, as cartas de Vargas falam daquilo que marcou seu lugar na história: o poder.

Este capítulo examina quatro momentos em que Getúlio usou o recurso epistolar (três vezes) ou seu *Diário*¹ (uma vez) para falar da morte como reação a insucessos políticos. Trata-se de um texto sobre notas e cartas-suicidas, as cartas-testamento de Getúlio. A morte, presente nesses escritos, não era para Getúlio um recurso para lidar com dilemas existenciais de ordem pessoal ou íntima. No plano privado, Getúlio se apresentava como uma pessoa que sabia disciplinar e controlar emoções. Por isso mesmo, a morte de que nos fala era um instrumento de poder, um recurso político, uma maneira de valorizar seus feitos e de construir uma imagem grandiosa para o futuro. A morte-sacrifício, a morte-tragédia, seria o coroamento de um drama histórico do qual sairia como herói.

A discussão sobre essas cartas ganhou dimensão no decorrer de 1983, quando a imprensa e a academia brasileiras prepararam uma série de artigos e matérias alusivas ao primeiro século de nascimento de Getúlio Vargas. Enquanto essas publicações estavam sendo veiculadas, veio a público cópia da certidão de nascimento de Getúlio onde se

* Doutora em ciência política pelo IUPERJ, pesquisadora do Cpdoc/FGV, professora do Departamento de Ciência Política da UFF.

¹ Vargas (1995).

constatava que nascera em 1882.² O centenário, que não era de fato centenário, serviu como pretexto para reflexões sobre o papel de Getúlio na história do Brasil e, especialmente, sobre seu suicídio. Foi a partir desse ano que ficou mais claro para a historiografia, e para o grande público em geral, que Getúlio escrevera várias cartas-testamento e não apenas a de 1954, que na verdade são duas, como veremos adiante.

A obsessão pela morte/suicídio como recurso político aparece pela primeira em seu *Diário*, publicado em 1995.³ O *Diário* tem início com a narração dos preparativos e dos primórdios do movimento que ficaria conhecido como a Revolução de 1930 e também com o registro da possibilidade de morte como alternativa ao insucesso nessa investida contra o governo de Washington Luís.

Em 3 outubro de 1930, dia em que se inicia a revolução, Getúlio começa a fazer, a lápis em um caderno, o relato da campanha. Conta os primeiros arranjos para o movimento e as razões que o levaram a se rebelar. Conhecia a dimensão da iniciativa que estava tomando. Poderia levar o país a uma guerra civil, poderia se dar o confronto direto com o Exército, poderia ganhar, poderia perder.

*Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranqüilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu estado. A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado como o responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso.*⁴

Aqui, pela primeira vez, temos Getúlio falando em “sacrifício da vida” ante a derrota de um ato político que liderara, nesse caso talvez mais por imposição de seus amigos

² Era comum nessa época diminuir a idade dos adolescentes que se candidatavam às escolas militares. Getúlio Vargas e Ernesto Geisel usaram esse expediente.

³ De 1930 a 1943 Getúlio Vargas escreveu em pequenos cadernos, a lápis, um diário de suas atividades políticas, primeiro ainda como revolucionário, em outubro de 1930, e depois como chefe de governo. Em alguns momentos esses escritos entram em aspectos de sua vida privada, mas não se pode dizer que seja um diário íntimo. O *Diário* foi guardado secretamente por sua filha Alzira Vargas do Amaral Peixoto e depois da morte desta, em 1992, foi publicado com a chancela e a autorização de sua neta, Celina Vargas do Amaral Peixoto, em 1995. Mesmo não sendo um diário de confissões íntimas, nele é possível colher algumas sensações de desalento diante de dificuldades políticas, de euforia (como por ocasião dos acordos para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda) e, no que nos interessa aqui, identificar momentos em que a morte foi mencionada como recurso na esfera do poder.

⁴ *Diário*, 3-10-1930.

do que por desejo próprio. De toda a forma, Getúlio se apresentava e se concebia como o chefe da Revolução de 1930. Dias depois, já no poder, vitorioso, analisa os fatos:

*Quantas vezes desejei a morte como solução da vida. E, afinal, depois de humilhar-me e quase suplicar para que os outros nada sofressem, sentindo que tudo era inútil, decidi-me pela revolução, eu, o mais pacífico dos homens, decidido a morrer. E venci, vencemos todos, triunfou a Revolução! Não permitiram que o povo se manifestasse para votar, e inverteram-se as cenas. Em vez de o sr. Júlio Prestes sair dos Campos Elísios para ocupar o Catete, entre as cerimônias oficiais e o cortejo dos bajuladores, eu entrei de botas e esporas nos Campos Elísios, onde acampeei como soldado, para vir no outro dia tomar posse do governo no Catete, com poderes ditatoriais. O sr. Washington Luís provocou a tormenta, e esta o abateu.*⁵

Nesse trecho temos um Getúlio que se decidira a morrer pelo povo de quem se considerava porta-voz e defensor. Seria em nome desse mesmo povo e da dignidade do país que em outros momentos se aproximaria do tema da morte. Morrer seria um gesto de libertação para o povo, uma prova de nacionalismo, um grito de guerra contra os “conspiradores e traidores da pátria”, termos explicitados da maneira mais cabal nas cartas-testamento de 1954. Essas cartas seriam o documento, o monumento que iria rememorar, eternizar, seus feitos e sua lealdade às causas do país e de seu povo. A tragédia seria sua marca para a posteridade.⁶

Em 1932, quando da eclosão da Revolução Constitucionalista, outra carta é preparada para a posteridade.

Meus intuitos no exercício do poder foram os mais nobres e elevados. Procurei sempre inspirar-me nos interesses superiores da Pátria.

*Entreguei as posições aos que se rebelaram contra mim e fui vencido pela traição, pela deslealdade, pela felonía. Reservara para mim o direito de morrer como soldado, combatendo pela causa que abraçara. A ignomínia de uma revolução branca não m'o permitiu. Escolho a única solução digna para não cair em desonra, nem sair pelo ridículo.*⁷

Nessa mesma ocasião, alguns registros de seu *Diário* também indicam a visão trágica que Getúlio guardava daquele momento:

É preciso um espírito forrado de grande serenidade para resistir aos embates morais desta luta. A um dia de relativa tranqüilidade, sucede-se outro cheio de boatos, de

⁵ *Diário*, 20-11-1930.

⁶ Sobre as cartas-testamento de Vargas ver o excelente artigo de Carvalho (1994:9).

⁷ FGV/Cpdoc. Arquivo Getúlio Vargas, GV 32.07.10/7.

*intrigas, de conspirações, de ameaças, de atentados pessoais. (...) Só a fé fortalece. A ela me acolho para não vacilar. Por ela devo salvar-me, ou com ela sucumbir sem desfalecimentos.*⁸

Note-se que Getúlio Vargas, conhecido como agnóstico, apela para a fé diante de fatos que para ele podem ter resultados trágicos. A fé o ajudaria a sucumbir consciente, talvez de pé. A perspectiva parece ser mais a da vítima, de alguém que corria o risco de ser assassinado, de perder a batalha. Afinal, São Paulo era o maior estado da Federação e ali se concentrava a riqueza nacional. A par disso, a mobilização popular em torno da guerra, que envolvia em São Paulo, por exemplo, mulheres de todas as extrações sociais, dava uma idéia da força e da determinação dos rebeldes.

Não por acaso, o Levante Comunista de 1935 não deu pretexto para despedidas heróicas. Getúlio conhecia seu Exército e não temia comunistas ali dentro tanto quanto temera o Exército de Washington Luís ou a rica oligarquia paulista. O levante não parece ter constituído uma ameaça, apenas um incidente, um estorvo. Esses dias são narrados em seu *Diário* e em seus arquivos pessoais, mas não de forma dramática.

De 1938, quando do *putsch* integralista, não se conhecem registros escritos de uma saída radical paga com a vida. Mas há depoimentos orais que relatam a mesma preocupação em tombar com dignidade. Por exemplo, de acordo com a filha de José Maciel Soares Filho, um dos mais leais auxiliares de Getúlio e autor de uma de suas cartas-testamento de 1954, nessa ocasião Vargas teria pedido à filha Alzira — que não confirmou o fato — que reservasse três balas em seu revólver.⁹ Segundo esse testemunho, uma bala seria usada pela própria Alzira, outra por Getúlio e outra por sua mulher, Darcy Vargas. Nesse caso não teríamos apenas a morte de um presidente, mas também a dos familiares que se encontravam em palácio. A vergonha e a humilhação da derrota seriam extensivas à família, que dali deveria sair vitoriosa ou morta.

O processo de redemocratização de 1945 é também um momento tenso para Getúlio, que oscila entre um golpe continuísta ou o respeito ao calendário eleitoral construído com sua anuência no decorrer do ano. Getúlio, em meio aos preparativos eleitorais, sente-se traído por auxiliares de véspera, especialmente os das Forças Armadas. Foi nesse ano que escreveu a mais longa de suas cartas-testamento.

Além dessa carta, que permaneceu inédita em seu arquivo, Getúlio lançou dois manifestos *Ao povo brasileiro* em 30 de outubro de 1945, um dia após deixar o poder, depois de 15 anos, mediante ultimato militar.¹⁰ Um deles, de página e meia, de início mais

⁸ *Diário*, 11 e 12-9-1932.

⁹ Enquanto as tropas oficiais não chegavam para combater os rebeldes integralistas, a família Vargas e os auxiliares do Palácio Guanabara usaram armas de fogo para se proteger.

¹⁰ A íntegra desses manifestos se encontra em Carone (1976:133). Podem ser encontrados também no Arquivo Getúlio Vargas, do Cpdoc, sob o código GV 45.10.29/2, que reúne outras notas de Vargas sobre sua deposição.

parece um relato jornalístico da movimentação de tropas, mas depois expõe um ponto de vista pessoal, bem ao estilo dos testamentos de Vargas:

*Traído pelo conluio da intriga e da violência, antecipei, pela renúncia, o período de dois meses que ainda me restava para deixar o governo. (...) Deixo o governo para que, por minha causa, não se derrame sangue brasileiro.*¹¹

No outro manifesto, de uma página, diz abster-se de analisar os acontecimentos que levaram à sua renúncia a fim de evitar ao país “males e abalos irremediáveis”. E apela para a relação mágica que construiu com os pobres, com o povo, a quem

*procurei sempre servir, defendendo com intransigências as suas aspirações e legítimos interesses (...) Os trabalhadores, os humildes, aos quais nunca faltei com meu carinho e assistência — o povo, enfim, há de me compreender. E todos me farão justiça.*¹²

Embora estilo e figuras de retórica sejam comuns nos testamentos e manifestos políticos que produziu, estes chamam a atenção pelo fato de não se utilizarem, de forma direta, do sacrifício da vida como decisão voluntária. O mesmo não acontece na carta-testamento que produziu nesse ano.¹³

A carta está datada de 13 de abril de 1945, um dia depois da morte de Roosevelt, presidente dos EUA e seu mais importante aliado no Norte. Tem 10 páginas e faz alusões diretas à morte. Mas, diferentemente do que fez em 1954, a morte aparece em decorrência da resistência àqueles que querem desalojá-lo do poder. Diz, referindo-se ao fato de ser seu dever resistir:

Lúcido e consciente estou disposto a esse sacrifício (...) Se sucumbir, vítima de uma agressão, deixarei aos seus autores morais e materiais como um legado da infâmia e ignomínia do atentado que contra mim praticaram.

Que fatores levariam Vargas a fazer esse tipo de declaração para que, como dizia, fosse publicada? A resposta a essa pergunta está em grande parte no próprio texto. Ele o inaugura citando um trecho do discurso que pronunciou no Automóvel Club em 11 de março de 1945, que, sintomaticamente, não foi transcrito em sua coleção de discursos do primeiro governo intitulada *A nova política do Brasil*. Há registros de que, nesse discurso, declarou que não seria candidato à presidência da República, mas não há menção ao fato de que tenha tão enfaticamente declarado que resistiria a uma deposição “com a própria vida”.

¹¹ FGV/Cpdoc. Arquivo Getúlio Vargas, GV 45.10.29/2.

¹² FGV/Cpdoc. Arquivo Getúlio Vargas, GV 45.10.29/2.

¹³ O original da carta encontra-se em FGV/Cpdoc. Arquivo Getúlio Vargas, GV 45.04.13/2. Para um primeiro exame desse documento, ver D'Araujo (1994:9).

Dando-se prosseguimento à leitura da carta de 1945, percebe-se sua perplexidade com as mudanças que o Brasil estava sofrendo em função da vitória dos Aliados. O alinhamento interno das forças políticas soava-lhe desconcertante. E se a situação para ele era dramática, não se pode deixar de registrar traços um tanto cômicos quando tece considerações sobre os personagens envolvidos: Artur Bernardes, citado como o ex-presidente que se coloca então ao lado dos conspiradores, é mencionado de forma irônica, lembrando sua gestão autoritária, cunhada no lema “A ordem acima da lei”; Francisco Campos, o “Chico Sapiência”, autor da Carta de 1937 e ministro da Justiça do Estado Novo, também é lembrado ironicamente por suas declarações oposicionistas.

Essas e outras notícias citadas por Vargas invadiam a imprensa no rastro da famosa entrevista de José Américo ao *Correio da Manhã*, em fevereiro desse mesmo ano, coroando, na prática, o fim da censura, alma gêmea das ditaduras. Em abril, começou também a campanha pela anistia, e Luís Carlos Prestes, o maior líder do Partido Comunista do Brasil, foi solto, anunciando sua colaboração com o governo. Em meio a esse cenário em transformação, sem que o presidente pudesse controlar o ritmo e a direção das mudanças, aparece de forma clara sua preocupação com a ordem. Denuncia que as mudanças ocorriam dissociadas de “idéias” e “programas”; havia apenas o “*incitamento à desordem*”.

Ainda em abril, duas candidaturas militares foram anunciadas: a de seu ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e a do brigadeiro Eduardo Gomes, representando os setores antivarguistas. Para Getúlio, não constituiu uma surpresa seus opositores se alinharem em torno do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da União Democrática Nacional (UDN), partido que congregava uma frente antigetulista. A UDN se notabilizou na história política do país — até 1965, quando foi extinta juntamente com os demais partidos brasileiros em decorrência do AI-2 — por essa marca de origem. O que pareceu surpreender Vargas e lhe soar inaceitável foi a facilidade com que antigos aliados se voltaram contra ele. Temia uma manobra “cavilosa” para depô-lo e, nesse caso, o general Dutra não foi poupado. Apontado como “*homem primário*”, “*instintivo*” e “*desleal*”, seu ministro da Guerra estaria usando da força e do prestígio extraídos do convívio com o poder varguista para fazer do presidente “*um prisioneiro*”.

Foi sob o impacto de se sentir “*prisioneiro*” e “*ameaçado a cada momento de deposição*” que redigiu a carta de abril de 1945 declarando estar firmemente decidido a resistir: “*Resistir à violência para me depor do governo é um dever*”. Não fazê-lo seria “*um mau exemplo para o futuro*”. Ou ainda: “*tenho um dever a cumprir. Responderei por ele com a própria vida*”. A perspectiva da morte surge aqui como resultado de uma resistência em nome do Brasil. Seria o sacrifício da vida, “*doada ao povo*” de maneira heróica. Em sua última frase, diz:

Sinto que o povo brasileiro a quem nunca faltei, no amor que por ele tenho e na defesa de seus direitos e legítimos interesses, está comigo.

*Ele me fará justiça!*¹⁴

¹⁴ FGV/Cpdoc. Arquivo Getúlio Vargas, GV 45.04.13/2.

Até que novos documentos sejam encontrados, ficamos, nesse episódio, com uma situação singular quanto à maneira de Vargas lidar com constrangimentos políticos. Diversamente de 1930, 1932 e 1954, a morte parece ser vista aqui como produto de uma resistência planejada e não como um sacrifício humano voluntário. Em todos os casos, porém, Getúlio é sempre enfático ao afirmar que o impacto maior de sua morte se daria na consciência dos “traidores” e que o povo lhe faria justiça.

De abril a outubro de 1945, muita coisa mudou e, em grande parte, por engenho e arte de seu cálculo político. Se cresciam as resistências ao Estado Novo, outras evidências apareciam, revelando a força política do seu mentor e gestor. Os partidos então criados eram, em boa parte, expressão da força do getulismo. Enquanto a UDN reunia o que havia de mais expressivo contra Vargas, de outro lado, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD) congregavam as várias matrizes de seus adeptos. Simultaneamente, o queremismo — campanha baseada no *slogan* “Queremos Getúlio” —, incentivado por grupos palacianos, alcançava dimensões preocupantes para a oposição. O continuísmo de Vargas ganhava corpo com o apoio da massa popular.

O comício queremista de 19 de outubro de 1945, em frente ao Palácio Guanabara, a menos de dois meses das eleições presidenciais marcadas para 2 de dezembro, foi o alarme final. Para os getulistas, foi o comício do “Fico”, pois ali Getúlio afirmou dubiamente que ficaria “ao lado do povo”. Apertava-se o cerco militar ao presidente, que mais uma vez recorreu à parentela. Desta feita, nomeou o irmão Benjamim Vargas para o mais importante posto da polícia no país — a Chefia de Polícia do Distrito Federal. Essa nomeação foi entendida como um artifício para aliviar a repressão que deveria ser feita aos “populares” que se manifestassem nas ruas a favor da continuidade de Getúlio no poder. Com essa nomeação Getúlio estava, na prática, apressando o fim de seu governo. Mas a deposição viria sem resistência, ao contrário do anunciado.

Seu prestígio popular não estava em xeque. Sua popularidade fora atestada nos comícios. Pessedistas e petebistas, seus aliados e herdeiros políticos, estavam há muito apoiando Dutra, que, oficialmente, era o candidato do governo e de Vargas. As candidaturas presidenciais estavam “nas ruas” e Getúlio não tinha muita escolha: saiu do palácio de governo disposto a apoiar Dutra, seu adversário recente, mas que representava o *status quo*. Isso porque havia de fato a perspectiva de que seus opositores históricos, agregados na UDN, vencessem a eleição presidencial. Vargas daria sua cartada final contra os “inimigos” não lhes entregando a vida, mas derrotando-os nas urnas. Para isso, foi crucial a divulgação do *slogan* “Ele disse, vote em Dutra”. O que “ele” dizia era veiculado entre os getulistas como uma ordem superior.

Dutra foi eleito presidente da República. Getúlio não precisou morrer para “o povo lhe fazer justiça”. O povo ficou do seu lado, votando no candidato que, “ele disse”, deveria receber os votos dos getulistas. Esse reconhecimento é redimensionado quando se observa que “ele” foi eleito deputado federal por sete estados e senador por dois. Eleição que embalou seu descanso em Itu, no Rio Grande do Sul, como senador da República, para armar a campanha do “Ele voltará”, em 1950, anunciando a desforra da de-

posição e sua volta ao governo. Só que desta feita com resultado distinto: a tragédia iria tornar-se real.

O suicídio de Vargas está associado à crise de agosto de 1954. Crise que levou à morte do presidente, e morte que alimentou a crise. A volta ao poder em 1951 fora definida por Getúlio como “desforra”: deposto pelas armas dos generais aliados das elites, voltava ao poder nos “braços do povo” com quem tinha canais próprios e eficientes de comunicação direta. Esta foi a forma politicamente mais sofisticada de demonstrar seu prestígio, sua liderança popular, típica de um político caudilho e populista que soubera liderar o processo de modernização econômica, ainda que à custa das instituições democráticas.

Sua volta, amparada no lema “Ele voltará”, inspirou músicas de Carnaval: *“Bota o retrato do velho/ bota no mesmo lugar/ o retrato do velhinho/ faz a gente trabalhar”*. Era decididamente uma candidatura popular, o candidato populista testando seu prestígio eleitoral junto à massa. A vitória nas urnas não chegou a ser surpresa para ninguém.

Mas, se o povo elege seus líderes, quem governa são as instituições, os chefes e os líderes. E nesse plano Getúlio era alvo de restrições e de desconfianças. Recorrentemente, a oposição lembrava que rasgava duas constituições (a de 1891 e a de 1934). Por que não rasgaria outra? Temia-se uma aliança com o trabalhador organizado, com os sindicatos, a exemplo do que fazia a República Sindicalista protagonizada nesse momento por Perón na Argentina. Argumentava-se que seu nacionalismo seria um obstáculo aos investimentos estrangeiros no país. Enfim, Getúlio era, para a oposição, uma “síntese do mal”, uma ameaça séria e permanente à democracia.¹⁵ Por isso, seu opositor de maior notoriedade na oratória, o udenista Carlos Lacerda, dizia: *“Getúlio Vargas não pode ser candidato, se for candidato, não pode ganhar, se ganhar, não pode governar”*.

Foi candidato, ganhou, governou sempre sob a desconfiança de seus opositores, mas não completou o mandato: dos cinco anos cumpriu apenas três e meio. O que levou a sua queda? A desconfiança quanto a suas intenções políticas, o temor de estar planejando formar coalizões populistas com quadros da esquerda, o medo que seu nacionalismo pudesse ser exacerbado como moeda política para sensibilizar as massas e agradar os comunistas, a falta de legitimidade de grande parte da elite civil e militar. Getúlio não era homem preso a instituições, a regras constitucionais. Era um líder populista da melhor estirpe, que sabia interpelar a massa, razão pela qual se tornava tão temível.

“Um tiro no coração” é a frase apropriada para descrever sua morte. Um tiro por ele desferido, um suicídio que, como planejado e pensado várias vezes, gerou comoção popular e atizou a ira dos getulistas contra seus opositores. Seus escritos para explicar essa decisão deixam claro que o Brasil deveria ser entendido como duas metades antagô-

¹⁵ Vale lembrar rapidamente que aqueles que temiam as convicções políticas antidemocráticas de Getúlio sempre pensaram em combatê-lo por meios não-democráticos. Sempre apelaram para quarteladas ou golpes de Estado. Ou seja, se os valores democráticos não estavam enraizados em Getúlio, também não estavam na oposição.

nicas: os que defendiam e os que traíam o povo. Sem dúvida, sua morte acentuou o lado passional do getulismo, reafirmou sua vertente quase messiânica, épica, e apontou para uma clivagem maniqueísta: “nós e eles” ou, “quem não está comigo está contra mim”.

Getúlio não foi um líder político comum. O culto à personalidade, típica dos regimes autoritários dos anos 1930-40, fizera dele, durante o Estado Novo (1937-45), uma figura quase hagiográfica, o “grande chefe”, o “grande pai”. Com o suicídio, sua imagem mítica se consolidou. A evidência, a revelação de que o mito existia era verdadeiro, seria a carta-testamento — ou as cartas-testamento de 1954. Cartas que, depois da de Pero Vaz de Caminha, devem ser os documentos mais conhecidos dos brasileiros.

As circunstâncias da morte de Getúlio geraram outras versões no imaginário popular. Muitos de seus seguidores não admitiam que um líder-mito pudesse desaparecer, a não ser por ato traiçoeiro, pelo assassinato. Para seus inimigos, pairavam (e ainda pairam) dúvidas quanto às cartas-testamento: falsas ou verdadeiras? Fiquemos com esse tópico. Primeiro, em 1954, Getúlio deixou não uma mas duas cartas e algumas notas dispersas, anunciando a decisão de morrer. Segundo, argumentou-se e questionou-se a autoria de uma dessas cartas, a que foi lida ao público, através do rádio, logo após sua morte. Nela havia detalhes técnicos sobre a situação econômica e financeira do país e alegava-se que um suicida não poderia ter lucidez para entrar em tantos detalhamentos.

A carta veiculada e distribuída ao público por ocasião da morte, na manhã do dia 24 de agosto de 1954, foi escrita e datilografada por José Soares Maciel Filho, um quase *ghost writer* de Getúlio. Foi redigida a pedido de Getúlio, tendo como pano de fundo as notas manuscritas que o presidente havia lhe passado. Maciel Filho só admitiu essa autoria muitos anos depois, quando explicou que a escrevera sem saber que se destinaria àquela finalidade.¹⁶ Explicou haver suposto que seria uma carta para ser apresentada ao público no caso de renúncia ou deposição, uma carta de resistência. As notas de que se valeu haviam sido lidas antes por Alzira, que as recebera de um ajudante-de-ordens que as encontrara sobre a mesa do escritório e as achou estranhas (e sérias). Alzira chegou a conversar com o pai, que lhe disse não se tratar de nada que pudesse preocupá-la.

Na noite de 23 para 24 de agosto de 1954, antes do início da última reunião ministerial, Getúlio assinou essa carta datilografada por Maciel Filho e deu uma cópia a João Goulart, seu ex-ministro do Trabalho, um dos pivôs da crise e considerado também o herdeiro dileto de Getúlio. Ele também avisou Alzira, depois da reunião, de que havia papéis e pertences importantes no cofre do seu quarto, cuja chave foi encontrada embaixo de seu cadáver. Ali havia outra cópia dessa carta, além da que fora deixada em cima do criado-mudo, ao lado da cama.

Ao leitor comum ficam várias dúvidas: essas pessoas, Maciel Filho e Alzira, especialmente, não partiram, ainda que indireta e involuntariamente, da tessitura da tra-

¹⁶ Para uma descrição dos acontecimentos que levaram à crise de agosto, ver Silva (1978). Ver também caderno especial do *Jornal do Brasil*, de 24 de agosto de 1994. Sobre esse mandato de Getúlio, ver D'Araújo (1995).

gédia? Poderiam ter alterado seu curso? O suicídio foi a crônica de uma morte anunciada, anunciada nos bilhetes deixados nas mesas do palácio e no pedido que fizera a Maciel Filho. Outra dúvida: por que João Goulart, que recebera a carta antes da reunião ministerial que decidiu sobre o afastamento de Getúlio do poder, não a abriu imediatamente? É certo que Getúlio lhe pediu para abri-la quando chegasse ao Rio Grande do Sul, para onde deveria seguir. A seriedade do momento não comportaria uma desobediência cívica? Tomar algumas providências? João Goulart sempre declarou só tê-la aberto quando chegou a Porto Alegre. Perguntas como essas e muitas outras ajudam a alimentar o mito, dão-lhe sobrevida.

Os cenários possíveis dessa noite de agosto apontavam para saídas dramáticas do ponto de vista de Getúlio. Decidir-se-ia pela deposição e ele resistiria? Seria deposto sem resistir? Aceitaria uma licença até que os atos policiais e judiciais contra seu governo e sua família fossem apurados? Ou daria concretude a uma opção que o acompanhava de há muito: a morte voluntária?

Optou por esta última e o fez com a maestria dos grandes líderes populistas de seu tempo. A carta veiculada imediatamente dá um tom passional à morte que oferece ao povo e a debita na alma dos “traidores”. Não é apenas uma carta, nem apenas um suicídio. A carta seria o símbolo de sua vida, de sua dedicação ao Brasil; o suicídio, a resposta à incompreensão dos poderosos.

A carta que vem de imediato a público, a redigida por Maciel Filho, é um documento mais cerebral, intercalado por frases de impacto emocional. Começa dizendo:

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa.¹⁷

Atribui parte dessa conspiração ao capital internacional, aliado aos “grupos nacionais revoltados contra o regime de garantias do trabalho”. Menciona diretamente as medidas que tomara para controlar a inflação e as remessas de lucro para o exterior, as resistências à Petrobras e ao projeto da Eletrobrás: “*Não querem que o povo seja independente*”. E continua:

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, a uma pressão constante, incessante, tudo suportado em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue; se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis

¹⁷ A íntegra das duas cartas de 1954 podem ser encontradas em Silva (1978:347-8, 375).

*minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta.*¹⁸

Esse trecho é denso. Sem “ele” o povo fica *desamparado*. Não há quem o defenda. O povo lutará sozinho por seus direitos e sua força decorrerá apenas da lembrança do líder. “Ele” seria o único brasileiro a defender e a entender os pobres e os humildes que agora se quedavam órfãos, desamparados. A carta, nesse trecho, retrata a tragédia de um homem que explica seu suicídio, mas retrata principalmente a tragédia de um povo que ficará refém dos traidores.

Mais adiante acrescenta:

Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo jamais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do teu resgate.

Contraditoriamente, aqui Getúlio se apresenta como o libertador de um povo que antes dizia ter ficado desamparado. A carta, portanto, oscila em suas frases de impacto: ora o povo, com sua ausência, aparece como vítima indefesa dos poderosos, ora como povo escolhido e liberto por sua ação de estadista incompreendido. Ele próprio se auto-intitula vítima e vitorioso.

A carta termina de forma épica, como seria indicado a um documento desse tipo:

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.

Essa morte foi um ato político, o maior concebido por Getúlio. Morte de um líder que sabia contar com a simpatia de parte considerável de seu povo. A carta, por sua vez, foi o documento mestre a marcar suas clivagens com a política no Brasil. O anúncio de que havia uma única via possível para o país: a que escolhera e fora preterida. O país também ficava órfão, a nação ficava fragilizada. “Ele” seria o exemplo redentor, uma força ideológica e, por que não, mística, para a libertação da nação e de seu povo. Como se da morte renascesse a vida.

¹⁸ Destaques meus.

A outra carta deixada por Getúlio nessa ocasião — um manuscrito com texto bem articulado e não apenas notas dispersas — foi divulgada pela família apenas em 1973. Nela, que começa com a célebre frase — “*Deixo à sanha de meus inimigos o legado de minha própria morte*” —, o tom é ainda mais passional. Getúlio afirma que não aceitaria renunciar à presidência da República porque continuaria sendo perseguido e humilhado:

Querem me destruir a qualquer preço. Tornei-me perigoso aos poderosos do dia e às castas privilegiadas. Velho e cansado preferi ir prestar contas ao Senhor, não de crimes que não cometi, mas de poderosos interesses que contrariei (...) Só Deus sabe das minhas amarguras e sofrimentos. Que o sangue dum inocente sirva para aplacar a ira dos fariseus.

Nessa versão não temos a visão de orfandade do povo e do país. Ao contrário, há uma noção de incompletude na defesa de seus interesses:

Levo o pesar de não haver podido fazer, por esse bom e generoso povo brasileiro e principalmente pelos mais necessitados, todo o bem que pretendia.

Nas duas cartas sente-se uma imagem conspiratória da história. Getúlio como vítima incompreendida de uma causa nobre. Em ambas, a noção de que interesses subalternos, escusos, conspiravam contra seu projeto de redenção dos brasileiros.

Sem dúvida, o tom passional e dramático dessas cartas as transformaram em ícones, em símbolos do que seus seguidores poderiam conceber como o melhor projeto para o Brasil; nesse caso, o nacionalismo e o trabalhismo getulistas. São também emblemas de um tempo em que as personalidades individuais se sobrepunham às instituições.

Ao fim dessas reflexões, valeria perguntar em que essas cartas de agosto de 1954 diferem das anteriores. A dramaticidade é sem dúvida maior. A passionalidade também. Tudo indica que são cartas de quem sabe que vai se matar, cartas de quem está decidido a morrer e conhece as circunstâncias em que isso vai ocorrer. As anteriores sinalizam para cenários hipotéticos, são documentos que retratam uma possibilidade, uma intenção. Estas últimas se aproximam mais de uma decisão.

Em todas, contudo, fica clara a opção da morte como gesto público, morte-tragédia, produto de dramas históricos dos quais poderia sair como vítima. Em todas, a necessidade de explicar a rigidez de seus princípios, a clareza e a justeza de seus propósitos. No caso específico de todas essas cartas, temos muito mais do que cartas de um suicida. Trata-se, sim, de um suicida que vê a morte como o fim de uma carreira pública. No entanto, a forma, o meio que usa para justificar sua morte voluntária é a mais convencional possível: bilhetes e cartas. Cartas que, no seu caso, se transformaram em manifestos políticos, em quase lendas sobre um povo e sua soberania.

Referências bibliográficas

CARONE, Edgar. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo. As duas mortes de Getúlio Vargas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 ago. 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina. O cálculo da vida e do poder. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 ago. 1994.

———. *O segundo governo Vargas*. São Paulo: Ática, 1995.

SILVA, Hélio. *Um tiro no coração*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995. 2v.

Arquiteto da memória: nas trilhas dos sertões de Crateús

ANTONIO TORRES MONTENEGRO*

A construção de uma memória segue muitas trilhas, algumas vezes obedecendo às margens que o tempo lhe ofereceu, outras rompendo os limites e ocupando vastos territórios. A memória de Crateús poderia ser comparada ao movimento das águas que transforma a terra em água, “o sertão em mar”, como afirmam os geólogos ou prognostica a sabedoria popular. No entanto, assim como a ação humana interfere de diversas formas nos transbordamentos, uma série de estratégias concorre para que determinadas práticas, alguns acontecimentos, lugares e pessoas produzam marcas e consolidem símbolos e significados que transcendem determinadas fronteiras, limites e espaços.

Crateús está situada no sertão do Ceará, a 300km de Fortaleza. Seu nome tem raiz indígena (*Kraté* = coisa seca; *Yu* = lugar muito seco) e está também associado à tribo Karatiu ou Karati, que habitou a região.¹ Para muitos que tiveram a oportunidade de acompanhar pela imprensa os embates entre a Igreja Católica e o estado, especialmente nas décadas de 1960 e 70, a cidade traz embutido em seu nome o do bispo dom Antonio Fragoso.

Para mim, entretanto, são lembranças que não me chegaram inicialmente pela imprensa, mas por caminhos familiares. Eram os idos de 1971 e meu pai fora convidado a defender um dos padres da diocese de Crateús que acabara de ser preso acusado de subversivo. Passei então muitas vezes a ouvir histórias sobre o padre preso de Crateús, e também sobre o bispo chamado dom Fragoso, descrições do julgamento, de visitas à prisão onde o padre Geraldo de Oliveira Lima estava preso e fora torturado. Eram descrições

* Doutor em história pela USP e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPe).

¹ Thomé (1994:23).

impressionistas, que me deixavam indignado e revoltado contra a arbitrariedade do regime militar e a inoperância da justiça, que nos meus 20 anos desejava justa e reta. Passaram-se os anos e aquelas memórias ficaram depositadas nas reminiscências dos tempos da ditadura. Algumas vezes eram atualizadas por algum comentário avulso ou quando lia notícias na imprensa ou artigos referentes à Igreja Popular.

No final da década de 1990, iniciei um projeto para estudar a história da atuação de padres estrangeiros no Nordeste, principalmente na área rural, no período 1960-70.² Realizei diversas entrevistas, e uma passagem no relato da história de vida do padre francês Xavier Gilles de Maupeu, quando da sua chegada em São Luís, em 1963, provocou um impacto imediato em minhas lembranças de Crateús/dom Frago. Narra Xavier uma de suas primeiras entrevistas com o bispo auxiliar de São Luís, que na época era dom Frago:

Quando cheguei no Maranhão, em fevereiro de 1963, mergulhei na realidade social do Brasil. Foi difícil inicialmente. Dom Frago era bispo auxiliar de São Luís, e na oportunidade em que nos recebeu fez o seguinte comentário: “Xavier, nós pedimos um padre para o mundo operário. Tínhamos necessidade de um padre que viesse do mundo operário. Tu não vens do mundo operário, tu não conheces o mundo operário. Precisávamos de um padre maranhense, mas não temos, e tu não sabes nada do Maranhão”. Em seguida apresentou-me a uma moça, que estava ao nosso lado, e disse: “Estás vendo essa moça, ela faz parte de uma pequena equipe de jovens trabalhadoras. Elas vão te ensinar tua tarefa sacerdotal, tua profissão de padre”. Foi através dessa equipe composta de oito moças que comeci a entrar no mundo operário dos bairros de São Luís.”³

Após ouvir esse relato de Xavier, o conjunto de signos que constituía um quadro de signos, imagens, significados difusos e impressionistas de Crateús e seu bispo foi refeito de forma abrupta e incontrolável. Em fração de segundos, percebi que construía, quase que inconscientemente, uma idéia romântica de Crateús. Revisitando o passado, dei-me conta de que absorvera, através dos relatos paternos, uma representação quixotesca daquele bispo que enfrentava o regime militar a partir de um lugar que era descrito como mais um sertão. Mas deveria também reconhecer que essa forma de recepção estava associada a uma visão simplista das práticas sociais. Nesse sentido, aquele relato de memória de Xavier descortinava um outro dom Frago. Imediatamente senti-me confuso, sem saber exatamente o que pensar. Passado e presente emitiam signos distintos.

Por outro lado, a narrativa não deixava dúvidas. Um religioso nordestino, mesmo ocupando uma posição superior — bispo auxiliar —, recebia um religioso estrangeiro

² Projeto de pesquisa “Guerreiros do além-mar”, com o apoio do CNPq, 1997-99.

³ Entrevista realizada em fevereiro de 1998 com dom Xavier Gilles de Maupeu, que ainda não era bispo à época.

afirmando que toda a sua formação nos seminários da França de nada valiam para atuar no Brasil. Seria então necessário um novo período de aprendizagem, no qual os professores seriam uma equipe de jovens trabalhadoras. A proposta apresentada a Xavier apontava para novas relações de poder e saber. Um padre francês ia aprender seu ofício com trabalhadoras, ou seja, a formação intelectual e todo um conjunto de experiências trazidas da Europa pouco valiam. Significava uma inversão do discurso e da prática colonialista, que se instalou quase que de forma natural na cultura do Brasil. Há que se considerar ainda que não era fortuito que Xavier, ao narrar sua história de vida através de um relato oral de memória, recriasse o diálogo que se estabelecera no seu primeiro encontro com o bispo auxiliar de São Luís e, mesmo passados mais de 30 anos, ainda avaliasse esse encontro como um momento difícil.

Após todo um período de pesquisa acerca da história de vida de padres vindos de outros países para atuar no Nordeste do Brasil nas décadas de 1960 e 70, comecei a perceber como, em face da estrutura hierárquica e centralizadora da Igreja Católica, os bispos tinham um papel muito importante na escolha dos padres e na direção que era dada ao trabalho eclesial e pastoral em cada diocese. Apresentei então um novo projeto ao CNPq, para estudar a atuação de bispos e religiosas no Nordeste no período do regime militar.⁴ Através desse projeto, iniciei os contatos para entrevistar diversos bispos e, entre eles, dom Antonio Frago. Fui encontrá-lo em João Pessoa, onde passou a morar após se aposentar da diocese de Crateús em maio de 1998.

Conversar com dom Frago, ouvindo sua história de vida, perguntando-lhe sobre determinados acontecimentos, esclarecendo certos detalhes foi, em parte, peregrinar pelos sertões da Paraíba, onde nasceu e viveu até os 12 anos, e do Ceará, onde exerceu seu bispado por mais de 30 anos. Seus pais eram agricultores — José Frago da Costa e Maria José Batista, que também trabalhava na roça quando a necessidade se apresentava — e, muito pobres, viveram intensamente a experiência da seca e da fome, em condições difíceis de sobrevivência. Inacreditável pensar que um casal de agricultores tão pobres, impossibilitados de viajar do sertão da Paraíba (Teixeira) para visitar o filho em João Pessoa — onde Antonio Frago, a partir dos 13 anos, ingressara no seminário — tenha sido capaz de proporcionar aos seus sete filhos uma educação universitária. Ao mesmo tempo, conhecendo um pouco da história familiar de dom Frago, pode-se estabelecer algumas associações entre um homem extremamente suave, de fala delicada, mas ao mesmo tempo de uma postura firme e intransigente na defesa dos mais pobres.⁵

⁴ “Caminhos da resistência católica: ação de freiras e bispos do Nordeste durante o regime militar”.

⁵ Costa (2000). *À margem do meu Riacho Verde...* é um memorial de família no qual o autor, a partir de suas recordações, constrói uma história da família, de sua esposa (já falecida quando da produção do livro), de cada um dos filhos e de sua única filha. Os filhos também são convidados a revelar suas memórias familiares, o que possibilita a produção de um painel múltiplo de relatos de memória.

Rastreando sinais

A história de vida de dom Antonio Fragoso é em alguns aspectos muito semelhante à de muitas crianças e adolescentes nordestinos, que muito cedo eram atraídos para os seminários católicos como forma de ter uma educação escolar que seus pais não estavam em condições de lhes proporcionar.⁶ No entanto, mesmo esse tempo de seminário não foi uma experiência fácil para dom Fragoso, como ele próprio narra:

*chegando no seminário, meu pai não tinha nada. Todos os seminaristas usavam batinas, eram padrezinhos. E eu tinha que trabalhar como porteiro. Trabalhei dois anos no Seminário de São Francisco. Trabalhava muito, para levar todos os recados e trazer, ir à rua e voltar e tinha que dar conta das mesmas lições que os outros davam, tendo todo o tempo livre, mas fiz o curso!*⁷

Após esse período, o seminário conseguiu que uma família próspera de João Pessoa o adotasse, fato que viria a tornar as coisas um pouco mais fáceis.

Dom Fragoso ordenou-se padre em 1944, aos 24 anos de idade, e em 1957 foi sagrado bispo, assumindo a função de bispo auxiliar de São Luís do Maranhão, onde permaneceu até julho de 1964. Nos sete anos em São Luís não teve plena autonomia, pois percebeu que devia agir em sintonia com o arcebispo dom Delgado:

*Então, nessa transição, eu não pude ter um projeto próprio. Não era o pastor de uma igreja. Era ajudante do pastor dessa igreja. E como ajudante, questão de lealdade, eu tinha que fazer unidade com ele. Então, não ia acentuar minhas discordâncias, porque não era o pastor. Achava desonesto isso. Então, fiquei assim com ele esse tempo. Como vigário capitular passei um ano. Não podia renovar nada. Nada se muda, durante a vacância de lá. Então, eu não podia mudar nada, até ir para uma diocese, Crateús, onde pude ser o pastor. Pude então fazer junto com o povo o meu projeto.*⁸

Embora afirmasse seu cuidado em não aprofundar discordâncias com o arcebispo dom Delgado, o bispo auxiliar tornar-se-ia conhecido por sua postura em favor dos trabalhadores e trabalhadoras, e por seu trabalho junto à Juventude Operária Católica (JOC).⁹ Em meados de 1963, dom Delgado se transferiu para Fortaleza. Dom Fragoso era considerado seu sucessor natural, inclusive por indicação de dom Delgado. Entretanto,

⁶ José Fragoso e Maria José Batista Costa tiveram seis filhos homens e uma mulher. Todos os seis filhos ingressaram no seminário, e três vieram a se tornar padres.

⁷ Entrevista com dom Antonio Fragoso, em set./dez. 2002.

⁸ Idem.

⁹ Mainwaring (1989:160).

to, na hierarquia eclesiástica, quando o bispo principal se afasta, a figura do bispo auxiliar desaparece. Diante disso, dom Fragoso foi indicado pelo cabido como vigário capitular. A espera pela nomeação do novo arcebispo seria de um ano. Para muitos, a indicação de dom Motta, em julho de 1964, em lugar de dom Fragoso, seria resultado da pressão dos militares. O padre Xavier, em sua entrevista, fez o seguinte comentário:

Em 1964, dom Fragoso foi denunciado por um padre do Maranhão como subversivo, como comunista. Foi então transferido para “o fim do mundo”, para Crateús, no interior do Ceará. O natural teria sido ele se tornar o arcebispo de São Luís no lugar de dom Delgado, que fora para Fortaleza.¹⁰

Outro fato que pode ter concorrido ainda mais para que os militares fortalecessem a construção do estigma de dom Fragoso como religioso comunista está relacionado com a prisão de uma militante de esquerda que havia trabalhado na JOC em São Luís. Em seu poder, quando de sua prisão, foram encontradas duas cartas enviadas por dom Fragoso. Essa notícia foi publicada na imprensa com o seguinte destaque: *O general Domingues mandou prender dom Fragoso*. Como se encontrava na oportunidade numa reunião dos bispos do Nordeste em Olinda, Pernambuco, estes imediatamente se solidarizaram com dom Fragoso e não só rechaçaram as acusações de bispo comunista veiculadas na imprensa, como ainda fizeram saber ao general que iriam todos presos em solidariedade caso a ameaça se materializasse.¹¹

Se os militares tiveram algum poder de influência na decisão da Igreja de nomear dom Antonio Fragoso para uma diocese recém-criada no sertão do Ceará, pensando que com isso iriam condená-lo ao esquecimento e ao silêncio, cometeram um enorme erro de avaliação. Crateús, de alguma forma, representou uma volta às raízes daquele que fora criado em Teixeira, sertão da Paraíba, numa família de agricultores sem terra. Embora tivesse saído aos 13 anos para iniciar sua formação e nunca mais tivesse voltado a morar com a família, jamais perdera seus laços e compromissos.

“Ser comunista” — território do discurso

Em quase todas as publicações que tratam da Igreja Popular, da religiosidade popular, das CEBs, entre outros temas relacionados com a teologia da libertação, as atividades desenvolvidas pelo bispo de Crateús são tomadas como referência.¹² O fato de

¹⁰ Entrevista realizada em fevereiro de 1998 com dom Xavier Gilles de Maupeu.

¹¹ Entrevista com dom Antonio Fragoso, em set./dez. 2002.

¹² Ver Mainwaring (1989); Bruneau (1974); Alves (1968); Kadt (1970); Salem (1981); Santos e Roxo (1978). E ainda seria possível relacionar dezenas de títulos em que as práticas eclesiais e pastorais da Igreja de Crateús são objeto de estudo, reflexão e análise.

essa diocese ter-se tornado muito conhecida, mesmo não estando localizada em um centro urbano de maior destaque, pode ser atribuído a um conjunto de fatores:

- ▼ a conjuntura do regime militar instituída como de extremo perigo as práticas sociais religiosas ou laicas de apoio e organização das camadas populares do meio rural e, por isso, a diocese era constantemente criticada por representantes do regime;
- ▼ os grupos políticos e mesmo uma parcela da sociedade civil, descontentes com a linha pastoral que a Igreja de Crateús assumiu desde o seu primeiro bispo, criticavam-na amplamente na imprensa, denunciando-a como comunista e traidora dos ideais cristãos, entre outras acusações;
- ▼ a ampla rede de comunicação e apoio da Igreja Católica dentro e fora do Brasil;
- ▼ a preocupação do bispo de documentar e publicar todo trabalho diocesano desenvolvido em cada uma das paróquias da diocese.

Após o golpe de 1964 até o final da década de 1970, era enorme a dificuldade de publicar determinados livros no Brasil, mesmo em editoras católicas. Livros sobre o trabalho desenvolvido pela diocese de Crateús só seriam publicados em outros países, como Espanha, Portugal, França e Alemanha.¹³ De passagem por Portugal, quando de uma viagem a Roma em julho de 1972, dom Fragozo permaneceu dois dias em Lisboa. Nessa oportunidade, reuniu-se com os militantes do Movimento do Ninho, do qual era também assistente. O movimento, que trabalhava com marginais, lutando por sua libertação e evangelização, no sentido de que participassem da construção de uma sociedade radicalmente nova, atuava na França, no Brasil e em Portugal. Esse encontro, em que o bispo explicou detalhadamente as atividades do Ninho em Crateús e fez também uma análise da situação do Brasil, foi gravado e depois transformado em livro.¹⁴ Em 1973, dom Fragozo publicou na Espanha outro livro, *El evangelio de la esperanza*, no qual relaciona suas reflexões teológicas a sua experiência de bispo que fez opção por uma pastoral voltada para os trabalhadores e trabalhadoras pobres de sua diocese, procurando demarcar os vários campos teóricos em que construiu e definiu sua orientação religiosa. No livro, não se furta a definir sua visão cristã de conceitos marxistas como revolução, liberdade, luta de classes, violência ou mesmo expressões como “a religião é o ópio do povo”. Observou então que:

La revolución, para los opresores, es muchas veces un golpe de estado, es un golpe de las fuerzas armadas, que sustituye drásticamente una oligarquía por otra oligarquía. Para los oprimidos, la revolución es una ruptura, una denuncia organizada

¹³ Fragozo (1971).

¹⁴ Fragozo (1973a).

*de todas las formas de opresión, de todas las estructuras de opresión, e al mismo tiempo la construcción de una sociedad nueva en la que participen todos los hombres, por el hecho de ser hombres, con su dignidad humana, en la socialización de las oportunidades.*¹⁵

Analisando o termo revolução, estabelece uma distinção de significados do conceito: para os opressores seria a disputa entre oligarquias pela manutenção dos privilégios, enquanto para os oprimidos, a possibilidade de construção de uma nova sociedade. Mas esse caminho de construção deveria ser trilhado sem o uso da violência, como expõe ao comentar a luta de classes:

*Quede claro que la motivación profunda no es el odio contra las personas, sino el amor a la persona de los oprimidos y a la persona de los opresores y, al mismo tiempo, el odio contra las formas de opresión encarnadas en los mismos opresores. Esta lucha de clases parece ser una acción necesaria, para que sea eficaz la esperanza de la liberación, para que no sea sólo una utopía. No creo en la eficacia política de la lucha armada de los oprimidos para vencer y suprimir la violencia establecida o la violencia de represión. La violencia provoca la violencia, como una nueva reacción en cadena. La lucha de clases de tipo evangélico hunde sus raíces en la fe en todo hombre, en la certeza de que todo hombre es capaz de resurrección, se es amado en la justicia y en la verdad.*¹⁶

Esses breves fragmentos ilustram como se deu a união entre conceitos marxistas e princípios fundamentais do cristianismo, e como essa articulação de alguma forma definiu a linha pastoral da diocese de Crateús. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que dom Fragozo representava uma certa linha de pensamento do clero considerado progressista do Nordeste, mas que também tinha suas próprias divergências internas. O princípio da não-violência, por exemplo, o aproximava bastante de dom Hélder, de quem sempre fora grande amigo; todavia, não se encontrava em dom Hélder uma clareza conceitual e uma articulação entre cristianismo e conceitos marxistas como as estabelecidas por dom Fragozo. A articulação entre os princípios cristãos e o marxismo transformou-se num movimento que se propagou pela América Latina, em grupos como Sacerdotes para el Tercer Mundo (Argentina, 1966), Organização Nacional para a Integração Social — Onis (Peru, 1968) e Golconda (Colômbia, 1968), ao mesmo tempo em que um número cada vez maior de cristãos começou a se envolver ativamente nas lutas populares. Estes últimos reinterpretaram o Evangelho à luz dessa prática e, algumas vezes, descobriram no marxismo uma chave para a compreensão da realidade social e orientações sobre como mudá-la.¹⁷

¹⁵ Fragozo (1973b:67).

¹⁶ Ibid., p. 65.

¹⁷ Lowy (2000:76).

Por outro lado, há que se considerar que todos esses posicionamentos teóricos apresentados em *El evangelio de la esperanza* se constituiriam, para muitos defensores do regime militar, em sinais suficientes para comprovar mais uma vez o conhecido esquerdismo do bispo de Crateús. Como reforço da visão desses representantes do regime autoritário, as considerações tecidas pelo bispo acerca da afirmação marxista de que “a religião é o ópio do povo” seriam uma evidência irrefutável de sua opção comunista:

*Un mensaje evangélico, una predicación, una catequesis que nos dijese que el cielo sólo viene después, que este mundo es sólo un valle de lágrimas, que tenemos que tomar nuestra cruz porque no hay ahora ninguna otra salida, que la felicidad sólo se da después, que la alegría sólo se tendrá después, que la justicia sólo existirá después, que la libertad sólo se obtendrá después, que nada de eso se realiza ahora: un mensaje presentado de ese modo sería verdaderamente un opio del pueblo. Adormecería en lo pueblo su capacidad de lucha, confirmaría la pasividad del pueblo.*¹⁸

Ser comunista constituiu um dos campos de maior conflito entre a Igreja Católica e o Estado durante o período do regime militar no Brasil. Costuma-se atribuir a opção por uma Igreja dos Pobres, que foi sendo construída por uma parcela significativa de religiosos e religiosas, a diretrizes traçadas nos grandes centros de decisão como o Concílio Vaticano II, Medellín, Puebla.¹⁹ No entanto, é preciso romper com essa visão mecanicista e pensar que esses grandes encontros só apontaram na direção do que já vinha sendo praticado no cotidiano das dioceses e paróquias. Muitos relatos de histórias de vida de padres já indicam essa direção, como os do próprio dom Frágoso ou do padre Xavier Gilles, que afirma:

*Embora as CEBs tenham sido oficialmente reconhecidas a partir de Medellín, foi nessa experiência em Tutóia, pelo menos no Maranhão, que teve início este tipo de trabalho de base da Igreja. Mais ou menos na mesma época, em uma outra região do estado, tinha iniciado um trabalho semelhante, com a missão canadense, especialmente com o chamado Monsenhor Cambron. Esse tipo de trabalho das CEBs surgiu em diversas partes da América Latina, dentro de um movimento maior de renovação da Igreja entre as décadas de cinquenta e sessenta.*²⁰

No entanto, no Brasil, de maneira geral, e no Nordeste, mais especificamente, o trabalho desenvolvido pela Igreja com os trabalhadores rurais e mesmo com os urbanos no início da década de 1960 constituiu uma estratégia importante no sentido de neutralizar a influência comunista ou das esquerdas em geral. Após o golpe de 1964, a situação

¹⁸ Lowy, p. 77.

¹⁹ Ibid., p. 70-1.

²⁰ Entrevista realizada em fevereiro de 1998 com dom Xavier Gilles de Maupeu.

alterou-se radicalmente, pois o clima de repressão que se instalou, ao mesmo tempo que reprimia crescentemente as organizações de esquerda, proibia qualquer movimento de apoio e solidariedade às lutas e aos movimentos populares. Os setores da Igreja que sempre trabalharam nessa direção, e mesmo outros que aderiram a essa linha, passaram a ser rotulados de comunistas. Estabeleceu-se, então, uma verdadeira batalha discursiva, de acusação e defesa, entre a Igreja e o regime, em que a imprensa se transformou em palco privilegiado da disputa. Muitas das acusações às vezes anteciparam prisões, torturas, assassinatos e expulsões de padres de outras nacionalidades; outras vezes, as medidas repressivas foram primeiro implementadas para depois serem formalizadas as acusações.²¹ Crateús não escapou de ser alvo dos aparelhos de repressão: um de seus padres, Geraldo de Oliveira, foi preso, torturado e mantido incomunicável durante 11 dias em Recife; um outro, o padre José Pedândola, foi seqüestrado, encarcerado e depois expulso do país, sem direito a defesa.²²

No ano de 1969, dom Fragoso viveu de forma muito aguda a experiência de ser estigmatizado como comunista. O pároco, monsenhor José Maria Moreira do Bonfim, realizou, à revelia do bispo, que se encontrava em viagem, e das próprias comunidades, uma reforma no cemitério da cidade de Crateús. Esse episódio à primeira vista banal ganhou vulto nacional — comentado na revista *Veja* e nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Correio do Ceará*, *Diário de Pernambuco*, entre outros — por projetar um conflito entre o chamado clero progressista e o clero tradicional. A crise culminou com a destituição do monsenhor da função de pároco da paróquia de Crateús. Mas seus 25 anos de trabalho pastoral e seus laços familiares na cidade de Crateús fizeram com que parte da população da cidade se mobilizasse contra a atitude do bispo. O vereador e presidente da Câmara, Nonato Bonfim, fez aprovar uma moção declarando o bispo *persona non grata*. Imediatamente, a Arquidiocese de Fortaleza distribuiu nota afirmando que “os vereadores serão considerados também *persona non grata ante a Igreja Católica*”.²³

Analisando-se as diversas matérias publicadas na imprensa, pode-se destacar aquelas que são nitidamente contra o clero progressista e, nesse aspecto, recorrem algumas vezes ao artifício de utilizar falas ou expressões de terceiros para acusar o bispo de não exercer seu ofício de religioso, de fazer política e de ser contra o regime:

O vereador Nonato Bonfim, que requereu fosse o Bispo considerado persona non grata, alinhou as seguintes razões para a sua iniciativa: Dom Antônio Batista Fragoso disse que “Cuba deve ser um exemplo para a América Latina” e convidou o povo de Crateús “a transformar a diocese numa pequena ilha de Cuba”. Disse numa conferência em Sobral que “quisera ter a coragem de Che Guevara para

²¹ Alves (1968).

²² Fragoso (1973b:85).

²³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 maio 1969.

lutar pelos oprimidos”. Considerou a Revolução de março uma “revoluçãozinha aspeada”. Afirmou numa conferência em Teresina que “Crateús é uma terra de analfabetos, onde não se lê jornais nem se toma conhecimento do que ocorre no resto do Brasil”. Disse num programa de televisão em São Paulo que o marxismo é aceitável como método. Tem concitado o povo a “não ter medo do Exército, da Polícia e do Dops”.²⁴

Para que se possa avaliar a gravidade dessas acusações no contexto de um regime autoritário e repressivo, ou mesmo para que se compreenda o significado dos discursos e das práticas de um período, é necessário situá-los no conjunto maior das redes sociais, políticas e culturais. Dessa forma, ocorre por vezes que uma declaração, uma expressão ou mesmo uma fala que se pretende favorável transforme-se em mais um argumento para os adversários. Na mesma matéria do *Jornal do Brasil*, encontra-se transcrita uma declaração de um porta-voz de dom Antonio Batista Fragoso que teria afirmado que o bispo fora considerado *persona non grata* porque “vem mostrando que já se deve dar consciência ao faminto de que ele passa fome e se deve exigir dos que governam condições mínimas de segurança, trabalho e conforto”.²⁵ Essa breve declaração, hoje comum, na época serviu de motivo para os setores contrários à Igreja Popular detectarem um desvirtuamento da prática religiosa e indícios de incitamento das camadas populares contra o regime, o que, por extensão, representava uma grande ameaça à ordem e à segurança nacionais.

Dom Fragoso não era comunista. Afinal, apesar dos diversos desmentidos pessoais que foi instado pelas circunstâncias a fazer, nunca se provou que fosse filiado ao Partido Comunista, que na época, aliás, era clandestino. Além disso, suas declarações e escritos sinalizavam constantemente uma posição contrária ao materialismo histórico que fundamentava a teoria e a prática comunistas. Como homem de fé, inspirado nos evangelhos, acreditava na salvação para todos.²⁶ Mas dom Fragoso era comunista. Fazia constantes afirmações de simpatia às propostas de comunistas como Che Guevara e ao regime político de Cuba. Mantinha relações de amizade, dentro e fora da Igreja, com pessoas também suspeitas de serem comunistas. Em seus escritos podia-se identificar expressões e conceitos do universo da teoria marxista. Durante o período do regime militar, os argumentos de seus adversários tomavam por base esse campo político; afinal, discursos e práticas favoráveis à organização e ao fortalecimento dos movimentos populares eram considerados comunistas.

Arquiteto da memória

Ao se entrevistar o bispo de Crateús, descobre-se um religioso com uma memória muito organizada, em que as palavras, as lembranças, as reflexões, ditas de forma delicada

²⁴ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 maio 1969.

²⁵ Idem.

²⁶ “La lucha de clases de tipo evangélico hunde sus raíces en la fe en todo hombre, en la certeza de que todo hombre es capaz de resurrección, si es amado en la justicia y en la verdad.” Fragoso (1973b:65).

da, associam-se a um modo de se expressar firme e positivo. Resultam, provavelmente, de longos períodos de meditação. Talvez as dezenas e mesmo centenas de entrevistas concedidas ao longo da vida sobre os mais diversos acontecimentos e temas da Igreja, sobretudo a prática pastoral em Crateús, tenham concorrido para que desenvolvesse essa capacidade de narrar em que lembranças, sonhos e reflexões se projetam num amplo mosaico multifacetado. Em alguns momentos, tem-se a impressão de que se está ouvindo a leitura de um livro de alguém que escreveu antecipadamente a própria história. Mas não foi apenas sua memória pessoal que dom Fragoso teve o cuidado de organizar. Sempre foi uma preocupação, e mesmo uma política, da diocese de Crateús documentar encontros, acontecimentos, práticas, reflexões, projetos, caminhos e descaminhos.

Em grandes livros encadernados, do tamanho de uma folha de papel ofício, encontra-se, em páginas cuidadosamente datilografadas, uma detalhada descrição das visitas pastorais periódicas do bispo a cada uma das 10 paróquias que formam a diocese de Crateús: Ipueiras, Poranga, Tamboril, Novo Oriente, Independência, Novas Russas, Tauá, Parambu, Monsenhor Tabosa e Senhor do Bonfim. Essas visitas, que duravam em média de dois a cinco dias, são descritas pelo bispo em tom bastante pessoal, intimista, o que torna a leitura agradável. Um índice remissivo, na contracapa, com o nome da paróquia, a data e a página facilita enormemente a consulta. Os relatos, escritos por vezes em formato de crônica, outras em tom de relatório, são detalhados. Neles figuram os nomes das pessoas envolvidas nas diversas práticas pastorais das comunidades, os debates realizados, as reflexões, os problemas, traçando um quadro minucioso das atividades realizadas, assim como dos encaminhamentos e projetos. Como a linha pastoral da diocese está voltada para o cotidiano das comunidades, os problemas oriundos das condições de vida e trabalho são bastante debatidos, avaliados, sendo descritos os diversos posicionamentos e propostas de pessoas e grupos. Essas encadernações, organizadas sob o título de “Visitas pastorais”, são acompanhadas do registro dos acontecimentos de cada paróquia (sendo o padre o responsável pela descrição da memória da(s) comunidade(s) da paróquia), constituindo um livro de registro denominado Livro de Tombo.

Um pequeno fragmento do que o bispo chama de crônica de uma visita pastoral serve para ilustrar o enorme trabalho desse artesão da memória:

Visita a Quiterianópolis

Quiterianópolis é município novo. Chamava-se antes Santa Quitéria e, depois, Vila Coutinho. Está incluído na área da Paróquia da “Senhora Santana”, que cobre dois Municípios: Independência e Quiterianópolis. Funciona como uma Área Pastoral autônoma, animada pelo Pe. Maurizio Cremaschi, cedido à Diocese de Crateús pela Diocese de Bergamo (Itália), pela Ir. Maria Alice de Oliveira e Silva e pela Irmã Salete, ambas das “Missionárias Diocesanas”.

A Diocese decidiu não criar, de começo, a Paróquia de Quiterianópolis, para evitar tentativas habituais de manipulação política que dificultariam a liberda-

de da Ação Pastoral. A animação pastoral do Município, acompanhada de constante reflexão, oferece condições de uma decisão de futuro.

Nesta visita pastoral, pedi ao Pe. Maurízio que iniciasse um Livro de Tombo, resgatando a memória do que acontece e recolhendo dados para a história.

Esta crônica, que escrevi, limitada e incompleta, deseja ajudar o conteúdo do Livro de Tombo.

Cheguei a Quiterianópolis no dia 11 de agosto, à noite. Estava se realizando a novena da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição. A igreja estava bem cheia. Por isto se decidiu que, a partir de amanhã, será celebrada no pátio externo da igreja. Deusimar, da Coordenação Diocesana de Pastoral, me disse que este ano a Festa tem o duplo de gente, comparando com a Festa de 1988. Pe. Maurízio me dizia que não há uma grande tradição da Festa da Padroeira, mas que a participação está crescendo.

12.08 — Pelas 5 horas da manhã, a Banda de Música tocou a “alvorada”, despertando o povo. Seguiu-se a oração comunitária. E, pelas 8 horas, Pe. Maurízio presidiu a Eucaristia, na qual crianças receberam pela primeira vez a comunhão.

Pelas 10 horas, no Salão Paroquial, reuniu-se a Coordenação (pessoas mais responsáveis pelo acompanhamento, na cidade e no interior). Também estava presente Fr. Gerardo Fabert, irmãozinho do Evangelho, que reside na Barra do Ricardo e anima cerca de 2 dezenas de Comunidades que estão no Município de Quiterianópolis. A Ir. Olga Meyer, da “Fraternidade Esperança” e Secretária Diocesana de Pastoral, também participou.

A reunião, que se estendeu até à tarde, teve a pauta seguinte:

1^o) As alegrias que tivemos da última reunião para cá.

2^o) Testemunhos dos presentes que participaram, em Crateús, do 4^o Encontro Diocesano das CEBs, 6 a 8 de agosto.

3^o) Revisão dos compromissos assumidos desde o último encontro.

4^o) Previsão dos passos de futuro.²⁷

A construção da memória, que se materializa nesses relatos sob a forma de diário, de crônica, de relatório, num misto de estilos, possibilita recuperar a dimensão memorialista de alguém que está também preocupado em transmitir às gerações futuras ensinamentos, razões e estratégias utilizados na escolha de determinadas decisões, como: “A Diocese decidiu não criar, de começo, a Paróquia de Quiterianópolis, para evitar tentativas habituais de manipulação política que dificultariam a liberdade da Ação Pastoral”. O es-

²⁷ Diocese de Crateús, pasta n. 01, *Visitas pastorais*, livro III, p. 154.

tilo diário/crônica revela-se em passagens como esta em que se registra que “*pelas 5 horas da manhã, a Banda de Música tocou a ‘alvorada’, despertando o povo*”. Já na transcrição da pauta — na qual não se incluiu o detalhamento de cada um dos quatro itens que consta do texto original —, tem-se a dimensão relatório.

Essa política de documentar, registrar, estimula reflexões acerca das muitas razões que podem estar relacionadas a esse modo de operar a memória empregado pelo bispo de Crateús. Numa sociedade sem tradição de políticas de construção e preservação de acervos, a iniciativa de dom Fragozo é um projeto surpreendente. Ele transformou sua vocação memorialista em uma política da diocese e, mediante essa postura, promoveu a passagem de artesão a arquiteto. Não construiu apenas e unicamente um diário pessoal e particular, mas estimulou as próprias paróquias a organizarem seu Livro de Tombo. O texto das visitas pastorais — também um documento de memória — devia ser anexado aos livros de Tombo, como a dar o exemplo e comprometer os padres das paróquias com a construção de suas próprias memórias.

Ao completar 16 anos como bispo de Crateús, dom Fragozo publicou o livro *O rosto de uma Igreja*, onde narra a história de sua caminhada na diocese de Crateús. Ele afirma que o livro apresenta a sua visão, o seu olhar, e que “*não é a história que o conjunto da diocese elaborou*”, embora a história da diocese tenha sido vivenciada coletivamente.²⁸ O livro divide-se em três partes: “Uma caminhada de 16 anos”, “Ensaio de interpretação” e “Depoimentos”.

Ao descrever a caminhada e ao mesmo tempo reconstruir a memória de diversos acontecimentos, dom Fragozo realiza também uma cartografia da diocese; das atividades desenvolvidas pelos padres e grupos de leigos no momento de sua chegada, em 1964; da situação de cada paróquia visitada. Apresenta em seguida as propostas, as discussões, as reflexões encaminhadas coletivamente a fim de tentar transformar a igreja de Crateús em “*um serviço evangélico do povo, servidora e pobre*”.²⁹

Na primeira parte, reconstrói a memória desde o momento de sua chegada, relatando em detalhes a festa com que foi recebido e suas primeiras discordâncias com o tipo de recepção organizada, com o palácio construído para sua moradia e, sobretudo, com a ausência quase completa do povo no coquetel que lhe foi oferecido.³⁰ Em seguida, descreve o diálogo que manteve com cada padre nas visitas às paróquias: “*A minha conversa inicial com os padres, em cada uma das 10 paróquias, foi saber qual era a pastoral que faziam, como estava a catequese, a liturgia, a prática das massas nas capelas e na sede, se havia ação católica especializada, que esperavam eles do bispo*”.³¹

Outra atitude que o bispo se interessou em rememorar e registrar no livro ocorreu alguns dias após sua chegada à cidade, quando foi à rádio e afirmou a necessidade de os

²⁸ Fragozo (1982:11).

²⁹ Ibid., p. 51.

³⁰ Ibid., p. 16-7.

³¹ Ibid., p. 19.

trabalhadores, que viviam majoritariamente no meio rural, procurarem se sindicalizar. Imediatamente recebeu a visita de um proprietário que lhe perguntou: “*se nós colocarmos para fora das terras os trabalhadores por causa da agitação dos sindicatos, o sr. tem terra para oferecer a eles?*”.³² Também durante um jantar no Lions Clube de Crateús reafirmaria sua posição pastoral de privilegiar “*a conscientização do povo do campo*” e “*ajudar o cumprimento da lei: que se organizassem os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. O orador lionista exclamou: Sindicatos Rurais? Mas isto é subversão!*”.³³ Concluiu então dom Fragoso que seu projeto de sociedade não coincidiria com os da elite de Crateús, e que essas divergências certamente seriam motivo de tensões e conflitos no futuro.

Essa primeira parte do livro, dividida em 20 tópicos, apresenta também um histórico dos projetos e ações desenvolvidos no período, além do detalhamento da estratégia e das táticas propostas para que Crateús tivesse “*uma Igreja dos pobres comprometida com a libertação do povo*”.³⁴ Já na segunda parte, são descritas as linhas teóricas e teológicas que fundamentam o projeto de transformação da igreja de Crateús, considerada por dom Fragoso ainda predominantemente tradicional, conservadora, moderada, em uma Igreja Popular. Ele entende essa igreja como “*a Igreja dos oprimidos, dos pequenos, dos pobres, dos fracos, reunidos nos seus espaços de base que chamamos de Comunidades Eclesiais de Base. Assim, no interior da grande Igreja-Povo, está emergindo a Igreja Popular*”.³⁵ Na conclusão dessa segunda parte, dom Fragoso reafirma seu compromisso maior com a memória: “*os irmãos bispos, padres e leigos que me lêem, se tiverem paciência de ir até o fim, um pedido, um apelo fraterno. Ponham no papel a sua experiência, o seu testemunho*”.³⁶ Ele institui uma cruzada em favor do registro, da documentação, da memória, da história. Parece que receia que todo o enorme trabalho realizado nas diversas comunidades, as experiências, os impasses, as vitórias e derrotas, o que se aprendeu, tudo se perca irremediavelmente no tempo. E todo esse conhecimento acumulado, possivelmente também em outras dioceses, pode estar sendo perdido. Produzir essas memórias, transformando-as em documento escrito, é também uma maneira de fortalecer e articular de modo mais efetivo a Igreja Popular e seu clero.

A terceira parte contém uma série de depoimentos de padres, religiosas, estudantes jesuítas, que trabalharam ou passaram alguns dias nas comunidades das diversas paróquias. A pedido do bispo, todos procuram responder a seguinte pergunta: “*Igreja de Crateús, que dizes de ti mesma?*” As respostas — na forma de depoimentos, relatos de experiências, reflexões, críticas — revelam ao leitor os desafios e as dificuldades de desenvolver um trabalho coletivo, procurando construir outra relação entre religioso(s) e religiosa(s) e as pessoas das diversas classes, das diversas comunidades, sobretudo quando se

³² Fragoso, p. 21.

³³ Ibid., p. 21.

³⁴ Ibid., p. 52.

³⁵ Ibid., p. 58.

³⁶ Ibid., p. 97.

priorizam os mais pobres. Nenhum depoimento se manifesta contrário ao projeto previamente escolhido e desenvolvido. A partir daí, os textos expõem conquistas, dificuldades e mesmo críticas a algumas práticas.

O livro representa a produção da imagem/memória de uma experiência de Igreja Popular em que seu bispo aparece como autor e ator muito consciente de seu projeto. A reconstrução que realiza das lembranças do momento de sua chegada e dos choques com as elites locais e estaduais transforma-se numa declaração de princípios, que passam a informar as práticas pastoral, catequética e litúrgica posteriores. As reflexões teóricas da segunda parte revelam os princípios em que se fundamentam os caminhos escolhidos, sobretudo porque se alicerçam no trabalho das comunidades eclesiais de base. Com isso, o relato produz uma representação que alia de modo bastante consciente as linhas básicas do projeto de Igreja Popular e Libertadora a sua fundamentação teórica, ou seja, tudo o que é proposto e desenvolvido coletivamente, com a participação popular, está respaldado em rigorosas reflexões teológicas, sociais, políticas, culturais e econômicas. Por fim, o livro procura construir uma imagem de exercício da democracia, ao dar voz aos diversos atores que atuam como intercessores.³⁷ Dessa maneira, alguns colaboradores podem também construir sua representação da Igreja Popular da diocese de Crateús e, por vezes, apresentar críticas ao modelo instituído na diocese a partir de 1964.

Em 1990, esse arquiteto da memória iniciou um novo projeto de história, visando seus 30 anos à frente da diocese, e que seriam comemorados em 1994. Dom Frágoso, em 1995, completaria 75 anos e deveria se aposentar. Uma das preocupações centrais naquele momento era a orientação pastoral do futuro sucessor.³⁸ A iniciativa de produzir mais um livro de alguma forma revela que, à medida que se aproximava a aposentadoria, desejava registrar, construir uma história, “*guardar a memória do caminho percorrido, contada por aqueles mesmos que o percorreram*”.³⁹ Convidou, então, uma amiga, Yolanda B. Thomé, brasileira residente na Bélgica há mais de 40 anos, para executar o projeto. Esta viajou para Crateús, onde permaneceu dois meses, conversando com o povo, ouvindo sua história e transcrevendo o mais fielmente possível os relatos gravados. Foram então realizadas “*trinta e seis entrevistas, três das quais com grupos*”.⁴⁰

O livro está dividido em cinco partes: “Um pouco de história”, “Situação e caminhada do povo”, “A Igreja de rosto novo”, “Itinerários” e “Conclusões: forças e fragilidades”. A primeira traz um relato dos antecedentes históricos da cidade de Crateús, desde as lutas dos indígenas na região contra os colonizadores até a criação da vila em 1832, com o nome de Príncipe Imperial (com a República o nome foi mudado para Crateús). Em 1911 a vila passou a cidade e, em 1963, foi transformada em diocese.

³⁷ Deleuze (2000).

³⁸ Thomé (1994:134).

³⁹ Ibid., p. 15.

⁴⁰ Ibid., p. 16.

A segunda parte aborda, basicamente através dos relatos orais transcritos, os principais problemas vivenciados pelo povo: os conflitos de terra, o regime de trabalho, o sindicato, a Comissão Pastoral da Terra, a indústria da seca, algumas vitórias nas diversas lutas empreendidas. Nos diversos temas tratados a Igreja está sempre presente através dos vários grupos pastorais.

A terceira parte mostra como a Igreja de Crateús construiu seu caminho e quais os seus principais projetos. Os relatos são reconstruções de como os projetos foram vivenciados pelas pessoas entrevistadas. Estas revelam que a orientação seguida pela diocese constituiu para muitos uma frustração, pois esperavam que a Igreja assumisse um papel civilizador, cuidando de escolas, fundando seminários e outras obras do gênero. Mas o caminho escolhido, como relata uma entrevistada, foi *“incentivar o povo a ser agente de sua própria história. Essa verdadeira revolução afastou muita gente, escandalizada de ver a Igreja com um discurso político, falando de reforma agrária, dos sem-terra, do povo sofrido, das injustiças”*.⁴¹ Um dos projetos que passou a ter grande significado para a diocese foram as comunidades eclesiais de base. Por volta de 1990, estas estariam em torno de 700,⁴² um número que denota como a prática pastoral estava bastante articulada com o movimento de mobilização popular. Outro trabalho desenvolvido foi o dos projetos comunitários. A diocese fazia pequenos empréstimos⁴³ para projetos como hortas comunitárias, bodegas, grupos de crochezeiras, depósitos para armazenar a produção. Até 1991, 31 projetos haviam recebido apoio.⁴⁴

No entanto, havia os mais pobres ainda, que as CEBs, com suas reuniões, sua leitura da Bíblia, suas responsabilidades partilhadas, não conseguiam alcançar. Surgiu então a Irmandade do Servo Sofredor (Isso), a partir do trabalho do padre suíço Freddy Kunz, conhecido popularmente como Alfredinho, que chegou em 1968 a Crateús. Narra este que certo dia foi chamado para atender a Antonieta, uma prostituta que estava morrendo de tuberculose:

*Vi então aparecer no seu rosto, como um reflexo da presença de Cristo, uma expressão de paz e alegria. Ela morreu quinze dias depois. Arrancaram a porta de seu casebre para pôr o corpo em cima. Um mês depois, combinado com o bispo, aluguei “o casebre da finada”, e fui viver na zona (...) E lá descobri um verdadeiro santuário de Deus!*⁴⁵

⁴¹ Thomé, p. 125.

⁴² Ibid., p. 135.

⁴³ Segundo informação de dom Frago, o dinheiro para os empréstimos vinha de doações espontâneas de amigos do Brasil e do exterior, incentivados pelas notícias da seca brutal nos sertões de Crateús e dos Inhamuns. A utilização do dinheiro era submetida à discussão dos quadros diocesanos, que constituíram um fundo para empréstimos recuperáveis a serviço das comunidades.

⁴⁴ Thomé (1994:144).

⁴⁵ Ibid., p. 154.

Este trabalho junto aos mais pobres foi sendo ampliado e adquirindo dinâmica própria. Dessa forma, montou-se uma organização para ajudar na integração dos miseráveis, que passaram a ser reconhecidos como pessoas, como irmãos. “*Viviam na rua, sem apoio, abandonados. Encontraram um lugar na Irmandade.*”⁴⁶ Mas nem todos fazem uma avaliação positiva da Irmandade do Servo Sofredor, pois alegam que esta não integra a dimensão política e que sua resistência é apenas religiosa, já que suas armas são a oração, o jejum e a não-violência. Apesar de contar com o apoio do bispo, a publicação das discordâncias de alguma maneira revela dissensões que muitas vezes as memórias oficiais tendem a silenciar.

A quarta parte é constituída de relatos de homens e mulheres, religiosos ou não, que descrevem em algumas páginas um pouco da sua história de vida e como se engajaram no trabalho pastoral em Crateús. Os relatos recriam acontecimentos e experiências que surpreendem pela força e intensidade com que foram vivenciados e, ao mesmo tempo, projetam inúmeras interrogações acerca do que foi silenciado, em face daquilo que seus narradores privilegiaram revelar. Ao fim dessa parte são transcritos trechos de poemas de cantadores populares em que são reproduzidos, como numa crônica do cotidiano, diversos desafios da vida e do trabalho. Para o poeta popular, o esquecimento é um grande perigo. Parece que os momentos mais difíceis e tudo o que se fez para enfrentá-los são apagados da memória quando volta a bonança. Por isso solicita a intervenção divina para que a memória não seja ameaçada pelo esquecimento:

*Senhor bondoso e justo, grava em nossa memória
Tão dada ao esquecimento, no hoje como outrora,
A página escrita em sangue, na dor deste momento...
Nos seja testemunha, mesmo havendo bom tempo,
De que só a união dos pobres na justiça
Fará vir nova era, sem seca e sem cobiça.*⁴⁷

Nas conclusões do livro, a autora se propõe a comentar tanto o que considera os aspectos fortes quanto as fragilidades. Para ela, a força está associada à radicalidade de um projeto de Igreja popular e libertadora, que busca, através do constante exercício democrático, estabelecer uma coerência entre as palavras e os atos. Ao mesmo tempo, destaca a diversidade na unidade como condição desse exercício democrático. Já as fragilidades decorreriam de vários fatores. Primeiro, questiona se a maioria do povo está identificada com o projeto de pastoral de libertação; como essa Igreja, tão voltada para o meio rural, responderá às questões do meio urbano? Depois, faz referência ao conflito entre a linha da diocese e a de Roma; à questão da sucessão do bispo em 1995; e também à escassez de pessoas, leigas e religiosas, para realizar o enorme trabalho de cada dia.

⁴⁶ Thomé, p. 155.

⁴⁷ Ibid., p. 197.

O livro *Crateús, um povo, uma Igreja* procura reafirmar as linhas fundamentais do trabalho desenvolvido na diocese, destacar a ampla participação popular e projetar as inquietações daquele momento (1990) quanto à futura aposentadoria do bispo. Em outros termos, tenta organizar e sistematizar uma história, reafirmar caminhos, destacar o enraizamento popular, produzir uma memória, uma identidade. Esta, quiçá, poderia constituir-se num sinal, numa marca, numa referência para enfrentar o futuro, o desconhecido, a possibilidade de ruptura.

Fazendo a nossa história

Em 1989, ao completar 25 anos na diocese de Crateús, o bispo — que já havia garantido a memória das práticas cotidianas por intermédio dos livros das visitas pastorais, documentado e preservado os planos diocesanos de pastoral (1965-74) e também, a partir de 1974, iniciado a publicação do boletim *Pastoral* — passou a editar a coleção *Fazendo a Nossa História*. Esta simboliza mais um movimento em prol da memória, como é declarado na apresentação do primeiro caderno, que se transforma no “selo” dos 17 cadernos publicados:

Durante 25 anos, a Igreja de Crateús caminha por estes Sertões de Crateús e dos Inhamuns. Todos nós, companheiros de caminhos, trazemos conosco, na memória e no coração, as manhãs alegres e criativas e as noites de escuridão. Caminhamos juntos, num grande mutirão de Fraternidade e de Experiência de Deus, FAZEMOS NOSSA HISTÓRIA. Muitos dizem que somos “um povo sem memória”. Para guardar viva, hoje e amanhã, a nossa memória, decidimos escrever estes CADERNOS.⁴⁸

Nessa cruzada pela memória, a volta ao passado, sua releitura, não era mais uma estratégia para se fortalecer na luta contra os adversários do presente, como fora nos anos de perseguições, prisões, torturas, expulsões de padres da primeira metade da década de 1970. Naquele período, a diocese não se deixara paralisar pelo impacto da violência das medidas repressivas. Muitos intelectuais, religiosos ou não, haviam sido convidados para visitas de trabalho, a fim de ministrar cursos, acompanhar reuniões e encontros, assessorar criticamente a caminhada da diocese. Era a difícil história do presente, sendo objeto de reflexão e debates constantes com uma rede ampla de interlocutores.

No final de 1971, José Comblin esteve em visita de três dias a Crateús para participar de um encontro da diocese. Suas reflexões, naquele momento, revelam o clima de tensão interna vivido por religiosos(as) e leigos(as) em face das pressões do regime, que prendera dois padres da diocese — Geraldo de Oliveira Lima e José Pedândola,

⁴⁸ Santos (1989).

sendo este último expulso do Brasil —, além de perseguir e prender líderes sindicais que trabalhavam com a Igreja. Escreveu Comblin, em 1971, sobre as dificuldades e os riscos vividos pela Igreja de Crateús: “*Diante dos novos acontecimentos, uma reformulação de certos aspectos da pastoral diocesana parece inevitável, embora seja difícil fixar o momento mais oportuno*”.⁴⁹ Em outros termos, Comblin apontava a necessidade de se tirar lições das experiências vivenciadas e procurar redirecionar o trabalho pastoral. Era preciso aprender com o que de novo acontecia e, a partir desse novo, estabelecer outros caminhos, outras estratégias. Para ele, a repressão de que era alvo a diocese advinha das “*posições proféticas assumidas coletivamente ou assumidas por diversos movimentos, ou assumidas em nome da diocese pelo bispo diocesano*”.⁵⁰ Ou seja, a diocese devia entender que o caminho escolhido a colocava no centro das atenções do regime e que suas práticas eram consideradas uma ameaça à ordem e à segurança nacionais. Essa forma de encaminhar a reflexão indicava a necessidade de trazer para a própria Igreja de Crateús a consciência de que as escolhas pastorais realizadas coletivamente é que haviam provocado o confronto com o regime. Por outro lado, a diocese também se encontrava isolada das demais dioceses brasileiras:

*Em relação às demais dioceses do Brasil, a Diocese de Crateús aparece relativamente isolada numa posição de “ponta profética”. Essa posição e esse isolamento tornam inevitável uma situação de repressão que já começou a se manifestar. Não se pode prever que a repressão possa diminuir. Atualmente não há fatores novos que permitiriam diminuir a pressão sobre a Igreja desde o momento em que esta tome posições de defesa, de representação ou de conscientização das classes populares.*⁵¹

A análise de Comblin quanto à repressão não dava margem a qualquer expectativa de que esta viesse a diminuir. Pelo contrário, admitia que, ao se optar por um trabalho de defesa, organização e conscientização das classes populares, a repressão do regime funcionaria como algo determinista, inevitável. E a sugestão ou proposta que apresentava resumia-se numa palavra: “agüentar”. “*Fundamentalmente, não há acordo possível. Só o tempo dirá quem terá mais força de resistência e mais capacidade de agüentar*.”⁵² Acreditava então que o desafio era resistir, sem alimentar muitas esperanças de que isso levasse necessariamente à vitória. Essas reflexões são fragmentos de um texto de 10 páginas, redigido por Comblin em forma de carta, a pedido de dom Frágoso, como síntese e análise do encontro de que acabara de participar.

⁴⁹ Comblin e Boff (1989:5).

⁵⁰ Ibid., p. 5.

⁵¹ Ibid., p. 6.

⁵² Ibid., p. 6.

Atendendo à solicitação do bispo, mas prevendo que toda a correspondência para a diocese de Crateús era interceptada pela polícia, enviou a carta ao bispo auxiliar de Fortaleza, para que este a fizesse chegar às mãos de dom Frágoso. Acreditava Comblin que, por ser o bispo auxiliar um religioso alheio aos conflitos, sua correspondência não seria controlada. Mas falhou em sua avaliação e a polícia reteve a carta, fazendo uma cópia. Em março de 1972, ao retornar da Universidade de Louvain, para onde ia todos os anos ministrar cursos durante alguns meses, foi impedido de desembarcar em Recife. Enviado ao Rio de Janeiro no mesmo avião em que viera da Europa, foi interrogado por um militar que, para sua surpresa, lhe apresentou uma cópia da carta enviada a dom Frágoso. No interrogatório a que foi submetido no aeroporto do Galeão, antes de ser embarcado de volta à Europa, passou a ser acusado de ter ligação com o bispo de Crateús, de fazer uso de terminologia marxista e, portanto, de ser comunista. Esses foram os argumentos básicos para a expulsão.⁵³

O segundo texto do caderno 3 é de autoria do teólogo Clodovis Boff, que descreve uma permanência de duas semanas em Crateús, em 1981, na sua segunda viagem à diocese. O texto, de 27 páginas, foi publicado com o título “Uma Igreja Popular: impressões de uma visita pela Igreja de Crateús — CE”. As fontes a que recorreu Boff para escrever esse trabalho sobre a diocese são documentos produzidos pela própria Igreja, nos quais muitos problemas são abordados, assim como sua participação em encontros com a coordenação pastoral da diocese e a pastoral da Paróquia de Ipueiras. Para esse teólogo da teologia da libertação, “*a problemática de uma Igreja como a de Crateús exige reflexão e reflexão rigorosa*”.⁵⁴ Os desafios encontrados fazem-no apontar a necessidade de se aprender a teologizar com a comunidade e não deixar o teólogo fazer isso por ela. Sobretudo, porque “*a função teológica estaria hoje sendo vista e sentida como uma função indispensável à organicidade de uma Igreja*”.⁵⁵ A leitura do caderno 3 revela, além de uma preocupação com a memória, a perspectiva de ampliar a reflexão teológica da prática pastoral desenvolvida. O convite ao teólogo Clodovis Boff, como também a Comblin e a muitos outros, revela uma prática preocupada em trazer novos olhares para o debate religioso; em possibilitar aos agentes diálogos e confrontos de idéias com pessoas de outras regiões e, por extensão, em transformar a experiência histórica de Crateús em mais uma referência nos debates acerca da Igreja Popular, tanto em termos nacionais quanto internacionais.

Outro teólogo que produziu um texto para a coleção foi frei Carlos Mesters. No final de 1970, Mesters foi convidado pela diocese para participar do Encontro de Pastoral da Diocese de Crateús, e os debates e reflexões oriundos dessa experiência foram

⁵³ Em Comblin e Boff (1989) consta, além desta, outra carta de Comblin — de uma página —, enviada de Roma aos amigos, com data de setembro de 1972, onde descreve sucintamente como ocorreu o episódio de sua expulsão do Brasil.

⁵⁴ Ibid., p. 40.

⁵⁵ Ibid., p. 41.

transformados num texto de 90 páginas, publicado como caderno 2 da coleção. Percebe-se que o texto foi redigido em formato de relatório, de crônica, mas também contém análises e críticas a algumas posições assumidas por determinados participantes e grupos. O encontro teve como linha básica a discussão da pergunta: “O que queremos para o ano de 1971?”⁵⁶ Debater esse tema, segundo Mesters, foi um meio de a diocese definir melhor seu objetivo. As discussões iniciais lhe possibilitaram fazer o seguinte diagnóstico dos participantes: “*um grupo muito heterogêneo, dividido entre si quanto ao objetivo e quanto aos meios a serem usados para se alcançar o objetivo*”.⁵⁷ Registravam-se, assim, um primeiro elemento — a pluralidade — e os desafios para se construir um projeto coletivo de Igreja Popular, adotando-se uma prática democrática.

Reler esse texto de 1970 significa de alguma forma revisitar os principais temas que naquele momento estavam no centro das preocupações de religiosos(as) e leigos(as) que atuavam na pastoral das diversas paróquias da diocese de Crateús. Para Mesters, a pergunta inicial conduziu todo o debate subsequente, através de novas questões como: “Roça comunitária é trabalho de igreja?”, “Polítizar é pregar o Cristo?”, “Conscientizar é anunciar o evangelho?”, “Posso matar quando quero libertar?”, “Devo falar de Jesus Cristo nas frentes de trabalho?”, “MEB e trabalho sindical são organizações da Igreja?”⁵⁸ As respostas a essas questões, comentadas pelo autor, revelam a riqueza das discussões. Ao mesmo tempo, Mesters não se furta a criticar determinadas posturas e argumentos de alguns participantes. Por exemplo, considera estéril o modo de encaminhar a questão da violência e da luta armada. Para ele, os que defendiam a luta armada estavam prisioneiros da visão de que o importante era ser livre “de” — ou seja, daquilo que os oprimia —, enquanto sua posição defendia o debate da questão de ser livre “para”... Sobretudo porque considerava fundamental pensar o oprimido também como aquele que mantém o opressor, uma reflexão que se pode relacionar com a desenvolvida por Etienne de la Boétie em *Discurso da servidão voluntária*. Destaca ainda o autor, como outro fator de tensão nas discussões, a postura dos camponeses, cujo interesse maior eram os trabalhos concretos na base, desejosos de uma avaliação e revisão. Para outros, o importante era a discussão de idéias e linhas de ação.⁵⁹

Dessa forma, a diocese lançou — através de seus cadernos 2 e 3 —, para leitura e reflexão, textos produzidos há quase 20 anos, que ajudaram a pensar e a planejar os impasses vividos naquele momento. Qual o significado dessa volta ao passado? O que ela pode ensinar sobre o presente e o futuro? Essa volta à história, através de toda uma memória construída em que os cadernos passaram a desempenhar papel fundamental, talvez tivesse como alvo o futuro, o que aconteceria a toda essa história, a toda essa caminhada quando, em 1995, com a aposentadoria de dom Frágoso, o sucessor assumisse a

⁵⁶ Mesters (1989:8).

⁵⁷ *Ibid.*, p. 8.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 11.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 11.

direção da diocese. Muitos daqueles que não estiveram presentes desde o início da caminhada provavelmente não conheciam diversas reflexões, debates, conflitos, resultantes das inúmeras batalhas travadas ao longo desses 25 anos da Igreja de Crateús como Igreja Popular. Mas, nessa diocese, a história vivida foi constantemente acompanhada de um trabalho de memória que adquiriu variadas formas (relatórios, crônicas, relatos de experiências e livros de história) a fim de procurar, no passado reconstruído, instituir um modo de ser no presente. Passados 25 anos, porém, o desafio não consistia apenas em resistir no presente, como já observara Comblin em 1971, mas em buscar na história os elementos para enfrentar o futuro, acreditando que a vitória não dependeria de adivinhos e, sim, da rememoração:

Certamente, os adivinhos que interrogavam o tempo para saber o que ele ocultava em seu seio não o experimentavam nem como vazio nem como homogêneo. Quem tem em mente esse fato poderá talvez ter uma idéia de como o tempo passado é vivido na rememoração: nem como vazio nem como homogêneo. Sabe-se que era proibido aos judeus investigar o futuro. Ao contrário, o Tora e a prece se ensinam na rememoração. Para os discípulos, a rememoração desencantava o futuro, ao qual sucumbiam os que interrogavam os adivinhos.⁶⁰

Em Crateús, a história enquanto rememoração, a partir do conjunto infindável e complexo de experiências e questões colocadas pelo presente, seria o território onde dever-se-iam buscar os sinais para os desafios projetados pelo futuro.

No caderno 1, que tem como título *25 anos de caminhada* e de certa forma abre a coleção, o autor do texto, padre Eliésio dos Santos, arrola, cronologicamente, os momentos considerados fundamentais na história da diocese, apresentando um quadro sucinto dos impasses, projetos, realizações e questionamentos presentes na caminhada da diocese desde 1964.

No caderno 4, intitulado *Partilhando a experiência*, mulheres e homens narram sua história de participação nas atividades desenvolvidas na diocese. Ao trazer o relato de trabalhadores e trabalhadoras engajados nas diversas pastorais, atividades e projetos das paróquias da diocese, os cadernos abrem espaço para que a memória popular se faça presente na produção dessa história.

Os cadernos foram publicados até 1998 e trataram da história da caminhada, em algumas paróquias, da Pastoral da Juventude, do Cáritas, da Irmandade do Servo Sofredor, do MEB-Crateús, de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião, entre outros temas. Em 2001 foi publicado o caderno *A fundação dos sindicatos da região de Crateús*, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra.

Cabe destacar ainda, para efeito de análise, o caderno 6, que apresenta uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião, como parte do projeto de come-

⁶⁰ Benjamin (1985:232).

moração dos 25 anos da diocese. O objetivo da pesquisa, exposto na introdução, era avaliar o projeto de Igreja Popular e Libertadora, estruturada a partir das CEBs, que a diocese de Crateús se propôs realizar. Fundamentalmente, o intuito da pesquisa era responder às seguintes questões: “*que tipo de igreja está resultando de todo esse esforço? Em que medida está sendo realizado o projeto de se tornar Igreja Popular e Libertadora? A avaliação pastoral tinha como propósito consolidar os pontos ganhos, corrigir falhas e refletir sobre as dificuldades encontradas?*”⁶¹

Para realizar a pesquisa, o Iser trabalhou em três linhas: mapeamento da diocese, através de um questionário enviado a todas as comunidades, paróquias e setores; análise da documentação escrita da diocese; análise de relatórios solicitados às comunidades de base. O caderno produzido pelo Iser contém um texto detalhado, com informações estatísticas acompanhadas de análise dos dados, e os resultados da análise da documentação escrita e dos relatórios enviados pelas comunidades. Mas, como a preocupação era converter o resultado da pesquisa publicado no caderno 6 em um texto que possibilitasse um diálogo mais estreito com as comunidades, foi constituída uma equipe para rere ler todo o material produzido pelo Iser e resumi-lo, a fim de, em seguida, realizar um amplo debate em toda a diocese com a intenção de reavaliar a caminhada.⁶²

A realização dessa pesquisa pela diocese constitui mais um esforço de avaliação, visando a revisão de práticas e encaminhamentos passados, na tentativa de, no futuro, poder atuar melhor na construção de uma Igreja Popular e Libertadora. Além dessa preparação para o futuro, há um constante embate com o passado que também é presente, representado por valores e práticas de um catolicismo tradicional, muito arraigado em parcelas significativas da população.

Essa disputa entre a orientação pastoral que se instalou com a posse do bispo em 1964 e o catolicismo que sempre fora praticado na região foi narrada no texto de Ageu Siqueira Tenório — militante sindical e trabalhador rural da comunidade de Monte Sião, paróquia de Parambu —, publicado no caderno 4:

Eu era um de uma descendência muito tradicional, meu pai um religioso tradicional que também não aceitava muito o novo modelo da igreja, e quando meu irmão Geraldo e eu recebemos o convite para participar de um encontro da paróquia, das comunidades, as recomendações é que nós teríamos que ter muito cuidado, que aquele sistema era muito perigoso, que a gente fosse muito mais como um espião do que como participante, e realmente a gente que é jovem que não tem muita segurança depende muito do pai, a gente passou por essa fase e daí foi quando fomos abrindo mais o olho, foi vendo a necessidade que tinha uma nova igreja, de uma nova participação do povo, junto as comunidades eclesiais

⁶¹ Iser (1989).

⁶² Diocese de Crateús (1989:4).

*de base, junto as decisões da paróquia, da diocese, aí a gente viu que não era aquele bicho papão que se fazia (...).*⁶³

Nesse relato, Ageu, ao relembrar o medo e o perigo representado pela nova orientação pastoral da igreja de Crateús, traz à tona a ponta do *iceberg* de uma batalha silenciosa e quase sempre invisível levada a efeito principalmente entre os segmentos populares e a pastoral diocesana. Ao contrário da classe média, que com muito mais facilidade expunha suas críticas à orientação oficial estabelecida pelo bispo, as camadas populares nem sempre deixavam claras sua discordância.

Esses confrontos não se davam apenas com os fiéis, mas com amplos setores da própria Igreja que se sentiam ameaçados com a estratégia implementada pela diocese de desclerizar a prática religiosa, ou seja: *“para que o padre deixasse de ser o clérigo que domina, para ser o irmão e amigo que caminha com o seu povo a serviço dele”*.⁶⁴ Como relata dom Fragoso, a dificuldade de conseguir religiosos e religiosas para ajudar no trabalho pastoral tornou-se muito grande em razão da notícia, que se espalhou, que *“o bispo estava mudando, estava fazendo diferente, que aquilo não era a Igreja dos antepassados, a Igreja dos missionários, a Igreja dos santos, não era essa. Isso não podia ser de acordo... a Igreja não podia... a Igreja não podia estar de acordo com isso”*.⁶⁵

A oposição e a crítica a esse projeto dentro da própria Igreja no Brasil deixaram à mostra o perigo que se avizinhava com a mudança na direção da diocese. A Igreja de Crateús, que lutara durante 30 anos para se afirmar e manter vivo seu projeto, teria que enfrentar o tempo humano, com o indissociável movimento de passado, presente e futuro que os rituais de passagem estabelecem, em que a história é ameaçada pela memória, com a possibilidade de se transformar apenas em lembrança.

Referências bibliográficas

- ALVES, Márcio Moeira. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas, 1).
- BRUNEAU, Thomas. *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*. London, New York: Cambridge University Press, 1974.
- COMBLIN, José; BOFF, Clodovis. *Testemunho de amigos II*. Crateús: Diocese de Crateús, 1989. (Coleção Fazendo a Nossa História, 3).

⁶³ Tenório (1989:9-10).

⁶⁴ Entrevista com dom Antonio Fragoso para o projeto “História da resistência católica no Nordeste”, set. 2002.

⁶⁵ Idem.

- COSTA, José Fragoso da. *À margem do meu Riacho Verde*: tempos de fé e paixão em terras da Paraíba. Rio de Janeiro: TVJ, 2000.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2000.
- DIOCESE DE CRATEÚS. *25 anos de caminhada*. Crateús: Diocese de Crateús, 1989. (Coleção Fazendo a Nossa História, 7).
- FRAGOSO, Antonio. *Évangile et révolution sociale*. Paris: Cerf, 1971.
- . *Libertar o povo — diálogo com Antonio Fragoso (bispo)*. Lisboa: Base, 1973a.
- . *El evangelio de la esperanza*. Madrid: Sigueme, 1973b.
- . *O rosto de uma Igreja*. São Paulo: Loyola, 1982.
- ISER (Instituto de Estudos da Religião). *Avaliação pastoral da diocese de Crateús*. Crateús: Diocese de Crateús, 1989. (Coleção Fazendo a Nossa História, 6).
- KADT, Emanuel J. de. *Catholic radicals in Brazil*. London, New York: Oxford University Press, 1970.
- LOWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil — 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MESTERS, Carlos. *Testemunho de amigos I*. Crateús: Diocese de Crateús, 1989. (Coleção Fazendo a Nossa História, 2).
- SALEM, Helena (Org.). *A igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.
- SANTOS, Benedito Beni dos; ROXO, Roberto M. (Coords.). *A religião do povo*. São Paulo: Paulinas, 1978.
- SANTOS, Eliésio dos, padre. Apresentação. In: DIOCESE DE CRATEÚS. *25 anos de caminhada*. Crateús: Diocese de Crateús, 1989. (Coleção Fazendo a Nossa História, 1).
- TENÓRIO, Ageu Siqueira. *Partilhando a experiência*. Crateús: Diocese de Crateús, 1989. (Coleção Fazendo a Nossa História, 4).
- THOMÉ, Yolanda B. *Crateús: um povo, uma igreja*. São Paulo: Loyola, 1994.

Cartas do Chile: os encantos revolucionários e a luta armada no tempo de Jane Vanini

REGINA BEATRIZ GUIMARÃES NETO*
MARIA DO SOCORRO DE SOUZA ARAÚJO**

Jane Vanini, uma jovem nascida em Cáceres, Mato Grosso, aos 23 anos, já morando em São Paulo, ingressou na luta armada. Em 1968, ela e seu companheiro Sérgio Capozzi entraram para a Aliança Libertadora Nacional (ALN).¹ Após um cerco da Operação Bandeirantes (Oban),² em 1970, à Editora Abril, onde Sérgio trabalhava, se viram obrigados a deixar o Brasil. Embarcaram num navio em Santos, com destino a Montevideu, e depois seguiram para Buenos Aires, Roma, Praga e finalmente Cuba. Passaram a se chamar Mário e Adélia.

Durante sua permanência em Cuba, Jane trabalhou como locutora da Rádio Havana, e, segundo informação de Sérgio Capozzi, juntos participaram da criação do

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso e doutora em história pela USP.

** Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso e mestra em história pela Universidade Federal de Mato Grosso.

¹ A ALN, organização da esquerda armada de grande projeção política nas ações de guerrilha urbana, enfrentou o regime militar no Brasil entre os anos de 1968 e 1973. Tendo como dirigente mais expressivo Carlos Marighella, surgiu como cisão do Partido Comunista Brasileiro.

² A Oban, órgão de repressão política, foi criada em meados de 1969 e era integrada por militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, pela Polícia Federal, por polícias estaduais e outros instrumentos de repressão.

Movimento de Libertação Popular (Molipo).³ Voltaram ao Brasil em 1971 e montaram uma base de operações em Araguaína, Goiás, com o fim de reiniciarem os preparativos para a luta armada. Após a perda, em emboscadas, de dois companheiros, Jane (Adélia) viajou para o Chile com o objetivo de obter apoio para a sua organização. Sérgio (Mário) foi ao encontro de Jane e defendeu a permanência dos dois naquele país por entender que a luta armada no Brasil tornara-se impossível. Em 1972, a esquerda chilena, desde o início do governo da Unidade Popular, de Salvador Allende, recebia os exilados políticos do Brasil, assim como jovens revolucionários de toda parte das Américas.

Entre discordâncias políticas e pessoais, Sérgio e Jane se separaram. Jane Vanini transformou-se em Ana e conheceu o jornalista Pepe Carrasco, que se tornou seu companheiro de lutas e de afeto, com quem viveria seu último ano no Chile. Jane ingressou no Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR)⁴ e, de forma incansável, engajou-se em diversas atividades políticas. Como voluntária trabalhou nos movimentos de resistência contra os sucessivos golpes da direita nos últimos meses que antecederam a queda de Allende. Após o golpe, na clandestinidade, fez parte da resistência armada ao regime militar e mudou-se de Santiago para a província chilena de Concepción.

Parte significativa de suas memórias encontra-se registrada nas cartas que enviou do Chile para a família. Mesmo na clandestinidade, ela manteve viva essa relação. As *cartas do Chile*, escritas entre sobressaltos e situações de grande risco, foram enviadas quase sem interrupção (a não ser no período imediatamente após o golpe). A última carta que a família recebeu, porém, não mais de Jane e, sim, de seu companheiro no Chile, Pepe Carrasco, encerrou uma série de relatos de uma jovem que ousou sonhar com a revolução, a história a contrapelo para uma ampla geração de homens e mulheres comprometidos com a vida e a liberdade.

Santiago, 5 Marzo 1975

Querida Madrinha:

Jamás pensé que la primera carta que te escribiría sería en circunstancias tan amargas: Ana há muerta. Gabriela, como yo la coneci, cayo en un enfrentamiento com soldados de la dictadura en la noche del 6 de Diciembre en Concepción, donde viviamos cuatro meses antes.

Madrinha me imagino el imenso dolor que esta carta debe causarte. Es el mismo dolor que yo senti desde que el 31 de diciembre me comunicaron la noticia em una prisión de Concepción. Solo podemos enfrentar esta situación sabiendo que Ana munió como siempre ella la habiera querido luchando com su extraordinaria

³ O Molipo, grupo da esquerda armada, surgiu como dissidência interna da ALN, em Cuba.

⁴ O MIR, uma herança guevarista, era dirigido pelo sobrinho de Allende, Miguel Enríquez.

*rio valor contra los enemigos de los pobres y los desposeídos, luchando por la causa de los explotados.*⁵

A carta do companheiro Pepe a Dulce, irmã de Jane, nos faz imaginar que, em seu vôo de liberdade por um caminho sem retorno, ela foi soberana.

Nesse texto faz-se uma leitura das cartas da militante de esquerda Jane Vanini (1945-74), entre as diversas possíveis para as quais se é desafiado a cada releitura. As cartas foram endereçadas a seus familiares, especialmente à irmã mais velha, Dulce Vanini, a quem Jane chama carinhosamente de madrinha. São cartas escritas durante sua permanência no Chile, entre 1972 e 1974, quando vivenciou o fim do governo de Allende, o golpe militar e o primeiro ano da ditadura de Pinochet. Antes do golpe militar, ela trabalhou como voluntária, integrando-se às organizações de esquerda chilenas, como era comum aos militantes. Depois, na clandestinidade, atuou no movimento de resistência ao golpe militar, até ser assassinada aos 29 anos, na cidade de Concepción, pelos *soldados da ditadura* de Pinochet. Talvez o impacto maior das cartas de Jane Vanini esteja no fato de que sob a letra viva de suas cartas encontra-se a sombra trágica de sua morte.

Até 1992, as cartas de Jane Vanini, intocáveis, estavam nas mãos de uma guardiã de sua memória, a irmã mais velha.⁶ Tudo veio à tona quando a revista *IstoÉ*, no referido ano, publicou uma matéria sobre a luta pelo direito ao reconhecimento oficial de perdas humanas e pela indenização dos familiares de mortos e desaparecidos no Chile. A matéria cita o nome de Jane Vanini:

*O advogado Jair Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, está coletando informações sobre outros cinco brasileiros que, embora não sejam citados no relatório, também morreram nas mãos da polícia de Pinochet: Luiz Carlos Almeida, Nelson de Souza Khol, Jane Vanini, Newton Rosa da Silva e Antenor Machado dos Santos. O vereador paulistano Francisco Whitaker (PT), que na época do golpe chileno trabalhava para a ONU em Santiago, lembra-se de vários brasileiros presos no Estádio Nacional, transformado em prisão. Com as exceções de Jane Vanini e Newton Rosa da Silva, que militavam no MIR (...).*⁷

⁵ Trecho da carta de José Tapia Carrasco — Pepe Carrasco — à irmã de Jane. Adélia, Ana, Gabriela e Carmem foram os nomes adotados por Jane Vanini em sua trajetória como militante engajada na luta armada.

⁶ As cartas, num total de 37, foram depois doadas por Dulce Vanini ao Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral (Nudheo) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), por intermédio da professora Maria do Socorro de Sousa Araújo.

⁷ *IstoÉ*, n. 1.180, 13 maio 1992, p. 22.

Dessa forma, o nome de Jane Vanini reapareceu publicamente em uma revista de circulação nacional. Dulce e seu irmão Romano resolveram procurar os representantes dos direitos humanos em Cáceres e foram recebidos pela professora Leila Jacob Bisinoto, que dirige a entidade e lhes deu todo o apoio. Depois de quase 20 anos rompia-se o silêncio. A história de Jane, tempo denso de luta, parecia clamar aos vivos que lhe dessem voz, lembrando-nos de Walter Benjamin: “*Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (...) Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa*”.⁸

As cartas guardadas por Dulce representam simbolicamente esse encontro carregado de sinais da luta incessante pela liberdade política, trazendo registros reveladores da curta e trágica vida de Jane. A palavra escrita tem o poder de reatar encontros com o passado, sentir-se presente na vida e fazer projeções para o futuro. Deixa de ter apenas valor afetivo, circunscrito ao mundo privado, para criar asas no espaço público e emitir os signos da luta que pode ensinar ao presente. Aprende-se com ela, antes de tudo, o compromisso integral com a cidadania. Vejamos uma carta enviada a Dulce, mas dirigida aos sobrinhos:

Merda, que tenho uma saudade imensa de vocês! Como gostaria de conversar um tempão com vocês, porém não posso voltar ao Brasil porque um dia pensei que já se podia lutar pelo triunfo da justiça, porém assassinaram um a um nossos companheiros e como diz o ditado uma andorinha só não faz o verão.

Talvez, dizendo isso tudo esteja falando grego ou coisa que o valha para vocês. Não importa: eu me explico. Ou pelo menos vou tentar me explicar, contando algumas coisas das que eu me lembro. Entendi [quando pequena] que o sofrimento atinge a todos e não apenas a nossa família, os que estão ligados a nós por vínculos sanguíneos. (...) fui passar férias com vocês em Cachoeirinha, lembram-se? Adorei as férias, mas, principalmente, que foi que eu vi? Crianças que faltavam as aulas e depois explicavam que estavam trabalhando para comprar uma calça para poder ir à escola. E havia gente que não tinha quase nada para comer. Lembram-se daquela família que tinha bastante filhos e eu peguei uma menina para fazer-lhe uma roupa? Depois tinha mais uma irmã e como eu estava com dor d'olhos dei um vestido meu para a mãe dela arrumar para ela e voltei para Cáceres. Depois me contaram que ao invés de arrumar o vestido para a menina, a mãe foi a uma festa com a roupa. Mais tarde, à medida que fui estudando, lendo, vivendo, eu soube que a fome, a alimentação incorreta faz com que as crianças não se desenvolvam bem, que fiquem bobos, que os adultos criem papos, que os dentes apodreçam muito cedo, que a gente viva menos. E soube que a ignorância, a falta de conhecimentos faz com que as pessoas façam como essa mulher, use um vestido na festa ao invés de arrumar para a filha que está meio nua, sem roupa.

⁸ Benjamin (1985:223).

E cada vez conheci mais coisas. Que uma fábrica não produz nada se não tem os operários; que as casas não são construídas se não se arriscam os operários, que os alimentos não alcançam a todos se os peões não trabalham de sol a sol. Os peões e seus filhos não têm nem escolas nem alimentação convenientes nem hospitais apesar de serem os que mais trabalham, os únicos que produzem. Soube que o famoso exemplo de que quem é “bom, trabalhador e correto” triunfa na vida é cada vez mais escasso na medida em que se vê as classes mais pobres, que não têm uma merda para começar. Soube que nós trabalhamos como cavalos para enriquecer os patrões. Que, enquanto eles esbanjam dinheiro, os trabalhadores não têm aonde caírem mortos.

E soube muito mais: que as riquezas não só do Brasil, mas de toda América Latina eram exploradas por estrangeiros, principalmente norte-americanos (ou ianques). Que o lucro que obtinham não servia nem para montar novas indústrias que dariam mais empregos a gente do lugar, mas eram enviados para os EUA para que esse país ficasse mais rico, seu povo mais desenvolvido e mais forte para explorar melhor os mais fracos. Eu pressentia que tudo podia ser diferente, que podia existir mais justiça, mais igualdade, mas não sabia como.

Um dia me chamaram de comunista porque no jornal “A voz do Aluno” eu reclamava pelo aumento no preço do leite e da carne, que muita gente não podia pagar e esses alimentos são básicos para uma boa alimentação (...)

Mais tarde eu fiquei sabendo o que era o COMUNISMO e que para se chegar ao comunismo é necessário uma longa etapa que se chama socialismo (...)

Porém a história não morre e um dia novamente o povo compreenderá que novamente chegou a hora de lutar e novamente lutaremos até que um dia venceremos.

É por tudo isso que agora estou longe de vocês. Que estou condenada a 5 anos de prisão, além das torturas que não aparecem nos jornais nem na condenação. Porém algum dia triunfaremos e voltaremos a encontrar-nos. Se por acaso eu não existir até lá, estarão vocês e espero que sejam os homens novos que eu também sonhei e que gostaria de ser. Boa sorte, queridos sobrinhos, temos todos muito que fazer. Mesmo longe fisicamente de vocês, jamais me senti tão com e por vocês como estes tempos.⁹

Nessa carta, Jane rememora alguns acontecimentos significativos de sua infância e adolescência que revelam sua postura política diante de questões sociais e sua crença na igualdade de direitos. Esse ato de recordar, na carta da tia distante, tem também um caráter pedagógico, no sentido de instruir os jovens a exercitarem a vida pública, educando

⁹ Carta de Jane Vanini, sem data e sem assinatura, enviada a Dulce. Pelos indícios que se tem, essa carta parece ser do início de 1972. As cartas eram enviadas a Dulce para que ela as fizesse chegar a cada pessoa da família.

o olhar para uma sensibilidade social e um comprometimento maiores com a causa dos trabalhadores, e se opondo à exploração social. Para Jane, recusar práticas que naturalizam o comportamento das pessoas, entendendo que o mercado faz parte da esfera pública, constituía um verdadeiro mandamento para se agir como cidadão. A utopia de uma sociedade igualitária move os seus passos e produz um discurso pedagógico, demonstrando a necessidade de divulgar mensagens revolucionárias, visando a conscientização política. A esquerda tinha esse papel a cumprir; era a vanguarda do movimento que lideraria a sociedade para a transformação política mais radical, o que implicava um rompimento absoluto com os EUA e a sua política imperialista. Ser revolucionário significava atuar de maneira decidida, aprendendo a canalizar todas as suas forças para a construção de uma sociedade mais justa. E o socialismo se apresentava como o caminho a ser seguido a fim de se atingir esse objetivo. Aos sobrinhos e sobrinhas Jane repassa essa mensagem, sua visão de mundo, e justifica-se para a família. Ela gostaria que a versão sobre sua vida de guerrilheira que luta pela liberdade de seu país — e de todos os povos — vencesse. Exorta todos os jovens a trilharem o caminho do não à opressão.

Compartilha-se com Jane seu esforço para ampliar as redes de formação política e seu desejo de liberdade. A leitura de suas cartas estimula e desencadeia múltiplas afinidades. O que mais se pode saber sobre essa desconhecida militante?

A memória é crucial para provocar bons encontros. O cruzamento dos caminhos das autoras deste texto é um deles. Maria do Socorro, deslocando-se da Paraíba para Mato Grosso, resolveu fazer o curso de graduação em história na universidade federal deste último estado. No final do curso, ao definir o tema e a documentação pertinente para desenvolver sua monografia, tomou conhecimento das cartas de Jane Vanini e de sua história, cobertas de mistério e ainda sob a lei do silêncio. Iniciou uma aproximação com a família, devagar e cautelosa, pois sabia que pisava em território minado pelo desassossego, por culpas e muita dor. Compartilhou, no momento, com a professora Regina — que escolheu para orientadora — suas apreensões a respeito da história da militante de esquerda de Cáceres. Angustitada, ressaltou as enormes dificuldades para falar com a família, sobretudo com Dulce. Por isso, na orientação, deu-se especial atenção à fragilidade e à delicadeza do drama de Dulce. Os contatos revelavam que havia muitos segredos protegidos pelo silêncio. Buscar a história da irmã nas possíveis falas poderia ser uma violência. Nesse contexto, houve a preocupação de estar sempre atentas à “frieza” da busca de informações. Era preciso compreender que cada fragmento apareceria submerso em múltiplos sentimentos e significados. Aos poucos, a confiança mútua entre orientadora e orientanda transformou-se em uma das dimensões essenciais para a definição dos procedimentos metodológicos que seriam adotados no trabalho.

A tragédia de Jane era também uma tragédia familiar. Dulce tinha medo, muito medo. Como irmã mais velha, ainda vivia o estado de terror a que todos haviam sido submetidos. A perspectiva do retorno do passado, de expor Jane publicamente pela segunda vez, fazia emudecer a irmã. O rico diálogo estabelecido durante o trabalho de orientação norteou nossa conduta para lidar com a vida emocional e afetiva da família. Portanto, os caminhos da pesquisa podiam ser retraçados sempre que necessário. As cic-

trizes que ainda tornavam temerosa essa memória poderiam inviabilizar a reconstrução da história de Jane Vanini, que tinha Dulce como guardiã.

Mas os passos necessários para enfrentar o desafio de retirar essas memórias da zona de silêncio já haviam sido dados. Impossível retornar. A partir daí passamos, nós, autoras deste texto, a percorrer as trilhas da amizade, uma vez que o exercício do pensamento, através das questões que as cartas de Jane levantam, é o elo dessa relação criadora. Somos presença na vida de uma e de outra.¹⁰

Mas somos apenas duas mulheres envolvidas com a extraordinária história de outra mulher, militante de esquerda. Uma jovem que saiu da pequena Cáceres para ganhar, cheia de ideais, a cidade grande. A monografia deixou de ser o fim. A paixão pela vida e a crença na luta pela liberdade alçaram vôo; aprendíamos com a coragem de Jane. Jamais esqueceremos a emoção que sentíamos ao tocar suas cartas. Os papéis guardam uma materialidade indescritível de espaços e tempos outros, na qual, no momento em que os tocamos, pode-se sentir as esperanças, apreensões, a valentia, a dureza e a inocência. Não havia como (e nem queríamos) manter a objetividade acadêmica. Aprendíamos juntas a importância das dobras da produção da subjetividade: da militante, da professora e da aluna. E, aos poucos, as identidades cristalizadas também foram deixando de ter sentido para ceder lugar à plasticidade das personagens, com suas múltiplas metamorfoses. Tornaram-se, muito mais, três mulheres que traziam, de modos diferentes, a experiência feminina de vivenciar as esferas pública e privada, definindo os combates na luta por seus direitos e pela vida, entendendo “...que as mulheres têm um aporte específico na construção da cultura e da linguagem, aporte marcado pelas diferenças de gênero experimentadas ao longo da própria vida, a partir de determinadas configurações sociais e culturais, e não determinadas por diferenças biológicas de sexo”.¹¹

Por outro lado, buscávamos tecer a rede de relações de Jane Vanini, a fim de dar sentido histórico às ações da *guerrilheira*. A monografia foi concluída, no diálogo constante entre nós, tendo como resultado a possibilidade de difundir a história de Jane e reescrever a memória que Cáceres, a cidade da sua infância e adolescência, produziu, reconstruindo a história da “terrorista caçada”/mulher-cidadã que teve a ousadia de lutar contra a truculência das ditaduras militares no Brasil e no Chile. Mas essa memória ainda projetava outros desafios. Tempos depois, no mestrado em história da Universidade Federal de Mato Grosso, o trabalho teria continuidade, tomando a forma de uma dissertação. Resolveu-se, então, explorar os registros de Jane Vanini deixados nas cartas, os relatos da família, de seus dois companheiros, de conhecidos de Cáceres, as fotografias e documentos oficiais, para construir um projeto de pesquisa que trabalhasse com a memória de Jane.

¹⁰ Neste ponto nos inspiramos nas reflexões de Gilles Deleuze e Félix Guattari a respeito da noção de amigo entre os gregos nas páginas introdutórias de Deleuze e Guattari (1992).

¹¹ Ver Rago (2001:19).

Conhecer fragmentos de sua vida nos permitiu compartilhar a intensidade da experiência da mulher que escolheu o caminho da luta armada. Uma experiência que, pelo fato de não haver limites entre o público e o privado, nos auxiliou a focalizar outras dimensões da vida. Porque também estávamos interessadas na produção da subjetividade da militante de esquerda, iluminada por suas difíceis escolhas, desejos e ambigüidades. Eram muitas as perguntas que desejávamos fazer a Jane.

A dissertação de mestrado¹² foi concluída e hoje, ao escrevermos este texto avaliando um trabalho conjunto, não mais falamos apenas de Jane Vanini, mas de todas nós, enquanto mulheres misturadas a sua história. Tempos difíceis. Escolhas. Realizar a travessia não foi fácil; foram muitos os desafios.

Primeiro, para podermos avançar na pesquisa, além de investigarmos cuidadosamente os sinais de memória deixados pelas cartas, Maria do Socorro deslocou-se para São Paulo em busca de vestígios de Jane. No Arquivo Público do Estado de São Paulo encontrou um dossiê contendo cadastro, fotografias e informações sobre a militante Jane Vanini, originado na Secretaria de Segurança Pública e no DOI-Codi de São Paulo, ambos vinculados à 2ª Auditoria Militar do II Exército. No arquivo “Edgard Leuenroth” da Unicamp, manuseando os anais “Brasil Nunca Mais”, houve o encontro do passado com o presente: “*É por tudo isso que agora estou longe de vocês. Que estou condenada a 5 anos de prisão, além das torturas que não aparecem nos jornais nem na condenação*”.¹³ Nesse registro de Jane Vanini encontrava-se a motivação para a busca de lugares e pessoas que pudessem ajudar a reconstituir a trama do julgamento, que se deu à revelia

*em virtude de haver o Conselho Permanente de Justiça desta Auditoria, em sessão de 12 do corrente, condenado-a à pena de cinco (5) anos de reclusão, com base no art. 46 do Decreto-lei nº 898/69, e à perda dos direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos, nos termos do art. 74 da Lei de Segurança Nacional.*¹⁴

De volta a Mato Grosso, Cuiabá, surgiu a grande questão. Considerando-se a singularidade e a riqueza da documentação, como narrar a história de Jane? Nas trilhas de Paul Ricoeur, entende-se que a narrativa tem a virtude de agregar “...numa ação inteira e completa, a diversidade constituída pelas circunstâncias, os objetivos e os meios, as iniciativas e as interações, as mudanças de sorte e todas as conseqüências não desejadas surgidas da ação humana”.¹⁵ Sabe-se que o esforço de criatividade ocorre no nível do discurso, isto é, dos

¹² Ver Araújo (2002).

¹³ Carta aos sobrinhos já citada.

¹⁴ Poder Judiciário. Processo 85/70, fl. 1.949. Mandado de prisão de Jane Vanini, datado de 18 de maio de 1972 e expedido pelo juiz auditor Nelson da Silva Machado Guimarães, da 2ª Auditoria Militar, 2ª Circunscrição Judiciária Militar, com jurisdição em São Paulo. Ver Anais BNM, processo 120/85, Perfil dos Atingidos, tomo III, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas, SP.

¹⁵ Ricoeur (1994, t. 1, p. 10-1).

atos de linguagem.¹⁶ Misturadas e afastadas de Jane Vanini, vivíamos o impasse de dar vida àquelas cartas, a diversos fragmentos, e reunir as múltiplas linhas em uma história inteira. Assim, a atividade da escrita, utilizando-se das balizas do tempo, devia dar inteligibilidade ao conjunto das ações de nossa personagem tão cara: tratava-se de inserir Jane Vanini na história.

Contudo, a escrita da história deve seguir determinados procedimentos que impõem a necessidade da reflexão teórica e metodológica para se pensar o passado e o discurso sobre o passado que não está dado ou já constituído. Os historiadores têm papel ativo na construção de seu objeto, por isso destaca-se a importância da dimensão narrativa da história, constitutiva da produção do objeto de estudo. Da mesma forma, procuramos analisar e refletir sobre a linguagem dos personagens em questão, utilizando-a também como indício de uma rede de relações sociais, fundamentais à construção das identidades culturais.

Identidade revolucionária

Defrontamo-nos, através das cartas, com vários retratos de Jane. O primeiro (não se estabelecendo uma ordem de importância) foi o produzido por seus companheiros. Sérgio Capozzi, primeiro marido, após vários anos de separação — marcada definitivamente pela morte —, afirma:

Começamos a tentar montar uma base econômica para a Fazenda. Em dezembro a Jane foi cumprir um ponto, isto é, manter um encontro previamente estabelecido, com o Fleury. Fleury não compareceu, tinha sido emboscado e morto, soubemos depois. Ficamos sem contato com o resto da organização e decidimos que o melhor seria que Adélia fosse para o Chile restabelecer os contatos. Antes do natal ela embarcou.

Em Janeiro de 72, o Jeová morre ao tentar um encontro alternativo no centro de Goiás. Decido ir para o Chile e consigo chegar lá antes de a Jane voltar (tive sorte, ela ia embarcar menos de uma semana depois).

Eu digo a Jane que não acredito mais no sucesso do método. Ela não aceita, mas a verdade é que ela não tem nenhuma opção prática para o Brasil, não há nem organismos nem pessoas confiáveis. Mas ela era uma latino-americana, de coração e de direito, e a luta agora estava no Chile!¹⁷

¹⁶ Ricoeur, p. 9.

¹⁷ Carta enviada do Canadá em março de 1992. Não se tinha notícias de Sérgio. Na busca de pistas que revelassem esse tempo e essa história, com o auxílio de Dulce Vanini, que forneceu o endereço, Maria do Socorro escreveu-lhe informando sobre o trabalho de monografia e pedindo ajuda para reconstituir a atuação de Jane durante a luta revolucionária. A resposta trouxe detalhes sucintos sobre a trajetória dos dois. Maria do Socorro ainda teve um encontro com Sérgio Capozzi em São Paulo, que na oportunidade reconheceu cartas, fotografias e lembrou-se de Jane Vanini como a militante apaixonada por suas escolhas.

A carta é reveladora, porque, além de informar sobre os últimos passos de Jane Vanini no Brasil, em 1971, na cidade de Araguaiana (região do Araguaia), e dar notícia dos companheiros mortos — Jeová Assis e Luis Carlos Fleury —, descreve a imagem de uma latino-americana — *de coração e de direito* — determinada. Diante do cerco policial constante no Brasil, o Chile passou a ser uma fecunda alternativa política e mobilizou homens e mulheres na luta pela transformação socialista. A terra chilena abrigaria o debate político das esquerdas brasileiras (luta armada ou não), conhecendo uma profusão de textos de exilados, que circulavam publicamente (o que a repressão pela qual passavam no Brasil impedia), orientando também determinadas ações políticas. Jane, ao definir sua trajetória de vida, marcada pela inserção de suas atividades no mundo público, viu o Chile como o território propício para a construção de sua vida como revolucionária latino-americana. Isso lhe deu “direito”. E ela entregou seu destino a essa tarefa.

Pepe Carrasco, por sua vez, na carta em que comunica a morte de Jane, desenha a figura emblemática da revolucionária comprometida de forma radical com a causa da liberdade, e devolve à família, em forma de escrita, seu último retrato:

*Madrinha, muchas veces si dice que nos damos cuenta del enorme valor de la que tenemos solo cuando la hemos perdido. En mi caso, Madrinha, mientras tuve la suerte de compartir mi vida con Ana aprendí de la grandeza que puede alcanzar una persona cuando está conciente y convencida del objetivo que há dado a su vida. Su entereza y fuerza en los momentos difíciles, su hermosa alegría en los momentos de felicidad y toreas cumplidar, su valor, su limite que mostró siempre, su concecuencia revolucionaria que la llevó a entregar su vida, tudo eso querida Madrinha deve servirnos de ejemplo y darnos fuerza para enfrentar este momento.*¹⁸

“La grandeza que puede alcanzar una persona cuando está conciente y convencida del objetivo que há dado a su vida” são palavras que encontram eco em todos aqueles que abraçaram a causa e a ética revolucionárias, não permitindo retornos e orientando a prática de sobrevivência dos grupos guerrilheiros: “...dados os pressupostos teóricos assumidos, o nível de envolvimento político já alcançado e a própria obrigação moral com os presos, mortos e torturados”.¹⁹

Outro retrato de Jane é aquele em que ela mesma é a mão do artista, esboçando, definindo e retocando a própria imagem. Suas palavras nos passam uma visão muito precisa da construção de sua identidade de revolucionária latino-americana:

Não sei que tipo de publicidade dão aí no Brasil para o que está acontecendo no Chile, mas não se preocupem, não podem, não devem, não têm o direito de se

¹⁸ Trecho da carta de José T. Carrasco (Pepe), enviada do Chile a Dulce Vanini em 5-3-1975, quando prisioneiro político da ditadura de Pinochet, logo após sua incomunicabilidade em Santiago.

¹⁹ Ridenti (1993:251).

*preocuparem comigo ou com Mário neste sentido: se o momento histórico da revolução exigir tudo de nós, é isso o que queremos fazer: dar tudo de nós.*²⁰

Vocês se perguntarão que faço no exterior se me interessa tanto pelo Brasil. Eu lhes explico: nós pertencemos a um continente a que se chama genericamente por América Latina. (...) Eu sou latino-americana e amo igual ao mestiço, ao crioulo, ao índio, ao negro, ao asiático, ao branco, que entraram na mesma formação. E meus irmãos são todos os latino-americanos e por eles estou disposta a dar até mesmo a única coisa que realmente possuía: a vida. Digo possuía pois uma vez que uma pessoa contempla as coisas que presenciei e tomei a decisão que tomei, não possui mais nada além do desejo de mudar tudo, não importa a que preço.

*E como sou latino-americana, dá na mesma estar no Chile ou no Brasil, ou Venezuela, ou México, ou Bolívia ou qualquer outro, pois cada país livre apressará a liberdade dos outros. Cada território liberado é uma frente de luta para prosseguir.*²¹

A América Latina se configurava como o território da luta. Não só era obrigação dos grupos revolucionários pensar na continuidade da luta pela libertação, como também estava implícita na concepção moderna de revolução a noção de movimento irresistível e mobilização constante. A idealização do campo de luta com poder para unir os oprimidos contra a exploração dá uma dimensão mitológica aos heróis dessa guerra.

*Enfim, eu queria dizer-lhes como o Chê: em qualquer (...) que me surpreenda a morte, bem vinda seja desde que uma nova mão se estenda para empunhar nosso fuzil e que os cantos lutuosos sejam substituídos pelo repicar da metralhadora e novos gritos de guerra e de vitória.*²²

Com essas palavras, Jane representa a imagem emblemática inscrita no corpo do “maior guerrilheiro do mundo, morto pelo pior exército do mundo — os soldados bolivianos”. Pode-se pensar o recurso simbólico a Che Guevara recorrendo também às palavras de Daniel Aarão Reis Filho: “sua morte seria menor do que sua legenda”.²³

A utopia da guerrilheira que abre caminhos na América Latina entrelaça todos aqueles que compartilham uma comunidade imaginária de libertação. A contestação política vai além dos protestos e manifestações contra regimes opressores. Justifica a luta armada. Os atos que a libertação parece exigir lançam homens e mulheres na atividade política, que inclui a violência, vista como instrumento necessário para se ir em busca da

²⁰ Carta de Jane Vanini a Dulce, com assinatura de Ana, datada de 7-9-1972.

²¹ Carta de Jane Vanini a Dulce, sem assinatura, provavelmente enviada, segundo os indícios, no início de 1972.

²² Carta de Jane Vanini, com assinatura de Ana, enviada a Dulce em 15-9-1972.

²³ Reis Filho (1998:34).

garantia de direitos inalienáveis. Mas não se trata de uma construção “alheia” à cultura ocidental. O conceito moderno de revolução implica a idéia de um novo começo, de liberdade e violência.²⁴ A noção de que está para se desenrolar um novo rumo na História, associada à idéia de liberdade — experiência nova, nunca antes conhecida —, marca a representação política do termo revolução. A violência é plenamente justificada pelo fim de constituir um novo corpo político,²⁵ em que a liberdade seja uma realização e uma prática na vida de homens e mulheres. A noção de mudança revolucionária é, portanto, que associa a liberdade à violência.

Para libertar a América Latina do poder imperialista dos Estados Unidos e da exploração de suas elites, Jane e seus companheiros de luta compartilhavam a idéia de que somente pela via da luta armada seria possível instaurar um novo corpo político. Liberdade e violência, liberdade e “guerra de guerrilha”. Acreditavam que viver e morrer pela liberdade era um caminho soberano. Por isso as pequenas frases soam como palavras de ordem ou mesmo verdades inquestionáveis: “*dar tudo de nós!*”; “*cada território liberado é uma frente de luta para prosseguir*”; “*mudar tudo, não importa a que preço!*”.

Nos caminhos da subjetividade

Mas por entre a dureza das palavras da guerrilheira emergem as palavras de Ana, para desafogar com a família os desapontamentos, os receios e as dores:

Agora um pouco de Ana: ando muito triste porque as tarefas são imensas e a preocupação de que não se está fazendo todo o possível para se conseguir o fim me deixa meio cabrera. Creio que vai ser bem difícil voltar a sentir-me totalmente leve e feliz. A menos que triunfemos, então sim todas as dores se curarão. Não sei, mas foram tantas as pessoas queridas que ficaram pelo caminho da luta, tantos os sonhos que deram lugar a uma fria realidade (...) A parte pequeno-burguesa exige seu quinhão e a revolucionária se recusa a se render e conciliar. Mas tudo isso causa e o resultado mais evidente disso tudo é que quando cheguei ao Chile aparentava ter 20 anos e agora pareço ter 30 e ter três quilos a menos. Queria ser revolucionária em todos os instantes, situações, palavras, preocupações, pensamento e obras e no entanto me preocupo e me deixo influenciar por problemas de ordem pessoal.²⁶

Sua referência de revolucionária estabelecia como regra a recusa de sentimentos vistos como pequeno-burgueses e considerados irreconciliáveis com a sua prática. Na produção de seu discurso, Jane se coloca sempre no espaço da luta política. Contudo, “*nos problemas de ordem pessoal*” emerge a mulher que quer dividir momentos especiais

²⁴ Cf. Arendt (1988).

²⁵ Ibid.

²⁶ Carta de Jane Vanini enviada a Dulce, datada de 7-9-1972, com assinatura de Ana.

com a família, que deseja a alegria e o amor. E não se pode deixar de notar também os traços retocados por Pepe, “*su hermosa alegría en los momentos de felicidad*”. Jane é vista como mulher talentosa, bonita, com habilidades de artesã e dotada de enorme vivacidade. Não se cansa, nem mede esforços para se comunicar com as pessoas queridas, nem na clandestinidade, quando o perigo é maior. Mesmo tensionando ao máximo a vida emocional em face dos desafios políticos, a guerrilheira, a filha, a irmã, a tia, a amiga, todas as mulheres que vivem em Jane e que constituem sua complexidade pedem cartas aos seus:

*Escrevam-me bastante. Gostaria de receber uma carta de cada um de vocês todos: irmão, sobrinhos, sogros, cunhados, pais e companheiros, caso já tenha algum aí.*²⁷

Ou ainda, sete meses antes de seu enfrentamento fatal com os soldados do regime de Pinochet na cidade chilena de Concepción, escreve:

*Muitas saudades. Tenho uma vontade enorme de estar com vocês. Houve uns dias que passei meio na fossa. Não muito porque não posso permitir-me esses luxos (...) Que saudades! (...) Sonhei muito com vocês estes dias (...) Não deixe de escrever-me, tá? Depois respondo tudo junto. Queria vê-los. Morro de saudades. Tenho Banzo. Eu os quero muito, abraços.*²⁸

Em outras cartas, em situações menos tensas, Jane também dá vazão às vaidades e a seus desejos, mesmo que muitos não sejam aceitos como comportamentos recomendáveis a militantes. Quer antes de tudo materializar os contatos com a família, pedindo-lhes que lhe façam roupas, sandálias e que lhe mandem doces, seus livros e discos. Aparece também a vontade de pôr em prática as receitas de comidas de sua terra, de tudo aquilo que lhe faz bem — uma forma de sentir a sua gente no exílio. O tempo todo afirma sua condição feminina, seja na roupa sensual que pede à madrinha, seja na maneira de falar de seu direito de se separar do primeiro marido:

*Decidi o que queria e estou contente (...) Se a senhora me quer tem que compreender isso e todo o resto é aparência. Pouco me importa o que pensem os demais. (...) Sou a mesma de sempre. Tão pura ou tão sem-vergonha como antes e nada mais que isso. Tenho mais segurança sobre o que faço e sobre o que quero. Não necessito correr atrás de nenhum homem porque sei viver sem depender de ninguém e sempre de forma útil à sociedade.*²⁹

²⁷ Carta de Jane Vanini enviada a Dulce, com assinatura de Ana e sem data.

²⁸ Carta datada de 4-5-1974, assinada por Jane.

²⁹ Carta de Jane a Dulce datada em 25-5-1973. Assinada por Ana.

Sua condição de mulher que participa efetivamente dos movimentos de resistência implica defender sua libertação dos papéis tradicionalmente relegados às mulheres. É relevante como associa a independência feminina a sua atuação na esfera pública, compreendendo que os direitos têm aí seu espaço de existência. Mas, ainda que superponha as atividades de militante às da mulher que expõe suas supostas fraquezas ou seu lado “mais emocional”, Jane teima em requisitar todas as coisas de que gosta:

estou mandando junto esta lista de coisas que quero que a senhora traga para mim, mas apenas se existe ainda...

Aquela blusa azul de tricô-lã igual à vermelha que a senhora mandou na encomenda. Aquela outra cor de cenoura.

A sandália franciscana (...) As bolsas esporte que estiverem por aí.

Um pijama de lã...

Qualquer daquelas pantalonas que a mamãe e a Magali estavam fazendo para mim...

O meu biquini...

O meu fichário coberto de couro que o papai fez para mim.

Semente de manga (umas 3)

Traga-me um grande abraço de todos, tá?³⁰

Em outra, ela pede:

Soube que o seu Zé vem visitar o Sérgio. Se der peça-lhe que traga alguma coisa dos meus discos de música brasileira, livros (...) Gostaria que me mandasse aquela saia negra de crochê que eu tinha se é que está por aí (...) Não te esqueças das minhas receitas.³¹

A imagem familiar de Jane Vanini reflete-se nesses pedidos. A mulher determinada a morrer pela causa revolucionária, engajada na luta armada, é uma filha e irmã amorosa que deseja o reconforto das coisas de família — talvez um modo de apaziguar a solidão.

O fichário feito pelo pai, as roupas costuradas pelas mulheres da família não poderiam ser um modo de estar entre os seus? Certamente lhe dariam uma sensação de serenidade, na medida em que produziriam um reencontro consigo mesma. Sobretudo

³⁰ Carta de Jane Vanini enviada a Dulce, sem data ou assinatura.

³¹ Carta de 12-6-1973, assinada por Ana.

diante da percepção de que o desenrolar da luta no Chile não se revelava nada promissor, ao contrário, vivia-se o paroxismo do conflito.

Notícias dos últimos acontecimentos...

As cartas de Jane Vanini dão a perceber as transformações por que passava a política no Chile. São registros dos eventos que antecederam o golpe militar. Seu interesse pelos acontecimentos é multidirecionado e ela não pára de registrar aspectos do conflito que se ia aprofundando rapidamente. Quase como numa crônica, em suas observações detalhadas, ela descreve cenas das ruas e discorre sobre os agrupamentos contrários e favoráveis ao governo. Reflete sobre o jogo de forças e já assinala os possíveis desdobramentos da perda de poder de Allende e da configuração militarizada da cidade de Santiago, passando do registro do cotidiano às imagens narrativas das lutas desencadeadas.

Nas cartas enviadas no ano de 1972, assinando-se Ana, Jane relata a situação política no Chile:

A situação em Chile está ficando cada vez mais interessante e se aproximando de um ponto culminante. Os fascistas saem às ruas para paralisar o trânsito, provocar o governo e tudo o mais. A esquerda sai em apoio ao governo, briga nas ruas com os fascistas e todos os dias vem uma repressão contra os dois lados. Todos os dias atiram bombas lacrimogêneas... (...) Não podem imaginar como esta vida em Chile me serviu de uma grande experiência. Estou vendo coisas como se estivesse em um laboratório social. Outro dia fiquei entre dois grupos que quase começam a lutar. Se estivesse ali e comessem a luta eu ia ter de lutar de qualquer maneira porque nessa altura é impossível lavar as mãos e correr, aliás, é uma coisa que não pretendo fazer.³²

Nesse relato, além da coragem e da disposição constante para o enfrentamento, revela uma certa distância dos grupos envolvidos nas disputas, algo próprio de quem é estrangeiro: “Estou vendo coisas como se estivesse em um laboratório social”. Mas a revolucionária ainda teria um pouco mais de tempo para aprender. No dia 15 de setembro:

Parece que as situações críticas são marcadas por uma carta minha dirigida a todos vocês. E me parece que este é um momento crítico em toda a América Latina. Hoje é 15.09.72. O próximo 16 é Sábado, muita gente não trabalha, depois Domingo, no dia 18 se comemora a data da independência do Chile (a primeira) e no dia 19 tem desfile militar onde por tradição desfilam as tropas leais ao governo, o que equivale a revelar-se também (...)

³² Carta de Jane Vanini, com assinatura de Ana, de julho de 1972.

*Os trabalhadores se preparam nas fábricas, fazendo turnos de vigilância para impedir qualquer “toma”, incêndio ou sabotagem de direita (...) Todos os chilenos de um ou outro lado se preparam (...) Todos se preparam na escola, no trabalho, nas quadras residenciais, onde quer que seja.*³³

Em 9 de outubro:

*Aqui parece que chegou a hora da luta: a burguesia está seriamente lançada na tentativa de derrubar Salvador Allende (...) Os operários, estudantes, médicos, engenheiros etc., de esquerda, fazem trabalhos voluntários (...) A gasolina está racionada (...) Os bairros ricos acumulam lixo em todos os cantos. Hoje param os ônibus de transporte coletivo urbano que pertencem a particulares. Como uma parte muito pequena foi a que se conseguiu estatizar, amanhã todos estarão muito descontentes.*³⁴

Em carta de 31 de outubro usa de sua sensibilidade política para ver e dizer:

*Hoje volto a carga e como fiz um montão de coisas além do normal, participei de trabalhos voluntários, conversei com o povo, reparti e vendi alimentos a preço oficial, combatendo assim o mercado negro de alimentos e uma série de novas experiências. Parece que teremos muito brevemente um gabinete militar. Pelo menos alguns ministérios estarão em mãos de militares e ainda não sei avaliar a importância que isso terá no contexto político chileno.*³⁵

Depois, faz a seguinte reflexão:

*Nós estamos em uma batalha contra a reação que quer impedir o avanço do povo. Os comerciantes, donos de caminhões, jornalistas de direita, médicos de direita, toda a classe exploradora rica em greve e nós não podemos deixar que o povo fique sem alimentos ou que o país pare.*³⁶

Em 30 de dezembro, relata a Dulce acontecimentos de rua, ataques de grupos organizados de extrema direita:

Para Janeiro está programada outra greve de comerciantes e sindicatos controlados pela oposição. Prometem que será pior que a de outubro e também o governo pro-

³³ Carta de Jane Vanini, com assinatura de Ana, de 15-9-1972.

³⁴ Carta de Jane Vanini, de 19-10-1972, sem assinatura.

³⁵ Carta de Jane Vanini, com assinatura de Ana, de 31-10-1972.

³⁶ Idem.

mete que será mais duro com os grevistas assim é que a cada dia é uma expectativa no Chile (...) No Natal o centro fica cheio de vendedores ambulantes. As ruas são fechadas ao trânsito e ficam totalmente tomadas por gente (...) Então esse montão de gente veio um grupo de "Pátria y libertad", um grupo de fascista como TFP só que muito mais agressivo porque se treinam militarmente, inclusive recebendo treinamento no Brasil, todos armados de paus especiais, ferros e cinturões com fivela pesada começaram a provocar e quando alguém lhes respondia algo, eles o sobreviviam. O Povo se uniu e deu uma boa sova em alguns e expulsaram das ruas. Foi bonito mas eles fizeram um estrago grande aos vendedores e às pessoas que eles conseguiram surrar.³⁷

Já nas cartas do ano seguinte, 1973, ela descreve cenas de maior conflito, como o cerco da direita ao governo Allende.

Em meados de junho:

Aqui em Chile temos uma nova ofensiva burguesa contra o governo e vejamos em que dá. Faltam alguns produtos de primeira necessidade que estão acaparados pelos de direita, ou são contrabandeados para fora do país ou vendidos no mercado negro. Hoje, 12.06.73, estudantes de direita ocuparam o centro da cidade e a polícia com carro lança-água (guanaco) e bombas lacrimogêneas não conseguiu expulsá-los, nem destruir o começo da barricada que se formava. Depois vieram os estudantes de esquerda e expulsaram os de direita. É incrível a covardia da direita (...) Tenho vontade muitas vezes de escrever-lhes mais coisas (...) mas não quero cansá-la ou ocasionar-lhe problemas. Às vezes é difícil conter-me.³⁸

Na tentativa de golpe do dia 29 de junho:

No dia 29 de Junho, como a senhora deve saber, houve uma tentativa de golpe aqui (...) É impossível contar tudo porque se necessitaria uma análise muito longa da situação, enfim corri não exatamente dentro da balacera de metralhadoras, tanques, etc., mas bastante perto. Quando os milicos estavam mais desesperados começaram a atirar contra a população, que assistia a essa tentativa de golpe e que estava disposta a entrar na luta, defendendo o governo. Mataram algumas pessoas, foram dominados pelos soldados leais e se começou uma nova fase: todos os trabalhadores de esquerda, para estar preparados para uma possível nova tentativa, se tomarem (ocuparem) suas fábricas, construções, etc., e se turmam para montar guarda durante a noite. Existe setor do exército que está descontente com o governo e se ainda não deram um golpe para valer é porque existem também setores de es-

³⁷ Carta de Jane Vanini, com assinatura de Ana, de 30-12-1972.

³⁸ Carta de Jane Vanini, com assinatura de Ana, de 12-6-1973.

*querda e outros “constitucionalistas” que os impedem de tomar o governo. De todas as formas é necessário estar preparados para qualquer emergência.*³⁹

Jane Vanini vivencia os conflitos, as divisões e as contradições de uma experiência que afirma o caminho pacífico para a transformação socialista do Chile. Allende, em sua defesa da legalidade democrática, recusa-se a aceitar a formação de um exército revolucionário, contando ainda com as forças constitucionalistas para defender o Estado e seu governo. As notícias de sublevação do Exército pipocam de todos os lados; as redes de resistência política entram em alerta. Jane conta como participa desse momento:

*Eu também fico de guarda todas as noites. Algumas não durmo nada. Conversando com os companheiros, conhecendo coisas, etc. Ontem quando comecei a escrever esta carta estava de guarda (...) Outro dia estive com Sérgio fazendo guarda no mesmo lugar: Canal 9 de Televisão. Era uma das noites mais críticas. Havia boatos de sublevação do exército com todos os matizes possíveis e imagináveis. Alguns afirmam “de pé junto” que os milicos já vinham avançando sobre Santiago, etc.*⁴⁰

Os conflitos entre governo e opositores no Chile culminam no assassinato de Allende. Jane silencia e já não manda cartas, talvez buscando refúgio aqui e ali. Desde o golpe de 11 de setembro de 1973 até fevereiro de 1974, interrompem-se as cartas — suspensão do tempo —, só reaparecendo quando as condições já são outras. Jane está engajada na luta armada (MIR). Mudando-se de casa e de cidade, diz que já não é possível receber as cartas do mesmo modo que antes. A cada dia ela se situa “*numa configuração saturada de tensões*”, para usar as palavras de Benjamin. Segundo ele, o tempo revolucionário, pleno de “*agoras*”, rompe com a linearidade cronológica e marca o ritmo da vida e a intensidade das lutas (que têm o poder de comprimir o tempo): “*A consciência de fazer explodir o continuum da história é própria às classes revolucionárias no momento da ação*”.⁴¹

Jane Vanini tinha consciência de que a luta armada poderia abreviar a história de sua vida. Suas cartas e relatos têm uma cadência marcada pelos rumos dados por sua condição de militante de esquerda que vive na clandestinidade. Mas ela não dramatiza sua situação e procura enfrentar os problemas que surgem.

Neste instante tenho um problema com as cartas. A senhora Helda viajou, se foi daqui e a irmã dela que está na casa não quer que lhe escrevam para lá, tem medo, etc. Assim é que tão logo possa te mando um novo endereço. (...) Madrinha, necessitarei talvez um imenso favor seu. Se em algum momento eu puder viajar, necessitarei que me mandem as passagens (...) A senhora me escreve por

³⁹ Carta de Jane Vanini, com assinatura de Ana, de 6-7-1973.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Benjamin (1985:231).

ela [Cecília] explicando bem na carta (fechada, nem uma palavra sobre o assunto com ela) como faço para te mandar o nome e endereço da pessoa a quem a senhora (ou de preferência um homem qualquer) vai enviar as passagens. Eu não sei quanto tempo vai passar até que eu necessite (...) Vivo agora com amigos que estão de férias, mas quando cheguem, depois de amanhã, tenho de mudar-me. Apartamento ou casa para alugar estão muito difíceis.⁴²

A linguagem das cartas é codificada quando Jane passa a viver na clandestinidade. O amanhã é dominado pela incerteza e o clima no Chile, de completo terror. Chamam a atenção as rápidas mudanças de nomes, acompanhando os passos de Jane. Num momento é Gabriela e logo depois, Carmem:

Carolina me conhece por Gabriela e o telefone dela é... Se algum dia necessitam pedir notícias minhas chamem de pessoa a pessoa. (...) Não repare a letra. Já é noite e te estou escrevendo da cama porque meu quarto é tão pequeno que não cabe nem mesa. Infelizmente, por uma série de razões, não dá para eu ter um trabalho fixo. (...) Vão receber notícias minhas agora com mais dificuldade. Parece que vão me mandar para mais longe, mas não deixe de escrever-me. Depois respondendo tudo junto.⁴³

Jane admite as regras da prática revolucionária nesse momento: “Vão me mandar para mais longe...”. Ela depende das orientações da organização de esquerda a que pertence, assim como das redes de solidariedade que se organizam. Os locais de moradia e a própria vida adquirem uma dimensão de temporaneidade, assim como tudo o mais. No fim de julho, às pressas e sem endereço fixo, Jane, que já não é mais Gabriela e, sim, Carmem, dá notícias:

Tenho um problema agora. Vou viajar para outra cidade. Só de vez em quando vou vir a Santiago e só nesse caso lhes vou poder escrever. E também só então vou poder receber as cartas que vocês me escreverem e que a Rosita vai me guardar. Assim é que não se preocupem com a falta de notícias. Vou deixar o telefone e o endereço de vocês com Rosita para que ela lhes avise se acontecer algo imprevisto.⁴⁴

Jane tem consciência de que vive em território minado. Só depois de um mês, no dia 29 de agosto, ela se comunica novamente e avisa que telefonará no dia de seu aniversário, 8 de setembro, quando completará 29 anos de idade. Refere-se ao companheiro, que compartilha uma vida dividida entre os deveres que a luta exige:

⁴² Carta de Jane, sem assinatura, de 21-2-1974.

⁴³ Carta com a assinatura de Jane de 4-5-1974.

⁴⁴ Carta de Jane, com assinatura de Carmem, de 29-7-1974.

O Pepe ia escrever à madrinha, mas não teve tempo porque viajou. Estou só por vários dias. Ontem ele me telefonou e disse que morre de saudades minhas. Deve vir buscar-me dia 8. Se vem mesmo e se eu consigo um telefone, vamos telefonar no dia 08.09.74, entre 20 e 21 horas, hora de Chile. No dia 22 passado nós tentamos telefonar, mas não encontramos lugar.⁴⁵

Mas em 12 de novembro envia sua última carta, instruindo a família sobre o que fazer se algo de ruim lhe acontecesse:

Aqui me guardam a carta. Além disso quero combinar uma coisa com a senhora. Em caso de que me aconteça alguma coisa má, a Carolina vai telefonar ou escrever à senhora ou à Magaly, dizendo que eu estou doente. Ela dirá mais ou menos assim: “llamo para avisar que Carmem esta muy enferma” tradução: chamo para avisar que Carmem está muito doente. Pode ser que ela use outra palavra que vocês conhecem, então tratem de entender o que ela disser, tá.⁴⁶

Com essas palavras, encerra-se a correspondência de Jane Vanini.

Concluindo: relatos de uma revolucionária e a produção da memória

A leitura das cartas tem sido para nós um exercício reflexivo sempre renovado. Poder-se-ia dar várias formas narrativas a sua leitura. Procuramos compor um relato em que a personagem revolucionária e suas ações apaixonadas se manifestassem como um modo de participação na vida, um modo de existência. Acreditamos que a história tem um papel importante a cumprir: salvar do esquecimento as memórias, sobretudo desse período sombrio da história do Brasil e de outros países da América Latina. Jane Vanini é uma militante de esquerda desconhecida de muitos, uma mulher comum que perseguiu seus ideais, compartilhando com outras mulheres seus desejos e sonhos de liberdade. Quantos relatos dispersos não existem de homens e mulheres que passaram pela experiência do confronto radical com regimes políticos autoritários? Conhecê-los talvez ainda signifique resistir.

Não se trata aqui de analisar os encaminhamentos políticos dos movimentos de esquerda no Brasil e no Chile. No que diz respeito à vivência política de Jane no Chile, nosso interesse esteve mais voltado para as imagens narrativas e descritivas contidas em suas cartas a seus familiares, e que revelam sua maneira de olhar e viver aquela experiência. Deleuze observa que “o acontecimento mais ordinário faz de nós um vidente, ao passo

⁴⁵ Carta de Jane, com assinatura de Carmem, de 29-8-1974.

⁴⁶ Carta de Jane, com assinatura de Carmem, de 12-11-1974.

que a mídia nos transforma em simples olheiros passivos, no pior dos casos em voyeurs".⁴⁷ Jane foi uma observadora atenta dos combates de rua no Chile, não se eximindo de se colocar na linha de frente, junto com os grupos de esquerda ou manifestantes que reagiam aos grupos de direita. Apresenta-se ativa em seu trabalho como voluntária (decerto organicamente integrada às organizações que tinham afinidade com a ALN, apesar de não tecer nenhum comentário a esse respeito em suas cartas), o que lhe confere um lugar privilegiado para descrever e opinar. Sua percepção do jogo de poder no Chile faz dela uma vidente, especialmente nos sobressaltos de que era tomada quando atestava os avanços da direita. Ela observou a covardia e a experiência da "greve dos ricos" e engajou-se na luta armada no Chile acreditando que não havia retorno. Sua narrativa produz imagens carregadas de sentimento que nos remetem ao centro dos acontecimentos descritos.

Contudo, seus relatos devem ser compreendidos na rede de relações históricas que lhe conferem sentido. As cartas estão articuladas a diversos documentos — como os do dossiê que contém o cadastro, fotografias e informações sobre Jane Vanini,⁴⁸ autos de inquéritos policiais e qualificação indireta, mandados de prisão de indiciados, relatórios de indiciados, acervos fotográficos, depoimentos de contemporâneos de Jane, entre outros.⁴⁹

Seus relatos e "confissões" em forma de correspondência surpreendem mais pela vida do que pela morte. No mundo de hoje, que testemunha a banalidade da vida e servidões voluntárias, suas cartas encantam e nos deixam mais fortes. Michel de Certeau, refletindo sobre como as sociedades ocidentais se distanciam e se separam do passado, oferece outros exemplos de sociedades que têm o passado colado no presente, ou melhor, vivo: *"muito ao contrário de ser um objeto deixado para trás a fim de que um presente autônomo se torne possível, é um tesouro situado no centro da sociedade que é o seu memorial, um alimento destinado à manducação e à memorização. A história é o privilégio (tantara) que é necessário recordar para não se esquecer de si próprio"*.⁵⁰

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Maria do Socorro de Sousa. *Paixões políticas em tempos revolucionários: nos caminhos da militância, o percurso de Jane Vanini entre os anos de 1964 a 1974*. Dissertação (Mestrado) — Departamento de História/Programa de Pós-Graduação/ICHS/UFMT, jul. 2002.

ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo: Ática; Brasília: UnB, 1988.

⁴⁷ Deleuze (1992:198).

⁴⁸ Originado na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e no DOI-Codi de São Paulo, vinculados à 2ª Auditoria Militar do II Exército, à disposição para consulta no Arquivo Público de São Paulo.

⁴⁹ Ver anais BNM (*Brasil Nunca Mais*). Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp; e Araújo (2002).

⁵⁰ Certeau (1982).

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Magia e técnica, arte e política, v.1).

CERTEAU, Michel de. Escritas e histórias. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DELEUZE, Gilles. Sobre Leibniz. In: *Conversações, 1972-1995*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

———; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munõz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade*; Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Unesp, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *68: a paixão de uma utopia*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

De ordem superior... Os bilhetinhos da censura e os rostos das vozes*

BEATRIZ KUSHNIR**

Quando o Sr. Ministro Armando Falcão assumiu o Ministério da Justiça supúnhamos que sua tarefa seria difícil e afanosa, habituados que estávamos ao seu dinamismo e à sua imaginação política. Ao contrário, porém, do que imaginávamos, seu trabalho tem sido fácil e se executa pelo telefone.

Informe JB, *Jornal do Brasil*, 30 maio 1974¹

O comentário sagaz do Castelinho — o jornalista Carlos Castello Branco, que deu corpo e alma ao “Informe JB” — remete a uma aspiração coletiva quando da posse do general Ernesto Geisel (1974-79) na presidência da República. Na promessa de

* Este texto expõe uma parcela de minha tese de doutoramento, *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em História da Unicamp em 2001.

** Doutora em história pela Unicamp e organizadora de *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil* (2002).

¹ Um recorte do jornal com essa nota, escrita pelo jornalista Carlos Castello Branco, foi encontrado no material da Divisão de Segurança à Informação do Ministério da Justiça (DSI/MJ), em depósito no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

uma “abertura lenta, gradual e segura”, parte dos cidadãos brasileiros acreditava que o fim do arbítrio estava próximo. Seria o término da censura, da tortura, dos horrores que caracterizaram o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-74) como os “anos de chumbo”. A frustração viria em doses homeopáticas, mas chegaria. O decorrer do mandato de Geisel mostrou uma outra intenção, e ação, por trás dessa máscara.

Tendo como foco central as demandas censórias executadas pelo Estado brasileiro no pós-1964, o ano de 1972 talvez seja um momento atraente para se compreender o papel dos censores federais no processo de controle da informação imposto pelos governos da ditadura civil-militar. O general-presidente Médici vivenciava a metade de seu mandato. Compunha, nesse momento, o *staff* do seu ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, entre outros, o general Nilo Canepa — diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF) — e o policial de carreira Rogério Nunes, que estava à frente da censura.

Foi a partir das mudanças estruturais no DPF, em junho de 1972, que o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) transformou-se em divisão (DCDP). Sempre como executor de ordens e não como formulador de políticas restritivas, o DCDP assumiu essa função no instante em que a guerrilha urbana e rural — um dos principais “inimigos” do governo Médici — já estava bem enfraquecida. No centro do comando e pensando as questões censórias, certamente estava o ministro Buzaid.

Traçando um quadro desse ano de 1972, em setembro aconteceram as comemorações do sesquicentenário da Independência. E muito diferente da farra que foram os festejos de sete anos antes, pelos 400 anos da cidade do Rio de Janeiro — com direito a hino, concursos de *miss*, peças e reedição de livros sobre a história do Brasil, além de partidas de futebol —, os 150 anos do grito às margens do Ipiranga foi uma festa oficial e de farda, com os cantores Don e Ravel esbravejando que “esse é um país que vai pra frente!”.

Para visualizar o novo processo que a censura federal pleiteava implementar, o dia 5 de março de 1972 é uma importante data. Às 10h30min da manhã chegava um comunicado do DPF à Agência Folhas, do grupo *Folha da Manhã*, em São Paulo. Nele se determinava que ficaria “*proibido a divulgação de qualquer notícia sobre o incidente ocorrido entre a Polícia Militar de Mato Grosso e posseiros, no Município de Santa Terezinha, em que estariam envolvidos um padre e um bispo*”.²

Essa não era a primeira vez que os jornais recebiam esse tipo de informe restritivo. Alguns anos antes, o expediente já havia sido utilizado de forma pontual. Em 1968, as rádios executavam a música *Detalhes*, de Roberto Carlos, sem parar. No dia 24 de maio, São Paulo e Brasília foram palcos de manifestações de rua e presenciaram também a repressão policial a estas. Dois dias depois, em frente ao Palácio Tiradentes, no Rio, ocorreu a Passeata dos 100 Mil — uma das maiores manifestações de oposição à ditadura. Como resultado, pela primeira e única vez, um general-presidente, na época Costa e Silva (1967-69), recebeu uma comissão popular em audiência.

² Banco de Dados, *Folha de S. Paulo*. O primeiro trabalho a utilizar esse material foi *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978*, do jornalista Paolo Marconi. Tive acesso a três conjuntos desses bilhetinhos: os do *Jornal do Brasil*, os da *Folha de S. Paulo* e os da Rádio JB.

Em junho, a segunda montagem da peça *Hair* estreou no Teatro Casa Grande, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Em outubro, a rua Maria Antônia, em São Paulo, abrigaria o embate entre os alunos da Faculdade de Filosofia da USP e a direita universitária ligada ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) dos alunos da Mackenzie. Nesse mesmo mês, no clandestino 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, 739 universitários foram presos.

Nos últimos dias desse conturbado e capital ano de 1968, em 13 de dezembro, seria decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Mais de 20 anos depois, a revista *Veja* definiu esse momento, no obituário do ministro Buzaid, afirmando que este fora

*ministro da Justiça num período da vida nacional em que não havia justiça (...) executou com mão de ferro a censura prévia. (...) Negou publicamente a existência de tortura de presos políticos que corria solta nos porões da repressão política. Defensor do principal instrumento autoritário do regime militar, o ato Institucional nº 5, transformou-se no civil mais poderoso do governo.*³

Seis meses antes dessa escuridão que desabou sobre os direitos de existir do cidadão brasileiro, o jornal carioca *Correio da Manhã*, em 25 de junho, recebia a proibição censória que determinava a impossibilidade de exibir filme e/ou reportagem relacionados às manifestações estudantis. Essa proibição era assinada pelo general Luiz Carlos Reis de Freitas — da delegacia regional da PF na Guanabara e impunha a não-revelação dos fatos que mexiam com o país.⁴

Estabelecendo um paralelo entre esse informe de 25 de junho de 1968 e o de 5 de março de 1972, a singularidade está na permanência. Esses telefonemas, avisos por telex e/ou mensagens, que “aterrizavam” nas redações, deixaram de ser esporádicos para se tornarem quase diários. Entre 1972 e 1975, as principais redações de jornais receberam chamadas restritivas, fazendo dessa “a” função da censura. É esse tipo muito especial de correspondência que se tornou conhecida como os famosos *bilhetinhos* da censura.

No pós-1964, portanto, o controle exercido pelo Estado sobre a informação divulgada se deu de acordo com duas estratégias. Ou se tinha um censor na redação, diariamente; ou se aceitava esses comunicados e, assim, se realizava a autocensura. Legalizados pelo Decreto nº 1.077, de 1970, que instituiu a censura prévia no âmbito da grande imprensa, os censores estiveram n’*O Estado de S. Paulo* do AI-5 a janeiro de 1975 e na *Tribuna da Imprensa* em um período não contínuo, de 1968 a 1978. Na revista *Veja*, logo no número 5, em 18 de dezembro de 1968, e em outras edições pontuais, como na de 10 de dezembro de 1969, cuja capa traz uma imagem medieval das câmaras de tortura.⁵ A partir de 1975,

³ *Veja*, 17 jul. 1991, p. 83.

⁴ A imagem do *bilbetinho* ao *Correio da Manhã* ilustra esse capítulo. O acervo de imagens do *Correio da Manhã* está em depósito no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Uma série de fotos que estamparam as páginas dos jornais nesses dias pode ser consultada em Pontes (1998) e Reis Filho (1988).

⁵ A publicação na imprensa da existência de tortura política no Brasil no pós-1964 causaria muitos remanejamentos no setor. Seguindo a trilha aberta pelo jornalista Hélio Fernandes, no jornal *Tribuna da Imprensa*, a revista *Veja* de 10-12-1969 apresentou um grande dossiê de oito páginas sobre o tema.

quando os agentes censores deixaram *O Estadão*, apenas os alternativos, a *Tribuna da Imprensa* e *Veja* — até a saída de Mino Carta —, continuavam censurados. Nesse sentido, foi no governo do general Geisel que a intervenção nos meios de comunicação se tornou mais freqüente.

Diferentemente dos jornais portugueses na ditadura salazarista, ou dos espanhóis na era Franco, por exemplo, que traziam estampados na primeira página o registro de que estavam sob censura prévia, aqui tudo foi muito mais subliminar. Resta sempre uma interrogação: como se comportou o restante da imprensa? Se não tinham censor na redação, o que se passou por lá?

Temática das mais polêmicas, admitir a autocensura nas redações é um tabu. Mas como sublinhava Cláudio Abramo, o jornal não é do jornalista, é do dono, e lá só sai o que o patrão quer.⁶ A imprensa é uma empresa privada que vende um serviço público e precisa equacionar demandas às vezes opostas.

A fim de executar essas atividades de domínio, o Serviço de Censura também se ramificou em dois núcleos para poder bem vigiar. Um núcleo específico responsabilizava-se pelo controle da imprensa. Era formado por censores federais, concursados apenas a partir de 1974,⁷ funcionários do DCDP alocados no Serviço de Informação do Gabinete (Sigab), vinculado diretamente ao ministro da Justiça. No Rio de Janeiro, o órgão ocupou o quinto andar da rua Senador Dantas, 61.

Próximo em metas, mas distante da visibilidade que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) obteve, o Sigab nunca existiu legalmente ou constou de qualquer organograma administrativo. Era um fórum entre o ministro da Justiça e o diretor da Polícia Federal. Tal “ilegalidade” surpreende, já que uma marca da ditadura civil-militar brasileira sempre foi criar mecanismos jurídicos que legalizassem o arbítrio.

Cabia aos funcionários censores do Sigab, portanto, visitar os jornais postos sob censura prévia para checar o cumprimento das ordens, e também o telefonema diário às redações de todo o país informando o que era proibido publicar. Sempre iniciados do mesmo modo, os bilhetinhos ficaram conhecidos como: “*De ordem superior, fica proibido a divulgação...*”⁸ Demonstrando estar fora da alçada da DCDP, sempre que inquirido pelos jornalistas sobre o porquê desses atos contra a imprensa, Rogério Nunes, diretor da Censura, afirmava que estavam procurando no lugar errado, já que não lhe cabia o controle dessa atividade.

⁶ Abramo (1988).

⁷ Esses concursos, segundo os dados da Academia Nacional de Polícia (ANP), aconteceram nos anos de 1974, 1975, 1977, 1979, 1980 e 1985 — este último em plena Nova República —, e ofereceram aos quadros do DCDP um total de 300 censores em todo o país.

⁸ A origem do Sigab muito se assemelha à da Oban, que foi uma iniciativa conjunta do II Exército e da Secretaria de Segurança Pública do governo Abreu Sodré, como uma tentativa de centralizar as atividades de combate às crescentes ações de guerrilha urbana em São Paulo. Criada em 29-6-1969, a Oban funcionou até setembro de 1970 em caráter extralegal, por não constar no organograma do serviço público. Isso demonstra que esse tipo de expediente era usado pelo governo ditatorial para manter em sigilo operações mais incisivas.

Em se tratando de medidas e práticas de censura, uma analogia com a ditadura varguista do Estado Novo (1937-45) é quase automática. Essa prática adotada também na ditadura estado-novista foi utilizada no pós-1968. O jornalista David Nasser realizou uma compilação dos vetos do DIP à imprensa de janeiro de 1943 a fevereiro de 1945.⁹ Eles apresentam inúmeras similaridades com os *bilhetinhos*, além de provarem que a prática nada tinha de inovadora. O curioso é que, muitas vezes, os jornalistas só tomavam conhecimento de certo fato ao receberem o informe proibindo a sua divulgação.

Quando um órgão não se submetia à autocensura, devia ser podado. Cortavam-se matérias, ou criavam-se problemas de execução para o jornal e/ou a revista, o que acarretava prejuízos econômicos para a empresa. Quando a redação era posta sob censura prévia, o expediente tinha que seguir alguns trâmites. Executados de terça a sexta nas dependências do DPF das principais capitais e aos sábados na casa dos censores, os cortes também podiam ser feitos por censores instalados nas redações. Mas, se o recurso fosse transferido para Brasília, a situação se agravava.

De 1974 a junho de 1976, apesar das promessas feitas pelo ministro da Justiça de Geisel, Armando Falcão, de pôr fim à censura, os periódicos continuavam sob a mira dos censores. A direção da Editora Abril, responsável pela revista semanal *Veja*, estabeleceu, como outras empresas de comunicação, um esquema para sobreviver a essa prática intervencionista.¹⁰ Tal ingerência ocorreu também na imprensa alternativa. O censor frequentou *O Pasquim*, de novembro de 1970 a março de 1975; *O São Paulo*, de junho de 1973 a junho de 1978; *Opinião*, de janeiro de 1973 a abril de 1977; e o *Movimento*, de abril de 1975 a junho de 1978.

Esses órgãos de comunicação receberam censores por não admitirem a autocensura. A maior parte da grande imprensa aceitou os telefonemas proibitivos e, portanto, submeteu-se à autocensura, como declarou o jornalista Boris Casoy, que trabalhou na *Folha de S. Paulo* de 1974 até junho de 1976. Em setembro de 1977, ele retornou ao jornal, assumindo o cargo de editor-responsável, e lá permaneceu até as vésperas de o periódico apoiar a campanha pelas “Diretas Já”, em maio de 1984.¹¹ O Grupo Folha da Ma-

⁹ Jornalista da cadeia dos Diários Associados, escreveu por muito tempo na revista carioca *O Cruzeiro*. Sobre os vetos censórios no Estado Novo, ver Nasser (1947).

¹⁰ Demonstrando ambigüidade de atitudes, num período anterior a 1974, a Editora Abril possuía um funcionário íntimo da repressão, o que certamente facilitava os trâmites. A semelhança das diretrizes de autocensura que parte da grande imprensa instituiu para si, algumas empresas de comunicação foram além e montaram um aparato paralelo que lhes garantisse não ter problemas com o governo nessa seara. Duas organizações instituíram esse tipo de estrutura: a Rede Globo e a Editora Abril. Ver Kushnir (2001, cap. 3). Para a análise de uma experiência similar no *Jornal do Brasil*, ver Kushnir (2001, cap. 1).

¹¹ O cargo de editor-responsável foi dado a Boris Casoy em função do episódio que envolveu o jornalista Lourenço Diaféria e a imposição do ministro do Exército, general Sílvio Frota. No dia seguinte à prisão de Diaféria, o general Hugo Abreu, chefe da Casa Militar do presidente Ernesto Geisel, ligou para o jornal e Octavio Frias de Oliveira, proprietário do periódico, pediu que Cláudio Abramo se demitisse, tendo sido então substituído por Boris Casoy.

nhã, segundo Casoy, optou por se autocensurar e acatar as instruções do DPF acerca do que publicar porque “*não era uma hora de atos heróicos e se deveria, acima de tudo, preservar fisicamente o jornal*”.¹²

O Grupo Folha recebeu um total de 303 notas de proibição. Em 17 de outubro 1975, às 20h15min, três anos e sete meses após o recebimento da primeira nota, a Agência Folhas comunicou aos editores de seus jornais que:

através de telefonema, o agente Nilo Ferreira, da Polícia Federal, transmitiu-nos a íntegra do “rádio” proveniente do DPF de Brasília, cujo texto segue abaixo, informando tratar-se de uma solicitação aos jornais:

“Face problema estudantil Bahia estar sendo explorada agitação antinacional, solicita-se a colaboração do prestigioso órgão de comunicação no sentido de não ser dada cobertura àquela manobra.”

Ser chamado ao telefone para receber ordens sobre o que divulgar também foi algo presente no cotidiano das redações cariocas.

Em 1978, o jornalista Alberto Dines — editor-chefe do *Jornal do Brasil* entre janeiro de 1962 e 1973 — lembrou que dois maiores chegaram à sede do jornal no dia que seria decretado, à noite, o AI-5 e

*a direção me convocou para receber instruções. O Jornal do Brasil não pretendia opor-se a eles, causar qualquer problema. Então pedi licença à direção, longe dos censores, evidentemente, para me conceder o direito de que pelo menos nesta primeira edição do Jornal do Brasil sob censura fosse registrada nossa resistência.*¹³

Estampada na primeira página do *JB*, no dia 14 de dezembro de 1968, uma pequena nota no alto do canto esquerdo informava a *previsão* da meteorologia e era categórica:

Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38º em Brasília. Min.: 3º nas Laranjeiras.

Em 19 de setembro de 1972, o *JB* também seria “presenteado” com um informe do DPF. Esse tipo de mensagem começara a chegar dias antes, precisamente no dia 14, e permaneceria mesmo depois da saída de Dines do jornal, em 1973. Naquele dia 19, o inspetor Costa Sena determinava a proibição de divulgar o “*discurso do líder da Maioria [a Arena], Senador Filinto Müller, negando que exista censura no Brasil*”. Ficava então

¹² Entrevista concedida à autora em 21-4-1999.

¹³ *Boletim da ABI*, nov./dez. 1978.

combinado que não havia censura e que se vetaria que se dissesse o contrário, o que fez da existência dessa intervenção estatal na liberdade de expressão uma temática impubli-cável nas páginas dos jornais e revistas. Muitos periódicos acataram as ordens.

Para preparar essa estratégia de atuação, o DPF sistematizou um pouco antes as intervenções. Num relatório do Sigab encaminhado pelo general Nilo Canepa ao ministro Alfredo Buzaid, o diretor do DPF relatava as atividades de censura à imprensa. Tal documento pretendia dar conta da presteza de suas ações antes de deixar o cargo. Assim, contabilizou 80 intervenções de 10 de agosto de 1971 a 3 de janeiro de 1973, em que a preocupação censória girava em torno de temáticas como: subversão, publicações, política, clero, sucessão presidencial, tóxicos, política econômica, apreensão de jornais e/ou revistas e assuntos diversos.¹⁴ Para se ter uma noção do montante interditado, em 1973, foram apreciados e censurados 7.309 filmes para cinema e TV, 1.201 peças de teatro e cerca de 25 mil músicas. Desse total, o DPF embargou 37 filmes e 11 peças. Estranhamente, contudo, o relatório não cita o número de músicas censuradas.

Com a posse do general Antonio Bandeira na direção do DPF, em 29 de maio de 1973, houve uma clara demonstração do endurecimento da atuação do órgão. General-de-brigada do Exército, Antonio Bandeira foi comandante do 3º Batalhão de Infantaria do Distrito Federal entre 1971 e 1973. Nesse posto, foi responsável pela repressão e tortura de militantes das esquerdas armadas e, em parceria com o general Hugo de Abreu, comandou o cerco à guerrilha do Araguaia, entre abril de 1972 e 1974.

Em menos de um mês no comando do DPF, o general Bandeira ordenou a apreensão de 10 filmes liberados pela gestão anterior e determinou que a transmissão dos informes às redações — os *bilhetinhos* — receberia um tratamento policial e controlado, com data e horários determinados, instalando o terror também entre os seus funcionários, os censores. O medo de que Brasília não gostasse de qualquer liberação assustava muito os censores. O jornalista Raimundo Pereira, na época trabalhando no jornal alternativo *Opinião*, exemplifica a loucura que se instalou:

Um funcionário da censura do Rio [ameaçou] impedir a saída de uma edição do [jornal] porque nós havíamos acrescentado o nome do Secretário-Geral da ONU, Kurt Waldheim a trecho de uma matéria já censurada em Brasília. “Não é possível”, dizíamos. “Você tem de compreender que o acréscimo do nome Kurt Waldheim não representa nenhuma mudança”. (...) Escute, [disse o censor], não somos nós, do Rio, que fazemos a censura; nós fazíamos, mas ela foi levada para Brasília porque os superiores não gostavam. Agora vocês não vivem reclamando que eles cortam o nome do Chico Buarque da autoria de uma música? Como vou lá saber se os homens lá em cima não têm implicância com esse tal de Kurt Waldheim?”¹⁵

¹⁴ Ofício 2/73, Sigab/DG (Fundo: DSI/MJ, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

¹⁵ Pereira (1976:8).

Reflexos da posse do general Bandeira: o Serviço de Censura do Rio foi considerado flexível demais. Certamente essa imagem adveio da fama do chefe da censura no estado, o general Juarez, que concedia expediente na praia e somente por dois dias na semana. Figura conhecida da boemia ipanemense nos anos 1960, o poeta Vinicius de Moraes foi um dos que teve o prazer de conhecer esse censor. Ao fazer a letra de *Garota de Ipanema*, em parceria com Tom Jobim, se inspirara na bela Heloísa Eneida Meneses Paes Pinto.

Quando se espalha a notícia de que Helô é a musa inspiradora de “Garota de Ipanema”, d. Eneida [mãe da moça] decide tomar uma atitude. Procura o marido, Juarez Pinto — um militar alagoano de formação conservadora, que viria a exercer, durante o regime militar, o papel de censor do semanário O Pasquim.¹⁶

O Pasquim nasceu no Rio, em 26 de junho de 1969, seis meses após o AI-5. Surgiu irreverente em tempos de arbítrio e era formado por uma patota — para usar uma gíria da época — constituída, em boa parte, de mineiros e freqüentadores do restaurante Jangadeiro e do píer de Ipanema. Ainda no governo Médici, no início de novembro de 1970, e por longos 60 dias, parte da redação d’*O Pasquim* permaneceu presa na Vila Militar, no Rio de Janeiro. Policiais do DOI-Codi invadiram a redação e prenderam todos os jornalistas presentes, menos Tarso de Castro, que conseguiu fugir. O restante do grupo enfrentou oito semanas de cárcere.¹⁷

A “Operação Gaiola” — que, entre outros, prendeu os jornalistas — talvez tenha tirado de circulação 10 mil pessoas.¹⁸ Desde junho daquele ano, *O Pasquim* estava sob censura prévia, o que obrigava a redação a enviar as matérias para o DPF e esperar os cortes e aprovações para só então montar o exemplar. Mas nem sempre foi assim. Durante alguns meses, o jornal teve um censor na redação, o que agilizava os trabalhos. A primeira censora d’*O Pasquim* foi “Dona Marina” ou Marina de Almeida Brum Duarte.¹⁹ Segundo Ziraldo:

havia uma relação cordial com a primeira censora destacada para cuidar d’O Pasquim. Dona Marina recebia os jornalistas em casa, oferecia café e discutia os cortes: “não, isso aqui não convém sair, não. Vamos tirar isso... Não, vocês não vão fazer eu perder meu emprego”.²⁰

¹⁶ Castello (1994:246).

¹⁷ Sobre a trajetória de *O Pasquim*, ver Kucinski (1991); Rego (1996); e Souza (1999).

¹⁸ Alves (1984:161).

¹⁹ Em sua ficha funcional consta que nasceu em 29-1-1918, no Rio Grande do Sul, e era casada, fiscal e técnica de censura. Teve duas carteiras como censora, as de número 49 e 424. Era contratada, ou seja, não havia feito, até 1974, concurso para técnico de censura (Acervo DCDP, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

²⁰ Souza (1999:161).

No mote das lembranças, por vezes misturando datas e fatos, o cartunista Jaguar rememorou que

nós descobrimos que [ela] tinha um ponto fraco: gostava de beber. Todo dia a gente botava uma garrafa de scotch na mesa dela e depois da terceira dose ela aprovava tudo. Resultado: foi despedida... no lugar dela entrou o general Juarez Paz Pinto, excelente figura humana. (...) Já aposentado como general (...) ele recebia a gente em uma garçonnière, debaixo de um enorme retrato da Brigitte Bardot com os peitos de fora.²¹

Retirada d'*O Pasquim*, mas não da censura, a censora “aprendeu” a lição. Em 1978, dona Marina Brum Duarte, ao analisar o jornal *Repórter*, em nada se parecia com a figura desenhada por aqueles jornalistas. Extremamente rigorosa, ao dar seu parecer foi categórica ao afirmar que:

[o] jornal supra, aos moldes do Pasquim, é uma peça subversiva completa e acabada de comunicação imediatista pelas fotos, legados e slogans. Reedita os acontecimentos de 1968 entre a polícia e estudantes, inclusive com detalhes: missa, velório e ação do clero na morte do jovem estudante Edson, etc. Traz textos de entrevistas com meretrizes, fotos de sexo grupal entre marginais em plena via pública, que supomos, tenham sido preparados para impacto do leitor desavisado. À última página, comenta a detenção do escritor Callado no Galeão. O delegado Fleury e sua comentada vida funcional de torturas, etc, além de reavivar o caso do coronel da Aeronáutica Hélio Lívio versus Mascaro. O mais importante, porém, a nosso ver, é a nota no verso da 2ª página, quando se refere à sucessão presidencial por um civil a carta de um leitor. Consideramos o jornal uma provocação aos órgãos de segurança. Sua mensagem óbvia é a de agitar e desprestigiar as autoridades vigentes, utilizando e explorando a marginalidade e sua patologia no flagrante desrespeito à moral e aos bons costumes.²²

Uma década depois dessa raivosa nota de dona Marina o país mudara bastante. Fora assinada uma anistia política recíproca em 1979, e um civil havia sido eleito, por via indireta, presidente da República. A morte de Tancredo Neves em 1985 levava ao poder o maranhense da Arena, José Sarney. A movimentação que tomara conta do país em fins de 1983 exigindo “Diretas Já”, mesmo não obtendo sucesso, levava novamente o povo às ruas.

O espírito de transformação foi canalizado para uma nova Constituição, promulgada em 1988. Quando de sua promulgação, os novos ares levaram quase todos os jornais e revistas semanais a publicar matérias sobre episódios de censura no pós-1964. No

²¹ Kucinski (1991:162-3).

²² Parecer nº 885/78, Fundo DCDP, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Correio Braziliense, Zivaldo relembrou o período de censura n’*O Pasquim*. Ao mencionar o general Juarez, revelou a existência de uma relação de intimidade, uma vez que o militar chamava os jornalistas de “meus meninos” e aconselhava: “*Sejam ambíguos, generalizem*”. Famoso contador de casos, como todo bom mineiro, mas ainda preso ao passado, o chargista pareceu seguir os conselhos do general, sonegando detalhes:

*silencia como se ainda estivesse sob censura. Mineiro legítimo, não revela sequer o ano em que a história aconteceu. Mas, como consolo, conta outro caso: Em um ano qualquer (também segredo) ele viajou a Florença. E enviou de lá um cartão-postal endereçado a três censoras então responsáveis pela vigilância no Pasquim. No cartão, a imagem mostrava o Davi de Michelângelo, de costas. E o texto assinado pelo cartunista explicava: “Tô mandando ele de costas porque se estivesse de frente vocês cortavam o P... dele”. Quando Zivaldo voltou, não encontrou mais as três censoras. Elas foram afastadas do jornal porque deram liberdade demais ao censurado.*²³

Os fatos, na verdade, não são bem estes. As censoras deixaram *O Pasquim* porque liberaram uma matéria que discutia o racismo no Brasil. Eram tempos do general Antonio Bandeira no DPF. Enfurecido, ele veio pessoalmente de Brasília ao Rio para puni-las e “explicar” que aqui não havia segregacionismo. Esse episódio me foi narrado pela censora *Carolina* — na função desde 1972 e aposentada em 1995.

Carolina, que é maranhense, veio estudar letras no Rio de Janeiro e ingressou no Serviço de Censura em 1972 a convite, já que não conseguia emprego na sua área. Por dominar a língua francesa, foi incumbida de censurar os livros estrangeiros. A própria *Carolina* fez referência ao “presente” recebido de Zivaldo — o Davi de Michelângelo —, tirando o cartão da gaveta e confirmando ter sido ela uma das três censoras d’*O Pasquim*.²⁴ Pontuando os acontecimentos, sublinhou que o general Juarez foi considerado extremamente condescendente com os órgãos de imprensa, sendo substituído por Wilson de Queiroz Garcia. Jornalista e censor de carreira, Queiroz Garcia, com essa nomeação, acumulou a direção da Censura de Diversões Públicas com a chefia do Sigab, seção da Guanabara.²⁵

²³ *Correio Braziliense*, 12 mar. 1989, p. 6-7.

²⁴ *Carolina* me recebeu junto com uma amiga, também censora, *Mariana*, e optaram por conceder a entrevista em conjunto, em 23-1-1998. Foram minhas primeiras entrevistadas e me trataram com grande cordialidade. *Carolina* depois fez mais um depoimento, em 30-4-1998, para sanar algumas dúvidas. Na época, *Carolina* tinha 50 anos e *Mariana* 56. Ambas já estavam aposentadas. Por seu intermédio, cheguei a uma rede de amigos e amigas, censores, com quem conversei. O pedido para que seus nomes verdadeiros não aparecessem foi aqui respeitado.

²⁵ A relação de jornalistas que exerceram a função de censores federais é um dos motes centrais de minha tese.

Após esse atrito com *O Pasquim*, o jornal passou a ser censurado via Brasília, como também ocorreu com o *Opinião* e o *Movimento*. Esse tipo de expediente visava quebrar o jornal, já que o obrigava a fechar com muita antecedência, afastando ainda mais os anunciantes e fazendo com que chegasse às bancas “meio velho e requentado”. Por outro lado, havia também o intuito de afastar o censor do contato com os jornalistas nas redações. Isso porque a direção do DPF compreendia essa retirada como uma forma de preservar o censor, já que, segundo ela, o contato com os jornalistas servia para efetuar nos censores uma espécie de lavagem cerebral.

As regras censórias, portanto, são de difícil padronização. Cada jornal, um caso. Enquanto uns podiam publicar certas matérias, outros já não podiam. Dentro desse espírito, uma análise cuidadosa das colunas “Datas” e “Gente” da revista *Veja*, a partir de 1973, causa surpresas. Era comum a publicação de pequenas notas, colhidas do *Diário Oficial*, informando sobre as proibições da semana. Assim, noticiavam-se os filmes que o general Antonio Bandeira proibira, por exemplo, em 5 de setembro de 1973. Ou constatava-se que talvez o escritor Plínio Marcos não voltasse à dramaturgia, já que sua peça *Abajur lilás* tivera recusado o recurso de veto à censura pelo Ministério da Justiça. Se em setembro de 1972 o *JB* não pudera noticiar a existência de censura, um ano depois o tema estava nas colunas do semanário da Abril.

Quase sempre no canto final da página, as notas informavam e marcavam uma posição — divulgavam a existência da censura oficial imposta e não corroboravam a proibição. Nem sempre *Veja* pôde agir assim, armando uma “resistência”. A partir de 1974, o panorama se alteraria muito em sua redação. O editor, Mino Carta, tentando burlar a censura, criou seu “diabinhos”. Eles eram colocados na revista nos espaços das matérias proibidas. A “brincadeira” durou poucos números e foi proibida.

Em contrapartida, vale sublinhar que em muitos momentos essa revista e outros periódicos divulgaram informes oficiais como fatos verídicos, sem a devida verificação do que ocorrera. Esse tipo de expediente auxiliou os órgãos de repressão a difundirem inverdades, como mortes sob tortura que apareciam como atropelamentos.²⁶

Vetou-se à *Veja* o uso dos *diabinhos*, mas permitiu-se a *O Estado de S. Paulo* que publicasse *Os Lustadas*, de Camões, em substituição às matérias censuradas. Receitas culinárias figuraram nas primeiras páginas de outro jornal da família Mesquita, o *Jornal da Tarde*. Delimitando o alcance dessa estratégia, Oliveiros S. Ferreira — secretário de redação d’*O Estadão* — lembrou que eram frequentes ligações de leitores para o jornal reclamando que a receita de bolo não dava certo...²⁷

²⁶ Um exemplo da publicação de versões oficiais é a notícia da morte do militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) Norberto Nehring, morto em abril de 1970. Algo que não constituiu exceção na imprensa brasileira. Para um histórico deste e de outros fatos reveladores dessa forma de agir por parte da grande imprensa, ver Kushnir (2001, seção “Os policiais” do cap. *Folha da Tarde*). A trajetória da revista *Veja* no período foi analisada em Gazzotti (1998).

²⁷ Entrevista concedida à autora em 17-6 e 30-9-1997.

Para o censor Coriolano Loyola Cabral Fagundes, que atuou n' *O Estadão* na época, a tática de utilizar receitas e poemas era, na visão da censura, uma permissão dada ao jornal.²⁸ Nas regras desse jogo, contudo, o silêncio era fundamental. A existência de censura prévia à imprensa era vista pelo regime como algo proibido de ser mencionado. Sendo de conhecimento notório de um público restrito, estabelecia um pacto de segredo, mas não de total sigilo.

Nesse complicado terreno do que se podia publicar, quando e onde, Raimundo Pereira, relatando um período em que trabalhava no *Movimento*, queixou-se de não ter a mesma regalia de avisar aos leitores que o jornal estava submetido à censura. Sua reflexão sobre os jornais *Opinião* e *Movimento* expõe as várias regras existentes. Assim:

*jornais como [esses], que não podem colocar versos de Camões nem receitas de doces no lugar das matérias censuradas, contribuem involuntariamente para que o leitor tenha uma idéia mais favorável do que é realmente a censura. (...) Muitas pessoas ficam estupefatas quando sabem que a censura corta de jornais como o nosso centenas (eu disse mesmo centenas) de notícias que são livremente publicadas em outros jornais.*²⁹

O diretor de *O Estado de S. Paulo* parece concordar com Raimundo Pereira. Falando do conjunto de decretos que “regulava” a censura, conferindo-lhe um poder que vinha de outra esfera, Júlio Mesquita afirmava que a

*legislação de censura para os meios de comunicação é contraditória, por força do grande número de portarias e instruções que complementam os diplomas de archo fundamentais, os jornais continuam à mercê de decisões subjetivas que variam consoante o critério da autoridade encarregada de interpretar os textos.*³⁰

Na mesma seqüência de notas publicadas por *Veja* sobre material censurado em outros lugares, e que saía na coluna “Datas”, há vários livros listados como proibidos. Essas anotações constroem um verdadeiro inventário do que foi impedido de circular em território nacional. Em setembro de 1975 foram alvos de interdição desde *Sexo para jovens e adultos*, de um desconhecido Robert Charthman, até *La Internacional Comunista desde la muerte de Lenin*, de Leon Trotski. Cabia ao Ministério da Justiça determinar os livros que seriam proibidos. A correspondência trocada entre a agência do Sigab no Rio de Janeiro, assinada por seu diretor, Wilson de Queiroz Garcia, e a do Distrito Federal adverte, por exemplo, que o “*livro* Presença dos EUA no Brasil *não constava da lista dos proibidos pelo Ministério da Justiça*”³¹

²⁸ Depoimento à autora em 18-8-1998.

²⁹ Pereira (1976:8).

³⁰ Mesquita (1972:6).

³¹ Fundo Sigab, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Concebido com executor de censura política e, portanto, fora das atividades do DCDP, o Sigab teve como diretor-geral nos anos 1970, em Brasília, o dr. Helio Romão Damásio Segundo. No Rio, a coordenação dos trabalhos coube, por bom período, a Wilson de Queiroz Garcia, que a partir de 1º de abril de 1975 acumulou, na Guanabara, o comando do Serviço de Censura e do Sigab. É muito difícil estabelecer as identidades e os momentos em que cada ocupante esteve nos cargos. O DPF não permite consulta aos seus arquivos e informa que o material sobre a censura já se encontra no Arquivo Nacional. Contudo, como confidenciou a censora paulista *Margarida*, houve uma ordem, no fim da década de 1980, para “queimar tudo”. Depois foi dada uma contra-ordem, mas muito já havia sido destruído.

Para identificar vestígios do grupo que atuou no Sigab do Rio, recorri a esse “resto” de documentação, a essas sobras. Em um dos bilhetinhos, por exemplo, ao divulgar que Chico Buarque de Holanda estava sob censura, o funcionário nomeia alguns componentes dessa “elite censória”. Assim, fica-se sabendo que no Sigab do Rio havia 23 censores,³² entre os quais Ana Maria Vieira, Augusto da Costa, Eugenia Costa Rodrigues, Frederico da Silva Simões, Maria Ribeiro de Almeida, Maria Cecília Martins, Odette Martins Lanzioti, Rogério Freitas Fróes, Solange da Silva Vidal e Sônia Maria Galo Mendes.

Esse exército era comandado por Queiroz Garcia, que, no exercício de sua dupla função, proporcionava experiências hilariantes. Há diversos documentos em que o chefe do Serviço de Censura, Wilson de Queiroz Garcia, escreve para o chefe do Sigab na Guanabara, Wilson de Queiroz Garcia, que depois responde a si mesmo. Um bom exemplo é um documento do Centro de Informações da Polícia Federal (Sigab-DF) solicitando,

com o fim de confrontar, atualizar e, eventualmente, abrir novas fichas de controle, (...) com a máxima presteza e tão completo quanto possível, um levantamento das tendências e opiniões dos principais jornais e revistas no Estado do Rio de Janeiro.

Queiroz Garcia, na qualidade de diretor do SCDP, responde à solicitação e pede os dados ao Sigab. E no Sigab, ele transmite a ele mesmo os dados, em um ofício encaminhado ao SCDP.³³

Em São Paulo, o Sigab foi dirigido por Richard Bloch — um empresário aposentado e sem vínculos com o DPF. Durante os embates entre Mino Carta, de *Veja*, e Armando Falcão, ministro da Justiça, a revista, que não sofria censura prévia até aquele momento, passou a ter um censor na redação: Richard Bloch.

Para exemplificar as possibilidades de negociação que uns tinham e outros não, Boris Casoy, relembando a figura de Bloch, narrou que muitas vezes pegava o telefone e ponderava: “*Mas sr. Bloch, assim não vai ser possível, essa matéria pode passar*”. E

³² Ofício Sigab nº 242/75, Fundo Sigab, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

³³ Ofício Sigab nº 417/75, Fundo Sigab, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

ele respondia: “*o Senhor tem razão, pode publicar*”.³⁴ Esses laços perduraram no tempo e, após deixar o Serviço de Censura, Richard Bloch um dia ligou para Casoy. Queria conhecê-lo e saíram para almoçar. Em 1986, *Veja* entrevistou o ex-censor, que declarou ter aceitado o trabalho a convite do amigo general Denizard Soares de Oliveira, superintendente regional do DPF em São Paulo, porque “*gostava de saber antes o que seria publicado*”.³⁵

A assessora direta de Richard Bloch no Sigab foi Solange Hernandez — advogada e historiadora formada pela USP —, que o auxiliava no preenchimento dos pareceres a fim de respeitar decretos e leis. Nesse período, Solange *Tesourinha* era apenas uma voz

*muito temida nas emissoras de TV de São Paulo. Essa senhora, cujo rosto e qualificação são desconhecidos, é quem telefona da Polícia Federal para as redações, determinando as notícias que não podem ser divulgadas.*³⁶

Concomitantemente com os “mandatos” de Richard Bloch e *Tesourinha* no Sigab, dirigiram o SCDP em São Paulo os jornalistas Manoel Márcilio Nogueira, José Vieira Madeira, José Augusto da Costa, Maria Inês e Drausus Seiman Dorneles Coelho. O jornalista e censor de carreira José Vieira Madeira antecedeu *Tesourinha* no comando do DCDP, durante a curta gestão do ministro Petrônio Portella na pasta da Justiça. A censora *Margarida* — paulista, formada em pedagogia pelo Mackenzie —, que prestou o primeiro concurso para técnica de censura em 1974, aos 27 anos, foi assessora de Solange Hernandez quando esta assumiu a direção do DCDP em Brasília em 1981. Traçando os perfis dos colegas, registrou que a censura aos jornais era feita por homens, já que o trabalho era executado à noite, quando o material descia para a impressão.³⁷ Mas sempre houve mais censoras do que censores.

Vieira Madeira era considerado por muitos, do governo e da classe artística, um censor condescendente, que permitia o diálogo, o que certamente parecia ser um ganho. No início do governo Geisel, quando dirigia o SCDP-SP, alguns órgãos de imprensa começaram a noticiar que a censura estatal ia ser extinta. Outros divulgaram que ia se tornar “mais inteligente”, não permitindo abusos desnecessários.

Às vésperas da decretação do fim do AI-5 e das negociações pela anistia, mas principalmente depois que a cúpula do governo Geisel escolheu seu sucessor, parte da grande imprensa foi novamente convocada a colaborar com o governo na construção dessa imagem de harmonia.

³⁴ Entrevista concedida à autora em 21-4-1999.

³⁵ *Veja*, 3 set. 1986, p. 29.

³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 26 jan. 1977, p. 9.

³⁷ Entrevista concedida à autora em 2-10-1997 e em 1-4-1998, na sua sala na Superintendência da DPF em São Paulo.

Antes, porém, nos primeiros dias de junho de 1977, a censura prévia foi retirada de alguns jornais, como *Movimento*, *O Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa*. Medidas restritivas tinham que compensar certa “flexibilidade”. Essa “abertura” culminou, em fins de 1978, com a revogação de vários atos e decretos, principalmente o AI-5, e em uma anistia não ampla, nem geral ou irrestrita, mas recíproca.

Imbuídos desse espírito, dois grandes jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo brindaram seus leitores com dossiês sobre as trevas que pareciam findar. E revelaram muito do que a tesoura e o lápis vermelho haviam impedido que viesse a público. A *Folha de S. Paulo* de 5 de março de 1978 e o *Jornal do Brasil* de 18 de junho de 1978 produziram um amplo painel sobre os temas censurados. No cotidiano da censura do jornal paulista, esses temas foram:

- ▼ tóxicos;
- ▼ Flávio Cavalcanti;
- ▼ Aduino Cardoso (senador da Arena e advogado d’*Opinião* contra a censura);³⁸
- ▼ Clóvis Stenzel (senador e líder da Arena);
- ▼ Cirne Lima (ministro da Agricultura);
- ▼ sucessão de Médici;
- ▼ Ordem dos Advogados do Brasil;
- ▼ Figueiredo Ferraz (prefeito de São Paulo);
- ▼ a própria censura;
- ▼ epidemia de meningite.³⁹

O inventário do *JB*, coordenado pelo jornalista Elio Gaspari, opta por analisar a questão dividindo-a em quatro períodos de censura:

- ▼ 13-12-1968 a 14-9-1972: primeiros *bilhetinhos*;
- ▼ 14-9-1972 a 18-6-1973: quando se libera o noticiário sobre a sucessão presidencial e se apresenta o general Geisel;
- ▼ 15-3-1974 a 8-10-1975: desde a posse de Geisel ao bilhete 270, proibindo as manifestações estudantis;
- ▼ Até 8-6-1978: fim dos censores nas redações.

³⁸ Um perfil desse senador foi analisado em Grinberg (2002).

³⁹ A médica Rita de Cássia Barradas Barata publicou uma dissertação de mestrado em saúde pública acerca da manipulação das notícias sobre a doença na época. Ver Barata (1988).

A meu ver, entretanto, há um erro de avaliação de Gaspari. Primeiro, as notas censórias — os *bilhetinhos* — não começam no AI-5. No intervalo de dezembro de 1968 a setembro de 1972, esses informes são pontuais e não têm a importância do pós-setembro de 1972. Segundo, o universo de proibições de 1972 a 1975 chegou a 303 notificações. O *JB* recebeu 270, mas o total foi maior.

Por esse raciocínio, como esclarece Raimundo Pereira, em certo momento, o que importava ao governo Médici era ajudar o ministro Delfim Neto a criar uma imagem de inflação de 12%, quando na realidade esta chegava a 30%. Por isso, entre outros tópicos, era tão importante controlar o impresso. E mais que isso, contar com o autocontrole interno das redações — as colaborações.

Mas as reflexões de Gaspari são refinadas quando, analisando o fim dos *bilhetes*, em 1978, identifica uma outra conjuntura. Como lembra, só o *Jornal do Brasil* noticiou, no dia 31 de dezembro de 1978, em manchete de primeira página, que o “Regime do AI-5 acaba à meia-noite de hoje”. Com a extinção daquele ato institucional,

os cidadãos readquiriam o direito ao habeas-corpus, o Congresso e o Judiciário voltavam a ser poderes independentes e estavam revogadas as penas de morte e banimento.

Nenhum outro jornal publicou essa informação. (...) A ditadura militar ia acabar, mas ninguém estava mais prestando atenção nisso.

(...) Essa foi a principal característica do desmanche do regime ditatorial iniciado em abril de 1964. Ele foi se desmanchando aos poucos, com tanta precisão que até hoje não se pode dizer quando acabou. Talvez o certo seja dizer que não foi desmontando. Foi camaleonicamente transformado. A transformação foi chamada de “lenta, gradativa e segura distensão”, pelo seu executor, o general Ernesto Geisel.⁴⁰

No âmbito da difusão de informações na pós-anistia, houve também uma nova artimanha *cameleônica* para acomodar interesses e vontades. O pacote de abril de 1977, o avanço político do MDB, os embates da luta armada, os militantes de esquerda mortos, a tortura, nada disso entrou em pauta. A divulgação feita ainda recebeu um tratamento bastante transversal. A reflexão sobre esses tópicos ganhou um invólucro de certa placidez e de notícias de um tempo remoto. Eram as “contingências do momento”, e novamente parte da grande imprensa cumpriu sua missão de acatar as regras do jogo.

No universo dos censores, contudo, era difícil para muitos se acostumar com a idéia de que estavam ocorrendo mudanças. A truculência por vezes marcava as ações. O censor Helio Guerreiro, por exemplo, que chegou a dirigir o Serviço de Censura no Rio de Janeiro no início dos anos 1980, também foi um dos muitos censores que passaram

⁴⁰ Gaspari (2000:12), destaque meu.

pela redação da *Tribuna da Imprensa*. Em 21 de setembro de 1976, Hélio Fernandes, diretor do jornal, recebeu um bilhete do pessoal da oficina:

Sr. Hélio,

O censor Guerreiro, além de armado, vem ameaçando fisicamente colegas da Redação. Esta madrugada, por exemplo, ele afirmou nas oficinas que, se soubesse quem tinha feito o Opinião daria um tiro. Isto foi visto e ouvido pelo pessoal da Oficina.⁴¹

Profissão tida como malvista, a carreira censória, contudo, ganhava adeptos. Em 1977, um concurso para o cargo reuniu 5 mil candidatos e motivou as Faculdades Integradas Estácio de Sá, no Rio, a montar um curso preparatório.⁴² Nesse mesmo ano, como reflete Bernardo Kucinski, iniciou-se um processo de expurgos nas redações. Elas deviam aproximar governo e donos de jornal num novo pacto pelo “bem da nação”. Um caso famoso foi o que retirou Cláudio Abramo da *Folha de S. Paulo*, em setembro de 1977, e colocou como editor-responsável pelo jornal Boris Casoy.

Indiferente às mais de mil assinaturas de intelectuais pelo fim da censura entregues no começo daquele ano ao ministro Falcão, o governo continuou contratando censores e interferindo no tabuleiro de poder, um pouco mais à esquerda, que algumas redações da grande imprensa ainda mantinham. Ansiando por transformações, dois anos depois, no início do governo do general João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-85), o censor e jornalista José Vieira Madeira foi promovido a diretor do DCDP, substituindo Rogério Nunes. Na sua escolha, um sinal de mudança. Mas a censura parecia estar longe do fim.

Com uma trajetória muito semelhante a de outros censores/jornalistas, Vieira Madeira foi pauteiro de *O Globo*, *O Dia* e, quando *A Noite* fechou, compunha a equipe do *Repórter Esso*. Transferido para Brasília, em 1961 fez concurso para o Ministério da Justiça. Ter um emprego político, além do jornal, é um caminho pouco singular entre jornalistas. Trabalhar na censura, estando no ministério, foi uma decorrência natural. Empossado diretor do DCDP a convite do ministro da Justiça, Petrônio Portella, Madeira exonerou-se em novembro de 1981.

A substituição do ministro da Justiça, devido à morte de Portella, fez com que Solange Hernandez chegasse ao posto máximo da censura estatal. Legítima representante da “linha dura” da censura, o ministro Abi-Ackel a escolheu por desejar alguém que reestruturasse o serviço. Acabar com a censura, portanto, estava fora de cogitação.

Marcadamente centralizadora, Solange Hernandez retirou da gaveta uma lei de 1968 e instituiu o Conselho Superior de Censura — órgão entre o DPF e o Ministério da Justiça, para rever as decisões do DCDP. Mesmo num momento que parecia apontar

⁴¹ A censura à imprensa. *Boletim da ABI*, jan./fev. 1977, p. 3.

⁴² *Jornal do Brasil*, 27 jun. 1977, e *O Dia*, 31 jul. 1977.

para um apagar das luzes da censura, já que o general-presidente estava comprometido com o processo de abertura, *Tesourinha* determinou maior rigor e melhor organização no trabalho censório.

Relatórios mensais de atividades foram exigidos dos censores, controlando-se com mão-de-ferro a execução das tarefas. O grande embate desse período, entretanto, se deu quando da censura do filme *Pra frente Brasil*, de Roberto Farias. Analisado por três censores, como de praxe, e sendo um deles Coriolano Fagundes, a película foi liberada. Com temática do passado recente, a história contava pela primeira vez os duros momentos de luta armada do início da década de 1970 — com direito a cenas de tortura explícita.

Pareceres sumiram do processo, censores foram punidos por sua atitude de liberar a exibição do filme e este só foi autorizado a ganhar as telas após a Copa do Mundo de Futebol de 1982.⁴³ Esse fato da liberação/interdição do filme expôs a disputa, no interior da censura, entre duas alas: os mais liberais, ligados a Coriolano Fagundes; e os mais radicais, vinculados à diretora do órgão.

Em agosto de 1982, Solange Hernandez confessou à imprensa que havia retirado os pareceres do processo e justificou sua atitude dizendo se preocupar com a saúde mental da população. Enquanto foi a “dona da tesoura”, *Tesourinha* desaprovou, segundo os registros do DCDP, 2.517 letras de música, 173 filmes inteiros, 42 peças de teatro e 87 capítulos de novelas.

Para dar uma noção da radicalidade da censora, o cineasta Neville d’Almeida lembrou sua negociação com Solange Hernandez para a liberação do filme *Rio Babilônia*. Sempre muito simpática, intransigente e firme nas suas posições, ela sentenciou que “*o povo não está preparado para isso. (...) O problema do seu filme não são os detalhes, mas a essência*”.⁴⁴

A advogada que se sentia acima da lei adentrou, mesmo que de forma jocosa, o imaginário do músico Leo Jaime. A censora tornou-se, assim, o símbolo de uma interdição estatal conservadora, arcaica e, principalmente, violenta. Para ela, Leo Jaime compôs *Solange*

*Eu tinha tanto pra te dizer
Metade eu tive que esquecer
E quando eu tento escrever
Sua imagem vem me interromper.
Eu tento me esparramar
E você quer me esconder*

⁴³ O cineasta Roberto Farias, que também foi diretor da Embrafilme, contou-me que recebeu uma cópia do processo de julgamento do filme com os pareceres originais em sua casa numa carta anônima.

⁴⁴ *Folha de S. Paulo*, 16 abr. 1983, p. 29.

*Eu já não posso nem cantar
 Meus dentes rangem por você
 Solange, Solange, Solange
 Eu penso que vai tudo bem
 E você vem me reprovar
 Cê não me deixa nem pensar
 Seu nome está em cada lugar
 Você é bem capaz de achar
 Que o que eu mais gosto de fazer
 Talvez só dê pra liberar
 Com cortes pra depois do altar.*

É claro que a música foi censurada, mas a eleição de Tancredo Neves e a posse de José Sarney deram o poder à ala mais flexível da censura. Coriolano Fagundes tornou-se diretor do DCDP e enfrentou os dilemas de um “fim da censura” que não se sustentava no aparelho de Estado. Fora do cargo menos de dois anos depois de assumi-lo, e radicalmente diferente do homem que antes se definia como um “democrata liberal, civil e civilista”,⁴⁵ Coriolano Fagundes,

longe da tesoura desde 1988, o último diretor da Divisão de Censura Federal acompanhou os últimos suspiros da censura oficial no Brasil. Considerado de postura liberal no governo Sarney, hoje ele mudou completamente a sua visão. “Tenho uma nova ordem de valores”, relata Fagundes, que há um ano virou pastor da Igreja Assembléia de Deus. Não assiste televisão, que considera “obra do maligno”, e deixou de frequentar cinemas. Não vê nem mesmo os telejornais. “As cenas picantes nos intervalos deterioram a programação”, critica. Fagundes assinou o último ato de censura no País: a proibição do filme Je vous salue Marie em 1986. “Na época assinei o ato interdatório contra a minha vontade. Hoje o faria com a maior tranquilidade”, diz o ex-censor, que anda de Bíblia na mão. Na sua opinião, nem um departamento de censura nem a Justiça podem dar jeito na bagunça. “Não bastam soluções humanas, que são todas paliativas”, discursa o pastor. “Para barrar a caminhada pervertida da humanidade só resta Jesus Cristo.”⁴⁶

Assim, a burocracia autoritária e repressiva foi, como definiu Elio Gaspari, se diluindo *camaleonicamente*. Os censores também teriam que se moldar a um outro lugar. Chegando a cerca de 300 em todo o território nacional, os três maiores grupos de censores estavam no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília. Com a promulgação da

⁴⁵ *Veja*, 25 dez. 1985.

⁴⁶ O último censor, *IstoÉ*, 24 ago. 1996.

Constituição de 1988 e a decretação do fim da censura subvencionada pelo Estado, do dia para noite tornaram-se *pechas* — símbolos do antigo sistema.

Procurando garantir, por lei e via *lobby* político, sua permanência no DPF, o último diretor da DCDP, o censor de carreira Eustáquio Mesquita, declarava que “*ser censor nos realiza*”. Para continuar atuando, em 17 de setembro de 1986, os censores fundaram a Associação Nacional dos Censores Federais (Anacen). Competia à entidade, segundo seu Estatuto, “*representar seus associados, em juízo ou fora dele, para a defesa dos direitos e interesses gerais da classe, quer sejam eles coletivos ou individuais*”. Nesse sentido, a Anacen também era uma resposta às novas diretrizes e pessoas que comandavam o Serviço de Censura a partir da Nova República.

O primeiro presidente da Anacen foi o censor Arésio Teixeira, ligado à chefia da censura de 1981 a 1985 exercida por *Tesourinha*, na gestão do ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, no governo do general João Figueiredo. Imbuída do espírito que Solange Hernandez personificava, coube à entidade de proteção dos censores, a Anacen, dentro das diretrizes que a “ala dura” estabelecera, conquistar novos sócios.

Em janeiro de 1987, dos 220 censores na ativa, 160 já eram membros da instituição. Nessa época, a técnica em censura e presidente em exercício da Anacen, Maria Lívia Fortaleza, tentando compatibilizar a vigência de um órgão censório com as diretrizes da Nova República, declarou que:

*abraçamos a carreira policial, e esta postura não é incoerente [com o novo governo]. Podemos ser meros classificadores, podem até mudar o nome da função. Eu pessoalmente sou contra proibir qualquer coisa.*⁴⁷

O que não podia era deixar o DPF.

Os censores buscaram se enquadrar num perfil policial; restava refletir se sempre havia sido assim. Apesar de a censura ter sido vista tantas vezes como um “trabalho intelectual”, os últimos censores já se admitiam policiais para se manterem protegidos pelas benesses do Estado. Mas seu “ofício” nem sempre fora assim compreendido.

Na pluralidade de perfis desse grupo, a censora *Margarida* chamou a atenção para uma reflexão interna de alguns censores sobre seu trabalho. Para *Margarida* os “*censores eram um gueto dentro da PF, policiais que queriam ser intelectuais*”, o que lembra muito o discurso de *Carolina* para justificar sua “opção” pela carreira. Para ela “*depois de ficar um ano pirada por trabalhar na censura, resolvi que poderia ajudar estando do lado de cá e evitando absurdos e cortes*”.

Em fins da década de 1990, dos 220 censores que ainda eram funcionários do DPF, 116 estavam na ativa e foram elevados à categoria de delegados. Dos 104 aposentados, 36 eram advogados e 71 não tinham qualquer formação jurídica. Como não queriam deixar o DPF, houve uma longa discussão (iniciada em 1988) sobre onde alocar os

⁴⁷ *Jornal do Brasil*, 16 jan. 1987.

censores: no Ministério da Cultura ou no da Justiça. Anos depois, a *IstoÉ* de 24 de junho de 1998 noticiava:

só na quinta-feira, 18, um projeto de lei foi aprovado na Câmara para acabar de vez com os 240 cargos de censores que ainda figuram na folha de pagamento da União — da época da ditadura militar ainda existem 84 na ativa. Desde a redemocratização do Brasil eles não exercem mais suas funções de vetar matérias jornalísticas, proibir livros, dizer quais músicas podem ser ouvidas ou determinar que filmes devem ou não ser assistidos. Passaram a ocupar cargos burocráticos em assessorias de imprensa ou em delegacias da Polícia Federal, recebendo salários de R\$3,3 mil a R\$4,6 mil.

Assim, mais uma vez vencia a “linha dura” representada por Solange Hernandez e os afiliados à Anacen. A entidade luta para manter os censores dentro do *máscara negra* — o prédio da sede do DPF, construído na gestão do ministro da Justiça Armando Falcão, no governo Geisel. A construção tem uma arquitetura que lembra muito a figura dos *meganhas* — policiais de óculos *ray-ban*, de tipo truculento e cruel que andavam em furgões C-14, típicos dos anos 1970. Todo em vidro fumê preto, não se sabe o que se passa lá dentro. *Eles* de lá vêem tudo o que aqui fora se passa, protegidos por essa escuridão. E mesmo com os novos ares do país, esses técnicos-policiais-“intelectuais” lá ficaram. São os “restos” de uma velha ordem moldando-se *camaleonicamente*.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo; o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil; 1964-84*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BARATA, Rita de Cássia Barradas. *Meningite, uma doença sob censura?* São Paulo: Cortez, 1988.
- CASTELLO, José. *Vinicius de Moraes: o poeta da paixão, uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- GASPARI, Elio. Alice e o camaleão. In: GASPARI, Elio; VENTURA, Zuenir; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968/1985)*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.
- GRINBERG, Lucia. Adauto Lúcio Cardoso, da UDN à ARENA. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores; do AI-5 à Constituição de 1988*. Tese (Doutorado em história) — Unicamp, Campinas, 2001.

——— (Org.). *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978*. 2. ed. São Paulo: Global, 1980.

MESQUITA, Júlio. Liberdade em debate na ABI. *O Estado de S. Paulo*, 23 mar. 1972.

NASSER, David. *A revolução dos covardes*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1947.

PEREIRA, Raimundo. Os censores têm sentimento de culpa? Alguns já confessaram que têm vergonha da profissão. *Boletim da ABI*. mar./abr. 1976.

PONTES, José Alfredo Vidigal. *1968, do sonho ao pesadelo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1998.

REGO, Norma Pereira. *Pasquim: gargalhantes pelejas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968, a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

SOUZA, Mauricio Maia de. *Pasquim: um caso exemplar*. In: ———. *Henfil e a censura: o papel dos jornalistas*. Dissertação (Mestrado) — ECA/USP, São Paulo, 1999.